UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A PEDAGOGIA DA FORMAÇÃO DOS LEIGOS CATÓLICOS

ANTONIO GERALDO DE AGUIAR

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Antonio Geraldo de Aguiar e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 07/03/1996

Assinatura: [signature]

1º Volume

CAMPINAS, SP
1996

96 C637t

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
Ag93p
V. OL
T. 27512
PR. 667/96
D [ ] D [x]
PREÇO R$ 11,00
DATA 26/04/96
N.º CPD

CM-00086980-3

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FE/UNICAMP

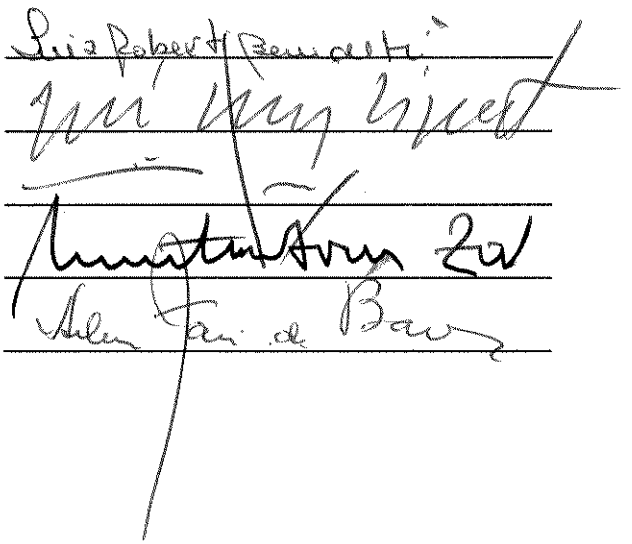
Aguiar, Antonio Geraldo de
Ag93p A pedagogia da formação dos leigos católicos / Antonio Geraldo de Aguiar. -- Campinas, SP : [s.n], 1996.

Orientador : José Luiz Sigrist.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Igreja católica - Educação. 2. Leigos (Religião) - Formação - Igreja católica. 3. Leigos (Religião) - Educação - Igreja católica. 4. Leigos (Religião) - Dioceses - Igreja católica - Lins (SP). 5. *Educação libertadora. I. Sigrist, José Luiz. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de DOUTOR em EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Filosofia e História da Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Sigrist.

Comissão Julgadora:



A José e Rosa, meus pais.

A Giselda, minha esposa pelo apoio, presença e incentivo para que este trabalho se concretizasse.

A Carolina, Virgínia e Janaína, minhas filhas, pelo carinho e apoio.

Aos amigos da Diocese de Lins e dos Conselhos Nacional, Regionais e Diocesanos de leigos.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi fruto do incentivo e da colaboração de muitas pessoas. Nossa gratidão a todas elas, de maneira particular:

ao Dr. Prof. José Luiz Sigrist, pela orientação e pela amizade manifestada durante todo o tempo em que convivemos;

aos professores do Centro de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas;

aos colegas do Departamento de Didática da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Campus de Marília, pelo apoio e pela disponibilidade em assumir tarefas nossas para que pudéssemos dedicar mais de perto a nossa pesquisa;

à Profª Stela Miller pela revisão do nosso trabalho;

à Cúria Diocesana de Lins, ao Secretariado Diocesano de Ação Pastoral e ao Instituto Teológico "D. Pedro Paulo Koop" por terem possibilitado o acesso a seus arquivos;

ao Conselho Nacional de Leigos-CNL por ter-nos autorizado utilizarmos os dados referentes ao 1° Encontro Nacional de Leigos e levantamento feito em conjunto com o CERIS;

às pessoas que se dispuseram a colaborar nas entrevistas realizadas por nós durante a pesquisa;

ao PICD/CAPES por ter-nos concedido bolsa-deslocamento para que pudéssemos realizar toda a programação do Curso de Pós-Graduação - Doutorado;

aos funcionários da Secretaria de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, em particular a Nadir Aparecida Gomes Camacho, pela atenção, carinho e colaboração;

a Rosana Ferreira da Silva, secretária do Departamento de Filosofia e História da Educação da UNICAMP, pela disponiblidade e colaboração;

e, finalmente, à Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP, Campus de Marília, de maneira especial aos seus funcionários, pela possibilidade de conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E DE TABELAS 9

ABREVIATURAS E SIGLAS 11

INTRODUÇÃO 14

Primeira Parte - **O LEIGO, SUA PRESENÇA E FORMAÇÃO.** 19

Capítulo I - QUEM É O LEIGO? 19

1. O Leigo: das primeiras comunidades ao século XIX 20

2. O leigo no século XX 26

3. Retomando 36

Capítulo II - O LEIGO NA IGREJA CATÓLICA 40

1. Período de 1889-1930 40

1.1. A situação brasileira 40

1.2. A situação da Igreja 42

1.3. A presença dos leigos 46

2. Período de 1930 a 1945 51

2.1. A situação brasileira 51

2.2. A situação da Igreja 54

2.3. A presença dos leigos 58

3. Período de 1945 - 1964 63

3.1. A situação brasileira 63

3.2. A situação da Igreja 69

3.3. A presença dos leigos 77

4. Período de 1964 a 1990 87

4.1. A situação brasileira 87

4.2. A situação da Igreja 91

4.3. A presença dos leigos 104

Capítulo III - A FORMAÇÃO DOS LEIGOS 147

1. Período anterior ao Concílio Vaticano II 147

2. A Formação dos leigos no pós-Concílio Vaticano II 151

Segunda Parte: **O LEIGO, SUA PRESENÇA E FORMAÇÃO NA IGREJA PARTICULAR DE LINS.** 181
Capítulo I. A REGIÃO NOROESTE, A IGREJA E OS LEIGOS 181
1. 1908 a 1964 182
1.1. A situação da região 182
1.2. A presença da Igreja 191
1.3. A presença dos leigos 198
2. De 1964 a 1990 202
2.1. A situação da região 202
2.2. A Igreja na Região 208
2.3. A presença dos leigos 230
Capítulo II - A FORMAÇÃO DOS LEIGOS NA IGREJA PARTICULAR DE LINS 232
I - Princípios Orientadores 233
II - A Formação na Igreja de Lins 241
1. Secretariado Diocesano de Pastoral. Conselho Diocesano de Pastoral 241
2. Áreas Pastorais 253
2.1. Coordenação de Catequese 254
2.2. Coordenação de Liturgia 266
2.3. Juventude 267
2.4. Fé e Política 280
3. Comunidades Eclesiais de Base - CEBs 294
4. Instituto Teológico de Lins "D. Pedro Paulo Koop": ITEL 304
4.1. Seu nascimento 304
4.2. Sua estrutura 306
4.3. Atividades 307
4.4. Retomando 322

Capítulo III - DIOCESE DE LINS: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO LIBERTADORA 324
1. Período de 1908-1960 324
2. Período de 1964 a 1990 334
CONSIDERAÇÕES FINAIS 365
BIBLIOGRAFIA 372
Anexos e Apêndices 389
Resumo 401
Abstract 403

LISTA DE FIGURAS E DE TABELAS

1. QUADROS:

Quadro 1 - Movimentos no Brasil - distribuição pelas Dioceses Brasileiras..... 112

Quadro 2 - Pastorais no Brasil - distribuição pelas Dioceses Brasileiras..... 121

2. GRÁFICOS

Gráfico 1 - Movimentos no Brasil - distribuição pelas Dioceses Brasileiras..... 113

Gráfico 2 - Pastorais no Brasil - distribuição pelas Dioceses Brasileiras..... 122

Gráfico 3 - Distribuição Participantes - 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987..... 136

Gráfico 4 - Distribuição dos Centros de formação por Dioceses e Regionais - 1991..... 162

Gráfico 5 - Dioceses e Centros de Formação por regiões do país - 1991..... 163

3. FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Diocese - 1990..... 181

Figura 2 - Capas das Novenas de Natal - 1982-1990..... 246

Figura 3 - Desenho sobre a realidade do bóia-fria, tirada do 6° encontro da Novena de Natal de 1982..... 249

Figura 4 - Capas do 1° e 2° Volumes - 1ª Eucaristia..... 263

Figura 5 - Folheto: Eleições ... a voz do povo..... 290

Figura 6 - Folheto Educação Política - 1982..... 291

Figura 7- Representação do processo do método Ver-Julgar-Agir..... 359

Figura 8 - Método Ver-Julgar-Agir - Interação dos três momentos..... 361

4. TABELAS

Tabela 1 - Comissão de Direitos Humanos existentes nas Dioceses Brasileiras - 1991..... 124

Tabela 2 - Numero das Dioceses com CEBs - 1991..... 127

Tabela 3 - Idade dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987..... 134

Tabela 4 -. Estado Civil dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987..... 135

Tabela 5 - Nível de escolaridade dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 135
Tabela 6 - Distribuição dos participantes conforme representação no 1° Encontro Nacional de leigos - 1987 136
Tabela 7 - Distribuição dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos conforme representação e regionais - 1987 137
Tabela 8 - Pastorais Representadas e número de delegados no 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 138
Tabela 9 - Movimentos representados e número de delegados no 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 139
Tabela 10 - Participação em atividades eclesiais e entidades da sociedade civil dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 139
Tabela 11 - Participação em atividades eclesiais dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 140
Tabela 12 - Engajamento em entidades da sociedade civil dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 141
Tabela 13 - Sobre a existência de centros de formação nas dioceses - 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 158
Tabela 14 - Participação e duração dos cursos freqüentados pelos representantes das dioceses no 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 159
Tabela 15 - Distribuição dos centros de formação pelas dioceses e pelos regionais da CNBB - 1991 161
Tabela 16 - Distribuição dos centros de formação pelas dioceses e nas grandes regiões do país - 1991. 163
Tabela 17 - População da Região Noroeste no período de 1905-1940 186
Tabela 18 - Imigrantes na região noroeste 187
Tabela 19 - População de municípios da região noroeste. 203
Tabela 20 - População geral municípios - Diocese de Lins. 204
Tabela 21 - População urbana e rural de municípios - Diocese de Lins 204
Tabela 22 - Principais produtos da região. 207

ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

AA	Decreto Apostolicam Actuositatem do Concílio Vaticano II
AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
ACE	Ação Católica Especializada
ACO	Ação Católica Operária
AEC	Associação de Educação Católica do Brasil
AI-5	Ato Institucional nº 5
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AUC	Ação Universtária Católica
Cân.	Cânone
CC MM	Congregações Marianas
CDC	Código de Direito Canônico/1983
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEBI	Centro de Estudos Bíblicos
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CELAM	Conselho Episcopal Latino-americano
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CERIS	Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CESEP	Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular
CF	Campanha da Fraternidade
CfL	Christifideles Laici
CJC	Comunidade de Jovens Cristãos
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNC	Comissão Nacional do Clero
CNL	Conselho Nacional de Leigos
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
Conc.Vat.	Concílio Vaticano II
Coord.	Coordenação
CPO	Comissão Pastoral Operária
CPT	Comissão Pastoral da Terra

CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVX	Comunidade de Vida Cristã
Dioc.	Diocese
ECC	Encontro de Casais com Cristo
EN	Evangelli Nuntiandi
Enc.	Encontro
GS	Constituição Pastoral Gaudium et Spes do Concílio Vaticano II
IBRADES	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISER	Instituto Superior de Estudos da Religião
ISPAC	Instituto Superior de Pastoral Catequética
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JECF	Juventude Estudantil Católica Feminina
JECM	Juventude Estudantil Católica Masculina
JIC	Juventude Independente Católica
JK	Juscelino Kubitschek
JOC	Juventude Operária Católica
JOCF	Juventude Operária Católica Feminina
JUC	Juventude Universitária Católica
LEC	Liga Eleitoral Católica
LG	Constituição Dogmática Lumen Gentium do Concílio Vaticano II
MAC	Movimento de Adolescentes e Crianças
MCC	Movimento de Cursilhos de Cristandade
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério de Educação e Cultura
Medellín	Conclusões da II Assembléia Geral do CELAM, 1968
MFC	Movimento Familiar Cristão
MMM	Movimento para um Mundo Melhor
Mov.	Movimento
OFS	Ordem Franciscana Secular
ONU	Organização das Nações Unidas
PANIB	Pastoral Nipo-brasileira
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Nacional

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PJ	Pastoral da Juventude
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PO	Pastoral Operária
PPC	Plano de Pastoral de Conjunto
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSD	Partido Social Democrático
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Puebla	Conclusões da III Assembléia Geral do CELAM, 1979
SAR	Serviço de Assistência Rural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TLC	Treinamento de Liderança Cristã
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Abreviaturas Diocese de Lins (SP)

CDC	Coordenação Diocesana de Catequese
CDP	Conselho Diocesano de Pastoral
IPPH	Instituto Paulista de Promoção Humana
ITEL	Instituto Teológico de Lins
SEDAP	Secretariado Diocesano de Ação Pastoral

INTRODUÇÃO

O presente trabalho sobre a formação dos leigos na Igreja Católica originou-se da nossa participação na pastoral da Diocese de Lins, Estado de São Paulo e, mais recentemente, no processo de organização e articulação dos leigos no Brasil, na segunda metade dos anos 80, principalmente a partir do período de preparação para o Sínodo dos Bispos sobre a temática "Leigos", que ocorreu em outubro de 1987, em Roma. Alia-se a esse nosso engajamento a prática profissional como docente da UNESP, Campus de Marília, em cursos de formação de professor, como o de Pedagogia e de outras licenciaturas. A formação dos cristãos na Igreja sempre esteve presente, quer em nível de um trabalho de massa, quer em função da preparação de quadros para desempenhar tarefas específicas. O processo formativo na Igreja Católica ocorreu até os anos 60, praticamente nos movimentos, associações, visando divulgar as idéias básicas da doutrina católica, através de orientações e atividades em nível nacional, que chegavam até o nível local, muitas vezes através dos vigários. Nos anos 50 e 60, a Ação Católica, tendo em vista a inserção social de seus membros, gestou uma outra maneira de realizar a formação. Com o Concílio Vaticano II (1962-1965), consolida-se uma nova eclesiologia que, entre outros aspectos, retomou a noção de Igreja como Povo de Deus e a de Igreja Particular, que foi emergindo aos poucos como um lugar importante de formação. Dentro desse contexto e da prática que vivenciamos é que, de maneira permanente e persistente, indagando-nos sempre sobre a formação dos leigos, decidimos por realizar esta pesquisa. Trata-se de um tema complexo, tendo em vista que os leigos, um segmento no interior da Igreja, constituem a maioria absoluta de seus membros. Essa complexidade também resulta da grande diversidade de experiências vivenciadas pelos leigos quer individualmente, quer nos diversos grupos nas paróquias, nas comunidades e na sociedade; das atividades de formação realizadas em nível paroquial, diocesano, regional e nacional; de formas de participação do laicato na vida da Igreja; das peculiaridades de cada região do país e da diversidade de posicionamentos da hierarquia diante do assunto. As exigências da prática, apesar de toda complexidade, levaram-nos à aventura da presente pesquisa. O resultado do nosso caminhar está no presente trabalho, que tem como tema: **A PEDAGOGIA DA FORMAÇÃO DOS LEIGOS CATÓLICOS.**

Para realizarmos nossa pesquisa levantamos algumas questões que foram se colocando a partir de leituras feitas e, principalmente, da nossa prática. Seguimos como diretriz a posição de Schatzman e Strauss, para quem

> o problema não precisa estar diretamente vinculado a um linha teórica predeterminada nem é necessário que haja hipóteses explicitamente formuladas. Parece ser suficiente que o pesquisador possua um esquema conceitual a partir do qual possa levantar algumas questões relevantes (Ludke, M. e André, M.E.D.A., 1986, p. 15/16).

Dentro dessa perspectiva, as questões que nortearam o trabalho foram:

1. Que lugar ocupa a Igreja Particular na formação dos leigos? Como se tornou um lugar privilegiado para essa formação?

2. Qual o tipo de formação e qual a metodologia utilizada?.

3. Os leigos participam no processo de planejamento e execução de sua formação?

4. Quais os instrumentos utilizados na formação dos leigos?

5. A formação desenvolvida contribui para uma efetiva participação dos leigos na transformação da sociedade, como pretende o Objetivo Geral da Igreja no Brasil?

Para responder a essas questões, para entender as mudanças que ocorrem na vida da Igreja, o melhor caminho é analisar concretamente uma Diocese, pois nela se realiza aquilo que ela é em seu âmbito universal, mesmo tendo relativa autonomia. Com essa perspectiva, optamos por realizar um estudo da Diocese de Lins, no Estado de São Paulo. Em nosso projeto previamos um estudo comparativo com a Diocese de Jales, que por vários motivos, entre eles disponibilidade de tempo e de recurso, não conseguimos realizar. Conforme Duarte (1984), para avaliar, analisar uma prática educativa podemos partir do produto final ou do processo educativo, correlacionando objetivos, atividades desenvolvidas, conteúdo programático, metodologia, instrumentos. O segundo caminho é o que percorreremos ao analisar a formação dos leigos na diocese de Lins. Em nosso trabalho, sem entrar em maiores detalhes, Diocese e Igreja Particular têm o mesmo significado, trata-se de uma comunidade concreta e sensível, uma porção do Povo de Deus, numa determinada região sob o pastoreio de um bispo, nela realizando-se, em plenitude, toda a Igreja.

Utilizamo-nos de uma bibliografia específica sobre a história do Brasil e da Igreja, sobre educação, filosofia da educação e, com relação ao estudo da Diocese de Lins, além da observação, entrevistas e participação, realizamos um estudo com base em relatórios, textos, subsídios, publicações e inúmeros documentos produzidos pelos diferentes órgãos e instituições da referida Diocese.

Para melhor elaborar nosso trabalho optamos por desdobrá-lo em duas partes.

Na primeira - ***O Leigo, sua presença e formação*** - procuramos retomar os momentos-chaves da história brasileira e da Igreja no Brasil, para compreender suas relações. A análise da história da Igreja nos forneceu as respostas e os impasses em relação à sua mis-

são, à realidade brasileira e a seus vários segmentos. Situamos, dentro desse processo, de maneira particular, os leigos e sua formação.

Esta parte consta de três capítulos.

O primeiro capítulo *"Quem é o leigo?"* procura caracterizá-lo numa breve retrospectiva da história da Igreja, olhando prioritariamente para o período pós-conciliar.

O segundo capítulo *"O Leigo na Igreja Católica"* apresenta os principais fatos e acontecimentos da história brasileira e da Igreja no Brasil de 1889 a 1990, dando mais ênfase aos anos de 1964-1990, salientando sua presença e contribuição na vida eclesial e na sociedade brasileira.

O terceiro capítulo "Os leigos e sua formação" pretende apresentar o posicionamento da hierarquia e do laicato quanto ao tema, tendo como base os principais documentos e publicações, principalmente os do Concílio Vaticano II, Medellín, Puebla, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Conselho Nacional de Leigos.

A pesquisa sobre a formação dos leigos na Diocese de Lins tem como ponto de referência a análise acima explicitada. ***O Leigo, sua presença e formação na Igreja Particular de Lins*** constitui-se na *segunda parte* de nosso trabalho a qual também se organiza em três capítulos.

No capítulo *"A Região Noroeste, a Igreja e os Leigos"* apresentamos a realidade da região noroeste do Estado de São Paulo; como foi se organizando a Igreja na região desde 1926 com a criação da então Diocese de Cafelândia, detendo-nos no período de 1964 a 1990 e qual a presença e contribuição do laicato nesses anos.

No capítulo *"A Formação dos Leigos na Igreja Particular de Lins"*, analisamos alguns princípios fundamentais da organização pastoral que repercutiram profundamente na formação, dando-lhe direção; analisamos as diferentes agências formadoras, bem como os diferentes níveis de formação. Indagamos quais os pressupostos, qual pedagogia se fez presente na formação desenvolvida na Diocese de Lins, após o Concílio Vaticano II.

No último capítulo *Diocese de Lins: uma experiência de educação libertadora*, explicitamos os pressupostos da chamada Educação Libertadora, a partir da proposta de Paulo Freire, situando-a dentro das várias concepções de educação, como também o método ver-julgar e agir, conhecido no interior das comunidades católicas.

Pedagogia e formação são dois termos fundamentais em nosso trabalho. Torna-se, pois, necessário explicitá-los.

O termo Pedagogia: O que ele nos diz? O que significa? O termo tem várias conotações, desde a utilizada pelo povo no dia-a-dia, até a assumida pelas várias ciências. Hoje o termo expressa teoria da educação. A pedagogia estuda a questão dos fins e objetivos da educação, quem realiza a educação e o problema dos meios e das formas mais indicadas para a realização do processo educativo. A pedagogia deve realizar uma sistematização da educação, portanto da prática, e não apenas reduzir essa teoria como derivação da psicologia, sociologia, e outras ciências. No dizer de Gadotti é o "estudo do fato/ato educativo". O objeto do estudo da Pedagogia é a educação. Estudar a prática educacional buscando explicitar uma teoria, uma ciência da educação (pois vários são os ângulos a serem estudados), portanto uma pedagogia. De outro lado devemos falar de pedagogias. Ao teorizar a educação produzem-se várias respostas, várias pedagogias. Essas várias respostas partem de visões diferentes de mundo, de compreensões diferentes do próprio fenômeno educativo, de concepções diferentes da história, de filosofias diferentes, portanto a pedagogia não é neutra. No Brasil, podemos falar da pedagogia tradicional, a escolanovista, da libertadora, da histórico-crítica e outras. Muitas dessas pedagogias repercutiram na prática educativa da Igreja. No dizer de Saviani ,"enquanto sistematização a posteriori da educação, a pedagogia é uma teoria construída a partir e em função da realidade educacional (realidade-processo e realidade-produto)" (1980, p. 59). A partir da perspectiva levantada, procuraremos estudar o fato/ato do processo educativo desenvolvido na Igreja de Lins e explicitar qual (ou quais) a(s) concepção (ou concepções) presente(s) nessa prática.

A análise da concepção presente na prática desenvolvida na Diocese de Lins, leva-nos, necessáriamente ao campo da filosofia da educação, fundamental para o desenvolvimento da pedagogia. Segundo Gadotti, a tarefa de realizar a filosofia da educação compete prioritariamente ao educador, a partir de sua prática. "O filósofo da educação não fala de sua prática abstraindo-se da sua própria prática educativa. Ele não pode falar a não ser após ter feito a experiência da educação. Pelo seu próprio método (caminho), ele se recusa a falar *sobre* educação" (1980, p. 47). Este é o caminho que pretendemos fazer, estudando um processo educativo, que foi sendo *problematizado* no decorrer de nosso trabalho. Ao procurarmos entender o processo educativo na formação dos leigos católicos, tivemos de explicitar qual a subjacente concepção de homem, de mundo e de Igreja, o que Dermeval Saviani acredita ser tarefa da filosofia da educação "uma reflexão - radical; rigorosa e de conjunto - sobre os problemas que a realidade educacional apresenta" (1980, p. 9). Analisamos a formação dos

leigos partindo de uma concepção crítica da educação, fundamental para o processo emancipatório dos povos, através da transformação social.

O outro termo é formação. O termo tem várias conotações: um processo de qualificação, de preparo de pessoas para uma determinada tarefa, de qualificação profissional; formar, assemelhar, moldar, educar, instruir, aperfeiçoar, reciclar. Essa formação pode acontecer em escolas, institutos ou na própria prática, como por exemplo no movimento popular, nas Comunidades Eclesiais de Base. Podemos dizer que formação implica um processo orgânico, sistemático e porque supõe uma pedagogia, também está marcada por uma concepção de homem, de mundo e de sociedade. Para a maioria das profissões, encontramos formas institucionais de preparação. Luckesi, em um artigo sobre Didática na formação do educador, afirma: "formar é o modo de auxiliar o sujeito a adquirir uma atitude crítica frente ao mundo de tal forma que o habilite a agir junto a outros seres humanos num processo efetivamente educativo" (1984, p. 26). Todos esses aspectos também estão presentes quando da formação dos cristãos na Igreja. Ela também organiza esse processo de maneira sistemática no sentido de ajudar os participantes a aprofundarem sua adesão a Jesus Cristo e a assumirem sua missão.

Esperamos que a pesquisa realizada, possa contribuir para a discussão do tema e seja incentivo a um aprofundamento da problemática em questão, para aqueles que desejam participar mais efetivamente na construção de uma formação sólida e orgânica, dos cristãos, visando, no seguimento de Jesus Cristo, construir uma sociedade e uma Igreja solidária e igualitária.

PRIMEIRA PARTE - O LEIGO, SUA PRESENÇA E FORMAÇÃO.

Capítulo I - QUEM É O LEIGO?

Tendo em vista a temática de nosso trabalho "A formação dos leigos católicos", parece-nos oportuno, inicialmente neste primeiro capítulo, apresentar elementos que nos permita responder a indagação: quem é o leigo? De quem estamos falando? O que significa o leigo na Igreja Católica? O que significa o termo "leigo" e a que categoria de pessoas se refere? Responder a essas indagações, definir, conceituar quem é o leigo na Igreja e tentar uma tipologia, não é tarefa fácil. Segundo Lora, "normalmente, 'leigo' é definido, contra as regras mais elementares da lógica, pelo lado negativo, 'aquele que não é sacerdote nem religioso'" (1986, p. 24). Apesar das dificuldades, buscaremos explicitar de quem estamos falando e, de maneira sintética, retomaremos, historicamente, como surgiu essa categoria na Igreja e como essa questão é discutida hoje. Essas indagações, certamente, serão retomadas e discutidas no decorrer de nosso trabalho.

O termo leigo, na linguagem comum de nossa sociedade, tem significado diferente do utilizado na Igreja, na linguagem eclesiástica, embora, em alguns aspectos, às vezes tais significados se encontrem. O dicionário da língua portuguesa, que expressa o uso corrente do termo, diz: "Pessoa não pertencente a determinada profissão ou não versada em algum ramo do conhecimento ou arte" (Mirador, 1970, p. 1033). Portanto, em nossa sociedade, é aquele que não sabe, não conhece um determinado assunto, não tem formação nessa área. E na Igreja? Durante muito tempo e ainda hoje para muitos, leigo é aquele que nada entende, nada decide. O termo é usado também, para designar, de maneira negativa, aquelas pessoas, que não têm ordens sacras. Os leigos são definidos a partir do 'clérigo'. Ainda é comum entender o leigo como aquele que cuida do temporal, do profano e padre aquele que se dedica ao sagrado. Neste século, encontramos um processo de reflexão, produção de documentos e busca de uma prática na perspectiva da superação dessa dicotomia. O Concílio Vaticano II (1962-1965) contribuiu significativamente nesse esforço de reconhecer e definir positivamente os leigos. Podemos dizer que, na atualidade, esse termo quer expressar, do ponto de vista teológico, a pessoa que pelo seu batismo fez uma adesão a Jesus Cristo, ao projeto do Reino, pertence ao Povo de Deus, e inseriu-se na Igreja Católica.

O termo, essa categoria de pessoa, nem sempre existiu na vida da Igreja e teve no decorrer da história vários significados. Vejamos rapidamente como surgiu o termo e como a presença do leigo se deu no começo da Igreja e no decorrer da sua história.

1. O Leigo: das primeiras comunidades ao século XIX.

Jesus Cristo, em seu projeto, tinha como horizonte a superação de todas as divisões sociais e religiosas de seu tempo. Jesus de Nazaré, o carpinteiro, colocou-se ao lado dos marginalizados, contra os que detinham o poder político e religioso. Jesus através de sua pregação falou do Reino de Deus; Reino de justiça, de partilha, de homens, mulheres e sociedade novos.

Os primeiros cristãos entenderam essa proposta de igualdade e de vida comunitária, como podemos perceber nas experiências das primeiras comunidades, relatadas nos Atos dos Apóstolos (Cf. At 2, 42-45; 4,32-33). Nesse primeiro momento da Igreja não havia divisão entre clero e leigos. Havia a consciência de Povo de Deus, onde o batismo fazia todos iguais em dignidade e co-responsabilidade (Cf. 1Pd 2, 9-10). O Povo de Deus, nesse momento, se concretizou na vasta rede de comunidades, como podemos perceber nos Atos dos Apóstolos e nas cartas paulinas. Na vida dessas comunidades, o servir encontrava-se em primeiro lugar. A preocupação de todos os batizados, independente de suas funções, era testemunhar a Ressurreição e anunciar o projeto do Reino. Essa postura, sem maiores mudanças, permaneceu durante os dois primeiros séculos de cristianismo. Todos se sentiam missionários; havia uma permanente tensão entre a Igreja e o mundo a evangelizar. Nesse período, a Igreja foi marcada pelo sangue dos mártires. Para muitos, o assumir o compromisso cristão implicou no martírio. Na Igreja dos mártires, a preocupação era a novidade do Evangelho e a ênfase estava na dimensão comunitária, mais do que em distinguir nela categorias de pessoas. Todos possuíam seus ministérios e carismas. No dizer de Bruno Forte, "juntamente com a distinção hierárquica a antigüidade cristã nos dá testemunho da variedade carismática e ministerial do laicato cristão" (1987, p. 29). Assim, do mesmo modo que o termo 'leigo' não aparece no Novo Testamento, o termo 'sacerdócio' aplica-se apenas ao Senhor (Cf. Hb 8), de início, e, derivadamente, ao conjunto da Igreja. Depois, gradativamente, foi se dando uma separação entre clero e leigos.

O termo "leigo" foi usado pela primeira vez pelo Papa Clemente de Roma, aproximadamente no ano 95. O termo vem de "laikós", que deriva de "láos", que significa povo. O sufixo "ikós" refere-se a uma categoria de pessoas opostas a outras dentro do povo. Esse termo é encontrado em papiros antigos, mas não aparece na literatura clássica. No Novo Testamento o termo não aparece, apenas o de povo. Nos textos dos cristãos gregos, encontra-

se raramente para significar a distinção de povo do sacerdote que preside o culto. "Originariamente, portanto, o termo "laikós" tem duas conotações: de um lado, indica pertença ao povo; do outro lado, pertença a uma categoria oposta a outra no interior do povo" (Almeida, 1987, p. 11). O Papa Clemente usou o termo quando escreveu aos coríntios, abordando a questão das funções no ato litúrgico; não usou o termo no sentido de divisão entre o clero e o povo, chamou a atenção da complementaridade das funções. S. Justino, sem negar a diversidade e complementaridade das funções, "julga impensável que a graça individual, os dons concedidos a alguém não sejam partilhados e oferecidos a todos" (Figueiredo, 1986, p. 7).

No século II, com Clemente de Alexandria, fez-se a distinção entre leigos e clero. Para ele, "clérigos são todos aqueles que estão ligados com o altar e desempenham funções litúrgicas. Leigos são todos aqueles que assistem..." (Boff, 1988, p. 150). A Igreja foi perdendo a consciência de Povo de Deus, consciência de sua vocação laical,

> sob a pressão de uma cultura romana altamente clerical, de um paganismo essencialmente baseado na superioridade do sacerdote, de uma interpretação da Bíblia em que o Antigo Testamento novamente é aplicado como se fosse norma para o Novo Testamento, a Igreja Católica constitui uma classe clerical feita de bispos, presbíteros e diáconos (Comblin, 1985, p. 41).

Nesse processo emergiram dois modelos de Igreja: uma Igreja-Comunidade sem oposição entre as funções, sem separação clero/leigo e uma Igreja-sociedade, hierarquizada internamente. Neste segundo modelo o leigo é visto negativamente como aquele que não é clérigo. O modelo Igreja-Comunidade esteve presente no começo do cristianismo (sendo retomado, hoje, pelas Comunidades Eclesiais de Base) e o modelo Igreja-Sociedade começou no século III, IV consolidando-se a partir do século X.

A partir do século IV acentuou-se a distinção entre clero e laicato, entre sagrado e profano. Segundo Leonardo Boff, essa divisão teve relação com a divisão social do trabalho e a divisão social do trabalho religioso. Do século IV em diante, o clero assumiu o controle da vida da Igreja, ficando os leigos à margem de qualquer processo decisório; o termo leigo passou a ter uma conotação pejorativa, indicando aquela pessoa que não entendia o latim, o inculto.

Após a conversão de Constantino, com o Edito de Milão, o Império Romano tornou-se cristão. Os cristãos tornaram-se maioria e dentro dessa maioria surgiu uma minoria, o clero. A Igreja deixou de lado sua característica de fermento e passou a ser religião de massa. A cristianização do império trouxe mudanças radicais na vida da Igreja, entre elas, um longo período de simbiose entre a Igreja e a sociedade temporal. Essa relação deu lugar à situação

denominada 'cristandade'. Analisando essa situação, Congar, afirma: "Os cristãos fazem o que jamais tinham feito nos tempos das perseguições: fazem a política do império e dos diversos reinos, isto é, realizam uma obra temporal. Desaparece assim a tensão entre a Igreja e o mundo, então já inteiramente cristão" (1970, p. 130). A tensão entre Igreja e mundo deu lugar a uma tensão interna, entre os sacerdotes "homens espirituais" e os leigos, "homens do mundo", "os carnais". O ímpeto missionário diminuiu, aumentou a ênfase na liturgia, que se tornou sacral e ritual, colocando em relevo o clero. No decorrer dos séculos, o clero foi acumulando privilégios e imunidades. No Ocidente, teve acesso aos bens culturais junto com a nobreza,bens que, aos poucos, tornaram-se monopólio dos eclesiásticos. Nessa época, havia uma identidade entre Igreja e sociedade (européia) temporal. Congar relembra-nos que "Não havia um 'mundo' verdadeiro e próprio fora da Igreja, e a palavra ecclésia significava tanto a sociedade temporal, como a Igreja própriamente dita (...) Toda a vida é concebida numa perspectiva religiosa e obedece às regras da Igreja" (1970, p. 132). Através da conversão dos nobres e da influência da Igreja na legislação, tornou-se "possível uma cristianização da vida social e política".

Dentro desse contexto, a separação entre o clero e os leigos se alargou, o clero ampliou seus poderes, os leigos na sua maioria passaram a ser cidadãos de segunda categoria e apenas uma pequena parcela passou a ter uma função própria: a função temporal. Esse segmento era constituído pelos nobres. Segundo Soares, no período da Idade Média, o povo, a massa popular, não tinha voz. Eram "servos da gleba", dependiam dos nobres, dos príncipes. Estes eram os que "pensavam e falavam pelo povo". Portanto, na Idade Média, os leigos que tinham representatividade na Igreja eram apenas os príncipes, que participavam efetivamente das decisões, "nomeavam bispos, párocos e outros dignatários eclesiásticos, convocavam sínodos e reuniam concílio... influíam decisivamente na eleição do Papa" (Soares, 1986, p. 15). Essa posição dos príncipes começou a sofrer uma ruptura a partir do século X com a reforma do Papa Gregório VII. Em seu projeto, o Papa preconizou uma reforma dos costumes eclesiásticos e estabeleceu um confronto com os príncipes e imperadores, implicando um fortalecimento do poder clerical e um libertar-se desses príncipes. Dentro do pensamento de Gregório VII (1073-1083) "Santa Igreja" significava o "poder clerical". Como conseqüência, essas reformas provocaram um processo de centralização e clericalização da Igreja, por um longo tempo. Portanto, durante todos esses séculos, e praticamente até o início do século 20, a Igreja foi sinônimo da hierarquia, de clero. A partir da reforma gregoriana, "os leigos se acha-

ram progressivamente excluídos da participação nas decisões. E esta pesada herança tivemos que carregá-la nos ombros até hoje..." (Soares, 1986, p. 15). Lora, a esse respeito, afirma:

> Esta progressiva clericalização da Igreja, ao reforçar o privilégio da minoria, vai gerando, paralelamente, um desinteresse da maioria que descarta sua responsabilidade, refugia-se no rito e na norma passivamente aceita e cria novos espaços nos assuntos 'temporais', retornando, assim, à visão pagã do tempo e do universo (1986, p. 25).

Havia ênfase na hierarquia, segundo Congar, uma "hierarcologia". Dentro desse contexto, há uma frase de Graciano (mais ou menos em 1.140) atribuída por ele a S. Jerônimo, a qual aborda os dois gêneros de cristãos:

> Dois são os gêneros de cristãos. Um que, ligado ao serviço divino e dedicado à contemplação e à oração, abstém-se de todo o barulho das realidades temporais, é representado pelos clérigos... O outro é o gênero de cristãos ao qual pertencem os leigos. Láos, de fato, significa povo. A esse é consentido possuir bens temporais, mas apenas para suas necessidades. De fato, nada é mais miserável do que desprezar a Deus por causa do dinheiro. A esses é permitido casar, cultivar a terra, funcionar como juízes nas questões, defender as próprias causas, pagar os dízimos: assim poderão salvar-se, se todavia evitarem os vícios fazendo o bem (In. Forte, 1987, p. 31).

Essa situação foi contestada no século XII, através de movimentos populares como "os pobres de Lyon", "os mendicantes", "os menores" que reclamavam por reformas da cristandade exigindo a participação dos leigos, do povo. Considerando o peso do clero, da hierarquia, alguns desses movimentos tiveram uma postura anti-eclesiástica e, também, um certo anti-clericalismo. Período marcado também com fortes conflitos entre o papado e os príncipes e imperadores. Essa situação provocou uma manifestação do Papa Bonifácio VIII (1294-1303), afirmando, na bula *Clericis laicos* (1296), que o clero tinha um inimigo: os leigos.

Nesse caminhar surgiu a figura de Lutero e a Reforma, no século XVI, cuja contestação se deu dentro de um contexto mais amplo, da emergência da burguesia, de grandes transformações, do humanismo, do chamado "mundo moderno". Foi uma reação ao domínio do clero. Esse mundo moderno implicou uma "autonomia do mundo humano e terrestre"; pode-se falar de uma laicização da existência e "pela primeira vez na sua história a Igreja, encontra-se, portanto, diante de um mundo plenamente 'mundo'" (Congar, 1970, p. 133). A Igreja nesse momento não foi capaz de perceber o surgimento de novas idéias, de um "novo mundo", ficou presa ao mundo feudal. Lutero que não pretendia, inicialmente, fundar uma nova Igreja, e sim reformar a Igreja Católica, acabou sendo o fundador da Igreja Protestante. No dizer de Soares,

> Lutero era, no seio de uma Igreja cuja forma se forjara no mundo feudal, a expressão do novo sujeito histórico emergente, o 'homem burguês', com toda a sua exigência de liberdade individual e sua pretensão latente a uma maneira 'laica' de existência. Eram dois mundos, duas linguagens em conflito mortal (1986, p. 15).

O alto clero foi incapaz de enfrentar esse novo momento histórico e através do Concílio de Trento "fortificou, em clima polêmico, defensivo e apologético, os aspectos clericais da instituição eclesiástica e a centralização do poder" (Soares, 1986, p. 15). E o Povo de Deus continuou a ser considerado como um simples apêndice da hierarquia (Cf. Alberigo, 1984). Com a Reforma, e gradativa ruptura do "mundo", da Igreja, o leigo (laico), na sociedade, passou a significar, uma pessoa independente, fora da influência da Igreja.

Nos séculos XIX e XX o leigo continuou sendo um mero figurante na vida da Igreja. Mas as grandes transformações do final do século XIX e as que ocorreram em nosso século começaram a colocar em cheque a mentalidade e a prática de não reconhecimento dos leigos. Embora até hoje o poder na Igreja esteja nas mãos do clero, mudanças e rupturas foram feitas através de vários movimentos na Igreja, pela reflexão teológica, pelo posicionamento de vários Papas e de alguns grupos de leigos. Nesses dois séculos, esse processo de mudanças se caracterizou por uma certa ambigüidade, ou melhor, por determinados limites e possibilidades. O clero, mesmo continuando com o poder e o controle, procurou valorizar os leigos em razão da diminuição das vocações sacerdotais, da percepção de que o clero não tinha mais condições de, sozinho, realizar a tarefa de evangelização, da gradativa negação do clero pela sociedade, etc. Ao mesmo tempo que encontramos nesse período Papas e pensadores que continuaram afirmando a superioridade da hierarquia, constatamos a presença de Papas, pensadores e leigos que começaram a perceber a importância dos leigos e o escândalo da negação do laicato na Igreja. Dentro dessa ambigüidade, alguns fatos se destacam no decorrer dos séculos XIX e XX.

A partir do século XVI, com a emergência do "mundo plenamente mundo", do processo de secularização e laicização, a Igreja embora condenando o mundo moderno, reagiu e procurou adaptar-se à nova situação. "O mundo já não se apresenta como negação da Igreja, mas como afirmação de valores. A Igreja encontra-se diante de um mundo consistente que questiona os modelos tradicionais de sua presença e de sua missão" (Lora, 1986, p. 26). Diante dessa realidade, a Igreja volta-se para o leigo, para que atue no mundo, para que "consagre o mundo". Em certo sentido, volta-se à tensão Igreja-mundo. A hierarquia, por consciência ou por estratégia de sobrevivência, passou a incentivar e a criar o apostolado dos leigos.

No século XIX, na Europa, segundo alguns estudiosos, houve uma nova vitalidade cristã, inclusive um despertar do laicato. Jan Grootaers, em um estudo, faz referência a nomes de vários leigos, homens e mulheres, que tomaram posição e desencadearam uma série de

atividades apostólicas, dentro do contexto de seus países, em particular na área da ação social. Referindo-se a esse fato, Alberigo revela-nos que

> no século XIX uma mobilização espontânea de leigos católicos, na Europa, tenta superar a profunda estranheza da Igreja aos problemas de então, sobretudo no plano social. Todas as organizações leigas católicas se movimentaram no sentido de um vivo empenho social e muitas vezes, inevitavelmente, também político (1984, p. 43).

No decorrer desse século, teólogos, pensadores buscaram aprofundar a questão do laicato. O convertido e depois Cardeal J. H.. Newman foi um desses nomes. Ele defendia que os fiéis deviam ser consultados em questão de doutrina. Jan Walgrave, em um artigo, procura discutir essa questão e para isso retoma as idéias principais de Newman. Selecionamos, desse artigo, os pontos que julgamos ilustrativos para a indagação que vimos procurando responder. Uma das preocupações do referido Cardeal era a formação intelectual e religiosa do laicato:

> esperava formar um laicato católico que pudesse pensar e falar autonomamente e participar livremente como parceiro na discussão de assuntos eclesiásticos concernentes àquelas esferas em que os leigos gozavam de especial experiência e competência em virtude de sua posição e deveres na sociedade (Walgrave, 1985, p. 27).

Mas a hierarquia não tinha interesse em que os leigos discutissem, levantassem questões, pelo contrário, queriam passividade, obediência. Nessa direção, Walgrave registra uma afirmação, atribuída ao Cardeal Wiseman: "a única função dos leigos é a contribuição financeira". E a de Mons. Talbot de Roma: "Qual a esfera dos leigos? Caçar, atirar e dar festas" (Walgrave, 1985, p. 28). Afirmações exageradas, mas que manifestavam a dicotomia existente na vida da Igreja. (Dicotomia perigosa no entender do pensador em questão). Newman não compartilhava dessa visão e afirmou: "cada parte constituinte da Igreja tem suas funções próprias, e nenhuma parte pode ser negligenciada sem perigo ou prejuízo" (In: Walgrave, 1985, p. 30). O autor do artigo salienta que "a idéia dominante em Newman era a da totalidade, de uma unidade orgânica e cooperação, unida à idéia de polaridade, tensão e conflito como condições necessárias de toda a vida" (Walgrave, 1985, p. 28). Parece-nos que esta idéia de totalidade e polaridade, do pensamento de Newman, pode ajudar-nos a enfrentar hoje a busca da unidade e o respeito ao pluralismo no interior da Igreja, em particular do laicato.

Nesse mesmo século, de profundas mudanças na sociedade e de questionamentos internos da Igreja, aconteceu o Concílio Vaticano I (1869-1870), onde foi reafirmado o caráter centralizador da Igreja, com a infalibilidade do Papa, em que as definições do pontífice não podem ser contestadas. O Código de Direito Canônico de 1917 foi a tradução jurídica desse Concílio e sustentou a estrutura monárquica da Igreja.

> O Pontífice Romano tem pleno e supremo poder de jurisdição sobre a Igreja inteira. A jurisdição episcopal limita-se à diocese. Os patriarcas, os metropolitas, os sínodos regio-

> nais e provinciais participam na autoridade papal delegada em vez de exercer poder episcopal (Lynch, 1988, p. 29).

A Igreja continuou com sua estrutura piramidal e os leigos fora de qualquer participação e decisão.

2. O Leigo no século XX.

No decorrer deste século vários teólogos, filósofos e pensadores contribuíram para o aprofundamento da pertença dos leigos à Igreja, do seu engajamento e ação. Essa reflexão repercutiu no Vaticano II. Entre eles encontramos: Pe. Ives Congar, com sua obra decisiva "Leigos na Igreja", Karl Rahner, Mons. J. Lecercq, Edward Schillebeeckx, M. D. Chenu, Jacques Maritain, Gabriel Marcel, Emanuel Mounier e outros. Alguns, como Congar, Schillebeeckx, Chenu, contribuíram para a elaboração de uma Teologia do Laicato. Essa teologia foi fundamental para que ocorresse uma renovação da eclesiologia, repercutindo no Concílio Vaticano II. Graças à contribuição desses teólogos e outros foi possível a reflexão e conclusões do Vaticano II.

Em 1950, o Cardeal Feltin, de Paris (Cf. Lora, 1986, p. 25), analisando o apostolado dos leigos no final do século passado e início deste, na França, dividiu-o em três momentos. Vários autores, utilizaram também dessa classificação, para explicitar o apostolado dos leigos na Europa. Um **primeiro momento** foi o das organizações católicas, das obras dirigidas pelos leigos, como: jornais, colégios, escolas paroquiais, patronatos, sindicatos... Nesse período também tivemos as fraternidades e associações que congregavam leigos. Através dessas organizações, fraternidades e associações a Igreja procurou substituir as antigas estruturas da cristandade. As obras tinham um caráter defensivo e a pastoral, como eixo, as devoções. Essas atividades contavam com membros da burguesia e os leigos eram submissos. O **segundo momento** foi o da Ação Católica-AC, uma experiência de ação junto às realidades humanas. Foi durante o pontificado de Pio XI, que se deu forma a essa nova maneira de ver a ação dos leigos. Era a participação, depois cooperação dos leigos no apostolado da hierarquia. Os leigos recebiam dos bispos um "mandato" para exercerem a ação apostólica. Através da AC o Papa esperava recristianizar a sociedade. Foi uma ideologia de uma nova cristandade, que de início deu sustentação à prática dos cristãos. A AC nasceu numa Igreja eminentemente clerical, "não passava de braço alongado do clero". A AC viveu a experiência da Ação Católica Geral, o chamado modelo italiano e Ação Católica Especializada-ACE, o chamado modelo belga. Mesmo com limites, foi possível ampliar a consciência de que todos estavam em missão. Esse

tipo de experiência seria impensável na Idade Média. Apesar de sua origem, limites, em muitos lugares a AC, através da prática de seus militantes, principalmente na ACE, levou a uma ruptura da dependência do clero e descoberta de que sua missão de cristão procede do batismo e não de uma delegação da hierarquia. E a prática desenvolvida estabeleceu novas relações entre o clero e os leigos.

> À medida que os leigos vão tendo a experiência de atuar apostolicamente, vão percebendo sua vocação específica e seu próprio papel na Igreja e no mundo. E a grande descoberta, traumática descoberta, é a de sua autonomia. Percebem, cada vez mais claramente, que sua missão não lhes advém por força de um 'mandato' concessivo da hierarquia, mas em virtude de sua fé e de seu carisma batismal. Vêem que não é o caso de agir como 'extensão do apostolado da hierarquia', mas em nome próprio, na qualidade de discípulos de Jesus (Soares, 1986, p. 16).

Esse caminhar dos militantes da AC contribuiu fortemente para a realização do Concílio Vaticano II. A experiência da AC, em particular no Brasil, analisaremos no capítulo seguinte. O **terceiro momento,** por volta dos anos 40, se caracterizou pela consciência de situação de missão em que se descobrem os leigos. O movimento missionário nasceu com a Missão de França (1941), a Missão de Paris (1943), a experiência dos Padres Operários (1945) e a consciência de que a França,e as demais partes da Europa eram terra de missão. Dentro desse horizonte, podemos situar outras iniciativas em nível doutrinal, espiritual e prático que tiveram grande repercussão na vida da Igreja, desembocando no Concílio Vaticano II. Trata-se do que se denominou de "movimentos": Movimento Bíblico, Movimento Litúrgico, Movimento Ecumênico, Movimento de volta às fontes. "Uma característica sempre presente nessas experiências foi a de reunir, em plano de substancial igualdade, em torno de convicções e compromissos comuns, cristãos de várias procedências, vocações e estados de vida" (Alberigo, 1984, p. 45).

A pertença dos leigos à Igreja encontrou eco no pontificado de Pio XII (1939-1958), estabelecendo uma nova maneira de ver os leigos. Em 1943, a Encíclica sobre o Corpo Místico de Cristo deu novo impulso ao tema. Esta encíclica representou um marco importante no processo de renovação da eclesiologia. Ela significou "a redescoberta da categoria eclesiológica da Igreja como o Corpo do Senhor, abrindo, dessa forma, uma perspectiva sacramental, onde o elemento carismático passa a ser valorizado..." (Teixeira, 1988, p. 230). Ao mesmo tempo, esse documento papal também teve uma concepção muito jurídica, identificando Igreja com o Corpo Místico e ainda com a Igreja Católica. O Concílio Vaticano II colocou essa questão noutra dimensão. Em 1946, em uma de suas Alocuções, Pio XII

afirmou que os "leigos são Igreja". Falando da missão da Igreja e dos fiéis, assim se manifestou Pio XII:

> A Igreja progride antes de tudo em profundidade, depois em extensão e em duração. Busca em primeiro lugar o próprio homem; esforça-se em formá-lo, modelá-lo e aperfeiçoar nele a semelhança divina. Seu trabalho realiza-se no fundo do coração de cada um, mas tem sua repercussão sobre toda a duração da vida, em todos os campos de atividade dos indivíduos. Nesses homens assim formados, a Igreja prepara à sociedade humana uma base sobre a qual pode repousar com segurança... E agora, de tudo isto, quais são as conseqüências que decorrem para a Igreja? Deverá, hoje mais que nunca viver sua missão; deverá mais energicamente que nunca rejeitar essa concepção falsa e estreita de sua espiritualidade e de sua vida interior, que pretenda confiná-la, cega e muda, no recesso do santuário. A Igreja não pode encerrar-se inerte no segredo de seus templos e abandonar assim a missão que a Providência divina lhe confiou de formar o homem completo, e assim colaborar incessantemente em estabelecer o fundamento sólido da sociedade. Esta missão lhe é essencial. Considerada sob este ponto de vista, pode-se dizer que ela é a sociedade dos que, sob a influência sobrenatural da graça, na perfeição de sua dignidade pessoal de filhos de Deus, edificam a poderosa armadura da comunidade humana. Sob este aspecto, os fiéis, e mais precisamente os leigos, se encontram na linha de frente da vida da Igreja; por eles, ela é o princípio vital da sociedade humana. Eles por conseguinte, eles sobretudo, devem ter uma consciência sempre mais nítida, não somente de pertencerem à Igreja, mas de serem a Igreja... (In: Congar, 1967, p. 77).

Durante o pontificado de Pio XII realizaram-se o I e II Congresso Mundial do apostolado dos leigos, em 1951 e 1957 respectivamente. Em 1957, ele utilizou pela primeira vez o termo "consagrar o mundo", como tarefa dos leigos.

O Papa João XXIII (1958-1963) deu sua contribuição à reflexão que vinha sendo feita sobre a presença e tarefa dos leigos em suas Encíclicas Mater et Magistra, de 1961 e Pacem In Terris, de 1963.

2.1. O Leigo e o Concílio Vaticano II.

Nessa retomada histórica, o Concílio[1] Vaticano II[2], que sem dúvida é um marco importante na vida da Igreja, "inverteu a política de centralização que vigorava desde o tempo da reforma gregoriana" (Lynch, 1988, p. 29). Do ponto de vista teológico, eclesiológico os leigosforam reconhecidos como membros efetivos da Igreja, do Povo de Deus. O Concílio Vaticano II foi convocado pelo Papa João XXIII e aconteceu em Roma de 1962 a 1965. O

[1] Concílio. No catolicismo é uma reunião, Assembléia de bispos, com a finalidade de deliberar e decidir sobre questões ligadas à doutrina ou à vida da Igreja. Na história da Igreja realizaram-se vários tipos de concílios, regionais, provinciais, nacionais, plenários e ecumênicos. O Concílio Ecumênico é o que reúne bispos de todo mundo em conjunto com o Bispo de Roma, o Papa. (Cf. Enciclopédia Mirador Internacional, p. 2712/13).

[2] O Concílio Vaticano II foi o vigésimo primeiro concílio da história do catolicismo, sendo o primeiro o de Nicéia, em 325. (Cf. Enciclopédia Mirador Internacional, p. 2712/13).

Concílio foi iniciado com o Papa João XXIII e concluído com o Papa Paulo VI. Não faremos aqui um estudo do Concílio, apenas destacaremos os elementos chaves a respeito dos leigos e os posicionamentos de alguns comentaristas. Sobre esse tema voltaremos no próximo capítulo deste trabalho.

O Concílio, apesar do inexpressivo número de leigos, como observadores, a partir da segunda sessão, produziu o primeiro documento sobre os leigos na história da Igreja: *Apostolicam Actuositatem* (AA). Aborda a temática em outros dois documentos fundamentais como *Gaudium et Spes* (GS) e *Lumen Gentium* (LG); bem como em *Ad Gentes* (AG) e *Presbyterorum Ordinis* (PO). Segundo vários pesquisadores a leitura de tudo o que o Concílio escreveu sobre os leigos, em particular o *Apostolicam Actuositatem*, deve ser feita a partir da *Lumen Gentium*, pois consideram limitado o documento sobre os leigos. Mas, segundo Lora, deve-se buscar uma complementaridade entre eles.

Como o Concílio respondeu à questão: quem são os leigos? Conseguiu esse conclave superar as várias dicotomias entre clero e laicato?

Segundo Antoniazzi,

> Esquematicamente, poderíamos dizer que o Concílio põe em relevo: 1º a comunidade dos fiéis, onde todos os batizados gozam da mesma dignidade fundamental e participam da única missão; 2º uma diversidade de ministérios e vocações, através dos quais a participação na missão se especifica (ministério hierárquico ou laicato) e, em outro plano, se distingue a vocação à santidade (que é de todos) e a vocação consagrada ou religiosa (1987, p. 5).

Um elemento chave que criou grande impacto e marcou o pós-concílio foi a retomada da noção de Igreja-Povo de Deus, tão presente no Novo Testamento (e que hoje vem sendo sistematicamente questionado por determinados segmentos na Igreja e da Cúria Romana). A Constituição Dogmática sobre a Igreja, que foi bastante discutida e emendada, antes de falar dos vários segmentos da Igreja, falou, no segundo capítulo, sobre "O Povo de Deus". O documento coloca essa reflexão a partir da Palavra de Deus e salienta, traz à luz novamente, a igualdade fundamental que deve reinar entre os discípulos de Cristo a partir do batismo. Antes de abordar a questão dos ministérios e carismas, o documento afirma que todos são inseridos diretamente em Cristo pela fé e pelo batismo. A redescoberta da origem comunitária da Igreja é que possibilita essa dimensão da igualdade fundamental. Essa dimensão comunitária advém da consciência de que todos os batizados têm uma vocação comum. Nesse sentido a LG, o nº 10, trata do sacerdócio comum: "os batizados, pela regeneração e unção do Espírito Santo, são consagrados como casa espiritual e sacerdócio santo...". (1968, p. 50). Na perspectiva comunitária e de igualdade fundamental, todas as funções na vida da Igreja devem ser

entendidas como serviço à comunidade, ao Povo de Deus. Essa dimensão comunitária traz de novo o horizonte da co-responsabilidade. Mas, apesar de enfatizar o princípio da comunidade, no dizer de Teixeira, o Concílio "não chegou elaborar uma teologia da comunidade, o que levaria a repensar uma série de estruturas que ainda emperram a possibilidade da comum responsabilidade na Igreja: por exemplo, as questões dos ministérios e da participação dos leigos nas decisões da Igreja" (1988, p. 233).

Como vimos, a reflexão sobre os leigos se colocou no horizonte de Igreja-Povo de Deus. Dentro desse povo, qual a função, vocação dos leigos? No capítulo IV da LG, o Concílio procurou definir quem são os leigos. No número 31 lemos:

> Pelo nome de leigos aqui são compreendidos todos os cristãos, exceto os membros da ordem sacra e do estado religioso... Estes fiéis pelo batismo foram incorporados a Cristo, constituídos no povo de Deus e a seu modo feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo. A índole secular caracteriza especialmente os leigos... É porém específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e orientando-as segundo Deus. (LG, 1968, p. 77).

Nessa descrição, o leigo vem relacionado a Cristo, à Igreja, ao mundo e à missão. No número 32, os padres conciliares chamam a atenção para a dignidade dos cristãos e para a diversidade das funções na Igreja:

> Por instituição divina, a santa Igreja é estruturada e regida com admirável variedade (...). Um é pois o povo eleito de Deus: 'um só Senhor, uma só fé, um só batismo' (Ef 4, 5). Comum à dignidade dos membros pela regeneração em Cristo. (...) E ainda que alguns por vontade de Cristo sejam constituídos mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos demais, reina contudo, entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo (LG, 1968, p. 78).

O documento, no nº 33, coloca também a presença dos leigos como instrumentos de salvação:

> O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvífica da Igreja. A este apostolado todos são destinados pelo próprio Senhor através do batismo e da confirmação (...) Os leigos são especialmente chamados a tornarem a Igreja presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias onde apenas através dele ela pôde chegar como sal da terra (LG, 1968, p. 79).

O documento *Apostolicam Actuositatem* chama a atenção de que o apostolado dos leigos não pode faltar à Igreja e decorre da vocação cristã. Ao falar de apostolado, a Igreja está falando do testemunho e da ação que devem ser desenvolvidos pelos cristãos no interior da comunidade cristã e sociedade. No pensamento conciliar, o leigo deve assumir a ordem temporal.

> Faz-se mister que os leigos assumam a renovação da ordem temporal como sua função própria e nela operem de maneira direta e definida, guiados pela luz do Evangelho e pela mente da Igreja e levados pela caridade cristã. Cooperem como cidadãos com os cidadãos,

> com sua competência específica e responsabilidade própria. Procurem por toda a parte e em tudo a justiça do reino de Deus (AA, 1968, nº7, p. 538).

Ao falar dos campos de apostolado dos leigos, o documento apresenta os seguintes: na paróquia, com a família, com a juventude; na realidade do trabalho, na profissão; na moradia, na diversão, ou vida social e no campo da política. E para realizarem sua missão, os leigos podem associar-se em movimento e outros organismos.

Do ponto de vista dos documentos, os leigos, que até então eram considerados apenas objeto da ação dos pastores ou exerciam seu apostolado como mandato do bispo, a partir do Concílio, são chamados a ser sujeitos da evangelização e conseqüentemente evangelizadores pelo seu batismo, em conjunto com os demais segmentos da Igreja. Apesar dessas mudanças e sua concretização na prática da Igreja, para sua completa efetivação, ainda há muito a ser feito.

O Concílio não chegou a uma definição teológica, essencial de leigo, mas sim a uma descrição tipológica. Schillebeeckx, em um artigo publicado em 1965, procurou explicitar uma "definição tipológica de leigo segundo o Vaticano II". Com base na LG apresentou três elementos na definição de leigo no sentido eclesiástico. E esses três elementos não foram perfeitamente integrados entre si. **Primeiro**, o leigo é membro da Igreja, como Povo de Deus, portanto antes de tudo um batizado, um cristão. Participa da missão total da Igreja. "... põe em relevo tudo que é comum ao sacerdote e ao leigo no seu ser cristão e na sua atividade cristã". (1965, p. 991). A partir dessa definição rejeita a dicotomia Igreja (clero) e mundo (leigo). **Segundo**, o leigo não é ordenado e nem religioso. "A definição exprime o caráter não-clerical da contribuição do leigo na edificação do Corpo Místico". (1965, p. 991). Aqui há uma distinção negativa do leigo em relação ao clero. **Terceiro**, o caráter positivo da definição do leigo: sua presença no mundo tendo em vista o Reino de Deus. O leigo tem sua especificidade, na sua relação cristã com o mundo. (Cf. p. 990 a 994). A esse respeito, em outro artigo, Schillebeeckx afirma:

> É compreensível que, sob a pressão ainda existente de uma tradição de muitos séculos, o concílio não tenha conseguido chegar a uma definição *teológica* do leigo cristão. Ele escolheu, neste ponto, o caminho mais fácil (e teologicamente o menos indicado), isto é, o da descrição *fenomenológica*. O conceito eclesial de leigo não recebeu assim, de fato, um conteúdo positivo. Poder-se-ia dizer que o Concílio procurou uma definição positiva do leigo, mas, através de uma definição negativa (não clérigo; não religioso), chegou a uma definição do ser cristão em geral, que é o conteúdo vital de todos os membros da Igreja sejam eles leigos, religiosos, sacerdotes ou bispos (In: Antoniazzi, 1986b, p. 8).

Essa intuição, observação de Schillebeeckx foi confirmada pelo Código de Direito Canônico de 1983, quando define o fiel, o cristão.

O tema da "consagração do mundo", de Pio XII, foi retomado pelo conclave dos bispos, apenas uma vez, na LG, onde lemos: "Assim também os leigos, como adoradores agindo santamente em toda a parte, consagram a Deus o próprio mundo". (LG, 1968, nº 34, p.80).

O Concílio provocou grande euforia e a emergência de uma consciência maior do laicato, possibilitando-lhe uma certa positividade. Aconteceram na Igreja, em muitos lugares, experiências positivas de efetiva participação, embora a questão do laicato não tenha sido plenamente resolvida, pelo Concílio , quer do ponto de vista de sua definição, quer de sua efetiva participação na Igreja.

Assim, após o Concílio, algumas mudanças foram ocorrendo e que veremos, mais concretamente, no próximo capítulo. Podemos registrar aqui que há uma prática e um desejo de uma Igreja menos clerical, mais ministerial. Os leigos já vão deixando em muitos lugares de ser vistos de maneira supletiva, mas como sujeitos no processo pastoral. Esse reconhecimento dos leigos é ainda um começo de um longo caminho a ser percorrido. "Persistem ainda, as três atitudes (a tradicional, a da Ação Católica e a pós-conciliar), superpostas no comportamento coletivo do povo de Deus" (Lora, 1986, p. 27).

Após o Vaticano II, o Papa Paulo VI com seus documentos e posicionamentos contribuiu para aprofundar a questão do laicato. Nesse sentido devemos citar a Encíclica *Populorum Progressio,* a Carta Apostólica *Octogesima Adveniens* e a Exortação Apostólica *Evangelli Nuntiandi.* Esta última é resultado do Sínodo sobre a Evangelização no Mundo de Hoje, realizado em 1974. Nesse documento, no capítulo, *Obreiros da Evangelização,* o nº 70, o Papa assim se refere aos leigos:

> Os leigos, a quem sua vocação específica coloca no meio do mundo e à frente de tarefas as mais variadas na ordem temporal, devem também eles, através disso mesmo, atuar uma singular forma de evangelização. (...) O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos 'mass media' e, ainda outras realidades abertas para a evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento (EN, 1976, p. 57).

O pré-concílio e o próprio Concílio foram marcados pela reflexão européia, mas desencadeou um processo de reflexão e de uma nova prática pastoral nos outros continentes. Na América Latina tivemos a realização das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), na expressão de Lora "momentos salvíficos" e que "abordaram o tema do laicato a partir de pontos de referências mais próximos de nossa realidade, de nossa situação" (1986, p. 27). Puebla abordou, de maneira específica, a questão do laicato nos números 777 a 833.

Reconhece a participação na missão da Igreja, de sua presença no mundo, que deve ser de maneira organizada. Chama a atenção para o fato de que os leigos devem responder ao grande desafio de injustiça de nossos países. Ressalta que houve um crescimento de consciência e de participação mas que ainda há grandes setores dos leigos que precisam tomar consciência plena de sua pertença à Igreja. Puebla retomou os ensinamentos do Vaticano II, e afirmou:

> é no mundo que o leigo encontra seu papel específico de ação. Pelo testemunho de sua vida, por sua palavra oportuna e sua ação concreta, o leigo tem a responsabilidade de ordenar as realidades temporais para pô-las a serviço da instauração do Reino de Deus (Puebla, 1979, nº 789, p. 219).

Os leigos devem atuar na família, na educação, nas comunicações sociais e, de maneira especial, na atividade política. Em todas as suas atividades e presença "o leigo deverá buscar e promover o bem comum, na defesa da dignidade do homem e de seus inalienáveis direitos, na proteção dos mais fracos e necessitados, na construção da paz, da liberdade, da justiça; na criação de estruturas mais justas e fraternas" (Puebla, 1970, nº 792, p. 219).

2.2. <u>O Leigo e o Código de Direito Canônico de 1983.</u>

Depois do Pontificado do Papa Paulo VI, de diálogo, abertura, experiências, a Igreja vive o pontificado do Papa João Paulo II que vem reafirmando as proposições conciliares (em certos aspectos, numa perspetiva conservadora), ressaltando a importância do laicato, mas também desenvolvendo uma política de maior centralização e controle. O Papa João Paulo II, em 1983, outorgou, à Igreja, o novo *Código de Direito Canônico* (CDC), que traduz, do ponto de vista jurídico, o Concílio Vaticano II e onde aborda também a questão do leigo. Pe. Alberto Antoniazzi, no artigo, *O que é o leigo - identidade e missão*, faz um estudo do leigo e do CDC. São suas idéias principais as que seguem.

O que se refere aos "deveres e direitos dos leigos" é tratado na 1ª Parte, do II Livro - sobre o Povo de Deus. Antes de abordar o assunto sobre os "leigos", o documento trata, na seção anterior, "dos deveres e direitos de todos os fiéis".

O Código, no dizer do autor, teve a influência decisiva do Concílio, em particular da LG. Como o CDC define os leigos? O CDC procura distinguir o que é comum a todos os fiéis e o que é específico dos leigos. Para definir os fiéis, o Código utiliza-se da definição de leigos, presente no número 31 da LG e assim se expressa no parágrafo 1º, cânon 204:

> os que são incorporados a Cristo pelo batismo, foram constituídos como Povo de Deus e, assim, feitos participantes, a seu modo, do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, são chamados a exercer, segundo a condição própria de cada um, a missão que Deus confiou para a Igreja cumprir no mundo.

A mesma definição do Vat. II, tirando-se "segundo a condição própria de cada um". E, a respeito do leigo, o Código "não dá uma definição. Limita-se a indicar concretamente suas atribuições (obrigações ou deveres e direitos)..." (1877, p. 6).

A partir da definição dada aos fiéis, os leigos, conseqüentemente, também participam da missão da Igreja. O que implica essa participação? Implica: estar em comunhão com a Igreja e conservar tal comunhão (Cân. 205); levar uma vida santa e contribuir para a santificação da Igreja (Cân. 210) e evangelizar (Cân. 211) (Cf. Antoniazzi, 1987, p. 7).

A participação pode-se dar ainda, manifestando aos pastores as próprias necessidades e os próprios anseios; dando opinião sobre a Igreja e prestando aconselhamento ou assessoria. Sobre a participação nos diversos órgãos consultivos, o Código esclarece muito pouco. Os leigos podem assumir, de maneira individual diversos "ofícios", como por exemplo, ser membro do Conselho Econômico de uma Diocese, Notário do Tribunal Eclesiástico e outros. Assim, quanto à sua participação, o Código acaba dando mais ênfase à missão, aos serviços e praticamente se cala quanto à participação nas decisões.

O Código diz que os leigos podem tomar iniciativas para se organizar para exercer o apostolado e que têm direito à associação. Aborda também no Cân. 225, parágrafo nº 2, que os leigos devem atuar no temporal, no mundo das realidades humanas. Segundo Antoniazzi, pouco espaço é dado a essa questão no documento. E os leigos têm o direito "de receber os bens necessários ao seu desenvolvimento" (formação, cuidados pastorais, etc) e deve ver garantida sua liberdade pessoal.

Aspectos insatisfatórios do CDC:

De maneira geral:

a) não ter abordado a questão dos carismas na Igreja (predomínio do institucional sobre o carismático?).

b) não ter assumido e valorizado o sacerdócio comum (LG, 10) e o "sensus fidei" (LG, 12).

Com relação aos leigos:

a) a participação no múnus do governo. O CDC praticamente evita esse assunto, abordando-o apenas do ponto de vista prático e genérico. Deixa de lado as questões colocadas pela LG.

b) "índole secular". O Código deu pouco relevo a esse aspecto. Será por que a questão do ministério é pensada ainda de forma muito clerical? "Parece que sim, que a vocação 'secular' do laicato foi sacrificada no Código, ou reduzida (o que provavelmente reflete um fato mais

grave: escasso valor reconhecido na Igreja a esta vocação)" (Antoniazzi, 1987, p. 8). Mas, segundo o autor, essa dimensão não pode ser deixada de lado e as relações entre Fé e Cultura, Fé e História, Igreja e Mundo são grandes desafios de nosso século.

2.3. O Leigo e o Sínodo dos Bispos de 1987.

Depois de mais de vinte anos do Concílio, toda a Igreja teve novamente a possibilidade de refletir, aprofundar e buscar clarear o que é o leigo, através da preparação e realização do Sínodo de 1987, sobre a vocação e missão dos leigos. No mundo inteiro várias atividades foram feitas no sentido de possibilitar reflexões sobre o tema: Encontros, Seminários, assembléias, publicações as mais diversas. Nessa reflexão, percebe-se que, em relação ao passado , muito se caminhou; que do ponto de vista teórico as questões estão relativamente colocadas, e que muito tem que ser feito; o desafio é colocar em prática os pontos explicitados.

Em fevereiro de 1989, o Papa João Paulo II publicou sua Exortação Apostólica *Christifideles Laici* (CfL), com a qual concluiu a realização do Sínodo sobre os leigos. No documento papal reafirmou a doutrina expressa no Concílio Vaticano II.

Como este documento procura definir quem são os leigos?

O documento mostra a necessidade da colaboração dos leigos na vida da Igreja e enfatiza a sua co-responsabilidade na presença da Igreja no mundo. O Papa utiliza-se da reflexão do Sínodo, dos documentos do Concílio e trabalha com duas imagens bíblicas para desenvolver suas idéias: os convidados à vinha (Mt 20,1-14) e a videira e os ramos (Jo 15,1-15).

Com relação à temática deste capítulo, vejamos o que o Papa aborda na introdução, no primeiro, segundo e terceiro capítulos do documento.

Na **introdução** salientamos o seguinte:

- Os leigos são convocados a trabalhar na vinha, que é o mundo. Os leigos devem "tomar parte ativa, consciente e responsável na missão da Igreja, nesta hora magnífica e dramática da história no limiar do terceiro milênio" (CfL, 1989, nº 3, p. 11).

- A pessoa humana tem hoje sua dignidade desrespeitada e essas violações se manifestam nas carências de grandes populações com relação a casa, trabalho, alimentos, etc. Os leigos não podem ficar insensíveis diante desses desafios.

- Os leigos devem testemunhar e anunciar a Esperança: Jesus Cristo.

No **primeiro capítulo**, "Eu sou a videira e vós os ramos - A dignidade dos fiéis leigos na Igreja-mistério", o Papa apresenta uma caracterização do leigo.

- O leigo pertence à Igreja e a seu mistério: "Assim, só no interior do mistério da Igreja como mistério de comunhão se revela a 'identidade' dos fiéis leigos, a sua original dignidade" (CfL, 1989, nº 8, p. 22). É a partir do batismo que é "possível delinear a 'figura' do fiel leigo" (CfL, nº 9, p. 25), que tem como horizonte o Reino de Deus.

- A partir do batismo, o cristão leigo "é co-responsável, juntamente com os ministros ordenados e com os religiosos e as religiosas, pela missão da Igreja" (CfL, 1989, nº 15, p. 33). Portanto são Igreja.

- Reafirma o pensamento conciliar de que a índole secular é própria do leigo. Sua presença deve se dar no mundo.

> O 'mundo' torna-se assim o ambiente e meio de vocação cristã dos fiéis leigos... Estes não são chamados a deixar o lugar que ocupam no mundo. (...) A condição eclesial dos fiéis leigos é radicalmente definida pela sua novidade cristã e caracterizada pela sua índole secular (CfL, 1989, nº 15, p. 36/37).

- Os leigos fazem parte do Povo de Deus (Cf. CfL, 1989, nº 14).

No **segundo capítulo**, o Papa enfatiza a necessidade de participação dos leigos na Igreja, aborda a temática da comunhão, dos ministérios leigos e de quais organismos os leigos devem participar. Neste capítulo, a participação é usada no sentido de "colaboração" e não avança em relação ao Concílio e ao CDC quanto à efetiva participação do leigo no poder da Igreja.

No **terceiro capítulo**, ao abordar a temática da missão, enfatiza a co-responsabilidade (não apenas colaboração) dos leigos na missão da Igreja, portanto, de sua presença e atuação na sociedade. Aponta, o Papa, várias tarefas:

- Promover a dignidade da pessoa humana.
- Assumir a família como expressão de comunhão.
- Ser protagonista da política.
- Colocar a pessoa humana no centro da vida econômica e social.
- Evangelizar a cultura e as culturas do homem.

3. Retomando.

Pudemos perceber, de maneira breve, como viviam os primeiros cristãos, o surgimento da categoria de leigos no interior da Igreja Católica e como sua ausência ou presença se deu no

decorrer da história. Como vimos, os leigos, na sua maioria, foram excluídos de qualquer participação e decisão a partir do século IV. Os príncipes, os que detinham o poder de interferir na vida da Igreja, foram excluídos a partir da reforma gregoriana no século X. Desse momento até praticamente o século XX, os leigos não tiveram vez e voz na Igreja, sendo considerados cidadãos de segunda categoria e o controle absoluto do clero se deu. Nesse processo, como constatamos, houve também, lutas e resistências.

Foi praticamente em nosso século que a concepção de leigos adquiriu certa positividade. Do ponto de vista da reflexão, dos documentos e também da prática da Igreja Católica houve mudanças, a partir do Vaticano II, sobre o lugar, as funções e presença do leigo.

- A partir de uma eclesiologia de comunhão ou uma eclesiologia integral, há preocupação de acentuar primeiro o que une os cristãos, para depois, a partir desse horizonte, ver a diversidade de funções. O substantivo é ser cristão: pelo batismo todos fazem parte do Povo de Deus. Constatamos também que o Vaticano II colocou bases para a superação da dicotomia clero e leigos, sagrado e profano. O desafio é o da prática, traduzida em direito.

- A Igreja toda tem sua dimensão secular, os leigos têm sua modalidade própria de estar no mundo. E aí devem assumir toda a dramaticidade da história e buscar transformar a sociedade, para que o Reino de Deus aconteça. Nesse sentido, vemos todos os documentos e em particular na CfL a responsabilidade dos cristãos na luta pela justiça, pelos direitos humanos, sua participação na política, na cultura, etc. Essa dimensão do mundo é uma constante em todos os pronunciamentos e documentos.

- Os leigos, portanto, são Igreja, têm sua pertença assegurada pelo batismo, são co-responsáveis pela missão de anunciar a proposta de Jesus Cristo no coração da sociedade.

- De outro lado, há ainda muito que caminhar na Igreja, para que toda ela se deixe penetrar pelo projeto igualitário de Jesus Cristo. Pela reflexão, leituras e pelo testemunho de muitos cristãos em muitos lugares, é preciso que os leigos deixem de ser leigos no sentido daqueles que nada sabem e nada decidem.

- Um aspecto que consideramos relevante hoje é que há um número significativo de leigos discutindo sua pertença à Igreja, qual sua identidade, missão e a necessidade de organização para que possa reverter essa situação de minoridade em que vivem, na prática eclesial.

Vimos que nessa caminhada histórica, em determinados momentos, o leigo adquiriu certa positividade. Que a partir do Concílio Vaticano II há uma maior valorização dos leigos na Igreja. Há um crescente número de leigos que assumem sua vocação e consciência batismal.

Há diversidade de dons no interior da Igreja. Na América Latina também vivemos a experiência da emergência do pobre como sujeito da evangelização. É que sua participação se deu mais fortemente nas bases, nas Igrejas Particulares sem chegar a afetar a macro estrutura da Igreja.

Hoje podemos dizer que encontramos leigos organizados e não organizados. Estes últimos constituem o "povo", os que participam regularmente das missas, das procissões, das celebrações da sexta-feira santa, os que vivem sua religiosidade, etc. Leigos organizados são os que pertencem a uma associação, a um movimento, a uma pastoral, participam de uma CEB. Leigos que realizam diferentes tarefas eparticipam de equipes de serviços. Podemos dizer, os leigos militantes. Nesse segmento, encontramos pessoas das mais diferentes classes sociais e das mais diversas profissões, mas basicamente os pobres e os de classe média. Quanto aos modelos de Igreja, vividos por esses grupos, há uma grande diversidade. Nossa preocupação será estudar a formação dos leigos organizados e, dentre eles, os que assumem o modelo de Igreja comunhão e participação.

Há muito a caminhar. Vejamos alguns desafios que precisam ser enfrentados (ou continuar a ser enfrentados) por todos os segmentos da Igreja. Na fase preparatória do Sínodo, de 1987 várias publicações foram feitas com a preocupação de contribuir para a reflexão e o debate. No decorrer deste capítulo, já fizemos referências de vários desses autores. A partir de autores como Antoniazzi, Libânio, Soares, Lora, bem como dos relatórios dos encontros e assembléias, vejamos, ainda, outros desafios:

- clarear a identidade, a pertença dos leigos à Igreja;

- ampliar os espaços de formação, para os vários campos de missão;

- aprofundar a dimensão de espiritualidade a partir dos desafios colocados na vida dos leigos, na sua inserção no mundo e na Igreja;

- criar práticas envolvendo laicato e o clero na busca da superação de uma prática marcada pela dicotomia;

- criar mecanismos para que os leigos rompam sua dependência do clero;

- enfrentar a questão do poder e da participação. Que a prática vivenciada em muitas Igrejas Particulares e nas comunidades, se dê também na macroestrutura e sejam consolidadas nas formas do direito.

- que a teologia enfrente a questão da emergência do pobre, do leigo pobre no seio da Igreja e liberte-se de fórmulas e conceitos produzidos sob o impacto do clericalismo e das classes dominantes;

- enfrentar a questão da mulher;

- lutar para romper o modelo de Igreja piramidal e que reforça a Igreja hierárquica;

- garantir o direito conquistado na prática de muitas Igrejas Particulares de participação dos leigos nos Conselhos e Assembléias Diocesanas, deixando de ser apenas uma participação consultiva.

Podemos resumir tudo, dizendo, como Antoniazzi,

> que o problema do laicato na Igreja é um problema de eliminação do laicato, quer dizer, de eliminação de uma situação - anti-comunitária, senão anti-evangélica - em que uma categoria de cristãos, os 'leigos', estão desprovidos de poder. Se o problema é este, não se resolve abolindo a palavra 'leigo', mas modificando a situação real, as relações intra-eclesiais, a participação no poder (1986b, p. 10).

Capítulo II - O LEIGO NA IGREJA CATÓLICA.

Nossa preocupação neste capítulo é a de explicitar quem é o cristão leigo, particularmente em nossos dias, na Igreja Católica no Brasil. Em toda a história da Igreja, no desenrolar do processo eclesial, quem tem sido o leigo? Um ator no processo ou meramente um figurante? Para situarmos o momento em que estamos vivendo e entendermos a luta dos leigos para serem reconhecidos no interior da Igreja, buscaremos apresentar, de maneira suscinta, os aspectos principais da história da Igreja no Brasil, articulando-os com o contexto sócio-econômico e político e situando o laicato dentro dessa realidade. Essa apresentação envolverá o período de 1889 a 1990, de maneira particular a partir de 1964. Para melhor perceber as mudanças que foram ocorrendo no decorrer de nossa história, dividiremos nossa análise em quatro períodos. Utilizaremos algumas datas como referência, datas que vêm sendo utilizadas de maneira consensual por diferentes autores, para marcar determinados períodos de nossa história. No dizer de José Carlos S. Araújo, "periodizar significa o estabelecimento de rupturas, de descontinuidade, o rompimento com a linearidade; os acontecimentos são retirados do traçado horizontal e enformados por significados mais amplos" (1986, p. 15).

1. Período de 1889-1930

1.1. A situação brasileira.

Este período, na história brasileira, foi marcado pelo fim da monarquia e a instalação da república. Vários fatores e interesses do ponto de vista político e econômico levaram a essa ruptura. A economia brasileira era centrada na agricultura, na monocultura, tendo por base a grande propriedade e a escravidão. O desenvolvimento do capitalismo na Europa, refletiu-se no Brasil, colocando em cheque o regime escravocrata e, conseqüentemente, a monarquia.

No final do século, ampliaram-se os confrontos entre monarquistas e republicanos. Estes lançaram um *Manifesto da República*, organizaram um partido, com núcleos nas províncias. O movimento republicano contou com a participação e liderança dos grandes proprietários de terra, em particular dos cafeicultores de São Paulo e Rio de Janeiro, e dos militares positivistas. Os republicanos estavam de acordo com um ponto: o fim da monarquia, mas discordavam em vários outros. Uma divergência, entre os militares e cafeicultores, era quanto à forma de organização do sistema. Os cafeicultores queriam uma sistema descentralizado, com bastante autonomia para os Estados, garantindo seu poder regional. Os militares,

por sua vez, desejavam um sistema centralizado, pois possuíam um ideal de "Salvação Nacional". E os civis temiam a implantação de uma ditadura militar. Outra divergência era quanto à participação popular ou não no novo regime. Os setores urbanos desejavam essa participação; os fazendeiros e setores moderados eram contrários a ela, queriam um processo sem grandes mudanças, sem grande traumas, para não perderem seus privilégios. Esse grupo conseguiu se impor e, em 15 de novembro de 1889, com um golpe militar, pôs fim ao império e instaurou a república. Algumas medidas foram tomadas de início: foi assumido o regime republicano federalista, as províncias transformadas em estados, oferecida naturalização a todos os estrangeiros, decretada a separação entre Igreja e Estado e instituído o casamento e o registro civis. Em 1891 foi promulgada uma Constituição, tendo por base as Constituições dos países avançados, entre eles os Estados Unidos. Muitos dos preceitos constitucionais ficaram no papel. Apesar da república, a herança econômica colonial foi preservada: a produção para o mercado externo, a grande propriedade e a monocultura. A política na chamada República Velha foi dominada pelos grandes proprietários de terra, em particular pela oligarquia cafeeira e o poder esteve a seu serviço.

Um elemento importante nesse período foi a imigração. Os imigrantes substituíram os escravos nas fazendas de café. Concentraram-se nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os antigos escravos foram deixados à margem, sendo que nenhuma política para inseri-los no novo processo surgiu e nenhuma reforma agrária foi feita.

Apesar da hegemonia da produção cafeeira, o processo de industrialização foi crescendo. A política de valorização do café, com a manutenção de seus preços, fez com que muitos fazendeiros passassem a investir nas indústrias, motivados pelo ganho de suas vendas e pelo medo de uma crise do café. A 1ª Guerra também acabou sendo um fator de industrialização: tendo diminuído a oferta de mercadorias pelos países em guerra, o país foi obrigado a começar a produzir. Após a guerra, as indústrias americanas se instalaram no Brasil, aumentando a dependência econômica. Gradativamente foi se criando um operariado, com influência dos anarquistas espanhóis e italianos. Em 1917 e 1919, aconteceram greves no país. Em 1918, a Comissão de Legislação da Câmara propôs uma série de leis, que favoreciam os trabalhadores, contestadas pelos patrões.

Ainda nesse período, outros acontecimentos marcaram a vida brasileira: reações à instituição da república, como os movimentos de Canudos e Contestado; o Cangaço; a realização da Semana de Arte Moderna; a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e

o tenentismo. Repercutiram no Brasil a Revolução Russa de 1917 e as experiências do fascismo italiano e do nazismo alemão.

1.2. **A situação da Igreja.**

O fim da monarquia e a proclamação da república colocam a Igreja em nova situação: a sua separação do Estado. A Igreja perde privilégios, deixa de ser a religião oficial e a liberdade de culto foi definida em decreto e garantida depois pela Constituição. Mudanças na realidade brasileira! Mudanças na Igreja do Brasil! Esse processo reflete também o que aconteceu na economia internacional e na Igreja Universal.

A Igreja durante o período colonial e o império fez parte integrante da estrutura do Estado. Ela legitimava a ordem vigente e dependia, sob todos os sentidos, do governo imperial. Essa situação era decorrente do *'modelo de Cristandade'* que marcou a Igreja e a sociedade por vários séculos. A Igreja no Brasil chegou ao final do século com o aparelho eclesiástico debilitado, tendo perdido as elites e sem condições de um novo pacto entre Igreja e Estado, embora continuasse ligada às oligarquias regionais conservadoras.

A Igreja procurou, após a separação com o Estado, a aceitação, o acatamento dos detentores da nova ordem. Nessa perspectiva, podemos entender que todo o

> projeto da Igreja, durante os primeiros 40 anos da ordem republicana, tenha sido de conseguir uma mudança substancial desta ordem que restabelecesse no plano constitucional e do funcionamento das instituições a sua presença, quando não da sua hegemonia (Beozzo, 1984b, p. 277).

Para isso procurou organizar-se internamente. A Igreja se viu forçada a reconhecer e aceitar a nova situação, mas não deixou, durante o final do século passado e começo deste, de manifestar sua insatisfação quanto às perdas dos seus privilégios. A busca de um novo relacionamento com o poder civil se fez por exigência de uma nova realidade e de um novo modelo que a Igreja Universal foi procurando construir, a partir do Concílio de Trento (1545-1563). Um novo modelo, pelo qual pudesse explicitar sua concepção de Igreja, suas formas de relacionamento com os diferentes governos e sociedades. *Modelo* onde a Igreja se via como uma Sociedade Perfeita, também chamado de *Neo-Cristandade*, que no Brasil vinha sendo perseguido a partir de 1870. Os dois modelos - *de Cristandade e Neo-Cristandade* - conviveram no Brasil até a década de 20, passando, em seguida, a ter hegemonia o segundo modelo. Os princípios, as diretrizes que orientaram a vida e a prática da Igreja nesse período foram expressos nas Cartas Pastorais e outros documentos do Episcopado nacional. Podemos

constatar, nesses pronunciamentos, resquícios do modelo de *Cristandade*, bem como elementos do modelo emergente. José Carlos de Souza Araújo fez um excelente estudo das Cartas Pastorais, do período de 1889 até 1922, procurando explicitar a mentalidade ideológica dos referidos documentos. Para compreender os posicionamentos dos bispos, uma pequena síntese, apresentada a seguir, destaca alguns aspectos dessa pesquisa feita. Com relação ao *modelo de Cristandade*, destacamos entre outros, os seguintes: a integração Igreja e Estado é uma constante nos documentos e vista muitas vezes numa perspectiva nostálgica; fé e nacionalidade são indissociáveis, a religião deve ser a base da organização da sociedade, ela deve permear todo tecido social; a religião é vista como remédio para os males do país, sua ausência, um mal; o banimento da religião das escolas e colégios, a ausência de Deus nos documentos oficiais, isso manifesta o rompimento do governo com a Igreja, com Jesus Cristo e, portanto, dias sombrios pesam sobre o povo; indivíduo, Pátria e Deus para os bispos constituem uma realidade só, em conseqüência, os inimigos da Religião são inimigos da Pátria e vice-versa. (Cf. Araújo, 1986, p. 52-78).

Com relação às principais questões colocadas à Igreja, dentro da perspectiva do modelo de *Neo-Cristandade,* os bispos enfatizaram: a missão da Igreja é a felicidade eterna, deve cuidar do espiritual e o Estado da matéria, aquela cuida da alma e este do corpo; a Igreja não exige mais que a Religião Católica seja considerada a oficial, mas defende a necessidade de colaboração entre o poder civil e o religioso, garantindo dessa forma seu livre exercício; o episcopado, por identificar Igreja e Cristianismo e considerando seu fim eterno, batalha para fazer valer os direitos da Igreja como poder espiritual. Por decorrência, não aceita os direitos das outras religiões e assume uma postura apologética contra elas e contra determinadas ideologias; a colaboração entre Igreja e Estado não impede que aquela chame a atenção para a necessidade das reformas sociais; esse fato não implica um questionamento do sistema político vigente. (Cf. Araújo, 1986, p. 78-101).

Este último modelo foi explicitado pelo Papa Leão XIII, na Encíclica *Imortale Dei*, promulgada em 1885. Nesse documento encontramos claramente o que se entende por Igreja Sociedade Perfeita e a diferença entre a sociedade civil e a Igreja. Vejamos:

> Se bem que composta de homens como a sociedade civil, essa sociedade da Igreja, quer pelo fim que lhe foi designado, quer pelos meios que lhe servem para atingi-lo, é sobrenatural e espiritual. Distingue-se, pois, e difere da sociedade civil. Além disso, e isto é da maior importância, constitui ela uma sociedade juridicamente perfeita no seu gênero, porque, pela expressa vontade e pela graça de seu fundador, possui em si e de per si todos os recursos necessários à sua existência e ação". (...) "Deus dividiu, pois, o governo do gênero humano entre dois poderes: o poder eclesiástico e o poder civil; aquele preposto às coisas divinas, este às coisas humanas. Cada uma delas no seu gênero é soberana; cada uma está encerrada em limites perfeitamente determinados, e traçados em conformidade

> com a sua natureza e com o seu fim especial. Há pois, como que uma esfera circunscrita em que cada uma exerce a sua ação *jure próprio*". (...) "como o fim a que a Igreja tende é de muito o mais nobre de todos, assim também o seu poder prevalece sobre todos os outros poderes, e de modo algum pode ser inferior ou sujeito ao poder civil (In: Araújo, 1986, p. 78).

É dentro desse horizonte que entendemos a busca de colaboração com o Estado; uma postura apologética com relação a outras confissões religiosas e várias ideologias; a luta contra o ensino laico da escola pública e outros posicionamentos.

A reorganização da Igreja e a restauração da sociedade em bases cristãs era uma preocupação constante dos bispos. Nesse sentido, realizaram-se várias Conferências Provinciais e produziram-se várias Cartas Pastorais. Salientamos: Documento de D. Macedo Costa, de 1890; a Pastoral Coletiva de 1915 e a Carta Pastoral de D. Leme, de 1916.

D. Leme, inicialmente como Arcebispo de Recife e, depois, como Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, exerceu marcante liderança na Igreja e na sociedade brasileira. Quando de sua posse em Recife, em 1916, escreveu uma Carta Pastoral, marco importante, referência de todos estudiosos da História da Igreja no Brasil. Nessa carta, analisou a situação do país do ponto de vista religioso. Mostrou a ignorância e acomodação por parte dos católicos, a ausência da religião nas instituições, a ignorância religiosa dos intelectuais brasileiros, a falta de organização temática das homilias e outros pontos. Após salientar a situação, propôs um plano de ação, que procurou concretizar durante toda a sua vida. D. Leme conclamou a uma reação católica, uma renovação. Convocou todos para o apostolado e propôs que houvesse uma pregação doutrinal.

Nesse processo de renovação, de reação católica, a Igreja deu ênfase e prioridade ao trabalho junto aos intelectuais. Através destes e dos que freqüentaram os colégios católicos, a Igreja considerou-se capaz de atingir seus objetivos de recristianização da sociedade e de alianças com os que estavam no poder. Dentro desse contexto, vamos encontrar vários convertidos. Ao redor de Jackson de Figueiredo, convertido em 1918, vários intelectuais se aglutinaram em torno da revista *A Ordem*, criada em 1921 e do *Centro D. Vital*, fundado em 1922. Jackson, depois de sua morte prematura, foi substituído por Alceu de Amoroso Lima. Nessa perspectiva de trabalho, D. Leme batalhou para a criação da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Irmã Maria Regina do Santo Rosário, em seu livro *O Cardeal Leme*, apresentou-nos D. Leme numa fidelidade total à causa da Igreja, uma fidelidade sem vacilação ao Papa, um profundo amor à Pátria e uma visão muito grande de seu tempo. Brasilidade e catolicismo estavam juntos na atuação do cardeal.

Uma outra questão chave, que interferiu no esforço de reorganização da Igreja, foi o processo de romanização que se deu a partir da segunda metade do século passado, na Igreja do Brasil, "movimento de reeuropeização do catolicismo de características centralizadoras e sob a autoridade papal. É um movimento de inspiração eminentemente hierárquica e clerical" (Araújo, 1986, p. 22). Buscou atingir diretamente o catolicismo popular. Este era caracterizado pela dimensão devocional, tinha como centro os santos e se manifestava nas procissões, romarias e promessas.

> A difusão dessa forma de vivência da fé católica é feita de modo especial pelos leigos, que trazem de Portugal seus santos e práticas devotas e continuam na colônia as devoções de tradição familiar, independente do reconhecimento por parte da autoridade eclesiástica (Azzi, 1977, p. 45).

Nesse período, assim como as elites se subordinaram às ideologias dominantes na Europa e nos Estados Unidos, a Igreja seguiu o mesmo caminho na sua reforma. Segundo Beozzo, a Igreja "fazendo vir da Europa uma centena e meia de congregações e ordens religiosas masculinas e femininas, num curto período de trinta anos, vai se europeizar e romanizar, tornando-se estranha à religião luso-brasileira, até então praticada pelo povo e veiculada pela Igreja." (1984b, p. 279). Houve choques entre essa nova religião e a vida do povo. Essa religião ganhou depois elementos das elites também europeizadas. O povo ficará novamente em segundo plano. Pe. Júlio Maria foi um dos poucos a defender a união Igreja e povo, e conseqüentemente a defesa da democracia. Em 1900, ele afirmou :

> Nunca maior missão se deparou à Igreja em nosso país. Nunca, porém, o clero brasileiro se mostrou menos disposto e orientado para se elevar às alturas de uma grande e nobre cruzada. Como no mundo inteiro, hoje no Brasil não há, não pode haver, senão duas forças: a Igreja e o povo. E se uni-las, é, no mundo, o ideal do papa, concorrer para essa união é, no Brasil, o dever dos católicos, principalmente do clero. Infelizmente, como na França e noutros lugares, certos políticos, entre nós, em face do fato republicano, não têm perdido ocasião de explorar o clero, ou antes, aquela parte do clero que se acostuma a medir os horizontes do mundo pelas dimensões de uma sacristia, onde não lhe chegam vozes, que fora tumultuam, das grandes reivindicações populares, mas apenas as vozes dos devotos. (...) Mostrar aos pequeninos, aos pobres, aos proletários, que eles foram os primeiros chamados pelo Divino Mestre, cuja Igreja logo, desde seu início, a Igreja do povo, na qual os grandes, os poderosos, os ricos, também podem entrar, mas que têm entranhas de misericórdia para a pobreza; sujeitar o despotismo do capital às leis da equidade; exigir dele, não só a caridade, mas a justiça a que tem direito o trabalho... (In: Azzi, 1977, p. 57/58).

A Igreja tinha como preocupações reformar o catolicismo popular, recristianizar a sociedade e superar a tendência liberal do clero. Para realizar essas tarefas a Igreja enfrentou o catolicismo popular através da catequese para purificá-lo das chamadas superstições; tirou do controle dos leigos as suas rezas; buscou substituir um catolicismo lusitano por um romano.

Nesse período tivemos um catolicismo apologético, enfrentando seus inimigos: a maçonaria, o protestantismo, o espiritismo, os liberais, os positivistas, os comunistas.

A questão social foi um outro elemento chave para a compreensão da posição da Igreja no período, que se colocou como consequência da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo. A realidade do operariado a partir do final do século XIX era de grande miséria e exploração. A Igreja enxergava a época como de grande crise, de decadência moral e dos costumes cristãos. Diante dessa condição social Leão XIII lançou a Encíclica *Rerum Novarum*, pela qual chamou a atenção da Igreja Universal e do mundo sobre a situação dos operários e apresentou qual a contribuição e tarefa da Igreja diante dessa problemática. Leão XIII apontou como causas dessa realidade o liberalismo e o comunismo, enfatizando a necessidade da intervenção do Estado para a solução dos problemas. Como saída, indicou a restauração dos costumes afirmando que sem o Evangelho e a Igreja não é possível encontrar solução. Não podemos deixar de registrar que esse documento papal foi um forte grito do ponto de vista ético contra a situação vivida pelos operários, apesar de seu caráter conservador. Esse documento causou impacto, pois a Igreja abordava esse tipo de problemática de maneira indireta. Para muitos católicos foi um escândalo. E, segundo Alfredo Bosi, "Situando a Encíclica no seu contexto será ainda possível reconhecer que a sua face progressista se mostra na afirmação de que o 'trabalho é a única fonte de onde procede a riqueza das Nações'" (In: Matos, 1991).

1.3. <u>A presença dos leigos.</u>

E os fiéis, os leigos nesse processo? Buscaremos explicitar a sua presença e atuação.

Os leigos, os fiéis, a partir do século IV, gradativamente foram sendo marginalizados e excluídos de qualquer nível de participação e de decisão na vida da Igreja. O poder se concentrou nas mãos do clero. O Papa e os bispos passaram a ser os atores principais, podemos dizer, os únicos atores. Diz Alves: "Tradicionalmente o leigo tem tido, ao longo dos últimos séculos da história da Igreja Católica, apenas um papel de figurante, mudo, quedo, obediente. Até a reunião do Concílio Vaticano II eram raros os textos que se referiam ao seu lugar na instituição" (1979, p. 105).

A ausência de direitos dos leigos encontramos claramente expressa em alguns documentos do início deste século. O Papa Pio X afirmou:

> (...) Somente no corpo dos pastores residem o direito e a autoridade necessários para promover e dirigir todos os membros para o fim da sociedade. Quanto à multidão, ela não

> tem outro direito a não ser o que se deixar conduzir e, como dócil rebanho, seguir seus pastores (Encíclica Vehementer de 11.01.1906, In: Antoniazzi, 1987, p. 4-5).

E o Código de Direito Canônico de 1917 que incorporou essa visão, afirmava que os leigos deveriam ser objetos de ação pastoral por parte de seus pastores. Não têm outro direito, senão "o de receber do clero, conforme as normas da disciplina eclesiástica, os bens espirituais e principalmente os meios necessários para a salvação" (In: Antoniazzi, 1987, p. 5). Nessa Igreja os vários segmentos se articulam hierarquicamente: no topo está o Papa, em seguida os bispos, o clero como intermediário e, na base, apenas como ouvintes e cumpridores de ordem, estão os fiéis. Essa estrutura pode ser constatada nos vários documentos do episcopado dessa época. Pedro R. Oliveira, em seu trabalho *Religião e dominação de classe*, analisando a Carta Pastoral de 1915, dos bispos brasileiros, afirma:

> A própria estrutura do documento já revela seu conteúdo: primeiramente o texto fala da missão dos bispos - guardar a fé; depois fala da missão dos sacerdotes: administrar os sacramentos; enfim, fala do dever de todos os homens: prestar culto a Deus. Os leigos não aparecem como tendo uma missão própria, como têm os bispos e padres. Coisa semelhante se dá quando o texto fala dos costumes do clero e do povo (leigos): ao clero faz-se um apelo para que ele se torne digno de sua posição na sociedade perfeitíssima que é a Igreja; aos leigos, o texto não faz nenhum apelo direto; o apelo é feito aos clérigos, para que ensinem aos leigos os seus deveres, exortando-os e corrigindo-os, a fim de extirpar seus vícios. (...) O texto mostra os bispos como pastores que guardam a sã doutrina e os padres como autoridades que devem guiar os fiéis; estes limitam-se a seguir as orientações recebidas (1985, p. 300).

Mesmo numa perspectiva de função subalterna, encontramos os leigos e suas organizações no decorrer de nossa história, na maioria das vezes se colocando de acordo com o desejo da hierarquia, às vezes manifestando resistências e assumindo questionamentos. A atuação dos leigos foi e é muitas vezes significativa, mas pouco considerada pelos historiadores. Toda a "realidade histórica brasileira, embora perpassada pela contradição e por ambiguidades evidentes, revela que os leigos nunca ficaram absolutamente passivos. Pelo contrário, buscaram ser uma presença no mundo, dentro dos condicionamentos próprios de cada época" (Amado, 1990, p. 19). Desde o descobrimento do Brasil os leigos que tiveram sua atuação, "foram os colonos portugueses, leigos e pobres, os primeiros a atuarem na catequese e evangelizaçao do Brasil" (Amado, 1990, p. 18). Encontramos também os beatos e beatas que, muitas vezes deixando de se casar, dedicaram-se à tarefa de evangelizar. Atendiam os doentes, os pobres e dedicavam-se à pregação. Um exemplo é de Antonio Conselheiro, em Canudos.

No período colonial os leigos se articulavam em Irmandades, em Confrarias e Ordens Terceiras. As Irmandades e Confrarias eram administradas pelos leigos, as Ordens Terceiras tinham um vínculo maior com a autoridade eclesiástica. Segundo Lísias Negrão

> Os leigos agrupavam-se nas Irmandades e Confrarias de acordo com a condição social e racial. Os 'Homens bons' normalmente vinculavam-se às Irmandades do Santíssimo Sacramento, e os pobres, às Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, subdividindo-se segundo sua cor: brancos, pardos e negros. Havia também as irmandades de São Benedito, compostas por negros, entre outras (1984, p. 15).

As Irmandades tinham mais um caráter assistencial, cuidavam por exemplo dos hospitais. As Confrarias tinham um caráter mais devocional, cultural e de auxílio mútuo. As Confrarias dos negros construíram Igrejas e cemitérios. Eles na realidade não tinham orações e missas quando faleciam - só os ricos tinham esses privilégios - para isso criaram suas Irmandades e Confrarias. Essas organizações foram depois um instrumento de libertação dos escravos.

A presença do leigo foi forte no catolicismo popular, como já colocamos no item anterior. Esse catolicismo foi de base leiga e sem muito controle por parte da Igreja e sofreu forte oposição no processo de reorganização, de romanização da Igreja. Para Pedro Ribeiro de Oliveira, os principais traços da romanização são "... a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos e o senso da hierarquia eclesiástica; o bom católico, segundo esse modelo, é aquele que freqüenta regularmente os sacramentos e obedece incondicionalmente à autoridade eclesiástica" (1985, p. 284). Apesar de todo empenho da reforma, esse catolicismo resistiu.

No final do século passado e começo deste, encontramos vários convertidos que marcaram uma posição católica nos vários campos da vida social. Villaça (1975) cita alguns nomes: Júlio Maria, Felício dos Santos, Joaquim Nabuco, Jackson de Figueiredo, Hamilton Nogueira, Alceu A. Lima, Gustavo Corção, Paulo Setubal, Murilo Mendes. Os do século XIX são Júlio Maria, Felício dos Santos e Joaquim Nabuco. Este foi monarquista e abolicionista. Criticou o posicionamento da Igreja com relação à abolição. Entre suas afirmações registramos:

> A abolição teria sido obra de outro alcance moral se tivesse sido feita do altar, pregada do púlpito, prosseguida de geração em geração pelo clero e pelos educadores da consciência. Infelizmente o espírito revolucionário teve que executar em poucos anos uma tarefa que havia sido desprezada durante um século". "... O movimento contra a escravidão no Brasil foi *um movimento de caráter humanitário-social antes que religioso* (In: Beozzo, 1980, p. 262).

A Igreja, por seus posicionamentos na colônia e no império, pelo despreparo do clero e por suas posições de ataques e condenações ao modernismo, entre outras, foi perdendo sua presença na intelectualidade brasileira. Esta será marcada no final do século pelo positivismo e por outras correntes do pensamento então vigente. Não havia um pensamento católico. Sob a orientação de Júlio Maria organizou-se um movimento para atingir os intelectuais: a *União Católica.* D. Leme, em sua carta de 1916, apresentou como desafio e necessidade a Igreja atingir e atrair os intelectuais. Jackson de Figueiredo foi um dos primeiros com quem D. Leme

contou nesse trabalho. Jackson fundou, em 1911, a revista *A Ordem* e, em 1922, com Perilo Gomes e Hamilton Nogueira, o *Centro D. Vital*, no Rio de Janeiro, que visou penetrar o meio intelectual através de bibliotecas e livros selecionados. Esse centro se multiplicou em várias cidades como: São Paulo, Recife, Porto Alegre, Aracaju, Fortaleza, Juiz de Fora, São João del Rey, Itajubá, Ouro Preto, Diamantina e Campos. Nessa tarefa, Alceu de Amoroso Lima foi quem sucedeu a Jackson. Na linha desses organismos, em 1928, criou-se a *Ação Universitária Católica* (AUC).

Nesse período e em toda história recente, várias associações de massa foram criadas. Esses organismos sempre foram preferidos pela hierarquia por serem dóceis e obedientes. Eles se inserem no projeto de "reação católica". Vários exemplos podem ser citados, como *a Sociedade de S. Vicente de Paulo*, criada na França, pelo historiador Ozanam, no Brasil, fundada em 1872. Entre seus objetivos está a atuação junto aos pobres, através de obras de caridade, como hospitais, vilas populares, asilos, etc. *As Congregações Marianas e as Pias Uniões de Filhas de Maria* fundadas pelos jesuítas em 1748, só tiveram sua presença entre nós a partir do século XIX. Essas organizações tinham como preocupação uma espiritualidade do leigo, a devoção a N. Senhora e uma ação apostólica a partir das necessidades da Igreja. *O Apostolado da Oração*, associação que penetrou em todo Brasil, tendo como objetivo cultivar entre os católicos a oração. Essa associação realizou, em 1900, na Bahia, o 1° Congresso Católico Brasileiro e em 1910 o segundo Congresso, no Rio de Janeiro. Mainwaring, em sua pesquisa especifica outros movimentos: *A União Popular* (Minas, em 1909), a *Liga Brasileira de Senhoras Católicas* (1910), a *Associação Feminina* (1919) e outros (Cf. 1989, p. 47). São associações algumas de caráter devocional e outras caritativas e assistenciais. Essas novas associações se opuseram às irmandades e confrarias, onde os leigos tinham autonomia e maior controle ao nível de direção e organização. As novas organizações perderam essa dimensão importante e passaram diretamente para o controle do padre, do clero, embora na diretoria das mesmas ficassem os leigos. As antigas irmandades foram se extinguindo gradativamente ou se submetendo à tutela clerical.

Na linha de congregar e formar os leigos existiu, em vários lugares, a *Confederação das Associacões Católicas*. A primeira foi criada em São Paulo por D. José Camargo de Barros e recebeu impulso do então Pe. Leme. Teve depois o apoio e incentivo de D. Duarte Leopoldo de Silva, Arcebispo de São Paulo, que organizou em 1911 o *1° Congresso da Confederação Católica*. D. Leme criou também a Confederação em Recife e Rio de Janeiro. Esta última foi criada em 08/12/1922 e tinha como meta coordenar e disciplinar o apostolado

dos leigos. D. Leme "via nela a promessa de solução de um problema vital: a transformação dos nossos católicos, sinceros mas inoperantes, num exército conquistador, que sob as ordens da hierarquia, se lançasse ao combate pelo reino de Cristo" (Santo Rosário, 1962, p. 338). Essa Confederação cresceu e na comemoração do 5° aniversário realizou a *Semana da Ação Católica*, em 1928. Nessa semana se fez revisão das atividades e colocações sobre a Ação Católica. (Abordaremos a Ação Católica quando da análise dos outros períodos de nossa história.) A formação dos leigos se deu através da pregação feita pelo clero da doutrina e da moral católica. As associações também foram instrumentos dessa doutrinação. Dessa forma, a Igreja foi repassando a visão que tinha de si própria, envolvendo os leigos nos seus projetos, como executores.

Na perspectiva da defesa da religião, da reforma da sociedade, o episcopado em vários pronunciamentos conclamou os católicos a darem sua contribuição. Vejamos alguns exemplos. Na *Carta Pastoral de 1890*, os bispos convocaram os católicos na defesa da religião:

> Pois quando procuram por todos os meios destruir a nossa Religião, a nossa fé, que é o fundamento de todas as nossas esperanças no tempo e na eternidade, e de que depende o bem-estar e a felicidade nossa, de nossas famílias, de toda a sociedade, havemos de ficar indiferentes, insensíveis, como se nada fora conosco? É isto razão? É isto justiça? É isto valor? É isto honra? É espírito cristão? Oh, Sacerdotes! Oh, fiéis católicos! Que não nos suceda assim! É hora de surgir do sono, de despertar da inércia, de estimular os brios, de agir com valor e de concerto, de combinar um grande e generoso esforço para defender, restaurar e fazer reflorescer a nossa Religião e salvar nossa pátria (In: Araújo, 1986, p. 62).

No processo de restauração da religião os católicos deveriam estar presentes em todas as realidades:

> ... à Igreja, o tributo de vossa obediência! Eia! Católicos! quem quer que sejais, no lar doméstico, no campo das lavouras, na oficina, na loja do negócio, na repartição pública, no foro, na cadeira do ensino, nos escritórios das administrações, nas palestras das salas, por toda a parte mostrai-vos filhos submissos, dedicados e obedientes a todas as prescrições da Santa Igreja. Aqui nada de ecletismo, ou tudo ou nada! Desprezar a divina autoridade da Igreja em um ponto é desprezá-la em todos; porque é desconhecer a origem divina de seus poderes sobre os homens (In: Araújo, 1986, p. 64).

Os leigos foram conclamados a realizar a restauração da sociedade em bases cristãs. O mundo era visto como o mal, fonte do pecado, daí a necessidade de reformar, catolicizar, fazer penetrar o Evangelho em todas as realidades. É nesse horizonte que devemos entender as diversas entidades de leigos no período.

2. Período de 1930 a 1945.

2.1. A situação brasileira.

A revolução de 30 é um dos pontos importantes de referência em nossa história. Marcou o fim da chamada República Velha. Vários fatores provocaram e marcaram a crise de 1929 que desembocou nessa revolução. Entre eles a crise da política adotada para manter o preço do produto no mercado internacional, pela compra da produção excedente pelos governos estaduais, com empréstimos feitos no exterior. Essa política de valorização do café, entrou em colapso em 1929, em decorrência do momento crítico vivido pelo capitalismo. Em conseqüência, caiu por terra toda a política do café, que teve origem no Convênio de Taubaté, de 1906. Outro fator foi a luta pela sucessão de Washington Luís. Este ao invés de indicar um representante mineiro, conforme previa o rodízio entre São Paulo e Minas, optou por Júlio Prestes, paulista. Rompeu-se a aliança entre *Partido Republicano Paulista* (PRP) e *Partido Republicano Mineiro* (PRM), base da República Velha. Antonio Carlos, governador de Minas, com isto articulou uma candidatura de oposição, buscando apoio do Rio Grande do Sul. Nesse processo nasceu a *Aliança Liberal,* que lançou como candidatos Getúlio Vargas e João Pessoa. O resultado das eleições apontou Júlio Prestes como vencedor. Vários políticos não aceitaram o resultado; o assassinato de João Pessoa precipitou a revolução. O presidente Washington Luís foi deposto, decretou-se a dissolução do Congresso Nacional e Casas Legislativas estaduais e municipais e Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório.

Getúlio, logo após a revolução, começou a enfrentar divergências e passou a assumir uma postura ambígua. De um lado teve que enfrentar as oligarquias tradicionais que perderam o controle do poder e de outro lado as exigências dos tenentes. Vargas procurou enfrentar a situação através de concessões. Entre elas: em fevereiro de 1932 decretou um novo Código Eleitoral, marcou para 1933 eleições para Assembléia Constituinte e indicou outro interventor para São Paulo. Apesar dessas medidas, teve que enfrentar outro conflito, a *Revolução Constitucionalista de 1932,* encabeçada por São Paulo, que as forças leais a Vargas conseguiram reprimir.

Em maio de 1933 realizaram-se eleições para a Assembléia Constituinte, instalada no mesmo ano. Significou o ressurgimento das antigas oligarquias estaduais, que contou ao seu lado com os representantes classistas, eleitos pelos sindicatos profissionais. A Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934. Preservou o federalismo, o presidencialismo e a

independência dos três poderes. A Constituição propôs, em caráter excepcional, a eleição indireta para Presidente da República, sendo eleito Getúlio Vargas. A Constituição definiu uma política de restrição à imigração; preconizou a estatização de empresas estrangeiras e nacionais; proibiu a imprensa estar em mãos de estrangeiros. Mas a grande novidade da Carta Magna foi a legislação trabalhista.

Com relação à legislação trabalhista, medidas já haviam sido tomadas desde 193O. Criou-se o *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.* No decorrer dos anos seguintes foram regulamentados a jornada de trabalho, a criação e funcionamento dos sindicatos e o trabalho dos menores e das mulheres.

Quanto à educação, criou-se o *Ministério da Educação e Saúde.* A nova Constituição definiu o ensino primário como obrigatório e gratuito.

O tenentismo, uma das forças da revolução, quando da promulgação da Constituição, estava em declínio. Novas organizações políticas começam a surgir, entre elas a *Ação Integralista Brasileira* (AIB) e a *Aliança Nacional Libertadora* (ANL). Essas organizações refletiam a conjuntura internacional com o desenvolvimento do nazismo, fascismo e do comunismo, que passaram a criticar a ideologia burguesa.

O Integralismo era tributário do fascismo italiano, "preconizava o governo ditatorial ultranacionalista, com base na hegemonia de um único partido, a Ação Integralista Brasileira (AIB), obediente a um único chefe" (Koshiba, 1987, p. 308). Os fundamentos da AIB estão contidos no *Manifesto à Nação Brasileira,* de Plínio Salgado, em 1932. Esse movimento encontrou apoio nos setores mais conservadores da sociedade: na oligarquia rural, na alta hierarquia militar e eclesiástica. Entre 1932 e 1935, os integralistas criaram grupos paramilitares que agiam contra os comunistas.

A Aliança Nacional Libertadora constituiu-se numa frente antifascista, articulada pelo *Partido Comunista Brasileiro* (PCB). Luís Carlos Prestes foi eleito presidente da ANL. Esta cresceu rapidamente, foi utilizada por Vargas para fortalecer seu poder, mas em seguida reprimiu-a através de intervenção policial, levando-a a agir na clandestinidade. A repressão levou a ala radical do PCB a optar pelo método insurrecional. No mês de novembro de 1935 várias rebeliões aconteceram em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro. Todas reprimidas.

Vargas, que pretendia continuar no poder, serviu-se desses levantes, para decretar o estado de sítio, em novembro de 1935, em nome da "ameaça comunista". Em 1936 o Congresso não renovou o novo pedido de Estado de Sítio, pois estava consciente das manobras golpistas de Getúlio. Diante dessa situação apareceu o famoso *Plano Cohen.* Esse

falso plano, que enfatizava a ameaça comunista, possibilitou a Vargas conseguir do Congresso o Estado de Guerra e, com apoio de governadores e militares, em novembro de 1937, deu um golpe, fechando o Congresso, dissolvendo os partidos e editando uma nova Constituição. Era o começo do Estado Novo.

O novo regime tinha algumas afinidades com os estados facistas, mas não assumia as principais características do facismo. Uma delas, a existência de um partido forte, não aconteceu no Brasil, pelo contrário, Vargas dissolveu todos os partidos. O controle era do ditador aliado às Forças Armadas. Havia uma identificação ideológica entre nação, povo e o ditador. A nova Constituição teve como principal autor Francisco Campos. Ela definiu o predomínio do Executivo sobre os outros poderes; instituiu o estado de emergência, dando amplos poderes ao presidente e criou o *Conselho da Economia Nacional.* Este Conselho "tinha a função de assessoria técnica, visando obter a colaboração das classes, a racionalização da economia e a promoção do desenvolvimento técnico. Tudo isso significava também que o Estado iria intervir e dirigir a economia nacional" (Koshiba, 1987, p. 312).

Para que o novo regime funcionasse, vários mecanismos de controle e de repressão foram criados. Nesse sentido tivemos o *Departamento de Imprensa e Propaganda* (DIP), responsável pelo controle ideológico e a *Polícia Secreta.* Outra preocupação do governo foi a de anular a influência política dos trabalhadores, atrelando os sindicatos. Um princípio básico, tirado do facismo, foi a negação da luta de classes e a necessidade de colaboração entre elas. A greve foi proibida pela nova Constituição. A presença, por parte do Estado, na organização dos trabalhadores, se ampliou com fim da sua autonomia, com a criação do sindicato único por categoria; com o imposto sindical e por intermédio dos "pelegos", trabalhadores na direção do sindicato defendendo os interesses dos patrões.

Nesse período, o Brasil passou por grandes transformações econômicas. Até então vivia basicamente do café e extremamente dependente do mercado exterior. Com o fim da escravidão, portanto, com o surgimento do trabalho assalariado reforçado pela imigração, esse processo foi colocado em cheque; criou-se um mercado interno. O chamado *modelo agrário-exportador* não se sustentava mais. A crise de 29 evidenciou a inadequação desse modelo. O café ainda continuou sendo sustentado durante o governo de Vargas, mas ao preço de grande endividamento externo.

Com a crise desse modelo, a industrialização no Brasil começou a se desenvolver, contando inicialmente com o capital que era transferido pelos produtores de café.

Com Vargas, o Estado passou a interferir e incentivar a industrialização tornando-se, ao final da década de 30 e início dos anos 40, investidor, através das estatais.

A Segunda Guerra Mundial forçou o processo de industrialização do Brasil, tendo em vista a dificuldade de importar, obrigando a aumentar a produção para atender às necessidades do mercado interno. As indústrias do Rio de Janeiro e de São Paulo ampliaram suas funções. O Estado assumiu o papel de implementar a infra-estrutura necessária a esse crescimento. Vargas criou a *Companhia Siderúrgica Nacional,* a *Usina de Volta Redonda* (1941); incentivou o transporte marítimo do carvão de Santa Catarina; melhorou a Estrada de Ferro para transportar o minério de Minas, com a criação da *Companhia do Vale do Rio Doce* (1942).

Esse processo de industrialização se fez em associação com a economia cafeeira e não em oposição a ela. A exploração dos trabalhadores rurais foi que permitiu a acumulação financeira do setor agrícola, transferindo-a para a indústria. O Estado Novo, apesar de seu discurso antioligárquico, não modificou o sistema de dominação reinante na agricultura. O Estado Novo foi marcado por uma série de ambiguidades, contradições: ao mesmo tempo que impulsionou a industrialização, manteve intactas as relações no campo e suprimiu o movimento operário; do ponto de vista das relações exteriores, durante certo tempo o governo manteve-se dividido, uns setores favoráveis à Alemanha e outros aos Estados Unidos. Mas, finalmente, o governo ampliou suas relações com os Estados Unidos, rompendo com o Eixo (Berlim-Roma-Tóquio) e, em conseqüência, o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial. Essa participação repercutiu internamente colocando em discussão a ditadura de Vargas. Houve publicações de manifestos e agitações. Um dos manifestos foi o dos Mineiros, em outubro de 1943, um dos marcos do processo de redemocratização. O governo apressou em marcar eleições para dezembro de 1945. No período de 43 a 45 os partidos se organizaram. Entre eles salientamos: o surgimento do *Partido Social Democrático* (PSD) e *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), organizados por Vargas e a *União Democrática Nacional* (UDN), oposição ao varguismo. Apesar do movimento do "queremismo", Vargas foi deposto.

2.2. <u>A situação da Igreja</u>

A Igreja chegou aos anos 30 em situação diversa dos primeiros anos de República. A presença marcante de D.Leme possibilitou uma articulação do episcopado que, dessa forma, pôde pleitear um outro estatuto nas relações com o governo, com a sociedade e ao mesmo

tempo buscar novas formas de organização interna da Igreja. As estratégias utilizadas pelos bispos e a política de Vargas ampliaram na prática os espaços da Igreja Católica, mesmo com reações e posicionamentos diversos em relação ao novo regime.

Como se deram as relações da Igreja com a sociedade e com o governo de Vargas? No dizer de Beozzo, "A estratégia utilizada pela Igreja para enfrentar a nova situação que emerge da revolução de 30, é buscar a mobilização do mundo católico, a união de todas as forças e a criação de novos instrumentos de ação" (1989b, p. 156).

Posições favoráveis e de neutralidade foram as reações episcopais diante da revolução de 30. A Igreja do Rio Grande do Sul se manifestou favorável a Getúlio, e o Arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, em várias ocasiões, explicitou seu apoio ao novo governo. Atitudes de simpatia tiveram os bispos mineiros. O Arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva procurou manter a Igreja fora da política e Cardeal D. Leme, do Rio de Janeiro procurou manter uma posição de neutralidade. Mesmo com essa posição, D.Leme procurou criar pontes, laços entre a Igreja e o novo regime. Havia, por parte do episcopado, a expectativa de que a nova ordem pudesse criar novo relacionamento com a Igreja.

A Igreja tinha como preocupação constante a recristianização da sociedade, impregnar todas as estruturas e instituições pelo catolicismo. Fazer do catolicismo um caminho para o Brasil. A Igreja Universal via a situação do mundo marcada pela decadência moral e dos costumes, conseqüência do liberalismo e do comunismo. Restaurar os costumes, realizar a reforma social constituíram-se em bandeiras dos cristãos dessa época e de posicionamentos do episcopado e do Papa. Pio XI, em 1931, publicou a Encíclica *Quadragesimo Anno,* cujo subtítulo é *"Sobre a Restauração e Aperfeiçoamento da Ordem Social em conformidade com a Lei Evangélica"*. Com a preocupação da restauração dos costumes e procurando influenciar a vida brasileira, através do Estado, o episcopado buscou aproximar-se do governo e ao mesmo tempo mostrou a importância dos católicos, através de grandes mobilizações, as quais serviram aos interesses do aparelho eclesiástico. Em 1931, em maio, no Rio de Janeiro, foram realizadas grandes solenidades em homenagem a N. S. Aparecida, Padroeira do Brasil. Essas solenidades tiveram caráter cívico e religioso, com o objetivo de poder influir nos rumos do novo regime, evitando uma guinada à esquerda. Foi uma concentração de 500 mil pessoas, uma grande demonstração de força, com a presença de Getúlio Vargas e seus ministros. No mesmo ano, em outubro, houve a inauguração do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Nesse evento, D. Leme aproveitou, para junto com 45 bispos, entregar ao chefe do governo as *"Reivindicações Católicas"* para a nova Constituição. "Depois de quarenta anos (desde a

República) o Episcopado reaparece unido perante o governo, para discutir o estatuto da Igreja dentro da Nação e perante o Estado" (Beozzo, 1984b, p. 298).

Outro momento de grande mobilização, em 1933-34, foi o da Constituinte, quer na fase de eleição, quer durante os trabalhos dos parlamentares. Houve todo um empenho de alistamento eleitoral e de luta pelo voto feminino. Nessa época novamente voltou à tona a discussão da criação de um partido católico, não aceito pelo Cardeal D. Leme. Este preferia atingir políticos de vários partidos. Propôs a fundação da *Liga Eleitoral Católica* (LEC), instrumento de pressão junto aos políticos. Esta apresentou uma série de reivindicações católicas e os que se comprometeram com elas tiveram seus nomes incluídos numa lista de candidatos recomendados pela Igreja. Os postulados essenciais foram: indissolubilidade do casamento, ensino religioso facultativo e assistência eclesiástica facultativa às classes armadas. Várias outras reivindicações constavam do programa elaborado pela LEC. Durante os trabalhos da Constituinte a Igreja fez severo acompanhamento das propostas e emendas. As reivindicações católicas foram todas incluídas na Constituição de 34. A LEC continuou seu trabalho em outros períodos eleitorais, embora o grau de mobilização fosse decaindo.

Dentre as reivindicações, a do ensino religioso nas escolas oficiais provocou grandes discussões. Nesse período deu-se o embate entre os defensores da escola pública e os da escola particular, que, nesse momento, significava a escola católica. Os defensores da escola pública lançaram o *Manifesto dos Pioneiros* que entre outras coisas defendeu a pedagogia da Escola Nova e um ensino obrigatório, laico e gratuito para o país. A presença da escola católica era marcante no ensino secundário. O empenho para o ensino religioso era a possibilidade da Igreja penetrar nas escolas primárias, mantidas pelo Estado e influenciar esses estudantes. Pode-se dizer que essa luta era mais da hierarquia do que do povo católico.

Um debate ideológico foi se travando na sociedade brasileira nesse período, entre os integralistas e comunistas. Houve católicos - leigos, padres e bispos - que tiveram simpatia e militaram no movimento integralista. A Igreja, uma vez conseguido seus espaços e a reaproximação com o governo, passou a enfatizar o comunismo como seu inimigo e da sociedade. A hierarquia católica em várias oportunidades sempre manifestou-se contra o comunismo. O medo de sua implantação no Brasil reforçou a aproximação com o governo, com as elites dirigentes. Em 1937, o Papa Pio XI condenou solenemente o comunismo, em sua Encíclica *Divini Redemptoris*. No Brasil, os bispos, no mesmo ano, publicaram uma *Pastoral Coletiva* onde, fazendo eco ao documento pontifício, reafirmaram a condenação do comunismo. A Igreja não fez críticas à implantação do Estado Novo; apoiou o governo, contra as esquerdas,

quando da implantação da *Lei de Segurança Nacional* e da repressão à ANL. Embora na Constituição imposta por Vargas em 1937 as reivindicações católicas tenham sido excluídas, na vida do dia a dia elas eram reconhecidas pelos diferentes níveis de governo, como concessão. Esta foi a forma do governo de cooptar a Igreja à sua política. Nessa convivência entre a Igreja e o Estado Novo, ficou patente que a Igreja teve um papel de sustentação do regime. A amizade entre o Cardeal D. Leme e Getúlio Vargas ajudou muito nesse relacionamento.

As mudanças que ocorreram na sociedade, explicitadas anteriormente, repercutiram internamente na Igreja, levando-a também a reformulações. A Igreja sempre defendeu a necessidade da conciliação e não do conflito entre as classes e esse também foi o discurso assumido por Vargas. Dentro desse contexto a Igreja procurou criar atividades próprias com as elites e com as classes populares, dando mais ênfase às primeiras. Com relação às classes populares, em particular com os operários, a Igreja criou os Círculos Operários. Estes foram assumidos, em substituição aos sindicatos católicos pretendidos pela Igreja, proibidos por lei e pelo interesse de Vargas em manter o controle sobre os sindicatos.

Com relação às elites, o Cardeal D. Leme teve sempre a preocupação de atingir os intelectuais e, como meta, a criação da Universidade Católica. O Centro D. Vital, com Alceu Amoroso Lima, fundou em 1929, a *Ação Universitária Católica* (AUC) e, em 1932, o *Instituto Católico de Estudos Superiores,* com cursos de Filosofia e Sociologia, semente da futura Universidade Católica. Esta foi instalada em 15 de março de 1941. A criação da Universidade Católica foi uma das recomendações do Concílio Plenário Brasileiro, em 1939.

Do ponto de vista da organização da Igreja e de seus rumos, é preciso considerar o aumento das dioceses e a entrada de grande número de congregações religiosas no país. Essa situação, de um lado, levou a uma fragmentação do poder na Igreja e, de outro lado, obrigou a instituição eclesiástica a encontrar formas de centralização e coordenação, a exemplo do que ocorria na sociedade brasileira. D. Leme foi o artífice desse trabalho. Como expressão da ação coletiva da Igreja, encontramos as mobilizações de 1931, os Congressos Eucarísticos Nacionais (1933, 1936, 1939 e 1942) e o Concílio Plenário Brasileiro, em 1939.

Outro fator importante nesse período e nos anos seguintes foi a *Ação Católica* (AC). Esta foi uma forma privilegiada de organização do laicato brasileiro. A Igreja centrou seu trabalho com as elites, como instrumentos de recristianização da sociedade, apontando o cristianismo como "base para um novo ordenamento jurídico e social". Os intelectuais deviam se constituir a vanguarda do catolicismo. O trabalho com as elites se fez em detrimento das

classes populares. D. Leme, já na década de 20, foi criando condições para o surgimento da *Ação Católica Brasileira* (ACB). Pio XI passou a exigir de toda a Igreja a criação da AC. Nesse sentido, dirigiu, aos bispos brasileiros, a Carta Apostólica *Quamvis Nostra.* Em 9 de junho de 1935, a AC foi oficializada no Brasil e promulgada em todas as dioceses, inicialmente, no modelo italiano congregando os Homens da AC, a Liga Feminina da AC e a Juventude Feminina e Masculina da AC. Posteriormente se organizou por áreas específicas de atuação.

Em 1942, morreu D. Leme, que teve papel importante na vida e na Igreja do Brasil, nesse período. Com sua liderança e carisma pessoal foi possível uma presença articulada dos bispos e uma nova perspectiva pastoral na Igreja do Brasil.

2.3. A presença dos leigos.

Neste período, a coordenação do apostolado dos leigos esteve nas mãos do Cardeal Leme. Todas as iniciativas envolvendo os leigos tinham o controle e a chancela do Cardeal.

2.3.1. Em 1931, realizaram-se várias atividades de massa, entre elas **grandes mobilizações.** Nesse ano, a massa dos católicos foi convocada para grandes demonstrações de fé, que tiveram também um caráter político: as concentrações de maio, em honra a N. S. Aparecida e a de outubro com a inauguração da estátua do Cristo no Corcovado. Foram manifestações de fé e de força dos católicos. A grande presença dos católicos deu respaldo à posição dos bispos e do Cardeal Leme. Por ocasião do evento de maio, D. Leme deixou claro o programa dos católicos militantes: "fim do laicismo da República, respeito nas instituições públicas e legislação familiar de acordo com a doutrina da Igreja, impedindo-se a entrada do divórcio na legislação civil" (Beozzo, 1984b, p. 296). Programa da hierarquia e, conseqüentemente, dos leigos.

2.3.2. A maior participação dos leigos se fez nas **Organizações de Massas**: nas *Congregações Marianas,* nas *Associações das Filhas de Maria,* nas *Conferências de S. Vicente,* na *Liga Jesus Maria José,* já apontadas no tópico anterior. Essas organizações e outras, embora congregassem muitas pessoas, não tiveram um papel de peso na vida da Igreja. No dizer de Alves, essas organizações

> são simples panos de fundo para ação dos atores, principais e secundários, pois não refletem sobre sua própria justificação para existir, uma vez que são desprovidos dos mecanismos internos que possibilitem essa reflexão. Dóceis às ordens que lhe são dadas, movem-se mecanicamente segundo a vontade dos encenadores, cujas motivações se abstêm de criticar e de analisar (1979, p. 105/106).

2.3.2.1. Dentro das organizações de massas é preciso registrar também a dos **Círculos Operários.** A presença da Igreja no mundo operário foi uma das preocupações, cuja finalidade era apresentar a doutrina católica e combater as forças socialistas e comunistas no seio da classe trabalhadora. A questão estava colocada desde Leão XIII e depois enfatizada por Pio XI. A questão operária, no Brasil, se ampliou com o processo de industrialização a partir de 30. Os bispos consideravam importante esse trabalho, mais na ótica de coordenação dos trabalhadores, do que pela luta de seus direitos.

A crescente presença operária também teve que ser enfrentada por Vargas que, como vimos, o fez através da legislação trabalhista, com a criação do Ministério do Trabalho, que tinha entre suas tarefas a de controle sobre os sindicatos. Cada categoria devia ter apenas um sindicato.

A Igreja defendia um pluralismo sindical, para que pudesse organizar o seu. Porém, em 1931, através de um decreto, o governo instituiu o sindicato único. A Igreja não desistiu e lutou de todas as formas, inclusive na Constituinte de 34, até por volta de 1935, quando o governo já tinha o controle sobre os grupos de esquerda. Vargas atendeu várias reivindicações da Igreja, como a do ensino, mas não abriu mão da questão sindical, respaldando-se inclusive na Encicílica *Quadragesimo Anno,* de Pio XI.

Enquanto a Igreja travava essa luta, o Pe. Leopoldo Bretano, italiano e jesuíta, fundava em Pelotas-RS, o *Círculo Operário Pelotense.* Essa experiência cresceu e foi assumida pela Igreja, em nível nacional. Os círculos repudiavam o comunismo, defendiam a propriedade privada e a intervenção do Estado em questões sociais e teve inspiração facista. O Círculo fundou a *Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos* (CBTU) que teve pouca influência. Os Círculos se espalharam por todo o país, tendo muitos filiados. Em 1941, o Círculo Operário foi reconhecido pelo Governo como órgão técnico de assessoria. Depois do fim do Estado Novo, entrou em decadência.

Na avaliação de Alves

> Os círculos de operários católicos, apesar do nome e dos limites de classe que deram ao seu âmbito de ação, podem ser colocados entre os organismos leigos de figuração secundária. Com efeito, nunca forneceram líderes ao catolicismo brasileiro, nunca influenciaram as decisões da Hierarquia: a sua importância entre os organizações do proletariado foi sempre mínima a não ser quando o apoio do Governo lhes atribuiu uma importância artificial. (...) É, pois, possível concluir que os círculos de operários católicos foram sempre um instrumento artificialmente criado pela Hierarquia, com apoio determinante dos grupos conservadores, a fim de legitimar o diálogo com a administração social e diminuir a agressividade dos sindicatos (1979, p. 108-110).

2.3.2.2. Na linha de um trabalho de massa, outro instrumento importante foi a **Liga Eleitoral Católica,** a estratégia eleitoral organizada pela hierarquia. A LEC desenvolveu um trabalho marcante de mobilização, de maneira particular, por ocasião da Constituinte de 34. Se fez presente em outros momentos de nossa história, porém sem a expressão e organização do começo dos anos 30. Nesse trabalho todos os segmentos da Igreja foram envolvidos. Os leigos estiveram presentes através de seus movimentos e associações.

A Liga foi a saída da participação dos católicos na política, ao invés da fundação de um partido católico. A criação do partido foi tema desde 1872. Em 1915, Carlos de Laet e, em 1922, Jackson de Figueiredo tentaram organizar um partido católico, mas foram desautorizados pelos Cardeais Arcoverde e D. Leme, respectivamente. A palavra final foi da hierarquia. Os católicos deviam procurar influir na política, mas dentro dos horizontes definidos pelos bispos e pelo Papa. Ao invés do partido, para atuar na sociedade, a Igreja criou a Ação Católica. "Na realidade, Pio XI jogou todo peso da estratégia da Igreja, não em partidos, mas numa nova associação de leigos destinada ao combate religioso, social e mesmo político, sem ser um partido e sob o estrito controle da hierarquia" (Beozzo, 1984b, p. 303).

A LEC, portanto, foi o instrumento criado para a presença dos católicos na política; foi um organismo suprapartidário, mas anticomunista. Dentre seus objetivos estavam o de preparar os católicos, fazer alistamento eleitoral e elaborar listas de candidatos, dos diferentes partidos, que assumissem os princípios católicos. Para explicitarmos aqui os propósitos da LEC e o efetivo controle da Hierarquia, transcrevemos um depoimento de Alceu A. Lima:

> Todo nosso propósito ao elaborar os Estatutos da Liga Eleitoral Católica era precisamente, como providencialmente o via o Cardeal Leme, encontrar o meio-termo justo entre o Partido e a omissão. A Liga veio servir, como uma luva, a essa intenção. Era uma instituição suprapartidária. Era aquilo que os americanos chamam de *pressure group* e que atua na base de um corpo de princípios, cuja aceitação não implica em nenhuma submissão confessional ou partidária. Assim é que o próprio Cardeal redigira, de seu punho, o artigo primeiro da Liga, que declarava a ela pertencerem - todos aqueles que aceitarem seu programa (sic), católicos ou não. E esse programa era apenas um conjunto de princípios de ordem social, como o ensino religioso facultativo, a indissolubilidade matrimonial, a assistência religiosa às forças armadas, um programa de justiça social do trabalho, em suma, pontos aceitáveis por católicos e não católicos (In: Beozzo, 1984b, p. 304).

Algumas tarefas foram essenciais para o êxito dos trabalhos: o alistamento eleitoral, a luta pelo voto feminino e a divulgação do programa da LEC e a lista dos candidatos comprometidos com ele. Nesse trabalho, a Igreja, preocupada em atingir todos os brasileiros, colocou toda sua organização, com padres, religiosos e leigos, a esse serviço. Os padres nas paróquias e capelas realizaram várias atividades para concretizar os objetivos da LEC. Nos lugares onde havia leigos organizados, o trabalho caiu mais sobre eles. No Rio de Janeiro, o

trabalho foi feito pela Juventude Feminina Católica, pelos rapazes da AUC e outros movimentos e associações. O trabalho foi dividido em equipes, quarteirões, enfim minuciosamente organizado.

Os católicos votaram e elegeram maioria suficiente para defender as teses postuladas. Os trabalhos da Constituinte também foram acompanhados por leigos destacados por D. Leme sob sua supervisão, dentre os intelectuais do Centro D. Vital. A Igreja, nesse esquema, pôde manter a liberdade em relação ao Estado, passou a contar inclusive com verbas do Governo Federal. Mas, pela estratégia utilizada, a Igreja também passou a fazer parte do bloco do poder. A questão do leigo em relação a política e partidos sempre esteve presente na vida da Igreja, mas, até hoje, com muito controle da hierarquia.

A afirmação de Irmã Maria R. do Santo Rosário mostra os sentimentos por parte dos católicos e, certamente, muito mais dos bispos, nessa época:

> Em 1934, venceram os católicos em toda a linha e o laicismo estatal recebeu um golpe mortal. Criou-se para a Igreja uma situação sem precedentes na história do Brasil. Após um tão longo período de inaceitação, a verdade de Cristo podia enfim marcar com seu cunho a comunhão nacional, levando-a a reencontrar a 'fisionomia de brasilidade' que estava perdendo. Humanamente, devia-se tamanha conquista à visão criadora de D. Leme e à disciplina de um povo católico bem formado (1962, p. 321).

Sentimentos e certezas de que a Igreja conseguira influenciar profundamente na Constituição Brasileira e, conseqüentemente, nas instituições, na legislação, na vida do país pelos valores e princípios do catolicismo.

2.3.3. No período em questão, o movimento chave e que recebeu maior apoio do episcopado, em particular de D.Leme, foi a **Ação Católica Brasileira** com a preocupação de atingir as elites, os intelectuais. Estes deviam se constituir na vanguarda do catolicismo. As elites deviam cristianizar o povo e assim toda a sociedade brasileira seria cristã. Desde a década de 20, D. Leme vinha articulando o laicato e foi criando condições para a criação da Ação Católica. Através da conquista de vários intelectuais fundou o Centro D. Vital. Este foi o instrumento através do qual a Igreja provocou e coordenou várias atividades: a LEC, a AUC, o Instituto Superior de Estudos Católicos e outros. Também tinha a tarefa de coordenar todos os movimentos leigos, posteriormente assumida pela *Confederação das Associações Católicas* e em seguida pela *Ação Católica Brasileira.*

A idéia da AC já vinha com o Papa Pio X e foi mais explicitada e urgida com Pio XI. Por isso, já na década de vinte, encontramos movimentos de leigos denominados de AC. Mas, para todo país, com estrutura própria, o movimento foi oficializado em 1935.

Em 1928, durante a *Semana de Ação Católica,* D. Leme definiu a AC como "a co-participação do laicato no apostolado sacerdotal, pelo reinado de Jesus Cristo" (Rosário, 1962, p. 144). Em agosto de 1932, realizou-se um curso para juventude feminina, ministrado por Mademoiselle Cristine de Hemptine, Presidente Internacional da Juventude Feminina Católica. O curso provocou o surgimento da *Juventude Feminina Católica,* primeiro grupo de AC, no Rio de Janeiro.

Em São Paulo também vários organismos foram criados anteriores à Ação Católica. Em 1932 foi fundado o *Centro de Estudos e Ação Social* (CEAS), que teve entre suas tarefas a de organizar a AC em São Paulo.

A ACB oficializada em 1935 e seguiu o modelo italiano que inicialmente compreendia:

Homens da Ação Católica (H.A.C.) para maiores de 30 anos e casados de qualquer idade;

Liga Feminina da Ação Católica (L.A.F.C.) para maiores de 30 anos e casadas;

Juventude Católica Brasileira (J.C.B.);

Juventude Feminina Católica (J.F.C.).

O Cardeal Leme, comentando os Estatutos da ACB, afirmou:

> À organização ou quadro oficial - da participação dos leigos no apostolado hierárquico - dá-se o nome de Ação Católica Brasileira. Seu objetivo imediato é *formar* o laicato católico para colaborar na missão sublime da Igreja - salvar almas pela *cristianização dos indivíduos, da Família, e da Sociedade.* Formar consciências 'primorosamente cristãs', diz Pio XI, 'é o primeiro esforço da Ação Católica que, antes de mais nada, é educativa' (Rosário, 1962, p. 338).

D. Leme, em todas os momentos possíveis, não deixava de afirmar a importância dos católicos na vida do país. Por exemplo: na Bahia, durante a realização do *Congresso Eucarístico Nacional,* salientou a necessidade e importância dos católicos para construir uma sociedade cristã; em 1935, por ocasião da Intentona Comunista, o Cardeal "via que a urgente obra recristianizadora exigia não só a intensificação do movimento religioso em geral e da Ação Católica em particular...". E que "era da autoridade dos Pastores, da unidade e eficiência de sua ação, do seu contacto com o povo cristão que poderiam vir as normas salvadoras da tormenta" (In: Rosário, 1962, p. 359/360). Dentro desse horizonte foi que AC, mesmo numa postura conservadora, tornou-se o instrumento para a presença dos leigos na problemática social e política do país.

Teixeira, referindo-se a essa fase, afirma: "Neste primeiro momento, a estrutura conservadora vigente na Ação Católica refletia a própria atmosfera da Igreja naqueles anos que, até meados de 1940, tendia associar o catolicismo com possíveis políticas de direita"

(1989, p. 73). E muitos católicos assumiram o integralismo. Nos anos 40, com a influência de Jacques Maritain, a AC começou a mudar.

Havia a preocupação da formação dos leigos, dos membros da AC nesse período. Vários foram os instrumentos: retiros, semanas sociais, semanas de estudo, a revista *A Ordem*, o Instituto Católico de Estudos Superiores e as Escolas Católicas. A fundação da Faculdade de Serviço Social de São Paulo, pelo CEAS, tinha como um dos objetivos formar quadros da Ação Católica.

2.3.4. Um outro acontecimento que também marcou a vida da Igreja nesse período foi a realização do **Concílio Plenário Brasileiro,** em 1939, que aprovou normas pastorais para o Brasil. Reafirmou mais uma vez a Ação Católica "como nova forma de apostolado dos leigos a ser implementada pela hierarquia" (Beozzo, 1984b, p. 331). O Concílio adequou a Igreja às novas normas e privilegiou o segmento episcopal e clerical. Os leigos foram chamados a colaborar com os trabalhos da hierarquia. A respeito do Concílio e os leigos, Beozzo afirma:

> A experiência mais fecunda da Igreja no Brasil na década de 20 e na primeira metade da década de trinta constituiu no aparecimento de uma elite intelectual leiga que permitiu a rearticulação de seu discurso com o discurso da sociedade. Ora, o Concílio excluiu a contribuição dessa elite leiga já então firmemente enquadrada dentro da Ação Católica. No Concílio, a Igreja encontra-se autocentrada sobre si mesma e não sobre o polo de sua articulação com a sociedade. Por isso mesmo, privilegia enormemente a hierarquia, bispos e sacerdotes e não os leigos (Beozzo, 1984b, p. 332).

3. Período de 1945 - 1964.

3.1. A situação brasileira.

Período marcado pelos presidentes eleitos. Vários partidos estiveram atuantes nessa época, entre eles o PTB, PSD, UDN, PSP, PDC e o PCB em alguns momentos de legalidade. No final de 1945 as forças que apoiavam Vargas elegeram General Eurico Dutra. Nas eleições presidenciais de 1950, Getúlio Vargas sucedeu a Dutra, retornando ao governo, desta vez respaldado pelo voto popular. Tivemos depois, ainda pelo varguismo, Juscelino Kubitschek. Essas forças reelegeram no mandato seguinte, João Goulart, vice-presidente na chapa de Jânio Quadros. Este foi eleito presidente em nome da moralidade, do combate à corrupção, numa coligação UDN-PDC. Para a UDN foi uma grande vitória, mas que durou pouco, quer pela independência do presidente em relação ao partido, quer pela sua renúncia. Goulart assumiu a presidência, depois de muita negociação, até ser deposto pelo golpe militar de 1964. Cada presidente, que se sucedeu no poder, desempenhou seu mandato marcado pelas características

pessoais e pelo jogo das várias forças políticas presentes no cenário brasileiro. No entanto, muitos acontecimentos marcaram todo o período em questão.

A **industrialização** perpassa o período. A partir de 30 a industrialização foi se impondo, mas na década de 50 seu crescimento foi acelerado. Desenvolvimento econômico e industrialização eram vistos como sinônimos. Dentro desse contexto aconteceu a discussão em torno dos caminhos possíveis para o desenvolvimento brasileiro. Três eram as fórmulas em debate: a neoliberal, a desenvolvimentista-nacionalista e a nacionalista radical. A segunda foi a mais disseminada e recebeu influência da *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL). Essas discussões iniciadas no governo Dutra (1946-1951), foram influenciadas pelo Relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criada em 1948, no bojo da "ajuda" norte-americana. O relatório se enquadrava na postura neoliberal, refletindo as posições de Abbink e Bulhões, presidentes da Comissão. As conclusões da Comissão foram contestadas por vários economistas, entre eles Celso Furtado. O processo de industrializacão teve grande impulso no governo de Juscelino Kubitschek.

O petróleo foi uma questão que repercutiu no Governo de Dutra, reavivando o **nacionalismo** - um dos componentes da nossa política e que teve um caráter determinante no mandato de Vargas (1951-1954), apesar de ser um nacionalista moderado. O nacionalismo teve influência nos debates em torno do capital estrangeiro e do petróleo na nossa economia, mesmo com a presença norte-americana na vida brasileira. Em 1947 uma comissão foi designada por Dutra para apresentar um plano em relação ao petróleo. A comissão, em seu projeto, incluiu a possibilidade da participação de concessionárias estrangeiras. Esse fato provocou grandes reações na opinião pública. Várias campanhas se desenrolaram, em vários níveis, defendendo o monopólio estatal. O projeto do governo caiu. Vargas, que voltou ao poder em 1951, apesar de ver com bons olhos a entrada do capital estrangeiro, assumiu a postura nacionalista e, conseqüentemente, a criação da Petrobrás. Essa mesma posicão marcou a postura de Vargas com relação à industrialização. Aproveitando-se do fato de que a opinião pública fazia restrições ao capital estrangeiro, em 1952, Vargas assinou um decreto limitando a remessa de lucros. Todos esses acontecimentos e a mudança do presidente americano de Truman para Eisenhower, contrário a medidas especiais para América Latina, bem como as críticas dos Estados Unidos referentes ao preço do café acabaram fazendo com que as relações entre os dois países ficassem desgastadas.

Dentro da perspectiva da industrialização e do nacionalismo, podemos situar a instalação da Petrobrás na criação de diretrizes do Comércio Exterior, da Eletrobrás, do Banco

Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), etc. A nacionalização dos recursos e a criação de indústrias de base mostraram a política independente assumida por Vargas. Essa provocou rupturas parciais com o setor externo. O operariado continuou sendo explorado pelo paternalismo de Vargas, usando as bases que tinha organizado durante o Estado Novo.

Vargas teve uma política ambígua, internamente e externamente; buscou sempre a conciliação ao conflito. Iniciou seu governo no marco do neoliberalismo, assumindo, no decorrer do mandato, um posicionamento desenvolvimentista-nacionalista. Vargas não foi um grande inovador, mas soube aproveitar as manifestações e sentimentos de cada momento, identificando-se com as idéias correntes buscando sempre resolver os problemas de solução a curto prazo.

Após o suicídio de Vargas o Brasil teve, no período de 1954 a 1956, os presidentes Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos. Café Filho tinha a responsabilidade de continuar a estabilidade econômica e para isso escolheu como ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, neoliberal. Apesar de transitório, o Governo de Café Filho tomou uma medida que teve repercussões a longo prazo no crescimento econômico e na industrialização, que foi um decreto favorecendo o capital estrangeiro. A *Superintendência da Moeda e do Crédito* (SUMOC), baixou a instrução 113, através da qual os investidores estrangeiros foram favorecidos. (Cf. Skidmore, 1972, p. 202).

Juscelino Kubitschek (JK) assumiu a presidência em 1956. Governo que deixou marcas na história brasileira, colocou-se de maneira deliberada a serviço da industrialização. JK associava **desenvolvimento e industrialização.** Assumiu a ideologia desenvolvimentista como meio de combater o comunismo. Propôs um Plano de Metas, contando com economistas e técnicos que tinham sido influenciados pela CEPAL. Para concretizar a grande meta do desenvolvimento fez apelo aos capitais nacional e estrangeiro; procurou criar incentivos no sentido de eliminar os pontos de estrangulamentos estruturais; criou um símbolo de seu projeto: a construção de Brasília; procurou envolver cada segmento social, de maneira específica, ao seu projeto; atraiu um grupo de intelectuais ligados ao *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB) e contou com os militares. Pautou-se sempre por uma postura conciliatória, evitando que os problemas fossem amplamente debatidos. Nesse sentido não enfrentou a questão agrária e procurou sempre cooptar os operários, através da estrutura montada por Vargas e pelo trabalho de João Goulart, vice-presidente. Sofreu a oposição da UDN e das esquerdas.

A base política de Juscelino foi o desenvolvimento econômico, como já afirmamos anteriormente. Para fazer acontecer o desenvolvimento pretendido era necessário o crescimento econômico, conseqüentemente a industrialização. Somente dessa forma haveria a possibilidade do Brasil deixar de ser subdesenvolvido. Nessa fase era urgente a implementação das indústrias de base. O desenvolvimento deveria possibilitar a superação da pobreza. Acabar com a pobreza era uma necessidade para a democracia e para a segurança dentro do pensamento do presidente; embora em seu discurso não houvesse clareza de que pobreza falava. Juscelino defendia que o progresso devia ser feito dentro da ordem, as transformações necessárias deveriam ocorrer dentro da ordem vigente, ela precisava ser melhorada e não mudada. A pobreza era uma ameaça à ordem, daí a necessidade do crescimento, e, nesse sentido, a presença do capital estrangeiro particular e a ajuda dos governos dos países desenvolvidos era vital. A colaboração do capital estrangeiro era visto como salvação da democracia e meio para a saída do subdesenvolvimento, caso contrário o comunismo progrediria. O presidente procurava abordar a questão do capital estrangeiro na ótica técnica e não ideológica. O projeto governamental de JK foi marcado por uma ambigüidade: do ponto de vista interno era nacionalista e do ponto de vista externo e econômico era dependente do capital estrangeiro. Nacionalismo deveria ser entendido como forma de ajudar o Brasil a crescer; para isso era preciso um bom relacionamento entre capital e trabalho. Para JK o caminho era o da harmonia, da conciliação e não do confronto entre as classes. Cada segmento precisava ajudar no progresso e receber os benefícios. E o desenvolvimento devia ser visto também como fator de segurança interna e meio de salvaguardar os valores do ocidente. O Presidente levantou a bandeira "Segurança e Desenvolvimento". (Cf. Cardoso, 1978).

Entre as medidas tomadas para implementar o desenvolvimento, salientamos: a criação da *Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE), com a preocupação de integrar o Nordeste no mercado nacional e a criação do *Grupo de Estudos da Indústria Automobilística* (GEIA). Essa indústria se constituiu num eixo fundamental da industrialização brasileira.

Juscelino também procurou repensar o sistema americano, propondo a criação da *Operação Pan-Americana* (OPA), uma aliança dos povos americanos para lutar contra o subdesenvolvimento, que não progrediu por falta de apoio e interesse dos Estados Unidos, que, mais tarde, dentro de seus interesses, criou a *Aliança para o Progresso.*

Nesse período, o conceito "estrutural dualista" foi amplamente utilizado para explicar as diferenças internas de um país; diferenças econômicas e culturais. Por exemplo: entre o nor-

BIBLIOTECA CENTRAL

deste e o sul. Esse dualismo foi objeto de estudo de Celso Furtado. Uma das obras presentes nessa época, abordando essa questão foi *"Os dois brasis"* de Jacques Lambert.

Durante o governo de JK vários convênios foram feitos com a ONU, UNESCO, no sentido de uma Educação de Adultos, de programas de desenvolvimento de comunidade. A perspectiva do desenvolvimento envolveu vários segmentos profissionais, principalmente os que tinham mais contato e trabalho direto com as populações.

O ambicioso projeto de JK produziu mudanças na economia do país. As indústrias cresceram, levando a uma diversificação da economia. Porém, vários problemas e distorções apareceram: a inflação, pressionada pelo capital estrangeiro, aumentou; as diferenças regionais se acentuaram, o centro-sul cresceu vertiginosamente, apesar da criação da SUDENE; o Brasil se enquadrou às exigências do capitalismo internacional e a iniciativa privada brasileira sentiu-se estrangulada pela Instrução 113 da SUMOC, que possibilitava as empresas estrangeiras de importarem tecnologia e maquinário com isenção de impostos, o que não era permitido às empresas nacionais.

Jânio Quadros (1961), eleito pela UDN, defendia também uma forma de desenvolvimento para o país. Seu discurso de campanha se enquadrava na perspectiva neoliberal. Prometia honestidade, controle da inflação, taxa de crescimento que atingisse as áreas de saúde, educação e agricultura e defendia a colaboração com o capital estrangeiro. Tomando posse, procurou implementar um programa anti-inflacionário, que recebeu apoio dos credores estrangeiros. Aos poucos começou reação interna ao programa tendo em vista o aumento dos preços. Essa reação e o contato com um grupo nacionalista ligado ao ISEB levou o presidente a ter uma postura mais nacionalista e perceber a necessidade de um plano mais amplo que atacasse os problemas estruturais.

Durante a gestão de Quadros, os Estados Unidos propuseram aos países da América Latina a *Aliança para o Progresso.* Essa Aliança pretendia o crescimento econômico e desenvolvimento das nações latino-americanas. Esse programa nasceu tendo em vista a implantação do comunismo em Cuba e atendia aos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos.

O presidente, eleito por uma grande massa de votos, começou o governo com apoio da opinião pública e renunciou em agosto de 1961.

Após a renúncia de Quadros e muitas negociações, assumiu João Goulart (1961-1964) sendo, num primeiro momento, presidente no regime parlamentarista e em seguida no regime presidencialista. Goulart realizou um governo marcado pelo nacionalismo e pela busca do

desenvolvimento. O presidente propôs, através de Celso Furtado, seu Ministro do Planejamento, um Plano Trienal. Esse plano tinha como objetivos: o combate à inflação, recuperar alto índice de crescimento e realizar reformas de base. Tratava-se de um plano global para atingir nossa realidade e necessidades. Para viabilizar o plano era necessário um programa de estabilização. Esse programa foi elaborado e colocado em prática por San Thiago Dantas, Ministro da Fazenda. O programa foi depois de um curto tempo bombardeado por conta da tentativa de conter a inflação, através de uma política de controle e de austeridade. Mais uma vez a tentativa de conciliar um programa de combate à inflação e satisfação interna não deu certo. Deixando de lado esse programa, Jango concentrou-se na tentativa de concretizar as chamadas reformas de base, que inicialmente contavam com o apoio de vários segmentos. Mas o acirramento de diversas forças políticas, do exército, as pressões americanas colocaram fim a qualquer possibilidade de concretizar as reformas pretendidas. Os militares depuseram o presidente e assumiram o poder.

Até aqui procuramos mostrar como o processo de industrialização mudou a economia brasileira e foi assumido pelos vários governos, no período em questão. Não podemos compreender plenamente o que ocorreu no país de 1945 a 1964 sem nos referir a um outro elemento chave que foi o **populismo**, um fenômeno latino-americano. No Brasil o populismo esteve ligado com o varguismo. Três elementos eram essenciais: nacionalismo desenvolvimentista, o pacto das classes e a intervenção do Estado. O populismo teve uma configuração política ambígua. Era sensível às pressões populares e ao mesmo tempo procurava controlar as massas. A revolução de 30, através da intervenção do Estado possibilitou o surgimento de uma burguesia nacional e esta, para conseguir sua politica de industrialização, buscou a intervenção do Estado, numa perspectiva marcada fortemente pelo nacionalismo. Outro elemento chave foi a cooperação das classes, possível graças ao controle dos sindicatos pelo Estado, por intermédio do Ministério do Trabalho. Esse controle foi facilitado por causa do "peleguismo". O populismo começou a entrar em crise em 1954, no final do governo Vargas. Explicitou-se um antagonismo entre os que desejavam um desenvolvimento nacionalista e os que queriam um desenvolvimento associado. Esse impasse foi rompido com o golpe de 64.

É preciso registrar que os anos 60, foram de grande efervescência, também do **ponto de vista cultural.** O teatro e cinema, a música popular viveram momentos de questionamentos e criatividade. O Teatro de Arena foi em busca de um novo público, as classes populares, e de uma nova linguagem que levava à mobilização. Também nesse período emergiu a Pedagogia de Paulo Freire, pedagogia a serviço do oprimido. Intelectuais e artistas deixam seu mundo,

buscando um diálogo com o povo nos sindicatos e nas praças. Foi marcante também a presença da *União Nacional dos Estudantes* (UNE) e dos sindicatos.

3.2. A situação da Igreja.

Neste período verificaram-se profundas mudanças na vida da Igreja, na sua organização, na sua prática pastoral, na sua ideologia, nas suas relações com a sociedade e com o Estado. Essas mudanças foram provocadas por transformações que ocorreram em nível mundial e na sociedade brasileira. Levaram a rupturas nas formas de convivência construídas pela Igreja durante os últimos anos, no seu relacionamento com a sociedade e com o Estado. Nessa fase da história da Igreja os leigos foram convocados a colaborarem de maneira mais ativa. A maior parte das estratégias implantadas pelo aparelho eclesiástico só foram viabilizadas com a participação do laicato, mesmo que com controle último dos bispos. O fim da IIª Guerra, a democratização do país, a questão do desenvolvimento criaram situações novas para o Brasil e para a Igreja. Esse período também foi marcado por tensões, conflitos, quer com a sociedade, quer internamente entre leigos e leigos, leigos e bispos e padres e também divisão na hierarquia.

Em 1942, como já assinalamos, morreu D. Leme, deixando um vazio na organização eclesiástica. Seu sucessor, D. Jaime de Barros Câmara, no dizer de vários pesquisadores, não tinha condições para substituí-lo na tarefa de articulação do episcopado. Mas, pela posição que ocupava, acabou sendo ponto de referência e muitas vezes a voz do episcopado.

A redemocratização vivida pelo país a partir de 1945 obrigou a Igreja a enfrentar novos desafios. O controle que Vargas exercia sobre a sociedade beneficiando a Igreja, garantindo a presença dos valores cristãos e fazendo do país uma "Nação Católica", deixou de existir. E, também, novas idéias começaram a circular, os partidos se organizaram e procuraram atingir as massas com suas propostas, enfim, instalou-se o debate. Foi dentro desse contexto e para evitar que o abalo fossem o menor possível que "a Igreja atuou no sentido de apoiar as forças mais conservadoras, reforçando portanto o caráter conservador da democratização que se iniciava" (Pierucci, 1984, p. 348). Nesse período a Igreja se defrontou novamente com eleições, com a elaboração de uma nova Constituição e com a preocupção de como estabelecer relações e influir no novo Governo. Usando da mesma estratégia do passado, os bispos organizaram grupos de pressões e buscaram interferir nas eleições com a LEC. Novamente foram feitas

listas de candidatos, divulgadas através do clero e dos leigos. A Igreja conseguiu colocar na Constituição de 1946 vários postulados defendidos durante o período eleitoral.

Nesse período, a Igreja no Brasil começou a fazer, de maneira tímida, algumas críticas de ordem moral, ao capitalismo, sem questionar o sistema. Para ela o capitalismo produz seus males, mas o mais grave é a crise espiritual dele decorrente. O comunismo continuou sendo o grande inimigo, veementemente condenado, no *Manifesto do Episcopado Brasileiro*, publicado antes das eleições, em maio de 1945 e em outros documentos e posicionamentos. Considerando a crise espiritual provocada pelo capitalismo e o mal do comunismo, os bispos apontavam como saída a volta a Deus, enfim, o Catolicismo.

O Presidente Dutra, a partir de janeiro de 1947, fez uma violenta campanha contra o Partido Comunista, que culminou com seu registro cassado, em abril, pelo *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE). Em fevereiro do mesmo ano, o Cardeal Câmara publicou uma Carta Pastoral na qual apontava vários problemas do país e renovava sua condenação ao comunismo ateu. E o Cardeal Mota, de São Paulo, manifestou seu apoio à medida do TSE. Em 1949, o Cardeal Câmara voltou a condenar o comunismo.

Considerando os aspectos explicitados sobre o caminhar da Igreja nesses anos, pode-se afirmar, conforme Pierucci, que "no conjunto, a década de 40, havia sido para a Igreja Católica no Brasil um período de relativa estagnação, em que se limitava a hierarquia a repetir fórmulas envelhecidas tanto na doutrina quanto na prática pastoral" (1984, p. 354).

Situação diversa viveram as décadas seguintes. Vários fatores, como veremos no decorrer deste tópico, levaram a mudanças estratégicas por parte da Igreja, sem deixar o seu anticomunismo. Aos poucos os bispos foram percebendo que as formas de exercer sua influência sobre a sociedade precisavam ser revistas. Não era possível contar integralmente com o Estado, que não podia expressar mais o rosto católico. As formas de colaboração e de ajuda mútua deveriam se dar de outra forma. O crescimento do protestantismo e do espiritismo, e a consciência da possibilidade do comunismo atingir as massas, em particular a rural, levou a Igreja a rever sua prática pastoral e a combater sistematicamente seus inimigos. Essa realidade fez com que os bispos apelassem para os católicos se organizarem para atuar na defesa dos valores cristãos. Era preciso recristianizar a sociedade. Como vemos, foram os fatores externos que empurraram a Igreja a buscar outros caminhos. Esses, embora muitas vezes de caráter defensivo, forçaram-na a buscar alternativas novas e, conseqüentemente, a repensar-se face à realidade. A Igreja se viu impelida a buscar nova "estratégia de influência", voltando-se também para as classes populares.

A década de 50 e início dos anos 60 marcaram "o deslocamento do eixo das preocupações intra-eclesiais, para os problemas da fome, do analfabetismo, da doença, da falta de moradia e de terra, de emprego e de salário para a grande maioria do país" (Beozzo, 1989b, p. 162). Esse processo nos permite entender as mudanças ocorridas na AC; o trabalho em conjunto da Igreja em determinados programas do governo, a criação de outras estratégias e as críticas ao capitalismo, por suas conseqüências maléficas.

É dentro dessa ótica que podemos entender os vários posicionamentos do episcopado e as várias estratégias, instrumentos e experiências no período. Podemos salientar os encontros regionais dos bispos, a criação da *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB), as mudanças da ACB, a criação do *Movimento de Educação de Base* (MEB), o trabalho de sindicalização rural, O *Movimento para um Mundo Melhor* (MMM), as *experiências de Barra do Piraí-RJ, Nízia Floresta-RN* e outras. Muitas dessas estratégias e experiências foram além do pretendido e lançaram sementes para o futuro. Na prática essas mudanças levaram a situações de tensões e conflitos. Vejamos rapidamente algumas dessas experiências.

3.2.1. **Encontros Regionais de Bispos.** A Igreja sempre exerceu uma presença hegemônica na zona rural, embora não fosse sua preocupação maior do ponto de vista pastoral. No início dos anos cinquenta os bispos perceberam os riscos de perder as massas camponesas. Sentiram sua influência abalada pela maior penetração do protestantismo, do espiritismo e do crescente processo de urbanização vivido pelo país. O medo de perder seus fiéis provocou, por parte de episcopado, pronunciamentos e alguns encontros de bispos para refletirem sobre como salvar essas massas desses males. Para discutir essa situação, o Secretariado Nacional da ACB, com apoio do Núncio Apostólico, organizou alguns encontros. Em 1951, em Natal, Rio Grande do Norte, aconteceu a *1ª Semana Ruralista.* Nesse encontro o discurso foi enfatizar a importância, os valores, a beleza do homem do campo em oposição ao da cidade, como forma de combater os males apontados. Em agosto de 1952, os Bispos do Vale do São Francisco também discutiram a situação dos camponeses, e com todo cuidado afirmaram a necessidade de uma reforma agrária. Também é importante registrar o pronunciamento de D. Inocêncio Engelke, bispo de Campanha-MG, que, em 1950, numa *Semana Ruralista,* dirigindo-se ao clero, religiosas, professores rurais e fazendeiros, fez um alerta a respeito da situação em que viviam os camponeses sem terra, sem legislação, com condições indignas de vida. O Bispo afirmou claramente que a situação era matéria excelente para os agitadores, bastando-lhes dizer a verdade. Fez apelos aos fazendeiros para que antecipassem a revolução e indicou os caminhos propostos pela Igreja.

Em 1952, no mês de julho, ocorreu a *1ª Reunião dos Bispos do Amazonas,* em Manaus. Além de discutir os problemas da região, os bispos enfatizaram a experiência positiva de se encontrarem e a necessidade de continuarem a se reunir.

Segundo Pierucci, esses encontros tiveram vários significados para os bispos e, certamente, para a vida da Igreja e enfatizou: alguns passos foram dados para uma maior organização dos bispos e de uma pastoral mais orgânica; os documentos produzidos salientavam temas sociais e os bispos reafirmaram o desejo de colaborarem com o Estado.

Na segunda metade dos anos 50 outros encontros foram feitos, agora sob a coordenação da CNBB. Os bispos do Nordeste realizaram dois encontros: em 1956, em Campina Grande-PB e, em 1959, em Natal-RN, contando, nos dois eventos, com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek. Esses encontros marcaram mais claramente um assumir do projeto desenvolvimentista por parte da Igreja, novas formas de alianças com o Governo e solidariedade às classes populares. No encontro de 1956, o Presidente agradeceu a Igreja pelo apoio na criação da SUDENE.

3.2.2. **A criação da CNBB.** No final da década de 40 e no início dos anos 50, os bispos foram percebendo a necessidade de uma maior articulação entre si, para responder aos grandes desafios da sociedade brasileira e de como exercer sua presença. Como resposta nasceu a *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB), fato que ao longo dos anos provocou mudanças significativas na vida da Igreja.

A experiência da ACB, organizada em nível nacional, com seus Secretariados, possibilitou aos seus membros uma visão mais ampla e global da realidade e dos grandes problemas nacionais. Os bispos não tinham uma espaço de articulação e de reflexão semelhante ao dos leigos. Pe. Hélder Câmara, assistente nacional da AC, desde 1947, vivendo a experiência dos leigos e sentindo a necessidade e a importância de uma articulação dos bispos, propôs ao então Cardeal Montini, Secretário de Estado do Vaticano, depois Paulo VI, a criação de uma entidade que congregasse os bispos do Brasil. Com a aprovação de Pio XII, em 17 de outubro de 1952, nascia a CNBB.

A Conferência surgiu como uma necessidade de coordenação do episcopado, sentida pela maioria dos bispos. Mas, inicialmente, foi assumida por um grupo de bispos que via com maior clareza o projeto, dentre eles D. Hélder que nela teve influência marcante. A prática inicial da nova entidade se fez com os objetivos expressos no Estatuto de fundação e os determinados por D. Hélder. A Conferência foi de fato assumida pelo conjunto do episcopado, quando da realização dos Planos de Pastoral. Além dos objetivos de articulação dos bispos e

da pastoral, no dizer de Thomas Bruneau e Márcio M. Alves, a criação da Conferência tinha como preocupação manter os espaços de influência da Igreja e atender os interesses do Vaticano.

> No espírito dos seus fundadores, a CNBB poderia ser um núcleo de reorganização de estruturas eclesiásticas que permitiria enfrentar as forças que eram vistas na época como explícita ou implicitamente hostis à influência do Catolicismo. Essa restauração, que tinha fins administrativos, visava também nítidos objetivos ideológicos e políticos. Estes objetivos eram os que a Igreja perseguia tradicionalmente: a manutenção da influência institucional da Igreja através da reconciliação das classes sociais em proveito daquelas onde estavam mais implantadas e cujos interesses partilhava, quer dizer, as classes dominantes (Alves, 1979, p. 64).

No sentido de concretizar seus objetivos e de alargar os espaços de influência é que se inserem várias das atividades programadas e as apoiadas pela direção da entidade. A CNBB deu seu apoio a ACB, ao processo de sindicalização rural, ao MEB e outras. Realizou antes de 64 várias assembléias gerais e encontros regionais. Foi através da CNBB que o episcopado passou a fazer seus pronunciamentos, em lugar das Cartas Pastorais de cada bispo e a realizar seus contatos com o Governo. As Conferências Episcopais tiveram seu crescimento e reconhecimento a partir do Concílio Vaticano II, onde foram assumidas.

Na linha organizativa, os bispos, em termos de América Latina, em 1955, fundaram o *Conselho Episcopal Latino-Americano* (CELAM), com sua *1ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano,* no Rio de Janeiro, durante o *36º Congresso Eucarístico Internacional.* Nessa Conferência foram apontados os inimigos do Catolicismo em termo de AL: protestantismo, espiritismo, marxismo e o secularismo.

3.2.3. No período em questão também passou por um processo de transformação a **Ação Católica Brasileira.** No tópico anterior nos referimos à criação da Ação Católica pelo Papa Pio XI e a sua implantação em nosso país. No período que agora sintetizamos, a AC no Brasil se reestruturou em bases do modelo belga-francês-canadense, dividindo-se por categoria social. A partir de 1942 começou a organizar-se o que mais tarde foi a *Juventude Universitária Católica* (JUC). A *Juventude Operária Católica* (JOC) começou com pequenos grupos em 1932; em 1948 aconteceu a *1ª Semana Nacional de Estudos da JOC,* com 600 delegados, com a presença de Cardjin. Essa é data de fundação da JOC em nível nacional. E a partir de 1950 constituiu-se a *Juventude Estudantil Católica* (JEC), a *Juventude Agrária Católica* (JAC), a *Juventude Independente Católica* (JIC) e os ramos adultos operário e independente, a *Ação Católica Operária* (ACO) e *Ação Católica Independente* (ACI). Tiveram maior influência no período a JUC e JEC, segundo alguns dos estudiosos. Cada área da AC especializada passou a ter um Secretariado Nacional, com pessoas liberadas para o

trabalho de implantação, coordenação e acompanhamento dos grupos. Foram importantes também os Conselhos Nacionais, como espaço de decisão e de aprofundamento. Essa forma de organização acabou dando ao movimento mais autonomia, embora continuasse desenvolvendo sua ação como mandato dos bispos. Na fase inicial da AC especializada, a dimensão espiritual e as preocupações com a vida eclesial eram dominantes. A reflexão sobre a pessoa humana, seus direitos era ainda muito abstrata e intelectualizada. No final dos anos 50 e os primeiros de 60, os militantes da AC ampliaram seu engajamento na ação política. O medo do comunismo, a visão reformista do episcopado levaram a manifestar-se contra o movimento, até sua extinção, com exceção da JOC e ACO.

3.2.4. **O Movimento de Natal.** A preocupação com a situação das populações carentes dos camponeses e de como combater a miséria e o subdesenvolvimento, levou um grupo de padres e leigos, de Natal, em 1948, a iniciar uma série de atividades, que mais tarde recebeu o nome de Movimento de Natal. Em 1949 criaram o *Serviço de Assistência Rural* (SAR), ligado à *Juventude Masculina Católica,* que passou a desenvolver uma série de atividades sistemáticas, através de equipes volantes que percorriam as paróquias. Realizaram várias Semanas Rurais. O movimento tinha os seguintes objetivos: "a educação de base, a transformação das estruturas políticas, sociais e econômicas, e a educação religiosa das populações carentes" (Teixeira, 1988, p. 96). O movimento teve seu maior crescimento e dinamicidade a partir de 1958, provocado pela grande seca do Nordeste daquele ano, pelas discussões e projeto desenvolvimentista, pela criação das *Ligas Camponesas* e outros fatores. Em 1958 tiveram início as *Escolas Radiofônicas e o trabalho de sindicalização rural.* Em 1961 criou-se o .*Movimento de Educação de Base.* **(MEB),** que ampliou todo trabalho, até então desenvolvido para o Nordeste e outras regiões do país. Nessa fase, os trabalhos desenvolvidos foram assumidos e coordenados pela CNBB. A criação das Ligas Camponesas, por Francisco Julião, provocou uma reação por parte da hierarquia, que entrou para valer na criação de sindicatos de trabalhadores rurais.

3.2.5. **Planos de Pastoral.** Na caminhada da Igreja, nesse período, outro fator de mudança foi a elaboração e concretização do *Plano Emergência,* em 1962, por parte da CNBB. Em 1959, o Papa João XXIII pediu ao CELAM, que elaborasse um plano de pastoral visando mobilizar toda Igreja latino-americana, em face dos grandes perigos que a afetavam. Sem resposta, o Papa voltou ao assunto, em 1961, exigindo a elaboração do referido plano. A Revolução Cubana veio reforçar o pedido feito pelo Papa. Em 1962, os bispos brasileiros lançaram o Plano Emergência, para maior mobilização dos católicos, renovação da Igreja, a

partir das paróquias e para evitar que o Brasil se tornasse outra Cuba. O Plano pode recolher toda a experiência acumulada pela Igreja do Brasil na década de 50.

A experiência da Ação Católica, o trabalho do Movimento para um Mundo Melhor, o Movimento de Natal, a criação da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), em 1954, foram fatores que levaram a um questionamento do modelo de Igreja vivido nesse período e contribuíram para que o Plano de Emergência acontecesse. Esse processo trouxe conseqüências positivas para a Igreja brasileira. Teixeira, analisando o referido Plano e a respeito de seus traços significativos afirmou:

> podem-se apontar a atualização da paróquia, a renovação da diocese, a valorização da Igreja particular, o incentivo dado às múltiplas comunidades naturais já existentes na grande comunidade paroquial, a ênfase dada à colegialidade episcopal e à inserção pastoral dos religiosos, a valorização do leigo, o esforço de planificação pastoral a valorização da multiformidade e unidade dos ministérios e carismas na Igreja (1988, p. 119).

Além dos aspectos positivos, pode-se verificar alguns limites: a não participação da base em sua elaboração, o não assumir o plano na prática, por vários bispos que o aprovaram, a reafirmação dos tradicionais inimigos da Igreja, já citados em outro lugar deste tópico. A bem da verdade, no Plano de Pastoral, a crítica do capitalismo não fica apenas no aspecto moral e entre os perigos que ameaçam a Igreja, os bispos acrescentaram: "as estruturas atuais, que esterelizam os esforços de evangelização".

3.2.6. Precisamos registrar, também, na vida da Igreja nesse período, **experiências desenvolvidas ao nível interno.** Vejamos algumas experiências: Catequese Popular em Barra do Piraí-RJ e a de Nízia Floresta-RN, precursoras das CEBs conforme Frei Beto, Pe. José Marins e Faustino Teixeira. Importa assinalar aqui também o Movimento para um Mundo Melhor.

A experiência em Barra do Piraí-RJ, consistiu no aproveitamento dos leigos, como catequistas populares, num trabalho de evangelização. Esse trabalho foi iniciado em 1956 e se inseriu no embate com um dos inimigos da Igreja, os protestantes. D. Agnelo Rossi, então Bispo de Barra do Piraí-Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, sentindo a necessidade de defender a fé no enfrentamento com os protestantes, contando com número pequeno de padres, lançou mão dos leigos, dos catequistas populares. Os leigos seriam os transmissores da mensagem evangelizadora. Em 1956 realizou-se o *1º Encontro Diocesano dos Catequistas Populares.*

A experiência de **Nizia Floresta** teve início no ano de 1962, quando era Administrador Apostólico da Arquidiocese de Natal-RN, D. Eugênio Salles. O trabalho desenvolvido no Rio Grande do Norte tinha o caráter de uma experiência-piloto e foi devidamente preparado. A

cidade escolhida foi Nizia Floresta, que fica a 43 quilômetros de Natal e que, na ocasião, tinha 10.300 habitantes, na sua maioria camponeses, vivendo em condições precárias. Foi dentro do espírito do Plano de Emergência da CNBB que esse trabalho aconteceu. A necessidade da evangelização e a ausência de padres levou a Igreja a buscar saídas. E um caminho foi convocar religiosas para o desenvolvimento de um trabalho paroquial. Para realizar o trabalho foram convidadas quatro irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. As irmãs ficaram responsáveis pela parte de evangelização e uma equipe de sociólogos, assistentes sociais e agrônomos acompanharam o trabalho de promoção.

3.2.7. **O Movimento para um Mundo Melhor** teve grande repercussão na vida da Igreja brasileira e foi assumido pelo episcopado. Segundo Benedetti (1988), a presença desse movimento, com suas conseqüências, não vem sendo levada suficientemente em conta nos estudos sobre a Igreja no Brasil.

O Movimento nasceu na Itália, com Pe. Ricardo Lombardi, jesuíta, e contou com a plena aprovação e apoio do Papa Pio XII. O Movimento tinha como preocupação a renovação da vida cristã, adaptar a pastoral às necessidades do presente; para isso preconizava uma reestruturação da vida paroquial. Com seu trabalho o Movimento criou um clima para o acolhimento das resoluções conciliares. Segundo Teixeira

> Deve-se a este movimento um papel muito importante na renovação do clero brasileiro e na agilização da atividade pastoral. Através de seus inúmeros cursos, o Movimento para um Mundo Melhor contribuiu para desbloquear o espaço eclesial brasileiro, preparando desta forma o terreno para as experiências pastorais inovadoras e pioneiras que se realizaram na década de 60 (1988, p. 111).

Um dos primeiros cursos aconteceu, em janeiro de 1958, na Diocese de Botucatu, curso de *União e Atualização no Apostolado,* ministrado pelo Pe. José Marins (Cf. Azzi, 1977, p. 86). O movimento teve grande penetração no Brasil. Um momento significativo foi o retiro para os bispos brasileiros, pregado por Lombardi, em Curitiba, durante o VII Congresso Eucarístico Nacional. Em 1961, quando da aprovação do Plano de Emergência, ficou designado o Secretário da CNBB, como coordenador da Equipe Nacional do Movimento.

3.2.8. **Concílio Vaticano II.** Outro fator de transformação da Igreja no Brasil foi o Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965. Todo episcopado nacional participou desse grande acontecimento, que vem marcando a vida da Igreja, em particular do Brasil. O Papa João XXIII, convocando o Concílio, quis chamar toda a Igreja

> ao *aggiornamento*, ao compromisso ecumênico e à colaboração com todos os homens de boa vontade na busca e construção da paz, propondo a substituição das condenações estéreis ao mundo por um diálogo sincero, abriu caminhos novos para muitos dos impasses vividos pela Igreja nos últimos 450 anos (Beozzo, 1989b, p. 162).

As repercurssões do Concílio, as mudanças que provocou, analisaremos quando da apresentação do período pós-64.

Apesar de todo processo de mudança vivido pela Igreja, não podemos ignorar as resistências internas. Em 1964 a Igreja havia mudado bastante, mas também sofria muitos conflitos, agudizados entre os que desejavam uma transformação radical (segmentos da JUC, do MEB, dos bispos) e os que não desejavam as mudanças, de onde surgiu a direita católica. Estes colaboraram com o golpe militar de 1964 e com pressões junto aos segmentos progressistas do laicato e do episcopado. Nesse período podemos afirmar que a Igreja era ainda anti-comunista e conservadora. Muitos assumiam uma postura reformista.

3.3. A presença dos leigos.

Nesses quase 30 anos de história da Igreja, os leigos continuaram na posição de figurantes, embora, a partir dos anos 50, segmentos do laicato, como os da AC, tenham adquirido um certa positividade e também relativa autonomia. Na vida brasileira esses segmentos se tornaram atores. Porém, na vida da Igreja essa situação se tornou conflituosa, a ponto de seu engajamento, a sua busca de autonomia, ter tido um preço: a extinção dos seus movimentos pela hierarquia.

As mudanças que ocorreram na sociedade e na Igreja, no final dos anos 50 e início dos anos 60, que explicitamos anteriormente, evidentemente repercutiram no conjunto das organizações dos leigos. O processo desenvolvimentista que perpassou a sociedade brasileira, no qual a Igreja se engajou intensamente, possibilitou um maior debate e participação do laicato nas questões sociais. Segundo Mainwaring

> É impossível compreender o desenvolvimento dos movimentos leigos somente em relação à Igreja institucional. A orientação política dos militantes leigos não é determinada unicamente por seus laços com a Igreja. Os católicos também fazem parte da estrutura social e, como tal, participam da política enquanto estudantes universitários, camponeses, trabalhadores, médicos. Interagem com a sociedade e são influenciados pelas tendências da sociedade e, em particular, pelos movimentos sociais dentro de sua própria classe (1989, p. 82).

Em face dessas mudanças, com as possibilidades de debates e a busca de novas alternativas, a Igreja, com medo de perder seu controle sobre massas e em especial as camponesas, volta-se também para as classes populares. Setores de leigos, dessas camadas, estimulados pela hierarquia e pela realidade emergente, se engajam em divervas atividades. O grande debate ideológico desses anos fez com que os leigos e seus organismos também tivessem posturas diferentes.

Essas mudanças afetaram setores do laicato e estes contribuíram no debate e nos novos rumos tomados pela Igreja nesse período. Mainwaring afirmou que os "Movimentos leigos e de base têm impulsionado a renovação na Igreja brasileira desde 1958". Apontou, como exemplo, a esquerda católica, que "introduziu novos conceitos de fé e mostrou o dinamismo do laicato dentro da Igreja" (1989, p. 82).

A presença dos leigos se deu nos mais diferentes níveis. Sem eles teria sido impossível a Igreja realizar todo trabalho desenvolvido nesse período. Essa presença sempre esteve articulada com as estratégias do episcopado. Por isso, os leigos em geral foram instrumentos dos objetivos, metas e interesses da hierarquia. Essa presença até a década de 50 foi marcadamente conservadora; no final dos anos 50 e início de 60 o leque ideológico se ampliou e encontramos leigos conservadores, reformistas e socialistas.

Portanto, analisar a Igreja e a presença dos leigos neste período é uma tarefa bem mais complexa do que nos períodos anteriores. Houve mudanças na política, a estrutura de classe se alterou e, na Igreja, a hierarquia sobre determinadas questões se dividiu. Vejamos essa presença e contribuição.

3.3.1. **Liga Eleitoral Católica.** Um período marcado pela continuidade e pela mudança. O fim da ditadura encontrou a Igreja articulada com o governo, com os grupos hegemônicos, e numa postura conservadora. Posição que continuou sem maiores alterações até o início dos anos 50. A Igreja procurou se adaptar aos novos tempos e, em 1945, com o processo de redemocratização, o desafio de como manter as boas relações com o governo e continuar influenciando as decisões políticas se colocaram novamente para a Igreja, ou melhor, para a hierarquia católica. A estratégia utilizada pela Igreja foi a mesma utilizada no passado: a não criação de um partido católico e a aproximação do governo utilizando-se das relações pessoais e grupos de pressão. No âmbito político outra questão foram as eleições para presidente da república e para a Assembléia Constituinte. Com relação às eleições, de novo foi utilizada a fórmula já testada: a Liga Eleitoral Católica, conseqüentemente, a mobilização dos leigos. Diante dessas eleições, a Igreja pensava ainda ser "ocasião de mobilizar o eleitorado católico em seu proveito, de canalizar o voto das massas católicas para a defesa introvertida de interesses 'religiosos' do clero" (...) "a Igreja brasileira tenta ver as possibilidades que se lhe abrem através do voto católico, fazer valer na Constituinte seus 'direitos e prerrogativas'" (Pierucci, 1984, p. 349). Para realizar o trabalho de esclarecimento os vigários e os leigos foram convocados. Deviam enfatizar a importância do voto e de como e quem votar. O trabalho mais árduo e de convencimento era feito pelo laicato organizado. Deviam percorrer as

casas distribuindo o material elaborado pela LEC. Conforme Pierucci para que o candidato recebesse o apoio da LEC devia manifestar seu apoio aos postulados defendidos pela Igreja e sua vida devia ser examinada pelos eleitores, verificando se no passado tinha sido pautada pelos princípios cristãos. Com relação aos partidos, os mesmos também deviam ser examinados sempre na perspectiva dos princípios cristãos e da LEC. Esses critérios, excluíam o Partido Comunista Brasileiro.

Em relação à Assembléia Constituinte as reivindicações eram basicamente as mesmas dos anos 30: indissolubilidade do vínculo conjugal, condenação do aborto, ensino religioso nas escolas públicas, assistência religiosa às Forças Armadas e outras (Cf. Pierucci, p. 350). Mesmo a LEC não tendo a pujança do período de D. Leme, o resultado obtido na Constituinte de 1946 foi saudado pela hierarquia católica.

Os períodos eleitorais eram ocasiões propícias para advertir os católicos quanto à filiação nos partidos políticos. Os católicos podiam filiar-se em qualquer partido desde que este "não contraste com as exigências superiores do bem comum e da consciência católica". Na prática significava não poder filiar-se ao PCB. Os membros das associações podiam filiar-se individualmente, não envolvendo seus organismos. Essa orientação era clara no Estatuto da AC, de 1946.

A LEC continuou atuando em outros pleitos, mas sem expressão e numa postura eminentemente conservadora, até ser extinta em 1958, na IV Assembléia Geral da CNBB. Em seu lugar, em 1961, a CNBB autorizou a *Aliança Eleitoral pela Família*.

Numa avaliação da LEC, de sua atuação até a década de 40, Pierucci, afirma:

> É bem verdade que, não obstante o *esprit de corps* que subentendia à prática da LEC, a Igreja cumpria o papel de educadora de uma certa cidadania: valoriza o voto, urgido como um 'grave dever', e recusa o comportamento clientelístico ao condenar o voto dado 'por motivos de parentesco, simpatia pessoal, favores prestados ao eleitor, aos seus ou à cidade... (1984., p. 351).

3.3.2. Estudando a presença dos leigos nesses anos é fundamental referir-se à **Ação Católica Brasileira.** Presente desde a década de 30, com a preocupação de formar dirigentes, que pudessem intervir na vida do país e contribuir para a recristianização da sociedade se modificou a partir dos anos 50, organizando-se por categoria social. Certamente, na década de 50 e metade dos anos 60, foi marcante a contribuição dos leigos da Ação Católica para o processo de mudança que ocorreu na Igreja e na sociedade. Aqui queremos apenas registrar essa contribuição e explicitar rapidamente e de maneira genérica alguns aspectos dessa caminhada. Sobre a Ação Católica há várias publicações, de maneira particular sobre a história

da JUC. Entre os autores, salientamos: Luiz Alberto Gomes de Souza, Pe. José Oscar Beozzo, José Luiz Sigrist, Frei Romeu Dale e Pe. José Ernanne Pinheiro.

Como vimos anteriormente, nesta fase tivemos a transformação da AC Geral em ACE. Esta, no dizer de Pinheiro, possibilitou "o desabrochar de um laicato consistente, sólido na formação cristã, com espírito missionário nos seus respectivos meios sociais" (1986, p. 84). Nessa fase, a AC contou com D. Hélder Câmara, com D. José Távora e depois, também, com D. Cândido Padin. No caminhar desses anos, os leigos, tendo em vista o contexto brasileiro de debate, foram discutindo, aprofundando aspectos relativos a sua fé, seu engajamento e buscando saídas para o país. Aos poucos o contato com o meio específico, a análise da realidade brasileira, a ação desenvolvida foram interferindo na vida dos militantes e na prática dos movimentos de AC, levando a mudanças significativas, numa década que a questão do desenvolvimento penetrou toda a sociedade brasileira. Dentro dessa ótica, contribuíram na reflexão dos militantes o pensamento e propostas do Pe. Lebret. Outros pensadores e teólogos contribuíram muito na busca permanente dos militantes para encontrar saídas para a transformação da sociedade, como Maritain, Lebret e Mounier. Em Maritain encontraram os elementos para a proposta do *Ideal Histórico,* na fase em que a filosofia aristotélico-tomista servia de base teórica para seus militantes. Mounier contribuiu no sentido da aproximação com o socialismo, com o marxismo. Os assistentes eclesiásticos também contribuíram no sustento da reflexão feita. Pe. Henrique Vaz deu sustento à reflexão sobre consciência histórica e instrumental necessária para a criação da *Ação Popular* (AP). Os militantes da AC pelo seu engajamento foram percebendo que apenas a conversão pessoal não resolvia as questões vividas na sociedade; se fazia necessária a busca de transformação da realidade, das estruturas. Em conseqüência, os membros da Ação Católica foram assumindo a participação nos organismos próprios de cada categoria. A JUC, por exemplo, assumiu a participação efetiva na UNE, inclusive em sua direção. Participaram efetivamente nas discussões em torno da Universidade, da Lei de Diretrizes e Bases do ensino nacional. A participação no movimento de AC, nas entidades estudantis e na criação da Ação Popular (AP), fez com que os militantes pudessem contribuir de maneira significativa, na sempre difícil relação entre fé e política, para o conjunto dos cristãos.

A AC contribuiu, como atestam os pesquisadores, para efetivação da CNBB, para a concretização do MEB em suas diversas atividades. Com relação à CNBB, Luiz Alberto Gomes de Souza, em sua pesquisa sobre a JUC, afirma:

> A CNBB foi criada em 1952, por D. Hélder Câmara e D. José Távora, a partir da experiência dos dois como assistentes eclesiásticos da AC e contaram, no grupo que

> organizou e montou a Conferência, com uma equipe de leigos e assistentes que vieram dos movimentos especializados. Antes da CNBB existiu a AC, e esta influenciou muito no surgimento da primeira. Pode-se dizer, sem exagero, que aquela nasceu da prática desta última. Hoje muitos esquecem essa realidade. E vários dos bispos renovadores dos últimos anos fizeram seu aprendizado nos movimentos de AC (1984, p. 250).

Dentro do movimento, os Conselhos Nacionais eram momentos ricos de aprofundamento, de amplo debate, de formação, fazendo avançar a caminhada. No caso da JUC, os vários historiadores demonstram como esse espaço era privilegiado para os grandes debates e planejamento da ação. O importante foram também as *Semanas da Ação Católica.* Esses eventos foram momentos de aprofundamento e de encaminhamentos de propostas. Muitos Arcebispos e bispos participaram, bem como o Núncio Apostólico. Na Semana realizada de 2 a 6 de maio de 1957, os bispos subscreveram um documento, onde afirmaram "reconhecer aos leigos um lugar próprio dentro da Santa Igreja". Do ponto de vista da metodologia a AC desenvolveu o método Ver-Julgar-Agir. Esse método nasceu da prática de Cardjin, na JOC. Essa metodologia foi gradativamente assumida por toda a Igreja. (Na segunda parte deste trabalho voltaremos a discutir e refletir sobre esse método.) A vitalidade dos vários movimentos, pode-se constatar também por suas publicações: a JAC tinha o jornal *Correio Rural*, com 14.000 exemplares; a JOC o jornal *Juventude Trabalhadora*, com 40.000 exemplares e *Construir*, com 13.000 exemplares; a JOCF publicou *Unidas e Unidas-domésticas*, com 24.000 exemplares. (Cf. Pinheiro, 1986, p. 85).

Os cristãos da JUC, tendo em vista a sua crescente participação na política e as objeções da hierarquia quanto a essa participação, criaram em 1961 a Ação Popular-AP, um instrumento que com maior autonomia possibilitasse uma presença dos cristãos no campo da política. Sem entrar em muitos detalhes, importa registrar essa busca do laicato, que "expressava a tentativa dos católicos para criar uma sociedade justa quando já se tornara mais difícil que tal tentativa ocorresse dentro das estruturas da Igreja" (Mainwaring, 1989, p. 85). Tratou-se de um movimento com inspiração cristã, mas fora do controle direto da Igreja-instituição. A AP contou também com a presença de pessoas ligadas aos movimentos de educação popular, aos sindicatos e às organizações dos camponeses. Enfatizava a liberdade e o pluralismo.

> Apesar da AP não ser um movimento de Igreja, o impulso para sua criação veio de participantes da JUC. O Pe. Henrique Vaz influenciou profundamente os fundamentos filosóficos de sua ideologia e, até o golpe, a AP permaneceu fortemente marcada por suas origens humanistas cristãs (1986, p. 86).

A criação da AP foi também um meio de conflito entre o laicato e a hierarquia.

O engajamento dos militantes, em particular na política, levaram a situações de conflitos com a hierarquia, de críticas e pressões contrárias por parte dos segmentos conservadores da sociedade. Esse processo culminou em novembro de 1966 com a decisão do *Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos,* da CNBB, dissolvendo as equipes da JUC, JEC e JIC. Em 1967, no Conselho Nacional

> a JUC não mais se considera 'um movimento de Igreja', passa a ser simplesmente 'um movimento de cristãos'. (...) Em 1968 realiza-se, no mês de julho, em Piracicaba-SP, o último encontro nacional (não mais 'conselho nacional') das 'equipes de cristãos' que tinham pertencido à JUC. A troca de experiência evidenciou a inviabilidade dessa nova experiência (Sigrist, 1982, p. 25).

O movimento foi alvo de repressão pós 64, com prisões e torturas de muito dos seus militantes.

3.3.3. Nesses anos, os católicos participaram e criaram experiências no campo da educação popular, como o **Movimento de Educação de Base-MEB**, que foi assumida pela CNBB e realizou uma série de atividades educativas. Envolveu muitos leigos em vasta região do país, profissionais e voluntários, que em seu trabalho foram mais longe do que desejava certa parte do episcopado. Utilizando dessa possibilidade, o laicato fez o que Souza chama de Igreja-comunidade, alargando "as fronteiras traçadas pela Igreja hierárquica". Contou com apoio de D. José Távora, presidente do MEB, que "será um apoio indispensável para que os dirigentes e monitores leigos mantenha uma margem ampla de autonomia e criatividade. Sua experiência na AC o fez tomar posição aberta e corajosa naquele momento de tensões crescentes" (Souza, 1984, p. 66). Segundo Queiroga, vários fatores possibilitaram o êxito desse trabalho. Vejamos alguns: "preocupação de formar lideranças e capacitar o pessoal...; a presença da ACB e outras formas de apostolado dos leigos; feliz combinação na ação pastoral, da dimensão estritamente religiosa com a social; um esforço de pastoral integral e outros" (1977, p. 340).

O MEB foi um dos grandes trabalhos de educação popular empreendidos pela Igreja. Inicialmente o trabalho do movimento foi o de realizar atividades educativas através do rádio. Junto com o trabalho de alfabetização, havia os aspectos sociais, comunitários e de conscientização política. Como a experiência vinha dando certo, a CNBB decidiu ampliá-la, através de um convênio entre a CNBB e o Governo Federal. Todo trabalho estava vinculado aos bispos, desde o nível nacional até a diocese. Para desenvolver as atividades programadas, havia os agentes em todos os níveis e os monitores. Os primeiros eram profissionais ou estudantes universitários, na sua maioria ligados a JUC, e os segundos eram pessoas do local, do meio rural. Estes acompanhavam as aulas, faziam campanhas junto às comunidades e as

escolas funcionavam em suas casas. Um dos objetivos era a conscientização. No decorrer do trabalho, o MEB ampliou sua experiência com Animação Popular e assumiu também a sindicalização rural. O clima vivido pelo otimismo desencadeado pelo desenvolvimentismo, de debate aberto das questões brasileiras, de entusiasmo dos militantes e fatores externos como a convocação do Concílio Vaticano II, a publicação da Encíclica *Mater et Magistra* fizeram com que o movimento desenvolvesse uma prática além da projetada pelo seus fundadores. No dizer de Teixeira,

> É interessante perceber como o Movimento de Educação de Base superou a índole conservadora que motivou sua criação. Nascido como alternativa às Ligas Camponesas, tendo cunho nitidamente anticomunista, vai-se definindo progressivamente num sentido de conscientização e formação de base (1988, p. 99).

O movimento foi marcado por uma visão cristã, tirada do personalismo e do humanismo, por princípios teológicos renovadores e de idéias de mudança social e de classes sociais tiradas do marxismo. Somente no final de 1963 e em 1964 é que o movimento se aproximou da pedagogia de Paulo Freire. O movimento viveu uma série de conflitos e críticas. A repressão, com o golpe de 64, atingiu o movimento sob todas as formas. E parte da Igreja também negou-lhe dar sustentação.

Na avaliação de Mainwaring,

> As inovações pedagógicas do MEB marcaram o desenvolvimento da Igreja brasileira. O MEB foi a primeira grande tentativa católica de desenvolver práticas pastorais transformadoras junto às classes populares. Suas práticas pastorais inverteram a tradicional exclusão do povo da tomada de decisão dentro da Igreja e foram precursoras das assembléias diocesanas que os bispos progressistas iniciaram durante o final da década de 60 e em 70 (1989, p. 89).

3.3.4. **A presença dos leigos no processo de renovação paroquial, na catequese e outras da vida da comunidade.** Para esse processo foram determinantes o Movimento para o Mundo Melhor, o Plano de Emergência e o contexto de mudanças da sociedade brasileira e todas as experiências a que já nos referimos anteriormente. Duas experiências podem exemplificar esse processo de renovação da Igreja, da sua catequese, da vida paroquial.

A experiência de catequese em Barra do Piraí-RJ. Essa experiência, como vimos, nasceu em 1956, envolvendo leigos no processo de evangelização, para combater os protestantes e tendo em vista a ausência de padres. O trabalho dos catequistas era de reunir o povo para as

> rezas diárias: terço, cânticos, alguma leitura espiritual. Reúne, aos domingos e dias santos, o povo, que embora longe da Igreja, para o "domingo sem missa" ou a "missa sem padre" ou o "culto católico" e faz o povo acompanhar espiritualmente e coletivamente a missa que o Pároco está celebrando na Matriz. Reza com o povo, as orações da manhã e da noite, as

> novenas, as ladainhas, os meses de Maio, Junho, etc., o exercícios da Boa Morte, da Via Sacra... (D. Agnelo Rossi, In: Teixeira, 1988, p. 57).

Esse trabalho provocou o surgimento de salões de catequese, salões comunitários nos morros, povoados e nas praias.

O trabalho desenvolvido extrapolou os limites impostos pelos organizadores. O leigo foi elemento central nessa experiência; mesmo como executante e numa Igreja clerical, passou a ser valorizado. "Ainda que a experiência tivesse objetivos conservadores, a prática popular foi despertando a consciência do povo que, por sua vez, foi desenvolvendo sua consciência" (1988, p. 59).

A experiência de renovação paroquial de Nízia Floresta-RN. Essa experiência-piloto, como já vimos foi assumida pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado e contou com uma equipe de técnicos em várias áreas. Houve um trabalho preliminar de preparação das irmãs e da comunidade de Nizia Floresta. A primeira iniciativa foi o levantamento das condições de vida da população e da situação do município, que ajudou na definição do trabalho de promoção humana e no de evangelização. Com relação a esse último, as irmãs definiram os seguintes objetivos: "a) assumir todas as iniciativas paroquiais, exceto as especificamente sacerdotais; b) manter a fé e a vida cristã; c) criar a comunidade paroquial e d) fazer com que os leigos assumam o papel que lhes cabe na Igreja de hoje" (1988, p. 69).

As atividades da comunidade começavam às 6 hs da manhã com uma liturgia da Palavra na Matriz; à noite havia o Lucenário, uma forma de oração coletiva, onde as irmãs desenvolviam um trabalho catequético com um número significativo de participantes. A formação dos líderes também foi uma das preocupações. Os leigos foram envolvidos em várias tarefas dentro da comunidade, a paróquia se organizando e adquirindo vida nova.

> Aos poucos foram os leigos tomando iniciativas antes reservadas às irmãs, segundo as novas linhas de trabalho. Os frutos foram logo aparecendo. No caso concreto das irmãs, este apostolado junto ao povo fortaleceu o fervor e vivência comunitária, incentivou o aprofundamento da realidade e o estudo, favorecendo uma melhor abertura para a realidade humana e apostólica. No que se refere à Igreja, este trabalho possibilitou uma maior aproximação e compromisso ante a realidade do povo (1988, p. 71).

Embora para a apresentação da questão dos leigos, tenhamos separado os diversos aspectos, não podemos deixar de salientar a articulação entre eles, bem como com a da renovação paroquial. Mesmo experiências voltadas para a dimensão social, como a do MEB, procuraram sempre, como atesta Queiroga, articulação entre a "dimensão estritamente religiosa com a social". Em sua análise mostrou que o êxito do Movimento de Natal, se deveu a fatores como os que já assinalamos anteriormente e ainda aos seguintes:

> processo de atualização apostólica, quanto ao conteúdo e método, promovendo os movimentos bíblicos e litúrgicos e a catequese renovada; adoção como método de trabalho, o planejamento e coordenação das atividades, superando uma pastoral de tarefas realizando uma pastoral de rumos (1977, p. 340).

Com relação ao processo de renovação paroquial, a presença dos leigos, inicialmente, era marcadamente limitada por parte do clero; essa presença era admitida e vista como necessária para poder enfrentar o combate aos "inimigos" da Igreja, como os protestantes, para não perder as massas e para suprir a diminuição de padres. Também o Plano de Emergência, em alguns momentos, refere-se ao leigo "como auxiliar" e como "colaborador". E, no decorrer do processo, outros setores assumem efetivamente a valorização do leigo, não aceitando mais a identificação entre Igreja e hierarquia. A renovação implicou um processo de mudança na forma organizativa da paróquia. Alguns setores, chamados de reformistas, viam que a implantação de novas estruturas possibilitariam um "melhor ensino dos fundamentos da fé e das práticas católicas". E outros, denominados progressistas, viam essa renovação como forma de "desenvolver um sentido mais comunitário e uma maior responsabilidade do leigo para realizar a missão social da Igreja" (Mainwaring, 1989, p. 72).

Os leigos que viveram as experiências da ACB, do MEB, do Movimento de sindicalização rural, da AP, levaram a Igreja-Comunidade ir além da pretendido, pensado, desejado pela Igreja-instituição, conforme categorias utilizadas por Luiz Alberto Gomes de Souza, como atestam os inúmeros estudiosos que pesquisamos. Essa rica experiência teve repercussão nos anos seguintes da Igreja no Brasil. Foi possível pelo apoio e comprometimento de uma pequena parcela do clero e de bispos, que também experienciaram uma outra forma de relacionamento entre leigo e hierarquia.

3.3.5. **Conflitos entre leigos e a hierarquia.**

O clima de debate ideológico, de mudança, de luta vivido no país, também ocorreu na Igreja. Um setor, os conservadores, unidos, comprometidos com a manutenção do *status quo*, criticavam o que chamavam de orientação "esquerdista" de determinados setores da Igreja. Neste bloco estavam D. Castro Mayer e D. Proença Sigaud. Este último escreveu o livro *Reforma Agrária, problema de consciência,* onde criticava os que estavam empenhados numa presença de Igreja na linha de mudança e engajamento político. Da parte dos leigos, contavam com apoio de Plinio Correia de Oliveira, das Congregações Marianas e dos Círculos Operários. Atuaram também como instrumento de pressão, contra a política vigente, a "Cruzada pelo Rosário em família", que serviu de preparação para as "Marchas com Deus, pela família e pela democracia". Estes apoiaram o golpe militar.

A JUC e a JEC estavam em conflito com setores da hierarquia que desejavam de um lado reformas sociais e de outro temiam o comunismo. Criticavam o que chamavam de "politização" desses movimentos. Os atritos ampliaram-se com a participação da JUC na política estudantil como já assinalamos. No dizer de Souza, "diante da nova lei universitária e do engajamento político e, nesse caso, a JUC catalizará sobre ela muitas reações violentas, onde o elemento ideológico é mais decisivo que o meramente doutrinal ou de defesa de princípios cristãos" (1984, p. 68). Muitas das críticas feitas à JUC se fizeram também ao MEB. Em fevereiro de 1964 houve um incidente com o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda que determinou a apreensão da cartilha *Viver e Lutar*, do MEB, na própria gráfica onde estava sendo impressa, por tê-la considerada a serviço do comunismo. Esse fato, segundo Souza, mostrou, de um lado, o grau de consciência dos militantes cristãos e, de outro, a divisão na hierarquia. D. José Távora, Arcebispo de Aracaju e Presidente do MEB protestou junto ao governo, mas não teve apoio do Cardeal do Rio, que fez críticas ao movimento pelo rádio. Esses conflitos, além do sofrimento pessoal dos militantes, aglutinou grande parte do episcopado, que mesmo estando vivendo o Concílio Vaticano II, com o afloramento do anticomunismo, retirou seu apoio ao conjunto desses militantes. Vivendo esses conflitos, onde falou mais forte a autoridade hierárquica, os cristãos tiveram que viver a experiência da repressão do regime militar instalado em 1964, com as bençãos de maior parte dos bispos brasileiros. Nesse momento os leigos tiveram apoio de alguns bispos como D. Helder, D. Távora, D. Cândido Padin e outros, bem como dos padres assistentes eclesiásticos da AC.

3.3.6. **Contribuições significativas.**

Fazendo um balanço desse período, considernado os conflitos e tensões, podemos afirmar que houve avanços e importantes contribuições, que indicamos:

- a modificação do conceito tradicional de leigo e a ampliação de sua participação;

- os militantes da JUC e do MEB ajudaram na perspectiva de uma nova relação entre fé e política;

- uma prática mais comunitária na vida paroquial;

- uma revisão da visão tradicional da Igreja por parte dos segmentos do laicato, dos padres e dos bispos; (ou uma revisão da eclesiologia então vigente);

- a emergência das classes populares na vida da Igreja e a elaboração de uma metodologia de trabalho popular;

- a experiência de autonomia de setores do laicato no seu relacionamento com a hierarquia;

- a ACE possibilitou a inserção nas diferentes categorias sociais;

- o início de uma reflexão teológica latino-americana;

- a consciência de que a fé exige um compromisso com a transformação da sociedade;

- a formação como instrumento necessário para a vivência da fé e do compromisso social, articulando formação e ação;

- contextualização e desenvolvimento do método ver-julgar-agir.

4. **Período de 1964 a 1990.**

4.1. **A situação brasileira.**

João Goulart foi deposto em 31 de março de 1964, por um golpe militar. Mais uma vez os militares intervêm na história do Brasil, mas desta vez para ficar. Os militares durante vinte anos assumiram com mão de ferro o controle do país. Editaram vários Atos Institucionais; acabaram com os partidos políticos; fecharam várias vezes o Congresso Nacional; ampliaram os poderes do Executivo; cassaram os direitos civis de políticos; fizeram uma nova Constituição em 1967, que foi revista depois da edição do *Ato Institucional nº 5* (AI-5), em 1969; prenderam, torturam e mataram muitos brasileiros.

Houve várias formas de resistência ao regime militar. De 64 a 68 os estudantes, através da UNE, realizaram várias manifestações. O ano de 68 foi marcado por várias manifestações de estudantes, trabalhadores e outros segmentos. A morte do estudante Edson Luis pela polícia, no Rio de Janeiro, em maio de 68, provocou várias passeatas, entre elas a de junho, com mais de 100 mil participantes. Aconteceu também greves de trabalhadores em Osasco (SP) e Contagem (MG). Reagindo aos protestos, o governo editou o AI-5, em dezembro de 68, levando a um endurecimento do regime. A repressão obrigou a outras formas de resistências como as guerrilhas urbanas e do campo. Segmentos da Igreja foram assumindo uma postura de oposição ao regime. Na metade dos anos 70 vários grupos e organismos foram assumindo mais claramente atitudes contrárias ao regime.

Nesse período os militares impuseram vários presidentes, referendados pela *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA), partido criado para dar sustentação ao regime: de 1964-1967, Marechal Castelo Branco; de 1967-1969, Marechal Costa e Silva; de 1969-1974, o General Garrastazu Médici; de 1974-1979, o General Ernesto Geisel e de 1979-1985, General João Batista Figueiredo.

Vejamos os principais elementos dos modelos econômico e político adotados pelos militares. Do ponto de vista econômico, com os militares chegou ao fim o modelo chamado de substituição de importação, vigente de Vargas a Goulart; tivemos a efetivação da internacionalização da economia, que vinha se constituindo desde JK, favorecendo as multinacionais e ampliação da dívida externa, pelo maciço investimento externo. O tripé básico da economia foi a concentração de renda, criação de amplos créditos ao consumidor (atendendo às classes altas e médias), abertura da economia brasileira (exportação e investimentos estrangeiros). (Cf. Costa, 1990, p. 284). Durante os anos de 1969 a 1973 tivemos o chamado *"Milagre Brasileiro"*. Os militares deixaram de lado o projeto nacionalista desenvolvimentista e assumiram o desenvolvimento associado. Do ponto de vista político o golpe militar colocou fim ao período iniciado com a Revolução de 30 e às experiências democráticas vividas pelo país desde 1946. Os segmentos dominantes passaram a ser controlados pelos representantes do capital estrangeiro. Os governos militares

> impuseram um regime político baseado na centralização do poder, fortalecimento do Executivo, controle da estrutura partidária, dos sindicatos e das entidades classistas, censura aos meios de comunicação e repressão sobre quaisquer formas de oposição (Costa, 1990, p. 286).

A partir de 1974, mesmo com a continuidade da repressão e de medidas arbitrárias, cresceu a oposição ao regime e o milagre brasileiro começou a entrar em crise. Nesse ano, nas eleições para o Congresso Nacional e Assembléias Legislativas, o *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), partido de oposição existente e permitido pelos militares, venceu em 16 Estados e passou de 94 para 185 os membros do Congresso Nacional. Foi uma derrota do governo. Esse fato gerou medidas por parte do regime, em 1976, cassação de deputados e em 1977, o fechamento do Congresso e o conhecido "pacote de abril". Esse pacote continha entre outros aspectos: eleições indiretas para os governos dos Estados, criava a figura do Senador também indireto e limitava o número de deputados no Congresso, diminuindo a representação dos grandes Estados. Ao mesmo tempo, de maneira ambígua, Geisel deu início a uma abertura "lenta, gradual e segura"; no final de seu mandato, foi decretado o fim do AI-5. Em 1979, o Gen. Figueiredo assumiu prometendo abertura. A oposição cresceu. Algumas medidas foram tomadas: anistia aos presos e exilados políticos e uma reforma partidária, com a possibilidade de vários partidos, com intuito de dividir a oposição. A reforma exigiu a introdução do termo partido e acabando com o bi-partidarismo então vigente. Vejamos alguns: o MDB mudou para PMDB; a ARENA transformou-se em *Partido Democrático Social* (PDS); a antiga sigla do PTB voltou e algo novo surgiu: o *Partido dos Trabalhadores* (PT). Diante das medidas

tomadas e do crescimento da oposição, a direita reagiu, pois nem todos os militares concordavam com a abertura do regime. Em 1980 e 1981 vários atos de terrorismo foram praticados pela direita, como o assassinato da secretária da OAB e do atentado no Rio Centro.

Em 1978 e nos anos seguintes tivemos grandes greves nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, conhecidas como região do ABCD, na grande São Paulo, de alta concentração de metalúrgicos. Um novo sindicalismo e novas lideranças foram sendo gestadas durante a ditadura e emergiram nesse período, entre elas, Luiz Inácio Lula da Silva. A oposição sindical foi assumindo vários sindicatos pelegos. Criou-se a *Central ^nica dos Trabalhadores* (CUT) e a *Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora* (CONCLAT), que se transformou em *Central Geral dos Trabalhadores* (CGT) e na Central *Força Sindical.* Também em 1984 aconteceram grandes greves de trabalhadores rurais. A luta dos trabalhadores rurais também cresceu, através da luta pela reforma agrária, as ocupações, a greve dos canavieiros e outras. A organização dos trabalhadores rurais e suas lutas se constituíram num elemento importante nos últimos anos. Também na cidade ampliaram-se os movimentos populares, com lutas para creches, transportes, lazer, etc. Importantes igualmente o movimento negro, das mulheres, dos indígenas, dos meninos de rua e outros.

Do ponto de vista econômico, a partir da metade dos anos 70, viveu-se um período de recessão, de inflação, concentração de renda, de perda de poder aquisitivo, de arrocho salarial, que foi se agudizando durante o Governo Sarney.

É fundamental explicitar, também, o que ocorreu do ponto de vista cultural no período da ditadura. Segundo, Beozzo

> a música foi talvez o setor que mais de perto acompanhou as vicissitudes, angústias e esperanças do povo. (...) Também nas Igrejas, nas comunidades e movimentos populares, a música e o canto tornaram-se veículos fundamentais da nova forma de ser Igreja e de começarmos a celebrar a vida e os eventos coletivos (1989b, p. 165).

Também cresceram no período as editoras, jornais, rádio, revistas; a TV desenvolveu-se do ponto de vista tecnológico e passou a ditar comportamentos, intervindo na vida das pessoas, particularmente pelas novelas. O ensino em todos os níveis decresceu, entrou em crise; os investimentos diminuiriam. (Cf. Beozzo, 198b, p. 165).

Em 1984, era prevista outra eleição indireta para presidente e o Brasil viveu um grande momento cívico com o movimento *"Diretas Já"*. Os comícios de 10 de abril, no Rio de Janeiro e 16 de abril, em São Paulo reuniram cerca de um milhão de pessoas cada um. Mas uma parte do Congresso Nacional não aprovou a emenda Dante de Oliveira, propondo eleições diretas para o final de 1984.

Em eleição indireta após várias articulações políticas, com a criação da *Frente Liberal,* com o *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB) e o *Partido da Frente Liberal* (PFL), foi eleito Tancredo Neves e José Sarney. O candidato derrotado foi Paulo Maluf, do *Partido Democrático Social* (PDS). Mas Tancredo não chegou a tomar posse, pois morreu em conseqüência de uma cirurgia. Com Sarney começou a chamada *Nova República.*

O saldo da República dos Militares foi a morte de muitos brasileiros; os desrespeitos aos princípios elementares dos direitos humanos; o povo mais pobre em todos os sentidos; a dívida externa violentamente aumentada e, de outro lado, foi um período marcado pelo compromisso e luta de vários segmentos da sociedade e de muitos brasileiros para a redemocratização e construção de um país que atendesse a maioria da população.

O Governo do Presidente Sarney foi denominado de transição. O presidente que por uma composição com Tancredo acabou assumindo a presidência, participou do regime militar e marcou seu governo por uma conciliação com os setores mais conservadores da classe dominante. Não enfrentou os grandes problemas nacionais, como a reforma agrária, tomou algumas medidas, que não alteraram a problemática da terra. Com medo das medidas preconizadas, da organização dos trabalhadores do campo, os fazendeiros se organizaram na *União Democrática Ruralista* (UDR). Muitos líderes dos sindicatos rurais, seus advogados, padres foram assassinados no campo nesse período. Em 1986 realizaram-se eleições para o Congresso, com a tarefa de escrever uma nova Constituição para o país. Esta foi promulgada em 1988. A direita se organizou no *Centrão* para impedir a inserção de proposições favoráveis às classes populares. A reforma agrária não foi aprovada, mesmo com emendas populares, com mais de um milhão de assinaturas. Do ponto de vista dos direitos trabalhistas, várias conquistas fazem parte da nova Constituição. A população participou das chamadas emendas populares, conseguindo algumas conquistas. Sarney propos várias medidas econômicas como Plano Cruzado e o Plano Bresser, que fracassaram.

Novas eleições presidenciais ocorreram em 1989, a primeira com voto popular depois de 1960. Nessas eleições tivemos no segundo turno um candidato das elites, Fernando Color de Mello e um outro representando os trabalhadores e com propostas de transformações, Luiz Inácio Lula da Silva. Mais uma vez o representante das elites foi eleito.

4.2. A situação da Igreja.

A Igreja Católica nesse período passou por mudanças profundas. A Igreja mudou inclusive "o seu lugar social" (Cf. Caliman). As mudanças que ocorreram na vida do país do ponto de vista político, social, econômico, cultural e as mudanças na Igreja com o Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla criaram condições para as transformações que ocorreram na vida da Igreja. Mudanças marcadas pelos conflitos, pelas perseguições e pelo martírio. Nesse período, nos últimos anos, vive-se um processo de centralização, de restauração, de maior controle por parte do Vaticano, inclusive, através de muitos bispos nomeados ultimamente. Para explicitarmos aqui apenas os principais momentos dessa caminhada, do nosso trabalho, utilizaremos do esquema do Pe. José Oscar Beozzo, em seu artigo *História da Igreja no Brasil,* de 1989. Os itens são: as relações internacionais, com América Latina e Roma; as relações com a sociedade e o Estado; as relações internas e as relações com as Igrejas cristãs e outras Igrejas.

4.2.1. Relações Internacionais.

Para entendermos o desenvolvimento da Igreja nesse período, um evento é fundamental: o Concílio Vaticano II.

O Concílio Vaticano II convocado pelo Papa João XXIII realizou-se em Roma, de 1962 a 1965, reunindo todos os bispos da Igreja Católica com a presença de vários observadores de outras Igrejas e pouquíssimos leigos. O Concílio foi iniciado por João XXIII (1958-1963) e concluído por Paulo VI (1963-1978). Produziu 16 documentos[1] de natureza diversas, como Constituição, Decreto e Declaração. Realizou 168 Congregações Gerais e foram pronunciados 2.217 discursos.

---

[1] Os documentos produzidos pelo Concílio Vaticano II são: Constituições Dogmáticas: *Lumen Gentium-LG,* sobre a Igreja; *Dei Verbum-DV,* sobre a revelação Divina. Constituição Pastoral: *Gaudium et Spes*-GS sobre a Igreja no mundo de hoje. A Constituição: *Sacrosanctum Concilium*-SC sobre a Sagrada Liturgia. Os Decretos: *Unitatis Reintegratio*-UR sobre o Ecumenismo; *Orientalium Eclesiarum*-OE sobre as Igrejas Orientais; *Ad Gentes*-AG sobre a Atividade Missionária da Igreja; *Christus Dominus*-CD sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja; *Presbyterorum Ordinis*-PO sobre o Ministério e a Vida dos Presbíteros; *Perfectae Caritatis*-PC sobre a Atualização dos Religiosos; *Optatum Totius*-OT sobre a Formação Sacerdotal; *Apostolicam Actuositatem*-AA sobre o Apostolado dos Leigos e *Inter Mirifica*-IM sobre os Meios de Comunicação Social. As Declarações: *Gravissimum Educationis*-GE sobre a Educação Cristã; *Dignitatis Humanae*-DH sobre a Liberdade Religiosa e *Nostra Aetate*-NA sobre as Relações da Igreja com as Religiões não Cristãs. Os documentos da Igreja recebem o título e são conhecidos a partir das duas primeiras palavras, em latim, do documento. Exemplo: Gaudium et Spes - As alegria e as esperanças.

O Papa João XXIII, ao convocar o Concílio, enfatizou a necessidade da Igreja estar atenta aos sinais dos tempos se deseja anunciar o Evangelho e também de encontrar uma expressão adequada para que a mensagem seja clara para a humanidade de hoje. Afirmou a necessidade da Igreja valer-se das contribuições do pensamento moderno. Os três grandes temas do Concílio, segundo Gutiérrez, a partir da reflexão do Papa João XXIII foram: a abertura ao mundo moderno, a unidade dos cristãos e a Igreja dos pobres. Os padres conciliares tiveram mais sensibilidade para os dois primeiros temas.

O diálogo com o mundo foi um dos grandes temas desenvolvidos; nesse sentido, o Concílio produziu a *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje. Ao referir-se ao mundo, o Concílio teve por horizonte que "o mundo da ciência e da técnica da época moderna, era também o da democracia, dos direitos e das liberdades modernas, reivindicadas nos últimos duzentos anos, sobretudo - ainda que sem subestimar seu alcance universal - na Europa" (Gutiérrez, 1985, p. 25). A realidade da exploração e marginalização dos povos do terceiro mundo ficou na penumbra; Paulo VI, depois do Concílio abordou esta questão através da Encíclica *Populorum Progressio*. Um outro tema de grande preocupação do Papa João e que marcou o Concílio foi o da unidade dos cristãos. Admitir que outras Igrejas também possuem valor de salvação trouxe conseqüências na vida da Igreja Católica obrigando-a a rever muitas de suas concepções e de sua prática. A perspectiva do ecumenismo perpassou os documentos e o Concílio produziu, a respeito, o Decreto *Unitatis Reintegratio*. E o terceiro tema, a Igreja dos Pobres, encontramos também nos documentos conciliares, mas não com toda força como o diálogo com o mundo e com as outras Igrejas Cristãs. Esse tema estava presente no coração e na vida do Papa João, que afirmou:

> Frente aos países subdesenvolvidos, a Igreja se apresenta tal como é e quer ser, como a Igreja de todos e particularmente a Igreja dos pobres (...) A situação dos pobres não deve ser considerada apenas em relação aos ensinamentos sociais, mas sobretudo à luz de Cristo e de seu Reino (In: Gutiérrez, 1985, p. 29).

Vários padres conciliares abordaram o tema durante suas intervenções e os documentos *Lumen Gentium* no número 8 e *Ad Gentes* no número 5 incorporaram a reflexão feita. Essa temática, no momento do Concílio, ainda não estava madura, como os outros dois temas. Não havia sido trabalhada o suficiente nos anos que antecederam a Assembléia Episcopal. No entanto, repercutirá fortemente na América Latina pela situação de miséria e pobreza de nossos povos.

Ao enfrentar a questão da relação com o mundo, com as outras Igrejas Cristãs e, internamente, a missão do episcopado e de outros segmentos da Igreja, os padres conciliares se viram obrigados a refletir seriamente sobre a Igreja. Pode-se dizer que a eclesiologia foi a

marca desse Concílio. Nesse sentido, produziram a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, o documento que implicou um número maior de intervenções e emendas e de Congregações Plenárias. O texto final implica uma revolução em relação ao texto proposto inicialmente e à prática eclesial. O documento, ao invés de começar a falar da Igreja-sociedade perfeita, do Papa, do episcopado, aborda a Igreja como Mistério, em seguida, como Povo de Deus e somente depois falará das funções do episcopado e de outros segmentos da Igreja. O documento coloca a perspectiva da Igreja num novo horizonte. Abordando a noção de Povo de Deus, afirma os elementos comuns e que unem todos os que crêem. Dentro dessa perspectiva eclesiológica dominante é que situa a questão do laicato. Ao falar do Povo de Deus, o documento enfatiza o batismo como elemento fundamental que faz todos iguais na Igreja, situando o sacerdócio comum de todos os cristãos.

Como diz Beozzo, "Seguir pois as linhas de ação aberta pelo Concílio, assim como os conflitos por elas suscitados, constitui um fio condutor indispensável, para a compreensão da História da Igreja Católica nos últimos 25 anos" (1989b, 166).

Durante o pontificado de Paulo VI tivemos outros documentos e eventos que ajudaram na caminhada da Igreja: a Encíclica *Populorum Progressio*; os Sínodos sobre Justiça (1971) e sobre Evangelização (1974), este último possibilitando a publicação da Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (EN); e também a Encíclica *Humanae Vitae*, que produziu muitas controvérsias.

Com o Papa João Paulo II (1978), mesmo tendo o Concílio como pano de fundo, vem havendo mudanças de rota. O que vem prevalecendo é a posição da minoria conciliar. A preocupação do Papa, segundo Beozzo, "foi colocar fim no processo de discussão e experiências e, por vezes, de indefinição aberta pelos debates conciliares" (1989b, p. 167). Sobre alguns temas, a postura do Papa e de Roma mantém-se numa perspectiva de abertura, discutindo direitos humanos, justiça social, defesa da vida e outros. Mas, na área da teologia moral, a postura é bem conservadora. Outras áreas, que afetam diretamente a vida da comunidade, como a formação dos padres e a nomeação dos bispos, vêm sofrendo drásticas mudanças, numa linha conservadora. No Brasil, um dos casos mais violentos foi o fechamento do Instituto Teológico do Recife e o Seminário Regional do Nordeste II. Há um maior controle da orientação doutrinal, como é o exemplo lamentável, sobre todos os aspectos, do processo e da censura a Leonardo Boff.

Além de Roma, vejamos as relações com a América Latina. A América Latina, quando da realização do Concílio, já vivia a experiência de um organismo colegiado, o Conselho

Episcopal Latino-americano - CELAM. Ao final do Concílio, o então presidente do CELAM, D. Manoel Larraín do Chile, concebeu a idéia de uma reunião latino-americana com o objetivo de realizar uma leitura do Vaticano II em face de nossa realidade. A situação de miséria do continente desafiava os bispos que haviam participado do Concílio. Diz Gutiérrez: "Tudo (isto) repercutia na vida da Igreja e questionava muitos cristãos. Como acolher o Concílio sem levar em consideração a situação em que vivia a imensa maioria de seus membros no continente latino-americano? Que luzes fornecia o Vaticano II para enfrentar o nascimento de uma nova situação entre nós? Estas eram interrogações que não se podiam evitar no fim do Concílio. O impulso e - por que não dizê-lo - a alegria produzida por aquele murchariam logo, senão se tivesse a coragem de repensar à luz de sua orientação o que acontecia e se agravava na América Latina nesses anos" (1985, p. 36). A reunião preconizada por D. Larraín concretizou-se na *II Conferência do Episcopado Latino-americano,* em Medellín, na Colômbia, de 26 de agosto a 06 de setembro de 1968, com a presença do Papa Paulo VI, na sessão de abertura. O tema foi *Igreja na atual transformação da América Latina, à luz do Concílio.* Segundo Beozzo,

> estes poucos dias, porém, estiveram os participantes da Conferência à escuta atenta da realidade e dos clamores do povo, cristalizando experiências, intuições e anseios, canalizando forças dispersas e dando rumo e direção à Igreja da América Latina. (...) Todos os delegados do Brasil estavam firmes numa linha de renovação da Igreja, tomando por base o Concílio Vaticano II e conscientes de que a Igreja tinha uma missão e um papel a desempenhar nas transformações do continente, incluindo o campo social e político (1988, p. 773/777).

A Conferência produziu 16 documentos[2] tendo três grandes temas: promoção humana; evangelização e crescimento da fé e a Igreja visível e suas estruturas. Medellín assumiu a temática da Igreja dos pobres e afirmou que a Igreja deve ser missionária, evangelizando os pobres e deixando-se evangelizar por eles. Nesse sentido a linguagem dos documentos de Medellín é a da libertação a partir dos mais pobres. Os bispos também manifestaram apoio às Comunidades Eclesiais de Base, pelas quais os leigos passam a ter uma participação ativa na vida da Igreja.

Logo após o Concílio, antecedendo a Conferência de Medellín e de certa forma ajudando sua preparação, vários congressos e seminários aconteceram buscando articular o Concílio e áreas específicas. Entre eles salientamos: *"Bases para uma pastoral de conjunto Latino-americana"*, resultado do 1° Encontro Episcopal Latino-americano de Pastoral de

---

[2] Na temática Promoção Humana - Documentos: Justiça; Paz; Família e Demografia; Educação e Juventude. Na temática Evangelização e Crescimento na fé - Documentos: Pastoral Popular; Pastoral das Elites; Catequese e Liturgia. Na temática Igreja Visível e suas Estruturas - Documentos: Movimento de Leigos; Sacerdotes; Religiosos; Formação do Clero; Pobreza da Igreja; Pastoral de Conjunto e Meios de Comunicação Social.

Conjunto, Equador, 1966; *"Presença Ativa da Igreja no Desenvolvimento e na Integração da América Latina"*, Conclusões da Xª Assembléia Extraordinária do CELAM, Mar del Plata, 1966 e *"Os Cristãos e a Universidade"*, Seminário de Peritos e Encontro Episcopal, Buga, 1967.

Na América Latina, dez anos depois de Medellín, aconteceu a *III Conferência do Episcopado,* em Puebla, no México, de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, com o tema: *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina.* A abertura da Conferência foi presidida pelo Papa João Paulo II. Essa Conferência aconteceu dentro de um clima em que um certo número de bispos desejavam colocar um freio na caminhada da Igreja na América Latina. A Conferência, no entanto, reafirmou os temas de Medellín, explicitou de maneira clara a opção preferencial pelos pobres. O documento final possui cinco partes: a realidade da América Latina; desígnios de Deus sobre a realidade da América Latina; evangelização da Igreja da América Latina: comunhão e participação; Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina e Sob o dinamismo do Espírito: opções pastorais.

Cabe registrar também a busca de maior intercâmbio com as Igrejas da África, principalmente com as de linha portuguesa.

4.2.2. **Relações entre a Igreja, a sociedade e o Estado.**

Nas relações entre Igreja e Estado houve profundas mudanças nesse período, sendo aquela alijada do poder do Estado. Como já assinalamos, no final dos anos 50 e início dos anos 60, a atuação do laicato da AC e do MEB e um pequeno segmento de bispos levaram a Igreja a questionar as suas relações com o Estado. Após o golpe de 64, que contou com o apoio de grande parcela do episcopado, começou um deslocamento das relações com o Estado. Este não precisava da Igreja para legitimar a nova ordem, e os conflitos levaram a rupturas entre Igreja e Estado.

Logo após o golpe, a CNBB manteve um posicionamento ambíguo diante do movimento militar: num documento, ao mesmo tempo que agradecia a Deus o fato do Brasil ter sido livrado do comunismo, reconhecia as atitudes tomadas pelos militares e, timidamente, pedia que os presos tivessem garantidos os direitos da lei, em particular o da defesa. No período de 64 a 68 a direção nacional da CNBB, a mais conservadora de sua história, até o final dos anos 90, não se posicionava e evitava qualquer envolvimento de análise do novo regime, expressando dessa forma seu apoio. Os militantes leigos presos nesse período, contaram com

apoio de pequena parcela do episcopado. É nesse período que, apesar de todos os documentos que os bispos brasileiros ajudaram aprovar no Concílio, a Ação Católica foi dissolvida.

Apesar da direção da Conferência Episcopal, várias reações e manifestações se fizeram presentes nesse momento e garantiram o caminhar da Igreja com as classes populares nos anos seguintes. Em 1966, a ACO do Nordeste lançou documento denunciando a situação da classe trabalhadora, o qual teve apoio dos bispos do nordeste, com um manifesto publicado em nível nacional. A JOC também teve um papel importante nesse momento. Leigos, padres e religiosos se fizeram presentes na manifestação dos 100 mil, em 1968. D. Cândido Padin denunciou o caráter fascista da Lei de Segurança Nacional.

Em 1968, o regime editou o AI-5, que consolidou a ditadura, gerou violenta repressão e rompeu com a sociedade civil. Nesse ano, a Assembléia dos Bispos produziu um documento "cauteloso e moderado, mas continha as sementes das críticas mais enérgicas que a CNBB publicaria alguns anos depois" (Mainwaring, 1989, p. 129). Foi também nesse ano que aconteceu a Conferência de Medellín; houve mudanças na direção da CNBB, com D. Aloisio Lorscheider, como Secretário Geral, o que contribuiu para novos posicionamentos da Conferência dos Bispos.

O conflito com a Igreja se deu em todos os cantos do país. O posicionamento da Igreja face a política econômica do governo e contra as arbitrariedades cometidas pelo Exército e pelas polícias estaduais, provocou mais repressão. A Igreja aos olhos do regime passou a ser vista como subversiva, comunista. Em vários dos seus regionais a Igreja foi se manifestando.

> A CNBB foi relativamente cautelosa entre 1964 a 1970, mas grande número de dioceses e de conferências regionais passavam por mudanças que posteriormente fariam com que a Igreja brasileira se tornasse a mais importante instituição a defender os pobres e os direitos humanos. É impossível compreender a CNBB sem ter a consciência das mudanças prévias em outros níveis da Igreja (Mainwaring, 1989, p. 105).

O referido pesquisador apresenta particularmente as mudanças ocorridas na região amazônica, no nordeste e em São Paulo.

Na região amazônica, a política assumida pelo Governo Castelo Branco, chamada de *Operação Amazônia,* com proposta de modernização e subsídios a agroindústrias, levou à expulsão dos camponeses; ao aumento da população com a vinda de nordestinos, dentro da política de recolonização; ao crescimento das grandes fazendas. Essa política que gerou a exclusão dos pequenos, foi obrigando a Igreja repensar sua prática pastoral com os camponeses, com os índios. Várias reuniões, encontros e manifestações ocorreram nesses anos todos. Em 1971, os bispos, por unanimidade, manifestaram-se contra os militares e grandes investidores. Em 1973, alguns bispos do Centro-Oeste emitiram o documento *"A margina-*

lização de um Povo". Nesse período houve prisões de agentes de pastoral, de padres e interrogatório de bispos, expulsão de missionários. A região do Araguaia foi local de grandes conflitos.

A Igreja do Nordeste também sofreu violenta repressão, e foi se modificando pela pobreza e lutas do povo. Mesmo antes de 64 houve grandes conflitos e ao mesmo tempo grandes inovações, como já vimos anteriormente. Em 64, D. Hélder foi transferido para Recife, com o objetivo de fazê-lo calar-se, mas o efeito foi contrário. Exerceu grande liderança em toda a região. Durante a repressão defendeu os agentes de pastoral e leigos presos. Em 1966, houve manifestação da ACO do Nordeste, como registramos acima. A polícia proibiu a publicação do referido documento. Os militares acusaram D. Hélder de subversivo e ameçaram-no com prisão. Esse fato provocou reação de vários bispos, inclusive de conservadores. Em 1967 a rádio de S. Luiz do Maranhão, foi tirada do ar, por subversão. Vários padres foram presos em Recife, Fortaleza, e outros lugares. Em 1969 o exército assassinou Pe. Antonio Henrique, assistente da JOC. As prisões, mortes de leigos, padres e freiras de base, foram obrigando os bispos a se encontrarem. Em 1973, os bispos do Nordeste, como seus colegas do Centro-Oeste publicaram o documento *"Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo",* onde denunciam violentamente o modelo econômico vigente.

No período de 1964 a 1970, em São Paulo, manifestações e denúncias de torturas, de prisões, da política econômica, aconteceram através de leigos e de padres. O Arcebispo, D. Agnelo Rossi, era favorável ao regime, embora criticasse as medidas de repressão, principalmente aos católicos.

> Toda a sua gestão, no Arcebispado de S. Paulo (1964-1970) foi marcada por uma relutância em criticar o regime , por esforços para negar a existência de um conflito entre a Igreja o Estado e por contínuas tentativas de negociar com o regime (Mainwaring, 1989, p. 124).

Foi através da ACO, JOC e depois também pela Pastoral Operária que a Igreja de S. Paulo deu continuidade ao trabalho junto aos trabalhadores. E parcela do clero deu apoio e sustentação às lutas estundantis.

A partir de 1970, com D. Paulo Evaristo Arns, a postura da Arquidiocese mudou. Durante os anos do governo Médici a repressão em S. Paulo foi violenta, com os militares de linha dura no 2° Exército e a atuação do Esquadrão da Morte. D. Paulo acompanhou inúmeros casos de prisões e torturas, visitando constantemente os presos. Criou a *Comissão de Justiça e Paz* para assumir a tarefa de defesa dos Direitos Humanos. Em sua atuação, D. Paulo desencadeou, em nível nacional, um movimento de defesa dos direitos humanos. A Igreja de S.

Paulo atuou nos casos das mortes de Alexandre Vanucchi Leme, do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do metalúrgico Manoel Fiel Filho (1976). No caso do Herzog a Igreja organizou um ato de protesto na Catedral de S. Paulo, que repercutiu nacional e internacionalmente. O episcopado paulista também emitiu os documentos *Testemunhos da Paz* e *Não oprimas teu irmão*, denunciando as prisões, torturas, defendendo o respeito aos direitos humanos e exigindo medidas por parte das autoridades.

A publicação de outros documentos precisam ser registrada aqui. *"Uma Igreja na Amazônia em luta contra o latifúndio e a marginalização social"*, de D. Pedro Casaldáliga, quando de sua nomeação para a Prelazia de S. Félix e o texto *"Y Juca Pirama - o índio, aquele que deve morrer"*, de 1973, sobre a situação dos índios brasileiros. Os dois documentos considerados subversivos pelo governo, circulou clandestinamente.

O ano de 1976 foi particularmente tenso na relação Igreja-Estado. Em julho, dois índios e Pe. Rodolfo foram assassinados por fazendeiros, em Merure-MT; em 22 de setembro, D. Adriano Hypolito, bispo de Nova Iguaçu foi seqüestrado por forças paramilitares: em outubro, em Ribeirão Bonito, Prelazia de S. Félix, a polícia assassinou Pe. João Bosco Burnier, que com D. Pedro tinha ido à delegacia para denunciar prisões e torturas. Esses fatos "levaram ao mais claro posicionamento da Igreja contra o Estado, em carta dirigida às comunidades: *Comunicação Pastoral ao Povo de Deus*" (Beozzo, 1989b, p. 172). Nos anos seguintes vários líderes ligados aos sindicatos rurais foram presos e mortos.

A partir do processo de abertura do governo, as tensões entre a Igreja e o Estado diminuíram, mas continuaram através de atitudes autoritárias por parte dos militares, até o final do governo Figueiredo. A repressão continuou também na Nova República.

Os fatos, acontecimentos e posicionamentos aqui relatados, de maneira genérica, demonstram a ruptura entre a Igreja e o Estado. Ela deslocou-se da órbita do Estado para a sociedade civil e dentro dela para o submundo dos pobres (Cf. Caliman, 1986). Porém, a tentação de volta ao antigo leito de relações com o Estado, sempre permanece.

4.3.3. **As relações internas.**

Vimos no tópico 3.3.1. que o Concílio foi um momento chave vivido pela Igreja. Como Caliman, podemos indicá-lo, aqui, "como *símbolo* de passagem de uma para outra época da Igreja" (1986, p. 18). E o Brasil na caminhada do Concílio? No Brasil o processo de renovação proposto pelo Concílio iniciara com muita força e entusiasmo. Diversas expe-

riências já vinham se realizando no Brasil mesmo antes do Concílio, como AC, o MEB, a experiência da colegialidade episcopal e de bispos que buscavam viver mais perto do povo, em particular um grupo do nordeste que assumiu a vida sofrida do seu povo, "cujo pão cotidiano era a seca, a fome, o drama dos retirantes, dos lavradores sem terra, da injustiça secular". Certamente, todas essas vivências marcaram a contribuição dos bispos brasileiros no Concílio. A Igreja do Brasil, segundo Beozzo,

> era talvez uma das poucas Igrejas, senão a única, que chegava ao Concílio com um esforço de coordenação em nível nacional não apenas em termos de Conferência Episcopal, mas em termos de Plano de Pastoral de Conjunto, destinado a convocar toda a Igreja para um ampla e profunda renovação. Desde 1961, estava em curso o Plano de Emergência da CNBB. De um certo modo, o Concílio colheu a Igreja do Brasil já em processo de reforma e renovação, e esta experiência foi crucial para o imediato pós-concílio, quando o 1° Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB (1966-1970) propôs um esforço conjunto de todo o país para colocar em prática as decisões conciliares, já traduzidas em termos das necessidades e problemas de nosso país (1989a, p. 8).

Outro fator que ajudou os bispos brasileiros durante o Concílio foi o fato de ficarem hospedados na mesma casa, na Domus Mariae, na Via Aurélia, em Roma, Itália. Essa experiência fortaleceu a unidade da CNBB mesmo considerando as diferenças de pessoas e idéias. Nesse local também se organizou uma série de conferências e debates dos quais participaram também bispos de outros países.

> O Concílio para os bispos brasileiros foi, como para a maioria dos bispos, uma grande escola de reciclagem teológico-pastoral e escola de vida eclesial, no exercício quotidiano da colegialidade, de perscrutar novas questões, de abrir o espírito a novos acontecimentos (Beozzo, 1989a, p. 11).

Em Roma um grupo de bispos, entre eles D. Hélder Câmara e D. Fragoso, ao final do Concílio firmaram um pacto da Igreja servidora e pobre "prometendo levar uma vida em tudo igual à dos pobres, renunciando aos sinais exteriores de riqueza e comprometendo-se a dedicar especial atenção apostólica e pastoral aos mais pobres e esquecidos" (Beozzo, 1989a, p. 10). Toda essa vivência foi confirmando os caminhos de renovação pastoral iniciada antes mesmo do Concílio; o processo de renovação não foi fácil e desabrochou com mais força no final dos anos 60 e início dos anos 70. Esse caminhar, evidentemente, não se deu de maneira uniforme. Houve dúvidas, conflitos, tensões internas e, também, como já vimos, nas relações com o Estado. Isso levou a Igreja a mudar seu lugar social acolhendo o pobre como sujeito eclesial e social. A partir dos anos 70, vemos um posicionamento vigoroso da maioria do episcopado, na

prática pastoral e nos documentos publicados[3] . A tarefa de concretizar o Concílio se fez nos regionais e em muitas dioceses. O PPC foi instrumento útil nesse sentido.

No período de 64 a 68 apesar do trabalho desenvolvido nos regionais e nas dioceses, a direção nacional da CNBB como já assinalamos, viveu um silêncio conivente com o regime, também internamente procurou evitar qualquer posicionamento que levasse a um engajamento no social e mesmo a aplicação do PPC não foi devidamente assumida por essa direção (Cf. Bruneau).

O trabalho desenvolvido para colocar em prática as decisões do Concílio e de Medellín e a situação política do país, com todos os desdobramentos vistos no item anterior, foram levando a um amadurecimento do episcopado, do clero, dos leigos. Segundo Mainwaring "Durante a segunda metade da década de 70 e início dos anos 80, os bispos, enquanto corpo coletivo, desenvolveram uma compreensão da missão da Igreja que contrastava nitidamente com os modelos anteriores" (1989, p. 173). Para ilustrar esse processo, entre os documentos produzidos pela CNBB, em 1978, foi publicado *Exigências Cristãs de uma ordem política,* fazendo críticas contundentes à situação brasileira e apontando caminhos e exigências para uma ordem democrática. Essa temática havia sido proposta em 1968, e o episcopado levou 10 anos para produzir esse documento. Em termos de CNBB, o setor progressista passou a ter a direção da entidade, com apoio dos reformistas até 1982, em seguida começaram a perder espaço por conta de nova política do Vaticano.

Na vida da Igreja um fato novo foi o surgimento das *Comunidades Eclesiais de Base - CEBs.* Elas surgiram no Brasil a partir dos anos 60, marcando profundamente a vida da Igreja Católica, os movimentos populares e a sociedade brasileira. Buscando as origens das CEBs, Faustino Teixeira aponta alguns movimentos anteriores ao Vaticano II, como propulsores de renovação e surgimento das comunidades. São movimentos que aliados a outros fatores fizeram com que a Igreja se colocasse ao lado dos marginalizados. Os movimentos apontados por Teixeira são: a experiência de catequese de Barra do Piraí-RJ; experiência pastoral de Nízia Floresta-RN; Movimento de Ação Católica Brasileira; o Movimento de Educação de Base; Movimento por Mundo Melhor e os Planos de Pastoral da CNBB. Frei Beto e Pe. José Marins situam o início das CEBs nas experiências de Barra do Piraí e Nízia Floresta.

---

[3] Alguns dos documentos da CNBB: Pastoral Social (1975); Pastoral da Terra - posse e conflitos (1976); Subsídios para uma Política Social (1979); Igreja e problemas da terra (1980); Comunidades Eclesiais de Base do Brasil (1982); Catequese Renovada - orientações e conteúdo (1983); Por uma Nova Ordem Constitucional (1986); Igreja: Comunhão e Missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, na política e da cultura (1988); Exigência Éticas da ordem democrática (1989).

(*) Na tabulação dos dados do referido levantamento consideramos como Dioceses as Regiões Episcopais da Arquidiocese de São Paulo. Critério válido para os dados referentes às pastorais e CEBs.

O que é uma CEB? As comunidades foram surgindo a partir das mais diversas experiências. As realidades local e regional foram dando características próprias a cada comunidade. Daí que uma definição única, abrangente é difícil. Dá-se o nome de CEB tanto a um pequeno grupo, tanto ao conjunto de grupos. Para Pedro Oliveira, "só se fala em CEB quando engloba vários pequenos grupos e se define por limites geográficos - povoado, bairro, grupo de vizinhos, etc. - abrangendo portanto um certo número de famílias" (In: Teixeira, 1988, p. 305). Para Frei Beto, esses grupos se reúnem em "torno da paróquia, na zona urbana e da capela, na zona rural, por iniciativa de leigos, padres e bispos" (1981, p. 16). Na zona urbana vemos também aglutinação em torno dos Centros Comunitários. Essa perspectiva de definição é a mais corrente. Ao pequeno grupo dá-se o nome de círculos bíblicos, grupos de reflexão, grupo de quarteirão ou mesmo de Comunidade Eclesial de Base. Para Leonardo Boff as pessoas se reúnem, em CEBs "em torno da Palavra de Deus para expressar e alimentar sua fé, discutir à luz desta Palavra, seus problemas, e ajudar-se mutuamente" (1986, p. 94).

As CEBs, em seu caminhar, foram se articulando com o movimento popular. As comunidades, na medida em que percebem os problemas da realidade, suas causas, se articulam na busca de soluções, juntando-se a outros movimentos populares. às vezes o trabalho popular numa região começou com as CEBs. O movimento popular e as CEBs são coisas distintas, mas se encontram nos desafios da vida.

A partir de 1975, vêm sendo organizados os intereclesiais, encontros reunindo agentes de pastoral, bispos, padres, teólogos, para rever a prática, buscar alternativas e inovar o caminhar. Os realizados até agora foram os seguintes, com os respectivos temas: Em Vitória-ES, de 1975 e 1976, *"Uma Igreja que nasce do povo, pelo Espírito de Deus"* e *"CEBs-Igreja, povo que caminha"*; em João Pessoa-PB, 1978, *"Igreja, povo que se liberta"*; em Itaici-SP, 1981, *"Igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação"*; em Canindé-CE, 1983, *"Igreja, povo reunido, semente de uma nova sociedade"*; em Trindade-GO, 1986, *"CEBs, Povo de Deus em busca da Terra Prometida"* e em Duque de Caxias-RJ, 1989, *"Povo de Deus na América Latina, a caminho da Libertação"*. As CEBs foram assumidas como prioridades em várias dioceses, acompanhadas pelos regionais e pela direção nacional da CNBB. O encontro de Duque de Caxias congregou também representantes das Igreja Evangélicas; as CEBs hoje

> estão espalhadas por todos os países da América Latina, na Ásia, na África e mesmo em regiões dos Estados Unidos, mormente entre os hispanos, e na Europa. Em que pesem as diferenças, elas apontam todas para uma Igreja dos pobres, mais evangélica e comprometida com a dores, sofrimentos e esperanças do mundo de hoje (Beozzo, 1989b, p. 174).

Com o fim da AC, a Igreja brasileira no processo de caminhada encontrou outras alternativas para responder aos desafios do mundo, na perspectiva de compromisso com os pobres, congregando leigos, padres, religiosos. São as pastorais, entre elas: a Pastoral da Juventude (com suas divisões: estudantil, rural, do meio popular); Pastoral Operária; Pastoral Indigenista (CIMI); Pastoral da Terra (CPT); Pastoral da Mulher Marginalizada; Pastoral do Menor e outras.

Ao lado do desenvolvimento das CEBs, das pastorais, a partir de 1968, vários movimentos de leigos, particularmente ligados à classe média, também cresceram. No dizer de Benedetti, "Ambos os fatos se ligam a uma reorganização da divisão do trabalho religioso, a uma organização do espaço sagrado". E a respeito dos movimentos: "são uma estratégia para atingir e influenciar a sociedade, não mais via Estado, mas via a sociedade civil" (1988, p. 319). Ao falarmos de movimentos na Igreja é preciso distinguir aqueles que congregam pessoas das classes trabalhadoras e populares, alguns de classe média, que se inserem numa caminhada de opção pelos pobres e os que são de classe média e que assumem uma postura conservadora, dando ênfase a uma dimensão espiritualista e trabalhando a serviço dos interesses da Cúria Romana e dos projetos do Papa João Paulo II. De maneira geral, quando críticas são feitas aos movimentos e ao seu crescimento após 68, elas se referem a esse segundo bloco. Voltaremos sobre esse assunto mais à frente.

Também importante nesse período foram as Campanhas da Fraternidade promovidas pela CNBB, com um tema de reflexão por ocasião da quaresma, em cada ano. Constituem um trabalho articulado nacionalmente e que atinge todas as pequenas comunidades. Muitos dos temas vieram reforçar o trabalho de uma articulação da Igreja com os mais pobres como: Trabalho, Saúde, Educação, Fome, Terra, Menor, Negro, Comunicação e outros.

No período em questão vimos consolidados alguns organismos importantes como a *Sociedade de Teologia e Estudos da Religião* (SOTER), *Conferência dos Religiosos do Brasil* (CRB), *Conselho Nacional dos Leigos* (CNL) e a articulação dos presbíteros via *Comissão Nacional do Clero* (CNC) e associações.

> Vive-se também a tensão entre o novo que se exprime em estruturas mais participativas, no papel adulto dos batizados, no compromisso entre fé e vida, no ecumenismo, e a tentação de volta ao passado e a estruturas mais autoritárias e clericais, e uma fé desvinculada dos sofrimentos e lutas dos pobres a uma Igreja fechada no horizonte do religioso e das fronteiras confessionais (Beozzo, 1989b, 175).

Essa caminhada da Igreja, certamente cresceu e se desenvolveu por causa do sangue derramado de tantos mártires.

4.3.4. Relações com as Igrejas Evangélicas e outras Religiões.

Nos anos após o Concílio cresceu bastante no interior da Igreja Católica o diálogo e uma prática conjunta, em alguns campos, com outras denominações religiosas. A busca da unidade dos cristãos foi um pontos básicos do pontificado do Papa João XXIII e da convocação do Concílio. Em junho de 1960, o Papa criou o *Secretariado para a Unidade dos Cristãos,* com a tarefa de coordenar as relações oficiais da Igreja com o *Conselho Mundial das Igrejas* e com outras Igrejas. Vários documentos e decretos do Concílio "colocaram a Igreja Católica numa estrutura ecumênica". Ao final desse conclave, o Papa Paulo VI foi para Constantinopla para encontrar-se com o Patriarca Atenágoras, da Igreja Ortodoxa Grega.

No Brasil, a participação dos católicos no movimento ecumênico foi crescendo a partir do engajamento nas questões dos direitos humanos e na problemática social. Um exemplo foi a criação da *Coordenação Ecumênica de Serviços* (CESE), congregando algumas Igrejas. Em 1973, essa entidade, por ocasião do 25° aniversário da Declaração dos Direitos Humanos, publicou um folheto, amplamente divulgado no Brasil, contendo os artigos da declaração, com comentários da Bíblia e da Encíclica *Pacem in Terris,* de João XXIII. Do ponto de vista institucional, depois de anos de diálogo, foi fundado o *Conselho Nacional das Igrejas Cristãs* (CONIC), com a presença das Igrejas: Católica, Cristã Reformada do Brasil, Episcopal do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Metodista e Presbiteriana Unida.

Há vários sinais na busca dessa unidade e de experiências de diálogo e de fraternidade entre várias Igrejas. Júlio de Santa Ana e Marcelo de Barros Souza apontam vários desses sinais. Vejamos alguns.

No campo bíblico há colaboração nos programas das Sociedades Bíblicas do Brasil. O *Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos* (CEBI) vem desenvolvendo um trabalho de formação bíblica nos setores populares. Muitas pessoas de várias Igrejas se congregam na consecução desse trabalho.

Um segundo campo é o da promoção e defesa dos direitos humanos. Durante o período das ditaduras, em vários países latino-americanos, em particular no Brasil, houve segmentos de várias Igrejas que se posicionaram e trabalharam em conjunto. No dizer de Santa Ana "unidos deram testemunho em favor da justiça e da libertação dos seres humanos. Unidas chegaram a ser motivo de esperança, força para uma renovação da fé no povo cristão" (1990, p. 103).

Em terceiro lugar, coloca-se a área dos problemas envolvendo a sociedade, como o da terra, do índio, do menor, etc, fazendo surgir várias pastorais. Esses trabalhos levaram a uma experiência ecumênica na base, e foram assumidos em nível nacional, no CIMI, na CPT, na Pastoral do Menor, etc.

Em quarto lugar, registramos os diversos diálogos interconfessionais, possibilitando o diálogo sobre pontos que precisam ser esclarecidos e acertados e a compreensão dos postulados das diversas Igrejas.

Muitos outros sinais e exemplos poderiam ser explicitados como: o trabalho ecumênico vivido pelas CEBs, o *Centro Ecumênico de Documentação e Informação* (CEDI), o *Instituto Superior de Estudos da Religião* (ISER), o *Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular* (CESEP), a busca de diálogo com os cultos afro-brasileiros e muitos outros.

Uma longa caminhada já se fez, mas resta muito a ser feito. Hoje na Igreja Católica, apesar de gestos concretos do Papa João Paulo II a favor do ecumenismo, na política adotada pela Cúria Romana não há muita sensibilidade ecumênica.

4. 3. **A presença dos leigos**

Explicitar a presença dos leigos é uma tarefa complexa, difícil mesmo de realizá-la na profundidade requerida, de um lado pela riqueza e diversidade dessa presença e atuação no interior da comunidade eclesial e na sociedade brasileira, e, por outro lado, pelo fato de que na maior parte da história da Igreja, no Brasil, os leigos têm tido um papel de meros figurantes, mudos e obedientes (Cf. Alves, 1979, p. 105), sem participação nas decisões, fora da estrutura de poder da Igreja.

Além dos motivos acima, explicitar a presença dos leigos na vida mais recente da história da Igreja e do Brasil torna-se mais difícil ainda, pelo longo tempo da ditadura militar. Podemos afirmar que a presença dos leigos foi marcada pela repressão, pela ditadura e pelo martírio; pelo surgimento das pastorais; pelo crescimento dos movimentos; pela emergência das CEBs, procurando caracterizar-se por uma maneira nova da Igreja ser; pela participação nas lutas dos direitos humanos, na política, nos sindicatos e associações, nos movimentos populares; pela participação nos Conselhos Diocesanos de Pastoral e Assembléias Diocesanas; pela criação e desenvolvimento do Conselho Nacional de Leigos-CNL; pela religiosidade popular; pelos conflitos com a hierarquia, tensões entre leigos e, em tantas outras áreas, desa-

fios e tensões. Falar da presença dos leigos nesse período implica ligá-los ao Concílio Vaticano II, a Medellín e Puebla, à CNBB, a várias entidades da sociedade civil. É necessário também perceber as conjunturas diversas dos pontificados dos Papas Paulo VI e de João Paulo II. Nessa diversidade e complexidade é que muitos leigos redescobriram o seu compromisso com os pobres e marginalizados. Segundo afirmação do Pe. José Marins, nesses anos todos quase 1000 leigos foram presos, torturados e muitos, mortos.

4.3.1. **Ação Católica, em particular a JOC/ACO.** Nesse período, como já assinalamos nos tópicos anteriores, deu-se o fim da maioria dos movimentos de jovens da AC, permanecendo apenas a JOC e do setor adulto, apenas a ACO. Vários fatores levaram a essa situação: a implantação da ditadura, com a perseguição aos cristãos; o impacto das mudanças provocadas pelo Concílio; a divisão da hierarquia, diante dos conflitos; o assumir da direção da CNBB, em 1964, de um grupo de bispos conservadores; o medo do comunismo; um incipiente deslocar-se da pastoral, da classe média para as classes populares e outros.

Nos primeiros anos que seguem o golpe militar de 1964, o relacionamento da hierarquia com a AC foi bastante conflituoso. Tivemos o fim da JUC, JEC, JIC, conforme abordamos em outro momento deste trabalho. Referindo-se a esses momentos, Luiz Alberto Gomez de Souza, no final de seu estudo sobre a JUC, afirma:

> no momento em que termina nosso estudo, a conclusão é melancólica do ponto de vista de uma Igreja que, em suas instâncias de direção, não soube compreender a situação. Em contraposição, os jovens cristãos continuam olhando para frente, com ou sem movimento, com uma *esperança* sempre presente (1984, p. 237).

A crise vivida pela JUC e JEC atingiu também a JAC. Em 1969, num Conselho Nacional concluíram que "a JAC tinha cumprido sua missão".

É preciso também ressaltar aqui que muitos militantes e assistentes eclesiásticos foram presos e torturados. Logo no começo do golpe militar, a AC sentiu o peso da repressão; no dia 1° de abril de 1964, a sede da JUC de Belo Horizonte foi invadida e documentos desapareceram; em 17 de abril, Carlos Lacerda denunciou as organizações da AC como comunistas; assistentes deixaram o país; ex-militantes foram intimados nos Inquéritos Policial-Militar-IPM; no mês de junho, membros das equipes da JEC e JUC foram detidos, no apartamento que residiam (Cf. Souza, 1984, p. 213). Nesse momento poucos foram os que defenderam os militantes. D. Cândido Padin, ex-assessor nacional da AC, foi um dos poucos bispos que se posicionaram claramente em defesa dos militantes: quando começaram a surgir as primeiras

acusações contra os militantes e tomadas atitudes arbitrárias, manifestou-se através de uma nota à imprensa protestando e repudiando tais ações.

Analisando alguns elementos da atuação da JOC e ACO, vemos que esses movimentos tiveram uma presença e uma contribuição importantes na Igreja e na sociedade nos primeiros anos da implantação da ditadura e ainda hoje têm. Segundo Alves,

> Após o golpe de Estado de 1964 e até que as comunidades eclesiais de base começassem a se desenvolver, as organizações operárias da Ação Católica - ACO e JOC - tomaram lugar da JUC e dos militantes do sindicalismo rural como porta vozes dos leigos que queriam transformar revolucionariamente o papel político da Igreja (1979, p. 152).

Esses movimentos reforçaram e manifestaram seu apoio à luta dos trabalhadores e denunciaram a política econômica que os excluía. Participaram de várias manifestações, greves, etc.

Em 1° de maio de 1966, aconteceu em Recife um encontro da ACO que, ao final dos trabalhos, emitiu um documento denunciando as estruturas sociais existentes no país. Alguns bispos do Nordeste, entre eles D. Hélder Câmara, através de uma declaração, manifestaram apoio ao documento dos operários. A polícia censurou-os e desencadeou uma intensa campanha contra o movimento e a hierarquia. No ano seguinte, por ocasião do 1° de maio, outro documento foi publicado pela ACO, com o título *Nordeste, desenvolvimento sem justiça*. Denunciaram a estrutura feudal, a política governamental e outros pontos. Em 1968, em Recife houve um Congresso conjunto ACO/JOC. Esse Congresso, segundo Alves, deu "origem a definições mais progressistas que até então haviam sido feitas por uma organização católica do Brasil" (1979, p. 155). Segundo Richard, "Esse texto supera definitivamente as ambiguidades ideológicas do período precedente e utiliza agora a *análise histórica* das formas de produção e da dialética da luta de classes no Brasil. O julgamento sobre o sistema dominante é categórico..." (1982, p. 158). Também, numa ruptura com o modelo de cristandade de Igreja e se comprometendo com um cristianismo libertador, fizeram nesse documento uma distinção entre instituição eclesial e instituição eclesiástica. Esse último documento provocou forte reação do episcopado. O assistente internacional da JOC veio ao Brasil. Após conversações, a JOC/ACO fizeram um recuo tático, para evitar um confronto com a hierarquia. Pablo Richard chamou essa atitude de um "fato novo", que depois generalizou-se pela América Latina, em confrontos com a hierarquia, não levando a uma ruptura eclesial.

No desenrolar desse processo, esses movimentos viveram a experiência da repressão.

> Muitos jovens trabalhadores e padres assessores, comprometidos com a JOC, foram perseguidos, presos e torturados. Mesmo assim, a JOC caminhava em sua fidelidade à juventude trabalhadora e à sua missão evangélica de libertar a classe operária (JOC, 1985, p. 23).

Segundo Mainwaring, em 1969, assistentes da JOC foram presos em Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Nova Hamburgo. E houve também invasões da sede do Rio, Teresina, Crateús e outros lugares. Militantes foram presos e torturados (Cf. 1989, p. 153). Em 1969, também foi assassinado o Pe. Antonio Henrique Pereira Neto, em Recife. Em 1970, toda a equipe nacional do movimento e dois assistentes foram presos, torturados e julgados por "crimes de subversão".

Nesse processo, parte da hierarquia deu apoio aos movimentos, mas de maneira geral houve silêncio. Nesse momento foi vital o apoio da JOC Internacional, com manifestações de vários países, dirigidas ao governo brasileiro e ao episcopado. Somente quando a repressão aos jocistas atingiu mais frontalmente a Igreja é que houve posicionamento da hierarquia. Esse fato ocorreu no Rio de Janeiro, quando foi preso D. Aloisio Lorscheider, então secretário da CNBB, que estava nas dependências do IBRADES. Embora a JOC/ACO tenha ido mais longe que a JUC nos seus posicionamentos e engajamento, a hierarquia nunca tomou posição contra a JOC. Segmentos de leigos, que apoiaram o golpe, também fizeram críticas aos militantes da JOC/ACO.

A repressão levou a uma diminuição dos militantes desses movimentos, bem como de sua organização. Mas continuaram vivendo. Hoje a JOC já retomou seu caminho no Brasil, realizando Congressos de Jovens Trabalhadores e publicando o Jornal *Juventude Trabalhadora*. A ACO também tem continuado seu trabalho junto à classe trabalhadora e produzido uma série de publicações que vêm ajudando no trabalho popular. A ACO está presente em 29 dioceses e em 10 regionais da CNBB.

4.3.2. **A XI Assembléia da CNBB e os leigos.** Do golpe militar ao período da XI Assembléia da CNBB, os movimentos de leigos e a Igreja viviam um período de crise. Como já nos referimos, uma série de fatos e acontecimentos internos e externos, nacionais e internacionais afetaram a sociedade brasileira, a Igreja no Brasil e, conseqüentemente, o apostolado leigo. Os conflitos entre a AC e hierarquia, entre AC e outros segmentos leigos, a repressão levaram a momentos e situações de crise. Essa crise atingiu também os padres. Essa crise vivida pela Igreja foi reconhecida em documento, da CNBB, em maio de 1970.

Pinheiro, analisando a crise do apostolado leigo, explicitou de que modo ela se manifestou.

> a) entre uma pastoral de conversvação e uma pastoral conciliar;
> b) entre evangelização e humanização, aina fruto do dualismo temporal-espiritual;
> c) tensão entre fé e religião;
> d) tensão entre autonomia dos leigos-controle da hierarquia;

> e) tensão em torno do 'político'. Tensão permanente que vem perpassando décadas de apostolado leigo, sobretudo na prática (1986, p. 96).

No sentido de buscar enfrentar essas tensões, de refazer o diálogo entre a hierarquia e os leigos, o *Secretariado Nacional do Apostolado Leigo* propôs que o tema "leigos" fosse tratado na Assembléia da CNBB de 1970. Os bispos aceitaram. Na referida Assembléia durante três dias os bispos e um grupo de leigos vindos dos regionais e outros convidados como painelistas, chegando a quase 30, tiveram a oportunidade de refletir, dialogar sobre a presença e os desafios dos leigos na Igreja e na sociedade. Entre os leigos alguns haviam passado pela ACB, havia membros da Legião de Maria, do Cursilho, do Movimento Familiar Cristão, das Equipes de N. Senhora e outros. Havia operários, doutores, trabalhadores rurais, técnicos, professores universitários e outros profissionais. Para entendermos a abrangência dos representantes dos leigos, registramos a participação de um presidente de um sindicato rural e de uma usineira.

Foram realizados três painéis: Teologia do Laicato, sob a responsabilidade da Arquidiocese de S. Paulo; o leigo e o compromisso temporal, com a Arquidiocese de Olinda e Recife; diálogo hierarquia e laicato, com a Arquidiocese do Rio de Janeiro. Após os painéis, nos trabalhos em grupo e no final da Assembléia os bispos votaram vários encaminhamentos. Esteve presente nessa Assembléia o Secretário do então Conselho dos Leigos, órgão da Cúria Romana.

A partir da publicação das intervenções e dos relatórios, parece-nos que os leigos puderam expressar com liberdade seus pontos de vista. Foram colocados os sofrimentos advindos da falta de apoio por parte da hierarquia com relação à AC e os vários desafios no Brasil para os vários meios de atuação: por exemplo, os operários enfatizaram a necessidade dos bispos terem contatos mais próximos com o mundo do trabalho, viverem de maneira mais simples, terem uma linguagem que atinja os trabalhadores.

No final da Assembléia, os bispos votaram vários encaminhamentos, entre eles: que o ano de 1971 fosse o "ano do leigo"; a busca de maior diálogo e conhecimento entre a hierarquia e os leigos; a criação nas dioceses dos Conselhos Diocesanos de Pastoral, bem como Secretariados Diocesanos de Leigos; também apoiaram a criação de um organismo nacional de leigos; a realização de encontros regionais; e a promoção de cursos para a formação dos leigos. Alguns chamaram de Assembléia do Povo de Deus (sob protestos de alguns outros), experiência essa que até hoje a Igreja do Brasil não teve coragem de realizar.

Fazendo uma avaliação da Assembléia, Pinheiro assim se manifesta: "o maior resultado do diálogo dos leigos com a Hierarquia foi um reatar os laços abalados, um desarmamento dos espíritos" (1986, p. 99).

Na Mensagem Final da Assembléia, falando aos leigos, reafirmaram o que apontou o Concílio; enfatizaram a necessidade e urgência de um trabalho com a juventude e a criação dos Conselhos Diocesanos de Pastoral. E asseguraram:

> desejamos reafirmar nossa sincera determinação pastoral de estarmos lado a lado com nossos leigos, sobretudo quando seus compromissos assumidos com a Igreja e com os homens trouxessem também a marca da contradição ou de luta interior, da calúnia ou perseguição. Saberemos apoiá-los, corrigi-los se necessário, confortá-los e defendê-los (CNBB, 1970, p. 83).

4.3.3. **Os movimentos.** Na Igreja do Brasil há uma presença forte do laicato através de movimentos, associações, confrarias e outros organismos. Segundo Comblin, os movimentos "hoje constituem um elemento de primeira grandeza na Igreja Católica" (1988, p. 42).

Inicialmente queremos registrar que leigos, ainda hoje, encontram-se nas associações e organizações semelhantes. Muitas delas não têm a expressão que tiveram no passado. Desde quando foram criadas caracterizam-se como organismos de massa, muito ligadas às devoções, atividades caritativas e a maioria se desenvolveu dentro do contexto da sociedade rural brasileira. Na sua maioria, foram transplantadas da Europa no século passado. Sempre se constituíram em grupos de "pronta obediência às palavras de ordem e às convocações, bem como o seu respeito à ordem estabelecida e o seu medo ao socialismo" (Alves, 1979, p. 107). Entre essas associações registramos: Congregações Marianas, Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Ordem Franciscana Secular, Conferência de S. Vicente de Paulo, Liga Jesus Maria José, Legião de Maria, Irmandade do Santíssimo Sacramento e outros. Dessas, a Legião de Maria, a Conferência de São Vicente de Paulo e a Ordem Franciscana Secular estão presentes na vida de muitas dioceses e paróquias.

Encontramos uma grande diversidade de movimentos na pastoral da Igreja no Brasil. Embora muitos dos movimentos tenham surgido nos anos 30, 40 ou 50, têm presença marcante e são considerados como um fenômeno significativo, no Brasil, a partir do final dos ano 60, ampliando-se nas décadas seguintes.

Em que consiste um movimento? Como defini-lo? Ainda não há uma definição precisa, uma conceituação jurídica do que seja um movimento na Igreja e isso dificulta uma classificação e uma melhor análise. Encontramos tentativas de classificá-los, mas são muito imprecisas. A Conferência Episcopal Italiana, constatando a sua existência, procurou fazer uma descrição

provisória dos movimentos, em 1981. Segundo os bispos italianos, são os seguintes os caracteres dessas organizações:

> ... importa mais algumas idéias-força ou um espírito comum do que uma estrutura institucional; o movimento se forma pelo menos no início ao redor da pessoa de um líder; o movimento consta menos de um estatuto e mais de uma doutrina e de uma praxis, que tendem a constituir uma quase espiritualidade; a adesão é antes vital do que formal... (Comblin, 1988, p. 48).

Essa é uma primeira tentativa de definição, mas muitas questões ficam em aberto. Nessas notas descritivas cabem mais os movimentos chamados de "espiritualidade e/ou de conversão". Utilizaremos essa denominação corrente nos textos que tratam da questão, mesmo sabendo da sua limitação, considerando também que os movimentos são diferentes pela sua origem, seu carisma e evolução. Outra expressão corrente é a de "novos movimentos".

No Brasil podemos enumerar os assim chamados "movimentos de espiritualidade": Movimento de Cursilhos de Cristandade (MCC), Equipes de Nossa Senhora (ENS), Comunhão e Libertação (CL), Comunidade de Vida Cristã (CVX), Renovação Carismática Católica (RCC), Encontro de Casais com Cristo (ECC), Focolares, Schoenstatt, Neo-Catecumenato, Encontro do Diálogo, Arca e outros. As principais características desses movimentos são: *constituídos e coordenados pelos leigos; internacionais* (nascidos, na sua maioria, na Europa ou nos Estados Unidos, com organização própria, tendo a coordenação central fora do Brasil); *urbanos* (preocupados basicamente com a classe média urbana) e *ênfase na espiritualidade* (Cf. Pinheiro, 1986, p. 104). A maior parte deles têm contado com apoio de parte do episcopado. Sem entrar em detalhes sobre cada movimento, salientamos que o *Movimento de Cursilhos de Cristandade* foi o que teve uma presença forte e grande desenvolvimento na década de 70, penetrando na maior parte das dioceses, atingindo particularmente a classe média, através de um processo de conversão. Na esteira do Cursilho aconteceu uma explosão de movimentos de jovens, como Treinamento de Liderança Cristã-TLC, Shalon, Emaús, e outros, "com escassa preocupação social ou política, forte apelo afetivo, emocional e voltado principalmente para os adolescentes das classes média e alta da população" (Beozzo, 1984, p. 135). Esses movimentos levaram ao surgimento de muitos grupos de jovens nas paróquias. Eles entraram em refluxo nos anos 80. Na mesma perspectiva do Cursilho, e de grande repercussão, encontramos *Encontro de Casais com Cristo.* Na década de 80, os movimentos continuaram em alta. Como exemplo podemos citar o desenvolvimento da *Renovação Carismática Católica*-RCC. Hoje é o movimento ascendente. Muitos outros movimentos, como veremos, têm sua presença e atuação na vida da Igreja no Brasil.

A explosão dos movimentos tem trazido tensões e conflitos no relacionamento com bispos e suas Igrejas Particulares, com as CEBs e com as pastorais populares, tendo em vista a opção pelos pobres e a decorrente pastoral latino-americana. Um dos temas, abordados no Sínodo dos Bispos sobre os Leigos, em 1987, foi os movimentos. A relação com a Igreja Particular foi abordada de maneira enfática pelos Cardeais Martíni, da Itália e Lorscheider, do Brasil.

Encontramos, também, na pastoral da Igreja no Brasil, vários movimentos ligados à tradição da Ação Católica ou que tiveram sua origem a partir dela, com a preocupação de uma presença em meios específicos, marcados por determinada realidade social. Vejamos: Ação Católica Operária (ACO); Juventude Operária Católica (JOC); Ação dos Cristãos no meio rural (ACR); Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC); Renovação Cristã do Brasil (RCB) e Equipes Docentes. Esses movimentos mesmo estruturados em nível nacional e alguns também internacionalmente, conseguem articular-se com as CEBs e com as pastorais populares. Assumem a opção pelos pobres como elemento constitutivo de sua prática e buscam se inserir na caminhada da pastoral latino-americana.

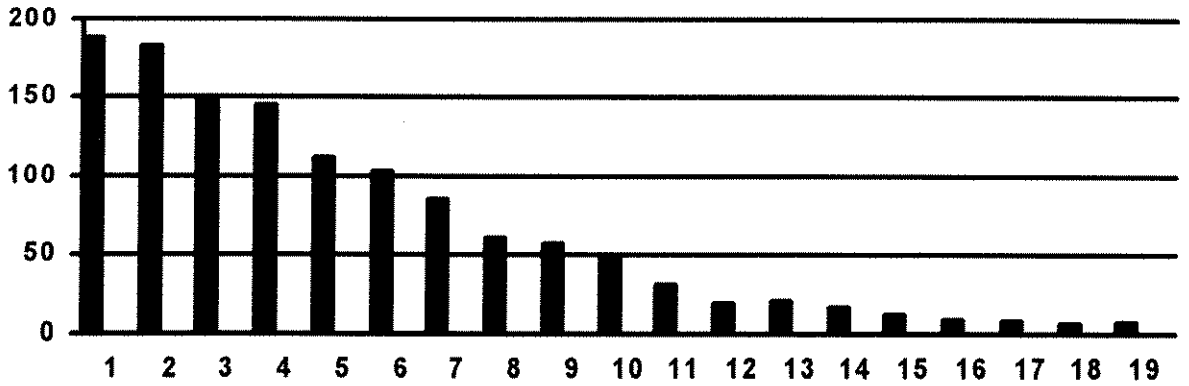
Os movimentos estão presentes em muitas dioceses? Qual seu peso no Brasil? Para responder parcialmente a essas indagações, apresentaremos dados de um levantamento feito pelo CERIS, em 1991 a pedido do CNL e da CNBB. As dioceses foram convidadas a indicar os movimentos existentes, em seu território, a partir de uma lista de 19 organismos, arrolados no questionário.

QUADRO 1 - MOVIMENTOS NO BRASIL - DISTRIBUIÇÃO PELAS DIOCESES BRASILEIRAS - 1991

Regionais da CNBB / Movimentos	N 1	N 2	NE 1	NE 2	NE 3	NE 4	NE 5	L 1	L 2	S 1	S 2	S 3	S 4	CO	O 1	O 2	TOTAL	% Relação Total Movimentos	% Relação Total Dioceses
QUESTIONÁRIO DEVOLVIDO	13	13	08	19	21	07	12	10	30	38	17	15	08	17	06	07	241		
QUESTIONÁRIO RESPONDIDO	10	13	08	17	19	06	12	10	29	35	17	15	07	15	06	07	226		
QUESTIONÁRIO NÃO RESPOND.	03	--	--	02	02	01	--	--	01	03	--	--	01	02	--	--	15		
Legião de Maria	10	07	07	15	17	05	09	10	25	34	13	11	04	11	05	05	188	14,9	83,1
Ren. Carismática Cat.	04	09	06	16	13	02	09	08	28	34	16	09	04	14	05	06	183	14,5	80,9
Mov. Cursilho Crist.	02	07	05	09	11	01	04	09	20	31	15	14	05	08	03	06	150	11,9	66,3
Enc. Casais Cristo	03	06	06	08	11	05	06	10	27	31	09	08	02	14	01	04	145	11,5	64,1
Focolares	03	06	03	15	10	02	04	06	13	19	13	08	02	05	02	01	112	8,9	49,5
Ord. Franciscana Sec.	03	03	06	14	09	02	09	06	12	15	04	07	03	07	01	02	103	8,2	45,5
Mov. Familiar Cristão	01	03	01	04	07	01	04	06	14	16	11	08	04	01	03	01	85	6,8	37,6
Juventude Franciscana	--	03	04	10	05	03	03	02	03	05	05	06	04	02	03	02	60	4,8	26,5
Equipes N. Senhora	01	02	02	04	01	01	01	04	04	22	04	03	04	02	01	01	57	4,5	25,2
Mov. Adolescentes e Cr.	01	05	03	09	06	--	01	02	05	07	05	02	--	--	--	01	47	3,7	20,7
Ação Católica Operária	--	03	--	03	03	02	03	03	04	06	--	03	--	--	--	01	31	2,5	13,7
Juventude Operária Cat.	--	01	--	01	03	01	01	02	02	05	--	03	--	--	--	--	19	1,5	8,4
An. Cristãos Meio Rur.	--	--	01	07	01	--	03	--	03	02	01	03	--	--	--	--	21	1,7	9,2
Encontro do Diálogo	02	--	--	--	07	--	--	02	04	03	02	--	--	02	--	--	16	1,3	7,0
Ren. Cristã do Brasil	--	--	01	02	01	--	--	01	01	05	--	01	--	--	--	--	12	1,0	5,3
Mov. Cristãos Univers.	--	--	01	01	--	--	--	--	01	02	01	03	--	--	--	--	9	0,7	3,9
Com. Vida Cristã	--	01	--	--	02	--	--	--	--	04	01	--	--	--	--	--	8	0,6	3,5
Equipes Docentes	--	--	--	--	--	01	--	--	--	02	01	02	--	--	--	--	6	0,5	2,6
Mov. Profissionais Cr.	--	--	--	--	01	--	--	--	01	02	02	01	--	--	--	--	7	0,5	3,9
TOTAL	30	56	46	118	102	26	57	71	161	245	103	92	32	66	24	30	1.259	100%	

Fonte: CERIS/CNL

Gráfico 1 - Movimentos no Brasil
Distribuição pelas Dioceses Brasileiras



Dados 1991 - Fonte: Quadro 1

Legenda:

1. Legião de Maria - LG
2. Renovação Carismática Católica - RCC
3. Movimento de Cursilhos de Cristandade - MCC
4. Encontro de Casais com Cristo - ECC
5. Focolares - F
6. Ordem Francisca Secular - OFS
7. Movimento Familiar Cristão - MFC
8. Juventude Franciscana - JUFRA
9. Equipes de Nossa Senhora - ENS
10. Movimento de Adolescentes e Crianças - MAC
11. Ação Católica Operária - ACO
12. Juventude Operária Católica - JOC.
13. Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR
14. Encontro do Diálogo - ED
15. Renovação Cristã do Brasil - RCB
16. Movimento de Cristãos Universitários - MCU
17. Comunidade de Vida Cristã - CVX
18. Equipes Docentes - ED.
19. Movimento de Profissionais Cristãos - MPC

O levantamento incluiu movimentos e algumas associações. Ele nos permite perceber alguns aspectos, mas tem certos limites. O total de questionários recebidos com dados dos movimentos foi de 226 dioceses, das 241 dioceses existentes em 1991[4] . Um dado até certo

[4] Na tabulação dos dados do referido levantamento consideramos como Dioceses as Regiões Episcopais da Arquidiocese de São Paulo. Critério válido para os dados referentes às pastorais e CEBs.

ponto surpreendente é a presença da *Legião de Maria,* num total de 188 dioceses, ou seja em 83,1% delas. É uma associação? Um movimento? A Legião, mesmo tendo uma postura tradicional, conseguiu sobreviver, estando em mais de 2/3 das dioceses exercendo uma série de atividades na vida de uma paróquia. Com o trabalho de visita às casas, em muitas comunidades encontrou-se com as Pastorais Populares, articulando-se. Em vários lugares vive meio à margem da pastoral paroquial e diocesana. Em outros consegue aliar o seu trabalho com a vida da Igreja Particular e em alguns casos seus membros assumem, no campo social e político, uma posição mais à esquerda. Há nessa organização um crescente trabalho com os jovens. Em nível de associações temos ainda a *Ordem Franciscana Secular* (OFS), em 103 dioceses. Dos "movimentos de espiritualidade", salientamos: *Renovação Carismática Católica, Movimento de Cursilhos de Cristandade, Encontro de Casais com Cristo e Focolares.* Esses quatros movimentos existem em mais de 100 dioceses. Desses, o que demonstra um crescimento vertiginoso é o da *Renovação Carismática Católica,* que mesmo tendo surgido há pouco tempo no Estados Unidos, já está em 183 dioceses brasileiras, ou seja em 80,9% delas, ultrapassando movimentos já consolidados e com mais tempo de existência na Igreja do Brasil. Todos esses movimentos estão presentes em todos os regionais da CNBB. Algumas dessas organizações vêm fazendo um esforço de adaptação à nossa realidade, e à pastoral de conjunto, desvinculando-se em certos aspectos, da coordenação internacional. Como exemplo podemos citar o Movimento de Cursilhos de Cristandade. Agregando esses quatro movimentos com a *Legião de Maria* e a *Ordem Franciscana Secular,* podemos perceber que o peso maior é das organizações numa linha mais conservadora, a maioria presa pela estrutura internacional, sem assumirem um engajamento mais radical no social e com uma participação significativa de pessoas ligadas à classe média. Dos movimentos que chamamos de Ação Católica, o que possui uma maior presença é o MAC, em particular no Norte e Nordeste. Esses movimentos estão em média em torno de 30 dioceses mais ou menos.

No trabalho realizado não foram incluídos todos os movimentos, por exemplo: Neocatecumenato, Comunhão e Libertação, Schoesntatt, Vicentinos. A pesquisa feita aponta em quantas dioceses o movimento está, mas não é possível perceber o peso que tem nas dioceses (há casos que conhecemos, em que o movimento está presente em apenas uma paróquia de determinada diocese); e há casos de dioceses que não registram a presença de determinados movimentos ou porque não são reconhecidos ou porque eles existem sem conhecimento oficial. No sentido de completar o levantamento já feito, o Conselho Nacional de Leigos-CNL

- vem realizando uma coleta de dados junto às Coordenações dos movimentos e pastorais para poder ter uma visão mais precisa.

Nossa preocupação básica neste tópico é colocar como os leigos estão presentes, na Igreja do Brasil. Porém apontaremos alguns dados, numa perspectiva da Igreja Universal, para compreender as questões que os movimentos colocam para a pastoral latino-americana.

Embora não seja a preocupação deste trabalho, queremos salientar algumas das implicações, do ponto de vista internacional, da presença e organização de determinados movimentos. Os movimentos de espiritualidade ou os "novos movimentos", em nível internacional vêm ampliando sua presença e seu espaço nos órgãos centrais da Igreja, inclusive com o apoio do Papa João Paulo II e da Cúria Romana. Os movimentos de *Comunhão e Libertação, Focolares, Opus Dei,* contam com a simpatia e apoio pessoal do Papa. A *Renovação Carismática Católica e o Movimento de Schoenstatt* contam com pleno apoio na Cúria Romana. Segundo alguns estudiosos, os movimentos fazem parte do projeto de restauração da Igreja, do atual Papa.

Os movimentos vêm realizando, em nível internacional, alguns encontros, buscando articular-se. Em 1980, aconteceu na Polônia um Simpósio entre Comunhão e Libertação e o movimento polonês Swiatlo-Zeycie. Esses movimentos destacaram elementos comuns e decidiram agregar outros no processo de reflexão. Em 1981, um congresso em Roma reuniu cerca de 20 movimentos. "Foi a primeira manifestação do fenômeno coletivo 'movimentos'" (Comblin, 1988, p. 47). Em 1985, em preparação ao Sínodo sobre os Leigos, o Pontifício Conselho para os Leigos realizou um encontro das Organizações Internacionais Católicas e de Movimentos Leigos. Embora o encontro tenha se inserido no processo de preparação do Sínodo, certamente serviu como reforço na caminhada dos movimentos. Estiveram presentes entre Movimentos, Associações, Organizações Internacionais Católicas, cerca de 63 entidades. Os movimentos também tiveram uma presença significativa na *Consulta Internacional dos Leigos,* realizada em 1987, em preparação ao Sínodo. No próprio Sínodo esses organismos se fizeram presentes, com maior representação, entre os 53 leigos convidados e nas assessorias. Além da representação oficial dos movimentos, alguns leigos de organismos romanos e mesmo de determinados países eram provenientes de movimentos. Chegaram a quase 35, dos 53 convidados. Os brasileiros presentes, um casal do Rio Grande do Sul, membros do Movimento de Schoenstatt, foram indicados por intermédio da Cúria Romana. Essa tem sido a prática ultimamente. Entre os leigos estavam três fundadores de movimentos: Chiara Lubich, Itália, fundadora do *Focolares*; Kiko Arguello, Espanha, fundador do *Neo-Catecumenato* e Jean Va-

nier, Canadá, fundador da *Arca.* Entre os padres sinodais estava Mons. Luigi Giussani, fundador de *Comunhão e Libertação.*

Como podemos perceber, os movimentos vêm congregando muitos leigos e tendo peso na vida da Igreja, mesmo nos centros de decisão. O fenômeno dos movimentos foi reconhecido pelo Papa na sua Exortação Apostólica Cristifideles Laici, onde afirma: "recebeu (o fenômeno) um notável impulso nos tempos modernos que têm visto o nascer e o irradiar de múltiplas formas agregativas: associações, grupos, comunidades, movimentos. Pode-se falar de uma nova era agregativa dos fiéis leigos" (nº 29, p. 75).

Os movimentos de espiritualidade, sobre os quais estamos refletindo, na sua maioria nasceram na Europa e nos Estados Unidos, nasceram portanto em outro contexto que não da América Latina. Os movimentos mesmo sendo diferentes, pela sua origem, pelo seu carisma e desenvolvimento, encontram convergências entre si e, segundo os analistas, estão gestando um novo modelo de Igreja. "Está cada vez mais claro que os movimentos constituem um modelo histórico novo na Igreja, sem comparações com tudo o que existiu e se desenvolveu até agora na Igreja Católica" (Comblin, 1983, p. 227).

Vejamos alguns pontos da reflexão que vem sendo feita por Comblin a respeito desses movimentos.

Qual a novidade dos movimentos? É a integração de leigos, sacerdotes e religiosos que acontece no interior dessas organizações. Eles surgiram como evolução dos antigos organismos de leigos e também dos movimentos das Congregações e ordens religiosas. Os movimentos são de leigos, feitos e pensados por leigos e para os leigos. Ao mesmo tempo foi surgindo uma espécie de clero, de religioso, o terceiro clero: o dos movimentos. A presença do padre é diferente no caso das associações e da AC, pois era indicado de fora, tinha uma formação específica. Os padres, nos movimentos, são membros, vivem com os leigos e assumem a sua espiritualidade.

Esses movimentos caracterizam-se por serem:

1. de leigos, em sua grande maioria não organizados.

2. internacionais. Estes, segundo Comblin, se aproximam do modo de ser "transnacional". Têm sua própria organização, não se articulam com a pastoral das Igrejas locais. "Nos países de periferia, os movimentos têm a mesma referência principal fora do país e fora da maioria da população" (Comblin, 1983, p. 248).

3. urbanos. Atingem a classe média. E "o êxito dos movimentos deriva de sua capacidade de usar duas forças psicológicas importantes: a experiência de conversão e a experiência

de fraternidade" (Comblin, p. 252). Esses dois aspectos estão presentes, embora de forma diferente, em todos os movimentos.

4. mais voltados para a espiritualidade.

Ao lado das constatações, dos questionamentos, Comblin apresenta as vantagens desses movimentos.

1. Constituem a única porta de entrada da classe média na Igreja. Atingem adultos e jovens.

2. Estão adaptados aos leigos dessas classes.

3. Dá segurança pessoal a bispos, padres e religiosos.

Diante das características da pastoral da América Latina a partir de Puebla e Medellín, que questionamentos o autor em questão faz a esses movimentos? Considerando que essas organizações atingem uma classe média, "o que podem oferecer ao mundo dos pobres, aos 80% dos latino-americanos?" A mensagem dos movimentos estando adaptada à vida, aos valores dessa classe social, não leva seus membros a romperem seu mundo superficial voltado para os problemas pessoais e familiares. Onde fica o desafio evangélico? Na medida em que os movimentos fazem seu planejamento internacionalmente, como fica a pastoral de conjunto?

Além de todos os fatores já apontados para o crescimento dos movimentos voltados para a classe média, importa salientar que o fato da Igreja na AL, no Brasil, ter assumido com clareza e firmeza a opção pelo pobres, acabou deixando em segundo plano os cristãos da classe média. Hoje há uma discussão em torno de uma Pastoral das Classes Médias, na perspectiva da opção pelos pobres e a transformação da sociedade.

4.3.4. A presença dos leigos vem se dando também nas **pastorais**. No pós-Concílio, com a crescente consciência da missão, os desafios da realidade brasileira, a herança dos movimentos da Ação Católica, a pastoral de conjunto e a realização da Conferência Episcopal de Medellín a Igreja no Brasil foi constituindo "as pastorais". Elas foram surgindo na década de 70, através de grupos de bispos, padres e leigos, sendo assumidas pela CNBB. E, em determinadas áreas, a iniciativa foi da própria Conferência Episcopal. As pastorais devem estar ligadas à Igreja Particular, fazendo parte dela e ao mesmo tempo vivendo um intercâmbio intereclesial, nos níveis regional e nacional, conforme a organização da Igreja no Brasil.

O que significa o termo pastoral? "Apareceu, muito freqüentemente, a partir da década de 60, para designar toda a ação da Igreja e sua missão neste mundo. A Pastoral implica uma relação: Igreja e mundo" (Souza, 1990, p. 16). No decorrer desses últimos 25 anos a Igreja foi retomando a percepção e consciência de que não existe para si mesma, mas em função da sua

missão de anunciar Jesus Cristo e fazer acontecer o Reino de Deus, que passa pelo processo de transformação da sociedade brasileira. Esses elementos fazem permanentemente parte do Objetivo Geral da Ação Pastoral da Igreja no Brasil. Toda Igreja tem que estar presente na sociedade, faz parte de sua própria natureza. Portanto, "não existe uma Pastoral que seja social e outra que cuide de âmbito interno das Igrejas" (Souza, 1990, p. 16). E os documentos e diretrizes pastorais da CNBB vêm se colocando nessa perspectiva. A dimensão social penetra toda a vida pessoal e toda a ação dos cristãos. Com a preocupação de responder aos desafios da missão, a Igreja foi constituindo várias pastorais a serviço de diversos segmentos de pessoas, grupos ou classes sociais, na busca concreta de soluções a vários problemas da nossa sociedade. Essas pastorais possibilitam também a seus membros que de maneira pessoal e coletiva articulem fé e vida. Estão profundamente ligadas com a realidade pastoral do país e das Igrejas particulares. A Pastoral de Conjunto, orgânica,

> é praticamente a vida concreta da Igreja (particular e universal) enquanto assumida conscientemente pela comunidade eclesial desde os simples fiéis até os responsáveis (ordenados ou não). É claro que qualquer atividade que se queira 'eclesial' deve estar integrada na pastoral de conjunto, mediante as mediações mais adequadas... Aplicando esse conceito de pastoral às várias dimensões ou setores da comunidade eclesial, tem-se 'as pastorais' (= as ações pastorais) = pastoral operária, familiar, universitária (Konings, 1989, p. 5).

Nessa perspectiva foram surgindo várias pastorais e organismos. Algumas já consolidadas, outras ainda em processo. E a presença dos leigos é fundamental em muitas delas como a Pastoral da Juventude, Pastoral Operária, Universitária e outras. Em algumas, como na pastoral indigenista, na pastoral da terra, a presença dos padres, religiosos(as) é mais significativa. Dentre as pastorais existentes podemos arrolar: Pastoral Operária, do Menor, da Mulher Marginalizada, dos Pescadores, da Criança, Indigenista, da Terra, dos Migrantes, da Saúde, do Negro, da Política, da Comunicação, da Educação, Universitária, dos Direitos Humanos, Juventude, Familiar, Carcerária, Bíblica, Litúrgica, Vocacional e outras. Muitas das pastorais têm uma preocupação central com os mais pobres: são as denominadas pastorais populares. Estas

> não apenas inserem as Igrejas no meio do povo, mas possibilitam aos lavradores, operários, índios, mulheres marginalizadas, etc. terem voz ativa e reconhecida dentro das próprias organizações de Igreja. Em muitas dioceses e em níveis nacionais, pessoas de base atuam e podem influir nas equipes de coordenação e articulação da Pastoral de Conjunto (Souza, 1990, p. 25).

As Pastorais Populares se articulam com as CEBs.

O trabalho das pastorais vem repercutindo na vida da sociedade brasileira, algumas tendo seus membros perseguidos. Podemos citar o trabalho da Pastoral Indigenista, através do

Conselho Indigenista Missionário-CIMI, a problemática da terra, com a *Comissão Pastoral da Terra*-CPT e outras. Essas entidades têm peso nos seus posicionamentos, na sua ação e pronunciamentos. Tendo em vista que certas pastorais atuam em realidades por si só conflitivas, como o mundo do trabalho urbano e rural, da prostituição, do menor e outras, às vezes também vivem conflitos com a hierarquia.

Para compreendermos a ação, os desafios, o significado das pastorais, apresentaremos em seguida, de maneira sintética, alguns elementos sobre a Pastoral da Juventude e a Pastoral Operária.

A Pastoral da Juventude está presente em 93,6% das dioceses do Brasil. Na segunda metade dos anos 60 tivemos várias experiências de grupos de jovens, como a Comunidade de Jovens Cristãos-CJC e outras na perspectiva do Cursilho. Os primeiros foram aos poucos se organizando em Pastoral da Juventude (PJ). Em 1974, a PJ do Estado de São Paulo elaborou o documento *Princípios e Diretrizes para a Pastoral da Juventude,* depois aprovado pelas Igrejas Diocesanas do Estado. Outro momento de incentivo foi o *Concílio de Jovens,* em 1977, em Lins-SP. Reuniu cerca de 3000 jovens do país e motivou a muitos que, voltando para suas dioceses, começaram a mudar a maneira de ver a Pastoral da Juventude. Em 1979, Puebla apontou dois grupos fundamentais na renovação da Igreja no continente: os jovens e os pobres. Esse fato, de início, não repercutiu tão intensamente no Brasil. É a partir de 1983 "que se deslancha um processo de criação e fortalecimento de coordenação jovens em todos os níveis" (Boran, 1991, p. 205). Nesse ano, a CNBB escolheu "jovens" como destaque. A partir de 1985, a Pastoral da Juventude descobriu a importância do trabalho de massa e instituiu o Dia Nacional da Juventude. A Pastoral da Juventude atua através da Pastoral Geral que procura atingir os jovens nas paróquias e nas CEBs, buscando acolhê-los, refletindo sobre seus problemas e iniciando uma militância. Nesses espaços, segundo Boran, existem cerca de 50.000 grupos de jovens. Os jovens são estimulados a militar onde moram, trabalham, estudam. Existem organizadas, com coordenações e atividades programadas, a Pastoral Universitária (PU) e a Pastoral Estudantil (PJE). Possuem comissões provisórias, em fase de consolidação, a Pastoral de Juventude Rural (PJR) e Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP).

E o jovem atua onde?

> Este processo todo tem levado um número significativo de jovens a se engajarem na sua comunidade, a partir de uma visão libertadora da fé, assumindo compromissos com a catequese, animação litúrgica, coordenação de CEBs, Cursos de Crisma... Grande quantidade de militantes hoje em Sindicatos, Movimentos Populares, Movimento de Estudantes,

> Partidos Políticos, Associações de Bairro, receberam sua primeira formação nos grupos de jovens (Boran, 1991, p. 208).

Vários fatores levaram a esse modelo de Pastoral de Juventude: o planejamento a partir da realidade; a experiência comunitária da fé; a linha oficial da CNBB; o método Ver-Julgar-Agir, articulando teoria e práxis. (Cf. Boran, 1991).

E ainda segundo Boran, existem várias questões "não-resolvidas", como a tensão entre PJ e os movimentos internacionais; vanguardismo das coordenações; conflitos com a hierarquia; assessoria e formação teológico-pastoral.

Pastoral Operária. Essa pastoral surgiu em meados da década de 70. Na Arquidiocese de S. Paulo alguns antigos militantes da AC junto com alguns agentes de pastoral "resolveram buscar formas de organização da classe operária cristã mais inserida na Igreja local" (Comissão Arquidiocesana da PO-SP, 1984, p. 32). Em termos de Arquidiocese, a pastoral operária foi oficializada em 1970. Aos poucos os grupos de PO foram crescendo até que em 1975, reunindo grupos de sete estados, nasceu a *Comissão Nacional da Pastoral Operária* (CPO). "A pastoral operária surge para alimentar a consciência comunitária e, principalmente, a consciência de classe no meio do povo trabalhador (...) é um serviço de trabalhadores cristãos que se comprometem com a sua classe" (CPO-nacional, 1987, p. 31).

Essa pastoral atua junto às comunidades de base, ao movimento operário. Participa ativamente nos sindicatos, nas chapas de oposição e na CUT. A PO se faz presente também na *Associação Nacional dos Movimentos Populares* (ANAMPOS) e muitos militantes participam também do *Partido dos Trabalhadores* (PT). A PO está presente em todos os regionais da CNBB, em cerca de 80 dioceses, concentrando-se no sul e sudeste do país.

A Pastoral Operária, em nível interno de Igreja, tem uma contribuição a dar, ajudando o conjunto da comunidade eclesial a perceber que o trabalho e suas relações constituem elemento fundamental na vida do povo.

A metodologia utilizada pela PO é o Ver-Julgar-Agir, chamado de prática-Teoria-Prática-pTP.

A PO é conflitiva, pois se encontra no conflito maior da relação capital-trabalho. A própria caminhada do movimento operário, com suas várias tendências, interfere na vida da pastoral. Muitos católicos e muitos bispos não aceitam o trabalho da PO.

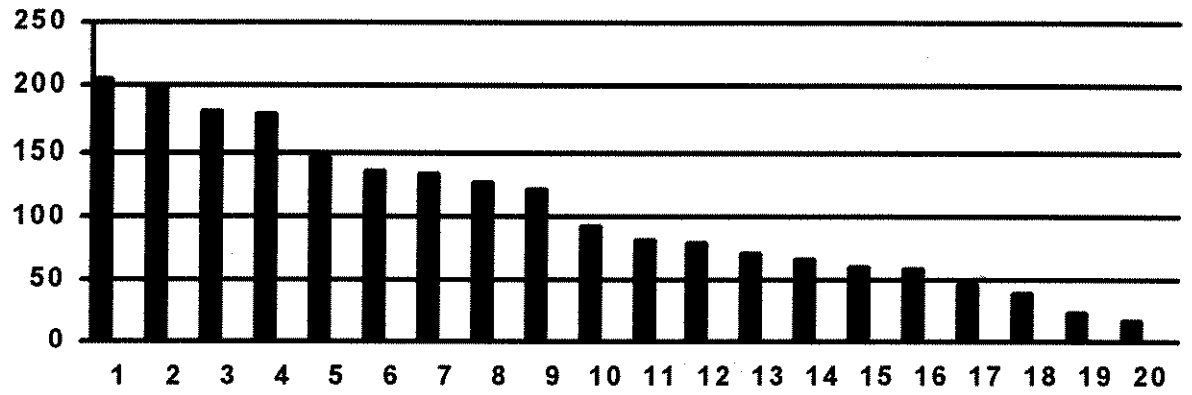
Após esta rápida explicitação sobre as pastorais, apresentamos os dados do levantamento feito pelo CERIS, a que já nos referimos anteriormente. Para indicar a presença das pastorais nas dioceses, utilizamos a seguinte questão: na "Arqui/Diocese existe formação específica para leigos que atuam nas pastorais e outras áreas". Foram arroladas certa de 20

QUADRO 2 - PASTORAIS NO BRASIL - DISTRIBUIÇÃO PELAS DIOCESES BRASILEIRAS - 1991

Regionais da CNBB / Pastorais	N 1	N 2	NE 1	NE 2	NE 3	NE 4	NE 5	L 1	L 2	S 1	S 2	S 3	S 4	CO	O 1	O 2	TOTAL	% Relação Total Pastorais	% Relação Total Dioceses
QUESTIONÁRIO DEVOLVIDO	13	13	08	19	21	07	12	10	30	38	17	15	08	17	06	07	241		
QUESTIONÁRIO RESPONDIDO	11	13	06	18	15	06	11	09	26	36	17	15	07	16	06	07	219		
QUESTIONÁRIO NÃO RESPOND.	02	--	02	01	06	01	01	01	04	02	--	--	01	01	--	--	22		
CATEQUESE	11	11	06	18	15	05	11	08	25	33	17	14	07	13	06	05	205	9,9	93,6
JUVENTUDE	10	11	05	16	14	06	11	07	25	32	17	14	07	12	06	07	200	9,7	91,3
CRIANÇA	08	09	04	13	13	06	10	04	20	34	17	14	07	14	02	07	182	8,8	83,1
VOCAÇÃO E MINISTÉRIO	09	09	05	14	13	04	10	07	20	31	17	13	07	10	06	05	180	8,7	82,1
SAÚDE	08	08	03	09	11	03	06	04	15	29	11	13	07	09	06	04	146	7,1	66,6
FAMÍLIA	04	06	04	09	04	05	06	05	21	30	12	09	05	10	02	05	137	6,6	62,5
LITURGIA	08	05	03	10	02	03	04	04	17	28	14	13	07	10	03	03	134	6,5	61,1
BÍBLICA	05	09	03	10	10	03	04	04	14	21	10	12	07	09	04	03	128	6,2	58,4
TERRA	07	08	03	09	08	04	05	05	10	17	06	14	07	07	05	03	122	5,9	55,7
MENOR	04	03	01	06	06	02	04	04	12	25	08	06	03	03	01	04	92	4,5	42,0
OPERÁRIA	02	03	01	08	02	02	03	04	11	18	08	09	07	01	02	01	82	4,0	37,4-
COMUNICAÇÃO	04	06	02	04	06	03	03	--	05	16	10	11	02	03	01	03	79	3,8	36,0
MULHER	03	04	03	09	04	02	04	03	04	12	03	09	05	04	01	01	71	3,4	32,4
EDUCAÇÃO	03	06	01	01	03	02	05	02	04	14	07	10	02	02	01	03	66	3,2	30,1
CARCERÁRIA	01	03	01	04	04	02	02	03	10	14	07	03	02	01	01	02	60	2,9	27,3
DIREITOS HUMANOS	06	02	01	05	03	01	--	02	07	14	02	04	03	05	01	02	58	2,8	26,4
CONSCIÊNCIA NEGRA	--	03	02	01	02	01	01	04	05	08	01	08	03	02	02	02	45	2,2	20,5
UNIVERSITÁRIA	--	01	01	04	02	--	01	03	04	09	04	05	02	02	01	--	39	1,9	17,8
PESCADORES	02	05	01	03	04	01	03	--	01	01	--	01	01	--	--	--	23	1,1	10,5
MIGRANTES	01	--	--	01	02	--	--	--	02	01	03	03	01	--	01	01	16	0,8	7,3
TOTAL	96	112	50	154	128	55	97	73	232	387	174	185	92	117	52	61	2.065	100%	

Fonte: CERIS/CNL

Gráfico 2 - Pastorais no Brasil
Distribuição pelas Dioceses Brasileiras



Dados - 1991 - Fonte: Quadro 2

Legenda:

1. Catequética
2. Juventude
3. Criança
4. Vocações e Ministérios
5. Saúde
6. Familiar
7. Litúrgica
8. Bíblica
9. Terra
10. Menor
11. Operária
12. Comunicação
13. Mulher
14. Educação
15. Carcerária
16. Direitos Humanos
17. Consciência Negra
18. Universitária
19. Pescadores
20. Migrantes

Como podemos observar, de maneira geral, a presença maior é das pastorais voltadas para a constituição da comunidade e as que aparentemente são menos conflitivas estão num maior número de dioceses. Entre elas a Pastoral Catequética, Litúrgica, Bíblica, Vocacional, da Juventude e da Família. Encontramos nove pastorais que estão em mais de 100 dioceses. A Pastoral Catequética, elemento constitutivo da Igreja, encontra-se organizada

em praticamente todas as Dioceses. A preocupação com a juventude fica evidente pela existência da Pastoral da Juventude em cerca de 200 dioceses das 219 que responderam o questionário, embora na prática haja muito que caminhar nessa área. Das 20 pastorais, 14 estão presentes em todos os regionais, ou seja: Catequética, Juventude, Criança, Vocação e Ministério, Saúde, Família, Litúrgica, Bíblica, Terra, Menor, Operária, Mulher, Educação e Carcerária. Apenas 06 não estão em todos os regionais, sendo que dessas, duas não estão somente em um regional. E uma delas, a dos Direitos Humanos, no Regional Nordeste 5, conta com a Comissão de Justiça e Paz, de São Luiz-MA. A Pastoral da Criança, pela sua organização e pelo apoio que vem contando inclusive por parte da sociedade civil e de entidades como UNICEF, encontra-se em 83,1% das dioceses. Uma das pastorais conflitivas é a da Terra; assim mesmo está em mais da metade das dioceses, ou seja, em pelo menos 55,7% e em todos os Regionais da CNBB. De um lado fica evidente a atuação em áreas sociais: Saúde, Criança, Menor, Terra, Operária, Mulher, Comunicação, Educação, Carcerária, Direitos Humanos, Consciência Negra, Pescadores e Migrantes. De outro lado, verifica-se que é preciso que muitas delas cresçam, pois 10 das 13 acima indicadas estão em menos de 50% das Dioceses, conforme Quadro 2. Outro elemento que podemos apontar como preocupação é a Pastoral Universitária, que está organizada apenas em 39 dioceses. Apesar dos grandes esforços, ainda há um grande caminho a ser feito na relação com os estudantes universitários, com os docentes das Universidades e faculdades católicas, públicas e particulares, bem como do aprofundamento entre fé e ciência. Esse trabalho está totalmente ausente num número significativo de Dioceses, apesar da existência de universidades e/ou faculdades em seus territórios. Fica evidente pelo Quadro 2 que a criação e a implantação das pastorais fazem parte da pastoral de conjunto da Igreja no Brasil.

Outra realidade dentro do horizonte da ação no mundo é a luta pelos **Direitos Humanos**, que vem sendo uma das bandeiras da Igreja, tendo sido mais enfática no período da ditadura. Nesse processo foram se constituindo as Comissões Diocesanas de Justiça e Paz, Comissões de Direitos Humanos ou a Pastoral dos Direitos Humanos. Uma presença importante é a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de São Paulo. Muitos leigos assumiram essa tarefa específica. Essa luta também perpassa as pastorais, alguns movimentos e as CEBs que assumiram essa luta no dia a dia. No Quadro nº 2, encontramos, entre as pastorais, a dos Direitos Humanos. No levantamento realizado pelo CERIS/CNL havia também uma indagação específica sobre a existência de Comissão de Direitos Humanos ou equivalente nas dioceses. Registramos aqui as respostas, apresentando os dados, arrolados pelas grandes regiões do país.

TABELA 1 - COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS EXISTENTES NAS DIOCESES BRASILEIRAS - 1991

Região	Número de Dioceses-questionários devolvidos	Número de Comissões	% Relação CDH/Diocese	% Relação CDH/Região/ Diocese
Norte	26	12	14,6	46,1
Nordeste	67	21	25,6	31,3
Sudeste	78	27	32,9	34,6
Sul	40	10	12,3	25,0
Centro-oeste	30	12	14,6	40,0
Total	241	82	100,0	-

Fonte: CERIS/CNL

Constatamos a existência de 82 Comissões, em 34,0% das dioceses existentes em 1991. O maior número está na região sudeste, mas, analisando a relação entre Comissões e dioceses dentro de cada região, é significativo o número dessa organização nas regiões Norte e Centro-Oeste. Essas duas regiões vêm sendo palco de muita violência e desrespeito aos direitos elementares da pessoa humana, porém e contam com uma significativa atuação por parte dos cristãos. Vemos também que há um número menor de comissões existem no sul.

4.3.5. Na caminhada da Igreja do Brasil e da América Latina um elemento chave foi o surgimento das **Comunidades Eclesiais de Base.** Presentes hoje na maioria das dioceses, as CEBs, como Igreja, são compostas de leigos, padres e bispos. Colocamos CEBs, neste tópico, tendo em vista que a maioria dos seus membros são leigos e porque, através deles, a Igreja se torna presente na nossa sociedade e na vida da comunidade eclesial.

Vários fatores contribuíram para o surgimento e desenvolvimento das CEBs[5] . Com relação aos contextos sócio-cultural e eclesial brasileiros tivemos as experiências pastorais e os movimentos populares da década de 50 e 60. No contexto eclesial tivemos também o Vaticano II, Medellín e Puebla. As Comunidades de Base fizeram parte do planejamento pastoral da Igreja no Brasil, como instrumento para renovação paroquial, a partir do Plano de Pastoral de Conjunto, de 1966. Certamente, o desenrolar da caminhada, foi diferente do previsto pelos planejadores.

[5] Apresentaremos de maneira muito sintética alguns elementos sobre as CEBs. Sobre essa temática há uma gama de livros, folhetos, teses e outras publicações.

A década de 60 marca o início do surgimento das CEBs. Nesse período vão surgindo, em diferentes partes do país, experiências isoladas. A década de 70 marcou a explosão das comunidades. Houve um crescimento quantitativo e qualitativo das CEBs.

Qual o sentido de cada palavra - comunidade, eclesial e de base. **Comunidades** pois congregam pessoas "que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região" (Frei Betto, 1981, p. 17). E no dizer de Boff "são comunidades por serem grupos primários e vizinhos com relações imediatas e participação igualitária" (1986, p 94). **Eclesiais** "porque constituídas de cristãos reunidos em razão de sua fé e em comunhão com toda a Igreja. É justamente esse dado eclesial que confere pertinência e identidade às pequenas comunidades" (Teixeira, 1988, p. 305). Este elemento é essencial para definir as CEBs. Essas comunidades são **de base** porque reúnem os pobres, as classes populares, os que estão na base da sociedade. Na Igreja, são os leigos, aqueles que normalmente não participam das decisões.

Essas comunidades, apesar de reunirem fundamentalmente os mais pobres e marginalizados, congregam também em muitos lugares pessoas da classe média. Na zona rural participam os bóias-frias, posseiros, pequenos proprietários, pescadores e suas famílias. Nas periferias das cidades reúnem operários, empregados, faxineiros, funcionários públicos, comerciários, trabalhadores da construção civil, aposentados, desempregados, etc. Seus membros vivem do salário; conforme pesquisas feitas pelos estudiosos do assunto, a maioria dos participantes das CEBs ganham de 1 a 3 salários. Essas pessoas se reúnem em torno da Bíblia e buscam articulá-la com a vida. As reuniões consistem em momento de oração, de canto, de leitura da Palavra de Deus, e discussões dos problemas do grupo, do bairro, enfim, da comunidade à luz da Palavra lida. Os grupos surgiram e vão surgindo por diferentes caminhos. Em vários casos foi a Igreja Particular que, motivada pelo Vaticano II e por Medellín, desencadeou o processo de surgimento das CEBs. às vezes o grupo começou a partir de um problema, de uma amizade. A presença de um animador pode ser um elemento dinamizador de grupos. Um padre, uma religiosa que passaram a morar na periferia, com o povo, aos poucos, vão fazendo surgir as CEBs. Os círculos bíblicos podem ser também fonte de comunidades; em muitos lugares foi a partir de reuniões em torno da Bíblia que os grupos começaram a surgir. Em muitas capelas, quer na periferia, quer na zona rural, não há missas normalmente, mas sim celebrações da Palavra; essa pode ser outra forma para a organização das CEBs. As comunidades podem surgir também a partir dos desafios e problemas sociais como: água, luz, a regularização dos lotes, terrenos, a luta pela terra.

Para o desenvolvimento dos trabalhos nas comunidades é importante a presença dos animadores. São gente do povo, da comunidade que assumem tarefas como: animar a liturgia, o canto, a catequese, a reflexão bíblica, etc. São pessoas que vivem como todos da comunidade, por isso são capazes de perceber melhor os problemas, a vida do grupo. Teixeira diz que a CEB "não tem líder, mas vários animadores exercendo uma ou mais funções". Os que participam também da caminhada são os agentes de pastoral. São padres, religiosos, leigos. Podem ou não viver na comunidade, mas encontramos um número grande de agentes que vivem com o povo e partilham com ele as alegrias e tristezas de cada dia.

O método utilizado nas CEBs é o ver-julgar-agir. O ver é o olhar, analisar a realidade. O julgar é o momento de reflexão da Palavra, do ligar o ver da realidade e a Bíblia. Agir é a forma concreta de enfrentar os problemas. Os passos das reuniões, dos encontros, etc. têm também por base o mesmo método.

As CEBs, em seu caminhar, foram se articulando com o movimento popular. As comunidades, na medida em que percebem os problemas da realidade, suas causas, se articulam na busca de soluções, juntando-se aos movimentos populares. às vezes o trabalho popular numa região começou com as CEBs. O movimento popular e as CEBs são coisas distintas, mas se encontram nos desafios da vida, do cotidiano .

No enfrentamento com os problemas colocados pela realidade cada comunidade, cada a região foi buscando seu caminho e nesse processo procurando articular-se com outras. Vários são os campos de lutas: no bairro, no trabalho, na política, no sindicato e outras. E, na prática, essas lutas se interpenetram. As comunidades alimentam e apóiam muitas lutas nas questões como água, luz, transporte, custo de vida. A reflexão e a luta levaram muitos militantes aos sindicatos urbanos e rurais, para o partido político. Em grande parte os militantes assumiram como partido o PT,e, em menos número, também o PSDB, PDT, PMDB e outros.

No desenrolar das CEBs, para reforçar sua caminhada, para alimentar a reflexão e ação tem sido importante todo o processo formativo e a realização de Encontros diocesanos, regionais e os Intereclesiais de CEBs. Esses encontros tornam-se eco do que acontece na base, bem como provocam todo um processo de reflexão. Do primeiro intereclesial com poucos leigos, chegou-se a mais de 1000 no sétimo, vindos de todas as partes do Brasil e também da América Latina. Na caminhada, várias questões fundamentais vêm sendo enfrentadas, como: a eclesialidade das CEBs; o engajamento político; modelos de sociedade; a realidade nacional, do trabalho; a luta sindical; o ecumenismo, entre outras.

Apresentamos abaixo a Tabela 2, com o número de dioceses com CEBs e grupos de reflexão, distribuídas pelos Regionais, conforme dados do levantamento feito pelo CERIS/CNL.

TABELA 2 - NÚMERO DE DIOCESSE COM CEBs - 1991

Regional CNBB	Questionários respondidos	Número de Dioceses com CEBs	% Relação CEBs Regional/Diocese
Norte 1	11	09	81,8
Norte 2	13	11	84,6
Nordeste 1	06	05	83,3
Nordeste 2	18	14	77,7
Nordeste 3	15	13	86,6
Nordeste 4	06	06	100,0
Nordeste 5	11	10	90,9
Leste 1	09	06	66,6
Leste 2	26	22	84,6
Sul 1	36	30	83,3
Sul 2	17	16	94,1
Sul 3	15	13	86,6
Sul 4	07	07	100,0
Centro-oeste	16	12	75,0
Oeste 1	06	06	100,0
Oeste 2	07	05	71,4
Total	219	185	-

Fonte: CERIS/CNL

Das 219 dioceses que responderam ao questionário, 185 indicaram a existência de CEBs e Grupos de Reflexão, significando 84,5%. Uma maioria esmagadora das dioceses vivem a realidade das Comunidades Eclesiais de Base. Estão presentes em todos os regionais, no mínimo em 2/3 das dioceses, mesmo no Regional Leste 1, onde o índice de CEBs/dioceses é a menor, sendo de 66,6%.

Após essa rápida abordagem sobre as CEBs, para concluir, explicitamos alguns desafios e impasses colocados pela conjuntura eclesial e brasileira, principalmente na metade dos anos 80. Estes vêm sendo discutidos, analisados e enfrentados por muitos, principalmente pelos que consideram vital a caminhada das comunidades. Estudiosos, participantes/construtores do fazer-se das CEBs apontam alguns desses desafios. Para Luiz Alberto Gomez de Souza,

> as CEBs não são um ponto de chegada, mas estão em criação e recriação permanente, tratando de superar suas limitações, descobrindo trilhas inesperadas. Há ainda muito que percorrer, para evitar tentações simplificadoras (a terrível mania que assedia todas as experiências), para saber articulá-las com outras mediações históricas (movimentos sociais, sindicatos e partidos) e, sobretudo, para afirmar sempre mais claramente sua eclesialidade (no que tem de fiel ligação com a comunidade de fé e não apenas em aspectos mais secundários de pontos com a estrutura do poder eclesiástico (In: Teixeira, 1988, p. 12).

Concordando, Teixeira afirma: "É a sensibilidade aos 'caminhos do real' que possibilita a atenção crítica em face das possíveis simplificações, a recuperação das 'pequenas coisas' do cotidiano (de suas esperanças) e abertura para horizontes inéditos" (In: Paiva, 1991, p. 229). Dentro desse horizonte levanta os seguintes desafios para as CEBs, hoje:

- o da inculturação da fé. No trabalho libertador com os pobres não pode ser deixada de lado a dimensão da cultura.

- o da religião popular. A questão é com o racionalismo pastoral e sua tensão com o universo simbólico popular.

- o da espiritualidade. Necessidade de aprofundar a experiência da oração pessoal e comunitária.

- o da grande massa. Como atingir os mais pobres e ser capaz de influenciar o comportamento das massas.

Cláudio Perani, no artigo *Novos Rumos da Pastoral Popular,* levanta várias questões:

- esvaziamento das CEBs - deve privilegiar uma elitização ou abrir-se mais às massas, à maioria dos trabalhadores?

- as lideranças. como desenvolver a formação das lideranças, sem provocar distanciamentos com as bases?

- as lutas básicas - como guardar o peso das lutas do dia-a-dia, no processo de uma articulação mais ampla?

- controle da hierarquia - acompanhamento ou controle por parte da hierarquia?

- padres e leigos - o relacionamento entre padres e leigos nas comunidades não é uma questão equacionada; em determinadas situações fica claro o poder do clero e a dependência dos leigos.

- Fé e política - como definir as relações entre as CEBs e os Partidos?

- posicionamento contra as esquerdas - sectarização diante dos grupos de esquerda. (Cf. Perani, In: Paiva, 1991).

As questões colocadas pelos vários pensadores de certa maneira se convergem e se completam. Essas questões, esses impasses devem ser enfrentados pelo conjunto das CEBs. A reflexão e as saídas certamente serão mais produtivas e positivas se o peso da hierarquia não bloqueá-las ou dificultá-las. Que o argumento da autoridade não impeça a reflexão.

4.3.6. **A Participação dos leigos nos diferentes níveis da vida da Igreja, em particular nos Conselhos Diocesanos de Pastoral e nas Assembléias Diocesanas.** Na esteira do Vaticano II, de Medellín e reforçada por Puebla, que teve profunda repercussão por toda a década de 80, encontramos a prática crescente, iniciada nos anos 70, da constituição dos Conselhos Paroquiais e Conselhos Diocesanos de Pastoral, com a maioria de leigos. Também foi se efetivando e ampliando a prática das Assembléias Diocesanas e no final da década de 80 constatamos que algumas dioceses passaram a realizar seus Sínodos Diocesanos. Essas práticas, em várias Igrejas Particulares, não sem conflitos, levaram a uma busca permanente de uma Igreja de Comunhão e Participação mais circular que piramidal, no respeito mútuo advindo da consciência da dignidade fundamental que nasce do batismo. Esses espaços possibilitaram o exercício da participação e a experiência da co-responsabilidade entre os bispos, padres, religiosos e leigos; o reconhecimento da diversidade e riqueza dos ministérios dos leigos; uma melhor efetivação de uma pastoral de conjunto; a compreensão por parte dos leigos e leigas de sua missão, do seu lugar na Igreja e uma presença marcante nos problemas sociais. Pode-se afirmar que algumas Igrejas experimentaram a colegialidade de todo o Povo de Deus. Para a concretização dessas práticas têm sido fundamental as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais populares. Em muitos regionais da CNBB, criou-se espaços de participação com diferentes nomes e formas de realização, como Assembléia das Igrejas, Assembléia do Povo de Deus, Assembléia do Regional e outros.

Mesmo vivenciando essas experiências, a questão da participação na vida da Igreja, se fez presente, e com muita força, em muitos encontros e assembléias de leigos, nos diferentes níveis, apontando-a como um desafio. A nosso ver, a permanência dessa temática se deveu a vários fatores, dentre os quais, explicitamos alguns: a própria participação dos leigos foi ampliando seus horizontes levando a novas indagações, a aprofundar a problemática do poder na Igreja, do caráter consultivo desses colegiados e a apresentar propostas; a presença, nessa reflexão, de leigos provenientes de Igrejas onde essa participação não havia ou era muito reduzida, ou foi interrompida com a mudança do padre ou do bispo; a atuação na luta dos direitos humanos e sociais e nos movimentos populares; o processo de redemocratização do país, movimento das diretas já, o processo constituinte e as mudanças decorrentes de novos rumos centralizadores impostos pela Cúria Romana. Em muitos lugares houve sérios atritos quando da mudança de bispos não muito acostumados a esse processo participativo, retomando e enfatizando o caráter consultivo desses colegiados.

Dentre os vários encontros nos quais esse assunto esteve presente, podemos citar o encontro sobre *"Dimensão comunitária e participativa da Igreja à luz do Vaticano II, Medellín e de Puebla"*, realizado em 1986, sob com a coordenação do Instituto Nacional de Pastoral (INP) e cujo resultado está em *Estudos da CNBB-45* e o *1º Encontro Nacional de Leigos*, em 1987, organizado pelo Conselho Nacional de Leigos-CNL, que de certa forma recolheu a reflexão de tantos outros encontros, explicitados em *Cadernos CNL 2*. Nesse encontro, essa questão esteve presente com indagações e propostas para o Sínodo dos Bispos. Os delegados presentes sugeriram que o Sínodo tivesse como referência uma perspectiva eclesiológica de comunhão e participação, a partir da noção de Povo de Deus, presente no Vaticano II; enfatizaram a necessidade de revisão do poder do clero "tornando todos servidores igualitários e fraternos do Reino"; manifestaram a urgência da participação dos leigos nas decisões, inclusive na escolha dos bispos, padres e agentes de pastoral; o respeito às organizações dos leigos e da sua autonomia e finalmente da participação da mulher nos diferentes níveis de serviço. (Cf. CNL, Cadernos CNL 2, 1989, p. 70/71).

Motivada pelo Sínodo sobre os Leigos, a reflexão em torno da construção de uma Igreja comunitária e participativa teve continuidade, através do texto *Igreja: Comunhão e Missão*, conhecido como documento 40, elaborado pelo episcopado brasileiro e que foi objeto de estudos e debates nas Igrejas Particulares e nos diversos organismos de leigos. Reconhecendo que a questão da participação dos leigos precisa ser enfrentada, os bispos, no Documento "Exigências Éticas da Ordem Democrática", assim se expressaram:

> A própria Igreja deve dar o exemplo: 'a conversão começa por nós mesmos '. Pastores e fiéis, podemos e devemos, permanentemente, procurar atitudes e comportamentos mais adequados às exigências do Evangelho e, por isso mesmo, capazes de 'abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade'. Embora na Igreja do Senhor Jesus o poder não venha do povo, nem seja exercido em nome do povo, queremos trabalhar generosamente para que se consolidem em nossas dioceses e em nossas comunidades, o espírito de comunhão, o clima de co-responsabilidade, o respeito mútuo, a atitude de serviço e o florescimento de adequados mecanismos de participação (Cf. Mt 20, 25-28), excluídas todas as formas de autoritarismo arbitrário (nº 107, 1989, p. 35/36).

Como articular discurso e prática, também foi um dos questionamentos dos leigos nesse período.

Um outro aspecto com relação à participação, colocado nesse período, foi a proposta da realização periódica de uma Assembléia do Povo de Deus em nível nacional. Considerando que as Dioceses realizavam as Assembléias Diocesanas para definição de objetivos e propostas pastorais, porque o mesmo não poderia ser feito no país por ocasião da definição das Diretrizes Pastorais?

Nessa caminhada encontramos ricas experiências, acertos e erros. Muitos dos desafios permanecem. Buscando ir à frente, apontamos dois desafios interligados entre si, que devem ser enfrentados pelo conjunto da Igreja: 1. sistematizar, a partir das múltiplas experiências, as estruturas novas surgidas nesse processo, buscando os elementos constantes, os mecanismos participativos, procurando consolidar o que já conquistamos; 2. Como garantir formas estáveis, jurídicas, para os vários instrumentos participativos, já criados e que em muitas Igrejas, na prática, têm caráter meramente consultivo? Como garantir que as mudanças de bispos e padres não impliquem em mudanças radicais nos órgãos de participação construídos ao longo de anos?

4.3.7. **A articulação dos profissionais cristãos, dos intelectuais.** Uma outra preocupação que encontramos na década de 80 foi a tentativa de um trabalho junto aos profissionais cristãos, compreendidos aqui os de formação universitária. Uma primeira tentativa foi no começo da década, a partir de um grupo do Rio de Janeiro e de Juiz de Fora, propondo a criação do *Movimento de Profissionais Cristãos-MPC*. Este movimento se propunha congregar grupos de profissionais, que deveriam ser comunidades que animassem seus membros na militância dos vários organismos em que participassem, tendo claramente um compromisso com os pobres, os oprimidos. Realizaram alguns encontros, fizeram circular material e informações e procuraram contatar grupos existentes em diferentes partes do país (Cf. MPC, Boletim 1/1983). Nova tentativa foi feita no final dos anos oitenta, pela coordenação nacional da pastoral universitária e por um grupo de profissionais e intelectuais ligados à PUC-MG. Em 1989 aconteceram vários encontros, entre eles, um sobre o tema Fé, política e cultura, em Belo Horizonte-MG. A perspectiva desse grupo era de atuar junto aos "intelectuais" em seu sentido amplo, ou seja, todos os profissionais que passaram pela universidade e principalmente os que desejassem assumir e aprofundar sua fé. O trabalho continuou com uma pequena secretaria para fazer circular notícias e material e com a programação de novo encontro, em nível nacional, para 1990 (Cf. Ata, 24.06.89). Atualmente existem grupos de profissionais que se encontram, mas esse trabalho ainda constitui um grande desafio.

4.3.8. **A organização dos Leigos. Conselho Nacional de Leigos-CNL.** Nos anos 70, uma questão vinha sendo colocada para vários segmentos de leigos: a criação e consolidação de um organismo de articulação e de representação. Dessa preocupação nasceu o *Conselho*

Nacional de Leigos-CNL. No passado, como vimos, essa tarefa era feita pela Confederação das Associações Católicas, depois pela Ação Católica.

A CNBB também sentia a necessidade de um canal de comunicação entre os leigos e a hierarquia; nesse sentido, estimulou os movimentos para que se articulassem. Na Assembléia da CNBB, de 1970, o tema esteve presente e houve uma manifestação favorável dos bispos.

Desde 1970, contatos, reuniões foram feitas; depois de um processo de preparação, em 1976, numa Assembléia de Movimentos e Associações, fundou-se o CNL. Foi aprovado um estatuto *ad experimentum* e eleita a primeira direção do organismo. Mas várias dificuldades impediram um maior desenvolvimento do Conselho até por volta de 1981. Dentre as dificuldades, salientamos:

> repressão sistemática aos cristãos mais engajados nos trabalhos junto à sociedade; a comunicação era dificultada, tudo era censurado; divergências de ordem política e ideológica entre os movimentos; falta de recursos humanos; estrutura do CNL muito pesada e inoperante (CNL, 1987, p. 7).

A partir de 1981, com o desenvolvimento da experiência da *Comissão Nacional de Pastoral* (CNP), organismo da Igreja do Brasil, o CNL foi retomando sua caminhada e procurando ampliar uma maior representatividade, com os leigos das pastorais e dos regionais da CNBB. De 1981 a 1986 todos os regionais da CNBB, com exceção do então regional do Extremo Oeste, foram visitados.

Nesse período, várias consultas sobre temas referentes à Igreja e à sociedade foram feitas junto aos leigos do Brasil. Foram feitos uma discussão e uma publicação sobre a Constituinte e pronunciamentos sobre a realidade nacional. Como meio de comunicação, o CNL publicou o *Informativo do CNL*, até 1988. Em 1986, no Boletim Informativo nº 11, encontramos arrolados vários questionamentos que foram sendo explicitados a partir da história do CNL, da preparação para o Sínodo dos Bispos sobre os Leigos e também a partir da prática do engajamento dos cristãos. Esses questionamentos provocaram um processo de reflexão do CNL, na perspectiva de enfrentá-los no que fosse possível em seu âmbito.

> 1. como superar as divergências que nos impedem, como forças vivas da Igreja - bispos padres, religiosos e leigos - de sermos realmente povo de Deus?
> 2. como conseguir FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO para uma maior presença dos cristãos no mundo, especialmente a participação política?
> 3. necessidade **urgente** de uma clara conceituação do QUE É SER LEIGO na Igreja hoje, particularmente quanto à mulher.
> 4. como alcançar uma **visão comum** de Igreja por parte dos movimentos?
> 5. como integrar os leigos engajados que estão fora dos movimentos e das pastorais específicas?
> 6. precisa-se realmente de um CNL? Quais os seus objetivos? Qual a sua representatividade?

7. não seria melhor começar a organização dos leigos pelas comunidades, paróquias, dioceses, regionais, para se chegar ao nível nacional?

8. por que muitos bispos e padres ainda não acreditam no leigo?

9. uma vez os leigos organizados no CNL, estaria garantida a presença da Igreja no mundo através dos engajamentos políticos, sindicais e nos movimentos populares?

10. a organização do CNL dará realmente aos leigos a autonomia e o direito de participação, **inclusive da mulher,** nas decisões e na vida da Igreja? (CNL, Informativo, 1986, p. 10/11).

Completando, podemos acrescentar os seguintes desafios à ação evangelizadora dos cristãos:

- a situação dos trabalhadores urbanos e rurais: os problemas do desemprego, do sub-emprego, da grande maioria dependendo de um ou menos de um salário mínimo para viver e dos que foram sendo expulsos da terra;

- o processo de redemocratização, da constituinte, da busca da participação popular;

- o acompanhamento pastoral dos cristãos engajados na busca da transformação da sociedade: na política, nos sindicatos, nos movimentos populares, e outras áreas.

- o mundo da cultura enfatizando o consumismo; como conjugar o desenvolvimento da técnica e da ciência e a necessidade da maioria da população;

- a realidade familiar,

- a busca de um compromisso maior dos leigos e aprofundamento da dimensão de espiritualidade na sua inserção na sociedade e na Igreja;

- consolidação e ampliação dos ministérios dos leigos.

- a participação da mulher nos diferentes ministérios e sua representação na Igreja;

- o desafio pastoral da classe média e a opção pelos pobres.

O trabalho do CNL, foi continuado pela direção de 1986-1989. Esta levou à frente a preparação que já vinha sendo feita a partir do Sínodo de 1987. Nos anos de 1986 e 1987 aconteceram vários encontros, assembléias nas dioceses, nos regionais e em outros níveis. Essa preparação possibilitou uma retomada da discussão sobre a vocação e missão dos leigos; a reflexão sobre sua própria identidade, seu lugar e compromisso; e o debate sobre a organização e articulação dos leigos. Foi um momento em que o CNL começou a descer às bases.

4.3.8.1. Dentro das perspectivas acima, um outro evento importante que implicou um crescimento da articulação dos leigos, foi o **1º Encontro Nacional de Leigos,** em agosto de 1987, em São Paulo, no Centro Mariápolis. O tema foi: *LEIGOS: presença, compromisso, participação - Igreja-Mundo.* Participantes: 169 leigos representando as dioceses de todos os regionais, 108 dos movimentos e pastorais, 56 das CEBs, 19 membros das articulações regionais e 25 leigos convidados. Estiveram presentes também 14 bispos, 14 padres e o

Cardeal Eduardo Pirônio, presidente do Pontifício Conselho para os Leigos. Cerca de 200 pessoas colaboraram nas várias equipes de serviços. Refletiram e debateram sobre a realidade nacional e a Igreja e elaboraram propostas para o Sínodo. Os temas das propostas: o leigo e o mundo do trabalho, a luta de classes e a participação política; a formação dos leigos; a participação na Igreja, relacionamento com a hierarquia e autonomia do leigo; a espiritualidade dos leigos; a formaçào dos seminaristas; pastoral familiar e a Igreja e a opção pelos pobres e pelos jovens. (Cf. CNL, Cadernos do CNL nº 2).

Normalmente os leigos se encontram dentro dos respectivos movimentos e pastorais, ou nos encontros de CEBs. O Encontro Nacional marcou pela diversidade do laicato, membros dos movimentos, associações, pastorais, CEBs, juntos discutindo, refletindo sobre a realidade nacional, do leigo, da Igreja, mesmo com tensões e conflitos. Qual o perfil do leigo que participou desse encontro? No sentido de mostrar essa diversidade que expressa a real composição do laicato na Igreja no Brasil, apresentaremos um retrato dos participantes do referido encontro, utilizando de um pequeno questionário feito por ocasião do mesmo e com seus resultados ainda inéditos. O número dos que responderam o questionário não representa a totalidade dos participantes, mas nos possibilita um perfil significativo. Dos quase 500 leigos que vivenciaram aquela experiência, 328 responderam ao referido questionário.

Vieram leigos de todas as partes do Brasil. Dos 328, a maioria absoluta, 293 participantes, 89,3% viviam nas cidades e apenas 10,7%, ou seja 35 pessoas residiam na zona rural. Desse universo 57,3% eram de homens e 42,7% de mulheres. E, quanto às idades, os dados estão expressos na tabela abaixo.

TABELA 3 - IDADE DOS PARTICIPANTES DO 1º ENCONTRO NACIONAL DE LEIGOS - 1987

Grupo de idade	F	F %
16-25	53	16,2
26-35	73	22,3
36-45	102	31,0
46-55	61	18,6
mais de 55	39	11,9
Total	328	100,0

Fonte: CNL

Podemos constatar que tanto os jovens como os mais idosos estão engajados na tarefa de realizar o projeto do Reino. Os jovens através das pastorais de juventude e movimentos de jovens tiveram uma representação importante, com 16,3% do conjunto. Podemos dizer que a maioria dos delegados estavam numa faixa etária de amplas possibilidades de serviço e de

engajamento. Cerca de 70% dos que estavam no encontro achavam-se na faixa de 16 a 45 anos. A maioria das pessoas eram casadas, como podemos perceber na tabela seguinte.

TABELA 4 - ESTADO CIVIL DOS PARTICIPANTES DO 1° ENCONTRO NACIONAL DE LEIGOS - 1987

Especificações	F	F %
Casados	187	57,0
Solteiros	120	36,7
Viúvos	16	4,8
Desquitados/ Divorciados	05	1,5
Total	328	100,0

Fonte: CNL

Outro aspecto interessante para análise é a questão da escolaridade dos que estavam presentes em São Paulo, nesse evento. Vejamos.

TABELA 5 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES DO 1° ENCONTRO NACIONAL DE LEIGOS - 1987

Especificações	F	F %
1° Grau incompleto	37	11,3
1° Grau completo	27	8,2
2° Grau incompleto	20	6,1
2° Grau completo	80	24,4
Superior	164	50,0
Total	328	100,0

Fonte: CNL

Metade dos participantes tinham concluído um curso de ensino superior, média alta quando comparada com a realidade brasileira. Agrupando com os que concluíram o 2° grau, o número chega a 244 pessoas, 74,4%. Analisando os questionários constatamos que o índice maior de pessoas com curso superior estava entre os convidados, em seguida dos que representavam as articulações regionais, depois dos movimentos e das dioceses. Consideramos que é possível estabelecer uma relação entre a pertença aos movimentos e esse grau de escolaridade. Dos 59 delegados das CEBs, apenas 8 possuíam esse grau de ensino.

Após essa caracterização com relação ao sexo, idade, escolaridade, estado civil, procuraremos apresentar dados referentes à representatividade dos leigos e uma distribuição por regional.

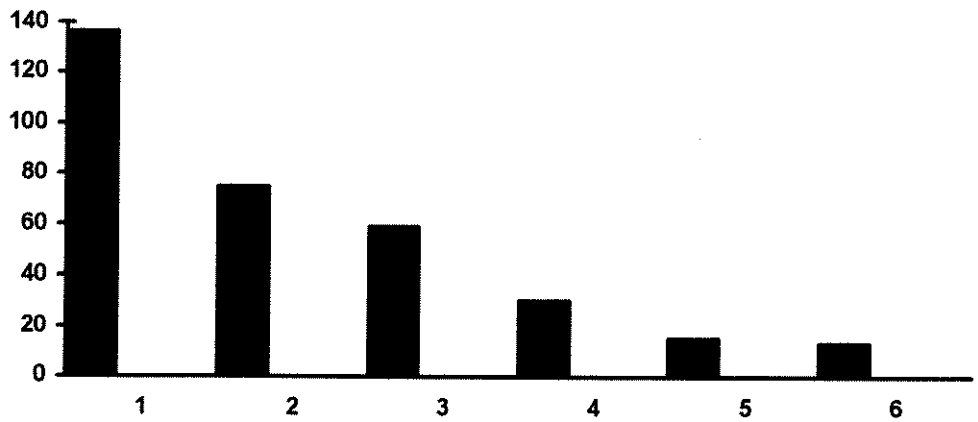
TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES CONFORME REPRESENTAÇÃO NO 1° ENCONTRO NACIONAL DE LEIGOS - 1987

Especificações	F	F %
Dioceses	136	41,5
Movimentos	75	22,9
CEBs	59	18,0
Pastorais	30	9,1
CNL/CRL direção	15	4,6
Convidados	13	3,9
Total	328	100,0

Fonte: CNL

Considerando as distribuições de vagas no 1° Encontro, os leigos que participam das CEBs foram os que maior representação tiveram. É possível perceber membros nas CEBs entre os delegados das dioceses e pastorais. E eles deram a tônica quanto à participação, as celebrações e a vibração no Encontro. Das 235 dioceses existentes na época, 121 estiveram presentes. E, dentre as pessoas que representavam as dioceses, havia pessoas de movimentos, pastorais e CEBs.

Gráfico 3 - Distribuição dos Participantes 1° Encontro Nacional de Leigos



Dados - 1987 - Fonte; CNL - Tabela 6

Legenda:

1. Dioceses
2. Movimentos
3. CEBs
4. Pastorais
5. CNL/ CRL direção
6. Convidados

Vejamos essa representação distribuída conforme os regionais da CNBB, a qual possibilita a visualização da geografia dos delegados ao Encontro.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DO 1° ENCONTRO NACIONAL DE LEIGOS CONFORME REPRESENTAÇÃO E REGIONAIS - 1987

Regionais	Delegados de Diocese	Delegados de Movimentos	Delegados de CEBs	Delegados de Pastorais	Delegados de CNL/CRL	Convidados	Total	F %
N1	07	-	02	-	01	-	10	3,0
N2	03	-	07	01	-	01	12	3,7
NE1	04	-	06	-	01	-	11	3,4
NE2	09	10	-	03	01	-	23	7,0
NE3	07	03	05	01	-	-	16	4,9
NE4	04	02	02	-	01	-	09	2,7
L1	09	14	01	04	02	-	30	9,1
L2	20	09	06	04	-	01	40	12,2
S1	32	30	06	07	02	05	82	25,0
S2	12	02	04	-	04	02	24	7,3
S3	10	02	04	06	02	-	24	7,3
S4	05	02	03	01	-	-	11	3,4
CO	08	01	07	02	-	01	19	5,8
EO	06	-	06	01	01	-	14	4,3
Não especificado	-	-	-	-	-	03	03	0,9
Total	136	75	59	30	15	13	328	100,0

Fonte: CNL

Regionais: Norte 1 (AM, RO, RR, AC), Norte 2 (PA, AM), Nordeste 1 (CE), Nordeste 2 (AL, PE, PB), Nordeste 3 (BA, SE), Nordeste 4 (PI, MA), Leste 1 (RJ), Leste 2 (MG, ES), Sul 1 (SP), Sul 2 (PR), Sul 3 (RS), Sul 4 (SC), Centro-oeste (GO, DF), Extremo-oeste (MT, MS)

Os delegados das dioceses, das CEBs e da Articulação Regional dos leigos foram os que garantiram uma representação de todo o país. Todos os regionais tiveram representantes de dioceses. Quanto às CEBs, apenas o Nordeste 2 não enviou delegados. A concentração maior se deu no Sudeste, tendo em vista o local do encontro e o fato de os movimentos terem enviado a maioria de seus delegados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As pastorais poderiam ter tido um número maior.

Vejamos quais as pastorais que estiveram presentes.

TABELA 8 - PASTORAIS REPRESENTADAS E NÚMERO DE DELEGADOS NO 1° ENCONTRO NACIONAL DE LEIGOS - 1987

Pastorais	Número de delegados
Juventude Geral	06
Juventude Meio Popular	03
Juventude Estudantil	04
Juventude Rural	03
Operária	04
Familiar	03
Direitos Humanos	01
Comissão Pastoral da Terra	01
Social	01
Menor	01
Favela	01
Paroquial	01
Total	30

Fonte: CNL

Das pastorais, a maior representação foi a da Juventude. As demais pastorais não enviaram o número de delegados possíveis,e algumas delas não se fizeram presentes. No ocasião, um número significativo das pastorais não via com clareza a necessidade da organização e articulação dos leigos e nem sua pertença ao CNL. Mas, como veremos, na tabela 11, muitos dos participantes estavam envolvidos com as diferentes pastorais.

Os movimentos, com 22 organizações, estiveram presentes ao Encontro. Eles, desde a criação do CNL, têm tido uma presença forte na organização. E já vimos anteriormente o peso que têm na vida da Igreja no Brasil.

TABELA 9 - MOVIMENTOS REPRESENTADOS E NÚMERO DE DELEGADOS NO 1° ENCONTRO NACIONAL DE LEIGOS - 1987

Movimentos	Número de delegados
MCC - Cursilhos	08
CVX- Comidade Vida Cristã	07
ENS - Equipes Nossa Senhora	07
MFC - Familiar Cristã	06
Legião de Maria	04
LEME	04
Equipes Docentes	04
ACR - Ação Cristãos Meio Rural	04
MCU - Movimento Cristãos Universitários	04
RCB - Renovação Cristã Brasil	03
JOC - Juventude Operária Católica	03
ACO - Ação Católica Operária	03
OFS - Ordem Franciscana Secular	02
JUFRA - Juventude Franciscana	02
Obra Kolping	02
OMIL - Missionários Leigos	01
MAC - Movimentos de Adolescentes e Crianças	01
ECC - Encontros Casais com Cristo	01
Movimento Jovem	01
Movimento Operário	01
Focolares	01
MER - Movimento Evangélico Rural	01
Total	75

Fonte: CNL

Uma outra questão apontada no questionário é quanto à participação dos leigos nas atividades da vida da Igreja e em organismos da sociedade civil.

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES ECLESIAIS E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DOS PARTICIPANTES DO 1° ENCONTRO NACIONAL DE LEIGOS - 1987

Especificação	Atividade Eclesial	F%	Entidades Civil	F%
Participam	323	98,5	209	63,7
Não participam	05	1,5	119	36,3
Total	328	100,0	328	100,0

Fonte: CNL

Dos 328, a maioria esmagadora apontou uma atuação interna na vida da Igreja, dentro de uma grande diversidade de tarefas. Com relação à presença na sociedade, constatamos o engajamento de 63,7%, um número expressivo. Mas fica a interrogação dos outros 36,3%,

tendo em vista ser a missão dos leigos no mundo enfatizada como prioritária nos documentos da Igreja, conforme já dissemos. Como realizar hoje a construção de uma sociedade justa e fraterna se todos os cristãos não se engajam nessa tarefa?

Procuramos agregar as tarefas desenvolvidas na Igreja, conforme tabela abaixo. A maior dificuldade é que a maioria não indicou efetivamente as atividades que realizavam, limitando-se a apontar seu movimento, sua pastoral, etc. Vejamos a tabela 11.

TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES ECLESIAIS DOS PARTICIPANTES DO 1° ENCONTRO NACIONAL DE LEIGOS - 1987

Atividades	Número de participantes	F %
Ligadas às pastorais	111	33,9
Ligadas aos movimentos	54	16,5
Ligadas às CEBs	48	14,6
Formação de leigos	21	6,4
Coordenação de Pastorais	21	6,4
Catequese	19	5,8
Articulação de leigos	18	5,5
Movimentos populares	06	1,8
Atuação em escolas públicas	05	1,5
Outras	11	3,4
Não responderam	05	1,5
Total	328	100,0

Fonte: CNL

Nessa tabela optamos por selecionar, no caso de mais de uma atividade por pessoa, a primeira indicada. Ela mostra um número representativo envolvido com as pastorais, apesar do número de seus delegados ter sido bem pequeno. Dentro do bloco das pastorais, a de maior envolvimento foi a da Juventude, com cerca de 30 pessoas. Em seguida a Familiar, onde vários estavam empenhados nos cursos para noivos. Outras áreas que não estão contempladas na tabela n° 8: Liturgia, Saúde, Meios de Comunicação Social, do Batismo, Indigenista, da Política. Alguns dos movimentos indicaram atividades de coordenação, assessoria, mas a maior parte apenas indicou o movimento. Pudemos perceber que além dos delegados, havia um bom número de membros do Cursilhos e do Movimento Familiar Cristão. No Bloco das CEBs encontramos uma maior clareza quanto às tarefas: muitos eram coordenadores e animadores de comunidades. Como podemos perceber, havia cerca de 21 leigos empenhados na formação do laicato. Com relação às estruturas da Igreja alguns indicaram que faziam parte da Coordenação de Pastoral, do Conselho Diocesano de Pastoral.

Com relação ao engajamento na sociedade civil, analisemos a tabela 12. Nesse caso foram arroladas todas as atividades indicadas.

TABELA 12 - ENGAJAMENTO EM ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DOS PARTICIPANTES DO 1° ENCONTRO NACIONAL DE LEIGOS - 1987

Entidades	Número de participantes
Partidos	86
Sindicatos	50
Associações profissionais	34
Associações de bairro/de moradores	60
Associação de Pais e Mestres	04
Entidades ligadas aos movimentos populares	17
Outras entidades	21
Total - respostas múltiplas	272

Fonte: CNL

Olhando os documentos publicados pela Igreja, um campo de atuação apontado é o da política. Dos 86 que indicaram que militam num partido, 62 eram petistas, 1 do PSB e outro do PMDB e 22 não indicaram o partido. Dos 50 que estavam atuando nos sindicatos, 21 não indicaram o sindicato e 12 estavam ligados com os sindicatos de trabalhadores rurais. Constatamos um bom número de pessoas trabalhando nos bairros, através das Associações de Bairro. Das associações profissionais, o maior número, 22, eram de professores. Portanto, a presença maior era no campo da política, no econômico, através dos sindicatos e associações profissionais, e no campo social através das Associações de Bairro.

Concluindo, pudemos perceber que a maioria era de jovens e adultos; com famílias constituídas; com uma escolaridade maior que a maioria da população brasileira e das comunidades cristãs; com uma presença forte das pastorais, mostrando dessa forma um novo rosto da Igreja; inseridos nas mais diferentes tarefas da vida eclesial e também comprometidos com a construção de uma nova sociedade e também com a presença de certo número de pessoas ligadas às camadas mais pobres. Estes, apesar do número, pela prática de luta e organização, foram capazes de marcar presença colocando as questões mais gritantes vividas por grande parte da sociedade brasileira. A maioria era de classe média e média baixa.

4.3.8.2. **Outros elementos da caminhada do CNL.** Um outro aspecto da organização dos leigos é sua articulação em conselhos próprios. Nesse sentido, um destaque foi o crescimento do Conselho Nacional de Leigos-CNL. O Conselho se tornou mais visível, mais nacional nesses anos, bem como implementou um processo de constituição dos Conselhos Regionais e colocou como horizonte a criação dos Conselhos Diocesanos de Leigos. O CNL, criado na década anterior, terá na de 80 o seu real processo de desenvolvimento e crescimento.

O Conselho, que nasceu congregando movimentos, foi aos poucos contando com a presença de algumas pastorais, constituindo conselhos regionais e/ou equipes de articulação e nos últimos anos da década com leigos das CEBs. Nos anos 80, o Conselho foi realizando seus trabalhos por intermédio das Assembléias Gerais, das visitas às várias regiões, de publicações, de comissões específicas de trabalho e da participação nas Assembléias e outros órgãos da CNBB. A partir de 1987, em termos de publicações, temos os *Cadernos do CNL* e o *Bilhete*. Na metade dos anos 80, o processo de articulação e organização dos leigos teve um grande impulso pela preparação e realização do Sínodo dos Bispos sobre os Leigos. A preparação do Sínodo possibilitou, depois de mais de vinte anos do Concílio Vaticano II, a toda a Igreja, bispos, padres, religiosos e particularmente leigos e leigas, um momento privilegiado de reflexão e aprofundamento sobre a identidade do leigo, sua vocação e missão e as questões levantadas no início deste texto. Para a caminhada do CNL, um momento forte foi o já referido I° Encontro Nacional. Foi ponto de convergência, uma experiência da diversidade do laicato na Igreja e um ponto de ampliação e consolidação dessa organização. Já no interior do próprio encontro, vários regionais se reuniram e agendaram novas reuniões com o fito de, maneira mais sistemática, criar ou consolidar os Conselhos Regionais de Leigos. O pós-sínodo, com o estudo da Exortação Apostólica Christifidelis Laici, foi um momento forte de congregar os leigos e de dar continuidade ao trabalho tão persistentemente buscado.

Alguns pontos desse processo:

- cresceram em vários setores da Igreja e nos leigos que foram se encontrando em todos os níveis, a necessidade e a urgência da organização, como instrumento de realização da sua missão na busca da construção do Reino. Reforçou-se a luta pela construção de uma nova sociedade e por mudanças na estrutura da Igreja.

- ampliou-se a consciência da diversidade do laicato no interior da Igreja e de que um organismo representativo dos leigos tem que necessariamente ser plural e capaz de conviver com as tensões e conflitos, por conta da convivência de diferentes concepções de Igreja e de projetos de sociedade.

- a direção da CNBB, de maneira clara, sempre apoiou esse processo de organização e desenvolvimento do CNL. Aos poucos, os Regionais da CNBB também foram assumindo esse processo com os CRLs. Em nível nacional, no começo da década, havia um forma de encontro entre os leigos e a direção da CNBB através da Comissão Nacional de Pastoral que, no final da década, foi substituída por reuniões das presidências e uma vez por ano, das diretorias da Conferência Nacional do Bispos do Brasil-CNBB, do Conselho Nacional de Leigos-CNL, da

Conferência dos Religiosos do Brasil-CRB, da Comissão Nacional do Clero-CNC, da Comissão Nacional de Diáconos-CND e da Conferência Nacional dos Institutos Seculares-CNIS. Esse fórum organizou nos anos 90, as Assembléias dos Organismos do Povo de Deus. Apesar do bom relacionamento com a direção da CNBB, houve momentos de tensão com setores do episcopado.

- fez-se também nesse período uma importante reflexão sobre a identidade, o estatuto eclesiológico e teológico da organização dos leigos. Essa reflexão fez-se através de seminários específicos e com a contribuição de documentos, entre eles, *Fundamentos eclesiológicos da organização dos Cristãos Leigos,* escrito por D. Marcelo Pinto Carvalheira.

- um tema importante e que ainda necessita de maior clareza no interior da Igreja, por parte do clero e do laicato, é o da autonomia dos leigos, de suas organizações no exercício de sua missão, na sua participação na vida da Igreja e na sua inserção na sociedade.

- na sua curta história, o CNL procurou estar atento aos problemas de nosso país, dando sua contribuição, e dedicou nesses anos grande parte de suas energias na busca de engajar, articular um maior número de leigos, consolidar sua organização e suas estruturas.

- uma grande dificuldade para o CNL, CRLs, CDLs e alguns movimentos e pastorais vem sendo a manutenção financeira.

Toda essa caminhada feita com tenacidade e dificuldades colocou em pauta o debate sobre a necessidade da organização dos leigos e da consolidação do CNL, bem como fincou raízes para a existência de um laicato em nosso país.

4.3.9. **A presença dos leigos na política e no mundo do trabalho.** Abordar essa temática, buscando uma visão global, constituiu-se num desafio.Dentro dessa tarefa, um aspecto fundamental a ser destacado é a mudança na perspectiva da Igreja, buscando atuar na sociedade não via o Estado, mas via sociedade civil, através das pastorais e outros organismos.

Nessa década vamos encontrar muitos leigos e leigas participando diretamente no processo político em suas diversas facetas e, em particular, na política partidária. A participação na luta pelos direitos humanos, na politica, nos sindicatos, na militância partidária foi sempre um elemento conflituoso nas diversas comunidades, por razões as mais diversas. De maneira geral, o povo diz que religião e política não se misturam, embora no decorrer desses anos a reflexão tenha se ampliado, criando melhores condições no tratamento dessa questão.

Com relação à política. No início dos anos 80, em muitas dioceses do Brasil essa temática foi objeto de reflexões, debates e de engajamento na política por parte de muitos cris-

tãos. Alguns documentos expressavam a preocupação e ao mesmo tempo estimularam o enfrentamento no campo da política. Podemos citar alguns pela sua importância e repercussão: *Reflexão cristã sobre a conjuntura política* e *Exigências cristãs de uma ordem política* (CNBB), *Indicações pastorais frente ao compromisso político-partidário* (CNBB - Regional Nordeste II), *Decálogo da pastoral dos partidos* (Igreja do Acre e Purus), *Orientação pastoral para a política* (D. Paulo Evaristo Arns), *A força do povo* (Diocese de S. Mateus-Es), *As CEBs e a política* (conclusões do 4° Encontro/Itaici). Nessa ocasião, uma preocupação presente em muitos lugares era a necessidade de um amplo trabalho de educação política. Nascem nesse momento grupos de fé e política. Para realizar o trabalho pretendido, visando atingir o povo, as cartilhas sobre fé e política, constituíram-se num instrumento importante. No final dos anos 80, a CNBB produziu alguns documentos sobre a realidade política: *Por uma nova ordem constitucional* (1986-Doc. 36)); *Igreja e Missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura* (1988-Doc.40) e *Exigências éticas da ordem democrática* (1989-Doc. 42).

Em 1984, vivemos o Movimento das *Diretas Já,* que reuniu grandes massas exigindo eleições diretas para a presidência da República. Os cristãos leigos se fizeram presentes das mais diversas formas.

Na segunda metade dos anos 80, em nível nacional, como reflexo das questões colocadas por muitos cristãos na base, realizou-se um debate sobre os cristãos e a política. Alguns encartes foram publicados, inicialmente, pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) que em seguida foram aglutinados numa publicação Vozes/IBASE, com o título: *Cristãos: como fazer política,* com artigos de Clodovis Boff, Frei Betto, Pedro Ribeiro de Oliveira, Rogério Almeida Cunha, Luiz Eduardo Wanderley, Luiz Alberto Gómez de Souza e Leonardo Boff. Esse debate tem sido continuado através de diversas publicações. Nessa linha de debate, o Setor Leigos da CNBB realizou em 1988 um *Seminário sobre Fé e Política,* no Rio de Janeiro. Nele, um aspecto discutido foi o do acompanhamento dos cristãos que atuam na política.

Um momento rico de reflexão, de aprofundamento e de militância foi o período da Constituinte, onde se produziu muito material e realizou-se o trabalho árduo das emendas populares. Esse processo se repetiu no nível dos estados e principalmente dos municípios, por ocasião da elaboração das Leis Orgânicas Municipais. Vários textos foram produzidos pelo *Plenário pró participação popular na Constituinte;* um jornal, *A participação popular nas*

Constituintes municipais, da Comissão de Acompanhamento da Constituinte da CNBB, foi amplamente divulgado e utilizado. O CNL e os CRLs participaram ativamente desse processo.

Na política partidária, encontramos muitos cristãos leigos presentes nos partidos que foram se constituindo. De maneira particular, muitos contribuíram efetivamente para a criação, o crescimento e consolidação do Partido dos Trabalhadores-PT. Em muitos lugares o PT nasceu ligado ao trabalho das CEBs e das pastorais populares. Outro aspecto foi a experiência de um bom número de cristãos da base, trabalhadores urbanos e rurais, homens e mulheres sendo indicados como candidatos e alguns vivendo a experiência no executivo e no legislativo. Ainda importa registrar a discussão, que mobilizou toda a sociedade brasileira, em torno das eleições diretas para presidente, em 1989. Vários projetos foram colocados para a nação brasileira e tivemos a possibilidade de fazer reais mudanças na vida do país. No segundo turno, entre Collor e Lula, houve várias manifestações de cristãos com relação à candidatura de Lula. O CNL, em Assembléia Geral, manifestou-se favoravelmente à referida candidatura.

Com relação ao mundo do trabalho, aos sindicatos. Mesmo com toda reflexão acumulada da Doutrina Social da Igreja, esta é uma realidade difícil para se discutir e ser assumida internamente na Igreja, tendo em vista o conflito capital-trabalho. Nos anos 80 continuamos a encontrar muitos cristãos na luta sindical, participando em muitos lugares nas chapas de oposição, quer na cidade, quer na zona rural. Um momento importante para o movimento operário, nesses anos, foi a greve de 41 dias, em 1980, dos metalúrgicos no ABC paulista. Essa greve repercutiu positivamente no movimento operário, na retomada no processo de redemocratização do país e no relacionamento com setores da Igreja. Outra preocupação permanente, até hoje, foi a articulação campo/cidade. Um outro fato importante foi a criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT. Em todas essas instâncias vamos encontrar cristãos, principalmente das CEBs, da Pastoral Operária, da Juventude Católica Operária, da Ação Católica Operária e outros movimentos e pastorais. As comunidades e essas entidades em nível interno de Igreja vêm contribuindo para que o conjunto da comunidade eclesial perceba que o trabalho, e suas relações, constituem elemento fundamental na vida do povo. Inúmeros cristãos, homens e mulheres, sofreram perseguições, prisões e foram mortos em função de seu engajamento e de sua luta.

A presença dos leigos na política e no mundo do trabalho foi objeto de reflexão e de propostas por ocasião do 1° Encontro Nacional de Leigos. Estes apontaram como necessidade "um apoio fundamental e claro da Igreja elaborado dentro de um conceito evangélico libertador" aos cristãos leigos que atuam na sociedade, bem como "que a Igreja se pronuncie

claramente sobre a realidade do mundo do trabalho, a luta de classes e a participação política dos leigos" e que se criem mecanismos de acompanhamento pastoral desses leigos (Cf. Cadernos CNL 2, p. 69). A questão do mundo do trabalho não teve a repercussão que deveria ter tido nos trabalho sinodais.

A presença e atuação dos leigos que apresentamos revelam pequenas facetas do grande trabalho feito, na luta permanente de anunciar Jesus Cristo e de construir uma sociedade fraterna e solidária. Nesses anos, os leigos e leigas buscaram enfrentar os desafios encontrados, e procuraram contribuir também para a transformação da Igreja, para que ela seja realmente ministerial e servidora.

Capítulo III - A FORMAÇÃO DOS LEIGOS.

No capítulo anterior, analisamos a presença dos leigos no contexto da realidade brasileira e da Igreja. Na medida em que os cristãos foram tomando consciência de sua missão de batizados, foram percebendo que para realizá-la necessitavam de uma formação específica. No passado, as associações, a ACB e outros segmentos tiveram essa preocupação. Na atualidade, os leigos reclamam e exigem atenção a essa necessidade. Antes de analisarmos uma experiência concreta de formação - nossa preocupação central - neste trabalho, procuraremos, neste capítulo, situar rapidamente essa questão na caminhada de presença dos leigos, detendo-nos no período pós-Concílio Vaticano II. Analisaremos os documentos da Igreja, nos diferentes níveis, buscando verificar como essa problemática é tratada pela hierarquia da Igreja Católica, o que consideramos vital para perceber o que a instituição propõe. Ao mesmo tempo explicitaremos alguns dados de uma pesquisa realizada pelo CNL e a prática pedagógica das CEBs.

1. Período anterior ao Concílio Vaticano II.

Na caminhada que antecedeu à realização do Concílio Vaticano II, os leigos, de maneira geral, recebiam formação, ou melhor, uma instrução religiosa, através da catequese, das homilias dominicais e participavam das missões populares, periodicamente realizadas pelos padres redentoristas, pelos frades capuchinhos e outros. Por intermédio da catequese de 1ª Eucaristia eram passados os elementos básicos da doutrina cristã e as normas de vida. Os membros de associações em suas reuniões também recebiam orientações sobre sua fé e sobre suas obrigações como cristãos. A Ação Católica especializada, de maneira mais orgânica, procurou formar seus militantes na ação, nas reuniões, nos encontros e através de subsídios (folhetos, jornais, documentos preparatórios das assembléias, etc). Havia atividades em conjunto para toda a AC e as específicas para cada movimento da AC.

Apresentaremos, como registro, de maneira sintética, a formação nas Congregações Marianas e ACB. A primeira, por ter sido, das associações, a de maior atuação e presença no período em questão e a segunda, pela contribuição dada à sociedade e à Igreja do Brasil, conforme já vimos no segundo capítulo.

1.1. As Congregações Marianas.

O Papa Gregório XIII criou, oficialmente, a Primeira Congregação Mariana em 1554. Essa associação, no decorrer da sua história, contou com o apoio e beneplácito de vários pontífices romanos. Em nosso século, de maneira particular, o Papa Pio XII reafirmou a importância dessa associação e a considerou como Ação Católica, através da Constituição Apostólica *Bis Secularis*, de 1948. No Brasil, pelo próprio Estatuto da ACB, as Congregações Marianas se inseriram na AC. No Congresso Eucarístico de 1961, em Curitiba, o episcopado reconheceu as Congregações Marianas - CCMM como parte da ACB. Elas tinham como preocupação central uma espiritualidade do leigo, a devoção a Nossa Senhora e o desenvolvimento do apostolado conforme as necessidades da Igreja.

No Brasil, a partir dos anos 30, os marianos tiveram um grande crescimento, procurando atingir a massa, fato esse criticado posteriormente pela direção da associação: "foi movimento de massa, sem suficiente seleção, formação e ação" (Souza, 1966, p. 4). A formação era insuficiente, os subsídios somente apareceram a partir de 1942 e a influência da Confederação Nacional, fundada em 1937, era fraca. As Congregações se inseriram no projeto da hierarquia do período, para reconquistar o lugar da Igreja na sociedade. Era forte o anticomunismo entre os seus membros. Participaram dos Círculos Operários, da sua fundação e organização.

O período de 1955 a 1965, foi considerado por Pe. Paulo Souza de "Congregações em Renovação". Por parte da direção nacional houve a preocupação de selecionar os candidatos, de ampliar as oportunidades de retiros, de criar cursos de formação, buscando preparar os dirigentes, etc. No início dos anos 60, houve a tentativa de inseri-las no social, ficando porém, na linha da assistência e das obras. Também nesses anos procurou-se imprimir na prática da associação o método da AC, Ver-Julgar-Agir.

Os retiros, tendo como referência os Exercícios Espirituais de Santo Inácio, eram propostos como um instrumento de formação e aprofundamento da espiritualidade. Nos anos 30 e 40, os retiros eram organizados no período do carnaval. Em São Paulo, eram famosos os Retiros organizados pelo Pe. Irineu Cursino de Moura; em 1942, chegaram a 7.000 retirantes. Os retiros com grande número de participantes e/ou com maior duração continuaram sendo realizados, mas procurou-se também organizá-los com pequeno número de participantes, em várias ocasiões do ano. Na vida espiritual eram preconizados também a meditação, a leitura espiritual e a revisão de vida.

Outro instrumento na preparação dos congregados eram as grandes concentrações diocesanas, estaduais e nacionais. Nesses eventos havia sempre palestras para todos os marianos, bem como reuniões e instruções para os dirigentes. Nas concentrações estaduais e nacionais buscava-se reunir a direção das federações diocesanas. Realizaram-se também Assembléias Nacionais de Dirigentes, com participação de leigos e padres. Em 1956 aconteceu uma dessas assembléias, no Rio de Janeiro, com 45 federações; em 1963, com maior participação, em São Paulo. A temática *Seleção e Formação* fez parte do Congresso Mundial das CC MM realizado em 1954 e da Assembléia Nacional dos Dirigentes de 1956. Por ocasião do 4° Centenário das CC MM, em 1963, houve um trabalho de renovação das Congregações, através de um Plano Trienal Mariano (1961-1963). Nesse triênio, procurou-se também conscientizar os Congregados sobre a problemática social. O tema do "Ano do 4° Centenário" foi *"O Congregado diante da realidade social brasileira"* (Cf. Souza, 1966, p. 6). Nesse período, para viabilizar o Plano Trienal, a direção nacional visitou as Federações Diocesanas. Utilizou-se também, para formação e orientação, a *Revista Estrela do Mar*, chegando nesse período a 35.000 exemplares.

Houve a preocupação de renovação das Congregações após o Concílio e subsídios foram publicados na forma do catecismo tradicional, colocando os pontos chaves da doutrina cristã e dos documentos conciliares. Numa publicação de 1966, Pe. Souza assim define a CM: "é uma comunidade, uma unidade do Corpo Místico cujos membros são ligados por uma comum consagração ao serviço de Cristo e da Igreja, por meio de normas comuns de vida, sob a proteção de N. Senhora" (1966, p. 66). Segundo o referido padre, a formação deveria conter os seguintes aspectos: religioso, cultural e social. E como meios para a formação indica: as reuniões gerais e de equipes, os retiros e os cursos de formação.

As congregações, apesar de buscarem se inserir na caminhada pós-conciliar, não tiveram condições de dar um salto qualitativo, pensando toda sua história e os modelos de Igreja e de sociedade.

1. 2. <u>Ação Católica Brasileira.</u>

Alguns elementos da história, bem como a preocupação com a formação já foram explicitados no capítulo anterior. Veremos de uma maneira genérica a formação na ACB. A questão é abrangente, pois havia a formação desenvolvida para o conjunto da AC e a de cada área da ACE.

Desde o início da AC, a preocupação com a formação foi uma constante. No seu próprio caminhar também foi revendo e atualizando esse processo. D. Leme sempre esteve preocupado em criar espaços e instituições que pudessem responder a essa necessidade. As Semanas Sociais da AC tanto em nível nacional quanto diocesano, no começo, serviram para divulgar a AC e incentivar o apostolado. Uma preocupaçãos que acompanhou a ACB, segundo Romeu Dale, foi "Formar para o apostolado ou levar o apóstolo a se formar na ação e pela ação?" (1985, p. 17).

Cardijn, em 1954, comentou:

> o apostolado dos leigos exige uma formação profunda, lenta e metódica (...) Uma formação apostólica é um aprendizado metódico da ação, de influência e da organização apostólica ... Esta formação apostólica exige uma doutrina apostólica que oriente e dirija a ação. Não pura teoria, não uma doutrina morta; uma doutrina que entusiasma e arrasta as massas... (In: Rocha, 1958, p. 53).

As Semanas Nacionais da AC foram instrumentos de reflexão, de encaminhamentos e também de formação. De 1937 a 1961 foram realizadas sete Semanas e um Congresso Nacional. A formação foi um dos temas da Semana de 1937, conforme pode-se depreender do programa, bem como do Congresso Nacional da AC, em 1946, que inicialmente estava previsto como 2ª Semana. Das conclusões do Congresso, salientamos:

- necessidade de "formação integral, quer dos dirigentes, quer dos simples membros" (Dale, 1985, p. 57).

- exercícios espirituais, considerados como elementos importantes.

- retiros mensais.

- formação moral. Não só apresentar um código de preceitos; procurar com relação ao militante "impregná-lo de espírito cristão, de modo a que saiba responder cristãmente às múltiplas interrogações que a vida lhe apresentar" (Dale, 1985, p. 58).

- formação de dirigentes. "Na formação de bons dirigentes - condição necessária à vida e ao florescimento da AC (Pio XI, Carta ao Episcopado Brasileiro, nº 13 - residem as mais promissoras esperanças da Igreja" (Dale, 1985, p. 58).

- cursos de formação de dirigentes. (Cf. Dale, 1985, p. 57/58).

Um elemento chave no processo formativo era a formação na ação. "Ação Católica, não só pelo nome (Ação), como também pelo método" (Sigrist, 1982, p. 43). Foi através dessa articulação teoria/prática que a ACE foi formando seus quadros, levando a romper com um conjunto de princípios pré-determinados e prontos, e a viver sua fé, a partir dos desafios concretos da realidade. Essa caminhada se torna evidente nas temáticas e das indagações, dos Conselhos Nacionais. Nesse sentido, o método ver-julgar-agir foi inicialmente marcado pela

lógica formal e chegando a uma perspectiva dialética (Cf. Sigrist, 1982), em certos setores da AC e, depois de maneira clara, nas CEBs e nas pastorais populares.

2. A formação dos leigos no pós-Concílio Vaticano II.

2.1. A formação nos documentos do Concílio Vaticano II, de Medellín e de Puebla.

2.1.1. Vaticano II (1962-1965).

À medida que o Concílio Vaticano II apresentou novas perspectivas para a Igreja, reafirmando a noção de Povo de Deus e a pertença dos leigos, tratou também da necessidade da formação de todos os seus membros, inclusive do laicato. O Concílio propôs pistas de encaminhamentos, mas as mesmas passaram a ter maior importância, à medida que os documentos conciliares foram sendo conhecidos, colocados em prática, e conseqüentemente, transformando a vida da Igreja.

Vejamos algumas das principais afirmações do Vaticano II:

No Documento *Apostolicam Actuositatem* - AA, o capítulo IV trata da Formação para o apostolado.

Tendo em vista a vocação dos cristãos para a evangelização, o decreto conciliar afirma em seu número 28:

> o apostolado não pode atingir eficácia plena senão através de uma formação múltipla e integral (...) Além da formação, comum a todos os cristãos, muitos tipos de apostolado exigem formação específica e peculiar, em vista das pessoas e circunstâncias diferentes (AA, 1968, p. 558).

Princípios para a formação:

Os leigos "participam a seu modo na missão da Igreja (por isso) sua formação apostólica assume característica especial, a partir da índole secular e própria do laicato e da espiritualidade" (AA, 1968, nº 29, p. 558). Vejamos alguns princípios e conteúdos norteadores dessa formação:

- viver a sua fé; para isso é fundamental uma formação espiritual.
- uma formação doutrinal: teológica, ética e filosófica.

- a formação não pode ser apenas teórica, deve desde o início "aprender a ver, julgar e agir em todas as coisas sob a luz da fé, a formar-se a si mesmos e a aperfeiçoar-se pela ação e assim entrar no serviço ativo da Igreja" (AA, 1968, p. 559).

O Documento explicita quem são os formadores:

- os pais,
- as comunidades,
- os institutos educativos católicos,
- as associações e movimentos.

A necessidade de uma formação adequada para os diversos tipos de apostolado foi outro aspecto enfatizado no número 31: a) para a evangelização e a santificação dos homens "devem os leigos formar-se especialmente para manter o diálogo com os outros crentes ou não, para a todos manifestar a mensagem de Cristo". b) para sua ação transformadora da sociedade "instruam-se os leigos sobre o verdadeiro significado e valor dos bens temporais, tanto em si mesmos quanto a todas as sua finalidades relacionadas com a pessoa humana". E aprendam também os princípios da doutrina social da Igreja. c) os cristãos devem em suas vidas viver a caridade e a misericórdia "a formação apostólica deve levar também à prática das mesmas, para que aprendam os fiéis, desde a infância, a sofrer com os irmãos e a auxiliar com coração generoso os que sofrem" (AA, 1968, p. 561/562).

Com relação aos meios salientou os seguintes: reuniões, retiros, congressos, conferências, encontros, livros "para a compreensão mais profunda da Sagrada Escritura e da doutrina católica, para nutrir a vida espiritual, como também para conhecer as condições do mundo, encontrar e aperfeiçoar os métodos acertados". Outros meios são os "centros e institutos superiores, (...) centros de documentação e estudos não só de teologia, mas também de antropologia, psicologia, sociologia, metodologia..." (AA, 1968, nº 32, p. 562/563).

2.1.2. **Medellín (1968).**

A Conferência Episcopal de Medellín abordou a questão da formação dos leigos de maneira específica e em determinadas áreas. Nas Conclusões de Medellín encontramos as seguintes manifestações sobre a formação dos leigos:

Documento da Juventude - Chama a atenção para a necessidade da "formação de líderes de comunidade" e da formação de assessores para a pastoral da juventude, inclusive assessores leigos. (Cf. Medellín, 1970, nº 17, p. 85).

Documento sobre a Catequese:

> A formação do catequista com o conhecimento básico e uma visão ampla das condições psicossociológicas do meio humano em que trabalharão; assim como das religiões primitivas, em alguns lugares, e dos recursos de evangelização que têm sido empregados (Medellín, 1970, nº 14, p. 104).

Documento sobre os Meios de Comunicação Social. Este documento fala da formação para os cristãos que desejam atuar nesse meio

> Essas pessoas devem receber adequada formação apostólica e profissional, de acordo com os níveis e categoria de suas funções. A formação a ser dada deverá incluir conhecimentos teológicos, sociológicos e antropológicos exigidos na realidade do continente (Medellín, 1970, nº 14, p. 160).

E afirma também a necessidade de formação dos usuários dos Meios de Comunicação de Massa - MCS através de cursos, encontros, palestras, assim como cursos para bispos, religiosos e padres (Cf. Medellín, 1970, nºs 15 e 16, p. 160).

2.1.3. **Puebla (1979).**

A Conferência Episcopal de Puebla recolheu toda uma caminhada de Igreja pós Vaticano II e Medellín, que buscou encarnar-se na realidade latino-americana.

Ao abordar a presença do leigo na Igreja e no mundo o Documento de Puebla tratou da questão da formação.

O Documento explicita os princípios, os elementos para o conteúdo, os métodos, os lugares, os meios ou instrumentos para a formação.

Conteúdo:

- "à medida que a participação dos leigos se amplia torna-se mais urgente a necessidade de uma sólida formação humana em geral, formação doutrinal, social, apostólica" (Puebla, 1979, nº 794, p. 218).

- "aprofundamento de uma espiritualidade mais apropriada à sua condição de leigos" (Puebla, 1979, nº 796, p. 220). Espiritualidade que permita um aprofundamento da relação com Cristo; que leve o cristão a não fugir dos desafios da sociedade e que dê forças para assumir sua missão no enfrentamento dos problemas vividos no dia-a-dia (Cf. Puebla, 1979, nº 797, p. 220).

- "fundamentos da fé e ensino social da Igreja" (Puebla, 1979, nº 832, p. 225).

- Os bispos em Puebla salientaram a importância de que os leigos engajados, comprometidos com a transformação da sociedade, contribuam "pela sua experiência de vida, competência profissional, científica e trabalhista, de sua inteligência cristã. (...) para o desenvolvimento, estudo e investigação do ensinamento social da Igreja" (Puebla, 1979, nº 795, p. 220).

Métodos:

- "ênfase numa pedagogia ativa" (Puebla, 1979, nº 832, p. 225).
- "uma pedagogia adequada" (Puebla, 1979, nº 806, p. 222).

Lugares, meios, instrumentos:

- Os bispos pedem "que se fomentem centros ou serviços de formação integral de leigos". (Puebla, 1979, nº 806, p. 222).
- "Consideramos outrossim os movimentos organizados como instrumentos de formação graças a seus projetos, experiências, planos de trabalhos e avaliações" (Puebla, 1979, nº 832, p. 225).
- "canais permanentes e sistemáticos de formação doutrinal e espiritual" (Puebla, 1979, nº 806, p. 222).
- "Os leigos têm direitos de recebê-la (formação) primordialmente em seus próprios movimentos e associações, mas também em institutos adequados e no contato com os seus pastores" (Puebla, 1979, nº 794, p. 220).

2.2. **A formação dos leigos nos planos de pastoral da CNBB.**

A CNBB desde seu primeiro plano de pastoral vem enfatizando e fazendo várias propostas e realizando várias atividades, com relação à formação dos leigos. Nos primeiros planos, de maneira mais genérica e tímida e depois com mais ênfase e clareza em certos setores. As propostas de formação se articulam com o objetivo geral proposto a cada 4 anos, que fundamentalmente continua o mesmo, e que no quadriênio de 1987-1990 era o seguinte:

> Evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural, anunciando a plena verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando formar o povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino definitivo (CNBB, 1987, Doc. nº 38, p. 4).

2.3. A formação dos leigos na caminhada do CNL.

Para o Conselho Nacional dos Leigos a formação é um elemento, podemos dizer, constitutivo. O objetivo de articular e organizar os leigos, com perspectiva de um laicato, tem uma outra face, a formação. Dentro de seus limites de caminhada, de desenvolvimento e de recursos, o CNL vem enfrentando a questão da formação dos leigos. Vejamos como o CNL vem respondendo a essa questão, a partir de seus documentos oficiais, publicações, eventos e atividades.

2.3.1. A formação nos principais documentos do CNL.

No *Regimento* do CNL, quando da sua criação, destacamos: "Organizar uma formação integral e sistemática nos fundamentos da fé e da Doutrina Social da Igreja no laicato em geral com vista a uma ação mais consciente e crítica dos leigos" (CNL, 1976, p. 1). A questão da formação é um dos objetivos explícitos no atual *Estatuto* desse organismo. No Artº 3º, inciso IV, lemos: "Criar e apoiar mecanismos de formação e capacitação que ajudem os leigos católicos a descobrirem sua identidade e missão com vistas à construção da sociedade justa e fraterna" (CNL, 1988, p. 1). Na *Carta de Princípios* do Conselho, encontramos: "Mobilizar processos de formação do laicato e subsidiar os dos organismos filiados, desenvolvendo uma consciência crítica, para que nossa ação seja mais eficaz no mundo e coerente com o nosso Batismo". (CNL, 1991).

Como vemos nesses documentos que buscam explicitar o "rosto" do CNL, a formação se constitui num elemento-chave. Os referidos documentos deixam claro os objetivos da formação: desenvolver uma consciência crítica, ajudar os leigos a descobrirem sua identidade e missão, para agirem com eficácia na construção da sociedade justa e fraterna.

2.3.2. A formação nas publicações do CNL.

Na curta história do CNL podemos salientar, dentre as suas publicações, o *Informativo CNL* e o *Caderno do CNL*. Essas publicações tiverem sempre a preocupação de serem instrumentos formativos. A partir delas podemos verificar como a questão vem sendo tratada pela entidade.

2.3.2.1. Informativo CNL.

O *Informativo CNL*, no formato de um folheto, foi publicado de 1983 a 1988, números de 1 a 13. Nos Informativos, além do aspecto da informação , encontramos sempre artigos discutindo temáticas diversas. A respeito da formação, salientamos nos Informativos o seguinte:

À medida que as pastorais foram crescendo, ampliou-se também a preocupação com a formação para os vários segmentos. Esse processo visou sempre os níveis nacional, regional e diocesano. Na caminhada, a coordenação de alguns programas esteve à cargo do então Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos, hoje Setor Leigos; foi acrescido depois de projetos conjuntos com o CNL. Em outros setores da CNBB, como a Pastoral de Juventude, Pastoral Social, Pastoral Operária, Meios de Comunicação Social, Catequese, Vocações tem havido projetos de formação de leigos, conforme Planos de 1978-1982, 1982-1986, 1987-1990. Nos projetos do Setor Leigos houve propostas de cursos longos, encontros, seminários, pesquisas e levantamentos feitos em conjunto com o *Instituto Nacional de Pastoral* - INP. Na área de formação ligada à CNBB encontramos também o IBRADES, que atualmente vem realizando projetos conjuntos com o CNL.

O Papa João Paulo II, em Mensagem ao Episcopado do Brasil, em 1986, reafirmou a necessidade e a importância da formação dos leigos. Após analisar os principais desafios de ordem eclesial, cultural, sócio-político e econômico do Brasil e também da América Latina, afirmou:

> sei que posso manter vivo o apelo que tive ocasião de reiterar no correr da Visita 'ad limina', para que uma prioridade importante e inadiável na ação dos Senhores seja a de *formar leigos*, quer entre os "construtores da sociedade pluralista", (...) quer entre as massas populares, quer nos ambientes operários e rurais, quer entre os jovens, sempre em vista de sua presença atuante nas tarefas temporais. *Formar leigos* significa favorecer-lhes a aquisição de verdadeira competência e habilitação no campo em que devem atuar; mas significa, sobretudo, educá-los na fé e no conhecimento da doutrina da Igreja naquele mesmo campo (1986, p. 5).

As atividades de formação para os leigos, com seus cursos e programas, nos vários planos da CNBB, foram importantes para a Igreja no Brasil. Em conseqüência dos primeiros planos, a CNBB propôs e organizou em nível nacional, regional e mesmo diocesano, cursos, encontros e outras atividades formativas. Mas, aos poucos sua tarefa foi a de realizar atividades em áreas específicas e estimular e apoiar o processo de formação que foi sendo assumido nas diferentes Igrejas Particulares. O sentido da Igreja Particular, retomado pelo Concílio, emergiu muito forte em nosso país, passando a ser o lugar e também a responsável pela formação dos leigos. Nessa caminhada vimos crescer os institutos, os centros em muitas dioceses. Em vários lugares foi a Coordenação de Pastoral que assumiu essa tarefa. Ainda é preciso fazer acontecer que em todas as dioceses a formação seja prioridade e faça parte de maneira constante dos respectivos planos de pastoral.

- No Informativo nº 2, de setembro de 1983, há referência de um encontro, no Rio de Janeiro, com 28 participantes, sendo a maioria daquele estado. Temas: O leigo na Igreja; atuação do leigo na sociedade; o leigo no interior da Igreja; a espiritualidade do leigo e teologia do leigo. Na avaliação, vários questionamentos foram feitos, ficando claro que "a formação se torna cada vez mais necessária". Sugestões: "Criação de uma Escola de Formação dos Leigos e a organização de um encontro de jovens".

- Na avaliação dos trabalhos do biênio 82/83 e propostas para o biênio seguinte, era evidente que uma das prioridades deveria ser o da formação. Foram propostos cursos que possibilitassem um entendimento maior da realidade brasileira, trabalhando temas específicos, como desemprego, saúde, etc, ajudando também no crescimento da fé. E sugeriu-se a realização de cursos nas cinco grandes regiões do país. (Cf. CNL, Informativo CNL nº 3, 1983, p. 6-7).

- No Informativo nº 4 há notícias sobre cursos nas cinco grandes regiões, em conjunto com CNBB. (Cf. CNL, Informativo, nº 4, 1984, p. 19).

- No Informativo nº 5, há apresentação de um projeto de formação, com cursos sobre as seguintes temáticas: "História do leigo na Igreja, situação atual do leigo na Igreja do Brasil, atuação do leigo na sociedade brasileira, teologia do leigo e espiritualidade dos leigos" (Cf. CNL, Informativo, nº 5, p. 17).

- Informativo nº 6. Nos encaminhamentos dados pela Assembléia Geral do CNL de 1984 reafirmou-se como um dos objetivos do CNL a formação do laicato, sendo incluída entre as prioridades do biênio. (Cf. CNL, Informativo, nº 6, 1984, p. 18).

- Informativo nº 7: publicou um documento que foi apresentado aos bispos na 23ª Assembléia da CNBB, de 1985. Entre os desafios estava o da formação. Enfatizou-se a necessidade da formação na ação; a necessidade também de uma formação sistemática para a realização de determinadas tarefas, inclusive na área teológica. Nesse mesmo Boletim há uma apresentação de vários movimentos que, a partir de um determinado questionário, abordaram também a prática da formação em seus organismos. (Cf. CNL, Informativo, nº 7, 1985, p. 7-21).

Nos Informativos seguintes até o de nº 12, o tema voltou sempre, no sentido de manifestar a importância e a necessidade da formação.

2.3.2.2. Caderno do CNL.

O Caderno do CNL nasceu com a preocupação fundamental de formação. De 1987 a 1990 foram publicados três números. No *Caderno do CNL nº 1*, há um artigo sobre a formação dos leigos, procurando responder algumas indagações: Formar, para quê? Considerando a missão dos leigos, a formação deve capacitá-los para uma tarefa evangelizadora. Formar com que conteúdos? Análise da realidade social e eclesial, a prática dos cristãos na sociedade e na Igreja e subsídios teológicos-pastorais. Qual o método? participação na comunidade, o ver-julgar-agir e revisão. (Cf. Afonso, 1987, p. 16-18). O *Caderno do CNL nº 2* publicou as intervenções e conclusões do I° Encontro Nacional de Leigos de 1987. Nas propostas para o Sínodo os leigos afirmaram:

> Que a Igreja invista mais e crie mecanismos de formação específica do leigo e recursos materiais mais adequados para uma maior consciência crítica para sua atuação, maior capacitação para articular homens e mulheres para ser Igreja no coração do mundo como agentes de transformação da história. Que seja revista e ampliada a função das escolas e universidades católicas comprometendo-as com a formação dos leigos, na realidade do Terceiro Mundo. (1989a, p. 70).

2.3.3. 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 e a formação.

No questionário respondido pelos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigo, conforme apresentamos no capítulo anterior, algumas das questões referem-se formação. Analisamos apenas as respostas dadas pelos delegados das dioceses, em número de 136, correspondendo a 41,5% dos que responderam ao questionário. Esses representaram 121 das 235 dioceses existentes na época. Uma das questões indagava sobre a existência de Centros de Formação nas dioceses. A seguir os dados referentes a essas questões.

TABELA 13 - EXISTÊNCIA DE CENTROS DE FORMAÇÃO NAS DIOCESES

Especificação	Número de delegados	F %
Há centros de formação	78	57,4
Há cursos diocesanos	43	31,6
Há cursos paroquiais	02	1,5
Desconhecem	03	2,2
Não responderam	10	7,3
Total	136	100,0

Fonte: CNL

Podemos afirmar que há uma preocupação das dioceses com a problemática da formação dos leigos. Cerca de 78 delegados, ou seja 57,4%, apontaram a existência de Centros de Formação em suas dioceses; desses, apenas 27 indicaram o nome do organismo existente. Desses Centros indicados, 13 apontaram a preocupação teológica na formação desenvolvida, 6 voltados para a catequese e 3 para a área bíblica. Pelo que indicaram 31,6% dos leigos, em suas dioceses não há Centros de Formação organizados, mas cursos promovidos pela Coordenação de Pastoral ou outros organismos. O que ficou evidente é que cerca de 90,0% dos delegados das dioceses demonstraram a existência de atividades formativas em pelo menos 50% das dioceses existentes na época. Há uma diversidade de cursos. Seria oportuno uma análise dos objetivos, conteúdo e metodologia desses cursos com informações mais detalhadas dos mesmos. O tipo e a duração dos cursos são aspectos que podem mostrar que relevância é dada na formação em uma diocese. Essa questão estava presente no referido questionário. Vejamos a tabela seguinte.

TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO E DURAÇÃO DOS CURSOS FREQUENTADOS PELOS REPRESENTANTES DAS DIOCESES NO 1º ENCONTRO NACIONAL DE LEIGOS - 1987

Especificação	F	F %
Fins de semana	42	30,9
1 semana a 1 mês	11	8,1
+ de 1 mês a 1 ano	08	5,9
+ de 1 a 2 anos	06	4,4
+ de 2 a 4 anos	08	5,9
Sem especificação de duração	13	9,5
Não frequentam nenhum	48	35,3
Total	136	100,0

Fonte: CNL

Dois pontos chamam a atenção nessa tabela. Um deles é que 30,9% dos cursos ministrados são de fins de semana. É o que ocorre, na prática, na maior parte das atividades formativas dos leigos. Em muitos casos esses cursos não têm continuidade, o que dificulta uma formação mais orgânica. Apenas 10% tiveram cursos mais sistemáticos e com maior duração, de 2 a 4 anos, sendo, nesses casos, curso de teologia para leigos. Um outro aspecto é que 35,3% responderam que não tinham frequentado nenhum curso de formação, apesar de indicarem essa atividade como existente em suas dioceses, como aponta a tabela anterior.

2.3.4. **Comissão de Formação do CNL.**

Com a preocupação de responder ao desafio da formação, a Assembléia Geral do CNL de 1989 decidiu pela criação de *Comissão de Formação* que, desde então, vem realizando uma série de atividades. Entre elas salientamos: levantamento dos centros de formação nas dioceses, através do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais - CERIS, realizado em 1991; encontros com responsáveis da formação dos leigos nos regionais Sul 1 e 2 e Leste 2; a concretização de um projeto de formação, em conjunto com IBRADES, com 2 cursos em nível nacional, com participantes da maioria dos regionais e a realização de cursos regionais. A partir desses cursos, a Comissão de Formação fez uma avaliação e concluiu, entre outros pontos, que a formação em si é uma tarefa das dioceses, dos movimentos, das pastorais, das comunidades; e quando o CNL a realiza tem como meta o debate e o aprofundamento sobre a organização e articulação dos leigos. Nessa perspectiva foram programados vários encontros a partir de 1992. Nesse processo de formação a Comissão vem testando uma proposta metodológica.

Em 1991, a pedido do CNL, o CERIS solicitou às dioceses do país que respondessem a um questionário sobre movimentos, pastorais, comissões diocesanas de defesa dos direitos humanos e centros de formação. Nesse questionário havia uma questão específica em relação à formação: "Existe nesta Circunscrição um Centro de formação ou outro instituto similar destinado à formação dos leigos"? O levantamento permitiu localizar os centros organizados. Das 249 dioceses existentes em 1991, 131 delas possuem um Centro de formação ou equivalente. Isso significa que 54,4% das dioceses possui uma forma de atender aos leigos. Quanto ao número de dioceses com centros de formação podemos perceber pontos de aproximação entre os dados do I° Encontro Nacional de Leigos e os indicados pelo levantamento do CERIS. Vejamos abaixo o resultado da pesquisa feita, apresentando o número de dioceses que possuem um centro de formação de leigos ou equivalente, e sua distribuição pelos regionais da CNBB. Esses dados, para uma maior visualização, também estão agrupados nas grandes regiões do país.

TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO PELAS DIOCESES E PELOS REGIONAIS DA CNBB - 1991

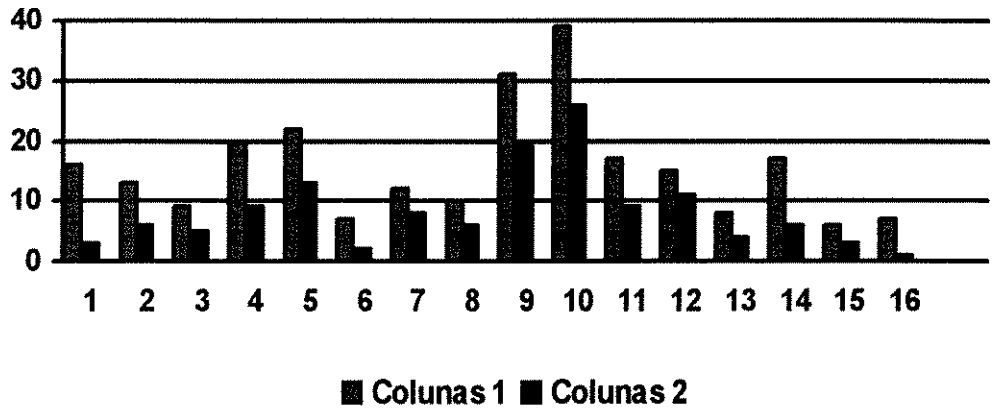
Regionais	Número de Dioceses	Dioceses com Centros de Formação	% Relação total/Diocese	% Relação Centros/ Diocese/ Regionais	Número de Centros	% Relação C.F. total/ Diocese	% Relação C.F. total/ Diocese/ Regionais
N1	16	03	2,3	18,7	05	3,0	31,2
N2	13	06	4,6	46,1	06	3,6	46,1
NE1	09	05	3,9	55,5	06	3,6	66,6
NE2	20	09	6,9	45,0	14	8,3	70,0
NE3	22	13	10,0	59,0	16	9,6	72,7
NE4	07	02	1,5	28,5	02	1,1	28,5
NE5	12	08	6,1	66,6	09	5,3	75,0
L1	10	06	4,6	60,6	08	4,8	80,0
L2	31	19	14,5	61,2	22	13,0	70,9
S1	39	26	19,8	66,6	31	18,5	79,4
S2	17	09	6,9	52,9	14	8,3	82,3
S3	15	11	8,3	73,3	15	9,0	100,0
S4	08	04	3,0	50,0	06	3,6	75,0
CO	17	06	4,6	35,2	10	3,6	58,8
O1	06	03	2,2	50,0	03	1,7	50,0
O2	07	01	0,8	14,2	01	0,6	14,2
Total	249	131	100,0	-	168	100,0	-

Fonte: CNL

Regionais: Norte 1 (AM, RO, RR, AC), Norte 2 (PA, AM), Nordeste 1 (CE), Nordeste 2 (AL, PE, PA, RN), Nordeste 3 (BA, SE), Nordeste 4 (PI), Nordeste 5 (MA), Leste 1 (RJ), Leste 2 (MG, ES), Sul 1 (SP), Sul 2 (PR), Sul 3 (RS), Sul 4 (SC), Centro-oeste (GO, DF, TO), Oeste 1 (MT), Oeste 2 (MS).

Centros de Formação: C. F.

Gráfico 4- Distribuiçãodos Centros de Formaç por Dioceses e Regionais



Dados - 1991 - Fonte: Tabela 15

Colunas 1 - Dioceses do Regional
Colunas 2 - Centros por Dioceses/Regional

Legenda:

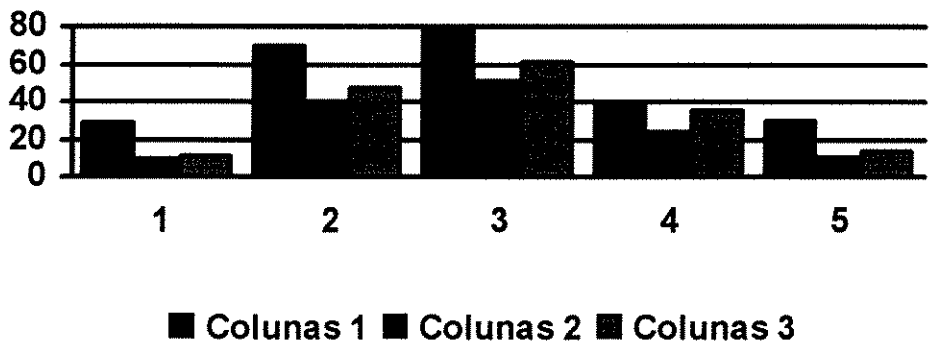
1. Norte 1 - Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia
2. Norte 2 - Pará, Amapá
3. Nordeste 1 - Ceará
4. Nordeste 2 - R. G. do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas
5. Nordeste 3 - Sergipe, Bahia
6. Nordeste 4 - Piauí
7. Nordeste 5 - Maranhão
8. Leste 1 - Rio de Janeiro
9. Leste 2 - Minas Gerais, Espírito Santo
10. Sul 1 - São Paulo
11. Sul 2 - Paraná
12. Sul 3 - Rio Grande do Sul
13. Sul 4 - Santa Catarina
14. Centro-Oeste - Goiás, Tocantins
15. Oeste 1 - Mato Grosso do Sul
16. Oeste 2 - Mato Grosso

TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO PELAS DIOCESES E NAS GRANDES REGIÕES DO PAÍS - 1991

Regiões	Número de Dioceses	Fr%	Dioceses com CF	% Relação CF Total Diocese	% Relação número CF/ Diocese/ Região	Número de Centros Form.	% Relação CF/Total Diocese	% Relação Número CF/ Diocese/ Região
Norte	29	11,6	09	6,9	31,0	11	6,6	37,9
Nordeste	70	28,1	37	28,2	52,8	47	28,0	67,1
Sudeste	80	32,2	51	39,0	67,7	61	36,1	76,2
Sul	40	16,1	24	18,3	60,0	35	20,9	77,5
Centro Oeste	30	12,0	10	7,6	33,3	14	8,4	46,6
Total	249	100,0	131	100,0	100,0	168	100,0	100,0

Fonte: CERIS/CNL
CF: Centros de Formação

Gráfico 5 - Dioceses e Centros de Formação - Regiões do país



Dados - 1991 - Fonte: Tabela 16

Colunas 1 - Dioceses por região
Colunas 2 - Dioceses com centros de formação
Colunas 3 - Centros de formação por região

Legenda:

1. Norte
2. Nordeste
3. Sudeste
4. Sul
5. Centro-oeste

Das 249 dioceses existentes em 1991, em 131 delas, que corresponde a 52,6% do total, há pelos menos um Centro de Formação, com as mais diversas denominações: Centro, Escola, Instituto, etc. O levantamento indica apenas o número e os nomes das organizações existentes. Pelos nomes podemos, de maneira precária, inferir algumas direções: em 33 deles aparece claramente o aspecto teológico, com as palavras teologia, teológico (a), um deles enfatiza a teologia popular, 3 articulam teologia e pastoral; em 20 a dimensão pastoral parece preponderar; em 17 deles encontramos a palavra treinamento, que mostra uma visão predominante numa determinada época, inspirada, certamente, numa perspectiva tecnicista de educação. Pelas indicações, a maioria dos Centros tem ligação direta com as atividades diocesanas. Em 32 Centros estão presentes as palavras Diocese, diocesano (a). Há alguns Centros com uma direção específica: formação para juventude, para o mundo do trabalho, para Fé e Política e para pequenos produtores.

Constatamos que algumas dioceses possuem mais de um centro ou equivalente. Olhando os números de dioceses com Centros e os números de Centros existentes vemos que sua concentração maior é na Região Sudeste, em particular em São Paulo. Observando o número de Centros, 57,9% estão na região Sudeste/Sul. Lendo a tabela 3, na relação entre Centros e dioceses num mesmo regional, percebemos que o Regional Sul 3, Rio Grande do Sul é que possui a maior média diocese/centro, chegando a uma média de um centro por diocese. De outro lado vemos que os regionais Nordeste e Centro-Oeste não chegam a média de 50%. E os regionais mais críticos são Norte 1, Nordeste 2 e Oeste 2.

Do relato feito, fica claro:

1. O CNL tem como uma das suas principais preocupações a formação, procurando apoiar e incentivar o processo formativo nas diferentes instituições e organizações, bem como desenvolver encontros de formação através de sua Comissão de Formação.

2. Nessa formação, um dos objetivos é capacitar os leigos para sua tarefa evangelizadora na sociedade e sua participação na Igreja. A ação, a atuação dos leigos nas várias dimensões da sociedade, constitui a grande meta da formação dos leigos e, ao mesmo tempo, o grande desafio.

3. Os conteúdos salientados: análise da realidade, a contribuição da filosofia e das ciências sociais, identidade do leigo, a espiritualidade, a formação teológica e bíblica, entre outros.

4. Dentre os recursos utilizados no processo formativo destacaram-se os cursos, encontros e seminários. Os cursos em sua maioria são realizados em fins de semana.

5. A metodologia mais utilizada é do método ver-julgar e agir.

6. Tanto o questionário do I° Encontro Nacional de Leigos, quanto o Levantamento CERIS/CNL apontam que mais de 50% das dioceses possuem um Centro de Formação ou um organismo equivalente para a formação dos leigos.

7. Há a necessidade de continuidade do levantamento feito, buscando analisar as diversas experiências.

2.4. A formação dos leigos nos movimentos, nas pastorais e nas CEBs.

Todos os movimentos possuem um processo formativo, para atender a seus membros, visando atingir objetivos e ação apostólica a que se propõem. Para realizar essa tarefa têm suas equipes próprias de formação, responsáveis pelo planejamento e execução nos diferentes níveis. A maioria dos movimentos possuem também infra-estrutura física para a realização de seus eventos. Alguns têm a preocupação de articular seu processo formativo com a pastoral da Igreja no Brasil.

As pastorais em função de seus objetivos têm uma formação orgânica. Nas pastorais onde a presença dos leigos é hegemônica, como por exemplo a pastoral da juventude e operária, há projetos de formação desde os pequenos grupos e núcleos até o nível nacional. No nível diocesano, as pastorais participam também da formação programada pela diocese, envolvendo o conjunto dos leigos de uma determinada Igreja Particular.

Dada a especificidade da formação de cada movimento e pastoral não iremos aqui nos deter na formação de nenhum deles.

Abordaremos mais o processo da formação das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, tendo em vista a importância das próprias comunidades na formação e sua articulação com a Igreja Particular. Nesse último aspecto a formação das CEBs e das pastorais populares convergem.

A prática educativa das CEBs.

As comunidades, à medida que desejam pela sua ação transformar nossa sociedade e a Igreja, buscam viver em sua prática uma nova relação com as pessoas e com os diferentes grupos. Experienciam uma nova relação pedagógica, uma nova pedagogia, que tem suas raízes

nos anos 60 e que desenvolveu-se no período em que o país vivia na ditadura militar, nos diferentes setores populares, inclusive nas CEBs. Desejam uma educação "no sentido de que os trabalhadores sejam sujeitos de seu destino histórico e força hegemônica de um processo global" (Pucci, 1985, p. 160).

A sociedade, de maneira geral, relaciona educação e escola. Essa relação existe, mas vai além dos limites escolares. A educação está presente em toda a sociedade e não possui um único modelo. Os diferentes grupos possuem diferentes necessidades e vêem de maneira diferente as relações sociais e, portanto, as relações educativas. No dizer de Brandão "a educação existe onde não há escolas e em todos os lugares podem existir estruturas de transferências de saber de uma pessoa para outra" (1981, p. 13). As pessoas, os grupos trocam entre si saberes. Nas diferentes relações, existem escondidas situações de aprendizagem. A educação tem sempre uma dimensão política; em nossa sociedade brasileira a educação hegemônica é a da classe dominante, educação que busca reproduzir os valores da burguesia nacional passando por cima dos interesses das classes populares, da maioria da população. As contradições vividas pelo tecido social possibilitaram a emergência de uma educação popular, que busca os interesses das classes populares. Essa educação, coloca-se no horizonte de uma educação libertadora que "é feita pelas classes populares ou com elas, de acordo com os interesses das classes populares" (Wanderley, 1985, p. 65). No dizer de Paulo Freire, as classes populares "reinventam a educação". Essa expressão retrata a seguinte idéia:

> a educação é uma invenção humana, e se hoje é desse modo, pode ser mais adiante refeita de outro modo, diverso e até oposto. Se hoje ela fundamentalmente serve para ajudar a reproduzir a desigualdade e difundir as idéias que servem à opressão, em outro pode servir à criação da igualdade entre os homens e à pregação da liberdade. Só as classes subalternas podem reinventar esse tipo de educação, criando e recriando uma cultura de classe, mesmo quando aproveitando muitos elementos dominantes que lhes foram impostos (Pucci, 1984, p. 22).

As Comunidades Eclesiais de Base constituem um novo jeito de toda a Igreja ser. Nesse sentido são sujeito de evangelização. Como as comunidades evangelizam? Segundo Frei Gorgulho as comunidades evangelizam: a) porque se constituem pelo povo simples e pobre. Em nossa América Latina Cristo tem feições diferentes a partir do índio, do negro, do operário, etc. "As CEBs são uma convocação da Igreja, a partir da resposta da fé que o povo pobre dá à palavra e à promessa do Senhor. (...) As CEBs se reúnem a partir do sofrimento do povo". b) é preciso sublinhar o caráter pedagógico das CEBS. "Elas são realidades de Igreja, são realidades do Evangelho. (...) São uma escola de crescimento da consciência oprimida, revoltada, agressiva, que caminha até chegar a uma consciência moral, a uma consciência

evangélica". c) As CEBs são um espaço de liberdade, de vida como comunhão e participação. Promovendo a liberdade, a participação e a comunhão, elas se tornam uma escola de crescimento da pessoa humana. (...) As CEBS são um laboratório da microfísica do poder, um laboratório da transformação da liberdade.

A prática evangelizadora deve levar o povo a romper o autoritarismo presente na sociedade e nas pessoas, daí a importância da prática das CEBs. Essa prática vai fazendo emergir um novo tipo sociológico de Igreja. d) por ser uma expressão concreta de opção pelos pobres, elas "devem formar um espaço de organização da força popular. (...) As CEBs são uma expressão de esperança, da força histórica dos pobres" (Gorgulho, 1985, p. 18-23). As CEBs são "um fator pedagógico de transformação da própria Igreja". A partir dos pontos citados por Frei Gorgulho fica claro que as CEBs têm sua dimensão pedagógica.

As CEBs são conscientes que elas não têm solução para todos os problemas, mas assumem sua parcela de contribuição junto à transformação da sociedade e da Igreja. Do ponto de vista pedagógico, as comunidades assumem a perspectiva prática e teórica de Paulo Freire. Só é possível ensinar quem está disposto a aprender. Os membros das CEBs buscam sempre ouvir os outros, conviver, construir o processo em conjunto. Por isso Frei Betto afirma que "Só chegamos à razão das pessoas, se passarmos pela porta do coração". Ele apresenta cinco pontos básicos na pedagogia das CEBs: Base dessa pedagogia: a) Solidariedade. b) Democracia. Quem decide é o grupo. Sempre colocar em comum os problemas, para junto buscar soluções. c) Visão dialética da vida. Pode-se ver pela maneira de ser do opressor e do oprimido.

> Não existe uma única versão das coisas, existem sempre duas versões. Quando o povo começa descobrir isso, começa a adquirir a consciência do seu saber, começa a ver as coisas como os outros não vêem". d) "Consciência da vida como processo histórico e não como processo meramente biológico". e) "Reapropriação do capital simbólico da fé". "A nossa fé contém elementos capazes de operar uma transformação muito profunda da nossa história". Só que está nas mãos da burguesia, e precisamos mudar essa situação (Frei Betto, 1985, p. 44-46).

Para entender a vida das comunidades, de seu projeto evangelizador/pedagógico é preciso analisar a presença dos agentes, animadores, dos instrumentos utilizados.

O Agente/O Animador.

Ao analisarmos as atividades pedagógicas das CEBs necessitamos entender a atuação e presença do agente de pastoral e do animador que é uma pessoa do povo que assume a tarefa de coordenação de uma determinada comunidade. O agente de Pastoral é o padre, a religiosa,

o leigo que não fica apenas na animação, mas realiza também um trabalho de assessoria e de acompanhamento de várias comunidades. Hoje encontramos agentes de pastoral, do povo.

Laura M. S. Duarte realizou uma pesquisa junto às CEBs da Arquidiocese de Vitória-ES. Certos aspectos ligados aos agentes que ela encontrou nessa realidade concreta podemos perceber em várias outras comunidades de outros pontos do país. O agente, no dizer de Duarte, "deve ter uma visão global da sociedade, sem perder, entretanto, o contato com os problemas específicos de sua comunidade de origem" (1984, p. 54). O agente precisa: a) saber ouvir o povo, percebendo os verdadeiros valores do povo, separando-os dos valores da ideologia dominante. b) desenvolver um trabalho pelo qual a comunidade descubra seu valor. c) descobrir com o povo o caminho do saber. d) necessita ler e estudar muito. Nesse sentido são importantes os encontros de estudos. e) estar sempre analisando a própria prática. Segundo Frei Betto

> o papel do agente junto ao povo é aprender as coisas do povo, sistematizá-las com o próprio povo e contribuir para que o povo ordene a sua experiência histórica na forma de percepção prospectiva, projeto a longo prazo, visão emergente dessa realidade dada, capaz de conceber uma nova forma de organização social (1981, p. 48).

O agente tem como tarefa nas reuniões dos grupos, dos círculos bíblicos, ser facilitador e animador. A coordenação da reunião pode ser do agente, como também do animador ou de outro membro do grupo. Todos são motivados a participar dando sua contribuição. Os problemas da comunidade, do bairro são analisados e uma leitura da Bíblia busca sempre iluminar a reflexão e o sentido da ação. O coordenador deve ajudar o grupo a dar os passos necessários nas reuniões, mas o desenrolar destas não é rígida e formal. Mesmo quando deve dar sua contribuição com o saber teórico o agente deverá encontrar uma linguagem e mecanismos próprios para o povo entender.

> O agente de pastoral e a comunidade criam um espaço, onde se dá uma aprendizagem que não se notabiliza pela imposição do saber de quem sabe sobre os que não sabem. Tanto o agente como o grupo ensinam e aprendem; trocam experiências e informações; trocam saberes. (...) No relacionamento agente-grupo eclesial, se estabelece um profundo respeito no momento de troca do saber teórico e da experiência vivida pelo povo, porque o agente também é povo. O agente de pastoral é companheiro e não chefe ou professor que permite ao grupo tomar decisões 'autônomas', enfim é o educador-educando, na linguagem de Paulo Freire (Duarte, 1984, p. 56-57).

O agente, principalmente o oriundo de outra classe, tem que passar por um processo de conversão, de mudança, tem que ter claro onde quer chegar, qual seu projeto de Igreja e de sociedade. Os agentes necessitam ser reeducados

> ao pretender educar as classes populares. É preciso despojar-nos das categorias acadêmicas e dessa 'erudição' europeizada, cartesianamente destilada em conceitos claros e precisos, como se o real fosse o que existe em nossa cabeça. O real é a vida da lavadeira,

> do peão, do posseiro, do índio, do operário, do pivete, do ferroviário, do bóia-fria (Frei Betto, 1981, p. 37).

Outro aspecto é o da linguagem, do discurso. O agente "vindo de outra classe" assume determinado discurso e determinadas bandeiras que nem sempre são de interesse do grupo. O que mobiliza primeiro é água encanada, o transporte, e outras necessidades, e somente depois, o discurso dos direitos humanos, por exemplo. À medida que a comunidade cresce e assume determinadas posições o agente também passa por um processo de mudança, muitas vezes entrando em crise.

Segundo Duarte, o agente atua em dois níveis: nível de intervenção pedagógico-pastoral e nível de intervenção pedagógico-política. No primeiro nível, o agente não decide sozinho. Deve envolver toda a comunidade. Valoriza a ação dos leigos. "Os leigos da CEB constroem a comunidade e a atuação do agente se dilui no meio da ação dos demais membros da comunidade" (Duarte, 1984, p. 61). Os agentes devem assumir a mudança e batalhar para que haja uma redefinição e redistribuição do poder. O estudo da Bíblia, através de uma releitura, a partir dos oprimidos, constitui um espaço vital do ponto de vista pedagógico. O nível pedagógico-pastoral articula-se com o político. A caminhada das CEBs torna-se um aprendizado político. Uma dimensão é a vida da comunidade, não há papéis e tarefas estratificadas e rígidas. As atribuições, de maneira geral, têm um caráter temporário. A outra dimensão é a da participação nos movimentos populares, no sindicato e no partido político.

As comunidades foram crescendo, sua prática foi levando os cristãos a participarem efetivamente nos movimentos populares. Podemos sentir esse crescimento através dos encontros interesclesiais, da participação nos sindicatos e nos partidos políticos. Mas ainda há dificuldades e problemas ligados ao agente. às vezes encontramos "um posicionamento autoritário, centralizado, paternalista ou elitista por parte de determinados agentes de pastoral" (Teixeira, 1987, p. 231). Há alguns que julgam que as bases populares são alienadas e incapazes de uma análise da realidade. Partidários desses pressupostos assumem uma metodologia centrada no dirigismo. Uma outra tendência é sacralizar e ideologizar o povo: apenas o povo possui a verdade. Assumem em geral uma metodologia espontaneista. Também os animadores da base às vezes passam a ter uma prática centralizadora. "Em razão de sua liderança e da nova posição que tendem a assumir na comunidade, podem incorporar uma certa superioridade e auto-suficiência que inibem ou matam a iniciativa das bases" (Teixeira, 1987, p. 235).

As ferramentas de trabalho.

As CEBs não nasceram de maneira espontânea, mas são fruto de um trabalho pastoral da Igreja "que pretende se reconciliar com o povo pobre e esquecido, mesmo por ela" (Duarte, 1984, p. 66). As Igrejas Particulares que assumem esse compromisso e, portanto, o de participar na formação de uma nova sociedade e de um homem novo, podem assumir o seguinte objetivo, expresso num dado momento pela Igreja de Vitória: "ajudar o homem a ser cada vez mais homem na comunidade com Deus e na vivência fraterna com os outros, colaborando na construção de uma sociedade nova e do homem novo" (In. Duarte, 1984, p. 67). Ou conforme o expresso no Objetivo Geral da Igreja no Brasil, cujo o texto já indicamos anteriormente.

As ferramentas para o trabalho devem estar articuladas com os objetivos. Haverá atividades e instrumentos em nível dos grupos, da Igreja particular, regional e nacional. Vejamos alguns:

- **Material escrito.** Há uma infinidade de material produzido para as comunidades na mais diferentes regiões do país. Os textos são colocados numa linguagem popular, com gravuras, questões e orientações. Nesse sentido, o conteúdo estará mais próximo da realidade do povo. Produz-se material para reuniões, estudos, cultos. Em nível regional e nacional encontramos cartilhas preparadas para os intereclesiais. Existem publicações ligadas à vida da comunidade, como custo de vida, saúde, política, eleições, orçamento municipal, etc. Esses textos, partindo da realidade, vão dando elementos a uma análise conjuntural e estrutural da sociedade. Os textos, nas reuniões e encontros, são complementados com o debate e informações dos participantes.

- **Atividades**. O que o povo faz: reuniões da comunidade, encontro dos animadores; treinamento de agentes; conselhos de comunidade, setor; romarias; mutirões. Em todas as atividades "nota-se uma aprendizagem que se processa lentamente e se expressa através dos gestos, e das palavras das pessoas" (Duarte, 1984, p. 78).

- **Técnicas de dinâmica de grupo.** É muito comum utilizar técnicas de dinâmica de grupo: cochicho, diálogos sucessivos, dramatização, ataque e defesa, e outras. Das técnicas mais utilizadas encontramos as discussões em grupos e as dramatizações. Estas são usadas para iniciar uma reflexão, para apresentar o resultado da reflexão do grupo, nas celebrações.

- **Os encontros,** cursos, treinamentos para os membros das comunidades, para os animadores, para os agentes.

- **Outros**: comparações e parábolas; filmes curtos, filmes de gravuras (para os que não sabem ler); trocas de experiências; meios visuais: pintura, esculturas, cartazes; símbolos e gestos; caminhada popular; romarias; folclore e as tradições; as festas; músicas, etc. (Cf. Cansi, 1984, p. 373 ss).

- **Avaliação**. Na prática, após cada atividade, "o que existe é uma avaliação em processo das atividades desenvolvidas, dos meios utilizados para se atingir os objetivos propostos pelo grupo" (Duarte, 1984, p. 82).

2.5. A formação dos leigos e o Sínodo de 1987.

2.5.1. As interrogações e propostas com relação à formação no processo de PREPARAÇÃO para o Sínodo de 1987.

Neste tópico, apresentamos um levantamento das manifestações, questionamentos e propostas elaboradas pelos leigos na preparação do Sínodo. Veremos as manifestações, mesmo que semelhantes, nos diferentes níveis: Igreja no Brasil, na América Latina e Universal. Como em todo Sínodo, houve um processo inicial de consultas. No caso presente, houve a publicação de uma *Lineamenta* contendo três partes e para cada uma delas várias questões para debates e encaminhamentos de propostas. Dentro da terceira parte, encontramos um item sobre a formação abordando a importância, os conteúdos e os lugares onde deve acontecer a formação (Cf. Lineamenta, 1985, p. 45-47). Desafiados por esse instrumento, pela realidade vivida e pela necessidade urgente de uma capacitação que os ajude nas lutas do dia-a-dia os leigos se manifestaram. Vejamos essas manifestações.

2.5.1.1. Brasil

No desenrolar da preparação do Sínodo realizaram-se vários encontros, seminários, assembléias, publicações, etc. Explicitaremos uma síntese das questões sobre a formação a partir dos relatórios dos Regionais em que estão organizados a CNBB e o Conselho Nacional de Leigos-CNL: Regionais Norte 1 (Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia), Nordeste 1 (Ceará), Nordeste 2 (Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, e Pernambuco), Leste 2 (Minas Gerais e Espírito Santo) e Sul 1 (São Paulo). Nesses regionais aconteceram encontros de leigos, de bispos, padres e leigos e no caso de São Paulo um encontro com as equipes de

formação das dioceses. Os relatórios dos Regionais Norte 1, Nordeste 1, Nordeste 2 e Leste 2 foram publicados, com o título de *Relatório de algumas Assembléias Regionais com leigos ou de leigos,* no tablóide, *Os leigos na caminhada do Sínodo,* organizado pelo Pe. José Ernanne Pinheiro, pp. 17 a 32. E do Regional Sul 1 publicado no *Sul I em Comunicação,* pp. 22 a 25, 28 e 29. Aglutinamos os resultados das reflexões a partir de algumas categorias presentes nos relatórios.

Dificuldades:

a) Explicitar com clareza os objetivos da formação;

b) o conteúdo da formação está mais voltado para preparar agentes em nível interno da Igreja;

c) o conteúdo trabalhado parte mais da teoria do que da prática desenvolvida pelos destinatários dos cursos. Neste sentido coloca-se também a questão da metodologia empregada;

d) falta de articulação dos vários níveis (paróquia, setores, etc.) e organismos (institutos, escolas da fé, coordenações de movimentos e pastorais na formação dos leigos);

e) encontrar formas mais populares para transmitir o conteúdo;

f) continuidade dos agentes preparados, dada a migração;

g) falta de uma reflexão teológica para militância;

h) os diferentes modelos de Igreja;

i) formação de leigos gera crise nas paróquias onde os padres não estão atualizados;

j) a formação presbiteral que não leva em conta a realidade do leigo;

l) falta de equipes diocesanas para a formação (poucas dioceses possuem);

m) a formação dos leigos não é prioridade;

n) certo ativismo na formação - formação voltada para tarefas;

o) recursos humanos - poucas pessoas e muito serviço;

p) recursos financeiros - não há igualdade de recursos entre a formação presbiteral e a dos leigos;

q) acompanhar os leigos nas bases;

r) envolver as comunidades na formação (Sul 1).

Necessidade da formação:

- À medida que o fiel vai assumindo sua fé no compromisso do dia-a-dia, sente necessidade de uma formação cada vez mais profunda, tanto no aspecto doutrinal quanto espiritual... (Norte 1).

- Os militantes políticos sentem necessidade de uma formação também "com relação a programas políticos e ideologias, análises estrutural e conjuntural da sociedade" (Norte 1).

- Para que o cristão leigo seja adulto na fé e não fique dependendo do clero (Nordeste 1).

Objetivos:

- Proporcionar linhas mais claras do projeto de sociedade que queremos estudar as implicações teológicas do Plano de Deus em relação à realidade (Nordeste 1).

- enfatizar "a dimensão de inserção na sociedade, ação principalmente no mundo e também na comunidade de acordo com objetivo geral da Igreja no Brasil" (Sul 1).

- Os leigos desejam um tipo de formação que atenda, quanto possível, à pessoa na sua integridade, incluindo diversos aspectos: humano-afetivo, sócio-político, bíblico-teológico, espiritual-litúrgico e profético-missionário.

- formação de uma consciência crítica, para que o leigo possa discernir as exigências do Reino dentro das situações concretas (Norte 1).

Aspectos/Conteúdo:

- A formação que o leigo pede deve ser concretizada em:

. formação contínua, integrando fé e vida, ação e reflexão.

. formação humana, política e social, econômica, fundamentada na Escritura e no Magistério da Igreja (Norte 1 e Nordeste 1).

- Ter conhecimento da realidade política e social para acompanhar as questões atuais;

. formação bíblica e teológica;

. relação com a vida da comunidade;

. espiritualidade (Nordeste 1 e 2).

- O Conteúdo deve ser baseado:

. na prática pastoral dos cristãos em nível de sociedade e de Igreja;

. na análise e compreensão da realidade social, política, econômica e cultural;

. na formação teológica pastoral, espiritual e humana dos leigos integrando sua vida e engajamento na sociedade (Sul 1).

Metodologia:

- Organização em pequenos grupos;

. formação de agentes para trabalhar com pequenos grupos (Norte 1).

- Os programas de formação dos leigos deverão se pautar pelas seguintes orientações metodológicas:

. adaptação à realidade específica a que se dirigem;

. articulação com a experiência vivida dos participantes ou, de preferência, "formação na ação";

. embasamento na verdade sobre Cristo, a Igreja e o homem, numa perspectiva de evangelização libertadora;

. acentuação dos conteúdos relacionados com a missão específica dos leigos engajados;

. intervenção nos ambientes menos acessíveis aos padres ou onde os leigos têm maior penetração (inclusive família e escola);

. orientação dentro da pastoral de conjunto e da opção da Igreja pelos pobres;

. metodologia inspirada no VER-JULGAR-AGIR-REVER (Avaliar) (Leste 2).

-A participação da comunidade é fundamental no processo de formação para que ela toda seja formada e formadora.

- Que as equipes de formação, quando da organização dos seus trabalhos, levem em conta os diferentes níveis de caminhada e o tipo de engajamento das pessoas (Sul 1).

Meios/Instrumentos:

- Para que essa formação se torne viável, a Igreja, em seus diversos níveis, deve investir recursos humanos e financeiros para:

. formação de líderes para os diversos campos de ação cristã; formação para os diversos ministérios;

. criação de bibliotecas;

. elaboração de subsídios;

. criação de centros de treinamento;

. utilizar os MCS para a formação e formar cristãos para atuar nos MCS (Norte 1).

- Retiros para os leigos para questionar, avaliar a atuação da comunidade (Nordeste 2).

- Como instrumentos da formação dos leigos, são utilizados atualmente e devem ser mais desenvolvidos:

. as Comunidades Eclesiais de Base;

. a participação em movimentos populares e grupos de jovens;

. a participação nos diversos movimentos eclesiais, especialmente se adequadamente inseridos na pastoral da Igreja local;

. a participação na própria ação pastoral, especialmente quando planejada e constantemente avaliada; a participação no Conselho Paroquial, que também pode promover encontros especialmente destinados à formação dos agentes de pastoral e dos leigos;

. a participação na liturgia (...) e nos momentos fortes, valorizados por iniciativas catequéticas e pastorais (CF, Novena de Natal, Mês Vocacional, Mês da Bíblia, etc.).

. Cursos de formação teológica e escolas de pastoral, promovidos também em paróquias e localidades rurais, e Institutos permanentes de formação catequética nos centros maiores (Leste 2).

-A criação de Equipes Diocesanas de Formação. A existência da equipe possibilitará:

. pensar e executar a formação dos leigos;

. articular todos os níveis e organismos de formação das Dioceses (Sul 1).

2.5.1.2. **América Latina.**

Em nível de América Latina realizaram-se várias reuniões nas grandes regiões: Cone Sul, Países bolivarianos, América Central e Caribe. Aconteceram também encontros latino-americanos com a presença de bispos e leigos. Em vários desses estiveram presentes brasileiros.

Dos relatórios registramos:

Segunda Jornada do Cone Sul - 1986.

Desafios: Entre eles:

> Constatamos com aflição a carência de formação por parte do laicato. Esta se manifesta na ausência ou deficiência da capacitação nos aspectos: espiritual, doutrinal, antropológico e sócio-político. Ela nos coloca diante do desafio de encarar uma formação integral e diferenciada que leve em conta as exigências dos quadros dirigentes e das bases (CELAM, 1987, p. 36).

Pistas de respostas:

Formar cristãos que sejam:

- Capazes de testemunhar.
- Missionários em seu ambiente.
- Agentes transformadores.
- Capazes de celebrar (liturgia e vida).

Para essa formação:

- Partir da realidade e da própria vida, de modo que não se realize apenas através de cursos.

Essa formação requer:

- Ajudar a discernir os sinais dos tempos.
- Intensificar o compromisso transformador nas comunidades, movimentos e associações (Celam, 1987, p. 39-40).

Encontro de delegados latino-americano ao Sínodo - 1987.

Entre os temas indicados para discussão no Sínodo: "A formação do leigo ocupa um lugar chave na prática pastoral. Exigem-se critérios que orientem uma formação global, que leve a ação concreta, que responda as necessidades reais e mantenha a comunhão na missão" (Celam, 1987, p. 344).

2.5.1.3. **Em nível universal.**

Realizou-se em maio de 1987 uma Consulta Internacional, com duzentos participantes, em Rocca di Papa, Itália, organizado pelo Pontifício Conselho para os Leigos-PCL. Dentre toda a ampla problemática do laicato: sua identidade, pertença à Igreja, participação, encontra-se o da formação. Essa problemática está expressa nos relatórios dos diversos grupos lingüísticos.

Entre as sugestões encontramos:

- que esta formação e espiritualidade se realizem e sejam vividas nas estruturas mais simples, na base da comunidade eclesial.

- que na formação e espiritualidade haja um esforço de síntese que unifique nosso ser: corpo-alma, homem-mulher.

- que sejam integrais e integradoras, que nos permitam superar dualismos e parcializações do homem, da vida e da realidade.

- que permitam ao laicato assumir a realidade do povo e pensar a ação a partir das raízes culturais históricas, para poder projetar o futuro, a nova sociedade com base nesse fundamento.

- que a experiência histórica realizada pelos movimentos de Ação Católica Especializada e pelas CEBs, utilizando o método da Revisão de Vida, seja levada em conta como uma pedagogia que ajude a formar um laicato participante e comprometido e uma espiritualidade encarnada na ação, que - iluminada pela Palavra de Deus - se caracterize por seu testemunho. (Cf. Pontificium, 1987b, p. 26-27).

2.5.2. **Sínodo dos Bispos - 1987.**

Do Sínodo faremos registro das intervenções dos leigos, dos aspectos ressaltados pelos bispos nas intervenções e nas proposições finais.

2.5.2.1. **Apresentação dos leigos.**

Dentre as apresentações, algumas tiveram a incumbência de apresentar as indagações dos leigos que participaram da Consulta Internacional de maio de 1987. *Vicente Speche* afirmou que o momento propicia a possibilidade de uma revisão, avaliação do processo de formação dos leigos. E que os leigos possam contar "com instrumentos que capacite para transformar o mundo" (1987, p. 5). *Teresa Chooi*, da Malásia, mostrou a importância da formação de todos os membros do Povo de Deus. Salientou também a família como lugar de formação dos leigos cristãos; necessidade da formação articulada entre conteúdo intelectual e expressão de vida, e uma linguagem acessível nos documentos (Cf. 1987, p. 5-6). *Patrícia Jones* (Reino Unido) apresentou 4 pontos: 1) a formação se dá através de uma resposta ao chamado de Deus. Para viver na sociedade há necessidade de "uma visão teológica integrada de unidade do sagrado e do secular". 2) A paróquia como lugar da formação. 3) Valorização do trabalho pastoral dos leigos. 4) Preparar para realizar um papel ativo na política (Cf. 1987, p. 6).

2.5.2.2. **Bispos no Sínodo.**

Das 200 intervenções feitas pelos bispos, cerca de 18 trataram o tema da formação. Das 18 intervenções 13 foram de bispos do terceiro mundo, sendo 4 da Âfrica e 9 da América Latina. Nas intervenções, abordaram a necessidade de dar prioridade à formação, que ela deve ser integral e contínua; deve ter o caráter doutrinal e espiritual; ligada à ação no mundo e que encontre os meios adequados para sua realização.

No final do Sínodo, os bispos aprovaram 53 proposições, sintetizando as discussões feitas. A *proposição 40* falou da importância da formação dos leigos e propôs que a mesma seja uma das prioridades da Diocese e que faça parte do Plano de Ação Pastoral "de tal modo que os esforços de toda a comunidade visem essa finalidade da formação do cristão leigo"

(CNL, 1989a, p. 134). A *proposição 41* indicou os lugares e os meios de formação. Dedicou-se também à temática dos pobres "que podem ser fonte de formação para todos..." (CNL, 1989a, p. 135). A *proposição 42* enfatizou a necessidade da formação cristã levar em conta a cultura humana local (Cf. CNL, 1989a, p. 136). E a *proposição 43* discorreu sobre a formação especializada, dizendo "conceda-se especial atenção à formação dos intelectuais que se dedicam aos estudos filosóficos, econômicos, científicos e etc. que possam influenciar toda vida social" (CNL, 1989a, p. 136).

2.5.3. **Exortação Apostólica Christifideles Laici do Papa João Paulo II.**

O documento que concluiu o processo do Sínodo sobre a Vocação e Missão dos leigos, apresentado pelo Papa João Paulo II, contempla a formação com o *capítulo nº 5.* O Papa sinaliza que este é um dos desafios da Igreja. Utilizando a linguagem evangélica da videira, intitula o referido capítulo de "Para que deis frutos".

A formação deve possibilitar ao leigo ter uma relação pessoal com Deus, a viver sua fé e, conseqüentemente, transformar a sociedade a partir da perspectiva do Reino de Deus.

Do Documento extraímos:

- A formação deve estar entre as prioridades das Igrejas Particulares e deve fazer parte do plano de pastoral de conjunto.

- A formação deve ter como objetivo possibilitar aos cristãos a descoberta de sua vocação e missão.

- A formação deve ser integral possibilitando viver a unidade de membro da Igreja e cidadão da sociedade humana. Articular Fé e Vida, Evangelho e Cultura.

- Aspectos da formação: espiritual, doutrinal e doutrina social da Igreja.

- Formadores - Colaboradores de Deus Educador:

Deus "é o primeiro e grande educador de seu Povo". A Igreja Universal, a Igreja Particular, a Família, Escola, grupos associações e movimentos.

- O Papa enfatiza que a formação é um direito e um dever de todos os cristãos. E salienta que os pobres devem ter a possibilidade de formação, bem como podem "ser fonte de formação para todos".

- Chama a atenção para a formação dos formadores.

- Salienta a necessidade da formação estar muito ligada com a cultura local.

- A formação não pode dispensar a utilização das ciências humanas. (Cf. CfL, 1989, p. 163-179).

2.6. **Retomando**.

1. A leitura dos documentos demonstra que nas três últimas décadas houve uma preocupação crescente quanto à formação dos leigos na Igreja Católica.

2. Os documentos da Igreja Universal e da América Latina enfatizam a necessidade de uma formação geral e uma formação específica para os leigos. Todos eles recomendam uma formação espiritual, formação doutrinal e uma formação prática. O Concílio Vaticano II assumiu a metodologia utilizada pela Ação Católica e que na América Latina foi assumida por toda a pastoral popular: o método ver, julgar e agir. No conjunto do pensamento de Medellín e Puebla os leigos devem ser formados para uma espiritualidade a partir dos desafios concretos do povo latino-americano, bem como da Bíblia, da Teologia e das Ciências Humanas para que possam assumir o processo de transformação.

No Brasil, esse caminho também se fez por uma parte significativa da Igreja. Todos os documentos da Igreja no Brasil, a partir dos anos 70, colocam-se claramente no horizonte de uma Igreja comprometida com as classes populares.

3. Dos relatórios da preparação para o Sínodo sobre os leigos, salientamos:

- a necessidade da formação (em todos os relatórios, de maneira explicita).

- os leigos, portanto, sentem que para desempenhar sua vocação e missão necessitam de uma preparação mais ampla que a catequese da primeira eucaristia.

- a realidade e seus desafios, a busca da transformação são elementos presentes em todos os relatórios, nos diferentes itens: objetivo, metodologia e conteúdo. Há os que mostram que a formação tem que partir da prática, das perguntas que são feitas a partir do engajamento, como mostra hoje a vivência das Comunidades Eclesiais de Base.

- Quanto ao objetivo: deve levar à concretização do Objetivo Geral da Igreja no Brasil (Sul 1), à formação de uma consciência crítica (Norte 1) e atingir a pessoa nos aspectos: humano-afetivo, sócio-político, bíblico-teológico, espiritual-litúrgico e profético-missionário (Leste 2).

- Quanto ao processo a formação deve ser conjunto (Norte 1) que atenda a pessoa na sua integridade (Leste 2), que articule fé e vida (Norte 1, Nordeste 1, e 2, Leste 2 e Sul 1), que

ajude na emergência de uma consciência crítica (Sul 1) e que leve em conta o objetivo geral da Igreja do Brasil (Sul 1).

- Quanto ao conteúdo: É forte a ênfase quanto à necessidade de conhecer a realidade, a capacidade de analisar conjuntural e estruturalmente essa realidade. O conteúdo deve nascer dos desafios da vida dos cristãos e não simplesmente da doutrina. Todos enfatizam, também, ser indispensável essa reflexão articular-se com a Bíblia e a Teologia, com uma espiritualidade que leve a viver a fé no interior de uma sociedade contraditória. Enfim um conteúdo que integre a dimensão afetiva, social, teológica e espiritual, uma formação que faça dos cristãos, missionários.

- Quanto à metodologia, como assinalamos anteriormente, deve partir da prática, articulando ação-reflexão. A utilização do método ver-julgar-agir. O regional Norte 1 coloca que metodologicamente deve-se trabalhar com pequenos grupos. E o regional Sul 1 enfatiza a importância da capacitação da comunidade no processo de formação.

- Quanto aos instrumentos: vários são apresentados. Enfatizamos apenas a colocação do Regional Sul 1 sobre a Equipe Diocesana de Formação. A equipe como está proposta é fundamental para definir objetivos, conteúdo, enfim planejar e executar a formação. Nela devem estar presentes os leigos.

- Os relatórios falam dos desejos, dos discursos e das muitas experiências. Mas sentimos que os leigos ainda participam pouco desse processo. Nos relatórios percebemos, às vezes, certa confusão entre objetivos, conteúdo e metodologia. As dificuldades arroladas pelo Regional Sul 1 são as mesmas em termos de Brasil, variando umas mais, outras menos, conforme a região e a Igreja Particular. As dificuldades mais importantes, de maneira geral, são: muitas dioceses não assumem a formação como prioridade; os conteúdos, apesar de todos os esforços, continuam ainda voltados para dinâmica interna da Igreja; há pouca participação dos leigos nas decisões quanto ao planejamento e execução da formação e quanto ao investimento financeiro.

4. As questões apresentadas pelos leigos do Brasil têm muito em comum com os países da América Latina e nos demais países do terceiro mundo.

5. As inquietações sobre a formação repercutiram no Sínodo. Um dos bispos do Brasil fez uma intervenção nesse sentido.

As manifestações dos leigos e do Sínodo levaram o Papa a abordar, na Exortação Apostólica, a temática da formação. O documento incorpora muitas das colocações dos leigos. Porém fica numa postura mais geral; apesar de colocar a questão da contribuição das ciências

humanas e sociais, a ênfase poderia ser mais eloqüente. Não incorpora em seu discurso a prática consagrada do método ver-julgar-agir.

6. Parece-nos que, pelas proposições, os desafios para os leigos e para sua Igreja são grandes. Como promover uma formação integral e diferenciada? Como preparar os formadores? Como lograr que com a formação os cristãos saiam da dinâmica interna da Igreja? Como atingir o conjunto dos leigos? Como efetivar uma participação efetiva nas decisões e execução nesse processo? Como investir mais na formação dos leigos?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A PEDAGOGIA DA FORMAÇÃO DOS LEIGOS CATÓLICOS

ANTONIO GERALDO DE AGUIAR

2º Volume

CAMPINAS, SP
1996

V 02
27513
667/96
R$ 11,00
20/04/96
CM-00086938-3

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FE/UNICAMP

Aguiar, Antonio Geraldo de
Ag93p A pedagogia da formação dos leigos católicos / Antonio Geraldo de Aguiar. -- Campinas, SP : [s.n], 1996.

Orientador : José Luiz Sigrist.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Igreja católica - Educação. 2. Leigos (Religião) - Formação - Igreja católica. 3. Leigos (Religião) - Educação - Igreja católica. 4. Leigos (Religião) - Dioceses - Igreja católica - Lins (SP). 5. *Educação libertadora. I. Sigrist, José Luiz. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E DE TABELAS 9

ABREVIATURAS E SIGLAS 11

INTRODUÇÃO 14

Primeira Parte - **O LEIGO, SUA PRESENÇA E FORMAÇÃO.** 19

Capítulo I - QUEM É O LEIGO? 19

1. O Leigo: das primeiras comunidades ao século XIX 20

2. O leigo no século XX 26

3. Retomando 36

Capítulo II - O LEIGO NA IGREJA CATÓLICA 40

1. Período de 1889-1930 40

1.1. A situação brasileira 40

1.2. A situação da Igreja 42

1.3. A presença dos leigos 46

2. Período de 1930 a 1945 51

2.1. A situação brasileira 51

2.2. A situação da Igreja 54

2.3. A presença dos leigos 58

3. Período de 1945 - 1964 63

3.1. A situação brasileira 63

3.2. A situação da Igreja 69

3.3. A presença dos leigos 77

4. Período de 1964 a 1990 87

4.1. A situação brasileira 87

4.2. A situação da Igreja 91

4.3. A presença dos leigos 104

Capítulo III - A FORMAÇÃO DOS LEIGOS 147

1. Período anterior ao Concílio Vaticano II 147

2. A Formação dos leigos no pós-Concílio Vaticano II 151

Segunda Parte: **O LEIGO, SUA PRESENÇA E FORMAÇÃO NA IGREJA PARTICULAR DE LINS.** 181

Capítulo I. A REGIÃO NOROESTE, A IGREJA E OS LEIGOS 181

1. 1908 a 1964 182

1.1. A situação da região 182

1.2. A presença da Igreja 191

1.3. A presença dos leigos 198

2. De 1964 a 1990 202

2.1. A situação da região 202

2.2. A Igreja na Região 208

2.3. A presença dos leigos 230

Capítulo II - A FORMAÇÃO DOS LEIGOS NA IGREJA PARTICULAR DE LINS 232

I - Princípios Orientadores 233

II - A Formação na Igreja de Lins 241

1. Secretariado Diocesano de Pastoral. Conselho Diocesano de Pastoral 241

2. Áreas Pastorais 253

2.1. Coordenação de Catequese 254

2.2. Coordenação de Liturgia 266

2.3. Juventude 267

2.4. Fé e Política 280

3. Comunidades Eclesiais de Base - CEBs 294

4. Instituto Teológico de Lins "D. Pedro Paulo Koop": ITEL 304

4.1. Seu nascimento 304

4.2. Sua estrutura 306

4.3. Atividades 307

4.4. Retomando 322

Capítulo III - DIOCESE DE LINS: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO LIBERTADORA 324
1. Período de 1908-1960 324
2. Período de 1964 a 1990 334
CONSIDERAÇÕES FINAIS 365
BIBLIOGRAFIA 372
Anexos e Apêndices 389
Resumo 401
Abstract 403

LISTA DE FIGURAS E DE TABELAS

1. QUADROS:

Quadro 1 - Movimentos no Brasil - distribuição pelas Dioceses Brasileiras..... 112

Quadro 2 - Pastorais no Brasil - distribuição pelas Dioceses Brasileiras..... 121

2. GRÁFICOS

Gráfico 1 - Movimentos no Brasil - distribuição pelas Dioceses Brasileiras..... 113

Gráfico 2 - Pastorais no Brasil - distribuição pelas Dioceses Brasileiras..... 122

Gráfico 3 - Distribuição Participantes - 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987..... 136

Gráfico 4 - Distribuição dos Centros de formação por Dioceses e Regionais - 1991..... 162

Gráfico 5 - Dioceses e Centros de Formação por regiões do país - 1991..... 163

3. FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Diocese - 1990..... 181

Figura 2 - Capas das Novenas de Natal - 1982-1990..... 246

Figura 3 - Desenho sobre a realidade do bóia-fria, tirada do 6° encontro da Novena de Natal de 1982..... 249

Figura 4 - Capas do 1° e 2° Volumes - 1ª Eucaristia..... 263

Figura 5 - Folheto: Eleições ... a voz do povo..... 290

Figura 6 - Folheto Educação Política - 1982..... 291

Figura 7- Representação do processo do método Ver-Julgar-Agir..... 359

Figura 8 - Método Ver-Julgar-Agir - Interação dos três momentos..... 361

4. TABELAS

Tabela 1 - Comissão de Direitos Humanos existentes nas Dioceses Brasileiras - 1991..... 124

Tabela 2 - Numero das Dioceses com CEBs - 1991..... 127

Tabela 3 - Idade dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987..... 134

Tabela 4 - Estado Civil dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987..... 135

Tabela 5 - Nível de escolaridade dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 135
Tabela 6 - Distribuição dos participantes conforme representação no 1° Encontro Nacional de leigos - 1987 136
Tabela 7 - Distribuição dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos conforme representação e regionais - 1987 137
Tabela 8 - Pastorais Representadas e número de delegados no 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 138
Tabela 9 - Movimentos representados e número de delegados no 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 139
Tabela 10 - Participação em atividades eclesiais e entidades da sociedade civil dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 139
Tabela 11 - Participação em atividades eclesiais dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 140
Tabela 12 - Engajamento em entidades da sociedade civil dos participantes do 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 141
Tabela 13 - Sobre a existência de centros de formação nas dioceses - 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 158
Tabela 14 - Participação e duração dos cursos freqüentados pelos representantes das dioceses no 1° Encontro Nacional de Leigos - 1987 159
Tabela 15 - Distribuição dos centros de formação pelas dioceses e pelos regionais da CNBB - 1991 161
Tabela 16 - Distribuição dos centros de formação pelas dioceses e nas grandes regiões do país - 1991. 163
Tabela 17 - População da Região Noroeste no período de 1905-1940 186
Tabela 18 - Imigrantes na região noroeste 187
Tabela 19 - População de municípios da região noroeste. 203
Tabela 20 - População geral municípios - Diocese de Lins. 204
Tabela 21 - População urbana e rural de municípios - Diocese de Lins 204
Tabela 22 - Principais produtos da região. 207

ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

AA	Decreto Apostolicam Actuositatem do Concílio Vaticano II
AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
ACE	Ação Católica Especializada
ACO	Ação Católica Operária
AEC	Associação de Educação Católica do Brasil
AI-5	Ato Institucional nº 5
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AUC	Ação Universtária Católica
Cân.	Cânone
CC MM	Congregações Marianas
CDC	Código de Direito Canônico/1983
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEBI	Centro de Estudos Bíblicos
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CELAM	Conselho Episcopal Latino-americano
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CERIS	Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CESEP	Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular
CF	Campanha da Fraternidade
CfL	Christifideles Laici
CJC	Comunidade de Jovens Cristãos
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNC	Comissão Nacional do Clero
CNL	Conselho Nacional de Leigos
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
Conc. Vat.	Concílio Vaticano II
Coord.	Coordenação
CPO	Comissão Pastoral Operária
CPT	Comissão Pastoral da Terra

CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVX	Comunidade de Vida Cristä
Dioc.	Diocese
ECC	Encontro de Casais com Cristo
EN	Evangelli Nuntiandi
Enc.	Encontro
GS	Constituição Pastoral Gaudium et Spes do Concílio Vaticano II
IBRADES	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISER	Instituto Superior de Estudos da Religião
ISPAC	Instituto Superior de Pastoral Catequética
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JECF	Juventude Estudantil Católica Feminina
JECM	Juventude Estudantil Católica Masculina
JIC	Juventude Independente Católica
JK	Juscelino Kubitschek
JOC	Juventude Operária Católica
JOCF	Juventude Operária Católica Feminina
JUC	Juventude Universitária Católica
LEC	Liga Eleitoral Católica
LG	Constituição Dogmática Lumen Gentium do Concílio Vaticano II
MAC	Movimento de Adolescentes e Crianças
MCC	Movimento de Cursilhos de Cristandade
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério de Educação e Cultura
Medellín	Conclusões da II Assembléia Geral do CELAM, 1968
MFC	Movimento Familiar Cristão
MMM	Movimento para um Mundo Melhor
Mov.	Movimento
OFS	Ordem Franciscana Secular
ONU	Organização das Nações Unidas
PANIB	Pastoral Nipo-brasileira
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Nacional

PDT	Partido Democratico Trabalhista
PJ	Pastoral da Juventude
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PO	Pastoral Operária
PPC	Plano de Pastoral de Conjunto
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSD	Partido Social Democrático
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Puebla	Conclusões da III Assembléia Geral do CELAM, 1979
SAR	Serviço de Assistência Rural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TLC	Treinamento de Liderança Cristã
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Abreviaturas Diocese de Lins (SP)

CDC	Coordenação Diocesana de Catequese
CDP	Conselho Diocesano de Pastoral
IPPH	Instituto Paulista de Promoção Humana
ITEL	Instituto Teológico de Lins
SEDAP	Secretariado Diocesano de Ação Pastoral

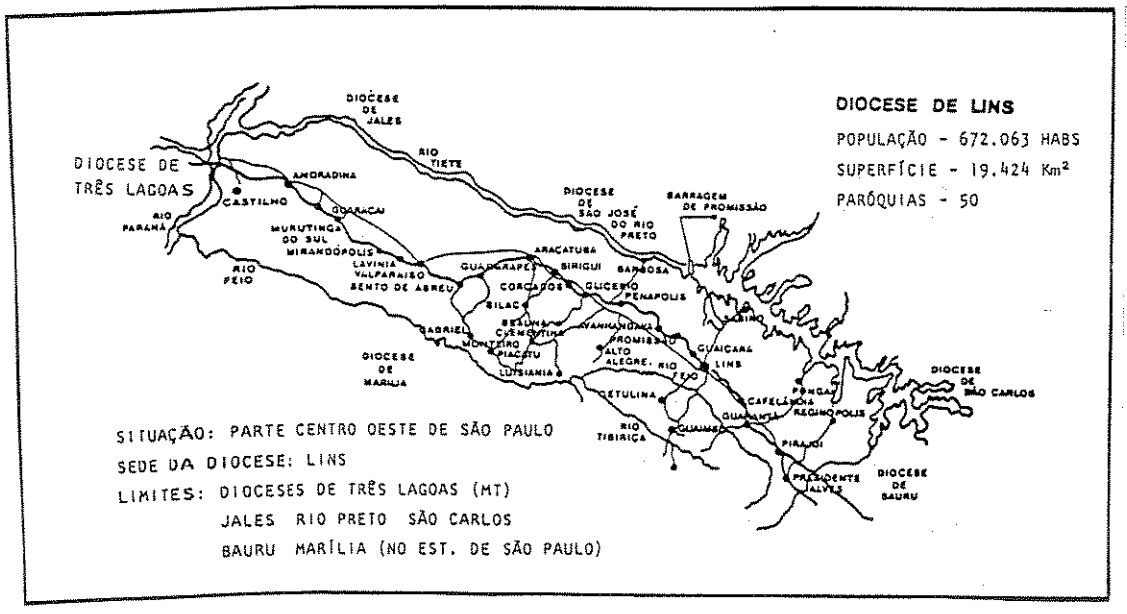
SEGUNDA PARTE : O LEIGO, SUA PRESENÇA E FORMAÇÃO NA IGREJA PARTICULAR DE LINS.

Capítulo I- A REGIÃO NOROESTE, A IGREJA E OS LEIGOS.

Buscaremos neste capítulo, de maneira sintética, situar a região noroeste, onde está a Diocese de Lins [1] quanto ao processo de povoamento e aos aspectos econômicos, sociais e políticos. Abordaremos, também, os principais fatos e acontecimentos da vida da Igreja Católica na região, distribuindo-os em dois períodos: de 1908 a 1964 e de 1964 até nossos dias. O primeiro período, tendo início com a chegada dos frades capuchinhos em Penápolis, marca a criação da Diocese da Noroeste, com sede em Cafelândia e depois em Lins e uma prática pastoral muito tradicional. O segundo implica mudança na vida da Igreja Particular: a convivência entre um modelo tradicional e a emergência do novo, impulsionado pelo Vaticano II e pelas Conferências de Medellín e Puebla. No desenrolar do Vaticano II, tomou posse, em 1964, como bispo em Lins, D. Pedro Paulo Koop que assumirá o processo de mudança.

A Diocese de Lins compreende 41 municípios da Região Noroeste, Centro-Oeste do Estado de São Paulo, de Presidente Alves a Castilho, cortada pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A., e tendo como limites, à direita, o rio Tietê e, à esquerda, o rio Feio. Com o mapa abaixo, fica clara a geografia da diocese.

Figura 1 - Mapa da Diocese de Lins.



[1] A Diocese de Lins, em 1994, foi dividida, criando-se a Diocese de Araçatuba. A Diocese de Lins ficou com 23 municípios e com cerca de 270.000 habitantes, conforme o Censo de 1991. O nosso trabalho refere-se à Diocese de Lins, anterior à divisão.

Lins, sede do bispado, faz parte da Baixa Noroeste. Em 1908, as linhas da estrada de ferro chegaram onde hoje é a cidade de Lins, tendo a estação ferroviária recebido o nome de Albuquerque Lins, que foi nome da cidade, em homenagem ao então Presidente do Estado de S. Paulo. Em 1913, o povoado tornou-se Distrito de Paz e, em 1919, município. Nesse último ano, também foi criada a Paróquia de Santo Antônio de Lins, a primeira da noroeste. Como toda região, o município cresceu rapidamente; em 1927, dezenove anos após o início do povoamento, possuía 38.000 mil habitantes, sendo 6.000 na cidade (Cf. Magalhães, 1954). Sua economia teve por base o café e o algodão. Em 1950, tornou-se sede do bispado. Segundo o Censo de 1991, conta com 59.221 mil habitantes, sendo 55.019 na zona urbana e 4.202 na zona rural, correspondendo a 92,9% e 7,1% respectivamente.

Apesar da diversidade das micro-regiões e dos municípios, apresentaremos rapidamente alguns elementos sobre a região.

1. 1908 a 1964.

1.1. A situação da região.

A região noroeste do Estado de S. Paulo no começo do século era praticamente habitada pelos índios Caingangues. Nos mapas da época essa região era assinalada como "região desconhecida e habitada por índios" ou "terra de progresso". Segundo os estudiosos da região, a presença do homem branco e do povoamento se deu por dois fatores: um militar e um econômico. Do ponto de vista militar, havia a necessidade de um outro caminho para se chegar a Mato Grosso. O utilizado era o da navegação fluvial, através do Rio do Prata, que a partir da metade do século passado, tornou-se dificultado pelas tensas relações com o Paraguai. Nesse sentido foram criadas as colônias militares de Itapura e Avanhandava em 1858. No bojo da discussão militar elaborou-se um projeto de construção de uma estrada de ferro ligando a província do Mato Grosso ao resto do país. Do ponto de vista econômico, foi o plantio do café que impulsionou a exploração das terras da região. O café, depois de sua plantação em território fluminense, estendeu-se para as regiões de Campinas e Norte de S. Paulo. Prosseguiu sua marcha penetrando nas regiões da Noroeste e da Alta Paulista. A penetração do homem branco efetivamente se deu a partir da construção da estrada de ferro em 1905. Porém, há registro de famílias que penetraram na região no século passado, além da já citada presença militar. Essa penetração se deu a partir da região de Penápolis e de Pirajuí.

Por volta de 1842, chegaram algumas famílias, vindas através de Rio Preto, para Santa Cruz do Avanhandava, onde hoje é a cidade de Penápolis. Em 1888, na região de Pirajuí, o Cel. Pizza estabeleceu seu domínio, com a plantação de café.

1.1.1. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

A construção da estrada teve seu início em 1905, a partir de Bauru. Até o final dos anos 10, Bauru tornou-se um entroncamento de várias linhas de trens, a Sorocabana, Noroeste e Paulista, interligando várias regiões do Estado, que até então tinham ligação apenas com a capital. A estrada Noroeste foi construída em tempo recorde; em

> 1906, na mesma época em que eram inaugurados os primeiros 92 Km na altura de Lauro Muller, fundava-se a estação de Araçatuba (Km 280) de onde os trilhos (deixando o espigão) eram lançados na direção do Rio Tietê, alcançando Itapura em 1910. Ali fez-se a articulação com a estrada que a 'Itapura-Corumbá' inaugurou nesse mesmo ano, unindo assim Bauru a Porto Esperança às margens do Rio Paraguai, numa extensão de 1273 quilômetros (Beozzo, 1969, p. 773).

O trecho entre Araçatuba e Jupiá seguiu o Rio Tietê. Esse traçado tornou-se inviável por conta dos permanentes surtos de malária que, por conseqüência, impediram o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos. Na década de 20 decidiu-se por uma variante da ferrovia atingindo a Alta Noroeste, "lançando-a sobre o espigão que medeia entre os vales do Tietê e do Aguapeí". A estrada de ferro provocou o surgimento e/ou crescimento de várias cidades da região. No período de 1905 a 1920 podemos citar Pirajuí, Lins, Penápolis, Birigüi e Araçatuba. Nos anos 20 e 30, Guararapes e Andradina.

1.1.2. Os índios Caingangues.

A construção da estrada de ferro se fez ao preço de muitas vidas. Os trabalhadores tinham que enfrentar além do pesado trabalho, a malária, os índios e a chamada 'úlcera de Bauru'. Retornar para suas casas era quase impossível, pois tendo que voltar a pé, pela estrada aberta, temiam os índios. Dessa forma se viam obrigados a seguir em frente. Os conflitos entre os índios, os trabalhadores da estrada e os colonos eram constantes. As turmas da estrada de ferro contavam com um grupo de bugreiros para afugentar os índios que, na maioria das vezes, assassinava-os. Apesar das mortes de ambos os lados, foram os índios que pagaram o maior preço ao progresso: seu aniquilamento. Até 1920, os índios praticamente tinham sido dizimados. O impacto sobre as populações indígenas foi violento; em menos de 10 anos a estrada de ferro se impôs. O eng. Olsen teve sua turma atacada entre Birigüi e

Araçatuba. Para a maioria da população, os índios eram selvagens e não deviam impedir o progresso.

> Os conflitos avançavam conforme a construção da estrada também avançava e as turmas da estrada recorriam a expedientes cada vez mais brutais, à medida que crescia a resistência indígena: roupas contaminadas com varíola, deixadas nas pontas dos trilhos, açúcar misturado com arsênico, colocado ao alcance dos indígenas e o uso indiscriminado de armas de fogo (ITEL, Curso Básico:II, 1990, p. 09).

Por volta de 1912, o Mal. Rondon selou um acordo com os índios, fixando-os em aldeamentos, como o de Hector Legru (Promissão). Um relato minucioso do processo de pacificação desses índios, que contou com indígenas Caingangues do Paraná, encontra-se em Conferência pronunciada em 1913 por Horta Barbosa. Nessa Conferência, Barbosa procurou também desmistificar a fama de cruéis dos referidos índios, criada pela opinião pública paulista. Nesse ano, os frades capuchinhos "abriram um núcleo de catequese entre os Caingangues na embocadura do Ribeirão das Marrecas, onde hoje se situa a cidade de Panorama na margem esquerda do Rio Paraná. Durou esse trabalho até o ano de 1915" (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 12). O tratamento dado aos índios foi objeto de discussão na imprensa paulista. Em 1909, houve um debate através do jornal "O Estado de S. Paulo" entre o Ten. Dr. Manoel Rabello, do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), positivista, e Bento da Cruz, proprietário, coronel na região, político atuante em várias localidades, entre elas Penápolis, Araçatuba e Bauru. Para compreender a mentalidade da época, vejamos alguns pontos desse debate. Ten. Rabello referindo-se a uma notícia de ataque dos índios a um grupo de trabalhadores que faziam a medição da fazenda Dourados, e que foram repelidos, por duas vezes, a bala, afirmou:

> Por ocasião da minha recente estadia na zona da Noroeste, fui informado da existência dessa e de outras turmas que, com a maior imprudência, penetravam no território habitado pelos índios e que legitimante (sic) lhes pertence, abrindo picadas e derrubando as mattas, facto que é sempre recebido pelos selvicolas como invasão nos seus dominios, que heroicamente estão defendendo (In. Martins, 1968, p. 214).

O tenente comunicou o fato ao então coronel Rondon e pediu das autoridades providências para "cohibir os abusos e restabelecer o regimen legal". Bento da Cruz iniciou seu artigo criticando as afirmações feitas pelo tenente e defendeu a propriedade afirmando

> Assegura a constituição da República (art. 72) o pleno direito de propriedade, salvo as restricções de desapropriação por utilidade e necessidade públicas, assim mesmo envolvendo a obrigação natural da indemnização. E, pura e simplismente o que estão fazendo taes agrimensores e os habitantes da zona, pouco importa que aos índios tal não agrade, é livre exercicio do direito de propriedade (Martins, 1968, p. 215/216).

E Bento da Cruz deixou claro também o confronto de interesses entre os civilizados e os índios, afirmando: "São dois interesses que se repellen: O da civilização e o da conservação dos indios em seu estado nomade, dando pasto às suas tendencias sanguinarias e reivindicatorias. É obvio que aquelle não deve ceder a este" (Martins, 1968, p. 216). Dos antigos habitantes hoje encontramos poucos remanescentes. Temos três reservas indígenas no Oeste paulista, a de Araribá, em Avaí, a de Vanuire em Tupã e a de Icatu em Braúna. Nessas duas últimas encontramos ainda alguns Caingangues, que já perderam quase totalmente sua cultura e trabalham como bóias-frias nas fazendas da região. A reserva de Icatu fica na Diocese de Lins.

1.1.3. O povoamento.

À medida que a estrada foi avançando, os índios foram sendo dizimados, vários núcleos de povoamento foram surgindo e o café tomando conta da região. A população cresceu num curto espaço de tempo. Para os dados e referências sobre o processo de povoamento da região noroeste, utilizaremos o artigo *Noroeste Paulista: aspectos demográficos*, de José Oscar Beozzo.

O povoamento se deu de 1905 a 1940. A primeira leva ocorreu de 1905 a 1920, de Bauru a Araçatuba e a segunda de 1920 a 1940, de Araçatuba às margens do Rio Paraná, com a construção da variante da estrada de ferro.

Inicialmente chegaram os trabalhadores da estrada, os pioneiros, vindos da região onde o cultivo do café estava decadente, de Bauru e de Minas Gerais, da Bahia e do Nordeste. Estes trabalharam na construção da estrada de 1905 a 1910. Também chegaram ao mesmo tempo pessoas para desbravar as florestas e iniciar a exploração da terra, com o plantio do café, em Penápolis, Lins e cerca de 2.000 famílias instaladas entre Araçatuba e Birigüi, pela Companhia de Terras Madeireiras e Colonização, fundada por um grupo de proprietários da região, em 1914. Os primeiros agrupamentos que foram chegando eram na maioria de homens e solteiros. A presença dos velhos e das crianças era insignificante. Dos homens, cerca de 70% eram da faixa de 18 a 40 anos, portanto em plena capacidade para o trabalho. Nos primeiros anos, dadas as condições precárias, a mortalidade era maior que a natalidade. Aos poucos foram chegando famílias, entre elas as dos imigrantes, que vinham para fixar-se na terra e não apenas para o desbravamento, e eram famílias jovens, influindo conseqüentemente na taxa de natalidade, possibilitando, dessa forma, um maior equilíbrio demográfico. Nessa fase, a cidade de Lins cresceu assumindo liderança na região. Com a abertura da variante da estrada de ferro,

a cidade de Araçatuba passou por um processo de crescimento, tornando-se um pólo aglutinador. Também foi fundamental para o povoamento da região a mão de obra dos imigrantes, em particular a dos japoneses. Para mostrar o crescimento da população apresentamos abaixo alguns dados numéricos.

TABELA 17 - POPULAÇÃO DA REGIÃO NOROESTE NO PERÍODO DE 1905 -1940

Ano	População	Taxa de Crescimento
1905 - 1920	136.000	-------
1920 - 1935	608.000	16,5%
1935 - 1940	800.000	6,3%

Apud BEOZZO, 1969, p. 778

É interessante perceber o crescimento populacional e da plantação de café. Os dados mostram uma interrelação entre esse crescimento. Em 1920, havia 722.110 pés de café e, em 1935, o número chega a 12.544.045 pés. Segundo Kameyama

> A relação de causa e efeito, entre o café e o povoamento, pode ser explicada por duas razões principais: 1) o café constituía segura e estável fonte de riqueza e 2) as lavouras cafeeiras exigiam muitas famílias de 'colonos', pois, em se tratando de cultura permanente, a mão-de-obra necessariamente se fixava na própria empresa agrícola (1969, p. 693).

Como já assinalamos, um componente da mão de obra da região foi a do imigrante, entre eles: japoneses, espanhóis, italianos, portugueses e alemães. Mas foi marcante a presença e contribuição dos japoneses. No dizer de Beozzo "a lavoura da Noroeste constituirá o banco de prova de uma experiência imigratória, inédita no Brasil! A vinda do imigrante japonês que marcará a fisionomia da região e do estado" (1969, p. 777). Os imigrantes chegaram no Brasil a partir de 1908, e muitas dessas famílias vieram diretamente para a região noroeste. Tiveram dificuldades de se adaptar ao sistema de colonos e assalariados, batalharam para ter sua pequena propriedade. Em 1936, no município de Lins, das 2.019 propriedades, 1.114 estavam nas mãos dos japoneses, conforme Beozzo. Ainda, segundo o referido autor, vejamos dados da presença dos imigrantes em 1940.

TABELA 18 - IMIGRANTES DA REGIÃO NOROESTE - 1940

Nacionalidades	Percentuais Número de Imigrantes	% Total de Imigrantes
Japoneses	31.415	54,2
Espanhóis	9.852	17,0
Italianos	9.291	16,1
Portugueses	4.279	7,3
Alemães	820	1,4
Outros	2.347	4,0
Total	58.004	100,0

Fonte: IBGE (Censo de 1940)
Apud BEOZZO, 1969, p. 780

A partir de 1940, começou um período de transição e de diminuição da população, fato ligado à decadência do café. De 1940 a 1950 há um processo de deslocamento da população dentro da própria região, de Bauru a Araçatuba, para Guararapes a Andradina. Aos poucos, e depois com mais força, nos anos 60, vemos a diminuição da população rural que se desloca para as cidades e para outras regiões. Davam-se o processo de êxodo rural e o fenômeno da urbanização. A sub-região de Lins viveu sua fase mais aguda no período de 1950-1960, quando deixaram a zona rural cerca de 106.567 pessoas. A região que vai de Araçatuba até as fronteiras do Mato Grosso teve o impacto do êxodo após 1960, mas parte da população foi absorvida pelo crescimento de Araçatuba e pela construção das barragens de Ilha Solteira e Jupiá, levando a um crescimento das cidades de Andradina, Castilho, Pereira Barreto e Três Lagoas-MS. A obra levou para a região cerca de 60.000 pessoas e fez nascer a cidade de Ilha Solteira. Os que deixaram a zona rural e não procuraram outras regiões acabaram inchando as periferias das cidades, vivendo, muitos, como bóias-frias.

1.1.4. <u>O café, seu desenvolvimento e sua decadência.</u>

Desde o início do povoamento, o café esteve ligado à vida da população que foi se fixando na região. A estrada de ferro foi um fator preponderante para o desenvolvimento da economia cafeeira e crescimento populacional. Região nova e o preço do café para exportação atraíram investimentos e mão-de-obra e as terras foram sendo ocupadas. Já vimos, neste capítulo, a relação entre o crescimento da população e o dos pés de café. Os municípios da Baixa Noroeste, Lins, Cafelândia, Getulina, e outros assumiram o café como base de sua economia até por volta de 1940, apesar da crise de 29. Essa região foi uma das maiores produtoras de

café no mundo. O cultivo do café criou nas cidades toda uma infra-estrutura para beneficiamento e venda do produto, marcando profundamente a vida desses municípios.

A crise do café, levando à decadência dessa lavoura, começou com a superprodução nos anos 20, chegando ao colapso de 1929, com o governo buscando, muito tardiamente, uma política para o café, como já vimos na 1ª Parte deste trabalho. Esse colapso atingiu também a região noroeste e teve repercussões em termos de futuro. Dentro da região houve diversidade de situações e reações. Os municípios que viviam apenas da monocultura tiveram mais dificuldades, como por exemplo, Lins. A partir de 1940, começou a diminuição da lavoura do café. A região que investiu em toda uma infra-estrutura para produção e escoamento do café, com a crise, não tinha condições de transformar essa infra-estrutura rapidamente. Segundo Kameyama, a região

> não visualizou o problema do café dentro do contexto do mercado internacional. Devido à alta rentabilidade do café, os empresários cafeicultores não quiseram inverter sua poupança em outro tipo de atividade econômica, ou se dedicar à policultura, isto porque requereria a criação de uma nova infraestrutra. Por outro lado, o café era a única atividade agrícola que oferecia segurança e estabilidade além do apoio governamental em termos de crédito, preço, etc (1969, p. 698).

O colapso econômico levou a conseqüências sociais e econômicas. Ainda segundo Kameyama, as conseqüências foram: esvaziamento populacional, o desemprego e subemprego por conta do êxodo rural e pelo baixo grau de industrialização da região, emigração dos bancos e outros.

Do ponto de vista econômico, algumas atividades conviveram com o café, outras surgiram como substituição. Alguns municípios como Araçatuba e seus vizinhos desenvolveram o plantio do algodão a partir dos anos 30, por conta da crise do café. Mas com decorrer dos anos, por conta do "alto custo de produção e dos preços baixos", houve a diminuição do seu cultivo. Araçatuba também vem dedicando-se à pecuária e ao comércio. Birigüi, no passado, era um centro de cereais, aos poucos foi se industrializando, com a indústria do calçado. Lins procurou diversificar o setor econômico, ensaiando uma articulação entre a indústria e a produção rural na década de 40, época em que a industrialização no país era palavra de ordem, como vimos anteriormente. Nesse processo encontramos a SEDALINS, para a fiação e tecelagem do fio natural de seda; a indústria de laticínios e, nos anos 60, a CIBRAL com a produção de óleo. Essas experiências não chegaram a determinar mudanças radicais na economia do município pela incapacidade dos políticos, muitos ligados à oligarquia rural. Desde a segunda metade da década de 50, Lins foi se tornando um centro estudantil,

com suas escolas de ensino superior, repercutindo no comércio e nas diversas áreas de prestação de serviços.

1.1.5. **Aspectos sociais e políticos.**

A política na região esteve ligada aos grandes fazendeiros, aos interesses da agricultura. Mesmo com o crescimento das cidades, esses interesses foram garantidos por determinados partidos, como por exemplo a UDN. Entre a Igreja e os que detinham o poder havia uma relação de convivência e de apoio. Nas eleições realizadas nos primeiros anos da década de 50, a LEC apresentou a lista de candidatos que apoiava em Lins, inclusive através de publicações no jornal *O Bandeirante*.

Em Lins, o setor rural teve o controle da política do município, praticamente até os anos 70 . Em determinados momentos a classe política teve uma visão maior do que apenas os interesses de classe . Na década de 20, houve a colocação de sarjetas, de rede de esgoto e de outros benefícios do ponto de vista da higiene e da saúde pública. Nesse período também houve a construção de uma rede de estradas de rodagem ligando o município a outras cidades e povoados da região, possibilitando um melhor escoamento da produção, de locomoção da população e fazendo de Lins um pólo aglutinador. Em 1952, a prefeitura elaborou um plano de desenvolvimento do município. Houve também momentos de falta de visão dos dirigentes municipais, como na década de 40, quando da crise do café e da implantação de algumas indústrias, que não contaram com amplo apoio dos políticos linenses.

Desde o início do povoamento da região uma preocupação foi a questão educacional. Escolas foram sendo criadas no decorrer desse período, quer oficiais, quer particulares. Quando os frades capuchinhos chegaram em 1908, em Penápolis, criaram uma classe junto ao convento. Nesse mesmo ano, em Lins, também se constituiu uma classe para atender as crianças menores. Nos anos vinte se instalaram escolas oficiais. No final dos anos 30, em Lins, a prefeitura criou a Escola Normal Livre de Lins, para a formação de professores. As escolas de segundo grau, por um longo período, estiveram ligadas ao setor particular, principalmente as de caráter confessional. Contou-se nesse sentido com a presença da Igreja Católica e Metodista. Em várias cidades foram criadas escolas católicas: Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Birigüi, Araçatuba, Valparaiso, Andradina. E também escolas Metodistas como Lins e Birigüi. Várias dessas escolas atuam até os dias de hoje. Até a década de 60, existiram os internatos, com alunos da região e do Mato Grosso. A partir dos anos 50, Lins passou a ter escolas de ensino superior também pela atuação das lideranças religiosas metodistas, como a

Faculdade de Odontologia (1954) e católicas, como a Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras (1957) e Faculdade de Serviço Social (1959). A única faculdade pública na região é a Faculdade de Odontologia de Araçatuba, criada em 1957, e hoje ligada à Universidade Estadual Paulista-UNESP.

1.1.6. **Lutas populares.**

Vejamos algumas lutas e formas de organização. Os que inicialmente lutaram em defesa de suas terras e de suas vidas foram os índios. Lutaram contra os fazendeiros e a estrada de ferro.

Com a construção da estrada de ferro, tivemos a emergência de uma categoria profissional, o ferroviário, que aos poucos foi se constituindo numa categoria bastante organizada e combativa. Em 1915, os ferroviários fizeram greve por conta de seus salários atrasados e os "da Noroeste conseguiram também que a Estrada, pertencente a um consórcio estrangeiro (belga-francês) fosse encampada pelo Governo da União" (Beozzo, 1980, p. 1). Em 1930, os ferroviários se uniram aos colonos na busca de uma reforma agrária na região. Foram responsáveis também por organizarem Cooperativas de Consumo. Em 1935, houve uma greve no Estado de S. Paulo, congregando várias categorias, ferroviários, têxteis e outras; os trens pararam em Lins. (Cf. Carone, 1976, p. 121). Ainda, segundo Carone, o Partido Comunista procurou se organizar na região Noroeste nos anos 30, tendo os ferroviários como elementos-chave. Tentativas foram feitas para organizar, em Araçatuba, o Sindicato dos Alfaiates, Costureiras e Tintureiros; em Lins houve um centro de atividades e, em Marília, Guarantã, Pirajuí e outras cidades, centros de propaganda. O Partido realizou uma Conferência da Zona Noroeste, com militantes da Noroeste, da Alta Paulista e do Mato Grosso. O quadro de militantes do partido, nesse período, era pequeno, restringindo-se ainda mais com as prisões realizadas em Lins, em 1940. (Carone, 1977, p. 222-223).

O êxodo rural, como já vimos, arrancou os trabalhadores do campo, tirando-os de sua condição de colonos e transformando-os em bóias-frias e assalariados. Esse processo criou uma situação social bastante grave. A Igreja, a classe política e outros setores da sociedade buscaram saídas para a situação. Surgiram os Centros Sociais e buscou-se a criação da Faculdade de Serviço Social, como instrumento para a solução dos referidos problemas. Tivemos também, nos primeiros anos de 60, o movimento de sindicalização rural em nossa região, com explícito apoio da Igreja Católica.

1.2. A presença da Igreja.

Junto com os trabalhadores e colonos que foram chegando na Noroeste, chegou a religião católica e também uma presença institucional da Igreja. Os católicos levantaram Cruzeiros e construíram capelas em honra a seus santos de devoção, muitas vezes a do santo do fazendeiro ou de sua família. Mas o povo também possuía suas devoções e os seus santos. No inicio do povoamento e depois na zona rural, a religião aconteceu pela prática e ação dos leigos.

As primeiras capelas foram construídas com a instalação das colônias militares. Na colônia de Avanhandava foi "edificada por ordem do Imperador, uma capela, dedicada à Nossa Senhora do Carmo, a qual recebeu das mãos imperiais, sino e imagem" (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese de Lins, 1976, p. 11). Na região de Reginópolis encontramos, em 1882, Pe. Jeremias José Nogueira, "que tinha propriedade e escravos na região e que dota a capela, ao mesmo tempo que exerce o ministério sacerdotal" (ITEL Curso Básico:IV, 1990, p. 08). A capela era dedicada a Nossa Senhora Rainha dos Anjos. No início do século, em 25/11/1904, foi rezada a primeira missa na capela de S. Sebastião, no povoado de S. Sebastião de Pouso Alegre, fundado em 1902, onde hoje é a cidade de Pirajuí. Os Toledo Piza, chegaram com colonos, nessa região, no final do século passado, por volta de 1888.

Em 1908, teve início de maneira institucional e permanente a presença da Igreja Católica na Noroeste com a chegada dos frades capuchinhos, a convite do Cel. Bento da Cruz e de José Eduardo Castilho, em terras da região de Penápolis, onde instalaram seu convento e o povoado de Santa Cruz do Avanhandava.

Do ponto de vista da organização eclesiástica, a região Noroeste pertenceu, até 1919, à paróquia de Bauru, criada em 1897, por D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, bispo de S Paulo. A partir de 1908, passou a pertencer à Diocese de Botucatu, criada nessa data, pelo Papa Pio X. Nessa ocasião criou-se a Arquidiocese de S. Paulo e as dioceses de Botucatu, São Carlos, Ribeirão Preto, Campinas, Taubaté, no Estado de S. Paulo e de Curitiba, no Paraná.

1.2.1. Atividades pastorais de 1908-1926.

1.2.1.1. O trabalho missionário.

Nos primeiros vinte anos, o trabalho da Igreja dependeu da ação missionária dos Capuchinhos, em Penápolis, e dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus, em Bauru e

1.2. A presença da Igreja.

Junto com os trabalhadores e colonos que foram chegando na Noroeste, chegou a religião católica e também uma presença institucional da Igreja. Os católicos levantaram Cruzeiros e construíram capelas em honra a seus santos de devoção, muitas vezes a do santo do fazendeiro ou de sua família. Mas o povo também possuía suas devoções e os seus santos. No início do povoamento e depois na zona rural, a religião aconteceu pela prática e ação dos leigos.

As primeiras capelas foram construídas com a instalação das colônias militares. Na colônia de Avanhandava foi "edificada por ordem do Imperador, uma capela, dedicada à Nossa Senhora do Carmo, a qual recebeu das mãos imperiais, sino e imagem" (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese de Lins, 1976, p. 11). Na região de Reginópolis encontramos, em 1882, Pe. Jeremias José Nogueira, "que tinha propriedade e escravos na região e que dota a capela, ao mesmo tempo que exerce o ministério sacerdotal" (ITEL Curso Básico:IV, 1990, p. 08). A capela era dedicada a Nossa Senhora Rainha dos Anjos. No início do século, em 25/11/1904, foi rezada a primeira missa na capela de S. Sebastião, no povoado de S. Sebastião de Pouso Alegre, fundado em 1902, onde hoje é a cidade de Pirajuí. Os Toledo Piza, chegaram com colonos, nessa região, no final do século passado, por volta de 1888.

Em 1908, teve início de maneira institucional e permanente a presença da Igreja Católica na Noroeste com a chegada dos frades capuchinhos, a convite do Cel. Bento da Cruz e de José Eduardo Castilho, em terras da região de Penápolis, onde instalaram seu convento e o povoado de Santa Cruz do Avanhandava.

Do ponto de vista da organização eclesiástica, a região Noroeste pertenceu, até 1919, à paróquia de Bauru, criada em 1897, por D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, bispo de S Paulo. A partir de 1908, passou a pertencer à Diocese de Botucatu, criada nessa data, pelo Papa Pio X. Nessa ocasião criou-se a Arquidiocese de S. Paulo e as dioceses de Botucatu, São Carlos, Ribeirão Preto, Campinas, Taubaté, no Estado de S. Paulo e de Curitiba, no Paraná.

1.2.1. Atividades pastorais de 1908-1926.

1.2.1.1. O trabalho missionário.

Nos primeiros vinte anos, o trabalho da Igreja dependeu da ação missionária dos Capuchinhos, em Penápolis, e dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus, em Bauru e

depois em Pirajuí. Em 1909, D. Lúcio Antunes de Souza, 1° Bispo de Botucatu, criou o Curato de Penápolis, que atendia um vasto território que hoje compreende parte das dioceses de Lins, Marília, São Carlos, Rio Preto e Jales. Os frades, como já vimos, desenvolveram um trabalho de catequese com os índios, de 1912 a 1915, na embocadura do Ribeirão das Marrecas. Os Missionários do Sagrado Coração chegaram em Bauru em 1913 e deram atendimento às capelas de Jacutinga e Presidente Alves. Em 1916, D. Lúcio criou a Capela de Pirajuí, para atendimento de inúmeras capelas, núcleos e fazendas que se abriram, trabalho esse entregue aos referidos missionários. Atuavam através da desobriga anual, visitando as capelas, fazendas, celebrando missas e festas dos padroeiros, fazendo batizados, catequese, casamentos e confessando. Esse trabalho tinha início após a semana santa. A visita era feita na base da mula, do barco, do trem, etc. Esse trabalho durava cerca de seis meses. (Cf. ITEL, Curso Básico:IV, 1990). Nesse período, o Bispo de Botucatu realizou várias visitas pastorais na região.

1.2.1.2. **As paróquias.**

A partir dos anos vinte, se processou a criação de paróquias, elemento básico na vida da Igreja, constituindo dessa forma uma estrutura eclesiástica na região. A primeira paróquia a ser criada foi a de Santo Antônio do Campestre, em Lins, no dia 13 de junho de 1919, por D. Lúcio Antunes, Bispo de Botucatu. Em 1925, foram criadas as paróquias de Pirajuí, Presidente Alves, Avaí, Reginópolis, Promissão, Cafelândia (Carmo), Avanhandava, Penápolis, Glicério, Araçatuba, por D. Carlos Duarte Costa, 2° Bispo de Botucatu, que ficou conhecido como Bispo de Maura e fundador da Igreja Católica Brasileira.

O vigário tinha que atender a matriz e suas capelas. Havia paróquias com 30 a 40 capelas rurais, e nelas estava a maior parte da população, dos anos 20 a 50. Havia capelas com 1.500 a 2000 pessoas, às vezes mais que a população da matriz. O atendimento permanente era na matriz e nas capelas maiores, as demais eram atendidas pelo método da desobriga anual. Fora desse período a vida religiosa no dia-a-dia estava nas mãos do povo. Nos distritos e povoados a capela era cuidada por zeladores; nas fazendas, dependia do fazendeiro, inclusive para o transporte dos padres. Essa dependência reforçava os fortes laços da Igreja com os fazendeiros, proprietários de terra. As capelas tinham sua vida em torno das festas dos padroeiros e das festas juninas. A população da zona rural

> nunca teve a tradição de freqüentar a missa dominical ou freqüentar os sacramentos da confissão e da eucaristia, de modo regular e constante. Sua religião sempre foi mais doméstica, com a reza diante de uma estampa do santo de sua devoção, com a reza do terço nas festas de alguns santos como São Pedro e Santa Luzia, Imaculada e Assunção,

> celebração da festa do padroeiro da capela. O único sacramento de prioridade absoluta era o do batismo, conseguido com o padre ou com alguma parteira ou puxadora de reza, quando a criança corria risco de vida. (...) Durante a semana santa tentavam ir à cidade, para participar da procissão do Senhor Morto na sexta-feira santa. (ITEL, Curso Básico: IV, 1990, p. 13).

Na paróquia o centro convergente era o padre, os fiéis dependiam em tudo dele. Na Matriz e em algumas capelas fundaram-se associações, confrarias, como as Congregações Marianas, Filhas de Maria e Vicentinos.

1.2.2. A Criação da Diocese da Noroeste.

A organização da Igreja, na região, se completou com a criação da Diocese de Cafelândia pelo Papa Pio XI, através da bula *Ea Est In Praesenti*, em 1926. A Diocese pertenceu, do ponto de vista jurídico, à Arquidiocese de S. Paulo até 1958, quando foi criada a Arquidiocese de Botucatu. Como vimos anteriormente, a população da noroeste de 1905 a 1935, excluídos os índios, chegou de praticamente zero a 608.000 habitantes, sem contar a região da Paulista. A necessidade de atender religiosamente essa população e a necessidade de evitar ou lutar contra os inimigos da Igreja, o comunismo, o protestantismo e o espiritismo, devem ter determinado a criação da referida diocese, numa região de apenas vinte anos de povoamento. A sede da diocese deveria ter sido Lins, mas por motivos políticos foi para Cafelândia. Magalhães, num livro sobre a história de Lins, afirma que o projeto de D. Duarte era criar o bispado de Bauru. Pe. João Careli, vigário de Lins, em conversas com o bispo, quando de uma visita à cidade, procurou argumentar em favor de Lins, mostrando que Lins, em termos de região, era mais central do que Bauru. Depois de um tempo, D. Carlos Duarte constituiu uma comissão pró-criação do bispado em Lins e esteve várias vezes na cidade. Deu início à construção da Catedral e à arrecadação de fundos para a construção do palácio episcopal. Houve, por volta de 1925, atritos entre a comissão e o bispo por causa do dinheiro para constituição do patrimônio da diocese. Esse foi um dos fatores para que Cafelândia se tornasse a sede do bispado. Segundo Magalhães, "Soube-se, posteriormente, que para essa mudança de orientação teria D. Carlos aceitado a oferta generosa de um capitalista de Cafelândia, para que a sede do Bispado fosse aquela simpática localidade, que ao tempo era uma vila embrionária e silenciosa" (1954, p. 108). A Diocese de Cafelândia compreendia, quando de sua criação, os territórios da atual Diocese de Lins e de Marília. No período de 1926-64, que estamos analisando, a diocese teve três bispos. O primeiro, D. Atico Eusebio da Rocha, que tomou posse, em 1929. Era baiano, de Inhambupe. Em 1922, foi nomeado bispo para Santa Maria-RS, de onde foi transferido para Cafelândia e em 1935, para a Arquidiocese de Curitiba. O

segundo bispo, D. Henrique César Mourão, carioca e membro da Congregação Salesiana. Foi nomeado bispo de Campos-RJ, em 1925 e transferido para Cafelândia, onde tomou posse em 1936 e morreu em 1945. Realizou várias obras em Lins, onde tinha um escritório permanente. O terceiro bispo foi D. Henrique Gelain, gaúcho, nomeado bispo de Cajazeiras em 1945, transferido para Cafelândia em 1948 e em 1964 para Vacaria-RS. Por ocasião de sua posse escreveu uma Carta Pastoral sobre o *Coração Imaculado de Maria e de saudação a seus diocesanos.* D. Gelain executou a transferência da sede da diocese para Lins, ocorrida em 1950 e também trabalhou para a criação da Diocese de Marília, que se deu em 1952.

1.2.3. **Atuação pastoral de 1926 a 1964.**

1.2.3.1. **Educação.**

Nos anos 30 a atuação da Igreja diocesana, a exemplo de como se processou no conjunto da Igreja do Brasil, (conforme segundo capítulo, da primeira parte) desenvolveu parte de sua ação apostólica através da criação de creches, asilos, hospitais, escolas. A educação dos jovens foi uma preocupação da Igreja na região noroeste e, em particular, de D. Henrique Mourão, levando-o a criar o Colégio Diocesano em Lins, para rapazes, e a construir o respectivo prédio. O Colégio teve seu funcionamento a partir de 1937, e foi vendido aos salesianos em 1942. Como um departamento do Colégio Diocesano funcionou a Escola Normal Livre N. S. Auxiliadora, para moças, o qual, em 1943, foi vendido para as Irmãs Salesianas. D. Mourão criou também a Escola de Comércio, com funcionamento noturno, anexo ao Colégio Diocesano, e o Seminário Diocesano.

A questão da educação é sempre permanente na vida da Igreja. D. Gelain, sucedendo a D. Mourão, procurou atuar nesse campo e com a colaboração de Mons. Pasetto, Vigário Geral, lutou para a criação de duas faculdades na cidade de Lins. Em 1957, tiveram início as atividades da Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras - FAL, das Irmãs Salesianas, voltada para a formação de professores. Em 1959, as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, a pedido da diocese, instalaram o curso de Serviço Social. A faculdade começou suas atividades num período de mudanças na realidade brasileira e de profunda crise social na região, pelo êxodo rural. A escola foi pensada como um instrumento que pudesse ajudar na busca de soluções dos problemas sociais da região, particularmente os vividos pela crise da zona rural. A instalação da escola contou também com o apoio da Legião Brasileira de Assistência-LBA e o Serviço Social Rural-SSR. Este, motivando uma atuação junto às massas vindas do campo, forneceu bolsas de estudos para as duas primeiras turmas. Se verificarmos os

Trabalhos de Conclusão de Curso, vamos encontrar vários relatando os trabalhos desenvolvidos junto à população rural. A atuação do Serviço Social, nessa época, se colocava numa perspectiva de promoção social e desenvolvimentista.

Encontramos, em vários lugares, referências à ação da Igreja junto às escolas do Estado, através do ensino religioso.

1.2.3.2. **Imprensa.**

Como instrumento para divulgação da doutrina católica e do pensamento da Igreja no período que estamos analisando foram criados três jornais. Os dois primeiros com vida curta. Em agosto de 1937, um grupo de pessoas decidiram pela criação de um jornal em Marília, para ser porta voz da Ação Católica. D. Henrique Mourão ampliou a proposta e aprovou "a fundação do *Correio Diocesano*, (como) órgão noticioso e Doutrinário da Diocese de Cafelândia". Foram diretores do jornal: Mons. Adauto Rocha e Pe. Victor R. Mazzei. O Jornal escreveu muito sobre a AC, noticiou os eventos diocesanos e acontecimentos da região de Marília, da Igreja em geral. Em 10 de outubro de 1937 publicou na íntegra a Carta Pastoral do Episcopado sobre o comunismo ateu. O segundo jornal foi o *Nosso Jornal* fundado em Cafelândia, em 1946, quando era Vigário Capitular da Diocese de Cafelândia Mons. Victor Ribeiro Mazzei. E o terceiro jornal, *O Bandeirante,* foi fundado em 1953, como jornal oficial da Diocese de Lins; circulava semanalmente e teve sua existência até 1972. O jornal publicava notícias da diocese, da Igreja do Brasil, do Vaticano, dos principais eventos de caráter diocesano, artigos sobre o comunismo, educação, reforma agrária, família, etc. A partir de 64 houve mundanças de enfoque no tratamento de vários temas. Em outros momentos faremos referências a notícias e artigos desses três jornais.

1.2.3.4. **A Ação Católica.**

A exemplo de outras partes do Brasil, a região Noroeste contou com a ação dos leigos, por intermédio da Ação Católica. D. Atico, como membro do episcopado, aprovou a criação e os estatutos da AC em 1935. A partir do final da década de 30 e no decorrer da década de 40, organizou-se a AC na diocese com seus quatro ramos: Homens, Senhoras, Juventude Masculina e Feminina. No *Correio Diocesano* de 17/10/37 lemos:

> Estamos na época da ação e não das palavras. Muitos católicos falam, mas não praticam. Certamente porque ignoram a religião. A Ação Católica é a onda prodigiosa de ensinamentos e atividades entre os católicos. Alistae-vos na Ação Católica e vivereis o vosso batismo (1937, p. 2).

Em janeiro de 1945 D. Henrique Mourão enviou uma circular aos padres para que constituíssem grupos de moças tendo em vista a criação da JEC. O Vigário Geral ficou encarregado de coordenar esses trabalhos. Na circular foi indicada uma bibliografia básica para o trabalho.

D. Henrique Gelain ao chegar à Diocese, fez, em sua Carta Pastoral, uma saudação aos membros da AC e manifestou seu compromisso.

> À Ação Católica, obra providencial e necessária, para a eficácia do apostolado dos leigos nos tempos modernos, manifestamos o Nosso entusiasmo e prometemos, aos seus devotados membros, a Nossa assistência, não medindo sacrifícios, para o êxito completo de tôdas as campanhas de dilatação do reino de Cristo no indivíduo, na família e na sociedade (1948, p. 38).

No final dos anos 50 e nos primeiros anos da década de 60, existiram na diocese núcleos da ACE com a JEC, JUC e JOC, "Dezfazia-se o equívoco de que Igreja e Mundo eram irreconciliáveis e de que Igreja se identificava com Paróquia" (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 15). Em 1961, realizou-se uma reunião dos bispos da Arquidiocese de Botucatu, em Lins, e na ocasião produziram a *Primeira Pastoral Coletiva da Província Eclesiástica de Botucatu.* Nessa Carta afirmaram ter confiança no trabalho da AC, já que "dessas organizações, por pequeno que seja o número dos componentes, grandes podem ser os resultados" (Dioc. Lins, O Bandeirante, 19/08/61, p. 1).

1.2.3.5. <u>Os Círculos Operários e sindicalização rural.</u>

Na diocese, os círculos operários também se fizeram presentes e tiveram sua atuação, mesmo quando em nível nacional perdiam sua força. Foi através deles que o processo de sindicalização rural dos anos 60 ocorreu na Noroeste de S. Paulo. O Círculo Operário de Lins foi fundado em 16/11/47, com a preocupação de "dar aos operários linenses melhores dias". Reunia trabalhadores de ambos os sexos, de qualquer profissão, "como fim de formar uma organização cristã, forte e perfeita, para defender os interesses comuns de todos os trabalhadores". Atividades desenvolvidas: ambulatório médico, gabinete dentário, consultas jurídicas, internamentos, corte e costura, alfabetização e outros cursos. (Cf. O Bandeirante de 13/08/60, p. 3). Em outubro de 1961, realizou-se um Encontro dos Círculos da Noroeste, em Lins, em preparação ao Congresso Circulista, em São Paulo, previsto para 1962. Presentes: Andradina, Araçatuba, Bauru, Birigüi, Penápolis, Lins e Murutinga do Sul. No mês seguinte, em novembro, aconteceu uma Concentração de Trabalhadores Agrícolas, em Lins, vindos de todas as paróquias da diocese. Participaram cerca de 2000 trabalhadores. Esse encontro foi iniciativa da *Federação dos Círculos Operários do Estado de S. Paulo.* O bispo diocesano

esteve presente. Nessa ocasião criou-se a *Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de Lins*. Na concentração das CC MM, em dezembro de 1961, em Birigüi, Pe. Ariento Domenicci falou sobre a Associação dos Trabalhadores Rurais e motivou os marianos a apoiarem e a participarem dessa associação. Dada a importância da Associação, em 1962 e 1963, o Pe. Ariento teve uma coluna "A voz dos trabalhadores rurais", no Jornal *O Bandeirante*, abordando os temas: Associação dos Trabalhadores Rurais, comunismo, socialismo, documentos papais, etc. A Associação passou a existir também em Penápolis, Getulina e Promissão. Esses dados foram coletados no referido Jornal, dos anos de 1961 e 62. Em 9 de junho de 1962, na coluna "A Voz dos Trabalhadores Rurais" ele noticiou que a Associação de Lins foi transformada em Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lins, com apoio da diocese. E fez um elenco de várias associações e vários sindicatos que foram criados no Estado de S. Paulo, em 1961 e 1962, com maciço apoio da hierarquia, inclusive indicando os bispos que os apoiavam. E afirmou: "É oportuno salientar que a Igreja não tem ficado ausente desses movimentos em prol da Sindicalização. A sua atuação é de tal ordem que já tem provocado a ira de alguns círculos mais reacionários". (1962, p. 2).

1.2.3.6. **Ação Apostólica junto aos imigrantes japoneses.**

A Igreja Diocesana teve uma preocupação particular pelos imigrantes japoneses, quer acompanhando às família católicas que vieram, quer no sentido de converter os demais. Junto com os imigrantes vieram para a região cerca de 30 famílias que eram católicas. O atendimento aos japoneses foi feito por sacerdotes que visitavam as diversas colônias, pelos padres jesuítas que por um período assumiram a paróquia de Promissão, e pelo Pe. Norberto Kondó, do clero diocesano, de 1946 a 1953.

1.2.3.7. **Plano de Emergência e Movimento do Mundo Melhor.**

No segundo capítulo da primeira parte, analisamos esses acontecimentos na vida da Igreja e apresentamos o pensamento de Benedetti sobre o MMM e sua articulação com o Plano de Pastoral, o que ocorreu também em Lins. Vários cursos e retiros foram feitos na linha do Movimento para um Mundo Melhor. O Bandeirante de 23/05/59 noticiou a presença do Pe. Lombardi, em São Paulo, e procurando enaltecer o valor dos Exercícios Espirituais, salientou que tinham uma preocupação mais comunitária, chamando a atenção do bem comum, dos outros e não apenas da dimensão pessoal, como nos retiros tradicionais. D. Henrique Gelain participou com os bispos brasileiros do Congresso Eucarístico de Curitiba, em 1960, e do

Retiro Espiritual pregado pelo Pe. Lombardi, "o inspirado microfone de Deus". Em 1963, houve um Curso em Botucatu, no qual Lins se fez representar. E o retiro do clero da Diocese de Lins, nesse ano, foi na linha dos Exercícios Espirituais do Mundo Melhor, com a equipe nacional do movimento. Em 1964, há registro de dois cursos, em Lins e Penápolis, para o povo em geral.

A partir do clima criado pelos cursos do Mundo Melhor e pela urgência da implementação do Plano de Emergência, o bispo diocesano criou em 1963 o Secretariado Diocesano da CNBB. Esse secretariado era composto por um sacerdote, uma religiosa e dois leigos. Referindo-se ao Curso realizado em Penápolis, *O Bandeirante* afirmou ser uma "iniciativa necessária à introdução do Plano de Emergência". Nesse período, vários cursos de renovação paroquial foram realizados com o objetivo de "despertar a consciência cristã e a mobilização das forças religiosas para a atuação da vida paroquial" e, dessa forma, poder aplicar o Plano de Emergência. As associações e os movimentos também tiveram encontros e cursos sobre o referido Plano.

Do começo do século até os anos 60, embora se modificando conforme as épocas, a Igreja nessa região atendia sacramentalmente as massas, tinha uma atuação social através de instituições de caridade e buscava atingir a juventude através das escolas católicas. Em fins de 50 e começo de 60, a Igreja diocesana, como no conjunto da Igreja do Brasil, começou um processo de abertura, passando de uma visão assistencialista para a de promoção social, através da Ação Católica.

1.3. <u>A presença dos leigos.</u>

A maioria absoluta da população era católica e vivia intensamente sua fé. Os católicos tinham sua forma de expressá-la e de participar da vida da Igreja. Lemos no livro do Cinqüentenário da Diocese:

> "A fisionomia espiritual de nossa gente refletiu-se de início, no Cruzeiro, nas Capelas, no 'Rezador', no 'Tirador de Terços', nas festas dos padroeiros, nas procissões, nas novenas, na 'desobriga', nas missões, no catecismo de perguntas e respostas, nos funerais e em outras expressões" (1976, p. 14).

Era o povo vivendo sua fé. À medida que a organização eclesiástica foi se impondo com a criação das paróquias, o padre foi se tornando o centro. Com as paróquias foram surgindo organizações de participação dos leigos sob o rígido controle do padre. Os leigos, do ponto de vista de participação e decisão, eram meros figurantes. "As paróquias, no seu conceito

jurídico, apresentavam-se mais como organização do que comunidade. O centro convergente era o Vigário. Os fiéis dependiam em tudo do sacerdote, limitando-se a receber" (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 15).

1.3.1. As Irmandades, Associações...

Com as paróquias foram surgindo associações de massas. Tiveram presença forte e organizada em nível diocesano as Congregações Marianas, as Filhas de Maria, o Apostolado da Oração, os Vicentinos, a Cruzada Eucarística e, nos anos 50 e 60, a Legião de Maria e o Movimento Familiar Cristão. As Associações "trabalhavam, colaboravam em campanhas sociais, caritativas, religiosas" (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 15). Cuidavam das festas, da catequese, colaboravam com o ensino religioso nas escolas, atuavam na LEC. Elas existiam nas Matrizes e em capelas maiores.

As Congregações Marianas e as Pias Uniões de Filhas de Maria tinham como preocupação atingir os jovens. Ao lado das várias atividades que realizavam nas paróquias, procuravam formar os seus membros para serem praticantes de sua fé, conhecedores e defensores da doutrina católica. Além das reuniões semanais realizadas nas paróquias e capelas, havia retiros diocesanos para os marianos e filhas de maria, de início, por ocasião do Carnaval. Outro instrumento eram as Concentrações Diocesanas. Os marianos as realizavam pelo menos uma por ano. Nessas concentrações havia palestras, como meio para formação, momentos de celebração e atividades culturais e esportivas. Há registro de alguns desses eventos. O *Correio Diocesano*, noticiou em 19/9/37, a 1ª grande concentração oficial da Diocese de Cafelândia, dos Congregados, com muitos jovens marianos, em Marília. Essa concentração envolvia outras dioceses do Estado de S. Paulo. Participaram cerca de 3.000 pessoas, estando também presente o Pe. Cursino, de S. Paulo. Em 1951, aconteceu uma concentração em Lins, sendo a primeira após a mudança da sede da diocese. *O Bandeirante* deu notícias de Concentrações Marianas em 1958 (Birigüi e Pirajuí); 1959 (Andradina), com 1612 participantes, de 4 dioceses; 1960 (Araçatuba), com 3500 participantes da Noroeste e da Paulista, tendo como um dos objetivos a formação. Esteva presente o Pe. Paulo de Souza, Diretor Nacional das CC MM. Além de palestras a todos os participantes, houve específicas para os dirigentes sobre 'Seleção, formação e ação' e também sobre o Plano Trienal de outubro/60 a outubro/63 em comemoração do IV Centenário das CC MM; 1961 (Birigüi), onde informou-se sobre a Associação dos Trabalhadores Rurais; 1962 (Penápolis), com 1.500

participantes e encontro de dirigentes para orientação e ação e, 1963, em comemoração ao IV Centenário da fundação das CC MM. Sobre a importância das Congregações, lemos no Livro de Tombo algumas considerações feitas por D. Gelain, quando da nomeação de um Diretor para a Federação Mariana, em 1952:

> Considerando a eficácia e atualidade das Congregações Marianas, pelo seu número crescente, pela espiritualidade de suas santas regras e pela vitalidade interior que viceja o espírito apostólico. Considerando a necessidade de congraçamento da juventude mariana, para um trabalho conjunto e uniforme de formação e apostolado com apego à hierarquia e às normas da Santa Igreja... (10/01/52, p. 84).

As Pias Uniões das Filhas de Maria seguiram o mesmo caminho dos Congregados. A Federação Mariana Feminina foi criada em 31/10/1954. Em 1958, aconteceu uma concentração em Araçatuba, com a presença de 1.800 Filhas de Maria. Em 1960 encontro das dirigentes das Pias Uniões, com 73 participantes, tendo como tema: Meios de formação das Filhas de Maria. Em 1963, reunião dos sodalícios femininos da diocese, com a presença de 111 Filhas de Maria, com o tema de aprofundamento: o Plano de Emergência da CNBB.

Os Vicentinos sempre atuaram na assistência junto aos mais pobres e tiveram seu Conselho Central Diocesano Vicentino de Lins criado em 30/11/1952.

A Legião de Maria se organizou na diocese a partir da segunda metade dos anos 50. Em 1962, realizaram um Congresso da Cúria Regina Mundi, com participação de todos os grupos da diocese e também com representantes das dioceses de Botucatu e Rio Preto.

Na *Primeira Pastoral Coletiva da Província Eclesiástica de Botucatu,* os bispos manifestaram seu reconhecimento às Associações e aos movimentos Legião de Maria, Movimento Familiar Cristão e Equipes de Nossa Senhora e também ao trabalho do Fraterno Auxílio Cristão.

1.3.2. **Círculos Operários.**

Como vimos no tópico anterior, os Círculos Operários se organizaram na diocese e atuaram também na sindicalização rural. "De 1961 a 1964, os lavradores organizaram-se em sindicatos nos seguintes municípios: Presidente Alves, Pirajuí, Lins, Penápolis, Braúna, Piacatu, Birigüi, Araçatuba, Rubiácea, Guararapes, Bento de Abreu, Valparaíso, Lavínia, Mirandópolis, Guaraçai e Andradina" (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 89). Esse trabalho foi possível graças à atuação dos leigos. Não encontramos registro de atuação específica, por parte da Igreja, com relação a outras categorias, como os ferroviários, que tinham uma organização forte em toda a região.

1.3.3. **Ação Católica.**

A Diocese da Noroeste não ficou alheia aos apelos do Papa para a implementação da Ação Católica. Os leigos foram chamados a participar. A partir do final dos anos 30, se organizou e atuou a Ação Católica Geral, com seus vários ramos. Nessa fase houve também alguns núcleos de estudantes ligados à Juventude da AC. Na metade dos anos 40 há notícias sobre a JOC na região. O *Correio Diocesano* tinha um coluna da AC. De 6 a 13 de março de 1938 aconteceu a 1ª semana de Estudos e Oração da AC da diocese, em Marília, com a participação de 60 moças. Temas: AC, Batismo, Cristo, a Igreja e a Sociedade, ação da elite sobre as massas. No ocasião, Pe. Mazzei falou "da necessidade absoluta e urgente da AC para se opor ao materialismo que leva a sociedade contemporanea banir de seu meio toda a idéia e sentimento cristão" (13/03/38). De 1945 a 1948, enquanto Vigário Capitular, Mons. Victor Mazzei se empenhou para que a AC funcionasse na Diocese. De 4 a 7 de junho de 1946, houve um tríduo solene na Catedral de Cafelândia com Mons. Adelmo Machado e Pe. Francisco Brandão, de Maceió-AL, com palestras, círculos de estudos e resoluções práticas. Esse tríduo aconteceu, também, em outubro, em Lins e em novembro, em Marília e Araçatuba.

Em 1950, o bispo diocesano aprovou para a diocese os novos estatutos da ACB. Na década de 60 tivemos os núcleos da ACE. Houve tentativas da organização da JAC e JOC mas sem maiores resultados. A JEC se organizou principalmente nas cidades onde havia escolas católicas. Em 1961, realizaram-se encontros diocesanos da JECF e JECM. Os dois contaram com a presença da equipe regional. No encontro da JECM vários temas foram tratados: noção de JEC, nucleação, capitalismo, socialismo, comunismo, doutrina social da Igreja, política estudantil, revisão agrária, diretrizes de base e planejamento do trabalho diocesano. Em 1963, houve uma semana da AC, em Guararapes, com o tema *O Jovem da AC no mundo atual*, com assessoria do Pe. Aristeu Cirilo, de Botucatu. E a JECF realizou uma Semana de Estudos em Penápolis, sobre tema *Igreja*, que foi desenvolvido sob os principais aspectos à luz dos problemas atuais do nosso século, com assessoria do Pe. Victor Assuiti. Com a criação das faculdades em Lins, se organizaram grupos da JUC.

2. De 1964 a 1990.

2.1. A situação da região.

Procuraremos apresentar os principais elementos sob os pontos de vista demográfico, econômico, social, político e da organização popular do período em questão, concentrando-nos na realidade atual. Dividiremos nossa apresentação em aspectos, para maior facilidade de apresentação, embora os vários fatores interpenetrem-se. Certamente haverá muitas lacunas dada a complexidade e amplitude do assunto e das particularidades de cada micro-região e município.

2.1.1. Aspectos demográficos.

A situação do povo nessa região foi e é a de "um povo em movimento". Em 1960, 60% da população vivia na zona rural. Essa situação se modificou entre 1960 e 1970, pois "houve um grande êxodo provocado pela erradicação do café e a entrada das pastagens e do boi: cerca de 250.000 pessoas aproximadamente, deixaram nossa Região e foram morar em centros maiores, principalmente São Paulo, Campinas, Americana..." (ITEL, Curso Básico:II, 1990, p. 12). As cidades maiores da região também receberam parte da população vinda da zona rural, levando a um crescimento das periferias e, nos anos seguintes, a um efetivo processo de urbanização Gradativamente a população foi se concentrando em cinco cidades da região. Nas últimas décadas, a população da região diminuiu e depois voltou a crescer lentamente. Em 1960 tínhamos 619.958 habitantes, em 1970 caiu para 559.163, em 1980 há uma pequena recuperação chegando a 581.546 e em 1991 houve um crescimento maior que na década anterior, chegando a 672.063. O resultado do censo de 1991 foi além de uma projeção do IBGE, feita em 1989, segundo a qual, a população seria de 619.176 e ficou aquém de uma projeção mais otimista, feita pelo SEADE (Fundação Estadual de Análise de Dados), segundo a qual a região deveria chegar a 700.000. A população da região, como demonstram os dados, cresceu na última década, embora não de maneira uniforme. Esse fato vem reforçar as pesquisas de alguns estudiosos, que afirmam que já era "esperada uma diminuição dos fluxos emigratórios do Oeste Paulista, área tradicionalmente expulsora de população...". Esse fato, de outro lado, levou a um "aumento da mobilidade intra-regional". (In: ITEL, Curso Básico: 2, p. 3).

Para percebermos o processo de urbanização e concentração nas cidades maiores, vejamos alguns dados comparativos.

TABELA 19 - POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO NOROESTE

Município	1960	1970	1980	1991
Andradina	38.430	51.661	47.663	52.352
Araçatuba	81.263	108.658	129.637	159.499
Birigüi	31.315	35.013	50.918	75.054
Lins	47.939	45.628	51.077	59.221
Penápolis	28.941	34.386	40.381	48.088

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 1960 - 1970 - 1980 - 1991

Andradina, na última década, voltou a crescer, retomando a população de vinte anos atrás. O alto crescimento revelado em 1970, no caso de Andradina, mostra mais um processo de deslocamento da população na região, por intermédio da construção das Usinas Hidroelétricas de Ilha Solteira e Jupiá. Com o término das obras, a população novamente se colocou em movimento, levando a uma diminuição, como percebemos nos dados da década seguinte. Além dos trabalhadores da região, muitos vieram de diversas partes do Brasil. Essa obra foi construída no período do chamado 'milagre brasileiro'. As cidades dessa região se viram de uma hora para outra obrigadas a receberem um grande número de pessoas sem as condições necessárias. Quando as cidades estavam se adaptando à nova situação, as obras foram concluídas e suas populações diminuíram. A construção provocou uma série de problemas sociais, entre eles, a desestruturação de muitas famílias. Os peões ou barrageiros casados quando vieram trabalhar em Ilha Solteira e Jupiá, deixaram nas cidades de origem suas famílias. A distância e os salários impediam visitas constantes e diversos acabaram constituindo outra família na região. Com o fim das obras, muitos foram trabalhar em Tucuruí, no Pará e em Itaipu, no Paraná e os mesmos problemas se repetiram. No decorrer das obras, pesquisas foram feitas, entre elas uma por Beozzo, na qual chamou "a atenção das autoridades para que um planejamento a longo prazo permita reabsorver dentro da região esta população, sem criar um imenso fenômeno de desemprêgo e o triste espetáculo do êxodo forçado" (1969, p. 786). As autoridades estadual e federal não estavam preocupadas com esse tipo de questão. No caso de Lins, a diminuição da população entre 1960 e 1970 decorreu do êxodo rural já assinalado; os dados de 80 e 91 demonstram um processo de aumento populacional. Podemos, certamente, afirmar que o crescimento de Andradina, Lins e Penápolis foi apenas vegetativo. Birigüi e Araçatuba efetivamente cresceram.

Para percebermos melhor a concentração da população na região em torno dos 5 maiores municípios, apresentamos um quadro onde estão os dados desses municípios em comparação com os outros 36 que compõem a Diocese de Lins.

TABELA 20 - POPULAÇÃO GERAL DOS MUNICÍPIOS DA DIOCESE DE LINS

Anos	Total de habitantes dos 5 maiores municípios	F%	Total de habitantes	F%	Total	
1960	222.861	36,0	397.097	64,0	619.958	100,0
1970	275.346	49,7	283.817	50,7	559.546	100,0
1980	319.676	55,0	261.870	45,0	581.546	100,0
1991	394.214	58,7	277.849	41,3	672.063	100,0

Considerando os 41 municípios que compõem a diocese de Lins, a população foi se concentrando nos municípios de Andradina, Araçatuba, Birigüi, Lins e Penápolis chegando a praticamente inverter a situação de 1960. O Censo de 1991 nos mostra que 58,7% da população estão nesses municípios e 41,3% nos outros 36 municípios. A região retoma, depois de 30 anos, o mesmo patamar de 1960. Dentre os 36 municípios, o de Promissão foi o que teve maior crescimento. No conjunto dos 41 municípios, o de Birigüi foi o que mais cresceu, seguido de Promissão. No reverso, dos 36 municípios, 18 tiveram sua população diminuída na última década. O crescimento nas cinco maires cidades levou a uma modernização do comércio, a uma ampliação do setores de serviços e da indústria. Este último setor cresceu muito em Birigüi. Esse fenômeno de concentração populacional coloca também questionamentos sérios do ponto de vista pastoral.

Acrescentando outros dados, vejamos os números dessas cinco cidades, divididos em zona urbana e rural.

TABELA 21 - POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE MUNICÍPIOS DA DIOCESE DE LINS

Município	População 1960		População 1970		População 1970	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Andradina	21.188	17.242	43.465	8.196	42.036	5.627
Araçatuba	53.759	27.504	86.930	21.728	116.467	12.900
Birigüi	18.721	12.594	27.154	7.859	45.348	4.729
Lins	32.384	15.555	38.198	7.430	44.771	6.306
Penápolis	14.400	14.541	24.597	9.789	32.168	8.213

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - População Urbana e Rural - 1960 - 1970 - 1980 - 1991

No conjunto das tabelas percebemos que Araçatuba se tornou o pólo mais importante da região. Um fator determinante dessa realidade foi a consolidação de uma economia com base na agro-indústria. Em 1960, com exceção de Penápolis, a população desses municípios já

se concentrava na zona urbana e desde então o processo foi se ampliando. Araçatuba e Birigüi, em 1980, tinham praticamente 90% da população na cidade. "O povo mudou de lugar. Saiu das pequenas cidades e da zona rural e foi para os grandes centros ou para as cidades maiores da região" (ITEL, Curso Básico:II, 1990, p. 13).

2.1.2. **Aspectos Econômicos, sociais e políticos.**

Nas três últimas décadas, a região passou por um processo de mudanças violentas do ponto de vista econômico. A política econômica desenvolvida pelos militares, (cf. primeira parte) repercutiu, como não poderia deixar de ser, na região. Nesses anos, o povo vem vivendo uma situação de instabilidade, de êxodo e de marginalização. E de outro lado vemos a concentração da terra e das riquezas.

Nos anos 60, a economia girava em torno da agricultura e da pecuária, mas transitando para o fortalecimento da pecuária. O cultivo do café já havia sido reduzido drasticamente e o do algodão caminhava para a mesma direção. Araçatuba que se tornara um dos centros mais importantes de produção algodoeira, entrou em crise. No texto do 1° Plano de Pastoral da Diocese de Lins-68/69, podemos constatar uma quebra significativa na produção desse produto, através de alguns dados:

> . nos anos 65/66, no município de Araçatuba, a área ocupada pelo cultivo do algodão era de 21.660 ha e a produção atingia a 1.624.500 arrobas.
> . já em 66/67, a área deste produto caiu para 10.370 ha e a produção para 738.000 arrobas.
> . por outro lado, a área de pasto subiu de 190.000 ha para 210.000 ha. (Dioc. Lins, 1° Plano de Pastoral-68/69, p. 12).

Com o fim dos ciclos do café e do algodão, as terras da região deram lugar ao boi e à cana. O gado provocou

> a transformação dos campos de cultura em pastagens como solução mais prática, pois os investimentos para a criação do gado são baixíssimos (não há necessidade de se investir em equipamentos como acontece com o café ou outra cultura) e ocupa mão-de-obra reduzida principalmente nas regiões em que há predominância da pecuária extensiva. Por outro lado, atualmente a pecuária possui o melhor sistema creditício, incentivando a sua expansão acelerada. (Kameyama, 1969, p. 700).

Em 1975, o governo, dentro da crise do petróleo, criou o Programa Nacional do Álcool-PNA. O programa obteve apoio com créditos subsidiados, para o cultivo da cana e para a instalação de destilarias. E preferencialmente os créditos foram para às mãos dos grandes proprietários. O programa visou sustentar a indústria automobilística e também as indústrias de destilarias. O programa levou muitos pequenos proprietários a venderem a suas terras, ou arrendá-las. Hoje na região há 17 destilarias de álcool. Esse fato implicou mudanças

na estrutura agrária da região. As melhores terras próprias para o cultivo de cereais foram destinadas ao plantio da cana, e novamente a região retornou à monocultura. Mais uma vez o homem foi deixado de lado.

No fim dos anos 80, dos setores de atividades econômicas, o da *agropecuária* é o principal na região, incluindo os trabalhadores da indústria canavieira. A população inserida no mercado de trabalho, hoje, é, de 260.000 a 300.000; estão na agropecuária, entre 28 e 33%. Os outros ligam-se ao trabalho urbano. A maior parte dos trabalhadores rurais moram nas periferias das cidades, como bóias-frias. As usinas vêm ocupando muita mão-de-obra; há os que trabalham nas instalações industriais e os cortadores de cana. Este grupo só tem trabalho durante a safra, no período da entressafra são obrigados a procurar outra função na cidade. Além da população regional, há pessoas que são contratadas em outros estados e trazidas diretamente para as usinas, ficando, no período da safra, confinados em alojamentos precários nas próprias usinas. O *comércio* é a segunda área de atividade econômica na região, incluindo o setor de serviços como os bancos, transportes, órgãos do governo e outros. Cerca de 18% dos trabalhadores estão nessa área. A *indústria* é a terceira atividade e a maior concentração industrial é em Araçatuba e Birigüi e em menor escala em Andradina e Lins. (Cf. ITEL, Curso Básico:II, 1990, p. 20-22). Em Birigüi, cidade dos calçados, "em 1988 havia 113 indústrias, que ocupavam cerca de 9.000 operários, que produziram 20.500.000 pares de calçados" (ITEL, Curso Básico:II, 1990, p. 21). Segundo Silva (1983), Birigüi foi a cidade da região que conseguiu articular indústria e agro-pecuária. O desenvolvimento da agro-pecuária, como principal atividade da Noroeste, incentivou um processo de concentração de terras nas últimas décadas, provocada também pelas diversas políticas econômicas e fundiárias dos últimos governos, privilegiando os que já possuíam grandes propriedades.

Não podemos deixar de registrar que parte significativa da população encontra-se no setor informal da economia.

Mudanças estão ocorrendo na economia da região, inclusive na própria pecuária.

> Há alterações ocorrendo no interior da própria pecuária e também nas suas relações com o setor industrial. O rebanho está sendo aprimorado, com o uso crescente da inseminação e do transplante de embriões. Novas espécies de capins estão sendo introduzidas. Do gado solto no pasto, sem maiores cuidados, passou-se para o semi-confinamento, usando a silagem, cana e ração na alimentação.
>
> A região de Araçatuba, área tradicional do gado de corte, tornou-se também importante bacia leiteira, cujo raio de ação estende-se por mais de 100 Km, devido sobretudo à implantação da Nestlé, com todo o processo de industrialização do leite.
>
> Hoje, quase todo o gado é abatido e industrializado na própria região, pela poderosa indústria frigorífica: Mousan-Sadia (Andradina-Araçatuba); GJ Moreira (Promissão); Bertin (Lins e Pirajuí) e Frigorífico Industrial (Guararapes) (ITEL, Curso Básico:II, 1990, p. 26).

Para entender a economia da região, outro elemento é verificar a relação dos produtos de maior valor.

TABELA 22 - PRINCIPAIS PRODUTOS DA REGIÃO

Número de ordem	Produto	% sobre total
1°	gado - abat. vend.	63,6
2°	cana	11,5
3°	leite	5,1
4°	ovos	4,9
5°	milho	4,5
6°	algodão	2,8
7°	equinos	2,6
8°	café em coco	2,4
9°	tomate	1,3
10°	galinhas	1,2

Fonte: Curso Básico, 1990, p. 27

Com relação à vida do povo da Noroeste podemos salientar alguns pontos:

. A maior parte dos habitantes são jovens, cerca de 49,0% estão entre 10 e 29 anos.

. Parte significativa da população trabalha ligada à agropecuária. Especificamente 30.000 são cortadores de cana. Nas cidades maiores há um bom número no comércio e nos setor de serviços. Muitos dos que trabalham não têm registro e, portanto, não recebem nenhum beneficio social.

. A concentração da população nas cidades maiores e médias coloca questões como: subnutrição, saneamento básico, péssimas condições de saúde, falta de creches, transportes, moradia, etc. Com relação à moradia, atualmente há necessidade de aproximadamente 40.000 mil residências.

. Quanto à educação, há muita evasão e uma parcela pequena chega ao final do 1° grau, ao 2° grau e à universidade. Há cerca de 20% de analfabetos. As escolas de ensino superior estão concentradas em Lins, Penápolis, Araçatuba e Andradina.

. A política está a serviço dos que detêm o poder econômico. Os prefeitos e vereadores são membros dos partidos mais conservadores. A região, ultimamente, elegeu deputados federais ligados aos fazendeiros e contrários à Reforma Agrária. Os partidos de oposição, em particular o PT, vêm ampliando sua organização e participando em muitas cidades da região, no processo eleitoral.

2.1.3. **Organização popular.**

A luta do povo na região, através de suas organizações, tem sido uma constante. O povo vem procurando resistir às conseqüências da política de concentração de renda e da terra, que se manifesta nos baixos salários, falta de condições de saúde, de educação, enfim, de vida. Em 1964, as organizações existentes foram reprimidas, pessoas foram presas, perseguidas. Mas, lentamente foram se reorganizando. De 60 a 80, como ainda hoje, a Igreja vem tendo um papel importante na organização popular através das pastorais como a CPT, de entidades como Centro de Treinamento Agrícola-CTA, Instituto Noroestino de Trabalho, Educação e Cultura-INTEC, Instituto Paulista de Promoção Humana-IPPH, Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor-IAJES, Comissão de Justiça e Paz e outras. As CEBs estão profundamente ligadas ao movimento popular. Também teve presença marcante a Faculdade de Serviço Social de Lins, principalmente através do Projeto de Educação e Organização Popular. A partir do movimento popular, do apoio e assessoria dessas entidades, surgiram várias SABs, vários grupos de mulheres em articulação regional, associação de empregadas domésticas, luta pela saúde, assentamentos, grupos de bóias-frias e tantos outros. A partir de 80, o Movimento Sem Terra, o Grupo Linense de Educação Popular-GLEP, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Araçatuba, o Partido dos Trabalhadores somam-se às entidades já existentes, comprometidas com o movimento popular.

2.2. **A Igreja na Região.**

Do começo do século até o final dos anos cinquenta, a prática pastoral desenvolvida na diocese era a que hoje denomina-se de tradicional, preocupada mais com a sacramentalização, sem articulação fé e vida, atrelada aos grupos dominantes, aos fazendeiros, aos grandes proprietários. A partir da década de 50, as mudanças que ocorreram na Igreja, através da ACB, da CNBB, em particular do Plano de Emergência, e outros fatores repercutiram na diocese de Lins. De 1964 em diante, o processo de renovação na Igreja Particular de Lins tornou-se mais enfático, por conta do Concílio Vaticano II e pela presença profética de D. Pedro Paulo Koop, como bispo de Lins.

D. Pedro Paulo nomeado durante a realização do Concílio Vaticano II, sagrado bispo em setembro de 1964, partiu imediatamente para Roma, onde participou da terceira sessão do Concílio, chegando em sua diocese apenas no início de 1965. Era holandês, membro da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus; veio para o Brasil, onde viveu até seu falecimento, em 1988. Deixou o governo da diocese em 1980, conforme a legislação

eclesiástica, que prevê renúncia por parte dos bispos quando completam 75 anos, tornando-se Bispo Emérito da Diocese de Lins. Sucedeu a D. Pedro, D. Luiz Colussi, do clero diocesano, gaúcho, na ocasião bispo-auxiliar de Londrina-PR, transferido para diocese de Caçador-SC em janeiro de 1984. Em junho de 1984, tomou posse o Bispo D. Walter Bini, paulistano, salesiano, na ocasião membro do governo central da Congregação Salesiana, em Roma. Faleceu em trágico acidente, em junho de 1987. Em fevereiro de 1988, tomou posse o atual Bispo, D. Irineu Danelon, paulista de Piracicaba, salesiano, na ocasião de sua nomeação, provincial dos salesianos, em São Paulo.

D. Pedro Paulo profundamente marcado pelo Concílio, acionou a diocese em todos os setores. Em duas Cartas Pastorais[2] no início de seu episcopado, D. Pedro Paulo traçou as linhas principais do que chamou, na primeira delas, "Esboço de nosso programa". Por ocasião de sua sagração episcopal, em 1964, escreveu a sua 1ª Carta Pastoral na qual, além das tradicionais saudações e despedidas, lemos: "estas linhas nossas mensageiras tentarão esboçar o programa que junto convosco, desejaríamos realizar" (Koop, 1964, p. 2). Mostrou que esse programa teria como horizonte o Concílio e o Plano de Emergência, do qual fez referência explícita, quatro vezes, em duas páginas. Enfatizou que a responsabilidade do anúncio evangélico é coletiva, de toda a Igreja, Bispo, Padres e Leigos; que a paróquia e a diocese devem ser uma verdadeira comunidade de fé, de culto e de caridade; que considerava necessária e fundamental a 'participação ativa dos Leigos', afirmando

> E vimos a vós, caríssimos diocesanos, com o desejo vivo de criar em torno de vós, êsse clima de apostolado, para que sintais todos as grandes angústias vividas pela Igreja de nossos dias e deis espontâneamente vossa colaboração dentro das medidas de vossas forças e das dimensões de vossa caridade. (...) Mas repetimos, nada conseguiremos sem um Laicato imbuído. (...) Em vós, pois, Leigos da nossa Diocese, repousam nossas esperanças. (Koop, 1964, p. 4);

---

[2] D. Pedro Paulo escreveu cartas, artigos, intervenções feitas nas Assembléias de Bispos, mensagens e artigos em jornais, em Bauru e em Lins, particularmente no *O Bandeirante*. Entre seus escritos salientamos: Cartas: Carta Pastoral saudando seus Diocesanos e despedindo-se da Cidade de Bauru (1964), Carta do Bispo da diocese de Lins, ao seu presbitério (1967) e Carta do Bispo ao Povo da Diocese de Lins, sobre a Vocação para Padre na Diocese de Lins (1979). Artigos: O Bispo "Um do Povo" (Revista de Cultura Vozes, 1968), Comunidade de Base e Novo Ministério Sacerdotal (Cultura Vozes, 1968), A Encíclica Humane Vitae: análise dos argumento (em conjunto com Rademakers e Beozzo (Cultura Vozes, 1968), Lins: Comunidades em Renovação (Cultura Vozes, 1969), Uma Pastoral Nova? (REB, 1973), Pastoral familiar e paternidade responsável (mimeo, s/d) e Observações sobre o projeto do novo Código (mimeo, s/d). Intervenções: Texto de Intervenção entregue à Secretaria do Concílio Vaticano II (1965), Comunidade Cristã, Seminário Primogênito (1969), O Presbítero e sua inserção na realidade: o celibato - a profissionalização (Ass. CNBB, 1969) e Padres fora do Ministério Eclesiástico (Ass. CNBB, 1974). Mensagem do Bispo de Lins dirigida às Moças e Rapazes, reunidos em Concílio de Jovens (Lins, 1977).

os padres, são a "garantia de qualquer atividade apostólica", devem ser capazes do diálogo, e que esperava deles colaboração para "ativar as imensas energias que dormitam no zelo de nosso Laicato" e que esperava através de um trabalho organizado atingir todas as pessoas e organizações e "Se Deus permitir organizaremos a Pastoral de Conjunto". Também deixou clara sua preocupação com os mais pobres, quando falou que a paróquia deveria ser "um núcleo, donde se irradiará a atividade benéfica, sobre as regiões menos favorecidas e sobre as pessoas mais necessitas espiritual e materialmente" (Koop, 1964, p. 4). No final, saudando todos os fiéis, disse: "dos ilustres aos mais humildes, abrangendo particularmente os pobres e os doentes, uns e outros necessitados de um olhar especial, de um auxílio particular" (Koop, 1964, p. 7). Na Carta Pastoral escrita ao Presbitério, em 1967, recordou alguns ensinamentos importantes do Concílio; fez um apelo ao planejamento, urgindo o Plano de Pastoral da diocese; chamou a atenção dos elementos essenciais para a vida dos padres; explicitou a nova estrutura da diocese; relatou a situação financeira, sugerindo alternativas e apresentou um roteiro de reflexão sobre Comunidades de Base, entre outros pontos. Vejamos alguns aspectos do seu pensamento: "A diocese toda, portanto, diz respeito à solicitude de todos os sacerdotes" (Koop, 1967, p. 2). Salientou algumas características da "Igreja Conciliar": nova atitude diante do mundo, estar atenta aos sinais dos tempos, nova síntese eclesiológica e uma teologia mais trinitária e cristocêntrica. Com relação ao planejamento "(Esta carta) tem o sentido de um apelo do Bispo...para uma ação conjunta, empreender um esforço planificado que tenha como objetivo fazer o Concílio uma realidade e não uma letra morta em nossa diocese" (Koop, 1967, p. 3); e para realizá-lo colocou três pontos: estudo dos documentos conciliares, do Plano de Emergência e da realidade da noroeste. "Temos que rever e aprofundar o sentido da missão da Igreja hoje, em Lins, o sentido e o que é essencial no nosso ministério, na missão do leigo" (Koop, 1967, p. 4). O Conselho de Pastoral Paroquial e Diocesano são indispensáveis. Chamou a atenção da urgência de se criar "um clima em nossas paróquias tendo em vista a organização delas em Comunidades de Base" (Koop, 1967, p. 10); dentro desse espírito deu ênfase à catequese de adultos. Ficou patente o seu desejo de colocar em prática os textos aprovados no Concílio; de envolver toda a diocese, buscando concretizar a idéia de Igreja Povo de Deus; de fazer uma pastoral de conjunto, através do processo de planejamento.

Por decorrência do processo de planejamento, foi se constituindo em várias dioceses a coordenação de pastoral. No caso de Lins, para implementar as medidas que pretendia, o Bispo potenciou o Secretariado Diocesano de Ação Pastoral - SEDAP, criado em 1963,

composto por padres, religiosos(as) e leigos e leigas. De 1965 a 1972, existiu uma equipe variando de 5 a 7 membros com dedicação exclusiva à pastoral. Em todo trabalho realizado, D. Pedro Paulo contou sempre com uma equipe de pastoralistas, biblistas, catequistas, sociólogos, etc. Para realizar o trabalho de renovação, buscando mudar as mentalidades e a prática pastoral, muitos cursos foram ministrados em nível diocesano e paroquial, e realizaram-se também muitas reuniões de padres, religiosas, leigos, e constituíram-se várias comissões, etc. Desse processo todo salientamos: Foram realizados para o povo em geral, para as associações, religiosas e para os Padres, os chamados cursos de Teologia Conciliar, principalmente no período de 1965– 1969; Curso sobre Comunidades de Base, como o do Pe. Marins, em 1967; inúmeros cursos com catequistas, com professores visando a catequese escolar; encontros com jovens; curso para religiosas; cursos de liturgia e muitos outros que veremos oportunamente. Nesse período foram constituídas várias comissões diocesanas, como por exemplo a de Catequese, que foi o instrumento de muitos cursos. Várias pessoas foram participar de cursos, encontros, seminários, reuniões fora da diocese. A pastoral diocesana se orientou pelas seis linhas do Plano de Pastoral de Conjunto, assim traduzidas: Pastoral da Comunidade; Pastoral da Evangelização; Pastoral Catequética; Pastoral Litúrgica; Pastoral Ecumênica e Relação Igreja-Mundo. Neste último estava incluído o Apostolado dos Leigos, divididos em Ação religiosa e Ação social. Outra preocupação-chave no período foi a inserção na realidade, a preocupação de conhecer a região da noroeste. Nesse sentido, várias pesquisas foram feitas, como também a contratação de um técnico do CERIS para a elaboração de um diagnóstico. Para melhor desenvolver o trabalho pastoral e de planejamento a diocese foi dividida em regiões pastorais.

Ao mesmo tempo que se procurava concretizar uma nova prática pastoral, buscava-se refletir, discutir, e elaborar um Plano de Pastoral. Depois de várias reuniões procurando ouvir os diferentes segmentos, nos diversos níveis, em 1968, o bispo apresentou o 1° Plano de Pastoral, elaborado pelo SEDAP, para o biênio 68/69. O referido plano continha três partes: realidade diocesana, a Igreja na realidade diocesana e o Secretariado Diocesano e sua Ação. Na apresentação, o bispo comentou que o Plano era resultado da experiência pastoral de dois anos de trabalho; que a época de improvisações estava superada; que "ajustado à situação humana noroestina, formula um método válido, para uma previsão exata das próximas atividades pastorais..." e "Nêste planejamento está definida tôda atitude que somos chamados a tomar diante da realidade na qual estamos inseridos diante do grande objetivo a ser alcançado" (Dioc. Lins, SEDAP, 1968, p. 1). Na Primeira Parte, *a realidade diocesana*, há um histórico

da região e da diocese, dados do ponto de vista econômico, social, demográfico. Na Segunda Parte, *a Igreja na realidade da Diocese,* são explicitadas as "exigências de fé face à realidade", o objetivo, que era o da CNBB e as seis linhas pastorais, na perspectiva da ação. Quanto a essas linhas, apresenta-as noutra ordem, diferente da expressa pela CNBB, iniciando pela linha seis, "a que mais de perto se relaciona com a existência concreta" e depois, da evangelização, da catequese, da liturgia, da unidade (bispo, clero, religiosos, leigos) e a do ecumenismo. Ao abordar cada linha o plano apresenta dados, levanta dificuldades, sugestões e propõe um cronograma de atividades. Na terceira parte, *o Secretariado Diocesano e sua Ação,* estão definidas as prioridades para o biênio: catequese de adultos, catequese para pais e padrinhos; catequese de preparação para o matrimônio e a criação das Comunidades Eclesiais de Base.

Nessa caminhada, várias dificuldades e conflitos ocorreram. Por parte do clero havia um segmento que resistia às mudanças e outro que as desejava rápidas. Na Carta Pastoral de 1967, o bispo chamou a atenção dos "morosos" e do "radicais"; certos padres, os que resistiam às mudanças, se atritavam com os leigos de suas paróquias quando esses, voltando dos cursos, desejavam colocar em prática o que haviam refletido, ficando clara a defasagem entre os vigários e os leigos e certamente aqueles tinham medo de perder a autoridade e o poder; nesse período houve o início do fenômeno, que atingiu o conjunto da Igreja no Brasil, o abandono do ministério sacerdotal. A diocese ficará um longo período sem que muitas paróquias tivessem seu vigário residente. Certamente, este foi um dos fatores da emergência dos leigos na vida diocesana. Da parte dos leigos também havia resistência à mudança, principalmente dos mais velhos, dos ligados à classe dominante e de setores da classe média; a maioria dos leigos viviam na dependência do clero e sem formação. De maneira geral havia uma pastoral voltada apenas para os sacramentos, ritualista; pastoral das crianças em prejuízo à pastoral dos adultos; juridicismo das paróquias dificultando a formação de Comunidades de Base e muitas outras. "Os conflitos existentes eram (portanto): entre uma estrutura jurídica existente e uma pastoral nascente; entre o secretariado e a cúria e os padres na base" (CDP, 1977, p. 2). De outro lado, o Plano indicou várias facilidades e conquistas, entre elas: um clima de renovação no conjunto da diocese; a equipe liberada para visitar as paróquias e acompanhar os trabalhos, a criação das regiões pastorais; o suscitar das Comunidades de Base; disponibilidade para participar dos cursos e eventos diocesanos; a organização das Comissões Diocesanas; o trabalho desenvolvido pela Coordenação Diocesana de Catequese e outras.

Com relação a esse período é preciso ressaltar o assumir dos problemas da realidade, a dimensão social da fé, o convocar os leigos a assumirem sua presença no mundo. Aspecto esse que continua marcando a vida da Igreja diocesana de Lins. O social foi uma dimensão muito forte no ministério episcopal de D. Pedro. Já assinalamos a preocupação com relação à busca de um conhecimento científico da realidade e a articulação com o CERIS. No horizonte de um novo relacionamento Igreja-mundo repercutiram na Igreja as encíclicas de João XXIII, de Paulo VI, a visão otimista do documento conciliar Gaudium et Spes. E o desenvolvimento era apontado como o caminho da paz. Para D. Pedro Paulo essa também tornou-se uma preocupação, evidente nos artigos, notícias e entrevistas publicadas pelo jornal, *O Bandeirante*, da diocese. Este, em 26/11/1966, publicou a *Declaração de Mar del Plata,* da X Assembléia do CELAM, sobre o desenvolvimento, ocupando inclusive toda a primeira página, tendo como manchete *"O Desenvolvimento autêntico exige mudanças de estruturas"*. No dia 14/05/66, o mesmo jornal apresentou síntese de uma entrevista de D. Pedro, ao jornal *A Região*, de Andradina. Nela apontou o caminho para se seguir a Mater et Magistra e a Gaudium et Spes. E afirmou que encabeçaria "um movimento para desenvolver racionalmente os meios de produção da região, criando dentro da própria região uma espécie de mercado comum". Para realizar o movimento proposto falou de três fases: Levantamento da realidade, planejamento (a lavoura, a indústria e o comércio devem funcionar de acordo) e Organização de Super Cooperativas "que orientarão a produção, industrialização e comercialização dos produtos regionais". A Conferência de Medellín, em 1968, veio reforçar essa preocupação do bispo e que aos poucos se tornou da diocese. Tendo como horizonte essa conferência, que denunciou a situação de miséria e dependência da América Latina, D. Pedro Paulo, em face dos problemas da região, afirmou a urgência de "eliminar as causas que impedem a realização do homem como pessoa" (1969, p. 789).

Para concretizar uma intervenção na realidade, fundou-se, em 1° de julho de 1967, o Instituto Paulista de Promoção Humana-IPPH, "com a preocupação de ativar o processo de desenvolvimento e promoção humana dentro de uma perspectiva eminentemente cristã" (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 73). Atuou na educação de base, assessorou prefeituras e a pequenos proprietários. Contou com profissionais nas mais diversas áreas. No período em que atuou em programas de desenvolvimento, elaborou uma visão sobre a questão, chegando a definir "desenvolvimento é uma ação global de interferência numa realidade que é profundamente inter-dependente nos seus aspectos sociais e econômicos, sempre em mutação" (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 73). Numa fase, definiu três setores básicos

de atuação: Setor saúde, agrícola e de formação de agentes. Ao realizar seu trabalho junto às populações carentes e marginalizadas, o Instituto procurou articular sua reflexão e prática com a Teologia da Libertação. Depois de anos de atuação, a entidade também passou por um período de crise, e seus objetivos foram parcialmente deixados de lado. Atualmente o IPPH atua na área de saúde alternativa, tendo sua sede em Lins e um Centro de Saúde em Guaimbê, cidade próxima de Lins. Outro organismo criado foi o Centro de Treinamento Agrícola-CTA, em Araçatuba, em 1965, voltado para o treinamento de agricultores e profissionalização de mão-de-obra. De 61 a 64, houve a constituição de vários sindicatos de trabalhadores rurais na região. O golpe de 64 trouxe medo e incertezas e, ao mesmo tempo, os que compunham a equipe de Ação Social da Diocese

> entenderam que simplesmente a organização sindical aos camponeses não era tarefa suficiente, pois os ciclos monuculturais que se sucederam na região tinham aviltado e desorientado o homem do campo que precisava ter condições de sair do empirismo para a possibilidade de aplicar recursos técnicos da melhoria da produção e defesa da mesma, a nível de mercado. Nesta ordem de idéias é que nasce o C.T.A. (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 89).

De início realizam pesquisas na região para melhor planejar as atividades. Em 1971, ampliando suas funções, a entidade passou a denominar-se Instituto Noroestino de Trabalho, Educação e Cultura-INTEC. O CTA, depois INTEC, realizou trabalho de treinamento de agricultores, capacitação de mão-de-obra e desenvolvimento comunitário. O bispo que incentivou, apoiou e participou da fundação desses organismos, foi presidente dos mesmos, sendo por mais tempo do IPPH. D. Pedro, também apoiou a criação em Lins, da Comunidade Educacional do Trabalho-CET, que realiza trabalho com menores. As crianças frequentam, além da escola regular, um curso profissionalizante. Nessa busca de responder aos desafios da realidade, os encaminhamentos dados levaram a uma mudança de mentalidade, ao engajamento de muitas pessoas e instituições. Portanto, a partir do Vaticano II e de Medellín, "a preocupação de estar atenta aos desafios da realidade será uma constante na vida de nossa Igreja Particular de Lins" (Dioc. Lins, Texto Base, 1985, p. 17). As entidades criadas ajudaram a, concretamente, buscar respostas a esses desafios. No caminhar da história veremos, mais à frente, que outras formas de respostas foram sendo encontradas como as CEBs, as pastorais sociais, a presença dos movimentos populares e, conseqüentemente, a busca da organização do povo.

Em 1972, o Secretariado deixa de contar com pessoas liberadas para seu trabalho, ficando, apenas com um coordenador de pastoral, funcionando dessa forma até 1975. O Secretariado funcionou mais como escuta do que como dinamizador. A coordenação de fato, acabou ficando nesse período, com o Conselho de Presbíteros que nasceu no processo de

reorganização da Igreja diocesana, por conta de decisões conciliares. Ele veio substituir o Cabido Diocesano. Este era inteiramente nomeado pelo bispo, ao passo que o novo organismo se faz por eleição do clero. De 1972 a 1975, vários conflitos afloraram na vida da Igreja Particular. Houve conflitos com o Cursilho de Cristandade. O conjunto da diocese, os membros do Conselho de Presbíteros perceberam que os problemas e os encaminhamentos pastorais não poderiam continuar sendo resolvidos apenas pelos padres e que os leigos deviam ter uma participação mais efetiva. O bispo insistiu na criação do Conselho Diocesano de Pastoral. Este, depois de várias iniciativas, nasceu como decisão da 1ª Assembléia Diocesana convocada em 1975. A partir dessa data, tem início uma nova etapa de organização da vida diocesana e de encaminhar os trabalhos pastorais. As Assembléias passaram a ser o órgão de decisão das grandes linhas de trabalho pastoral. No dia 9 de fevereiro de 1975, aconteceu a 1° Assembléia, com representantes das paróquias, dos movimentos, pastorais e do presbitério. Decidiu-se pela criação do Conselho Diocesano de Pastoral-CDP. Em 27 de abril do mesmo ano houve a 2ª Assembléia onde foram aprovadas as normas de funcionamento do Conselho e a definição das metas prioritárias: pastoral popular (evangelização e CEBs), participação dos leigos (ministérios e conselhos paroquiais) e Pastoral Familiar. De 1975 a 1989, realizaram-se sete Assembléias Diocesanas[3] todas elas partindo de avaliações e propostas que foram sendo elaboradas a partir dos grupos, dos movimentos, pastorais, coordenações diocesanas, paróquias/comunidades, assembléias regionais. A primeira contou com cerca de 60 participantes e a 7ª Assembléia com cerca de 400 pessoas. Todas as Assembléias definiram prioridades ou destaques. A partir da quarta assembléia definiu-se como objetivo geral para os trabalhos pastorais, os da Igreja no Brasil. A partir da quinta Assembléia fez-se uma simplificação do texto sobre o objetivo, que ficou o seguinte: "Anunciar a força libertadora do Evangelho a todas as pessoas com opção preferencial pelos pobres e jovens para construir uma sociedade justa e fraterna". De maneira geral, desde o primeiro plano, uma preocupação constante tem sido a criação das CEBs. Na terceira assembléia, as prioridades foram: Família, Direitos Humanos e Mundo do Trabalho, CEBs. Da quarta à sétima, as prioridades foram: CEBs, Organização do Povo e na sétima acrescentou-se Juventude. (Em anexo um quadro de todas as Assembléias, Anexo n° 1). O CDP encaminha as decisões da Assembléia, o conjunto do trabalho pastoral e concretiza as pistas dadas com relação às prioridades. Possui uma coordenação que também é a do SEDAP e o coordenador, nos últimos anos, tem sido um leigo. O Conselho se reúne seis vezes no ano, é composto do Vigário Geral, Coordenador

[3] As Assembléias Diocesanas foram realizadas em 1975 (1ª e 2ª), 1978 (3ª), 1980 (4ª), 1982 (5ª), 1985 (6ª) e 1989 (7ª).

Diocesano de Pastoral, dos padres representantes das regiões pastorais (1 por região, das seis regiões pastorais então existentes), leigos das regiões pastorais (quatro por região); representantes dos movimentos, pastorais, dos organismos, como CRB e outros (2 por entidade), sob a presidência do bispo.

Vejamos os elementos-chaves da prática pastoral da diocese, a partir das prioridades diocesanas, das coordenações diocesanas, dos movimentos e das pastorais. Iniciemos pelas prioridades, considerando as definidas pela 7ª Assembléia Diocesana. De maneira geral não é possível dissociar o trabalho da comunidade e da sua presença no mundo, particularmente dos cristãos mais engajados. Desde o início desse processo de mudança de rumos, foi crescendo a consciência e a busca de organização das Comunidades de Base, das Comunidades Eclesiais de Base-CEBS. A preocupação da criação, das Comunidades de Base, que era apontada como meio de renovação paroquial pelos Planos de Pastoral da CNBB, tornou-se, como já vimos, uma preocupação de D. Pedro Paulo e de seu Secretariado de Pastoral. Essa preocupação e a busca permanente de torná-la realidade foi reforçada pelas conclusões de Medellín e Puebla, já explicitadas. Da Comunidade de Base à Comunidade Eclesial de Base houve toda uma caminhada, que foi mudando a percepção inicial do bispo, da coordenação de pastoral e de um boa parte dos militantes na Igreja diocesana, fato que ocorreu no conjunto da Igreja do Brasil. Da renovação paroquial chegou-se a uma nova maneira de realizar a Igreja. Vejamos alguns aspectos do pensamento de D. Pedro Paulo, no final dos anos 60, a respeito da temática:

> a pastoral diocesana de Lins caminha decididamente para as comunidades eclesiais menores, células de relacionamento humano íntimo, onde há diálogo, participação pessoal ativa e efetiva e esforço comunitário. É nelas, somente, criadas a partir do catecumenato, que será possível desenvolver um sério esforço de educação da fé e formar consciência e corresponsabilidade eclesiais. Só elas criam um relacionamento dinâmico em torno da promoção humana, do diálogo missionário, do aprofundamento catequético, da iniciação cristã e, finalmente, da celebração da eucaristia (Koop, 1969, p. 798).

D. Pedro via nas comunidades também uma alternativa para o encaminhamento dos ministérios, inclusive o sacerdotal.

> A partir destas comunidades de base conseguiremos resolver o problema de serviços eclesiais, notadamente o do ministério pastoral e presbiteral. Estas comunidades acendem, estimulam e desenvolvem vivíssima fé e amor, educam as consciências para a responsabilidade pela vida e expansão comunitárias, focalizam constantemente a vocação comum a todos, em virtude do batismo, para o desempenho de serviços e ministérios na comunidade. Tornam-se, assim, capazes, não só de gerar novos cristãos pelo batismo, mas também de tirar todas as conseqüências do batismo, entre as quais a de suscitar em seu seio homens que assumam o encargo de liderar e presidir, de exercer o ministério profético, litúrgico e pastoral, destas e doutras comunidades (Koop, 1969, p. 800).

UFMG
BIBLIOTECA CENTRAL

D. Pedro em vários escritos, inclusive numa intervenção entregue à Secretaria do Concílio Vaticano II, na sessão de 1965, por não ter a oportunidade de apresentá-la oralmente, tendo em vista que a temática em questão foi retirada de pauta, defendeu a necessidade da Igreja ordenar homens casados para o serviço presbiteral. Considerando a importância da diversidade dos ministérios dentro da vida da Igreja, motivou também a existência dos mais diferentes ministérios leigos.

Nos primeiros anos de busca de renovação, a questão das Comunidades de Base foi analisada em cursos, seminários, encontros, tentativas de experiências. O processo se deu de maneira desigual nas diferentes regiões e paróquias. A região de Andradina é que conseguiu desde o começo concretizar essa preocupação envolvendo os leigos. Aos poucos, em várias paróquias foram surgindo pequenos grupos, círculos bíblicos que foram se tornando comunidades, num novo relacionamento entre os membros, os padres e os leigos, que descobrem a sua missão diante do mundo, da sociedade a ser transformada. A realização dos Intereclesiais de CEBs, dos quais a diocese participou desde o primeiro, foi fator de animação e de crescimento das comunidades na diocese. Em 1975, por conta do 1° Intereclesial houve um encontro de comunidades da região de Andradina; desde essa data até hoje, todos os anos há um encontro das comunidades nessa região. Aos poucos outras regiões e paróquias foram entrando nesse processo. E nesse fazer-se é que muitos leigos foram percebendo, aprofundando e assumindo a missão de "ser fermento na massa, que tem responsabilidade na Igreja e que ela deve ir aos bairros, viver o problema do povo, lutando pela libertação" (Silva, 1983, p. 15). Até 1977 o trabalho de coordenação era exercido pelo SEDAP e por uma pequena equipe de CEBs. Somente a partir de um encontro sobre Evangelização de Adultos, com 75 participantes, em janeiro de 1977, e com a decisão do CDP, é que foi ampliada a equipe existente, constituindo uma Coordenação das CEBs, com representação regional que, com altos e baixos, dificuldades, vem realizando seu trabalho. Essa equipe deve acompanhar os trabalhos, animar as comunidades, produzir subsídios, acompanhar e preparar os encontros regionais e diocesanos; estes atualmente ocorrem a cada dois anos. A temática das CEBs foi tratada em algumas das Semanas de Estudos e Novenas de Natal, como veremos oportunamente.

Um elemento-chave no desenvolvimento das CEBs é a reflexão bíblica. Desde 1965 essa preocupação esteve presente, vários cursos e semanas bíblicas foram realizadas. Nesse sentido todos os anos é celebrado o mês da Bíblia em setembro, com um subsídio próprio, produzido na diocese ou fora. A realização do Ano Missionário, por ocasião do

Cinqüentenário da Diocese, em 1976, foi momento importante na animação das CEBs. Na vida das Comunidades tem sido importante, também, um curso bíblico de massa realizado nos últimos os anos.

A história das CEBs na diocese mostra todo um processo de luta, de conquistas, possibilitando a muitos homens e mulheres uma consciência de que são sujeitos da história e, aos pobres, emergirem como sujeitos da evangelização. Também houve e há muitas dificuldades: Padres, leigos, religiosos que não aceitam essa forma da Igreja ser; acusações de que as comunidades se preocupam apenas, ou demais com a política; a sectarização por parte de membros das comunidades e outras.

A preocupação com a realidade do povo é um aspecto intrínseco das CEBs e esteve presente na vida da Igreja Particular a partir dos nos 60. A presença no mundo fecunda as comunidades e estas levam seus membros ao engajamento, como vasos comunicantes: duas dimensões que se interpenetram. Numa primeira fase, a reflexão e ação, em torno da questão social estiveram ligadas aos organismos como IPPH, CTA-INTEC e outros, preocupados com o desenvolvimento, com a dimensão técnica e com envolvimento de vários profissionais. Podemos dizer que a prática foi levando a mudanças, onde a organização do povo, seu processo de libertação, vem se dando pelo assumir o próprio povo, pelos movimentos populares, por organismos, como os sindicatos, as pastorais populares. Nesse sentido, a Teologia da Libertação vem dando efetiva contribuição e muitos dos seus expoentes como: Comblim, Leonardo e Clodovis Boff, Gustavo Gutiérrez, Luiz Eduardo Wanderley, Carlos Rodrigues Brandão, Maria Clara Bingemer, José Oscar Beozzo, Carlos Mesters, ministraram cursos na diocese.

Dentro desse contexto, vejamos o desenrolar da prioridade Organização do Povo, na vida diocesana. Essa prioridade como tal foi aprovada na Assembléia Diocesana de 1980. A luta do povo é uma constante na história da região noroestina, na história do nosso país, tendo em vista a forma de organização de nossa sociedade. O sistema capitalista no qual vivemos, priviliegia o capital, gera a exploração, a marginalização da maioria da população. "A organização do Povo é a reação das classes populares, oprimidas, exploradas, injustiçadas e marginalizadas na defesa dos seus direitos e de melhores condições de vida. É a luta pela justiça, pela solidariedade...É a luta organizada para construção de uma sociedade justa e fraterna" (ITEL, Curso Básico:IV, 1990, p. 51). Em 1980, a 4ª Assembléia Diocesana aprovou as seguintes propostas de ação, para essa prioridade:

> Organizar o povo de acordo com as categorias; formação de grupos de reflexão e ação populares na periferia da cidade; incentivo da Igreja à participação do negro; aproveitar o

> que já existe na Diocese como trabalho de organização do Povo; formação de agentes e líderes do Povo; incentivar a criação e/ou estimular sindicatos autênticos e lideranças políticas democráticas e trabalhar com as escolas: formar equipes para trabalhar com estudantes (Dioc. Lins, 3º Plano de Pastoral, 1980, p. 6).

Para encaminhamento dessa prioridade realizou-se um dia de estudo com o Conselho Diocesano de Pastoral e os Conselhos Regionais, em 24 de julho de 1980, assessorado por José Oscar Beozzo e Nobuco Kameyama. Os assessores apresentaram uma história da luta do povo na região, chamaram a atenção de que essa prioridade era conflitiva (na própria reunião emergiram alguns conflitos), uma vez que os interesses de classe são irreconciliáveis, e abordaram a questão da metodologia do trabalho. Falando sobre a metodologia da organização do povo, ressaltaram que organizar o povo em torno das necessidades sentidas e educar o povo são fundamentais. E o trabalho de organização do povo comporta três níveis "de bairro, de categorias profissionais e categorias sociais" (Beozzo e Kameyama, 1980, p. 4). A organização do povo nesses três níveis, é o que foi proposto nas pistas, explicitadas pela Assembléia Diocesana, acima arroladas. Com relação aos bairros é preciso distinguir um bairro rural onde há praticamente as mesmas profissões e os mesmos problemas, e um urbano onde há profissões diversas e alguns problemas comuns (Cf. Beozzo e Kameyama, p. 4). A organização por categorias sociais se faz segundo o sexo, idade, raça, etc. Quanto à Categoria Profissional "numa sociedade em que, cada vez mais, a produção e os serviços se organizam em grandes unidades, os trabalhadores têm interesses coletivos a defender e só podem defendê-los eficazmente na medida em que se associam" (Kameyama, In. Higuto, 1983, p. 24). Decorrente do objetivo geral e das pistas aprovadas, a organização do povo refere-se aos trabalhadores, aos pobres, aos excluídos, aos membros das chamadas classes populares. Estas, segundo Wanderley, no texto Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular, estudado pelos grupos na diocese, compreendem "todos aqueles que sofrem diretamente os processos de exploração e expropriação capitalistas (operariado e campesinato), os trabalhadores por conta própria e aqueles congregados na categoria de trabalho improdutivo (comerciários, bancários, funcionários públicos, etc" (1981, p. 2).

A última década foi marcada por várias lutas, avanços e recuos. Em vários lugares desenvolveu-se um trabalho com as Sociedades Amigos de Bairro-SABs, já existentes ou provocando o surgimento de outras, por exemplo em Andradina, Araçatuba, Lins. Nessas cidades e outras, nos bairros, as lutas, como as do transporte, da água, luz, etc foram encaminhadas pelas CEBs. Em várias cidades da região aconteceu o movimento contra a carestia. Houve também, a organização de grupos de mulheres (Lins, Andradina, Birigüi, Araçatuba e outras), inclusive com articulação regional, com outras regiões do Estado de S.P.;

de empregadas domésticas (Araçatuba,... e mais recentemente em Guararapes); da Pastoral do Negro (Lins, Mirandópolis, Araçatuba,...); a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT, em 1979), de grupos de bóias-frias, canavieiros e outros. Nesse período houve a discussão e encontros em torno do Pró-Álcool.

Alguns organismos foram surgindo para dar sustentação à luta, somados a outros já existentes: Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor-IAJES, em Andradina, 1971; a Comissão de Justiça e Paz; o Grupo Linense de Educação Popular-GLEP, em Lins (1983); Centro de Defesa de Direitos Humanos-CDDH, em Araçatuba, em 1983, o Projeto de Educação e Organização Popular da Faculdade de Serviço Social de Lins. A Faculdade durante toda sua história procurou articular-se com os trabalhos da pastoral diocesana; a partir de 1980, contribuiu através do referido projeto de organização e educação popular, de assessorias e também das pesquisas realizadas pelos alunos, quando da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, (que tem o caráter monográfico), vários em torno do trabalho desenvolvido pela diocese[4]. Em Lins, a partir da Comissão de Justiça e Paz, em 1980, criou-se um jornal dos movimentos populares *A Voz do Povo*, funcionando até 1986. Nesse período esteve ligado ao IAJES, ao GLEP e depois a um pool de entidades.

Na região da noroeste a posse da terra sempre esteve nas mãos de poucos. Nos últimos anos, com a pecuária e a plantação de cana, a terra o processo de concentração da terra vem se ampliando, os pequenos proprietários não têm conseguido resistir. Conseqüentemente, vem aumentando o número dos sem-terra, dos bóias-frias, dos canavieiros. Como já vimos, a pastoral da diocese, através da CPT, vem empenhando-se em conjunto com outros organismos no sentido de apoiar, incentivar a organização desses trabalhadores. Em Lins, em 1979, com assessoria da CPT e também da Faculdade de Serviço Social teve início um grupo de bóias-frias, na paróquia S. Benedito, com uma experiência de compra comunitária, luta em torno de um contrato de trabalho, pelo transporte, salário, etc. Em 1983, realizou-se um Encontro de Trabalhadores Rurais, com 110 participantes. O grupo procurou articular-se com os Sem-Terra e os "bóias-frias" das ocupações. (Cf. Mattos, 1984, p. 19-22). A CPT

[4] Arrolamos aqui os títulos de alguns TCCs que diretamente ou indiretamente abordam o trabalho da Diocese de Lins: A Organização dos Movimentos Populares em Andradina-SP (Antonia Conceição, 1982); A prática do Serviço Social nos movimentos populares da região (Aparecida Mitiko Higuto, 1983); Igreja e Serviço Social na Organização Popular (Elisabete Terezinha Silva, 1983); Os sem terra - sua caminhada (Aparecida Sarti Ferreira, 1984); Educação Popular e o Projeto de Educação e Organização Popular da Faculdade de Serviço Social de Lins (Isabel Cristina S. de Mattos, 1984) A Participação das prostitutas nos movimentos e atuação da Igreja (Edna B. G. da Silva, 1985); "A Voz do Povo" um jornal a serviço dos movimentos populares (Dalma da Silveira, 1986); IAJES - uma entidade em movimento (Marivalda de Jesus Alves, 1989).

programou inúmeros encontros de trabalhadores, com participação, em média, de 150 trabalhadores, para discussão de vários temas como reforma agrária, sindicalismo, política agrícola, cooperativismo, política partidária, o Pró-Álcool e outros. O trabalho com os bóias-frias aconteceu em Araçatuba, Mirandópolis, Andradina, Birigüi, Guararapes e outras cidades. Quando da visita pastoral do bispo, em muitas paróquias, dentre as atividades, era organizado um contato com os bóias-frias, de madrugada, no ponto de espera dos caminhões. A articulação dos canavieiros também vem ocorrendo em várias cidades, para garantir melhores salários e melhores condições de vida. Para mostrar as condições de vida e a participação da diocese, vejamos um exemplo. Em Valparaíso, no início da década de 80, a UNIVALEM, contratou trabalhadores de Minas Gerais, da Bahia, do Paraná e do Mato Grosso, em torno de 2.200 pessoas, na maioria homens, com promessas de alojamentos, salários, assistência médica, etc. Mas na realidade "encontram-se em situação difícil devido aos alojamentos, fossa a céu aberto, alimentação fraca e salário irrisório, sem assistência médico-hospitalar e sem registro de carteira" (Dioc. Lins, CDP, 29/05/83). Em 1983, a situação da usina em Valparaíso desencadeou uma discussão e tomada de posição por parte do CDP e do Bispo D. Luiz Colussi. Várias medidas de denúncias, visitas, mobilização da opinião pública, foram tomadas. As Secretarias de Saúde e de Relações do Trabalho tiveram que se posicionar. Trabalhadores e agentes pastorais foram ameaçados. Os bispos, das dioceses de origem, dos trabalhadores, foram contatados. O assunto voltou na reunião seguinte com outros encaminhamentos: assessoria jurídica pelo CDDH de Araçatuba, acompanhamento do desenrolar dos acontecimentos pela CPT e pela coordenação regional de pastoral da região de Andradina, e outras. Também nesse período uma comissão com a participação do Bispo, do CDDH, de usineiros, trabalhadores e órgãos governamentais discutiu e chegou a um acordo de um contrato de trabalho. E muitos outros exemplos poderiam ser relatados. O trabalho da diocese sempre teve oposição por parte dos proprietários, da classe dominante. Em 1982, houve críticas violentas contra o vigário de Mirandópolis pelo trabalho junto aos trabalhadores rurais. Em 31 de março de 1982, foi publicado no Estado de S. Paulo um artigo intitulado "Mirandópolis não é Belfast" (o título faz referência a origem irlandesa do então vigário). Em maio do mesmo ano, numa reunião, em Castilho, de prefeitos da Alta Noroeste, foram feitos ataques às atividades desenvolvidas pela Diocese de Lins. O fato teve repercussão na imprensa regional e na grande imprensa. Os prefeitos decidiram encaminhar um documento ao Papa pedindo intervenção na diocese. Na questão da terra, outra realidade é a dos trabalhadores que vêm ocupando terras, em busca de seu pedaço de chão, condições de vida, de sobrevivência e

poderem assim contribuir para o conjunto da sociedade. Num livreto sobre *Alojamento e assentamentos na Diocese de Lins*, publicado após 1988, registra-se a luta pela posse da terra, em onze assentamentos, atingindo nove municípios. Vejamos: Fazenda Primavera, Andradina, Castilho e Nova Independência, início da luta em 1963, é a mais antiga da região; Três Irmãos I, em Andradina, ocupação em 1984; Três Irmãos II, em Pereira Barreto, em 1985; Jupiá, em Castilho, 1983; Fazenda Esmeralda, Pereira Barreto e Mirandópolis, 1987; Fazenda Rio Paraná, Castilho, 1987; Fazenda Arroeira, Guaraçaí, 1986; Fazenda São José II, Guaraçaí, 1987; Fazenda São José, Coroados e Glicério, 1985; Sítio Nossa Senhora Aparecida, e Fazenda Reunidas, Promissão, 1983. Vários já com a situação dos títulos resolvidos, ou contrato feitos, como no caso das terras da CESP. Dificuldades: a política do governo, pessoas que vão perdendo seus lotes, tendo que vendê-los, como no caso da Fazenda Primavera em Andradina; em certos casos, a localização da terra, o relacionamento com os órgãos do governo, as divisões internas e dos grupos de assessoria, a morosidade da justiça e, muitas vezes, a despreocupação das autoridades locais em assumirem a causa do trabalhador, etc. Na apresentação do livreto, o Bispo da Diocese D. Irineu Danelon deixa claro o compromisso da Igreja com a luta desses trabalhadores, o direito à terra, a necessidade da reforma agrária, o apoio a formas comunitárias e sociais de propriedade, produção e trabalho. A prioridade "Organização do Povo", com as atividades que apresentamos e que são positivas, também são fonte de conflitos internos na Igreja; nas Assembléias Diocesanas, onde são votadas as prioridades, os conflitos emergem; o SEDAP já foi acusado por determinados grupos como manipuladores das Assembléias; nem todos os padres assumem essa causa.

Nesse esforço de inserção na sociedade, outro aspecto a considerar é a questão da política, da relação fé e política, da política partidária. Essa questão vem sendo discutida e assumida no interior das pastorais, das CEBS, de movimentos apostólicos. A participação na política não é uma questão nova na vida da Igreja (mesmo ficando apenas neste século, como vimos na primeira parte deste trabalho), o que muda é que a discussão e o engajamento não ficam apenas com as elites, mas a base, setores do povo participam e descobrem a política como instrumento de mudança, que é possível fazer política a serviço dos interesses da maioria da população. Desde o final dos anos 70, a Igreja Particular de Lins vem refletindo e se posicionando sobre essa questão, não sem conflitos e tensões. Nos períodos de eleições, os bispos que estavam à frente da diocese sempre se manifestaram através de pronunciamentos; que analisaremos em outro capítulo. Em 1981, o CDP discutiu e decidiu pelo uso de cartilhas, visando a uma educação política. Para o conjunto dos cristãos essa discussão acaba

acontecendo apenas nos períodos eleitorais; para os militantes, a discussão e a ação são permanentes tendo em vista as lutas de organização do povo e participação concreta dos partidos. Vários cursos e encontros foram organizados pelo ITEL. Em 1989, o ITEL apresentou mais uma proposta para a dinamização da Pastoral Fé e Política. No período da Constituinte e da elaboração das Leis Orgânicas dos Municípios, houve participação dos católicos na maioria dos municípios, tendo sido mais intensa nos lugares onde as CEBs estão mais bem organizadas. Em muito tem contribuído o posicionamento do episcopado brasileiro e latino-americano sobre a participação dos leigos na política. A esse tema retornaremos nos próximos capítulos.

A outra prioridade definida pela última Assembléia da Diocese foi Juventude. Nas últimas décadas o trabalho pastoral com os jovens na diocese foi sempre uma constante, com seus momentos de crises e de conflitos. A partir de 1965, no processo de renovação da diocese, foram motivados e organizados grupos de jovens nas paróquias, no estilo de Comunidades de Jovens Cristãos-CJC. Cada um tinha sua vida própria, seu nome próprio, muitos deles um pequeno jornal ou folheto de comunicação entre os seus membros. O grupo era o espaço dos jovens se encontrarem, discutirem seus problemas, temas específicos da juventude e sua fé, para organizarem atividades culturais e sociais. No Secretariado Diocesano, duas pessoas assumiram o acompanhamento do trabalho com a juventude. Em julho de 1969 realizou-se o primeiro Encontro Diocesano de Jovens, onde se constituiu uma coordenação diocesana da pastoral da juventude, com a tarefa de acompanhar os grupos e preparar encontros regionais. Aos poucos foi se organizando a pastoral da juventude, com encontros e coordenações regionais. Essas coordenações, nos vários níveis, sempre se constituíram com mandatos determinados e por eleições. Procurou-se organizar encontros para os iniciantes e para militantes. No final da década de 60, jovens oriundos dos encontros de Treinamento de Liderança Cristã-TLC, Shalon, Cursilho para jovens, Mariápolis, Emaús, organizaram seus grupos na diocese. Houve por parte da coordenação da PAJU tentativas de articular esses grupos, mas as relações sempre foram conflituosas. Nenhum desses movimentos teve uma organização diocesana. A presença maior foi do TLC e os grupos existentes enviavam seus jovens para fazerem TLC em Campinas, Marília e outras cidades, tendo em vista que não puderam se organizar com estrutura própria na diocese. Aos poucos, a partir dos anos 70, a PAJU procurou incentivar e organizar os jovens das classes populares. A preparação e a realização do Ano Missionário por ocasião do Cinqüentenário da Diocese foi um momento forte na vida dos grupos de jovens, tendo em vista a realização do Concílio de

Jovens. Mais de 3000 jovens vindos de todas as partes do Brasil refletiram, discutiram, experienciaram a vida das comunidades, durante uma semana, espalhados por diversas cidades da diocese. No encerramento, os jovens se encontraram em Lins e, após uma vigília nas Igrejas evangélicas, católicas e ortodoxa, fizeram uma caminhada de cerca de 7 km, entre Lins e Guaiçara, à noite. No amanhecer, houve uma Celebração Eucarística, em Guaiçara, presidida por D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal-Arcebispo de S. Paulo. Em 1979 realizou-se uma Assembléia da PAJU, onde se reorganizou a Coordenação Diocesana da Juventude e o trabalho. Na década de 80, a PAJU, além do trabalho com a Pastoral Geral, procurou motivar e estruturar os jovens por áreas específicas: estudantil, rural, do meio popular; também passou a organizar as Semanas de Juventude, inicialmente todos anos e depois, a cada dois anos. Nesses anos todos, os jovens refletiram sobre vários temas, entre eles: a situação da juventude no Brasil e na região noroeste (nesse sentido foram feitas várias pesquisas), a afetividade, a sexualidade, os jovens e a Igreja, estudo da Bíblia, sobre a participação política, sobre os temas das Campanhas da Fraternidade e outros. Outra experiência foi a organização e a formação de um grupo de jovens, como assessores da PAJU. Motivada pelas opções de Puebla, a PAJU decidiu por trabalhar com os jovens mais pobres, uma vez que constituem a maioria da juventude na região. Os jovens têm tido uma atuação sempre marcante nas Assembléias Diocesanas. Vejamos, de maneira sintética, as pistas aprovadas pela 7ª Assembléia Diocesana com relação a essa prioridade: A PAJU, através dos grupos paroquiais, deve ajudar os jovens a assumirem seu compromisso de maneira crítica na família, na escola, no trabalho...; articular os jovens participantes da catequese de perseverança e do crisma; organizar os jovens por meios específicos; articular PAJU e Pastoral Vocacional e apoiar a formação dos jovens. A Diocese de Lins também contribuiu para a organização da PAJU, do Regional Sul 1, da CNBB, em particular na redação das "Diretrizes e orientações da Pastoral da Juventude". Em 1974, começou uma discussão em nível do Regional Sul 1 sobre o tema. Nessa ocasião, a maioria absoluta das dioceses, com exceção de Lins, Ribeirão Preto e algumas regiões da Arquidiocese de S. Paulo, a PAJU tinha suas atividades com os jovens, a partir de movimentos. Em 1985, o Regional aprovou as referidas diretrizes na perspectiva de uma Pastoral da Juventude com uma organização mais conforme cada Igreja Particular.

Na ação pastoral da Diocese importa ainda registrar a Catequese, as pastorais que foram surgindo e a presença das associações e movimentos. A catequese se constitui numa atividade permanente na vida da Igreja; através dela são aprofundados os temas principais da fé, da vida da Igreja e do compromisso dos cristãos. Ela é um elemento-chave na continuidade

da vida da Igreja. Essa área foi sempre tratada com muita seriedade na diocese, apesar dos conflitos referentes aos conteúdos, metodologia e subsídios. Todas as paróquias e comunidades têm seu grupo organizado de catequese. No final de 1964, foi constituída a Comissão Diocesana de Catequese, com objetivo de organizar as equipes paroquiais de catequese, de preparar os catequistas, bem como os professores do ensino religioso. Em setembro de 1965, realizou-se um curso de catequese, em Araçatuba, com a participação de 300 pessoas. A partir dessa data inúmeros cursos de catequese foram ministrados nas paróquias, nas regiões e em âmbito diocesano. Também houve sempre a preocupação de enviar pessoas para fazerem cursos fora da diocese como no Instituto Superior de Pastoral Catequética-ISPAC, no Rio de Janeiro, nos anos 60, em Salvador, nos anos 70 e no Centro de Orientação Missionária-COM, em Caxias do Sul, nos anos 80. As primeiras pessoas que fizeram o curso assumiram o trabalho de acompanhar a catequese diocesana, como membros do Secretariado de Pastoral, liberadas para essa tarefa. O 1° Plano de Pastoral deixou claro que a preocupação com a educação da fé, deveria ser mais abrangente do que apenas o catecismo para a Primeira Comunhão. A catequese deveria atingir todos os setores da Igreja, a todas as pessoas. Era urgente romper com um cristianismo marcado apenas pelo ritualismo e pela dicotomia entre fé e vida. Em face dessa realidade, a catequese de adultos teria prioridade, devendo acontecer no interior da Comunidade de Base. O plano indicou a restauração do catecumenato como

> uma exigência, senão corremos o risco da sacramentalização. A catequese e o aprofundamento da doutrina exigem um conhecimento mais preciso da realidade humana e de Igreja, uma séria e metódica reflexão teológica e uma contínua experimentação e revisão dos métodos, da pedagogia e da organização para se adaptar às condições e necessidades do Povo de Deus (Dioc. Lins, SEDAP, 1968, p. 37).

Na busca de catequizar os adultos foram incentivados os círculos bíblicos, os cursos de Bíblia, a catequese batismal, de preparação para o matrimônio e para o crisma. Até os primeiros anos de 70 havia um trabalho de catequese escolar, com acompanhamento e preparação dos professores pela Comissão Diocesana; aos poucos a catequese centrou-se na comunidade paroquial e/ou nas CEBs. Medellín repercutiu na catequese, com toda reflexão em torno da catequese libertadora. Nesse horizonte procurou articular catequese e realidade, em particular a da região noroestina, nos cursos e nos encontros de catequese dos adultos, dos jovens e das crianças. A experiência acumulada da catequese diocesana possibilitou, nos anos 80, a elaboração de um material próprio de catequese, com grande aceitação em muitas dioceses do Brasil. Para alimentar as comunidades vários subsídios foram produzidos nesses anos e, desde 1980, a diocese vem produzindo sua própria Novena de Natal.

Uma outra área que teve atenção especial desde o início do processo de renovação foi a de Liturgia. Aqui também vários cursos de liturgia foram feitos para padres, religiosas e leigos. Em 1971, no Advento, começou o Folheto *Todos Irmãos* que passou a ser utilizado nas celebrações e nas reuniões de grupos e comunidades. "Ele brotou de uma grande preocupação que começou a se fazer sentir: transformar a liturgia, gradativamente, numa verdadeira Oração-reflexão-catequese e vida do Povo de Deus" (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 85). O folheto trabalhou com "dois elementos fundamentais: O Lecionário litúrgico, de uma parte, e as aspirações das comunidades, de outra" (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 85). Os redatores do folheto buscaram sempre uma linguagem mais simples, fazendo uma tradução mais livre dos textos bíblicos e da liturgia, tornando-os mais próximo do povo, numa linha catequética, assumindo uma Teologia Libertadora. Por conta dessa postura, foi sempre alvo de críticas por parte dos setores mais conservadores da Igreja e da sociedade, porém contou sempre com apoio integral de D. Pedro Paulo. O folheto funcionou até 1978 e foi usado por mais de 500 paróquias e comunidades. Durante sua existência acabou sendo

> um movimento de Evangelização que, a partir de uma celebração viva, procura levar, para a vida dos cristãos, esta realidade fundamental de que todos somos irmãos e de que só nesta fraternidade vivida pode haver autenticidade e verdade que são características da oração dos cristãos (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 86).

Dentro da liturgia, um aspecto importante é o do canto pastoral. Uma pequena equipe, nesses anos todos vem ministrando cursos de canto pastoral na diocese. Nos anos 80, houve tentativas de organização de uma coordenação de liturgia, mas até hoje não se conseguiu a sua continuidade.

A preocupação constante na diocese foi com as comunidades. As pastorais foram surgindo para áreas específicas, mas sempre tendo como horizonte as comunidades, articuladas com o Secretariado de Pastoral e com o Conselho Diocesano de Pastoral. A Comissão Pastoral da Terra-CPT, criada na diocese em 1979, vem atuando nas questões da terra e na mobilização dos trabalhadores rurais. Como já assinalamos acima, a respeito da prioridade *Organização do Povo*, a CPT realizou vários encontros e reuniões que ajudaram os trabalhadores a terem uma visão abrangente da realidade e dos mecanismos de exploração e vem assessorando os trabalhadores da região em várias reivindicações e lutas. Pastoral da Mulher Marginalizada. Essa pastoral nasceu no Brasil por volta de 1974, com a preocupação de atingir as prostitutas; em alguns lugares ficou conhecida como pastoral das madalenas. Com a prática e a reflexão, a pastoral ampliou sua atuação buscando atingir a mulher nas diversas situações de marginalização. Na cidade de Lins, de 1961 a 1970, fez-se um trabalho

junto às prostitutas da cidade, particularmente através dos menores filhos de mães solteiras e prostitutas que frequentavam a Casa da Criança. Em 1975, o CERIS realizou um levantamento das prostitutas na zona de meretrício em Lins e elaborou um mapa da "geografia da noite". Em 1978, teve início um trabalho mais sistemático na zona , com a Comunidade Santa Maria Madalena, com a compra de uma casa que servia de local para reuniões e celebrações. Em 1979, fundou-se o *Movimento de Libertação da Mulher*-MLM, uma entidade civil. O Movimento se expandiu atingindo as cidades de Araçatuba, Guaraçaí, Pereira Barreto, São José do Rio Preto, Birigüi, Marília. (Cf. Silva, 1985, p. 78-82). Pastoral do Negro. A Assembléia Diocesana de 1980, na prioridade Organização do Povo, indicou como uma proposta "incentivo da Igreja à participação do Negro". Em 1981 e 1982, aconteceram encontros da Pastoral do Negro, em Lins e Araçatuba. Alguns grupos surgiram em Lins, Mirandópolis, Araçatuba. Mas o trabalho não se desenvolveu muito. O tema retornou à discussão com a Campanha da Fraternidade sobre o negro. Pastoral Nipo-Brasileira-PANIB. O trabalho com os descendentes dos japoneses, como já vimos, foi uma preocupação permanente na diocese. D. Pedro, chegando a Lins, tendo em vista sua experiência em Bauru, incentivou a fundação do *Movimento Estrela da Manhã*, congregando os jovens nisseis. Para continuar o trabalho da PANIB, D.Pedro conseguiu, com uma diocese japonesa, a vinda de um padre para esse trabalho pastoral o qual iniciou seus trabalhos em 1970. "A pastoral trabalha na formação de grupo ou grupos nas várias cidades para integração, sempre maior, na vida religiosa da diocese e como meio de apostolado aos japoneses, ainda não batizados..." (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 95). De 1971 a 1975, realizou-se, a cada ano, um Congresso da PANIB, em Mirandópolis (1971), Guararapes (1972), em Lins (1973), Birigüi (1974) e Araçatuba (1975). Existem ainda vários grupos, mas sem uma articulação diocesana. Pastoral Familiar. Na área da família o trabalho se fez inicialmente com os movimentos: MFC, ENS, ECC. A diocese procurou organizar um trabalho com os cursos de noivos. Vários encontros foram realizados com as equipes, para troca de experiências, revisão e planejamento dos cursos. Em 1980, realizou-se um Encontro em Araçatuba, com representantes de movimentos familiares, das CEBs, do Cursilho, da Juventude. Em 1981 e 1982, houve um trabalho para a reestruturação dos cursos de noivos. Desse período até 1990, não houve um trabalho orgânico em termos de diocese; ele era desenvolvido nas paróquias com os movimentos e as equipes de cursos de noivos. A partir de 1990, há uma nova tentativa de articulação da pastoral familiar. Pastoral Universitária-PU. Na década de 70 e no início da de 80, desenvolveu-se um trabalho junto aos universitários, particularmente em Lins, com atividades conjuntas com a diocese de

Bauru. Havia grupos de universitários que se reuniam para estudar, rezar, discutir a problemática universitária. De 1972 a 1975, visando atingir um maior número de estudantes e também profissionais, realizou-se a experiência da Caminhada Universitária. As quatro caminhadas foram feitas à noite, de Lins a Guaiçara. Aconteceram sempre no final do 2° semestre. Da segunda em diante, procurou-se congregar os estudantes da região, desenvolvendo-se um processo de preparação durante o ano. A primeira teve como tema "Vida Profissional" e procurou atingir os concluintes dos vários cursos. Na segunda, refletiu-se sobre "Direitos Humanos", em comemoração dos 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na terceira, discutiu-se sobre a "Vida Política", tendo como texto-base *Igreja e Política,* da coleção Estudos da CNBB-2 e trechos do Documento dos Bispos do Centro-Oeste. A quarta caminhada trabalhou o tema "Mulher Hoje", com os sub-temas: relacionamento homem e mulher; mulher e profissão e mulher - veículo de publicidade. Foi produzido um texto-base e uma pesquisa sobre o trabalho da mulher. Esta caminhada foi proibida pelas autoridades policiais e se realizou após a solicitação de Hábeas Corpus e outros instrumentos legais. Outras atividades foram levadas a efeito, como retiros e missa dos universitários. A PU participou da organização e realização do Concílio de Jovens, que foi também um marco na reorganização da PU em nível nacional. Em Lins aconteceram alguns encontros da PU estadual. A partir, aproximadamente de 1983, os grupos deixaram de existir. No final da década, houve um esforço de retomada. Buscando atingir os profissionais, principalmente os professores das faculdades das regiões noroeste e paulista criou-se o Centro de Estudos Regionais-CER, que realizou encontros de professores, um em cada semestre para discussão de um tema central, seguida de um momento para apresentação de comunicações. Realizaram-se encontros em Lins, Araçatuba, Marília, Bauru e Penápolis.

A partir de 1988, com incentivo de D. Irineu Danelon, iniciou-se a Pastoral da Criança, do Menor, Comunicação e a retomada da Pastoral Familiar e Universitária, Carcerária e da Educação.

Associações e Movimentos. Tendo em vista a orientação dada à pastoral da Diocese, os movimentos, embora presentes, não se constituíram no seu eixo fundamental. Em determinados momentos, tiveram quase que uma existência paralela. Em 1964, existiam na diocese as seguintes associações e movimentos: Congregações Marianas, as Pias Uniões de Filhas de Maria, Irmandade do Santíssimo Sacramento, Apostolado da Oração, Vicentinos, Liga Jesus Maria José, Ordem Franciscana Secular, Legião de Maria, Equipes de N. Senhora, Movimento Familiar Cristão, Juventude Estudantil Católica e a Juventude Universitária

Católica. Tendo em vista o processo de uma pastoral de conjunto, foram feitas tentativas de atingir esses organismos com reuniões e incentivos para que seus membros participassem dos cursos, para que pudessem se inserir na caminhada de renovação. Em 1965, houve uma reunião do Secretariado de Pastoral e de dirigentes dos organismos existentes, inclusive dos movimentos e associações, para discutirem sobre a pastoral de conjunto. Nessa linha de integração das associações, houve, por um determinado tempo, acompanhamento das Filhas de Maria. Em 1965, o bispo diocesano aprovou um novo estatuto e apresentou uma série de sugestões de atividades. Em seguida foi enviada uma correspondência a todos os vigários propondo um trabalho de renovação junto às Filhas de Maria. Os Marianos fizeram vários encontros; O Bandeirante, em março de 1967, publicou todas as Conclusões da VI Assembléia Nacional dos Dirigentes Marianos. Em 1970, já havia poucas congregações. Em 1984, foi celebrado o Cinqüentenário de Fundação da Congregação Mariana de Penápolis, uma das poucas sobreviventes. Os movimentos de casais, MFC e ENS chegaram a ter vários grupos em relativo número de paróquias. Entre eles começou a funcionar o Encontro de Casais com Cristo-ECC a partir do Cursilho. Em 1969, teve início na Diocese o Movimento de Cursilhos de Cristandade, com Secretariado Diocesano em Araçatuba e sub-secretariados em Andradina e Lins, nessa fase inicial, atingindo os setores de maior poder aquisitivo e da classe média, com apoio do bispo e parte do Secretariado Diocesano. Surgiram grupos na maioria das paróquias, mas, aos poucos, começou haver sérios atritos entre o Cursilho e a pastoral diocesana, em particular na cidade de Andradina. Os conflitos nasceram, de um lado, pelo caráter de independência do movimento, estando mais articulado com uma coordenação de fora da diocese do que com a pastoral diocesana, de outro, porque vários grupos, em Andradina e Araçatuba, não concordavam com a linha de pastoral da diocese, inclusive contestando sua opção pelo trabalho popular. Em 1972, o Conselho de Presbíteros solicitou do Secretariado do Cursilho que não realizasse cursilhos por um semestre. Em 1976, o Bispo Diocesano escreveu uma carta ao Secretariado do Cursilho em resposta a um carta do próprio secretariado e outra de Andradina. Atualmente o Cursilho continua com suas atividades sem maiores conflitos. A Renovação Carismática Católica começou a existir por volta de 1986, mas sem uma organização diocesana. D. Irineu, considerando ser melhor tentar integrá-la na pastoral, procurou organizá-la e criar uma Coordenação Diocesana. Parece difícil essa integração e as tensões existem.

Finalmente, assinalamos outro fato importante na vida da diocese, que foi a criação, em 1974, do **Instituto Teológico de Lins - ITEL**, como órgão responsável pela formação.

Esta foi uma preocupação sempre constante na Igreja Particular de Lins. Seus objetivos, estrutura e atividades serão objeto do próximo capítulo.

O processo de mudança, de renovação não se deu de maneira tranquila; houve impasses, conflitos: entre uma estrutura jurídica existente e uma nova pastoral nascente; entre padres que desejavam a mudança e os que contestavam; com os que tinham o poder econômico na região e que passaram a ser questionados pela nova postura pastoral e pelas opções feitas; entre os leigos que assumiam as mudanças e um novo modelo de Igreja e os que preferiam uma religião tradicional. Porém, por muito tempo e apesar da conjuntura internacional da Igreja e de outros ventos a soprar, a perspectiva hegemônica na pastoral, até o final dos anos 80, era a de uma Igreja comprometida com a transformação e com as classes populares. A opção preferencial pelos pobres faz parte de maneira explícita do objetivo geral da Diocese.

2. 3. A presença dos leigos.

Na apresentação do tópico anterior sobre a presença da Igreja na região noroeste, muito da presença dos leigos já ficou evidente; aqui apenas reforçaremos os pontos colocados.

No início dos anos 60, os leigos começam a participar mais intensamente na Igreja Particular de Lins. Com o Concílio, Medellín e Puebla, a exemplo do que ocorreu em muitas dioceses, os leigos, ou um número significativo deles, na Igreja Particular de Lins, conseguiram romper o caráter negativo de sua pertença à Igreja, traduzido pela dependência do clero, pela sua ação de colaboradores dos vigários e dos bispos, e adquiriram certa positividade, tomando consciência da sua situação, do seu batismo e da sua missão de sujeitos, membros efetivos da Igreja. Ao longo desses anos, a prática pastoral foi buscando concretizar um modelo de Igreja de maior corresponsabilidade que pode ser visualizado graficamente num forma circular. A discussão e concretização dos ministérios leigos se efetivou. D. Pedro Paulo, como já salientamos, chegou à diocese, com desejo claro de desencadear um processo de renovação pastoral e a busca concreta de uma maior inserção na realidade da região. Enfatizou, em todos os documentos escritos, em suas falas e na prática, a necessidade da participação dos leigos, principalmente na busca de melhorar as condições de vida do povo noroestino. Os leigos aos poucos foram participando desse processo. Houve um período de cursos, encontros para apresentar o Concílio, as novas propostas de trabalhos e para "mentalizar os leigos". Os leigos organizados em associações, que foram motivadas a uma

revisão e atualização em face dos novos tempos. A dimensão social vem sendo um elemento fundamental na pastoral diocesana. Nesse sentido os leigos participaram da concretização dos organismos criados e das atividades programadas por essas instituições, como o IPPH, o CTA, o INTEC. Aos poucos, pelo menos na metade das paróquias (em torno de 25 dentre 50), os leigos começam a participar das CEBs e, através delas, dos movimentos populares e da política. Na política, na época da ARENA e MDB, nas cidades maiores, os leigos mais engajados participavam do MDB, o partido de oposição. Em Lins, em 1978, quando, depois de muitos anos, os representantes da velha UDN perderam o poder, vários pessoas ligadas à Igreja participaram do MDB e da respectiva campanha eleitoral. Depois, com o fim do bipartidarismo, encontramos leigos católicos em vários partidos, mas os membros das comunidades, na sua maioria, ajudaram a criar em muitos dos municípios o Partido dos Trabalhadores-PT, bem como participaram como candidatos a prefeito, vereadores e deputados. Na direção no PT, em várias cidades, tem havido a presença de membros das comunidades ou de pessoas que participaram dos grupos de jovens. A direção do PT em Lins, em 1990, era de 15 membros, dos quais pelo menos oito tem ou tiveram ligação com a Igreja. Nos movimentos por melhoria dos bairros, pela luta da terra, na organização das diversas categorias profissionais, dos sindicatos ou associações os leigos estão efetivamente participando. Eles estão também na catequese, nas pastorais. A catequese e a pastoral da juventude estão nas mãos dos leigos na sua organização e no seu processo formativo.

Na vida interna da Igreja, a experiência vivida é a da participação nos Conselhos nos seus diferentes níveis. No Secretariado de Pastoral, nas coordenações dos conselhos e nas coordenações diocesanas de pastorais e movimentos, os leigos estão presentes discutindo, propondo e encaminhando o trabalho pastoral.

Nesse processo, como já registramos, houve e ainda há muitos conflitos e tensões. Mesmo os bispos que sucederam D. Pedro Paulo, que vieram para "pôr ordem na casa", tiveram dificuldades para trabalhar, dada a participação existente na diocese, como possibilidade de manifestação e mesmo de confrontos. Apesar da evidência dessa busca de uma nova maneira de acontecer a vida da Igreja, fica a pergunta: efetivamente os leigos participam do poder e do governo da Igreja Particular? Sua participação em plenitude não acontece apenas na esfera da ação pastoral?

Capítulo II – A Formação dos Leigos na Diocese de Lins.

Explicitamos, na primeira parte, na história da Igreja no Brasil, a presença dos leigos, sua busca de formação para melhor viver sua fé e desempenhar sua missão na comunidade eclesial e na sociedade. Apresentamos, também, como a questão da formação dos leigos vem sendo tratada nos documentos da Igreja Universal, da América Latina, do Brasil e pelas diferentes organizações dos leigos. Vimos que a formação, para os fiéis, para o conjunto do povo, no passado, se deu basicamente pela catequese e homilias. Para os membros das associações e movimentos, houve uma atenção maior, principalmente na AC, com estudos, encontros, cursos, subsídios e outros meios.

A preocupação com a formação dos leigos se intensificou com as reflexões, discussões e decisões do Concílio Vaticano II e conseqüente processo de renovação vivido pela Igreja Católica. Conceitos-chaves, como Igreja Povo de Deus, Igreja Particular, entre outros, retomados por esse conclave, reforçaram uma nova eclesiologia que já vinha sendo gestada no decorrer do século. O Concílio explicitou também um novo relacionamento da Igreja com o mundo, a vocação e missão dos leigos e outros. Esses aspectos e conceitos repercutiram fortemente na formação dos leigos. Em conseqüência, aos poucos, emergiu a consciência e a prática de que o processo de formação deve acontecer e ser assumido na e pela Igreja Particular, dando prioridade aos adultos, tornando-se esta sujeito da formação. Assumir a formação de seus membros, por parte de uma Igreja Particular, foi uma das novidades que brotou na vida eclesial a partir do Conc. Vat. II. Essa responsabilidade foi novamente reafirmada na Exortação Apostólica *Christifidelis Laici* de João Paulo II, de 1989. À medida que muitos leigos foram tomando consciência de sua pertença à Igreja e que foram assumindo seu engajamento na sociedade, vêm exigindo com mais força o direito à formação: uma formação básica a todos os cristãos e uma específica para cada área de atuação.

Levando em consideração esses aspectos, que acima colocamos, optamos por estudar a formação dos leigos numa Igreja Particular. Consideramos também que, para melhor compreender o que ocorre no conjunto da Igreja, o caminho mais oportuno seja o estudo concreto de uma Igreja Diocesana onde as propostas e as decisões devem chegar às últimas conseqüências. Decidimos por estudar a formação na Igreja Particular de Lins pelo fato de ser uma diocese que buscou aplicar com paixão e vontade as decisões do Concílio Vaticano II, das Conferências Latinoamericanas e da pastoral de conjunto assumida pelo episcopado brasileiro e, também, pelo reconhecimento de várias Dioceses e organismos eclesiais da pastoral desenvolvida em Lins.

Ao falarmos da formação dos leigos, estamos falando de um processo educativo desenvolvido na Igreja para que os cristãos possam exercer sua missão, na diversidade dos carismas, dons e ministérios, funções e serviços dentro da comunidade eclesial, no seguimento de Jesus Cristo e na construção de uma sociedade justa e fraterna, a fim de que o Reino de Deus se faça presente. Como se processa essa formação? Com que objetivos, conteúdo, metodologia? A partir de que modelo de Igreja e projeto de sociedade? Para avaliar, analisar um processo educativo, seus objetivos, segundo Duarte (1984, p. 67) há dois procedimentos: "um para avaliar o produto final do processo educativo, e outro, que procura correlacionar o objetivo com as atividades desenvolvidas e o conteúdo programático". O segundo caminho é o que percorreremos ao analisar a formação dos leigos na diocese de Lins.

No terceiro capítulo da Primeira Parte, alguns pontos importantes já colocados ajudam a responder a essas indagações na análise da experiência concreta de Lins. Salientamos que a formação deve ser assumida como um processo dinâmico, que articule fé e vida e possibilite a emergência de uma consciência crítica, levando em conta os objetivos da pastoral da Igreja Particular e os próprios de cada campo formativo. O conteúdo não pode deixar de lado a análise da realidade na sua totalidade; o estudo da Bíblia, da teologia, da doutrina social da Igreja, das ciências humanas e da espiritualidade. Esse processo educativo necessita de uma metodologia. Esta, segundo os documentos e a prática de setores da Igreja, deve ser: participativa; dialógica; comunitária, que se desenvolva nos pequenos grupos, através do método ver-julgar-agir e várias técnicas. Os documentos apontam instrumentos para o desenvolvimento da tarefa formativa: as equipes de formação, os formadores, os subsídios, os institutos e outros. Esses aspectos nos ajudarão a colocar com mais clareza a formação na Igreja de Lins. Para a realização da presente análise, além da observação e participação, realizamos um estudo tomando por base os documentos, textos, relatórios, subsídios, publicações e inúmeros documentos produzidos pelos diferentes órgãos e instituições da Diocese de Lins e algumas entrevistas.

I - **Princípios Orientadores.**

Articulados aos aspectos pedagógicos acima colocados, precisamos perceber também alguns pontos-chaves, alguns princípios que estão presentes na formação. Analisando a prática vivida pela Igreja de Lins podemos perceber alguns desses princípios, enunciados nos documentos do Vaticano II, Medellín, Puebla e nos vários produzidos pela Igreja no Brasil e

que aos poucos foram penetrando a vida, as relações, o tecido eclesial. A partir do que apontamos no capítulo anterior, esses pontos, princípios se expressam nos seguintes termos: **renovação e planejamento, relação Igreja/mundo, dimensão comunitária-CEBs, opção pelos pobres, libertação, pedagogia libertadora, método ver-julgar-agir e participação.** Estes articulam-se entre si nos documentos e na vida de muitos cristãos. Não podem ser vistos isoladamente. Se aqui os separamos é para melhor registrar seus aspectos centrais.

* **renovação e planejamento.** O que significa renovar? Segundo o dicionário de nossa língua, renovar é "tornar novo, fazer voltar ao estado anterior ou estado mais perfeito, mudar para melhor". A Igreja Católica a partir do Conc. Vat. II foi convocada a renovar-se, para poder exercer sua missão nos dias de hoje; convocada a reencontrar-se com a experiência das primeiras comunidades cristãs e a mudar-se para encontrar respostas aos desafios vividos pela humanidade em nosso século. Nos documentos conciliares encontramos afirmações sobre a necessidade da Igreja renovar-se internamente, para poder estabelecer um novo diálogo com o mundo, com as outras denominações religiosas. No Decreto *Unitatis Reintegratio* lemos: "Tôda a renovação da Igreja consiste essencialmente numa fidelidade maior à própria vocação" (Compêndio do Vaticano II, 1968, p. 317). Paulo VI, no encerramento do Concílio, afirmou: "Soou a hora da partida e da dispersão... Deixais a Assembléia conciliar para ir ao encontro da humanidade e levar-lhe a boa nova do Evangelho de Cristo e da renovação da Igreja" (In. Card. Renard, 1968, p. 886). O próprio acontecimento do Concílio gerou uma mentalidade, uma busca de renovação. Na América Latina essa preocupação se manifestou nos vários documentos do CELAM, no período pós-conciliar, em particular no de Medellín. Este enfatizou a necessidade de uma renovação da Igreja para que pudesse responder aos desafios vividos pelos povos latinoamericanos. Para poder realizar sua missão evangelizadora, a Igreja via a urgência de renovar-se. Essa renovação passa por uma pastoral de conjunto (Cf. Documento de Medellín, 15, 34, p. 156) e por mudanças das próprias estruturas da Igreja. Nessa perspectiva, lemos na Mensagem dirigida aos Povos da América Latina, no final da Conferência de Medellín, "... renovar e criar novas estruturas na Igreja que institucionalizem o diálogo e canalizem a colaboração entre os bispos, sacerdotes, religiosos e leigos..." (Medellín, 1968, p. 39). E, no Brasil, o ímpeto renovador se fez presente. Entre outros documentos salientamos o *Plano de Emergência*-PE e o *Plano de Pastoral de Conjunto*-PPC. O PE, exigido pelo Papa João XXIII, tinha como marca central a busca de renovação. Parte da análise da pastoral desenvolvida até então aponta a necessidade de uma revitalização da Igreja. Na parte pastoral do Plano de Emergência, três das quatro partes trazem no título a palavra renovação.

No bojo dessa caminhada, a Igreja sentiu como indispensável um melhor conhecimento da realidade, em bases mais científicas. A partir de então esse elemento passou a fazer parte constitutiva da reflexão e ação da Igreja no Brasil. Na mesma direção foi o Plano de Pastoral de Conjunto-1966-1970. Constatamos a articulação entre a necessidade, a urgência de um planejamento pastoral e um processo de renovação. Esse plano tinha como objetivo "Criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II" (CNBB-PPC, 1966, p. 25). Quatro aspectos importantes nesse objetivo: "a renovação da Igreja, no Brasil...", "a criação de meios e condições" para que a renovação aconteça, "o tempo em que se realizará esta renovação" e "a continuidade desta renovação" (CNBB-PPC, 1966, p. 25). Esses aspectos iluminaram a redação e organização do PPC. Essa renovação devia levar a mudanças das estruturas eclesiais, a uma ação ecumênica e a uma inserção na sociedade para transformá-la (Cf. CNBB-PPC, 1966, p. 28-30); articulação fé e vida por parte dos cristãos.

* **Relação Igreja/Mundo.** O Concílio Vaticano II com o documento *Gaudium et Spes* colocou em novos patamares o relacionamento Igreja/mundo. Durante muito tempo a Igreja via o mundo apenas como fonte do pecado e estimulava os cristãos a buscar uma vida de total distanciamento das coisas do mundo. Posição de condenação e de anátemas. Tendo em vista sua missão de anúncio de Jesus Cristo e de seu Reino, os padres conciliares, sem estabelecer identidade Igreja/mundo, assumem a Igreja como presente no mundo tendo que, a partir de dentro, exercer sua missão salvadora. A Constituição Pastoral GS no número 1 afirma:

> As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias, as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração (1968, p. 143).

A Igreja quer ser servidora da humanidade. Os bispos, na referida Constituição, colocaram o pensamento da Igreja sobre o homem e a comunidade, sobre a função da Igreja no mundo de hoje e analisaram alguns problemas considerados como urgentes naquele momento como o casamento, a cultura, a vida econômico-social, a vida política, a paz e a promoção da comunidade dos pobres e da comunidade internacional. A Igreja na América Latina tirou conseqüências para sua prática pastoral dessa necessidade de diálogo com o mundo. Medellín e depois Puebla debruçaram-se sobre as "angústias e sofrimentos" dos povos latinoamericanos e se comprometeram a lutar para a transformação das estruturas injustas. Esse novo posicionamento da Igreja levou ao reconhecimento e ao contato com as ciências humanas, a uma nova postura metodológica, colocando como exigência para a ação pastoral, para os estudos e

produção de documentos, a análise da realidade, o ver os problemas concretos. Os bispos em Puebla afirmaram:

> Movidos pela inspiração que vem dessa grande missão de ontem, queremos aproximar-nos, com olhos e coração de pastores e cristãos, da realidade do homem latino-americano de hoje, para interpretá-lo e compreendê-lo, a fim de analisarmos nossa missão pastoral partindo desta mesma realidade (Puebla, 1979, nº 14, p. 66).

Também em nosso país, a Igreja, nos anos 70 e 80, assumiu uma nova posição face à realidade e aos desafios vividos pelo povo brasileiro. Essa questão já estava presente no PE e, no PPC. A preocupação de partir da realidade esteve presente no PE e para que a Igreja pudesse ter um conhecimento científico da realidade, uma das preocupações foi a criação do Centro de Estatística Religiosa e Investigação Sociais (CERIS). Para responder aos desafios e melhor realizar sua missão, segundo o PPC, "Impõe-se, antes de tudo, uma ampla atividade de reflexão, com levantamento de dados e pesquisas, que nos dê diretrizes mais concretas, fundamente e suscite experiências, assessore os pastores, forneça subsídios aos cristãos engajados" (CNBB-PPC, 1966, p. 86).

* **Dimensão Comunitária - CEBs.** No bojo da renovação da Igreja, com a redescoberta da Igreja-Povo de Deus, um outro aspecto foi sendo retomado: a importância da vida em comunidade. Este aspecto encontramos nos vários documentos conciliares. Na LG vemos o acento numa Igreja-Comunhão; a GS chama atenção, entre outros pontos, para o fato de que Deus não chamou o homem para viver isoladamente, mas para formar uma comunidade, constituir-se num povo, no Povo de Deus; na Constituição sobre a Liturgia, a dimensão comunitária é colocada como elemento essencial; o Decreto sobre o Apostolado dos Leigos enfatiza que a ação apostólica em grupo é uma exigência humana e cristã e assim em tantos outros documentos. Na América Latina esses aspectos também estão nos documentos de Medellín e Puebla. Medellín reafirma que a salvação, a libertação passa pela vida em comunidade; que nos planos de pastoral deve constar a tarefa "de conscientização e educação social" e propõe a criação de pequenas comunidades, de comunidades de base como instrumentos de renovação da Igreja, para melhor viver a fé e testemunhá-la. (Seu surgimento, suas características e caminhada estão no item 4.3.3, do segundo capítulo, da primeira parte). No documento de Medellín-Pastoral Popular, lemos: "Procurar a formação do maior número possível de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente rurais ou de marginalizados urbanos" (1970, p. 92). As CEBs, na época de Medellín, estavam no seu início, em Puebla, já haviam aumentado em vários países, reconhecidas explicitamente pelo episcopado latinoamericano (Cf. Puebla, 1979, nº 156). Elas possibilitam um inter-relacionamento pessoal,

uma ligação fé e vida, um lugar de celebração da fé, do assumir o compromisso na transformação das estruturas injustas da sociedade; "são a expressão do amor preferencial da Igreja pelo povo simples..." (Puebla, 1979, nº 643, p. 194). No Brasil, as CEBs cresceram e se multiplicaram. No PPC, em 1966, encontramos a assertiva de que era preciso

> suscitar e dinamizar, dentro do território paroquial, comunidades de base (como as capelas rurais) onde os cristãos não sejam pessoas anônimas que apenas buscam um serviço ou cumprem uma obrigação, mas sintam-se acolhidos e responsáveis e delas façam parte integrante, em comunhão de vida com Cristo e com todos os seus irmãos (CNBB-PPC, 1966, p. 39).

A partir do processo de renovação da Igreja no Brasil, as Comunidades cresceram e se fortaleceram na maioria das dioceses e a CNBB já produziu documentos específicos sobres elas.

* **Opção pelos pobres.** Elemento constitutivo do projeto de Jesus Cristo. Este foi um tema abordado no Conc. Vat. II, embora não com a força da relação Igreja/Mundo, do Ecumenismo e outros. Foi sendo aprofundado nos escritos de Paulo VI e, na América Latina, nos documentos de Medellín e Puebla. Medellín coloca fortemente essa questão, enfatizando que os pobres estão no centro da Bíblia e que eles existem em nosso continente, fruto da injustiça institucionalizada e que a Igreja deve dar condições para que sejam sujeitos do processo de evangelização e de sua libertação. O desenvolvimento das CEBs, das pastorais populares articulam-se com essa opção. No Documento de Medellín "Pobreza da Igreja", lemos:

> "Queremos que a Igreja da América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos". (...) "A promoção humana será a linha de nossa ação em favor do pobre, respeitando sua dignidade pessoal e ensinando-lhe a ajudar-se a si mesmo" (1970, 14, 8 e 11, p. 147-148).

Essa opção foi sendo aprofundada na prática e na reflexão dos cristãos chegando a Puebla, onde se torna clara e explícita. A Igreja pretende ser pobre, ser dos pequenos e fracos. Puebla analisou a situação da pobreza dos povos latinoamericanos e disse que o clamor dos pobres "Agora é claro, crescente, impetuoso, nalguns casos ameaçador" (1979, nº 88, p. 79). Diante desse clamor, os bispos disseram que a evangelização é autêntica quando há um "amor preferencial para com os pobres". E "A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres..." (Puebla, 1979, nº 1134, p. 275). Essa opção vem sendo alimentada também pela Teologia da Libertação, que nasceu quando os cristãos assumiram a realidade concreta de miséria e exploração de nossa América Latina. A

Igreja no Brasil também assumiu essa opção claramente expressa no seu Objetivo Geral e na prática pastoral de muitas Igrejas Particulares.

* **Libertação**. Esta temática nasceu na América Latina nos anos 60, dentro do contexto de uma significativa mobilização popular, que levou, entre outros aspectos, os oprimidos a perceberem as causas da sua pobreza, da sua miséria. Nesse período se processava na AL uma discussão sobre o desenvolvimento dos povos. Muitos cristãos viveram intensamente esse momento engajando-se na luta contra o subdesenvolvimento. O CELAM e a CNBB também produziram toda uma reflexão sobre essa problemática, bem como empreenderam ações concretas. A busca do desenvolvimento impregnou amplos setores da sociedade em diversos países, inclusive da Igreja Católica. Nesse contexto, os cristãos descobriram a dimensão social, libertadora da sua fé e na luta que travam contra a situação econômica, social e política, o compromisso de sua fé, a presença de Deus. Aprofundando a reflexão, perceberam que a situação de empobrecimento, de subdesenvolvimento presente na AL era conseqüência de uma política deliberada dos países desenvolvidos, era gerada pela dependência imposta pelos centros hegemônicos. Concluíram ser indispensável a transformação das estruturas injustas, de profundas mudanças na economia, na política, na cultura, na religião, enfim um processo de libertação. Ao mesmo tempo emerge a consciência de que o pobre, que o povo deve ser sujeito de sua libertação. Nessa busca nasceu a Teologia da Libertação. Medellín assumiu a temática da libertação, reconheceu a situação de miséria e as estruturas injustas do continente, oficializou esse discurso, dando respaldo à prática libertadora dos cristãos. Após Medellín, houve um crescimento dos trabalhos numa linha libertadora, obrigando a Igreja, ou parte dela, a redefinir seu lugar social e suas relações com os setores dominantes. Puebla, refletindo sobre a evangelização, tarefa central da Igreja, reafirmou a caminhada que vinha de Medellín, enfatizou a dimensão social da fé, como parte da mensagem evangélica (Cf. Puebla, 1979, nº 476, p. 160). Enfatizou a libertação integral,

> que se vai realizando na história, a libertação de nossos povos e a nossa própria pessoal, e abrange as diversas dimensões da existência: o social, o político, o econômico, o cultural e o conjunto de suas relações. Em tudo isso há de circular a riqueza transformadora do Evangelho, com sua contribuição própria e específica, que se deve salvaguardar (Puebla, 1979, nº 483, p. 161).

E o episcopado, diante da situação de miséria, afirmou: "temos razões gravíssimas para urgir a evangelização libertadora" (Puebla, 1979, nº 487, p. 162). Essa temática também está presente no Brasil, desde os anos 60. O engajamento nas lutas do povo, o concretizar-se da opção pelos pobres se fez através das CEBs, das pastorais populares, de vários movimentos de leigos e setores da hierarquia, como já vimos anteriormente.

* **Pedagogia Libertadora. O método Ver-Julgar-Agir.** Na busca de realizar sua tarefa de uma evangelização libertadora, os cristãos, as comunidades de base foram buscando também uma pedagogia adequada. Uma pedagogia articulada com essa nova prática dos cristãos, com uma nova eclesiologia que foi sendo construída. A conjunção de várias reflexões e práticas, como a pedagogia do desenvolvimento, a de Paulo Freire, a da Ação Católica, as atividades do MEB no Brasil e outros foram fazendo emergir a necessidade de uma nova praxis educativa. Diante da situação vivida pelo povo, da situação educativa do nosso continente, os bispos em Medellín propõem uma educação libertadora "conforme com o desenvolvimento integral que propugnamos para nosso continente; chamá-la-íamos 'educação libertadora', isto é, que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento" (Medellín-Educação, 1970, nº8, p. 74). Outros Documentos da Conferência de Medellín ao abordarem a questão popular, a catequese, a juventude, a ação dos leigos referem-se também à educação libertadora e a uma pedagogia libertadora. O processo educativo supõe uma metodologia. Neste campo, nos diferentes níveis, faz-se uso do método ver-julgar-agir, assumido como instrumento necessário na prática e na reflexão dos cristãos pela Conferência de Medellín. Este tema retornaremos oportunamente.

* **Participação**. A participação vem se constituindo num princípio importante na caminhada da Igreja nos últimos anos, como experiência e como profundo desafio. Hoje temos a consciência nos mais diversos setores da sociedade e da Igreja de que a participação é um signo do nosso século. Em face dessa realidade, as pessoas buscam estar informadas, se organizam para cobrar dos dirigentes, batalham para tomar parte das decisões que envolvem as suas vidas. Participar significa 'tomar parte', 'fazer parte'. A participação faz parte da natureza humana. Pe. Dalton afirma que participar "é o caminho próprio do humano para se dizer como homem-sujeito" (1986, p. 63). Nesse horizonte, a ampliação dos espaços de participação possibilita a emergência da criticidade e, em conseqüência, a presença do homem-sujeito. Segundo Bordenave, a participação supõe graus e níveis, nessa perspectiva, duas questões são chaves: "qual é o grau de controle dos membros sobre as decisões e quão importantes são as decisões de que se pode participar" (Bordenave, 1983, p. 30). Nos deparamos com a problemática do poder; quanto às decisões, há vários graus, desde a simples informação até a auto-gestão.

Essa realidade da busca de participação também vem marcando a vida da Igreja. O Concílio Vaticano II, como já vimos anteriormente, retomou a perspectiva da Igreja-Povo de Deus e conseqüentemente procurou redefinir o lugar e a presença dos leigos como sujeitos.

Como falar em sujeitos, em Povo de Deus sem o exercício da participação? Essa questão foi clareando e ampliando-se com o concretizar-se dos documentos conciliares. À medida que alguns espaços de participação foram se concretizando, a Igreja foi-se obrigando, na prática, a repensar a forma de exercício do poder. Como membros do Povo de Deus os leigos são chamados a participar da missão da Igreja, a estarem presentes na sociedade, nos mais diferentes setores, penetrando a sociedade dos valores cristãos e também, internamente, a vida da Igreja. Medellín e Puebla reafirmaram a necessidade e a urgência da participação dos leigos na vida da Igreja. Os bispos em Puebla colocaram como um dos eixos do seu documento a articulação entre 'Comunhão e Participação'. Os leigos são chamados a dar sua contribuição através do Conselhos Diocesanos e Paroquiais de Pastoral, dos Sínodos, das Assembléias Diocesanas, dos organismos laicais e outras formas participativas. A Igreja do Brasil, ao implementar a pastoral de conjunto e o planejamento, desde o Plano de Emergência, vem enfatizando a importância e necessidade da participação dos leigos. No Brasil, a prática das pastorais e das CEBs se constituem num "exercício cotidiano de aprendizado de participação". É verdade que, quanto às decisões, há ainda um controle muito grande da hierarquia nos mais diferentes níveis e particularmente no nível macro pouco se caminhou. Este se constitui num grande desafio, como afirmam os bispos do Brasil, no documento *Exigências éticas da ordem democrática.* Ainda há muito a ser feito.

Para compreender o desenvolvimento do processo educativo e explicitar esses pontos na caminhada da Igreja de Lins é necessário não esquecer o contexto que já apresentamos no capítulo anterior. Nesse capítulo vimos que no fazer-se da caminhada pastoral da diocese vários organismos foram sendo criados e vários deles atuando ao mesmo tempo no processo formativo. Há também etapas diversas, nas quais um organismo se faz mais presente que outros. Também é preciso levar em conta a formação nos diferentes níveis - do povo, dos fiéis; dos que exercem diferentes ministérios e os que têm a tarefa de formadores, de assessores. Procuraremos analisar o desenrolar da formação a partir de atividades desenvolvidas pelos diferentes organismos existentes na diocese. Ao realizar essa análise muitas vezes separamos organismos, atividades, períodos, para efeito de apresentação do trabalho, deixando claras a interrelação e articulação que existem entre eles.

Procuraremos analisar cada experiência, articulando-as com os objetivos gerais, situações, contexto, conforme os princípios acima explicitados.

II - A Formação na Igreja de Lins.

1. Secretariado Diocesano de Ação Pastoral. Conselho Diocesano de Pastoral.

Em 1965, D. Pedro Paulo, chegando à diocese, reestruturou o Secretariado Diocesano de Ação Pastoral (SEDAP), criou várias comissões, com o objetivo de colocar em prática o Concílio Vaticano II, buscando mudar a estrutura interna da Igreja, e motivando os católicos para uma inserção na sociedade de maneira crítica para transformá-la. Essas preocupações acompanharam fortemente a Igreja Particular até a metade dos anos 80. Para concretizar essas expectativas, contidas no objetivo geral da Igreja no Brasil, assumidas pela Diocese de Lins, foram planejadas várias atividades, entre elas a de formação. Inicialmente procurou-se atingir todos os padres, os leigos que participavam das atividades paroquiais, das associações, dos movimentos, para uma capacitação "pessoal e criar na diocese um clima de renovação, através da participação em cursos, dias de estudo, reflexões teológicas, pastorais, técnica de planejamento..." (Plano de Pastoral, 1968, p. 5). Nessa linha, o Secretariado organizou, promoveu, assessorou cursos e encontros em nível paroquial e diocesano, no sentido de apresentar as reflexões e propostas de uma comunidade paroquial renovada; para apresentar as conclusões do Vaticano II e de Medellín; para estimular o surgimento de CEBs. Realizou-se também todo um processo de encontros, cursos para catequistas, para a juventude e para outros grupos.

O Secretariado vem sendo um organismo aglutinador e de incentivo a todo o processo pastoral e de formação. Em 1975, como vimos no capítulo anterior, foi criado o Conselho Diocesano de Pastoral, que passou a ser a instância de reflexão, decisões e encaminhamentos quanto à vida pastoral e, em decorrência, também com relação à formação. Mesmo com a criação do Instituto Teológico de Lins-ITEL, em 1974, o SEDAP continuou realizando atividades de formação. Atividades articuladas com os encaminhamentos pastorais a partir do Conselho Diocesano de Pastoral, pelo ITEL e pelas diversas Coordenações Diocesanas.

1.1. Semanas de Estudos.

A partir de 1975, foram organizadas Semanas de Estudos para reciclagem do clero. Na década de 80, as Semanas, deixaram de ser Semanas de Estudos do Clero Diocesano, passaram a abordar temas centrais para a caminhada da pastoral diocesana colocados pelas necessidades do dia-a-dia e a contar também com a presença de religiosas e de leigos das

comunidades, catequistas, jovens, etc. As Semanas tinham, no início, como objetivo atingir os componentes das diversas coordenações dos diferentes níveis, e cristãos com um mínimo de preparação e engajamento; não pretendiam ser uma atividade para iniciantes. Tais Semanas alimentavam a caminhada pastoral da Igreja Diocesana. A preocupação maior foi de fortalecer a caminhada de uma pastoral popular, das CEBs e do engajamento dos cristãos. As duas últimas - 1989 e 1990 - foram sobre os temas da Campanha da Fraternidade (CF). No período analisado, três semanas trataram do tema Fé e Política. Para envolver as comunidades e os participantes na reflexão e na preparação do respectivo tema, até 1985, alguns subsídios eram oferecidos e ao mesmo tempo havia solicitação para responderem a um questionário. O resultado do levantamento era utilizado pela Coordenação de Pastoral e enviado aos assessores de cada tema. Nas Semanas, os temas eram tratados sempre numa metodologia participativa, levando os presentes a se manifestarem e produzirem a reflexão em conjunto, bem como a decidirem sobre o que fazer. As Semanas ocorreram na maioria das vezes no final de janeiro. A partir de 1986, o tema passou a ser abordado em dois momentos, no decorrer da Semana e no final da semana subseqüente. Dessa forma, ampliaram-se as possibilidades de participação dos leigos. Os temas, como já assinalamos, eram articulados com a pastoral diocesana, definidos pela coordenação da pastoral, que procurava acolher sempre as sugestões dada pelos participantes das Semanas. Procurava-se articular sempre um tema ao outro. Os temas das Semanas foram:

Ano	Tema	Assessor
1980	Puebla	Frei Gilberto Gorgulho
1981	CEB-o que é?	Carlos Rodrigues Brandão
1982	CEBs e Política	Luiz E. Wanderley
1983	Pastoral Popular na nossa experiência e na Bíblia	Pe. José Oscar Beozzo
1984	Liturgia e Religiosidade Popular	Pe. Edir Soares
1985	Ministérios	Pe. Edir Soares
1986	Teologia da Libertação	Pe. Hugo D'Ans
1987	Fé e Política	Pe. Ernanne Pinheiro
1988	Fé e Política	Pe. José Oscar Beozzo

1989	Comunicação Social	Pe. Carlos Strabelli
1990	Mulher	Thereza de A. Leite

No final dos anos 80, essa experiência foi perdendo força. Em 1991, deixou de existir, dando lugar a uma nova proposta, com uma Mini-Assembléia por ano, versando sobre uma das prioridades diocesanas.

1.2. **Subsídios.**

O Secretariado, após discussão a cada ano pelo CDP, encaminha a questão dos subsídios a serem utilizados naquele ano. São elaborados subsídios próprios e utilizados também os de outras dioceses e organismos. Para a produção são constituídas equipes diversas. O ITEL vem colaborando permanentemente com esse trabalho, pois também está dentro de seus objetivos. Há subsídios sobre N. Senhora, para o mês de maio e Romaria Diocesana ao Santuário de Fátima de Lins; sobre a problemática vocacional, no mês de agosto; sobre a Bíblia, para setembro e outubro; a novena de Natal; sobre a política e outros.

Entendemos que esses subsídios se inserem na perspectiva de formação, atingindo o povo, os cristãos que participam dos círculos bíblicos, das novenas, das comunidades, dos vários grupos. Possibilitam ao mesmo tempo que os dirigentes, ou animadores, tenham nas suas paróquias e às vezes na região pastoral um processo de aprofundamento quer em nível do conteúdo, quer em nível da metodologia. Analisaremos neste capítulo vários subsídios, vejamos neste tópico as Novenas de Natal.

1.2.1. **Novena de Natal.** É tradição da comunidade católica a realização da Novena de Natal. Durante nove dias as pessoas, organizadas em grupos, se encontram para rezar, refletir e se preparar para a festa do nascimento de Jesus Cristo. A exemplo de outras dioceses, no início da década de 80, a Diocese de Lins discutiu nos vários níveis sobre a conveniência de produzir sua própria novena de Natal. Em 1982, o Conselho Diocesano de Pastoral concluiu esse processo de reflexão e decidiu pela elaboração da referida novena. A cada ano há um tema a partir da caminhada da Igreja Particular, às vezes articulando-se a outros propostos pela Igreja do Brasil, como os da Campanha da Fraternidade, por exemplo. Esses temas específicos são sempre iluminados pelo tema geral do nascimento de Jesus Cristo, da vida. A escolha dos temas tem como pano de fundo o objetivo geral da pastoral diocesana e as prioridades que foram sendo definidas pelas Assembléias Diocesanas.

Vejamos os temas das novenas de 1982 a 1990:

1982 - O Povo vê uma grande luz.

1983 - Chamados a participar e servir

1984 - Natal é vida que nasce

1985 - Natal é festa do pão repartido

1986 - Jesus Cristo e a paz

1987 - Maria Mãe de Deus/Maria Mãe do Povo

1988 - (sem um tema geral)

1989 - Renasce a esperança

1990 - Maria mulher educadora.

A novena de 1982, teve como preocupação apresentar os resultados da Vª Assembléia Diocesana; a de 1983 buscou articular os vários ministérios, existentes na Igreja Particular e as decisões da referida Assembléia; as de 1984, 1985 e 1990 focalizou temas do contexto diocesano e os das respectivas CF (Para que todos tenham vida; Pão para quem tem fome e Mulher e Homem: imagem de Deus, respectivamente); a de 1986 articulou-se com o Ano Internacional da Paz e a de 1987 sobre N. Senhora, com Ano Mariano.

As novenas se apresentam no formato de um livreto, variando de 30 a 60 páginas. Contam com momentos de oração, diálogo, de análise da realidade sócio-econômica, de reflexão, de canto, de leitura da Bíblia e propostas de ação. Utilizam-se de uma linguagem simples e concreta na abordagem da Palavra de Deus e dos temas sociais, ajudando a reforçar os trabalhos das comunidades de periferia. O método utilizado é o ver-julgar-agir. As novenas contêm uma oração introdutória e uma conclusiva, que são rezadas todos os dias e um encontro específico para cada dia, onde se aborda um aspecto do respectivo tema. Como ilustração, apresentamos a novena de 1982, cujo tema foi "O povo vê uma grande luz!". Esse tema foi desdobrado nos seguintes encontros:

O povo vê uma grande luz:

1° dia: na sua caminhada.

2° dia: nos pobres, os preferidos de Deus.

3° dia: quando os jovens despertam.

4° dia: quando constrói uma sociedade justa e fraterna.

5° dia: quando constrói comunidade.

6° dia: quando se organiza.

7° dia: quando celebra suas vitórias.

8° dia: quando renasce a esperança.

9° dia: quando nasce o Salvador.

O tema geral é sempre explicitado na capa do livreto, que é transformada em cartaz grande e pequeno. Estes são utilizados para serem colocados nas casas das pessoas que participam da novena. Como ilustração apresentamos as capas das novenas de 1982 a 1990.

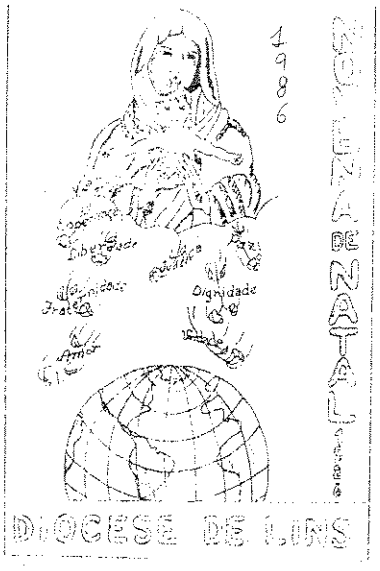
Figura 2 - As capas das novenas de Natal de 1982 a 1990.





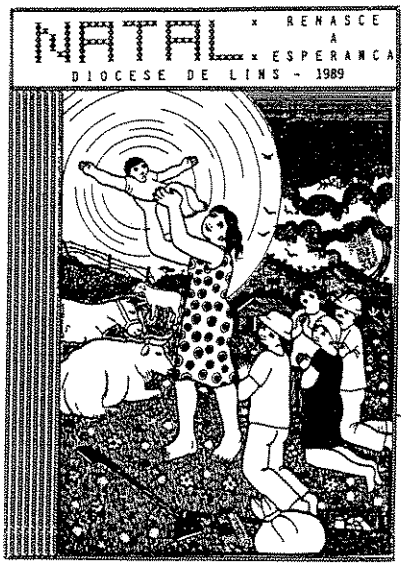














A estrutura básica de cada encontro: oração inicial, a realidade sócio-econômica em que se vive, a Palavra de Deus, gesto concreto e oração final. A realidade pode ser expressa através de um desenho; de questões e desenho; de diálogo; de acontecimentos da região ou do Estado ou do país. Para cada encontro há um desenho para debate. O desenho e os acontecimentos ajudam a enxergar a realidade, que iluminada pelo texto bíblico, procura articular fé e vida. São indicados também vários cantos.

No conjunto dos encontros, ao longo desses anos, alguns assuntos aparecem mais de uma vez: CEBs - 5 vezes; Jovens, família, organização do povo, esperança, terra, trabalho - 3 vezes; pobres preferidos de Deus, participar e servir, saúde, educação, verdade, justiça, política, moradia - 2 vezes cada.

Nas novenas, os princípios, os eixos orientadores presentes na prática pastoral da Diocese de Lins, que explicitamos no início deste capítulo, aparecem como destaque. Através de alguns exemplos, mostraremos, como se fazem presentes.

No processo de caminhada, dentro do planejamento pastoral, em 1982, os vários organismos consideraram oportuno fazer uma novena própria da diocese, como instrumento de preparação ao natal, abordando o tema do nascimento de Jesus Cristo com temas da atualidade e considerados importantes dentro do objetivo geral e das prioridades pastorais da diocese. Essa perspectiva podemos perceber claramente na apresentação da novena de 1982, onde lemos:

> Pareceu bom ao Bispo Diocesano com o seu Conselho Diocesano de Pastoral valer-se da NOVENA DE NATAL deste ano para levar o espírito, o objetivo, as prioridades e as propostas de ação da V ASSEMBLÉIA DIOCESANA a todas as paróquias, comunidades, grupos, movimentos, associações... (1982, p. 3).

A preocupação de atualizar a novena está expressa da seguinte forma: "Quando celebramos o Natal estamos celebrando a caminhada de nossa Igreja, hoje. A nossa fé é ligada à nossa vida. Por isso, a Novena de Natal, neste ano, se inspira nas conclusões da V ASSEMBLÉIA DIOCESANA, que realizamos de abril a agosto de 1982" (1982, p. 4). É uma forma de estar passando ao povo as decisões e encaminhamentos do trabalho diocesano. Dentro desse horizonte, a novena de 1983 teve a preocupação de salientar as prioridades: CEBs e Organização do Povo. E em várias outras essa preocupação esteve presente.

Um outro princípio, também fortemente presente nas novenas é o da relação Igreja-Mundo. A realidade, uma reflexão sobre os grandes problemas e a busca da articulação fé e vida é uma constante nos encontros. Esse aspecto vemos claramente manifesto na

apresentação de vários anos de novena. Na novena de 1984 destacamos: "Para entendermos a novena precisamos compreender a preocupação fundamental dos seus autores: colocar o acontecimento do Natal mais perto possível da vida real do povo desta região, hoje" (1984, p. 2). Na novena de 1986 encontramos:

> Hoje será bom sublinhar a palavra TERRA. A paz que Jesus nos traz é para esta terra em que vivemos: este chão, a nossa história, a sociedade atual, e nosso Brasil de hoje, a vida real dos brasileiros. Cristo veio trazer a paz não somente para a nossa vida pessoal, nem somente para os nossos corações. Seu programa e sua obra de paz devem transformar toda a sociedade para que a vontade do Pai seja feita não somente no céu, mas também aqui, hoje, em nossa terra, como rezamos no Pai Nosso (1986, p. 3).

Em 1988, salientamos: "E a encarnação não é um fato do passado, pelo contrário, é o ponto fundamental de toda pastoral. Só é possível fazer algo de cristão, encarnando-se, assumindo a história". (1988, p. 1). E, finalmente, na de 1990 lemos:

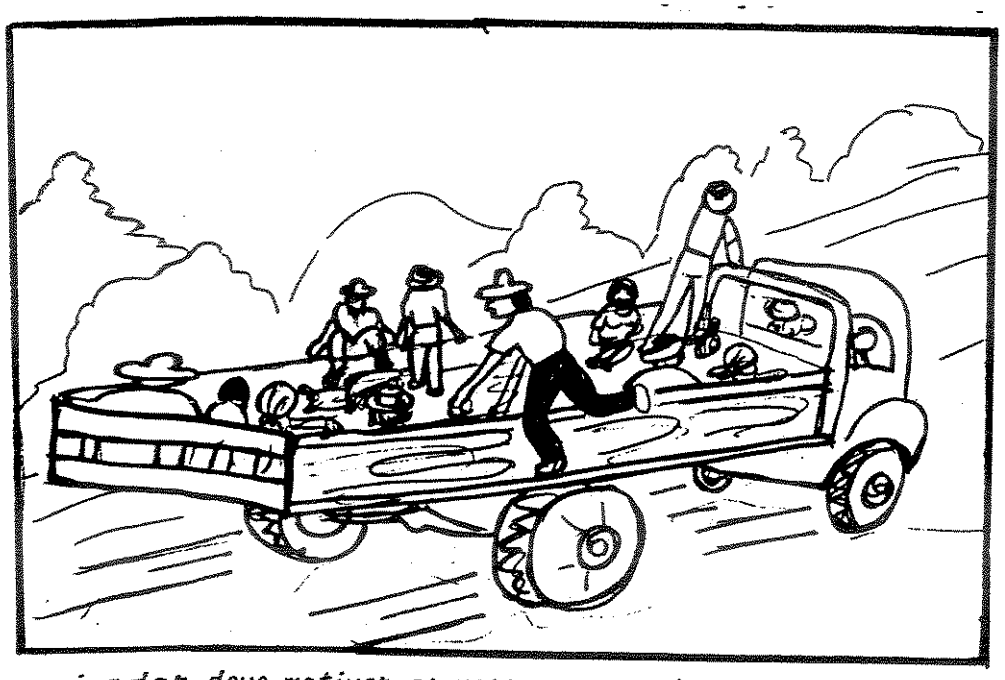
> O importante, porém, consiste em ser fiel à estratégia escolhida por Jesus: participação da história. E é na história de hoje que encontramos o Jesus vivo. (...) Os dirigentes e animadores da novena terão toda a liberdade criativa de completar o presente roteiro com fatos e dados referentes à situação local (1990, p. 1-2).

Em todos os encontros, a realidade se fez presente através do 'Fato da vida', 'questionamento da vida', 'desenho/fato da vida', colocados para a reflexão dos participantes da novena. O gesto concreto muitas vezes leva a essa ligação fé, Igreja/mundo, realidade. Esse momento do encontro leva a uma reflexão sobre a realidade, articulada com a Palavra de Deus e motivação para ação. Na primeira novena, a de 1982, no 6° dia, no encontro sobre "O povo vê uma grande luz quando se organiza", o fato da vida, foi ligado ao trabalhador bóia-fria, realidade marcante na região. O animador apresenta: "Cícero, trabalhador volante (bóia-fria) em Lins, na V Assembléia Diocesana, contou o seguinte:

> Em todos os lugares, o transporte dos volantes é muito precário; geralmente são caminhões sem bancos e sem toldo. E, ultimamente, tem acontecido muitos acidentes. O grupo dos rurais volantes de Lins, ajudado pela Comissão Pastoral da Terra, pela Faculdade de Serviço Social e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, se organizou para reivindicar melhor transporte. Numa reunião do Sindicato, em que conseguimos reunir muitos volantes, conversamos sobre o problema e descobrimos que existem leis que dizem como deve ser o transporte do rural volante. Então, resolvemos fazer um abaixo assinado. foi aí que recebemos apoio de outros volantes, do povo e do Bispo da diocese. Conseguimos 800 assinaturas. Entregamos esse abaixo-assinado à Polícia Civil, à Polícia Rodoviária, ao Prefeito e a outros. Nosso grupo é pequeno mas, nas lutas conseguimos a união com muitos companheiros de trabalho. Agora, a gente sente que vai caminhando e vencendo (1982, p. 19-20).

Junto com esse texto há um desenho, que colocamos em seguida.

Figura 3 - Um caminhão com bóias-frias



(o animador deve motivar as pessoas presentes e conversar sobre o desenho).

Em seguida, neste encontro, foi proposta a leitura do Evangelho (Lc. 2, 22.25.27-32) e, para reflexão, foram colocadas questões falando sobre a temática da organização. O gesto concreto: "Interessar-se por conhecer a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e seu trabalho. Se possível, marcar uma reunião e convidar uma pessoa que conhece o trabalho da CPT" (1982, p. 20). Muitos outros exemplos poderiam aqui ser colocados.

A opção pelos pobres é outro princípio orientador nas novenas. Esse princípio básico, como já vimos, encontra-se no objetivo geral da pastoral da diocese que foi trabalhado de maneira particular na novena de 1982, sempre retomado nos anos seguintes, pelos diversos temas. Fica claro também pelos fatos de vida, pelos textos bíblicos, pelos cantos e outros pontos. Na referida novena o objetivo é repetido todos os dias na oração inicial. No segundo dia dessa novena, o tema: "O povo vê uma grande luz nos pobres, os preferidos de Deus", foi desenvolvido através do fato de vida mostrando a realidade em que vive o povo, na reflexão bíblica com Lc. 1, 51-53 (Magnificat) e Lc. 6, 20-26 (Bem-aventuranças). No fato de vida, de início, o animador mostra a opção de Cristo:

> Jesus, Filho de Deus, nasceu pobre no presépio, sendo visitado primeiramente pelos pastores, gente simples do povo. Jesus e a Igreja têm atenção especial pelos pobres porque são pessoas que foram colocadas à margem da sociedade. Não têm segurança no emprego, nem instrução, nem moradia digna, nem assistência médica, etc. Deus se interessa por eles

> porque quer que se unam e se organizem para mudar essa situação injusta (1982, p. 9).

Em seguida, o pobre é apresentado como sujeito de mudanças, através do leitor que diz: "A solidariedade entre os pobres revela que Deus é um Deus solidário com a sorte dos necessitados. Esta solidariedade gera a esperança de que eles são capazes de transformar o mundo" (Idem, ibidem). Na seqüência o leitor apresenta uma situação de trabalhador que foi expulso da fazenda em que trabalhava e como uma comunidade de periferia o acolheu, com sua família. Dos outros encontros de 1982 quando falam do povo referem-se aos mais pobres, na necessidade de organizar-se, de construir uma sociedade justa e fraterna. A novena de 1983, com a temática voltada para o servir, também salientou o como toda Igreja deve estar a serviço dos mais pobres. As outras novenas, ao abordar temas ligados à realidade, falam da situação dos trabalhadores e de seus problemas concretos como moradia, saúde, transporte, trabalho e outros. Na novena de 1989, o 3° encontro foi "Renasce a esperança nos pobres".

O princípio Libertação está profundamente ligado com o da opção pelos pobres. Os pontos que assinalamos acima, evidentemente se referem também à temática da libertação. Quando são apresentados os fatos de vida, questionamentos são apresentados no sentido de mudanças da situação, de transformação, de libertação. Do ponto de vista bíblico, podemos encontrar os textos do ùxodo, Isaias e dos Evangelhos, como: Magnificat, as Bem-aventuranças, os referentes ao Reino e outros. Na novena de 1983, no 1° encontro "O Povo de Deus é chamado a participar e servir", afirmou-se:

> Por isso, Jesus anuncia que Deus quer reinar sobre todos os homens, livrando-os de todas as injustiças e opressões: pecado, morte, condições desumanas de vida, e restabelecendo a Paz: E Jesus chama todos os homens a participar deste PROJETO DO REINO DE DEUS... (1983, p. 7).

Após a leitura bíblica, o animador afirma: "Nossa resposta deve nos levar a participar de todas as iniciativas assumidas em favor da melhoria das condições de vida do nosso Povo, pois a força libertadora do Evangelho nos motiva a construir uma sociedade justa e fraterna" (1983, p. 8). Na novena de 1989 praticamente todos os encontros se articulam com essa temática: a libertação mostrada como fonte da esperança. Num encontro lemos: "O Evangelho é Boa Notícia de Libertação. Libertação é acabar com as correntes da injustiça e da opressão. Libertação é terra e trabalho. É pão e moradia. É saúde e escola" (p. 21). O tema foi tratado também na novena de 1986, no encontro "Jesus, homem livre e libertador" e na de 1987, no encontro "Maria da Libertação". Nesse encontro quando da reflexão bíblica, o animador chama a atenção da necessidade de conhecer; história da libertação do povo no Antigo Testamento, o projeto de libertação presente no Novo Testamento e, finalmente, a libertação na história dos

homens de hoje (Cf. p. 29). Muitos dos cantos das novenas têm suas letras falando da libertação, da transformação, da luta, dos mais pobres, de Jesus e Maria libertadores. E os sinais da libertação? No último encontro de 1982, "O povo vê uma grande luz quando nasce o Salvador", o animador afirmou:

> Há muitos sinais do nascimento de Jesus. Ele é a força dos pobres e das comunidades. É por causa de sua fé que o povo que sofre espera uma vida mais respeitada. Em toda a diocese surgem novas comunidades. Já começam as reuniões do povo sem terra. Os jovens estão despertando para a realidade que precisa mudar. Surge a pastoral operária. Os mais pobres estão se interessando e participando da política, porque sentem que precisam participar das decisões e da vida do seu município, estado e país. E há muitas outras iniciativas bonitas de ponta a ponta da diocese. As dificuldades são grandes, mas, nesta caminhada do povo de Deus, Jesus está nascendo de novo (p. 27).

Participação ocorre no desenrolar da novena e, ao mesmo tempo, é estimulada pela reflexão realizada nos diversos encontros. A reunião dos grupos e a preparação dos animadores são espaços de participação. "Chamados a participar e a servir" foi tema da novena de 1983. A participação dos cristãos, das comunidades de base na vida do povo, nos movimentos populares, nas diversas lutas foi enfatizado nessa novena. A participação está na própria dinâmica da novena: no processo de preparação dos animadores e das várias equipes de trabalho. Nos encontros, ela é apresentada nos fatos de vida, nos desenhos e nos gestos concretos. Muitos dos gestos sugerem o contato com pessoas, organizações da comunidade eclesial, dos bairros e da cidade, etc. Segundo as novenas, o nascimento de Jesus Cristo deve levar os cristãos a assumirem os desafios da realidade e participarem na construção do Reino e na transformação da sociedade.

A dimensão comunitária - a CEB é um outro princípio da prática pastoral presente na celebração das novenas e em seus textos. As CEBs são uma realidade e sempre um desafio, no sentido de ampliá-las na Igreja Particular de Lins. As novena acontece nos grupos de reflexão ou de quarteirão, nas pequenas comunidades. Participação e vida comunitária é o que estimulam a vida desses grupos. No final da novena, os vários grupos se encontram, às vezes para realizarem juntos uma celebração do Natal. Esse encerramento da novena faz com que a dimensão comunitária e a inter-relação das pessoas se ampliem. A comunidade é o chão necessário para que a análise da realidade e o processo de engajamento na transformação da sociedade se dê. A prioridade CEBs foi trabalhada em cinco novenas: 1982, no 5° dia: O Povo vê uma grande luz quando constrói comunidade; 1983, no 2° dia: As Comunidades Eclesiais de Base, círculos bíblicos, grupos de oração e reflexão e organizações populares são chamados a participar e servir; 1988, no 1° dia: Comunidades Eclesiais de Base; 1989, no 4° dia: Renasce a Esperança nas CEBs e 1990, no 4° dia: Mulher - animadora das Comunidades. Foi o tema

mais refletido de 1982 a 1990. Dada essa incidência vejamos os pontos analisados. A Comunidade é apresentada como o espaço de partilha, de crescimento pessoal e de luta por uma nova sociedade, pela libertação. Nesse sentido, na novena de 1982, lemos: "Coloca em comum os seus problemas (o povo) e, iluminado pela Palavra de Deus, procura saídas para o seu sofrimento e trabalha pelo nascimento de uma sociedade justa e fraterna. (...) Todos têm possibilidade de crescer na caminhada". (p. 16-17). Em 1983, "A vida em família, em comunidade, onde tudo, aos poucos, começa a ser repartido, colocado em comum, faz com que vida do Senhor Jesus, aconteça, exista para todos". No fato de vida dessa novena foi apresentado um diálogo entre duas mulheres onde uma apresenta o que é uma comunidade, sua importância, exemplos de lutas concretas e como uma delas cresceu através de sua participação. No texto de 1989, encontramos: "Unidos no mesmo espírito queremos construir um mundo justo e fraterno. (...) Libertação é construir a paz, criar fraternidade, promover a vida. É animar homens e mulheres a buscar o Reino de Deus" (p. 21). A realidade do povo, a lutas, as experiências são apresentadas nos fatos de vida, por intermédio de diálogos, pequenos fatos, textos e dos desenhos. Dentro dos encontros um outro aspecto é o da ligação entre fé e vida, as CEBs são enfatizadas como uma nova forma da Igreja ser. Em 1982, "Nas comunidades aparece uma nova figura de Igreja. Não é outra Igreja, mas a mesma Igreja com rosto novo" (p. 16). Em 1983,

> Vamos, refletir, hoje, sobre as comunidades, os grupos que vão descobrindo, lentamente, a Palavra de Deus, vivendo e anunciando essa Palavra aos homens. É nessa reunião de pessoas que vivem o amor, praticam a justiça, e lutam por um mundo mais fraterno que a vida de Deus se torna presente de modo mais claro, mais vivo (p. 10).

Em 1989, "A missão das CEBs é anunciar o Evangelho, a boa notícia do Reino de Deus" (p. 21). A ligação fé e vida, uma nova forma de ser Igreja, uma nova prática eclesial, tem como modelo as primeiras comunidades cristãs, como apresentadas nos Atos dos Apóstolos. O trecho Atos, 2, 42-47, está presente em quatro das novenas aqui assinaladas. A mulher é um elemento-chave na vida das comunidades. Na novena de 1990 cuja temática central foi a mulher, ela é apresentada como animadora, educadora das comunidades. Entre outras afirmações: "A mulher, pela sua presença e participação, carinho e acolhimento se torna uma verdadeira educadora em nossas comunidades, pequenos grupos, em toda a vida da Igreja" (p. 22). No momento de reflexão, o grupo é chamado a ver como anda a situação da mulher naquela comunidade. Outro elemento importante são os desenhos e os cantos. Vejamos dois cantos: "Estrada da vida", com a seguinte estrofe: "Comunidade é compromisso/ Povo simples a agir/ Crianças, adultos e jovens, Na defesa do irmão explorado". E, "Libertação", com o

estribilho: "Nossa alegria é saber que um dia/ Todo este povo se libertará/ Pois, Jesus Cristo é o Senhor do Mundo/ Nossa esperança realizará". E, com relação à prioridade CEBs, as novenas chamam a atenção dos participantes para a necessidade de se comprometerem em concretizá-la.

E um último princípio é o da Pedagogia Libertadora. As novenas querem ser um espaço educativo no qual, a partir do diálogo, da reflexão e da prática, as pessoas possam se tornar críticas e engajadas na transformação da Igreja e da sociedade, para que o Reino de Deus aconteça. O método utilizado é o ver-julgar e agir. Essa é estrutura básica dos encontros: o ver da realidade, o julgar a partir da palavra de Deus, dos documentos da Igreja, da caminhada diocesana e o agir a partir dos questionamentos e dos gestos concretos.

As novenas organizadas desde 1982 vêm sendo utilizadas por uma parte das paróquias e comunidades da diocese. De maneira geral as que as utilizam são as que concordam com a visão de homem (ser crítico e participativo), com a forma de ver a realidade (dividida em classes sociais), com a leitura bíblica feita e o projeto de sociedade e Igreja presentes nos textos produzidos. Elas não são muito aceitas por setores que moram na parte central das cidades e por determinados setores do clero. Os que não as aceitam criticam-nas de radicais, parciais e de imposição por parte da coordenação diocesana e etc. Dada a natureza do material, ele às vezes leva a uma posição polarizada, preto/branco, certo/errado. Uma tentativa no sentido de envolver uma maior parte da diocese, foi delegar a tarefa de sua elaboração para a região pastoral de Penápolis, onde havia mais resistência. (A novena de 1986 foi a mais fraca das nove aqui analisadas). A perspectiva ideológica presente nas novenas, marcada pela utopia, está a serviço da construção de uma cosmovisão a partir do pobre, do marginalizado na ótica de determinados setores da Igreja. (colocar porque é parte do processo formativo).

2. Áreas Pastorais.

Analisaremos em seguida a formação das seguintes áreas pastorais: catequese, liturgia, juventude e política. Para o planejamento e realização de atividades específicas , inclusive de formação para as diferentes áreas pastorais e de movimentos, existem coordenações próprias. Estas compostas na sua maioria de leigos, que acompanham os trabalhos e promovem encontros, cursos para intercâmbios, troca de experiências e para estudo. Existem coordenações da Catequese, do Cursilho, da Pastoral da Juventude, Vocacional, da Criança, da Educação e outras.

2. 1. **Catequese**.

Uma área de constantes preocupações e investimentos tem sido a da Catequese. Ela se constitui, para a Igreja, uma preocupação fundamental, pois é por seu intermédio que a educação da fé ocorre. Através da catequese são apresentados os princípios, os valores, as regras básicas da religião católica, bem como determinada visão de homem e de mundo. A catequese, a partir do século XVI, passou a dar ênfase à dimensão individual, da instrução, utilizando-se do catecismo de perguntas e respostas. No final do século XIX e início do XX, houve uma busca de renovação da Catequese, no bojo do movimento bíblico, litúrgico e outros. A Igreja redescobriu a importância da iniciação na fé e nela a necessidade de articulação com uma comunidade. Ao falar de catequese devemos nos referir aos catequistas. Durante muito tempo a catequese estava nas mãos dos padres e das religiosas. Na Diocese de Lins, no período em que estamos analisando, os catequistas são basicamente os cristãos leigos, em sua maioria mulheres. Nos anos 60 havia um número significativo de professoras da 1ª a 4ª séries do 1° grau. Embora sempre contando com professores e professoras, cresceu o número de jovens e membros das Comunidades de Base.

Em Lins, já nos anos 50, percebem-se sinais da busca de uma renovação da catequese. Veremos, porém, os principais momentos dos novos rumos da catequese diocesana, quanto à organização e à formação, de 1964 em diante. Dividiremos esse período em três momentos para efeito de apresentação, embora estejam profundamente interligados. As datas que delimitam os períodos surgiram a partir de fatos da vida da diocese e de mudanças das coordenações. O primeiro momento, 1964, data que delimitamos para início de nossa pesquisa e posse de D. Pedro Paulo Koop e 1971, que marca o fim da existência de um SEDAP com pessoas liberadas. O segundo momento: 1974, início das atividades do ITEL e reorganização da Coordenação de Catequese. Terceiro momento: começa em 1980, com mudança de elementos-chaves da coordenação e período marcado pela elaboração do material catequético da diocese.

2.1.1. **De 1964 a 1971.**

O clima de renovação e planejamento pastoral da Igreja Particular, impulsionado pelo Plano de Emergência e pelo Concílio Vaticano II, também se fez presente na área catequética.

No final de 1964, foi constituída pelo Bispo Diocesano, a Comissão Diocesana de Catequese-CDC, que mais tarde passou a denominar-se Coordenação Diocesana de Catequese. Esta contou com apoio do SEDAP que, nos anos seguintes, teve dentre os seus membros liberados, pessoas comprometidas diretamente com a catequese.

A Comissão Diocesana de Catequese, para melhor desempenhar suas tarefas, achou oportuno, inicialmente, ainda no final de 64, realizar um levantamento da situação da catequese junto aos padres da diocese. Esse levantamento indicou várias dificuldades e desafios, entre eles :

- falta de catequistas preparadas;
- falta de planejamento quer no âmbito paroquial, quer no âmbito diocesano;
- falta de recursos didáticos e pedagógicos;
- falta de motivação;
- falta de compreensão por parte dos pais dos catequizandos;
- falta de um método sistematizado para a diocese;
- ausência de iniciação bíblica litúrgica (Relatório da Catequese Diocesana 1964-1977, 1978, p. 1).

Esse diagnóstico levou a CDC a propor várias atividades com o objetivo de reorganizar a catequese, para que acontecesse uma efetiva iniciação cristã, rompendo com a mera sacramentalização; priorizar uma catequese de adultos, através do catecumenato e da formação dos catequistas. O marco inicial dessa atividade foi 1965, ano da realização de um Curso de Pedagogia Catequética em plano diocesano, com a duração de uma semana, com 300 participantes. Além dos temas estudados, os participantes também tomaram várias decisões com relação à catequese infantil, de jovens e de adultos, sendo esta última definida como prioritária. Nesse sentido vários eventos foram programados e realizados, visando os adultos, para que pudessem atualizar-se e conseqüentemente buscar uma melhor compreensão de sua fé. Decisões que implicavam mudanças quanto à forma e ao conteúdo da catequese. Para a concretização desses propósitos, um elemento considerado fundamental foi o preparo dos catequistas, dos que deveriam ser os agentes dessa renovação. Desde 1965 a CDC vem assumindo com persistência a formação dos catequistas. Essa formação vem se dando nos cursos, encontros, reuniões de catequistas, nas reuniões de coordenação dos diferentes níveis e no conjunto de atividades programadas para toda a diocese.

Para realizar os objetivos acima explicitados, principalmente quanto à organização e à formação, optou-se por atuação direta nas paróquias, podemos dizer, uma intervenção direta da Coordenação na vida paroquial. A partir do curso de Pedagogia Catequética, inúmeros outros aconteceram. Como exemplo podemos apresentar dados de 1966, início desse trabalho, no qual a coordenação realizou 8 cursos que atingiram 11 paróquias e 530 catequistas, com o

objetivo de constituir as equipes paroquiais e preparar pessoas para atuarem na catequese escolar. (Cf. Dioc. Lins, Relatório de Catequese - 1964-1977, 1978, p. 1). Nesse trabalho incentivou-se a constituição de equipes, grupos de catequistas, enfatizando a importância da atividade grupal, da experiência comunitária, ao invés do trabalho solitário e individual. A importância da comunidade, como lugar privilegiado de formação, passou a ser enfatizada e explicitada. A busca dessa dimensão demanda um processo permanente de buscas e experiências. Aos poucos essa dinâmica foi se consolidando.

Nos anos de 1965 a 1971, o trabalho de formação realizado nas paróquias se fez por intermédio de reuniões, cursos, palestras, assessorias, seminários; cursos de fins de semana, de uma semana, de um ano, com encontros uma vez por semana, etc. Buscou-se também o mínimo de integração com atividades formativas em nível regional e diocesano. As áreas enfatizadas nessa formação foram: Sagrada Escritura, teologia, liturgia, psicologia, metodologia, e outras. Nesse processo formativo uma atenção constante foi sendo dada aos coordenadores de catequese nos níveis paroquial e regional, através de reuniões e encontros.

Nesse período, a coordenação atuou, também, na área de preparação dos professores nas escolas, para uma catequese escolar, com a preocupação de atingir os jovens. Nesse trabalho houve um forte empenho das paróquias.

Para um melhor desempenho da catequese e da formação dos catequistas, algumas pessoas foram enviadas para fazerem cursos no Instituto Superior de Pastoral Catequética - ISPAC, no Rio de Janeiro e um sacerdote para o Chile, no CELAM. Essas pessoas, retornando à diocese, desempenharam um importante trabalho na formação, ajudando na definição dos objetivos, conteúdos, enfim de novos caminhos.

Nesse fazer-se da catequese, tiveram grande repercussão junto aos catequistas as Conclusões de Medellín e, em particular, os Documentos de *Catequese e Educação.* Por influência desses documentos e das pessoas que freqüentaram cursos fora, começou-se a abordar na diocese a chamada Pedagogia Libertadora, que teve maior ênfase a partir da metade dos anos 70. A reflexão e a prática da catequese se fizeram no horizonte das Conclusões de Medellín, que apresentam um diagnóstico da situação da América Latina, situação marcada pelo subdesenvolvimento, pela miséria chamando a atenção da Igreja para essa realidade. Nessa linha, no *Documento de Catequese,* ressaltamos: "A catequese não pode, pois, ignorar em sua renovação as transformações econômicas, demográficas, sociais e culturais sofridas na AL". E que deve oferecer ao homem de hoje "as possibilidades de uma libertação plena..." (1970, nº 5, 101). O *Documento de Educação* abordou a questão da educação libertadora,

como resposta à necessidade da AL, transformando "o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento"; esta deve ser criadora, aberta ao diálogo, levar as novas gerações a tomarem consciência de sua dignidade e promover o senso crítico. A educação libertadora "deve promover e fomentar a educação cristã a que todos os batizados têm direito, para que atinjam a maturidade da fé" (1970, nº 9, p. 75). Esse posicionamento do episcopado repercutiu em toda a Igreja da AL e levou determinados segmentos a aprofundar a questão. A Igreja Particular não se furtou a assumir essa reflexão. Em 1976, num pequeno documento da CDC podemos ler: "Uma catequese verdadeiramente libertadora (...) parte de uma análise crítica da realidade para fazer 'ecoar' a Palavra de Deus falando-nos através da História na linguagem de hoje" (1976, p. 1). Para realizar essa catequese mostra a importância do trabalho com os grupos e pequenas comunidades.

A educação libertadora parte da realidade, da situação, dos fatos que são analisados num contexto mais amplo e impulsiona à ação. A catequese libertadora deve seguir os passos de Jesus: converter as pessoas, chamando-as pelo nome; a uma vivência comunitária, vivendo a partilha, a fraternidade e a criação de uma sociedade justa, percebendo as várias direções que Jesus atuou: social, econômica, política e religiosa (Cf. CNBB, 1990, p. 53-54).

2.1.2. **De 1974 a 1980.**

Nos anos de 1972 e 1973 houve uma diminuição no ritmo de trabalho da Coordenação de Catequese. Em 1974, com a criação do ITEL e mudanças no Secretariado Diocesano de Ação Pastoral, a CDC se reorganizou, com representação de todas as regiões pastorais. Desse ano em diante, ao invés do trabalho direto com as paróquias, o processo formativo se fez através de encontros diocesanos para catequistas e/ou específicos para os coordenadores paroquiais e por encontros nas regiões pastorais. Nos encontros regionais eram tratados os temas do diocesano e outros conforme a realidade da região. Os temas básicos continuam: Bíblia, psicologia do desenvolvimento, metodologia, teologia, realidade brasileira, catequese e CEBs.

No começo de 1974, aconteceu um encontro diocesano que, entre outras coisas, decidiu pela realização de encontros diocesano mensais, com a duração de um dia, para estudo de determinados temas. Alguns deles foram: Reflexão sobre a pessoa humana (março), Estudo do Documento de *Educação* de Medellín (abril), Introdução ao estudo da Psicologia Catequética (maio), Análise de roteiros e reunião de pais (setembro), Introdução ao estudo da

Bíblia (outubro) e Planejamento para o próximo ano (novembro) (Cf. Relatório de Catequese - 1964-1977, 1978, p. 2). Procurou-se refletir essas temáticas sob a ótica da chamada Catequese Libertadora. O *Documento Catequese* de Medellín foi amplamente estudado e traduzido para a prática da catequese diocesana. Alguns encontros diocesanos com essa abordagem foram: em 1976, o tema foi Catequese Libertadora; em 1977, Evangelização Libertadora e sua Metodologia e em 1979, a Catequese Libertadora, abordado a partir do estudo da catequese nas CEBs. Explicitando alguns elementos desses encontros. O *encontro de 1976*, sobre a Catequese Libertadora, foi, em linhas gerais, desenvolvido da seguinte maneira: no dia 25/01 houve apresentação pessoal, acerto das várias equipes de trabalho e introdução do tema, com uma palestra sobre "O que é catequese libertadora". No dia 26/01 para melhor entender o sentido de libertação houve a preocupação de aprofundar: em que consiste a opressão, o porquê da opressão e uma caracterização da sociedade latino-americana e brasileira. Para realizar esse trabalho utilizou-se da técnica da fotolinguagem, pequenos grupos, plenário, concluindo com uma síntese, de forma expositiva. Nesse mesmo dia,foi feita ainda uma reflexão sobre libertação. Para isso houve trabalho individual, grupos, plenário, uma exposição sobre a Teologia da Libertação e, para concluir, a leitura de um pequeno texto. No dia seguinte, dia 27, o trabalho teve início com uma síntese do dia anterior. O tema desenvolvido na parte da manhã foi Religiosidade Popular e na parte da tarde foi analisado o Documento de *Catequese* de Medellín. As técnicas utilizadas foram a de grupos, leitura individual, elaboração de cartazes e outras. No dia 28/01 desenvolveu-se o tema: a contribuição de Paulo Freire para uma educação conscientizadora e problematizadora e em seguida um trabalho prático de montagem de um encontro. No dia 29/01 refletiu-se sobre a catequese rural e revisão de 1975. No dia 30/01 o trabalho de planejamento foi desenvolvido por regiões pastorais, com a presença dos párocos. Os trabalhos desses dias foram coordenados e assessorados por membros da CDC.

O *Encontro de 1977* sobre Evangelização Libertadora utilizou-se, entre outros textos, de um com o mesmo título do encontro. Esse texto foi elaborado por uma equipe de São Paulo, a partir de um encontro do Pe. Hugo Paiva, numa linguagem simples, com desenhos, com fatos buscando explicitar o entendimento sobre o método de conscientização e sobre evangelização libertadora. O *Encontro de 1979* sobre Catequese Libertadora e CEBs foi assessorado pelo Ir. Antonio Cechin e pela Profª Matilde Cechin. Esse encontro foi preparado a partir de um pequeno questionário solicitado a todas as paróquias e equipes de catequese. Após a apresentação de uma síntese, os participantes a completaram com outras informações

buscando explicitar as dificuldades e os pontos fracos da catequese diocesana. Três áreas foram apontadas: a da formação, do trabalho da coordenação e do material utilizado. A partir desses questionamentos os participantes foram convidados a aprofundar a realidade latino-americana, a presença das CEBs e catequese nas comunidades. Entre os textos de estudo, salientamos *A catequese nas Comunidades Eclesiais de Base* do Ir. Cechin. Nesse momento, a reflexão desenvolvida teve a influência do pensamento de Paulo Freire e da Teologia da Libertação e dos documentos da Igreja nos diferentes níveis. Aos poucos, parte dos catequistas e das paróquias foram percebendo que a catequese deve estar articulada com o processo de transformação da sociedade. Deve ajudar o catequizando a perceber Jesus Cristo como Libertador e, a descobrir-se como sujeito e portanto, a transformar sua vida e as estruturas da sociedade.

A CDC, entendendo que um trabalho educativo apenas com as crianças era insuficiente, considerava prioritária, também, a catequese de adultos. essa reflexão foi encaminhada em setores da diocese e, em 1977, A CDC organizou um encontro sobre Evangelização de Adultos, de onde saiu uma equipe específica para essa área e para coordenar os trabalhos das CEBs. Nesse ano também a coordenação organizou um encontro sobre catequese rural.

Nessa caminhada de estudos e reflexões, em 1976, realizaram-se discussões junto aos catequistas e vigários para redefinir algumas diretrizes, visando contribuir para uma melhor implementação da catequese pretendida. O Documento retoma os conceitos de Catequese e Catequese Libertadora, como já salientamos anteriormente. Após os debates, assim ficou definido: a Catequese de 1ª Eucaristia deveria ter a duração de dois anos e iniciar-se com a idade mínima de 9 anos e da Crisma com duração de um ano com a idade de 15 anos. Essas decisões se deram dentro de uma perspectiva de uma catequese voltada para uma iniciação da fé, uma Catequese Libertadora e não para a uma catequese voltada apenas para os sacramentos.

A proposta de uma Catequese Libertadora, perseguida pela coordenação diocesana e regionais foi assumida por todos? Quais as dificuldades? Em janeiro de 1975, num encontro diocesano, fazendo um balanço do trabalho, constatou-se o seguinte:

> a) algumas paróquias dão prioridade a uma catequese meramente infantil tendo em vista os sacramentos; b) outras, apesar de já realizarem paralelamente um trabalho com crianças e adultos, continuam numa linha tradicional na catequese de crianças e c) outras já optaram por uma evangelização de adultos onde catequese infantil decorre naturalmente da experiência de vida comunitária destes. (Dioc. Lins, Relatório de Catequese, 1978, p. 3).

Há dados que mostram que, entre 1974 e 1977, 20 a 30 paróquias, das 50 existentes, participavam dos eventos organizados pela diocese e que dessas 11 eram constantes. Um ele-

mento apontado como explicativo dessa não presença era "o bloqueio por parte de alguns padres que, tendo em vista a mentalidade que possuem, impedem a participação ativa dos catequistas". (Dioc. Lins, Relatorio de Catequese, 1978, p. 3). Há também resistência por parte de leigos, mas a do clero tinha mais peso tendo em vista a sua posição na estrutura de poder. Quanto ao processo formativo propriamente dito, registramos algumas dificuldades: a rotatividade dos catequistas, a de articular um processo para os iniciantes e outro para o pessoal com mais tempo de engajamento, o acompanhamento das atividades paroquiais.

2.1.3. De 1980 a 1990.

Nesse período, repercutiram na catequese o *Documento de Puebla*, a Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae* do Papa João Paulo II de 1979 e o Documento *Catequese Renovada*, da CNBB, este último aprovado em 1983, após três anos de reflexões, debates e propostas de emendas envolvendo as dioceses, organismos e, em particular, os catequistas. Os catequistas da diocese também deram a sua contribuição. O Documento Papal foi conseqüência do Sínodo dos Bispos sobre a Catequese, realizado em 1977. O Instrumento de Trabalho preparatório ao Sínodo foi discutido entre os catequistas da diocese e o resultado foi enviado à CNBB, encarregada de enviar a contribuição brasileira.

Em 1980, muitos catequistas participaram da Semana de Estudos sobre Puebla, com Frei Gorgulho. Nesse ano realizou-se também uma Assembléia dos Catequistas visando elaborar propostas para a Assembléia Diocesana. Propuseram os catequistas "que a diocese devia assumir na prática a 'opção preferencial pelos pobres'" e se comprometiam a

> um trabalho de conscientização junto dos catequistas no sentido de tornar clara a opção da Igreja hoje na AL - de estar com os mais pobres, com os que mais precisam - e da Igreja Particular de Lins". (...) "A formação de catequistas será pois o ponto central de nossa preocupação. (grifo conforme documento). (Dioc Lins, Propostas para Assembléia Diocesana, 1980).

Após a Assembléia Diocesana, a CDC realizou vários encontros com os coordenadores paroquiais de catequese. No encontro de 03/05/1980 foram refletidos vários pontos a partir das conclusões da referida Assembléia, entre eles o desafio permanente da catequese de adultos e da organização dos pequenos grupos, das comunidades. Mesmo a catequese infantil deve acontecer no interior desses grupos, dos setores, nas famílias. Discutiu-se também sobre a formação dos catequistas: que tipo de formação dar aos catequistas, para atingir que tipo de pessoas e para que finalidade. Algumas respostas dadas a essas questões: uma formação que "leve a uma mudança de mentalidade; que desperte o catequista para o espírito crítico da

realidade sócio-econômica e política em que ele vive, a fim de que ele saiba dar respostas às situações vitais que encontra e que seja libertadora". Atingir a quem? aos pobres e aos jovens. Com que finalidade? "Para a mudança social". (Dioc. Lins, Relatório do Enc. Diocesano de Cat., 1980, p. 3-4). Em outros encontros, em 1980, tiveram a oportunidade de analisar experiências concretas que buscavam colocar em prática os pontos refletidos, entre elas a da paróquia de Birigüi.

Em continuidade aos pontos colocados os dados de uma reunião da CDC de 13 a 15/02/81 pode ser assim apresentados. No dia 13, foram estudados o texto do Ir. Cechim acima citado e as conclusões da 18ª Assembléia da CNBB. O estudo levou a um questionamento bastante aprofundado da realidade da catequese na diocese, com várias indagações. Em seguida, buscaram-se alguns encaminhamentos: descentralizar a catequese, ou seja, que as aulas sejam ministradas preferencialmente nas pequenas comunidades; ajudar os catequistas a entenderem e viverem a opção pelos pobres; apoiar as lutas populares; que os mais pobres tenham lugar preferencial nas visitas pastorais do bispo diocesano; criar de uma equipe que procure socializar as publicações em linguagem simples (Cf. Dioc. Lins, Relatório da CDC, 1981, p. 2).

Em relação à formação dos catequistas a Coordenação assim se definiu:

> 1. Deve ser realizada nos níveis local, regional e diocesano. 2. Procurar nessa formação: possibilitar o entendimento da opção pelos pobres; enfatizar a educação da fé, superando a mentalidade da catequese voltada para os Sacramentos e libertar os catequistas das '25 aulas', de 'tirar a Primeira Comunhão'. 3. Conteúdos dos Encontros: visão Bíblica, Doutrinal, e Metodológica. Na formação metodológica apresentar o método: Ver e Julgar e Agir. 3.2. Ação do Catequista na realidade local. 3.3. Julgamento e seleção de material 3.4. Ajudar o catequista a perceber os pontos positivos da religiosidade popular e 3.5. Para 1981 foi sugerido o seguinte: Para o 1º semestre, estudo do texto *A Catequese nas CEBs* e do Documento sobre *Catequese Renovada* da CNBB e para o 2º semestre, estudo do roteiro mínimo da catequese a ser elaborado até junho (Dioc. Lins, Relatório da reunião da CDC, 1981, p. 2).

Vários outros assuntos foram discutidos nessa reunião: Catequese sacramental, Catequese e CEBs, Catequese Escolar e definição de um cronograma e equipe para a elaboração de um material catequético próprio da diocese.

O trabalho dessa última década continuou com a preocupação de uma catequese libertadora e com a sempre urgente formação de catequistas. Um espaço importante sempre foi a paróquia, onde o catequista experimenta a caminhada do seu trabalho com as crianças, jovens e adultos e o processo de formação. Ao lado desse processo, houve alguns momentos privilegiados em nível diocesano para todas as áreas pastorais como as Semanas de Estudos e os Cursos Bíblicos a partir do final dos anos 80, que analisaremos em outra parte deste

capítulo, considerados prioritários pela CDC. Para os membros das coordenações diocesana e regionais, as reuniões para acompanhamento dos trabalhos, com momentos de estudos, a preparação dos encontros e as relações de amizade nascidas do trabalho em comum se constituem também num lugar de formação.

Uma atividade muito importante nesse período foi a produção de textos próprios de catequese. No diagnóstico feito em 1964, dentre os desafios assinalados, estava "a falta de recursos didáticos e de um método sistematizado para a diocese". Praticamente depois de vinte anos de trabalho é que a CDC teve condições de propor a elaboração de um texto catequético próprio da Igreja de Lins. No início da década de 80, a CDC solicitou aos catequistas sugestões para elaboração de um material. A partir das sugestões, membros da coordenação foram redigindo textos para os encontros referentes à 1ª Eucaristia. O projeto foi apresentado em reuniões com coordenadores paroquiais de primeira eucarística e crisma, nas quais os catequistas puderam manifestar-se dando sua contribuição. Em 1982, saiu, no formato de fichas, a primeira edição, em caráter experimental, que foi avaliada no 2° semestre de 1993, com a contribuição dos catequistas que utilizaram-se do referido material. Em 1984, foi publicada a 1ª edição pelas Edições Paulinas. Hoje são cinco os textos publicados pela CDC, denominados *Encontros de Catequese nas Comunidades.* Os números 1 e 2 são para a Primeira Eucaristia; o número 4, publicado em 1987, é para o Crisma; o número 3, em 1989, para a Perseverança e, em 1992, Formação para Catequistas. Os textos de 1 a 4 possuem o livro do catequista e do catequizando.

Como já ficou explicitado anteriormente, o processo formativo deve atingir níveis, desde os fiéis aos formadores. Na catequese, o material produzido possibilita atingir as crianças, os adolescentes e jovens no seu processo de educação da fé e do compromisso de cristãos. O material atinge (envolve) os pais, quando a catequese é realizada nas pequenas comunidades, alimentando sua caminhada. O texto do catequista é um instrumento e roteiro de formação dos próprios catequistas. Em várias paróquias, desde a edição do material, os catequistas passaram a se reunir regularmente para estudá-lo, bem como em vários dos encontros regionais e diocesano.

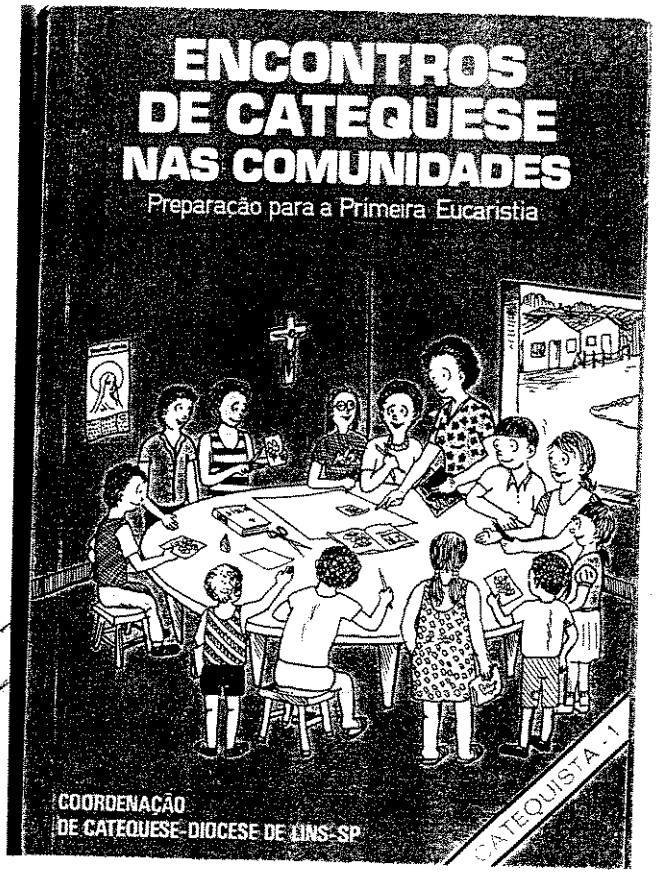
Os pontos básicos dos referidos textos podem ser destacados.

Um ponto é o título do material - **Encontros de Catequese nas Comunidades.** O uso do termo encontro já sinaliza que não se trata de uma aula, no sentido tradicional, mas de uma atividade em equipe, com ênfase no coletivo, na troca, na vivência comunitária. Para que haja encontro, sugere-se que a turma de catequese tenha em torno de 12 catequizandos. Encontro

nas Comunidades, o outro pólo da Catequese Libertadora, focaliza a comunidade onde deve acontecer a catequese. Essa interrelação fica mais perceptível onde o material é utilizado e a pastoral organizada em pequenas comunidades. Desde as capas, os textos enfatizam essa dimensão de comunidade.

Figura 4 - Capas do 1° e do 2° Volumes - 1ª Eucaristia.





O material da 1ª Eucaristia destina-se a crianças a partir dos nove anos e contém dois volumes. No 1° volume, os autores apresentam uma introdução, dirigida aos catequistas, onde explicitam: 1. *Fundamentação psicológica*: características principais das crianças das faixas de 8 a 10 anos, de adolescentes de 11 a 14 anos; chama a atenção das diferenças entre uma criança da periferia e uma do centro da cidade. 2. *Fundamentação teológica*: O eixo deve ser Jesus Cristo. A sua Paixão-Morte-Ressurreição é apresentada no início da catequese do 1° ano e no final do 2° ano. No primeiro ano a atenção maior recai sobre as grandes etapas do Povo de Israel e no segundo sobre Jesus Cristo e os sacramentos: Batismo, Reconciliação, Enfermos e Eucaristia. 3. *Fundamentação bíblica*: Apresenta os principais momentos do Antigo e

Novo Testamentos (AT e NT). 4. *Fundamentação Metodológica*: indica como método básico, o Ver-Julgar-Agir. Para que essa metodologia tenha impacto na vida dos catequistas, salienta como fundamental o trabalho em equipe. 5. Em seguida, mostra que do ponto de vista da abordagem do conteúdo da catequese há vários modelos e os autores optaram pelo "modelo de interação (= libertador)" (1985, p.16), que procura articular, integrar, buscar a interação entre a realidade vivida e a doutrina a ser apresentada. 6. finalmente apresenta várias sugestões práticas. Fica claro também, na introdução, que certos temas como História da Igreja, os sacramentos da Ordem, do Matrimônio e do próprio Crisma serão estudados quando da Catequese Crismal.

Os manuais 1° e 2° anos contêm seis unidades, com 25 e 26 encontros respectivamente. As duas primeiras unidades, nos dois textos, propõem, de início, uma acolhida e encontros sobre a quaresma, sendo pelo menos um sobre a Campanha da Fraternidade. As outras unidades: no 1° volume: Unidade C - Mistério Pascal; Unidade D - Aliança; Unidade E - Compromisso e Pecado, a partir de Moisés, Egito, sua saída, Davi-Natã e alguns profetas e a Unidade F - Fidelidade e Libertação, com Isaías, Ester, Macabeus e Maria. No 2° ano: Unidade C - Batismo; Unidade D - Jesus Cristo age; Reconciliação e Enfermos; Unidade E - Eucaristia e a F - Mistério Pascal.

Em cada encontro há sempre uma pequena palavra "para você, catequista" onde se apresentam as idéias básicas. Os encontros possibilitam a criatividade do catequista, exigem dele um refletir, preparação anterior e conhecimento da realidade. Procura-se sempre articular o tema com fatos e acontecimentos da região ou do país. Este aspecto, a nosso ver, é melhor trabalhado no texto do 1° volume, do que no segundo. A catequese desenvolvida está centrada na Bíblia. Não é um texto apologético, a opção pelos pobres é clara . As questões colocadas no texto do catequista ajudam a problematizar, algumas vezes se restringem a repetir o texto. Uma análise feita indica que o segundo volume precisa de uma melhor articulação entre as unidades. No primeiro volume, ao abordar o AT, a idéia de Povo de Deus aparece com mais força; no segundo, esse aspecto é deixado de lado. E a temática "Reino de Deus", embora presente, poderia ser mais explicitada e o próprio termo ter mais presença. O material do catequizando nem sempre corresponde à força dos textos apresentados pelo catequista. As atividades acabam tendo um caráter escolar e enfatizam mais o aspecto pessoal, individual, do que o comunitário, ao contrário dos textos do catequista que dão ênfase a esse aspecto. Esse fato pode ser explicado em parte, tendo em vista que muitas das atividades se desenvolvem no própio encontro como elemento de fixação. Atividades junto aos pais, aos colegas de escola,

de lazer, de vizinhança, de pesquisa no decorrer da semana, deveriam ser mais exploradas.

O manual para a Catequese de Perseverança tem 27 encontros; é pensado para adolescentes de 11 a 14 anos, que já participaram dos encontros de preparação da 1ª Eucaristia. Apresenta temas que atingem os adolescentes em sua vida. Pretende ser uma catequese antropológica, que desenvolva "o senso crítico, a criatividade, a participação, a solidariedade" (1989, p. 8). As unidades são: 1. O adolescente e a sua identidade; 2. O adolescente e o seu mundo; 3. O adolescente e o amor; 4. O adolescente e a liberdade; 5. O adolescente e o conflito dos projetos e 6. O adolescente e Deus. O texto do catequista possui uma introdução com uma caracterização do adolescente. Procura trazer fatos e acontecimentos da vida. Seria bom, ampliá-lo, com a indicação de acontecimentos envolvendo os sindicatos, os grêmios estudantis, etc. Esse tipo de catequese exige um catequista com características e formação específicas.

O texto de Catequese Crismal completa o processo iniciado com a Primeira Eucaristia. A preparação do Crisma se destina a jovens com a idade mínima de 15 anos. O catequista necessita de uma formação que lhe dê condições de trabalho com jovens. Sua presença, segundo o livro do catequista, deve ser a de um animador, estimulando os jovens a assumirem sua própria caminhada educativa. Alguns dos objetivos da catequese crismal, a partir do manual são: Dar condições para que o jovem se descubra como uma pessoa que se relaciona com outras pessoas; ouça a Palavra de Deus através da vida e dos acontecimentos históricos da humanidade; seja sacramento, falando de Deus com seu corpo, seus gestos, suas ações; sinta-se solidário com a caminhada do povo, membro integrante de uma comunidade viva e dinâmica e descobra como servir. Para concretizar esses objetivos, o conteúdo foi organizado em 36 encontros, distribuídos em seis unidades, assim apresentadas: A. A pessoa humana é um mistério (5 encontros); B. A Bíblia (10 encontros); C. Os Sacramentos (6 encontros); D. A história da Igreja (6 encontros) E. As vocações e ministérios (5 encontros) e F. A Confirmação da Aliança (4 encontros). A metodologia proposta é a do Ver-Julgar-Agir. Dentre as atividades previstas, encontramos: fatos da vida, cantos, jogral, dramatização, pesquisa na bíblia, elaboração de cartazes e outras. O texto do catequista, na sua parte introdutória, traz também um pequeno artigo orientador atrav´se do qual procura caracterizar a adolescência, as transformações que ocorrem nessa fase da vida e o papel do educador.

Os princípios explicitados no começo deste capítulo se fizeram presentes na caminhada da catequese da Diocese de Lins como pode-se perceber no desenvolvimento desta

apresentação. Nos planos de pastoral da diocese, como vimos, a percepção da realidade, a dimensão social da pastoral foi sendo enfatizada. Essa preocupação lentamente também foi penetrando a catequese, levando a um assumir da Catequese Libertadora, embora não em todas as paróquias e com resistências principalmente de catequistas do centro das cidades e de parte do presbitério; algumas paróquias, em determinados momentos, inclusive, não fizeram uso do material produzido na Diocese. Podemos dizer que a CDC procurou cumprir sua tarefa formativa, mas ainda há muito a ser feito. Os textos *Encontros de Catequese nas Comunidades* é um material muito rico, mas exige um preparo em profundidade por parte dos catequistas. Muitas vezes estes não possuem uma visão global da história do povo de Israel, do contexto econômico, político e social da época de Jesus Cristo, bem como da história da Igreja. Nesses casos, os encontros não são proveitosos e a educação dos jovens e crianças ficam a desejar, não atingindo os objetivos propostos.

2.2. **Liturgia.**

No processo de criar uma atitude de renovação na diocese, entre os inúmeros cursos realizados, a partir de 1965, estão os cursos de Liturgia. De 1965 a 1970, foram realizados cursos específicos para padres, religiosas e leigos. Contou-se nesses cursos com a assessoria da Equipe de Liturgia de Campinas, com Pe. Bush. A Coordenação Encontros de Catequese nas Comunidades é um material muito rico, mas exige um preparo em profundidade por de Liturgia de Lins também realizou vários cursos nas paróquias. Em 1971, com a Equipe Todos Irmãos, teve início a produção de um folheto litúrgico para as Assembléias e para grupos. A partir de 1974, através do ITEL, vêm acontecendo os cursos de canto pastoral. Durante alguns anos, houve encontros de preparação para as celebrações no período da Quaresma e do Advento. Em 1989, o ITEL organizou mais um curso de liturgia para os padres e leigos.

Na rota da formação dos leigos, que estamos registrando, queremos destacar o Folheto Todos Irmãos que, embora tendo surgido como um folheto para a celebração da missa, passou a ser usado também pelos círculos bíblicos, comunidades e diversos grupos, como instrumento de estudo bíblico. Em muitos lugares da Diocese havia reuniões com os animadores das comunidades e grupos para aprofundamento dos temas e preparação das atividades dos grupos. O folheto suscitou o surgimento de inúmeros grupos e foi, conforme testemunhos, elemento de consolidação da caminhada das CEBs.

O folheto existiu do período do Advento de 1971 ao de 1979, tendo sido produzidas as séries de A a H. Continha basicamente a Liturgia da Palavra, mais o Creio, Oração dos fiéis e

Oração final. Seguia o Calendário Litúrgico, o Lecionário articulado às aspirações da comunidade. Conjugava Bíblia e realidade. A linguagem era simples, a tradução era livre, mesmo dos salmos e textos bíblicos. Aos poucos, até os elementos da estrutura da liturgia passaram por uma mudança: "salmo de meditação" para "tema de reflexão"; "primeira leitura" para "mensagem" Não houve apenas mudança de termos, mas de conteúdo, com maior liberdade para uso de textos diversos, denotando portanto, maior criatividade. No "tema de reflexão" fez-se o uso de documentos da Igreja, fatos da realidade, poesias, letras de músicas populares, etc. No Folheto, o glória e a profissão de fé apresentaram diversas formas de expressão e de redação.

Durante os quatros primeiros anos, num número significativo de Folhetos, havia no final espaço "para pensar", "para discutir", "notícias das comunidades". O primeiro e segundo anos tiveram um tema central: "Jesus Cristo Libertador" e "Igreja, o novo povo", respectivamente. Nos outros anos, cada celebração tinha um tema próprio. Havia também, a cada ano, as Celebrações da Semana Santa. Aos poucos foi ampliando-se o uso do Folheto, bem como de seus usuários. Isso pode ser percebido isso na mudança ocorrida no sub-título do Folheto. Nos dois primeiros anos o sub-título foi "Participação das Comunidades Cristãs na **Assembléia Semanal".** A partir do terceiro ano, ficou "Participação das Comunidades Cristãs nas **Assembléias e Grupos".** Em 1975, vários Folhetos foram preparados por comunidades que usavam o folheto. Repetiu-se algumas vezes, mais intensamente, no ano de 1979. Nas séries E, F foram incluídos desenhos e figuras. Uma das figuras provocou grande reação por parte dos fazendeiros de Araçatuba pelo fato de, na Série E, folheto nº 28, com tema: Paz para o trabalho, ter abordado também a temática da reforma agrária. No final havia um desenho de umas vacas, vasilhas de leite, uma mulher tomando banho numa piscina com leite e ao lado um grupo de crianças esquálidas.

Era patente a apresentação de um Jesus Cristo encarnado, libertador, comprometido com a vida do povo. O folherto enfatizava a busca de uma Igreja comunitária, participativa, comprometida com a transformação e com a justiça. O folheto encontrava eco nas comunidades de periferia, dos mais pobres, das pequenas e grandes cidades, da região e de vários pontos do Brasil.

2.3. **Juventude.**

Uma outra área pastoral muito importante tem sido o trabalho com a juventude.

Trabalho com muita organização, competência, onde os jovens têm sido também e principalmente, atores do processo. A coordenação da pastoral da juventude sempre teve uma preocupação com a formação do jovem. Para melhor compreendermos o que aconteceu nos últimos anos dividiremos nossa análise em dois momentos.

2.3.1. **De 1960 a 1978.**

2.3.1.1. **De 1960 a 1966.**

A Igreja Particular de Lins atingia os jovens, inicialmente por intermédio das tradicionais associações dos marianos e das Filhas de Maria e, depois, pela Ação Católica. De 1960 a 1966, encontramos, na diocese, os grupos de Ação Católica, entre eles a JEC e a JUC. Os grupos da Juventude Estudantil Católica Masculina-JECM e Feminina-JECF se fizeram presentes principalmente nas cidades onde havia colégios católicos, como Andradina, Guararapes, Valparaíso, Araçatuba, Penápolis, Lins, Cafelândia, Pirajuí, entre outras. Os grupos de JUC existiram basicamente em Lins. Os jovens desenvolviam suas atividades nas escolas, nas paróquias, participavam do debate sobre a realidade nacional nesse período e, particularmente, sobre a problemática social da região provocada pelo êxodo rural. Em 1964 e 1965, houve repressão e prisões entre os universitários de Lins, nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e de Serviço Social. Ação e formação andavam juntas nos movimentos de Ação Católica. Esse processo formativo passava pela revisão de vida, semanas da AC e pelos encontros de estudos. Encontramos notícias de várias dessas atividades organizadas pelas Coordenações Diocesanas desses movimentos, onde além dos temas próprios do movimento, estudaram sobre a Igreja, o compromisso do jovem, capitalismo, socialismo, doutrina social da Igreja, reforma agrária, política estudantil e outros. Com o fim da JEC e JUC em nível nacional, os grupos na diocese também se desarticularam.

2.3.1.2. **De 1966 a 1977.**

Nesse período, em várias partes do país, motivados pelos Planos de Pastoral, pelo Concílio Vaticano II e tendo em vista o fim da JEC, JUC e JAC, surgem "movimentos de jovens". O surgimento desses movimentos esteve no bojo do processo de renovação paroquial. Na diocese de Lins, que vive essa realidade e é impulsionada pelo processo de renovação presente a partir de 1964, começam a existir nas paróquias e colégios católicos vá-

rios movimentos de jovens, na linha do C.J.C.- *Comunidade de Jovens Cristãos.* Uma preocupação central desses grupos era a dimensão comunitária, o que também se enfatizava no novo modelo de paróquia. Muitos grupos, com seus próprios nomes, foram se multiplicando, por exemplo, o M.C.J. - *Movimento Conciliar da Juventude*, criado em 1967, em Lins, na Paróquia S. José. O nome dado ao grupo foi uma homenagem que os jovens quiseram prestar ao Concílio Vaticano II. Esse fato revela a influência do Concílio também no meio da juventude.

O *Secretariado Diocesano de Ação Pastoral* buscou acompanhar o desenvolvimento dos movimentos de jovens. Nesse sentido, um padre e uma religiosa tiveram entre suas tarefas, a de coordenar esse trabalho. Aos poucos foi se constituindo uma equipe de assessores, bem como uma coordenação central com representantes dos movimentos. Essas pessoas e outras, que foram se constituindo num núcleo central, acompanharam os trabalhos com a juventude até o final dos anos 70 e desencadearam um processo de articulação entre os vários movimentos, buscando um trabalho organizado. A necessidade de um trabalho pastoral junto aos jovens foi uma das preocupações manifestas no Plano de Pastoral de 1968.

O ano de 1969 foi fundamental para a pastoral da juventude na diocese. Verificamos um trabalho orgânico visando o desenvolvimento dos movimentos de jovens e a sua formação. Nesse sentido, várias atividades envolvendo o trabalho com os jovens foram realizadas: inúmeros encontros em nível regional e diocesano; encontros com os movimentos; encontros com os assessores dos movimentos de jovens e reuniões e encontros com as coordenações. Nesse ano, realizaram-se vários encontros em nível regional e diocesano, dos quais emergiu uma Coordenação Diocesana, com jovens de vários lugares da Diocese e, também, com a divisão da Diocese em regiões, com coordenações próprias. Nesse caminhar havia uma preocupação de atingir os jovens nas paróquias e capelas, na cidade e no campo, de consolidar os grupos de jovens, de levá-los a uma ação concreta e a participarem de um processo de formação. Todas as atividades dos grupos, dos coordenadores e dos assessores visavam concretizar o seguinte objetivo dos movimentos: "Criar condições para que o jovem cresça integralmente, assumindo a construção do homem e do mundo". Como entendia-se esse objetivo, no início dos trabalhos? Numa reunião, em agosto de 1969, debatendo sobre o objetivo, o relator assim se expressou

> *'Criar condições'* é construir no movimento estruturas de participação que levem os jovens a uma consciência crítica. A participação favorece o crescimento das pessoas como sujeito e eficiência das atividades do grupo. Sobre *'crescimento integral'* viu-se que é a passagem do menos humano para o mais humano em todos os aspectos: afetivo, intelectual, biológico, de consciência, histórico, em resumo, é uma libertação do homem todo e de

> todos os homens. *'Assumindo a construção do homem e do mundo'*, quer dizer, lutar para que as estruturas (isto é, os pilares) sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade se tornem humanas e deixem de ser (como o são) de exploração. Nossa tarefa básica é lutar pela humanização das estruturas (Dioc. Lins, Relatório da Coord. Mov., 1969b, p. 2).

Podemos perceber a presença da reflexão feita pela Igreja sobre o desenvolvimento, na *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II e nas Conclusões de Medellín.

Três momentos são importantes para entender a constituição dos grupos e o processo de formação: a nucleação, iniciação e militância. O primeiro momento é o que motiva os adolescentes e jovens para participarem do grupo, sensibilizando-os a viverem a experiência do grupo. O segundo momento, o da iniciação, procura introduzir jovens nos debates sobre os valores pessoais, quem sou, de onde vim, para onde vou; a perceberem sua relação consigo, com Deus e com o outro e descobrirem e viverem a vida da comunidade eclesial. A militância visa formar sistematicamente militantes para a Igreja e para o mundo (Cf. entrevista com ex-coordenador da PJ[1].

Com relação à formação, nesse mesmo ano, em fevereiro realizou-se um encontro de jovens dos movimentos existentes, que desdobrou-se em encontros regionais e, em julho, outro encontro diocesano. Os temas trabalhados nesse período: em fevereiro, pretendeu-se "uma reflexão sobre o papel do jovem cristão na sociedade" (Jornal Cinelândia, 1969); nos encontros regionais: Dinâmica de grupo, Liderança, atualidade da Igreja (Araçatuba); Amizade e cristãos nos nossos dias (Pirajuí); adaptação do jovem na sociedade, o cristianismo ajuda o jovem a se conhecer? (Promissão) e Dinâmica de grupo, o jovem e sua realidade humana, social, cristã e espiritualidade (Andradina). No encontro de julho tratou-se sobre Dinâmica de Grupo, Autenticidade cristã e organização dos movimentos; destinou- se aos assessores e dirigentes dos movimentos. Cada encontro era totalmente organizado nos mínimos detalhes e a planilha distribuída para todos os membros da coordenação (Em anexo a planilha do referido encontro de julho -Anexo 2). Podemos perceber os pensadores que influenciaram nesse momento, a partir da bibliografia indicada para o referido encontro: *Princípios para ação*, de Lebret; *Arte de ser chefe*, de Courtois; *Construir o homem e o mundo e Poemas para rezar*, de Michel Quoist, *Grupos de Juventude*, de Jesus Vela e *Juventude e Presença* organizado pelo ISPAC/Rio. Essa bibliografia visava dar elementos para os dirigentes no sentido de ajudar os jovens a agirem diante de uma realidade em mudança e a ser mudada, de com exercer sua liderança e elementos básicos sobre o movimento e sua organização. Uma prática muito

[1] Entrevistamos uma pessoa que participou como jovem, como membro da Coordenação Diocesana da PJ e agora como assessor. Em vários momentos apresentamos afirmações dessa entrevista.

utilizada e debatida nesses anos foi a dinâmica de grupo, tendo como autor básico, Lauro de Oliveira Lima. Nesse ano também houve várias reuniões de coordenações e de assessores, com um caráter fortemente educativo, considerando, ainda nessa época, a presença de uma Igreja centralizada e clerical, além de um momento especial de estudo e reflexão. A preocupação com a formação encontramos em todos os relatórios que analisamos. Desses, transcrevemos aqui duas afirmações: a primeira refere-se a uma reunião de coordenação: "Formação: Como fazer as pessoas dos grupos crescerem; o crescimento se faz na ação. Que atividades planejar nesse setor? (Dioc. Lins, Relatório Coord. Mov., 1969a, p.2)"; a segunda foi feita numa outra reunião, de assessores: "Os jovens estão recebendo formação nos movimentos? Após uma ligeira reflexão foi visto a necessidade de revitalizar a formação humana e espiritual dos jovens, através dos cursos, palestras, encontros, debates, cine-foruns, estudos bíblicos, formação litúrgica, semanas de formação, de orientação vocacional e profissional, dinâmica de grupo, etc". (Dioc. Lins, Relatório Reunião de Assessores, 1969, p. 3).

Na formação, alguns elementos eram básicos: o conhecimento do próprio jovem com suas características e seu encontro com Jesus Cristo, através do estudo da Bíblia; a psicologia do jovem; a reflexão teológica e a contribuição das ciências sociais e humanas. Até o final dos anos 70, a assessoria dos encontros e cursos da pastoral da juventude se fazia basicamente pelo pessoal da diocese. O maior trabalho era feito nas paróquias, embora não em todas. Várias paróquias reuniam toda a semana os seus jovens. Por exemplo, um grupo de jovens, em Guararapes, reunia-se todos os sábados, das 13,00 h até 17,30 h, para se encontrar, rezar, estudar e preparar seus trabalhos. Havia um momento forte de estudo e também um roteiro de prática nos bairros e na zona rural. Os jovens deviam visitar o povo, aprender a ouvi-lo e a contribuir com o que sabiam. Alguns jovens viveram essa experiência por cerca de 10 anos. Nessa comunidade, um livro estudado nesse período foi Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (Cf. entrevista com ex-coordenador da PJ).

Algumas dificuldades encontradas nesse processo: a necessidade de capacitação dos assessores em vários campos, como trabalhar e preparar os novos, o relacionamento entre a coordenação diocesana e os vários grupos na base e com outros movimentos. Nesse período de organização dos movimentos, houve um momento grande de conflito entre o trabalho dos movimentos paroquiais de jovens e o movimento *Treinamento de Liderança Cristã-TLC*. Este nasceu ligado ao Cursilho de Cristandade. A coordenação de juventude discordava da linha de trabalho do TLC. Houve a realização do TLC em Araçatuba, mas depois de muita tensão foi proibida a sua realização na Diocese, embora vários grupos continuassem a enviar seus jovens

para Campinas, Marília, S. José do Rio Preto e outros lugares.

O trabalho com os grupos perpassa todos esses anos. Como exemplo podemos citar a preocupação da região de Araçatuba, com a iniciação dos jovens, para os quais organizou uma série de encontros, com os seguintes temas: A pessoa humana, enfocando a comunicação-amizade; a juventude, enfocando os aspectos bio-psíquicos e sócio-culturais; a família, como um dos aspectos da problemática juvenil; o movimento de juventude, dinâmica de grupo, considerando a necessidade de aprender a bem participar das reuniões e das atividades do movimento; a pessoa de Jesus Cristo (Cf. Dioc. Lins, Circular da Coord. Mini-Região Araçatuba, 03/75, p. 1).

2.3.1.3. **De 1977 a 1978.**

No trabalho com a juventude, um momento importante nesse período foi o encontro do Concílio de Jovens que aconteceu em 1977. Essa experiência do Concílio de Jovens veio na esteira do Vaticano II e da experiência concreta de ecumenismo com a Comunidade dos Monges de Taizé. A abertura do Concílio de Jovens, se deu em 1974, em Taizé, quando foi escrita a 1ª Carta ao Povo de Deus. Em seguida, aberturas na África, América Latina, Ásia e América do Norte. No Brasil, o primeiro grande encontro do Concílio, em 1975, foi em Vitória-ES e o segundo em Lins. Por ocasião do cinqüentenário da diocese foi proposto para toda comunidade diocesana o Ano Missionário em 1976/1977, tendo como encerramento esse grande evento reunindo os jovens. O Concílio envolveu a juventude de toda a diocese e contou com a participação de jovens de todas as partes do Brasil. O processo de preparação e a realização do Concílio foi um momento de partilha, de encontro, de celebração e de formação da juventude. O Concílio colocou-se como espaço para partilha e aprofundamento dos compromissos de cada jovem, troca de informações e experiências dos jovens do Brasil, um momento forte de oração. O Concílio já foi acontecendo, em 1976, nos vários encontros, reuniões e estudos de preparação. Este agrupou os jovens em cinco sub-temas: *O jovem e o mundo operário, o jovem e o mundo estudantil, o jovem e a transformação social, o jovem e a Igreja que caminha, e o jovem e o mundo rural.* Para cada tema foi indicada uma bibliografia para estudos. Na Diocese fez-se uma pesquisa sobre o jovem na região. No início de 1977, houve encontro preparatório com jovens da diocese e de várias regiões do Brasil, no qual rezaram e estudaram a realidade da região noroeste do Estado de São Paulo e das várias regiões do país, bem como vários documentos da Igreja do Brasil; fizeram um reflexão bíblica,

retomaram a organização do Concílio. Em seguida, foram para as várias cidades onde os jovens iriam ficar durante o referido evento, retornando para partilhar as experiências, as dificuldades e concluir o trabalho de organização. Para os 50 jovens participantes desse processo foi um momento rico também de formação. O Concílio levou os jovens para as diversas cidades onde durante quatro dias estudaram, tiveram contato com a realidade, viveram com o povo da localidade e rezaram nas Igrejas Católicas e Evangélicas. Concluíram o Concílio em Lins, numa caminhada de 7 Km, partilhando o vivido nos dias anteriores.

O Concílio teve grande repercussão na vida da diocese, reforçou a caminhada da pastoral da juventude no Brasil e motivou a retomada da Pastoral Universitária em nosso pais.

2.3.2. **De 1979 a 1990.**

O Concílio de Jovens motivou muito a juventude, deu um grande impulso na PJ em nível de Brasil, e um novo retomar marcou a pastoral na Diocese. Os grupos de jovens, na diocese de Lins, como já vimos, nasceram na linha de movimento, tendo por base o CJC. Mesmo com essa característica, a diocese conseguiu articular os vários grupos numa linha comum de trabalho. Nos anos anteriores, teve início a busca de uma pastoral orgânica para a juventude. No Estado de São Paulo, em 1974, surgiu um primeiro documento: *Princípios e Diretrizes para a P.J.* Nos anos 80 se consolidou essa pastoral orgânica com a juventude, nos chamados grupos de base, articulando-se em pastoral geral e específica e um fortalecimento das coordenações diocesanas, regionais e nacional. A pastoral da juventude da diocese não teve dificuldade de se inserir nessa caminhada. Ao mesmo tempo, encontramos movimentos de jovens, cuja coordenação e orientações eram de fora da diocese, criando, em vários momentos, tensões com a PJ diocesana.

A Coordenação Diocesana da PJ era constituída de jovens eleitos em Assembléias. A partir de 1980, outras pessoas assumiram a tarefa de acompanhar a juventude, em particular, novos padres. Alguns jovens que iniciaram sua participação nos anos anteriores se colocaram no serviço de assessoria.

O processo formativo nesse período, quanto aos instrumentos, continuou através de reuniões, encontros, cursos; acrescentando-se as Semanas de Juventude/Semanas de Estudos e o Dia Nacional da Juventude e a participação nas atividades programadas para toda a Diocese. Em nível paroquial, houve um esvaziamento do processo formativo sobrecarregando os outros níveis.

2.3.2.1. Atividades envolvendo os participantes dos grupos de jovens.

A própria dinâmica da PJ nesses anos se constituiu num processo formativo: as reuniões dos grupos, as ações desenvolvidas, os encontros regionais e diocesanos. A grande preocupação sempre foi a partir de Jesus Cristo, de seu evangelho, como viver a fé se comprometendo com a realidade do povo.

Além de todo o trabalho local, sempre foi importante a contribuição da CNBB nacional e regional. Em 1983, realizou-se o *4º Encontro Nacional da PJ*, no qual aprovou-se um trabalho diferenciado para os iniciantes e para os militantes, após um processo de reflexão feito pelo conjunto da PJ, definindo-se algumas prioridades e projetos. Com relação à formação propôs-se um trabalho próprio para o processo de iniciação e para a militância, com um tema central. Nesse encontro decidiu-se por trabalhar a *política*, como tema central, para os dois níveis. O método utilizado pela PJ foi o ver-julgar-agir e para o desenvolvimento do conteúdo sempre se fez uso das mais diversas técnicas participativas. Nesses anos, procurou-se enfatizar a formação integral, com cinco dimensões: *integração, personalização, política, mística e capacitação técnica.* Em 1979 e 1980, alguns acontecimentos reforçaram o trabalho da PJ: a Conferência do Episcopado Latino-americano em Puebla, colocando os jovens como a opção preferencial na pastoral da Igreja e a visita do Papa João Paulo II, tendo uma mensagem especial aos jovens, apresentada em Belo Horizonte, no começo da sua peregrinação pelo país. Os jovens da Diocese de Lins viveram a preparação e realização de Puebla e receberam com alegria seu documento final. Sobre esse momento, registramos o seguinte depoimento:

> ...escrevemos documentos, cartas, fizemos vigília, celebrações. Na abertura da Conferência fizemos uma marcha de Birigüi a Araçatuba, à noite, com 2000 jovens. Terminando Puebla, logo em seguida, reunimos um grupo de jovens e padres para estudar suas conclusões (Depoimento ex-coordenador da PJ).

A partir da realidade da juventude da região noroeste e do processo de trabalho desenvolvido nos níveis regional e nacional, a coordenação diocesana da PJ promoveu uma série de atividades visando a educação da fé, o processo formativo dos jovens.

Alguns aspectos dessas atividades podem ser destacados.

No decorrer desses anos alguns temas foram sempre trabalhados, outros dependeram de época e do momento. Alguns dos temas desenvolvidos foram: realidade da região noroeste, do Brasil e da América Latina, análise do sistemas capitalista e socialista, educação popular e

educação crítica, níveis de consciência, metodologia ver- julgar- agir e metodologia do planejamento e replanejamento. (1980/1981); a prática de Jesus na construção do reino (1984); diretrizes da pastoral da juventude; namoro e sexualidade humana (1985); afetividade (1987); a política; a espiritualidade e o jovem. Alguns temas ligados a determinados eventos: ano internacional da juventude (1985); Constituinte (1985) e o Jovem e a política, tendo em vista o processo de elaboração da Constituição Brasileira; a importância do leigo na História da Igreja, dentro da preparação do Sínodo dos Bispos sobre os Leigos.

Para percebermos o desenvolvimento de alguns dos encontros, apresentamos a reflexão feita num estudo nos dias 18 e 19 de julho, de 1981, com 132 jovens, de 40 grupos. Os assuntos foram: níveis de consciência, metodologia ver- julgar- agir e metodologia do planejamento e replanejamento. A reflexão começou com a realidade da região. Em seguida, foram abordados os níveis de consciência, explicitados a partir de Paulo Freire: a consciência ingênua, transitiva ingênua, mágica, crítica e histórica. Caracterizou-se a concepção humanizadora ou libertadora, utilizando-se do pensamento deste educador brasileiro e do Documento Medellín/Educação, concluindo-se essa parte, com "Consciência crítica". Para Paulo Freire

> o aparecimento desta consciência no homem latino-americano'é a característica de mentalidade mais democrática'. O homem, a nível de consciência crítica, não pode deixar de assumir o compromisso com a realidade na qual ele se encontra inserido e integrado para transformá-la. A consciência só pode produzir essa transformação através de uma real prática (ação-reflexão), do mesmo modo que somente através desta (ação-reflexão) a consciência pode chegar a ser uma consciência real. Os homens se reconhecerão como seres transformadores da realidade por meio do seu trabalho criador (Dioc. Lins, Relatório Enc. PJ, 1981, p. 4).

Continuando a reflexão, analisou-se o método ver-julgar-agir-avaliar-replanejar, utilizando-se de um texto, de Jorge Boran, "metodologia que leva à ação transformadora". Nele fica claro que para a ação transformadora, um dos elementos importantes é formação teórica, científica e teológica articulada com a práxis. Nesse ano houve um estudo com jovens trabalhadores do campo e da cidade. Houve também um encontro sobre "Ideologia e Política".

Desde 1986 houve uma preocupação de formação própria para os iniciando e outra para os militantes. Isso passou a caracterizar a formação em duas etapas. Vejamos uma proposta de temas, dentro da preocupação colocada, feita em 1988: 1ª turma: Caminhada histórica da PJ, Análise da conjuntura brasileira/consciência crítica, Processo de nucleação/iniciação/militância na PJ, a prática de Jesus Cristo e Espiritualidade da PJ; 2ª turma: O negro, sua cultura e sua religião, Vocação Humana, Pastoral/Coordenação-Serviço, Afetividade e Sexualidade Humana, Espiritualidade da PJ. Outros temas desenvolvidos: Igreja e par-

ticipação política e Expressão Corporal.

Houve também a organização de encontros específicos para jovens estudantes, para trabalhadores da cidade e do campo, do meio popular, embora a diocese não tinha conseguido organizar de forma orgânica as pastorais específicas da juventude. Neles encontramos os seguintes assuntos: evangelização; estudo dos documentos da Igreja e problemas do povo; estudos específicos para as várias categorias de jovens; política; trabalho; educação; família e direitos humanos. A coordenação, entre outros temas, tratou da Ação transformadora e ação conservadora e problemas da terra.

Podemos registrar também como forma de instrumento de formação as pesquisas sobre a situação da juventude realizadas na diocese em 1980 e 1987. Os jovens foram participantes do processo da pesquisa. Essas pesquisas serviram como conhecimento da realidade e para planejamento dos trabalhos.

As coordenações regionais e diocesana também tiveram seus momentos próprios de formação, assumindo diretamente a organização e assessoria da maioria dos encontros e cursos.

As regiões da Pastoral da Juventude também organizaram seus encontros de formação. Cada uma das atividades programadas passava por um processo de avaliação. Os jovens participaram de atividades realizadas para o conjunto da diocese, como as Semanas de Estudos[2], retiros para leigos, encontros de CEBs, Cursos Bíblicos e outros. Em 1990, o ITEL propôs para todos os grupos da diocese, o Curso Básico (que veremos mais detalhadamente à frente), que nesse período foi assumido como meio prioritário para os grupos de jovens. Vários jovens participaram também em cursos realizados fora, como o COM de Caxias do Sul e do CESEP, em São Paulo.

Os temas foram colocados a partir da própria realidade dos jovens, motivados pela dinâmica da diocese, com suas assembléias e planejamento, pelo Regional Sul 1 da CNBB, pela Comissão regional e nacional da Pastoral da Juventude, pelas Campanhas da Fraternidade e pelos acontecimentos e lutas da sociedade. Dentre os subsídios utilizados diretamente com os jovens, merecem destaque os provenientes de São Paulo, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Goiânia e Brasília, merecem destaques. Vários documentos produzidos por Jorge Boran e Jerônimo Gasquez também circularam na diocese, porém ficaram mais restritos ao trabalho da coordenação.

Nesses longos anos de trabalho várias dificuldades foram vividas e enfrentadas: a saída

---

[2] Nos referimos aqui as Semanas de Estudos organizadas pelo Secretariado Diocesano de Pastoral, no mês de janeiro de cada ano, conforme analisamos no item 1.1.

dos jovens de suas cidades na busca de melhores condições de vida; a falta de preparo de padres no trato com a juventude; os conflitos gerados pela discussão e ação no campo da política, principalmente nas paróquias em que não havia um trabalho na linha das CEBs; tensões surgidas no relacionamento entre a coordenação e os grupos de base e com alguns movimentos, nessa década, com os jovens da Renovação Carismática Católica. Mesmo com essas e outras dificuldades, houve uma preocupação muito grande com a juventude na Diocese de Lins, por parte dos vários bispos que a Diocese já teve, pelo Conselho Diocesano de Pastoral e pela Coordenação da PJ. Nesse processo, as atividades se fizeram na base, com apoio nos níveis das regiões pastorais e da diocese. A utilização da pesquisa como instrumento de conhecimento da realidade da juventude na região foi uma constante nesse trabalho pastoral; os encontro se cursos constituíram-se num espaço muito rico, bem como os subsídios utilizados, quer os produzidos pela Equipe Todos Irmãos, quer os produzidos fora.

Alguns textos e livros que circularam nessa época: *Uma espiritualidade libertadora para uma juventude militante, Metodologia de uma P.J. Eficaz, Juventude, o grande desafio,* de Jorge Boran; *Pastoral da juventude e política,* de Domingos Carcione; *Subsídios para os vários Encontros Nacional, da Pastoral da Juventude* da Comissão Nacional da PJ; *Os serviços da PJ, Jesus e a política e Engajamento político da fé* de Jerônimo Gasquez e o caderno *Juventude cristã e militância política,* elaborado pela Comissão Nacional de Assessores da PJ. Os jovens usaram também os Documentos da Igreja Universal, da América Latina e do Brasil.

2.3.2.2. **Atividades envolvendo os participantes dos grupos de jovens e os jovens em geral.**

Semana da Juventude/Semana de Estudos.

A Semana da Juventude, procurando concretizar o Concílio de Jovens de 1977, teve como objetivos iniciais ser "um serviço da Igreja Católica a todos os jovens da Região Noroeste" e constituiu um momento forte de formação da juventude em torno dos problemas da região. Esse evento, realizado normalmente no mês de julho, à noite, tem seu tema e programação preparados pelas coordenações diocesanas e regionais. Normalmente a Semana acontece em encontros paroquiais ou regionais, procurando atingir o maior número de jovens. Para cada dia há um sub-tema, conforme definição de cada região, abordando um aspecto do

assunto em discussão. Conclui-se com um grande encontro que às vezes tem sido diocesano, outras vezes regional. Nas grandes concentrações de encerramento das Semanas, o tema vem sendo apresentado na forma de dramatizações, de discussões, em caminhadas com muito canto, gestos e outras formas de trabalho de massa. O temário nessa década, esteve sempre ligado à dimensão social, debatendo questões que afetam a sociedade. As duas primeiras semanas foram em 1980 e 1984. Esta última teve o tema *Para que os jovens tenham vida.* Como exemplo, apresentamos os sub-temas da Região de Araçatuba: *jovem e a sociedade, jovem e a religião, prostituição e drogas e o jovem e a política.* Congregou, nos seus diferentes momentos, cerca de 2.800, de 24 municípios. A partir de 1985, todos os anos houve Semana da Juventude ou Semana de Estudos. Embora quanto à estrutura haja equivalência, o que parece diferenciá-las é o envolvimento maior quanto ao seu encerramento.

A seguir os temas dessas semanas:

1980 - O Jovem e a realidade da noroeste e Puebla.
1984 - Para que os jovens tenham vida.
1985 - Juventude: esperança de uma nova sociedade.
1986 - Justiça.
1987 - Juventude: força transformadora em busca de justiça e da libertação.
1988 - Negro.
1989 - Comunicação no mundo dos pobres, dos jovens.
1990 - Terra, mãe de todos.

Dia Nacional da Juventude.

O outro espaço de reflexão, debate e celebração tem sido o Dia Nacional da Juventude. Desde 1980 constatamos a comemoração do Dia da Juventude, mas foi a partir da experiência de 1985, do Ano Internacional da Juventude, que a Coordenação Nacional propôs a celebração desse dia com debates e reflexões nos grupos, articulada com grandes concentrações. Esse processo vem ocorrendo na diocese de Lins.

Alguns temas:

1985 - Juventude construindo uma nova sociedade.
1986 - Juventude conquistando a Terra Prometida.

1990 - Jovem no mundo do trabalho, com o lema - Juventude: do nosso suor à riqueza de quem?

Como exemplo, apresentamos o Dia Nacional da Juventude de 1986, cujo tema foi: *Juventude Conquistando a Terra Prometida*, abordando algumas preocupações do momento: Constituinte, Terra e Eleições. A Comissão Nacional da PJ preparou um subsídio com quatro temas: *Terra prometida, sociedade transformada* (a palavra da realidade), *Por uma nova ordem constitucional* (a palavra dos pastores), *Juventude conquistando a terra prometida* (a palavra da Bíblia), com o testamento espiritual do Pe. Josimo e *Sugestões de encaminhamentos práticos* (a palavra da prática). Os subsídios são utilizados para os debates nos grupos e como roteiro para montagem de apresentações nos encontros maiores.

2.3.3. **Retomando.**

Nesse período percebemos um grande esforço no sentido de atingir a juventude procurando anunciar-lhe Jesus Cristo e a perceberem a realidade em que viviam e a de todo o povo. Para viverem sua fé e seu engajamento uma preocupação constante foi a formação.

A formação integral dos jovens vem sendo a busca da PJ e para isso o conteúdo desenvolvido procura dar conta: da realidade própria dessa etapa da vida, abordando o namoro, a sexualidade, a escolha profissional, etc; o estudo da bíblia, da doutrina, da espiritualidade, da realidade social, econômica e política da região e do país. Para a realização do processo formativo um aspecto é fundamental: a vivência em comunidade.

Os princípios explicitamos na introdução deste capítulo também se fizeram presentes na ação e na formação da pastoral de juventude da Diocese de Lins. O da *renovação e planejamento:* o processo de renovação impresso nos anos 60 também atingiu os jovens; o planejamento foi sempre uma constante nesses anos todos; para isso foram fundamentais as pesquisas sobre a juventude da região noroeste realizadas periodicamente e a articulação com as coordenações regional e nacional da PJ. *Relação Igreja/Mundo*: essa temática sempre esteve presente nos encontros, nos cursos. Na década de 80, foi muito forte a preocupação e o engajamento dos jovens na política. Os membros da PJ em muitas comunidades estiveram atentos à problemática social de seus companheiros. A PJ diocesana conseguiu preparar pessoas que, como jovens, já atuavam na política, nos sindicatos, no movimento popular e até hoje continuam realizando essas tarefas. Muitos jovens participaram da organização do PT em várias cidades da diocese. *Dimensão Comunitária-CEBs*: desde os movimentos paroquiais e

depois os grupos de base tiveram como preocupação central a vivência comunitária. Em vários lugares da diocese, a PJ esteve articulada com as CEBs, sempre participaram dos Encontros Diocesanos de CEBs. A formação foi sempre feita em mutirão. *Opção pelos pobres*: a PJ, motivada pelo Documento de Puebla, vem tentando articular essa opção com a dos jovens, procurando atingir os jovens mais pobres. *Libertação*: essa busca perpassou a vida da PJ e de forma concreta nas lutas da terra, das periferias, com os cortadores de cana, com os jovens marginalizados. Essa temática esteve presente nos encontros e cursos. *Participação*: na própria organização da pastoral da juventude procurou-se criar mecanismos de participação nos grupos de base e nas Assembléias Diocesanas, bem como no processo formativo. *Pedagogia Libertadora*: um aspecto importante tem sido a prática na vida dos grupos de jovens. Importa salientar também a influência de Medellín, Puebla e de Paulo Freire, este, através de suas obras e das que foram produzidas pela Editora Todos Irmãos, na mesma perspectiva. O ex-coordenador da PJ afirmou em entrevista: "Paulo Freire perpassa todo o pensamento da Pastoral da Juventude". A caminhada da PJ foi uma constante busca na direção apontada, mas enfrentando sempre os obstáculos e dificuldades.

2.4. Fé e Política.

Na caminhada da Igreja Particular de Lins, desde os anos 60, houve um processo de conscientização que levou muitos cristãos leigos, padres, religiosos e bispos a descobrirem que uma das áreas de atuação dos leigos é a transformação das estruturas sociais, buscando a construção de uma nova sociedade. Conclui-se daí que, os cristãos devem atuar na política, em particular na política partidária. Neste tópico, buscamos analisar o processo de educação política, que vem sendo realizado na Diocese de Lins, levando os cristãos a articular fé e política. Nesses anos todos um bom número de leigos foram se inserindo na vida partidária. Quando do bipartidarismo tivemos alguns leigos engajados no MDB. Quando do processo de abertura encontramos leigos participando desde o PDS ao PT, sendo que este partido na região noroeste foi construído, na maior parte das cidades, a partir dos leigos das CEBs, das pastorais, movimentos e outros organismos.

Nessa dimensão, nunca houve uma coordenação específica. Os trabalhos foram encaminhados pelo SEDAP, pelo Conselho Diocesano, pelas coordenações das várias pastorais e pelo ITEL, perpassando portanto a pastoral diocesana. Podemos dizer que a formação nessa área teve uma grande preocupação, a de atingir o povo através de pronunciamentos e cartilhas.

Os agentes, animadores e membros das diversas coordenações trabalharam essa temática através de encontros e reuniões específicas. Tendo em vista essa forma de encaminhamento, apresentaremos aqui alguns eventos e iniciativas e retornaremos ao assunto também quando da análise de outras áreas pastorais e do ITEL.

A questão da participação na luta pelos direitos humanos, na política, na militância partidária foi sempre um elemento conflituoso em nossas comunidades. De maneira geral, o povo diz que religião e política não se misturam, embora hoje haja mais facilidade no tratamento dessa questão. Os fazendeiros e outros detentores do poder na região sempre reagiram, afirmando não ser essa a Igreja onde foram batizados. Há tensões com relação aos partidos vendo qualquer ação e posicionamento como sendo do PT. No passado houve muito conflito entre os leigos e padres mais engajados com o Cursilho de Cristandade; hoje o processo parece se repetir com a Renovação Carismática Católica. Em muitas paróquias houve resistências com relação a qualquer discussão e reflexão sobre a participação política.

Optamos por dividir em dois aspectos esse processo formativo: Os direitos humanos e a política partidária. Entendemos que a luta pelos direitos humanos é uma ação política e esteve muito presente durante o regime militar.

2.4.1. **Direitos Humanos.**

No período da ditadura militar, iniciada em 1964, podemos dizer que um dos aspectos da ação política foi a luta pela garantia dos direitos humanos. Essa luta aos poucos foi se tornando presente em algumas comunidades e setores da Igreja, sendo reforçada pelas posições e documentos da CNBB, pelas Conclusões de Medellín e pelo posicionamento de pessoas como D. Paulo Evaristo Arns, D. Helder Câmara, D. Pedro Casaldáliga, Tristão de Ataide e muitas outras. A prisão, tortura e morte de muitas pessoas, entre elas membros de movimentos, comunidades, padres, religiosas, fizeram que certos setores da Igreja assumissem de maneira firme a defesa dos direitos humanos. Em vários lugares foram criadas as Comissões de Justiça e Paz. Em Lins tivemos a presença e atuação de D. Pedro Paulo Koop, que muitas vezes foi ao quartel do exército em Lins e a diferentes órgãos de segurança em São Paulo na defesa de pessoas presas arbitrariamente.

Nossa preocupação nesse tópico não é fazer uma apresentação das várias lutas e ações desenvolvidas na região noroeste, dentro desse campo. Buscaremos apenas explicitar alguns instrumentos que objetivavam uma mudança de mentalidade, uma formação de opinião pública e iniciativas visando os participantes das paróquias, comunidades e grupos de cristãos.

2.4.1.1. **Alguns momentos e iniciativas.**

2.4.1.1.1. **25º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.**

A comemoração dos 25 anos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos,* em 1973, foi um dos instrumentos de denúncia da situação brasileira e de conscientização dos direitos elementares da pessoa humana. Mesmo dentro dos limites impostos pela situação vigente, houve divulgação e estudos da Declaração. A *Coordenadoria Ecumênica de Serviço* (CESE), criada em 1973, em Salvador-BA, imprimiu um texto da Declaração, com citações bíblicas e trechos de pronunciamentos oficiais de Igrejas Cristãs após cada artigo. Na Diocese de Lins, esse folheto foi distribuído em várias paróquias, comunidades de base, organismos e faculdades. Foi reeditado, pela CESE, em 1978, por ocasião dos 30 anos da Declaração, 3ª edição atualizada, no formato de um folheto, com a tiragem de 500.000 exemplares para distribuição gratuita. Esse material também foi publicado pela Editora Todos Irmãos existente em Lins nessa época. Na ocasião, em comemoração dos 30 anos da Declaração, realizou-se *Vigília dos Direitos Humanos,* em várias comunidades.

Em 1973, o Regional Sul 1 da CNBB propôs que as dioceses do Estado de São Paulo realizassem uma *"Semana da Paz - Direitos da Pessoa",* em função dos 25 anos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e o 10º aniversário da Encíclica *Pacem in terris* de João XXIII. O episcopado paulista considerou

> de suma importância ... uma tomada de consciência dos Direitos Humanos, principalmente na atual conjuntura mundial e brasileira. Para tanto decidiu realizar a 'Semana da Paz', por ocasião da dupla comemoração acima mencionada, para de modo extraordinário e intenso divulgar e procurar tornar realidade os direitos fundamentais da pessoa humana (CNBB-Sul 1, 1973, p. 4).

A publicação do Regional Sul 1 *Semana da Paz - Direitos da Pessoa,* além da introdução falando da proposta da semana, apresenta a Declaração com trechos da Constituição Federal de 1969 e da Carta Encíclica *Pacem in terris,* após cada artigo. A Semana e essa publicação constituíram-se em instrumentos de comemoração, de denúncia, de informação e formação.

2.4.1.1.2. **II Caminhada Universitária - 1973.**

Caminhada Universitária era uma atividade organizada pela Pastoral Universitária visando atingir os universitários da região noroeste e também professores universitários. A caminhada era feita à noite, fazendo um percurso de cerca de 6 Km, ligando os municípios de Lins a Guaiçara. A *II Caminhada dos Universitários de Lins e região,* que aconteceu no dia

24 de novembro de 1973 teve como tema os *Direitos Humanos*, tendo em vista 25° aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, utilizando-se da própria Declaração publicada pela CESE, como texto base. Houve uma divulgação e preparação no decorrer do 2° semestre. No dia da caminhada o encontro dos participantes se deu na Faculdade de Serviço Social de Lins, onde houve uma reflexão inicial. Durante a caminhada, fez-se uma discussão sobre todos os artigos da Declaração. Na primeira etapa, os artigos 1 a 12 "cujo tema central é a explicitação dos principais direitos da pessoa tanto na esfera pessoal como na esfera jurídica e a social"; na segunda, os artigos de 13 a 20 "que tratam das liberdades fundamentais da pessoa como de locomoção, de buscar asilo, ter uma pátria, ..."; na terceira etapa, os artigos de 21 a 30 "que falam dos direitos sociais e econômicos..." (Comunicado n° 2, 1973). Os grupos deviam refletir sobre os referidos artigos confrontando-os com a sua realidade, procurando também elaborar propostas de ação.

2.4.1.1.3. **Comissão de Justiça e Paz e Centros de Defesa dos Direitos Humanos.**

No dia 12 de março de 1978, foi criada por D. Pedro Paulo a *Comissão de Justiça e Paz* da Diocese de Lins, tendo em vista a aprovação dos *Direitos Humanos* como uma das suas prioridades pela Assembléia Diocesana realizada nesse ano. No plano de pastoral 1978/80 assim está a definição de Pastoral dos Direitos Humanos: "É um trabalho a ser realizado pela Igreja, tendo em vista devolver às pessoas marginalizadas o seu devido lugar na sociedade, conscientizando-se à luz do Evangelho, para defenderem e promoverem seus próprios direitos" (1978, p. 10). As tarefas definidas para a Comissão conforme o Plano de Pastoral, são "defender os operários, trabalhadores rurais, menores abandonados, delinqüentes, presos comuns políticos".

Nesse mesmo ano, foi publicado pela Comissão um subsídio popular para os grupos de periferia, com o título: *A lei existe para defender a gente. Unidos venceremos.* O material foi produzido por uma equipe da cidade de Guararapes (SP), em quadrinhos, com 24 páginas e com os seguintes tópicos:

1. Você sabe o que é lei?
2. Prisão ilegal - torturas.
3. Procurar a SUNAB.
4. Taxas cobradas pelos cartórios.
5. No caso de fazer um negócio procure sempre um advogado.
6. Assistência médica pelo INPS (INAMPS) e FUNRURAL.

8. Outros problemas.

9. O povo que manda.

Essa cartilha, em forma de diálogo, visava chamar atenção das pessoas para necessidade de defender-se e saber dos seus direitos. O folheto apresenta em alguns momentos uma visão por demais positiva da lei.

No início dos anos 80, funcionou em Lins um Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Entre as suas atividades salientamos uma, as denúncias com relação a torturas e a situação dos presos na cadeia de Lins. Algumas pessoas foram intimadas a prestarem depoimentos. O CDP, em reunião de 28 e 29 de março de 1981, aprovou um Manifesto de apoio à Comisão de Direitos Humanos de Lins. Na ocasião, em reação às denuncias, a Câmara Muncipal de Lins aprovou uma moção de apoio ao destacamento da Polícia Militar de Lins. Em 1983, foi criado o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) em Araçatuba. Esse Centro teve nesses anos todos uma atuação firme na defesa dos direitos humanos na região.

A preocupação com os direitos humanos sempre esteve presente nas diversas atividades pastorais da diocese, nos grupos de jovens, na catequese, nas CEBs.

2.4.2. **Política.**

A busca de uma formação política se fez através de várias iniciativas, perpassando as várias atividades pastorais assumidas e implementadas pelas várias coordenações diocesanas e pelo Secretariado Diocesano de Ação Pastoral.

2.4.2.1. **III Caminhada Universitária - 1974.**

O tema política foi debatido entre universitários, em Lins, quando da *III Caminhada dos Universitários de Lins e região*, em 26 de outubro de 1974, organizada pela Pastoral Universitária. Esse tema foi escolhido tendo em vista as eleições previstas para esse ano para o Senado, Câmara e Assembléias Legislativas. Procurou-se atingir universitários de Lins, Penápolis, Araçatuba e Andradina.

No decorrer do 2° semestre de 1974, houve divulgação entre os universitários, através de um *Comunicado*, com orientações de ordem prática, o sentido da caminhada e a indicação do texto base de reflexão. Esse foi *Igreja e política subsídios teológicos*, da CNBB. Essa publicação contém: introdução: Igreja e Política, e três partes, I - a política - realidade humana complexa e ambivalente, II - a política à luz do Evangelho e III - presença e atuação da Igreja no campo sócio-econômico e político. Para completar o processo de preparação, foi

distribuído um pequeno texto, abordando o significado de política, do poder político, da ação política e os aspectos que seriam refletidos na caminhada. Na parte final lemos:

> Destes quatro pólos principais da ação política, a mobilização, o desenvolvimento, a democracia e a gratificação, escolhemos dois para uma reflexão mais aprofundada a partir de alguns textos da Igreja no Brasil vindos à público em data recente. As duas questões escolhidas foram, de um lado, a análise do atual modelo brasileiro de desenvolvimento e, de outro, estudo do comportamento do sistema no que tange a distribuição de renda, ou seja, à gratificação dos cidadãos pelo seu trabalho desenvolvido (Dioc. Lins, III Caminhada dos Universitários de Lins e da Região, p. 2).

No dia 26, à noite, os participantes da Caminhada se encontraram na Faculdade de Serviço Social, onde houve, entre outras atividades, uma explanação sobre o tema, com trabalho em pequenos grupos, utilizando-se dos subsídios indicados. A caminhada foi dividida em três etapas e em cada uma houve questões para debates, com plenário ao final de cada etapa. Na primeira etapa foram apresentadas questões sobre o processo eleitoral daquele ano; na segunda, sobre a participação do povo no desenvolvimento do país e distribuição de renda e na terceira refletiu-se sobre a contribuição do universitário na sua faculdade, sua atuação política nesse espaço.

2.4.2.2. Conselho Diocesano de Pastoral. Secretariado Diocesano Ação Pastoral.

O Conselho Diocesano de Pastoral, em inúmeras vezes, tratou desse assunto, estudando, debatendo e propondo ações concretas.

Em 25/10/81 houve estudo e encaminhamentos sobre a Educação Política. Houve uma explanação tendo por base documentos da CNBB e outros. Nessa ocasião foi apresentada e feita uma análise de várias cartilhas: *Deus, Fé e política* (PJ de Manaus/AM), *Bate-papo sobre política* (Vitória-ES), *Conquistando o que é nosso* (CPT-Goiás), *Política à luz do Evangelho* (Balsas-MA), *Política, luta de um povo* (Juazeiro-BA), *Roteiro de reflexão para uma conscientização social* (S. Mateus-ES) e *Fé e política* (Cartilha das Vozes e Coleção de Slides da Arquidiocese de São Paulo). Após o estudo, os membros do CDP, em grupos, discutiram sobre: "Como fazer a Educação Política na Diocese? Quais os critérios para o Agente de Pastoral com militância política? Com relação aos subsídios?" (Relatório da reunião, 1981). Várias sugestões foram feitas, definindo que os agentes "não devem deixar a comunidade e nem ser abandonados por ela" no caso do engajamento político partidário. Constituiu-se uma equipe para tratar dos subsídios. Vários materiais analisados foram utilizados, dentre eles a série de slides de São Paulo. A questão da educação política voltou na reunião do dia 29/11/81 no qual definiram-se alguns critérios com relação à elaboração do material; cada região deveria fazer encontros de estudos e essas atividades deveriam iniciar-se após a novena de Na-

tal.

No dia 30 de novembro de 1981, realizou-se também o II Encontro do clero de Lins para estudo e encaminhamento da educação política do povo. O encontro teve início com um painel de relato de experiências de algumas paróquias com equipes da educação política. O trabalho era ainda inicial, foi destacado o uso dos slides da Arquidiocese de São Paulo, a realização de assembléias populares, a reivindicação de melhoria nos bairros e a presença nas Câmaras Municipais, para acompanhamento das sessões dos vereadores. Houve estudo sobre o Documento da CNBB *Reflexão cristã sobre a conjuntura política* e sobre o "pacote" da reforma eleitoral e os casuísmos na história política partidária no Brasil. Em seguida discutiram sobre a cartilha de formação política apontando sugestões quanto à apresentação e ao conteúdo. Este deve ter um caráter a-partidário; dar informações objetivamente, deixando a conclusão por conta do participante do grupo; explicar as tarefas do executivo e legislativo nos seus vários níveis; abordar os temas capitalismo e comunismo; a questão do controle dos atos dos governantes; um glossário dos termos mais usados na política; conter textos bíblicos e de documentos do magistério eclesiástico, da constituição, etc. Outros aspectos analisados pelos padres: como formar um grupo de fé e política, como evitar que o grupo não tenha membros de apenas um partido e outras questões. Decidiu-se pelo trabalho de formação de grupos de fé e política e pela participação na Semana de Estudos de 1982, sobre CEBs e política.

Na reunião de 28 de novembro de 1982, o assunto da educação política voltou a ser tratado, onde foi enfatizada a necessidade de apoiar a participação nos partidos políticos, de elaborar cartilhas visando um processo educativo permanente e acompanhar o trabalho dos eleitos.

Em várias reuniões nos anos de 1985, 1986 e 1987, a questão política se fez presente através de estudos, informes e encaminhamentos com relação às eleições e propostas para Constituinte, bem como sobre os trabalhos de elaboração da Constituição.

2.4.2.3. Boletim INFORMANDO.

O Boletim da Diocese, o INFORMANDO, criado em 1975, era distribuído entre os padres e leigos das paróquias, passando depois a ser veiculado através de assinatura. Em vários dos seus números abordou a temática da política, oferecendo subsídios aos leitores e ao trabalho das comunidades.

No número 3/81 encontramos um texto sobre *o que é política?*. O artigo foi dividido

em seis tópicos, buscando definir o que é política, mostrando a diferença entre política e política partidária, enfatizando a importância da participação na política e o significado dos partidos (Cf. Informando, 1981, p. 10-11).

Em julho de 1982, foi publicado o artigo *Aqueles que não merecem o nosso voto,* de Fernando A. de S. Campos, transcrito de *O São Paulo,* de 18 a 24/06/82.

Nos números 102 a 105, em 1989, tendo em vista as eleições presidenciais, foram apresentados alguns dos candidatos à presidência da república, com um resumo das suas propostas e de seu partido. O Editorial do nº 105, de novembro de 1989, tratou da temática, tendo como título *Critérios apontam, quem é quem.* Em dezembro de 1989 publicou um pronunciamento do Bispo Diocesano D. Irineu Danelon e um Manifesto dos Leigos do Conselho Diocesano de Pastoral.

2.4.2.4. **Pronunciamentos.**

Visando a formação de opinião pública, os bispos que passaram pela diocese, o Conselho Diocesano e grupos de leigos sempre fizeram pronunciamentos sobre o momento político objetivando dar informações e orientações com relação ao processo eleitoral e ao voto. Vários pronunciamentos e documentos produzidos fora da Diocese acabaram circulando nas paróquias e dando sua contribuição ao processo formativo da consciência dos cidadãos.

Por ocasião das eleições municipais de 1976, D. Pedro Paulo Koop e o Conselho Diocesano de Pastoral publicaram uma Carta Pastoral com o título: *É tempo de votar.* Salientam a importância das eleições, do voto, da participação enquanto candidatos e eleitores, do direito e dever de todos de participarem desse momento. Entre as afirmações contidas na carta destacamos:

> Da função pública bem exercida através da política, dependem os rumos e o bem estar da comunidade. (...) A nossa palavra vai também aos eleitores, em cujas mãos repousa a escolha dos dirigentes e dos rumos da política. (...) Comprar e vender o voto é trair a própria consciência e trair também a comunidade a que se pertence. (...) O voto, seu voto, é muito importante pois é ele que decide as eleições. (...) Concluímos, convidando a todos a que cumpram com consciência e destemor seu dever eleitoral, fortalecendo assim as bases da vida política brasileira, abrindo caminho para que se instaure o mais rápido possível a plenitude democrática em que seja devolvida ao próprio povo a escolha de seus dirigentes executivos, não só a nível municipal mas também em eleições diretas para governador do Estado como prevê a Carta Magna da Nação (Informando, ed. especial, set/76).

Em 1986, tivemos eleições para governadores, assembléias, deputados federais e senadores; estes últimos foram eleitos para realizarem as tarefas da Assembléia Constituinte. Nessa ocasião, D. Walter Bini enviou às comunidades uma carta contendo algumas indicações sobre a compra de votos, para denunciar fraudes eleitorais, estar atento à vida do candidato,

mais que sua fala, mesmo quando fala bem da religião, escolher candidatos que lutam pela justiça e pela causa dos pequenos, desde que não tenham idéis contrarias a fé cristã, examinar os programas dos partidos. Sugere a leitura dos n°s 26 a 32 da Declaração Pastoral *Por uma nova ordem constitucional,* de onde retirou as indicações que apresentou em sua carta. E escreveu ainda "Seria bom discutir esses pontos em reuniões dos grupos de reflexão nas paróquias, nas diversas comunidades, nos movimentos e nas associações".

Por ocasião do 2° turno das eleições presidenciais de 1989, D. Irineu Danelon enviou às comunidades uma *Carta aberta do Bispo de Lins sobre o momento político,* apontando alguns critérios para a escolha dentre os candidatos. Nessa ocasião os leigos que participavam do Conselho Diocesano de Pastoral manifestaram seu apoio à candidatura de Lula, através da *Carta Aberta à população - Manifesto dos Leigos do Conselho Diocesano de Pastoral da Diocese de Lins.*

Durante o período eleitoral de 1990, D. Irineu Danelo divulgou uma *Carta aberta do Bispo de Lins sobre o momento político.*

2.4.2.5. **Subsídios.**

2.4.2.5.1. **Elaborados na Diocese de Lins.**

Um dos instrumentos de informação e formação buscando atingir a diversidade dos grupos, comunidades, movimentos, pastorais foi a elaboração de cartilhas, pronunciamentos, etc.

Vejamos algumas das cartilhas produzidas.

1. Eleições - - . A Voz do Povo.
2. Folhetos de Educação Política - 1982.
3. Constituinte com o povo, caminho para um mundo novo - 1986.
4. Agora é a hora - 1989.
5. Folhetos de Educação Política - 1990.

Todos os folhetos foram produzidos em períodos eleitorais: o primeiro, do qual não conseguimos identificar a data, faz referências a uma eleição para deputados e senadores; os demais têm datas marcadas: eleições de 1982; eleições de 1986 para o Congresso Constituinte; de 1989 para presidente da república e de 1990 para o Congresso Nacional, governadores e assembléias legislativas. Essas cartilhas chamam a atenção do valor do voto, da necessidade

de escolher bem entre os candidatos apresentados, de analisar os diversos partidos e programas. Entre os primeiros e os últimos produzidos percebe-se que há mudanças com relação à maneira de ver o processo eleitoral e a questão partidária. Os folhetos, na sua maioria, contêm questões para discussão nos pequenos grupos e comunidades.

O material *Eleições... a voz do Povo* e os *Folhetos de Educação Política de 1982* foram elaborados na forma de diálogo, em quadrinhos. O primeiro, uma cartilha, com 13 páginas, fala da importância do voto, dos políticos que só aparecem no período eleitoral, da compra de votos, da situação que precisava ser mudada. O material de 1982, o segundo, foi produzido na Paróquia da Imaculada Conceição de Guararapes, no formato de folhas avulsas. Foram três folhas falando sobre Política *e o bem comum, voto não se compra e nem se vende e pra que mudar?*, na forma de diálogo entre duas pessoas, sem questões para debates. Os dois materiais tiveram como personagens homens, revelando de certa maneira a concepção corrente de que política é assunto para homens. Como ilustração, vejamos algumas das questões colocadas no primeiro folheto e o desenho de um das folhas do segundo material.

Figura 5 - Folheto: Eleições ... a voz do povo. Encontro: Não sei o que os políticos fazem - questões para debate.



Figura 6 - Folheto Educação Política - 1982.



A cartilha *Constituinte com o povo, caminho para um mundo novo* foi elaborada em 1986 pela Região Pastoral Guararapes - Castilho e utilizada em várias paróquias da diocese. A primeira parte, das páginas 1 a 22, contém quatro encontros com os temas: *Como vivemos?* apresentando algumas situações vividas pelo povo como: a moradia, o transporte, a alimentação, a saúde, etc.; *O bem comum*, abordando como funciona a nossa sociedade a economia, a política, o social; *Descobrindo a história*, salientando a necessidade de conhecê-la e construí-la, apresenta uma linha de tempo das constituições que já vigoram entre nós, e, finalmente, *Construindo a sociedade*, abordando o que é constituição, constituinte, como participar e votar. Em cada encontro há questões para debater, pesquisar e propostas de ação. Essa primeira parte é composta de desenhos sobre determinadas situações, textos explicativos, questionamentos e elementos históricos. A segunda parte intitulada *"para aprofundamento da discussão"*, páginas 23 a 34, apresenta elementos da história das constituintes, o que fazer antes, durante e depois da Assembléia Constituinte, como votar e tipos de votos e alguns textos a

partir da Declaração Pastoral Por um nova ordem constitucional.

Agora é a hora, é uma cartilha elaborada em 1989, pelo IAJES - Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor de Andradina, tendo em vista as primeiras eleições diretas depois do golpe militar de 1964. Nas páginas 01 até 13 encontramos D. Cida que cuida da casa e lava roupa para fora e Sr. Zequinha, cortador de cana. Um dia passeando encontram-se com Sr. Joaquim em frente de sua casa, e travam uma conversa retomando a história desde Jânio Quadros, passando pelo regime militar e chegando a 1989. Em seguida são apresentados os vários candidatos a presidente com os seguintes elementos: o partido e sua prática, candidato, principais propostas, posicionamentos e programas e forças que o apóiam e/ou financiam. Os partidos foram assim divididos: Partidos da classe trabalhadora e que sempre a defendem - PT e PCB - Lula e Roberto Freire; partidos que ora defendem a classe patronal ora defendem a classe trabalhadora - PDT e PSDB - Brizola e Covas e os partidos controlados pela classe dominante - PDS, PMDB, PRN, PFL E PL - Paulo Maluf, Ulisses Guimarães, Collor, Aureliano Chaves e Afif.

Em 1990, o Conselho Diocesano de Pastoral propôs um material tendo em vista as eleições desse ano. O mesmo foi elaborado pelo IAJES, na forma de folhas, com textos, alguns desenhos e questões para o debate. Os temas: 1. *O que é política?*, 2. *O cristão e a política* e 3. *O papel dos políticos, dos partidos e dos cargos eletivos.*

2.4.2.5.2. **Outros subsídios.**

Os Documentos e estudos da CNBB, cartilhas de várias dioceses e organismos, bem como de bispos, circularam pela diocese, foram objetos de estudos e contribuíram para o aprofundamento sobre o tema. Registramos alguns. **Documentos da CNBB:** *Exigências cristãs de uma ordem política* (Doc. 10), *Reflexão cristã sobre a conjuntura* (Doc. 22), *Por uma nova ordem constitucional* (Doc. 36), *Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura* (Doc. 40) e *Exigências éticas da ordem democrática.* (Doc. 42). **Estudos da CNBB:** *Igreja e política - subsídios teológicos* (Doc. 2) e *Subsídios para uma política social* (Doc. 24). Há ainda todos os documentos sobre a terra, os das Semanas Sociais e outros.

Em 1981 circulou pela diocese o texto *Orientação pastoral para a política,* do Cardeal Arns.

A partir da segunda metade dos anos 80, em nível nacional, como reflexo das questões colocadas por muitos cristãos na base, realizou-se um debate sobre os cristãos e a política.

Alguns encartes foram publicados pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) que em seguida foram aglutinados numa publicação Vozes/IBASE, com o título: *Cristãos: como fazer política,* artigos de Clodovis Boff, Frei Betto, Pedro Ribeiro de Oliveira, Rogério Almeida Cunha, Luiz Eduardo Wanderley, Luiz Alberto Gómez de Souza e Leonardo Boff. Esse debate tem sido continuado com publicações do Centro de Direitos Humanos de Petrópolis. Nessa linha do debate, o Setor Leigos da CNBB realizou em 1988 um *Seminário sobre Fé e Política,* no Rio de Janeiro. Duas pessoas da Diocese de Lins estiveram presentes.

Um momento rico de reflexão, de aprofundamento e de militância foi o período da Constituinte, onde se produziu muito material e o trabalho das emendas populares. Esse processo se repetiu em nível dos estados e principalmente dos municípios. Vários textos foram produzidos pelo *Plenário pró participação popular na Constituinte;* um jornal *a participação popular nas Constituintes municipais,* da Comissão de Acompanhamento da Constituinte da CNBB, foi amplamente divulgado e utilizado.

2.4.2.6. **Encontros, reuniões e outros eventos.**

Um dos elementos de formação política foram os encontros, as reuniões e o engajamento em uma série de atividades práticas, como já tivemos oportunidade de apresentar. Neste tópico desejamos apresentar alguns encontros específicos organizados pelo SEDAP e por várias coordenações diocesanas.

Entre as Semanas de Estudos já analisadas anteriormente destacamos as de 1982 sobre o tema *CEBs e política;* as de 1987 e 1988 sobre *Fé e Política.*

Tendo em vista as eleições de 1982, o CDP apoiou em dia de estudo, em 17 de maio de 1982, em Araçatuba, sobre o tema: *Oprimidos e Marginalizados e Educação para justiça,* com a assessoria de Vicente Trevas. Esse encontro foi assumido pelo CDP. Em 1986, houve também um dia de estudo sobre a *História das Constituições Brasileiras e o momento atual,* com D. Mauro Morelli, em Araçatuba, com os membros do CDP e outros interessados.

A Coordenação Diocesana da Pastoral da Juventude dentro do seu processo formativo, realizou vários encontros sobre a política. Nos dias 26 e 27 de setembro de 1981, houve um encontro diocesano sobre *Política*; de 15 a 17 de novembro de 1985 sobre a *Constituinte*. Um dos subsídios da Comissão Nacional de Assessores da Pastoral da Juventude utilizados pelos grupos da diocese foi *uventude cristã e militância política* (1987).

Vários encontros foram por organizados pela CPT da micro região de Lins, dentre os quais salientamos: em 09/11/80 sobre *Política agrícola,* em Andradina, com 140

participantes; em 02/08/1981 e 07/03/82 sobre *Política partidária,* em Araçatuba, com 110 e 130 participantes respectivamente; em 15/08/1982 sobre *Política e normas eleitorais,* em Andradina, com 313 pessoas. e 13/01/1983, em Andradina, sobre a *Reforma Agrária,* com 90 participantes (Cf. Higuto, 1983, p. 28-29).

A política, na linha da defesa dos direitos humanos, nas Sociedades Amigos de Bairros, na política partidária faz parte da vida da maioria das CEBs, na Diocese de Lins, em praticamente todas as regiões, mas com mais incidência na região Guararapes-Castilho. Vários encontros das CEBs refletiram sobre essa temática.

No final dos anos 7O até metade dos anos 80 várias atividades ligadas à formação política foram realizadas em conjunto com a Faculdade de Serviço Social de Lins.

3. Comunidades Eclesiais de Base - CEBs.

A busca de novos caminhos, impulsionados pelos novos ventos do Concílio Vaticano II, provocou um processo de renovação da Igreja atingindo, na base, a paróquia. No Brasil, os primeiros planos de pastoral, marcados pelo Movimento do Mundo Melhor, enfatizaram a necessidade de retomar a dimensão comunitária da paróquia. Passou-se a enfatizar a paróquia como Comunidade de Fé, Culto e Amor. Como alternativas foram indicadas as Comunidades de Base, que foram assumidas pela Conferência de Medellín. Da Comunidade de Base à Comunidade Eclesial de Base há um caminhar que já apontamos em outros momentos deste trabalho. Caminho percorrido também pela Diocese de Lins. Veremos alguns elementos desse caminhar e o processo formativo desenvolvido pelas CEBs. Estas se constituíram num eixo fundamental da pastoral diocesana. A temática das CEBs, no que tange à formação e outros diversos aspectos, foi abordada em outros pontos deste trabalho.

3.1. A caminhada diocesana.

3.1.1. De 1964 a 1969.

No processo de renovação da Igreja de Lins nesse período, com relação às CEBs, podemos dizer que foram lançadas as bases necessárias para sua implantação e desenvolvimento. D. Pedro Paulo Koop, de 1964 a 1969 em diversas ocasiões abordou o tema em questão: na sua Carta Pastoral de posse, em 1964; na Carta Pastoral, dirigida ao

Presbitério, em 1967, e retomou o assunto, em dois artigos, publicados pela Revista de Cultura Vozes, em 1968 e 1969. O primeiro sobre *Comunidade de Base e Novo Ministério Sacerdotal* e o segundo *Lins: comunidade em renovação.*

Nesses anos, vários cursos sobre a renovação paroquial, sobre as Comunidades de Base aconteceram nas paróquias, nas regiões e em nível diocesano; um marco importante foi um Curso sobre Comunidade de Base, ministrado pelo Pe. José Marins, em novembro de 1967.

Esses cursos, encontros e escritos criaram uma nova mentalidade que, aos poucos, começou a repercutir na prática. Em 1968, o 1° Plano de Pastoral apontou as Comunidades de Base como uma das prioridades da diocese.

Esse processo aos poucos foi atingindo mais fortemente alguns pontos da Diocese: a região de Andradina, algumas paróquias de Araçatuba e de Lins, Promissão e Pirajuí, entre outras.

3.1.2. **De 1970 a 1980.**

Nessa década constatamos um trabalho permanente visando o crescimento das CEBs. Várias denominações expressam essa realidade, tais como: comunidades geográficas, comunidades ambientais, setores, pequenos grupos, círculos bíblicos. Esses termos encontramos no livro *Cinquentenário da Diocese de Lins*, de 1976. Nessa obra, foi registrada a existência de 220 comunidades, com inúmeros grupos, em 22 das 49 paróquias existentes na época. Esse dado tem apenas o caráter ilustrativo, pois os números são incompletos; nem todas as paróquias indicaram o número de comunidades, apenas registraram a sua existência; outras, embora tivessem comunidades, não as indicaram. Um dado interessante, que mostra a mudança de mentalidade, foi o fato de uma paróquia registrar a existência de 18 comunidades, adjetivando-as de "estilo clássico".

Em 1975 e 1978, nas Assembléias Diocesanas, as CEBs foram novamente assumidas como uma das prioridades da diocese. Buscando sempre formas de encaminhamentos, o assunto voltou sempre às reuniões do CDP. No INFORMANDO de out/nov/78 encontramos a seguinte observação, feita na última reunião do CDP, do ano:

> As comunidades eclesiais de base, em nossa Diocese, já têm uma experiência bastante longa, mesmo se com nomes e práticas um tanto diferentes e passando por períodos de altos e baixos. Comunidades de Lins, Promissão, Birigüi, Araçatuba, Guararapes, Mirandópolis e Andradina contam com experiências de 4, 7 , 10 ou mais anos (1978, p. 5).

Nesses anos, o processo de formação se deu fundamentalmente nas próprias comunidades pela sua prática participativa, pela reflexão em torno da Palavra de Deus e pela

ação desenvolvida. Em muitas paróquias foram feitos estudos sistemáticos da Bíblia, o qual se constituiu num instrumento fundamental na formação das CEBs. Nesse sentido, contribuíram muito as publicações do Frei Carlos Mesters: *Rezar os Salmos Hoje, Palavra de Deus na História dos Homens (2 volumes), Deus, onde estás?* e *Paraíso Terrestre, Saudade ou Esperança?* Articulado com o processo de formação houve sempre a preocupação de informar e fazer circular textos, documentos de outras Dioceses, da América Latina. O INFORMANDO nesse período publicou os documentos dos três inter-eclesiais dos anos 70. A Editora Todos Irmãos também fez publicar vários materiais a serviço dos grupos, por exemplo: Estudos nº 1, o texto *Comunidades e Ministérios na atual problemática da América Latina,* de José Conblin, publicado no Chile e traduzido por José Oscar Beozzo; em um folheto *comunicação* publicou o texto *Comunidade Eclesial de Base no Novo Testamento,* da Revista da Arquidiocese de Goiânia, 1976 e, em 1978, o folheto *Encontro das Comunidades de Base,* contendo o documento do III encontro intereclesial e dois artigos publicados no jornal *O São Paulo: Encontro das CEBs: povo que se liberta* e *O esboço do futuro* por Pedro, Marcelo e Tomás. Importante também foram os encontros dos animadores, que em algumas comunidades eram feitos todas as semanas, ou pelo menos uma vez por mês. Dada a importância dos animadores, vários cursos específicos foram feitos, como exemplo, um encontro exclusivamente para dirigentes e animadores, em Araçatuba, dias 27 e 28 de janeiro de 1978.

Alguns encontros regionais e diocesanos também serviram de motivação e de aprofundamento de determinados temas. Podemos citar alguns:

Encontros Diocesanos de CEBs.

1976 29/08 - Valparaíso.
Tema: A terra, saúde, alimento e periferia das cidades.

1979 09-10/06 - Araçatuba.
08-09/09 - Andradina.
Assuntos: Custo de Vida, empregadas domésticas, sindicato, bóia-fria, moradia e periferia.

Encontro de CEBs da Província Eclesiástica de Botucatu - 13-15/01/1978 - Andradina.

Nesses anos, podemos enfatizar, como importantes na caminhada das CEBs, dois momentos: o Ano Missionário com o Concílio de Jovens e o Curso de Teologia para Leigos; um instrumento: o Folheto Todos Irmãos. Este folheto foi fundamental para o crescimento e

consolidação das comunidades, dos pequenos grupos. A respeito desse material, o atual vigário de Andradina, numa entrevista que fizemos, assim se referiu:

> ajudou na liturgia, principalmente no trabalho de conscientização, ajudou a mudar um pouco a cabeça das pessoas, a enxergar mais longe. É claro que o folheto criou problemas, suscitou reações, até violentas às vezes. Foi muito positivo no sentido de conscientizar, abrir os olhos, fazer refletir e enxergar a realidade.

A celebração do Ano Missionário e o Concílio de Jovens marcaram a vida das comunidades. No 1° semestre de 1977, em função desses acontecimentos, tivemos encontros de CEBs em Lins, Andradina, Birigüi, Araçatuba e Guararapes. E os cursos de Teologia para Leigos, em 1978/80, tiveram entre seus principais participantes, os membros das Comunidades.

Nessa caminhada emergiu fortemente a presença dos leigos e de lideranças leigas, levando a uma discussão sobre a Igreja e sobre a ação a ser desenvolvida. Um texto sobre esse assunto, que circulou entre os animadores e padres, de Pedro Ribeiro, foi *A posição do leigo nas comunidades eclesiais de base.*

Na linha da formação que aconteceu nas paróquias, nesse período, queremos registrar uma atividade formativa, feita em Promissão, denominada de catecumenato. Para esse processo foram constituídos grupos de leigos, em alguns setores da paróquia. Esse nome nada tem a ver com o catecumenato atual. Em entrevista, o ex-vigário daquela época assim descreveu o trabalho:

> o nome vinha do passado, no sentido de aprendizado cristão. Foi feito um trabalho de visitas nas casas, de levantamento, convidando o pessoal a participar desse catecumenato. Preparamos algum material para que os leigos pudessem ter à mão um material fácil, acessível, simplesmente baseado no Evangelho, numa seqüência. Levou dois anos. (...) Nesses anos encontrávamo-nos toda semana com os dirigentes, onde recebiam o material, com trechos do Evangelho e comentários. Eram feitos em folhas mimeografadas.

3.1.3. <u>De 1980 a 1990.</u>

Nessa década o trabalho com as comunidades continuou, sendo as mesmas enfatizadas como prioridade nas Assembléias de 1980, 82, 85 e 89. Repercutiram na diocese os quatro grandes encontros inter-eclesiais que aconteceram nos anos 80, deixando claro que as comunidades da diocese estiveram em plena sintonia com o desenrolar das CEBs em nosso país. Quanto à formação, muitos cursos, encontros e eventos foram realizados.

Inicialmente podemos colocar os encontros regionais, diocesanos e inter-diocesanos. Também nos encontros estaduais a Diocese se fez presente. Vejamos esses encontros:

Encontros Diocesanos e Inter-diocesanos:

1980 15-16/11 - Araçatuba - 1° Encontro do interior do Estado - em preparação ao Intereclesial - 110 part. 9 dioceses.

1981 12-13/12 - Araçatuba - 2° Encontro do interior do Estado e MS
Temas: CEBs: a vida da Igreja, Política e as Lutas Populares.

1982 04-5/12 - 3° Encontro do interior e MS.
Tema: CEBs, Povo Unido, semente de uma nova sociedade.

1983 11/11 - Araçatuba - Encontro Diocesano
Tema: CEBs, Povo Unido, semente de uma nova sociedade.
235 part. Preparado com Encontros Regionais.

1986 19/10 - Araçatuba - Encontro Diocesano - 400 participantes.
Tema: CEBs, povo de Deus, em busca da terra prometida.

1988 30/10 - Araçatuba - Encontro Diocesano - 270 participantes
Tema: Povo de Deus na América Latina, a caminho da Libertação.

1990 - Encontro Estadual de CEBs, em Lins, com mais de 1500 pessoas.

Esses encontros foram sempre momentos de partilha, de aprofundamento de temas articulados com a vida das comunidades e de celebração. A dinâmica utilizada implicava grupos, dramatizações, jograis, exposições do assessor e outras. Eles sempre foram momentos que animaram os participantes a continuarem firmes no trabalho que desenvolviam em suas comunidades. A maioria dos encontros foram preparados nos grupos de base, em encontros regionais e diocesanos; normalmente um questionário era enviado às comunidades e havia ampla correspondência entre a coordenação e as CEBs. O Encontro Inter-diocesano de 1981, seguiu essa sistemática. Em outubro foi enviada uma circular informando a confirmação da participação de 118 comunidades, de 32 cidades e de 10 dioceses, e pelas respostas dadas ao questionário, os temas sugeridos com maior incidência: CEBs na vida da Igreja, CEBs e lutas populares e CEBs e política. Esses temas foram desenvolvidos a partir de trabalhos de grupos, mini-plenários, dramatizações, palavra do assessor.

Outros instrumentos importantes, já analisados, foram: as Semanas de Estudos, as Novenas de Natal, o Curso Bíblico, o Curso Básico, o INFORMANDO e outros subsídios produzidos pela Diocese. Com relação às Semanas de Estudos, a de 1980, abordou o tema: O que é CEBs e a de 1981: CEB e política. Essas duas semanas, além do SEDAP, contou com a Coordenação Diocesana de CEBs em sua preparação.

Um momento importante tem sido o mês da Bíblia, sempre com subsídios específicos. Durante um período a Diocese produziu seu próprio material para o mês da Bíblia (setembro) e o mês Missionário (outubro), basicamente com a mesma estrutura das novenas de Natal. Entre eles salientamos os de 1984, 1985 e 1986. O primeiro teve como tema o "Atos dos Apóstolos", "o livro das comunidades missionárias da Igreja dos primeiros tempos" (...) "Este livrinho quer ajudar as comunidades cristãs da Diocese a viverem o mês da Bíblia e o mês das Missões experimentando a força da Palavra de Deus e ao mesmo tempo compreendendo melhor a própria vocação missionária no meio em que estão" (1984, p. 3). A estrutura do folheto foi a seguinte: celebração de abertura, uma oração inicial e de encerramento para os todos os dias; seis encontros, com os seguintes temas: A primeira comunidade, os primeiros ministérios, o primeiro mártir, a conversão de Paulo, a expansão da Igreja, primeiro concílio e uma celebração de encerramento. Cada encontro tinha sempre um trecho dos Atos dos Apóstolos, uma figura e perguntas para reflexão em comum. Os participantes, para completarem a leitura do livro bíblico, eram motivados a fazer a leitura em casa, entre um encontro e outro. Em 1985, continuou sendo lido o "Atos dos Apóstolos", dando ênfase a Paulo e às comunidades cristãs por ele fundadas, com os objetivos: olhar para Paulo e aprender dele seu compromisso com o evangelho e seu ardor missionário; olhar as comunidades que fundou, com sua vida, dinamismos e conflitos e comparar as primeiras comunidades com as da Diocese. A estrutura é a mesma da anterior. Os temas dos encontros: a missão de Paulo em Tessalônica (At 17,1-9), Paulo em Atenas cai numa fria (At 17,16-34), Paulo funda a comunidade de Corinto (At 18,1-17), os "joanitas" de Éfeso (At 19,1-7), quem dá é mais feliz do quem recebe (At 20,18-24 e 33-35) e prisão de Paulo (At 22-25,12). Em 1986, o tema foi a Paz - Se eu vos libertar, sereis verdadeiramente livres. O tema da paz procurou articular-se com o Ano Internacional da Paz. No final dos anos 80, o mês da Bíblia se articulou com o Curso Bíblico. O tema de um e do outro é o mesmo.

3.2. Caminhada das CEBs na Região Pastoral de Guararapes a Castilhos e na cidade de Andradina.

Falar de CEBs na Diocese de Lins, necessariamente nos remete à caminhada feita pela Região de Guararapes a Castilho e pela cidade de Andradina. Neste tópico apresentaremos elementos dessas duas realidades.

3.2.1. Região de Guararapes a Castilho.

A região assumiu desde o começo a caminhada das CEBs. Isso provocou mudanças na forma do trabalho pastoral, fez emergir a participação efetiva dos leigos, provocou o engajamento de muitos na sociedade, criou espaços de formação e desencadeou muita reação e posicionamentos contrários. O marco das comunidades é o ano de 1969, com o surgimento de duas comunidades na cidade de Andradina. Da região saíram os primeiros representantes da diocese nos dois primeiros intereclesiais de Vitória. A região, antes mesmo dos encontros diocesanos, começou uma longa tradição de encontros regionais, visando motivar, formar, provocar o engajamento. Vejamos os dezesseis encontros realizados até 1990.

Encontros de CEBs da Região de Guararapes a Castilho.

1°	1975	31/08	Valparaíso 200 pessoas
			Troca de experiências
2°	1976	29/08	Valparaíso
			Tema: Encarnação, a Igreja que nasce do povo para Libertação.
3°	1977	29/08	Guararapes 200 pessoas
			Tema: História da Igreja na história do povo.
4°	1978	03/09	Guaraçaí
5°	1979	08/09	Andradina 220 pessoas
			Assuntos a partir da vida do povo: custo de vida, empregadas domésticas, bóias-frias, moradia.
6°	1980	31/08	Valparaíso 354 pessoas
			Tema: Igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação.
7°	1981	06/09	Mirandópolis 305 pessoas
			Tema: CEBs Fé e Política.
8°	1982		Guaraçaí - 215 pessoas
			Tema: Da Assembléia à Prática.
9°	1983		Guaraçaí
			Tema: Povo unido, semente de uma nova sociedade.
10°	1984	30/09	Guararapes 369 pessoas
			Tema: CEBs e o mundo do trabalho.
11°	1985	-	Assembléia Regional.
12°	1986	05/09	Mirandópolis
			Tema: Povo de Deus em busca da terra prometida.

13°	1987	06/09	Valparaíso
14°	1988	04/09	Mirandópolis
			Tema: Povo de Deus na América Latina a caminho da Libertação.
15°	1989		
16°	1990		Andradina 600 pessoas
			Tema: Terra, organização do povo, mulher e política.

Os temas sempre estiveram articulados com os problemas vividos no dia-a-dia das comunidades, com a caminhada diocesana e das CEBs em termos de Brasil. Um eixo é a questão das CEBs e a estrutura de Igreja e o outro é da inserção na realidade buscando a transformação social. Os encontros são elementos fundamentais das CEBs na região.

Vejamos como se processou um desses encontros. Todos os encontros têm seus relatórios. O 6° Encontro, realizado em Valparaíso, em 1989, teve seus resultados publicados num folheto de 40 páginas, com textos, figuras, fotos e outros elementos. Inicialmente há uma retrospectiva dos encontros anteriores e na introdução são indicados os dois traços importantes da caminhada: "A presença dos leigos (com os ministérios, os serviços, as responsabilidade, divididas entre muitas pessoas) e a opção pelos pobres, sendo a maioria dos participantes, membros da periferia e da zona rural..." (p. 1). Após a chegada do pessoal houve uma oração inicial, com a síntese dos encontros anteriores e um resumo da situação de exploração na região. Em seguida houve a apresentaçào por paróquias. Os participantes foram divididos em grupos para conversar sobre "o que é organização do povo? ". Os resultados foram apresentados em três mini-plenários. Salientamos algumas respostas: "São grupos das comunidades que se organizam para defenderem seus direitos contra as injustiças sociais e econômicas"; "O povo se une para um 'bem comum', se comunicar melhor. Falar em Deus e dos problemas"; "O povo não está muito bem organizado, e a organização está na união do povo, lutando por um ideal". O que está sendo feito nessa linha? Alguns respostas dos grupos: "Associação dos sapateiros (Birigüi), encontro de lavradores, problema da saúde, mini-ambulatórios (Andradina) Movimento dos Estudantes para baixar a taxa da APM. Resolver problemas do INPS (Guararapes)" (p.9). Após a apresentação dos trabalhos de grupos, a partir da reflexão feita, o assessor procurou aprofundar o tema da Organização do povo e retomou como o povo da noroeste, ao longo da sua história, vem se organizando e lutando. O segundo estudo em grupo foi sobre três questões: 1. Como estes trabalhos se lingam entre si, na mesma cidade e com outros trabalhos parecidos na região ou no movimento popular mais amplo? 2.

Como estes trabalhos se ligam com as lutas econômicas do povo, como reivindicações salariais e por empregos, sindicatos, oposição sindical, terra, preço dos produtos da lavoura, etc? 3. Como estes trabalhos se ligam com as lutas políticas (partidos ou outras formas)? O que mais se pode fazer? O encontro continuou com a apresentação de um teatro abordando a situação de exploração do homem do campo e da periferia e de uma série de slides sobre a saúde do povo. Continuando e concluindo a reflexão, o assessor retomou a temática da organização do povo. E terminando o encontro houve a celebração da missa. Pontos positivos apontados pelos participantes: "boa colocação do assessor, falou simples para o povo, mini-plenários muito ricos, o encontro ajuda a criar elo com o povo de várias comunidades, e isso ajuda na transformação, deu para questionar o trabalho de organização" (p. 38) entre outros. Podemos perceber claramente a ligação entre prática das comunidades e as lutas do povo; os participantes são sujeitos do encontro, trazem sua contribuição para a realização do encontro e a figura do assessor complementa o que os grupos e plenários produzem. No dizer de um dos coordenadores das comunidades e ex-coordenador do CDP: "esses encontros têm a função de animação; sempre há uma fala, um tema, uma assessoria. Colocar o astral para cima, há cantos e as pessoas sentem-se fortalecidas e ao mesmo tempo há formação". E ainda colocou que "há vários estilos, com pouca gente, com muita gente. Quando há necessidade de aprofundar um tema, um assunto os encontros são com pouca gente. Quando o pessoal está precisando de animação, os encontros são com bastante gente".

Para a realização dos encontros e outras atividades foi muito importante o Conselho Regional de Pastoral, onde os assuntos da região eram realmente debatidos e na prática provocou a participação dos leigos. "O conselho ajudou muito, 30 a 40 pessoas reuniam-se todos os meses. Havia sempre dias de estudos. Lugar de debates, de resistência" (Cf. entrevista).

3.2.2. <u>As comunidades em Andradina.</u>

Andradina fica próxima à divisa com Mato Grosso do Sul. A vida da Igreja na cidade teve mudanças radicais a partir do final dos anos 60 e na década de 70. Até 1960 a cidade tinha apenas uma paróquia. De 1960-66, dado o crescimento da cidade, por conta da construção de barragens, a Igreja decidiu por criar uma segunda paróquia. A partir dessa data a influência do Concílio Vaticano II se faz sentir na cidade por alguns padres jovens. Entre 1969-73 começou a ficar evidente a diversidade de opções. Criou-se mais uma paróquia, desta vez na periferia, "essencialmente de pobres, voltada para os pobres, que começa a crescer na linha da Teologia

da Libertação" (1982, p. 4). E as duas outras paróquias, cujas matrizes estão no centro, passaram a ser controladas pela classe média, com o cursilho. De 1969 datam-se as duas primeiras comunidades na linha de CEBs. Em 1973-76 houve mudanças dos vigários das paróquias do centro, mais afinados com a paróquia da periferia. Começou então um trabalho mais orgânico, influenciado por vários fatores, entre eles a opção pela Pastoral Popular assumida pela 1° Assembléia Diocesana. "A tônica passou a ser dada às comunidades de periferia, que neste período chegam a completar o numero de 9, (...) as comunidades começam a se encontrar a nível da cidade, acima das divisões paroquiais" (1982, p. 4). A partir de 1977 as atividades pastorais passaram a ser coordenadas por um "Conselho de Pastoral da cidade" e atendidas por uma "Equipe de Pastoral". De 1978 em diante, deu-se importância cada vez maior à estruturação da Igreja através das CEBs "cada uma delas com seus ministérios e serviços, com suas celebrações litúrgicas, catequese, preocupação missionária, engajamento crescente nos problemas sociais" (1982, p. 4). Na prática não existiam mais as três paróquias. Em 1982, depois de longa experiência, o Conselho de Pastoral da Cidade, composto basicamente por representantes das comunidades, formalizou, aos órgãos da diocese, uma proposta que consolidasse a prática vivida.

Nesse processo foi vital a opção pelas CEBs, pela Teologia da Libertação, por parte dos padres que foram nomeados para Andradina. O trabalho começou, segundo depoimento de uma coordenadora de CEBs[3], "por intermédio dos grupos de estudos, evangelização nas casas, grupos de estudos de evangelho. Pela setorização, por quarteirões, onde aconteciam os círculos bíblicos, a catequese (...) para as lideranças, dirigentes, havia todas as quartas-feira reuniões...". Esses encontros dos animadores eram para o trabalho organizativo e para formação. Em alguns bairros foram construídos centros comunitários, onde os grupos se encontravam e as celebrações eram realizadas. Um ex-padre, que participou e continua ainda hoje um trabalho com as comunidades, fez as seguintes observações:

> o trabalho de uma Igreja voltada para os bairros, para periferia, provocou muitos conflitos com os cursilhistas nos anos 70. (...) A Bíblia foi sempre uma ferramenta importante, fazendo-se uma leitura voltada para a realidade. (...) quanto à formação, foram os encontros com os animadores, as Semanas de Estudos organizadas pela Diocese, as Assembléias, o Catecismo Holandês.

Os círculos bíblicos sempre foram subsidiados com um folheto para usar durante a semana, trabalho realizado até hoje. E também, pelo que conseguimos levantar, havia um jornalzinho, mimeografado, que todas as semanas estava nas comunidades, grupos. Os números que analisamos de 1975 a 1978, eram instrumentos para circular notícias e recados da pastoral

[3] Realizamos entrevistas com membros da Coordenação de CEBs de Andradina.

das comunidades, da cidade, da diocese; havia sempre calendário das atividades e um texto formativo. Inicialmente intitulava-se *Conversando Entre Irmãos*; depois, com a realização do Ano Missionário, passou a denominar-se *Vamos em Missão.* O número de 24.08.75 discorreu sobre as Comunidades com os seguintes sub-títulos: uma Igreja que nasce do povo, em nossas comunidades e uma Igreja que vai ao encontro do povo. Ainda sobre a formação, um dos coordenadores assim se expressou:

> O método ver-julgar-agir foi sendo descoberto e usado a partir da prática. Houve também sempre a preocupação de enviar pessoas para participarem de encontros e cursos fora. Também um pequeno grupo de liderança participou de um estudo do marxismo com outras pessoas, em Lins.

O trabalho de Andradina serviu de estímulo para muitas outras cidades da região e da diocese. Foi também fator de resistência em outras cidades, entendendo "que o pessoal de Andradina queria impor".

4. Instituto Teológico de Lins "D. Pedro Paulo Koop" - ITEL.

4.1. Seu nascimento.

A Diocese foi aos poucos passando, como já vimos, por um processo de mudança e percebendo a urgência e a necessidade de preparar as pessoas para uma ação mais conseqüente e eficiente. A crescente participação dos leigos exigia um espaço de formação. Nesse sentido, em 1974 concretizou-se um sonho do Bispo e de sua equipe: a criação do Instituto Teológico de Lins - ITEL. No livro, *Cinqüentenário da Diocese de Lins*, lemos:

> A criação do Instituto Teológico de Lins inscreve-se no quadro mais amplo de mudanças da vida da Igreja e da renovação pastoral da Diocese de Lins, nos anos do Concílio e do após-Concílio. A própria vida da Diocese, com a multiplicação de iniciativas (...) foi necessitando de um ponto de encontro e de reflexão que permitisse um diálogo maior entre todos os movimentos e grupos da Diocese. Ao lado do diálogo, o Instituto procura oferecer oportunidade de aprofundamento, estudo e oração (1976, p. 81).

D. Pedro Paulo se empenhou na criação do ITEL, na perspectiva de ajudar na formação de novos ministérios. Na Igreja tem-se clareza quanto ao ministério do bispo e dos padres. Após o Concílio fala-se em novos ministérios, serviços que de maneira estável possam ser assumidos pelos leigos e ratificados pela comunidade. Nessa linha podemos falar do animador de comunidades, do catequista, e outros. A busca da concretização desses ministérios e a formação necessária foi sempre uma das preocupações do ITEL.

O Instituto, pode-se dizer, é herdeiro de três preocupações:

1. Ir de encontro às novas necessidades da vida da Igreja, da Diocese.
2. Dar continuidade aos trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos nas áreas de

catequese, juventude, família e coordenação pastoral, pelo Secretariado Diocesano de Ação Pastoral e empreender outras iniciativas no campo pastoral e litúrgico, da pastoral da saúde, do estudo da realidade.

3. Concretizar a vontade do Bispo Diocesano de abrir realmente o caminho para o surgimento de novos ministérios dentro da Igreja Diocesana. Neste sentido, o Instituto seria uma nova espécie de seminário adaptado às circunstâncias atuais e ao florescimento de comunidades de base, dedicando-se ao preparo de Dirigentes de comunidades (Dioc. Lins, Cinqüentenário da Diocese, 1976, p. 81).

O Instituto foi oficialmente instalado em 3 de maio de 1974, como encontramos no livro tombo e no decreto de criação. Funciona em Lins, em prédio próprio, à Rua Rio de Janeiro, 465. O ITEL vem desenvolvendo suas atividades de maneira ininterrupta desde a data de fundação. A partir de 1990 passou a denominar-se Instituto Teológico de Lins "D. Pedro Paulo Koop", em homenagem a seu fundador.

As motivações que marcaram o início do ITEL estão expressas no Decreto de Criação:

- a real necessidade de a Igreja Particular em Lins ter um centro promotor e coordenador de estudos teológicos-pastorais, de atividades e trocas de experiências para a formação de lideranças cristãs em todos os níveis e em moldes de renovação e das exigências dos tempos;

- o Povo de Deus deve ter instrumento de trabalho capacitado para lhe indicar a realidade da nossa região nos seus aspectos econômicos, culturais, políticos e de estudos, afinal, que envolve o homem situado pelas ciências humanas, pela filosofia e pela visualização cristã;

- a mensagem cristã, transmitida pela palavra do Senhor e vivida pelas comunidades na doutrina, moral e sacramentos deve ser levada pela evangelização dentro das técnicas de comunicações e do treinamento de líderes e agentes pastorais (1974).

Essas orientações, vivenciadas durante anos, foram traduzidas num Estatuto, em 1987. Apenas em 1986 sentiu-se a necessidade da elaboração de um Estatuto para o Instituto; várias reuniões para refletir e debater o assunto foram realizadas. Em 1987, uma proposta de Estatuto foi apresentada e discutida no Conselho Diocesano de Pastoral, que o aprovou, sendo ratificado pelo Administrador Diocesano Pe. José Oscar Beozzo. Vejamos, a partir do referido Estatuto, a natureza e os objetivos do Instituto.

No Estatuto, em seu artigo segundo, encontramos:

"O ITEL é um órgão da Diocese de Lins responsável pela formação permanente do clero, pela formação dos agentes de pastoral, animadores de comunidades e dos cristãos engajados na transformação da sociedade" (Estatuto do ITEL, p. 1).

E no artigo terceiro lemos:

O ITEL tem por objetivos:

- promover cursos, seminários, debates, encontros e palestras;

- assessorar as atividades formativas solicitadas pelas Regiões Pastorais, Coordenações, Paróquias e Comunidades da Diocese;

- elaborar, em conjunto com o Conselho Diocesano de Pastoral, subsídios para reflexão (Estatuto do ITEL , p. 1).

3.2. **Sua estrutura.**

Física:

O Instituto desde o início possui prédio próprio, com salas para palestras, refeitório, dormitório, capela, biblioteca e livraria.

Organizacional :

O ITEL é dirigido por um Conselho composto por nove pessoas, com representação dos órgãos maiores da diocese, como CDP, Conselho de Presbíteros e da Equipe de Assessores, tendo como Presidente o Bispo Diocesano. Este Conselho elege a diretoria, avalia e propõe as grandes linhas de trabalho, aprecia a proposta orçamentária e o balanço anual. Até a aprovação do Estatuto, em 1987, o bispo Diocesano nomeava o diretor, que constituía sua equipe de trabalho . Nesse período, de 13 anos, responderam pelo Instituto dois diretores, padres nomeados pelo Bispo, de 1974 a 1983 e de 1983 a 1987, respectivamente. Em setembro de 1987, foi eleita uma diretoria conforme o Estatuto que, em 1989, foi reconduzida para mais um mandato. No final dos anos 80, a diretoria era composta de três leigos(as), não tendo nenhum dos membros dedicação exclusiva de trabalho ao Instituto e trabalhando sem remuneração.

Os trabalhos do dia-a-dia são feitos por funcionários. O ITEL, desde sua fundação, conta, para os trabalhos do dia-a-dia, com funcionários. O seu número foi variável nesses anos. De 1987 a 1990 havia cinco funcionários, dentre eles, dois com formação teológica, responsáveis pela coordenação dos cursos e encontros.

Para o planejamento, assessoria de cursos e encontros, o ITEL conta com a equipe de assessores, com pessoas voluntárias. Por ocasião da aprovação do Estatuto essa equipe já existia e os que participavam na época continuaram fazendo parte dela; cada região pastoral deve indicar uma pessoa escolhida pelo respectivo Conselho Regional de Pastoral. Novos membros podem ser indicados também pela própria equipe, desde que aprovadas pela Diretoria. (Cf. art. 12° do Estatuto). A atribuição da Equipe de Assessores "é de colaborar com a Diretoria: I - na elaboração do calendário anual de atividades; II - na programação e execução dos cursos e de outras atividades formativas." (Art° 13°, p. 4). Deve se reunir pelo menos seis vezes ao ano.

O Instituto possui uma biblioteca, em fase de organização, com significativo acervo em relação ao número e a qualidade das obras.

Os recursos que mantêm a entidade são provenientes de doações, ajuda das paróquias e dos participantes dos cursos e encontros.

4.3. **Atividades**.

O Instituto promoveu uma série de eventos, cursos, encontros, seminários, retiros e elaborou subsídios propostos pela diretoria, pela equipe de assessores, valendo-se da reflexão, sugestões e pedidos dos Conselhos Pastorais dos diferentes níveis e das diversas pastorais e movimentos. Os trabalhos realizados sempre tiveram ligação com a Coordenação da Pastoral. Essa ligação fica evidente nos primeiros anos, pois o Diretor do Instituto era o coordenador do CDP.

Até por volta de 1983, as atividades no Instituto e nas paróquias foram muito intensas; do início de 1983 a 1987, houve atuação maior nas paróquias e regiões; a partir do final de 1987, retoma-se a realização de eventos no próprio prédio do ITEL, articulando-se com as paróquias e regiões.

Procuraremos situar as atividades em dois momentos, 1974 a 1985 e de 1985 a 1990, concentrando-nos mais nesse último período.

4.3.1. De 1974 - 1985.

No início das atividades do Instituto, entre outros membros, faziam parte da equipe do ITEL membros das coordenações de Catequese e da Juventude, possibilitando uma integração de trabalhos. Os encontros para os catequistas e jovens passaram a realizar-se nas dependências do Instituto, conforme já analisamos anteriormente. Foram organizados também inúmeros cursos de canto pastoral, de Bíblia, e tantos outros. As duas primeiras Assembléias Diocesanas, em 1975, aconteceram no ITEL; bem como encontros da pastoral familiar, das Equipes de N. Senhora, do Encontro de Casais com Cristo, da Equipe Todos Irmãos, da Pastoral Universitária, da Saúde, da PANIB e reuniões de vários grupos, do CDP, do presbitério e outras. Segundo dados constantes na obra o Cinquentenário da Diocese de Lins, entre 1974 e 1976, passaram pelo ITEL cerca de 1500 pessoas.

Nesses anos eventos com maior amplitude foram realizados no ITEL como um curso de História da Igreja organizado pela CEHILA, em 1977; Encontro sobre Evangelização e Promoção Humana, congregando representantes do comunidades que utilizavam o folheto Todos Irmãos, encontros e reuniões preparatórias ao Concílio de Jovens e vários encontros do Regional Sul 1 de juventude, da pastoral universitária, das CEBs, entre outros.

Também houve a preocupação de atender as paróquias. No livro do Cinqüentenário, destacamos:

> O Instituto não tem limitado sua ação ao trabalho desenvolvido em suas dependências. No

> momento, por exemplo, a equipe responsável pelo Instituto ministra, todas as segundas-feiras, na cidade de Promissão, um Curso de Teologia. As aulas estão programadas para dois anos e estão sendo freqüentadas pelos responsáveis do catecumenato de adultos, cursos de noivos e catequese, conselho paroquial e pastoral rural (1976, p. 83).

Nos anos de 1977 a 1979, funcionou no ITEL o curso de Filosofia para os candidatos ao sacerdócio da Província Eclesiástica de Botucatu, com professores da cidade e região.

Em 1980, entre os cursos, salientamos o de Eclesiologia com Gustavo Gutierrez e de Cristologia com Pe. José Conblin. Nesse ano aconteceu também, em Lins, no ITEL, um encontro de Mini-Institutos de Teologia.

A partir dos primeiros anos da década de 80 organizam-se sistematicamente retiros para os leigos.

Em 1985, a Diretoria do Instituto considerou oportuna a criação de uma Equipe de Assessores, composta de leigos, padres e religiosas, para ajudar a pensar e executar as atividades da entidade. No decorrer do 1° semestre de 1986 e 1° semestre de 1987, fez-se uma avaliação do trabalho, definindo-se algumas linhas de trabalho.

Na década de 70, mais precisamente em 1977, houve discussões em torno de um curso de Teologia para Leigos. Os cursos foram propostos às regiões e paróquias. Algumas delas aceitaram realizar a experiência. Esses cursos se desenvolveram de 1978 a 1982. Das atividades desenvolvidas de 1974 a 1985, analisaremos, de maneira particular, a dos Cursos de Teologia para Leigos.

4.3.1.1. Curso de Teologia para Leigos.

Das atividades que aconteceram nesse período nos deteremos no referido curso de Teologia. O mesmo foi montado por pedidos, sugestões de vários setores da diocese. A carta circular dirigida às paróquias e regiões, propondo o curso, salientou tratar-se de

> um curso de formação teológica e pastoral para leigos animadores de movimentos e de comunidades (ou "agentes de pastoral"). Conscientes da importância fundamental dessa formação num tempo em que os leigos assumem cada vez mais a responsabilidade de animação nas comunidades paroquiais ou de base, estamos dispostos a dar uma prioridade absoluta a esse trabalho nos próximos anos (1977).

A equipe se colocou à disposição dos interessados para a discussão do conteúdo, do método e organização prática. Com relação ao método a referida carta afirma: "Temos em vista um método que possa partir de uma análise da fé da vivência cristã do povo de nossas zonas rurais e urbana".

4.3.1.1.1. **Dados Gerais dos Cursos.**

Os cursos tiveram início em 1978:

- ***Duração***: dois anos.

- ***Cidades***: Em Mirandópolis, Andradina, Guararapes e Araçatuba foram realizados os primeiros, depois aconteceram outros cursos em Pirajuí, Birigüi e novamente em Araçatuba. Várias dessas cidades reuniram participantes de municípios vizinhos.

- ***Participantes***: os cristãos que desejassem. Participaram: animadores de comunidades, catequistas, membros dos grupos de jovens, membros dos círculos bíblicos, membros dos conselhos paroquiais, dos movimentos e das pastorais.

- ***Forma de realização:*** Em janeiro/fevereiro de 1978, houve início do curso, com um encontro de uma semana, sendo intensivo no sábado e domingo, e durante à noite, de segunda a sexta-feira. Esse processo repetiu-se em 1979. Durante os outros meses havia um encontro por mês, num domingo. Esses encontros foram assumidos pelos respectivos assessores. Os participantes, entre um encontro e outro, reuniam-se em grupos para estudos, trabalhos e retomada do que ocorreu nas reuniões gerais. Responsabilizaram-se, também, pelas várias equipes de serviços como: alimentação, celebração, secretaria, animação, organização do local e outras.

No seu desenvolvimento, o curso utilizou-se do método ver-julgar-agir, partiu da realidade vivida pelas pessoas, confrontando-a com o Evangelho e com os documentos da Igreja, analisada com a contribuição das ciências sociais e humanas e buscando instrumentos de como agir na comunidade. O ver foi feito através de resultado de pesquisas, leituras prévias, dramatizações, exposição do assessor, etc. O julgar, momento de aprofundamento, buscava, como diz Paulo Freire, problematizar a realidade; momento de perguntas e debates. Depois, em grupo, buscava-se refletir sobre as questões colocadas e como intervir sobre aquela realidade. A oração e celebração foram momentos importantes nos cursos.

Após os encontros eram redigidos relatórios de maneira sintética e em linguagem simples, e distribuídos aos participantes. De um encontro para outro havia pequenas tarefas: ler e refletir trechos da Bíblia, conversar com vizinhos, fazer pequenos levantamentos, preparar uma dramatização. Isto obrigava o grupo a se encontrar entre um mês e outro.

- ***Avaliação***. Ao final de cada encontro realizava-se uma avaliação com o conjunto dos participantes, verificando se o trabalho do dia havia atingido seus objetivos, o que melhorar, etc. Avaliar para melhorar era uma constante.

- ***Temas***. O temário no seu conjunto nasceu das necessidades do grupo. Em todas as

cidades os temas foram levantados com os participantes. De maneira geral, o resultado foi semelhante, tendo pequenas variações, dependendo de cada realidade. Vejamos os temas indicados em três das cidades onde aconteceram os cursos. *Andradina*: Trabalho, família, educação dos filhos, amizade/bom relacionamento, festa/lazer, crianças marginalizadas, casa (habitação), saúde (doença), comunidade e serviço à comunidade, fé e vida, política, segurança e estudos. *Guararapes*: Trabalho, Educação, Família, comunidade e sociedade, comunidade e igreja, saúde, habitação, alimentação, lazer, vocação e promoção (justiça e liberdade) e *Mirandópolis*: Trabalho, estudo, escola, descanso (lazer), saúde, terra, família, comunidade, custo de vida, vida (nascimento e morte), mulher e política. Os temas, em sua maioria, foram comuns. Os diferentes foram: amizade/bom relacionamento, crianças marginalizadas, segurança, em Andradina; vocação, promoção, alimentação, em Guararapes; terra, custo de vida, a vida e mulher, em Mirandópolis.

- *Coordenação*. Os trabalhos foram assessorados por pessoas indicadas pelo ITEL. Para cada cidade havia uma pessoa encarregada. E entre eles realizavam-se reuniões de avaliação e planejamento. Em cada cidade havia uma coordenação que acompanhou o curso em todo o seu desenrolar. Um grupo de síntese organizou os relatórios.

4.3.1.1.2. Análise de um dos Cursos: o de Mirandópolis:

Para apresentar dados concretos do curso optamos por utilizar os relatórios de um dos cursos, o de Mirandópolis, embora os passos e a metodologia tenham sido os mesmos vividos nas outras cidades.

Em Mirandópolis, a parte inicial ocorreu de 28/01 a 05/02/78, com a maior parte dos participantes do município, mas havia pessoas também de Lavínia e Guaraçaí, totalizando cerca de 100 pessoas.

No 1° dia conversou-se sobre como pretendiam que fosse o curso:

> combinamos que não será um curso como fazem as escolas, onde fica o professor falando, querendo ensinar e os alunos escutando, querendo aprender. A gente aqui vai aprender e entender as coisas e a religião ligada com a vida, perguntando, discutindo e pensando na vida e no trabalho da gente. Tudo o que acontece, os problemas, as dificuldades, as alegrias, as doenças, as vitórias, as festas, tudo acontece na vida da gente. A religião também acontece aí. Então nesse curso vamos: 1) tentar descobrir os fatos, os acontecimentos, as coisas importantes da vida da gente. 2) Pensar, perguntar, procurar saber tudo sobre os acontecimentos mais importantes da vida. Como eles são. Então vamos pensar por exemplo no trabalho, na casa, na família, na dor, nas alegrias, etc. 3) Depois vamos procurar saber o que a Palavra de Deus fala da casa, do trabalho, da família, etc. Vamos pensar, estudar e descobrir juntos o que a vida e a Palavra nos ensina (Relatório do encontro de 28.01.78 - 1° Dia).

Explicitou-se também que um dos objetivos do curso era ajudar os participantes a perceberem a importância da organização e trabalho em grupo e suas técnicas. Nesse sentido, várias delas foram utilizadas no decorrer do curso. Após a apresentação e discussão dos objetivos,organizaram-se as várias equipes de trabalho: equipes de canto, recreação, limpeza, mural, cozinha, secretaria, liturgia e síntese.

O curso no seu desenvolvimento foi montado com os participantes. A coordenação e direção tinham uma proposta, mas sentimos pelos relatórios que os participantes foram envolvidos efetivamente na elaboração e concretização do curso.

No segundo dia, os trabalhos se iniciaram com a reflexão sobre um texto do Evangelho: Jo 4, 2-25 - o diálogo com a Samaritana. Partindo desse texto,, discutiu-se em grupos e depois em plenário, qual a pedagogia utilizada pelo Cristo.

> É um modelo do que será nosso curso. Vai ter dificuldades, vamos ter vontade de fugir. Mas é através do diálogo, do encontro, que vamos encontrar os outros, encontrar Deus. Juntos, conversando vamos procurar resolver ou melhorar os problemas da nossa vida. Juntos vamos procurar viver também as coisas boas, as alegrias da vida (Relatório 29/01/78).

Em seguida os participantes voltaram para o grupo para "pensar e levantar os fatos e acontecimentos que fazem parte da situação da vida para depois tentar encontrar no Evangelho a resposta de Deus e nos documentos da Igreja" (Relatório p. 3). No plenário concluiu-se pelos seguintes temas: Trabalho, Estudo, Escola, Descanso (lazer), Saúde, Terra, Família, Comunidade, Custo de Vida, Vida (nascimento e morte), Mulher e Política.

Lemos no relatório:

> neste curso, durante o ano vamos procurar entender bem cada um desses fatos e ver em seguida o que a Palavra de Deus, na Bíblia, diz dele. Por exemplo: trabalho. Vamos procurar ver quais os tipos de trabalho, em que idade a gente começa a trabalhar. Trabalho dos homens, das mulheres, das crianças. Trabalho, salário. As durezas e alegrias do trabalho, etc. Em seguida vamos procurar o que a Bíblia e outros documentos da Igreja falam do trabalho. Fazer isto é fazer a Teologia do Trabalho. E, veremos depois a teologia da família, da saúde, do estudo. Assim será nosso curso de teologia. Teologia da vida, para podermos viver melhor (Relatório nº 3, do Curso de Teologia para Leigos, em Mirandópolis).

Durante os outros encontros até o dia 05/02, aprofundou-se o tema do trabalho partindo, em grupos, da constatação da realidade rural, do comércio, da dona de casa, da empregada doméstica, do menor, do desemprego, do estudo e profissão e da questão do salário; esta última foi tratada de maneira particular com entrevistas feitas pelos participantes, no seu local de trabalho ou no seu bairro; o debate levou a perceber a raiz da situação, no sistema capitalista; articulou-se essa reflexão com o sentido do trabalho na Bíblia e nos documentos da Igreja.

No decorrer da semana foram feitas algumas avaliações. No dia 31/01, ressaltamos na avaliação, entre outros pontos: "algumas pessoas falaram que esperavam outra coisa. Por exemplo: mais religião e preparação mais imediata para líderes de grupo". Essa questão certamente deve ter provocado a desistência de alguns. No dia seguinte, conforme o relatório, o assessor retomou o sentido do curso, mostrando a ligação entre fé, Bíblia e a vida. O que podemos constatar pelos relatórios é que os participantes acharam a experiência válida. Na avaliação de cada dia havia pontos positivos e negativos, referentes ao funcionamento de cada dia, mas com relação ao conjunto do curso o saldo, parece-nos, foi positivo.

Os demais temas escolhidos foram desenvolvidos na mesma dinâmica. Conforme ritmo e exigência dos participantes, os temas foram aprofundados com a contribuição das diversas ciências e aspectos e temas da Bíblia, como exemplo, os Profetas.

Concluíram o curso 36 pessoas.

No sentido de verificarmos o impacto dessa experiência na comunidade, realizamos uma entrevista, uma conversa, com seis pessoas da cidade de Mirandópolis, das quais cinco participaram do curso todo. Depois de tanto tempo, vejamos o que nos disseram: Nice, Zagato, Orminda, Ezequias, José, Maria.

Expectativa com relação ao curso:

Nice: "Ao falar em teologia - estudo de Deus - pensei que íamos estudar só a Bíblia".

Zagato: " Num primeiro momento pensei que iríamos entrar direto na Bíblia ".

Impacto inicial:

Nice:

> (...) Logo a gente entendeu que é na Bíblia que está a vida do povo. Quando colocou teologia da terra, aquilo fez a gente abrir a cabeça, colocou a vida do povo. A gente estranhou que entrou salário, salário baixo, a falta de terra, tudo isso entrou num caminho, que a gente achava que ia seguir por aqui e pegou outro rumo.

Zagato:

> (...) Durante o primeiro encontro, o assessor começou falando da sociedade, do sistema de governo, de tudo, como funciona a sociedade em função do sistema. Daí que fomos despertar, demorou muito para a gente entender o que era isso aí; que a Igreja estava trabalhando desse lado, despertando a gente.

O significado, em que ajudou o curso:

Ezequias: "Para mim foi excelente, um curso que ajudou muito. Não perdi nenhum encontro ".

Orminda: "Uma semente que a gente plantou, que ficou mesmo. A gente tem enfrentado tanto trancos e barrancos, tanta briga e a gente está firme na caminhada. A gente aprendeu muito".

Nice: "O curso de teologia foi o que mais ajudou a gente. O Curso ajudou a entender onde a Igreja quer chegar, esse jeito novo de ser Igreja".

José:

> (...) Aquele curso despertou um conhecimento muito profundo da Bíblia. A gente às vezes não ligava a fé com a realidade. A gente acreditava, tinha fé, mas não sabia colocar em prática. Achava que era só rezar para Deus, que as coisas viriam lá de cima. A gente foi descobrindo que a fé precisa ir em busca da ação, na política, etc.

Zagato:

> Foi importante que despertou na gente como trabalhar com a comunidade. Importante que todos que participaram, encontraram maneira de realizar trabalhos diferentes dentro da comunidade. (...) O Curso valeu tanto que a gente, a partir dele, conheceu a força que tinha e a coragem. Antes, quando tinha qualquer movimento se afastava, não tinha coragem de enfrentar. O curso libertou a gente, mostrou o que a gente tinha que fazer como Igreja, qual nosso trabalho.

Uma palavra muito presente e carregada de significados é caminhada. **Falando da caminhada o povo liga os fatos, as lutas, o assumir do compromisso, as dificuldades.** Nesse sentido destacamos algumas falas.

José: Começou seu depoimento sobre o curso: "Foi depois do Concílio de Jovens. Abertura da nova Igreja. Despertou a mentalidade dos jovens de trabalhar na comunidade, convivendo com os adultos".

Orminda:

> Eu me lembro dos encontros de CEBs. Coisa que não saiu da minha cabeça até hoje: a gente começou descobrindo qual era a raiz da sociedade, onde estava essa raiz. Raiz que levou os pobres a perderem seus direitos. (...) Quando surgiu o Partido dos Trabalhadores, a gente entrou de cara, só com cara e coragem. A gente não tinha nada, não tinha sabedoria. Entrou com a confiança, com a força que a gente tinha, com que a gente tinha aprendido no curso de teologia. A gente entrou de cara para enfrentar os touros, os elefantes. A gente era a formiguinha. A coragem que deu na gente foi devido ao que aprendemos.

Ezequias: (falando de conflitos vividos na paróquia e que atingiu o padre que era vigário) "Foi doloroso para ele, para nós, mas não deixamos sozinho. Tudo nasceu de um conhecimento bíblico que deu firmeza para o povo".

Apresentamos o depoimento de D. Maria, que não participou do curso, mas estava presente na entrevista.

Maria: "Esses que fizeram (o curso) hoje são animadores. Aquilo que aprenderam passaram para as pessoas. Eu não fiz, recebi o ensinamento dos que fizeram, que passaram para a gente alguma coisa".

Outros cursos e encontros:

Nice:

> Foram importantes os grandes encontros na casa S. Paulo, com Frei Gorgulho, sobre os leigos, direitos humanos. As grandes Assembléias Diocesanas abriram a cabeça da gente. Um dos primeiros documentos que estudamos foi *Exigências Cristãs de uma Ordem Política*, bem dentro da realidade do povo e depois o da *Catequese Renovada.*

José: "O estudo de *Puebla*, com Frei Betto"

Ezequias: " O estudo dos Atos dos Apóstolos não sai da minha cabeça. Não tenho medo de enfrentar - Se sou um seguidor, tenho que ser apóstolo".

4.3.2. **De 1985 - 1990.**

Vejamos as principais atividades desenvolvidas nesse período.

4.3.2.1. **Cursos de fim de semana.**

Uma faixa de cursos organizados pelo ITEL foram os cursos de fins de semana respondendo a situações de momento e a programas específicos. Registramos alguns cursos e encontros, como exemplos:

- Encontro de Animadores de Comunidades, Círculos Bíblicos e Capelas Rurais sobre os Salmos, em preparação ao mês da Bíblia (maio/88), com assessoria do CEBI.

- Encontros com os coordenadores e membros dos Conselhos Paroquiais e Regionais de Pastoral (outubro/88).

- Encontros de Canto Pastoral.

- Encontro de militantes no sindicato e na política (março e maio/88); Curso de Prática Pastoral e Prática Política (1989), com assessoria do ISER. Esse último curso foi desenvolvido pelos assessores do ITEL, em agosto de 1990, nas cidades de Mirandópolis, Guararapes, Alto Alegre, Araçatuba, Lins (agosto/90). Todos esses cursos tiveram seus desdobramentos e continuidade.

Nas dependências do Instituto realizaram-se também cursos de fins de semana da pastoral de juventude, catequese, vocacional e outros de responsabilidade das respectivas coordenações, conforme analisamos anteriormente. A partir de 1988, todo ano, após a Assembléia da CNBB, há um encontro, organizado pelo Bispo Diocesano, com a preocupação de repassar as principais questões discutidas e os documentos aprovados.

Veremos outros cursos de fins de semana, mas que serão analisados de maneira particular, dada sua especificidade.

4.3.2.2. **Curso Bíblico.**

Vários cursos sobre a Bíblia, das mais diversas durações em nível diocesano, regional e paroquial marcaram o processo de formação na Diocese, como já vimos, quando da análise das várias áreas pastorais. Um outro momento importante tem sido a celebração do mês da Bíblia. Porém, desejamos registrar, aqui, uma experiência recente, que envolve muitas pessoas quer no processo de preparação, como no de participação.

Uma primeira experiência ocorreu em Andradina, de 28 de abril a 1° de maio, com mais de 500 pessoas, para estudar o *Evangelho de São Mateus,* com assessoria do Pe. José Oscar Beozzo e Frei Gorgulho. As atividades desenvolveram-se nos períodos diurno e noturno.

Esse tipo de curso foi retomado a partir de 1988. Nesse ano, de 15 a 17 de abril realizou-se o curso sobre *Evangelho de São Marcos,* na cidade de Cafelândia; de 6 a 9 de abril de 1989 sobre *Evangelho de São Lucas,* na cidade de Promissão e de 18 a 20 de maio de 1990 sobre o *Evangelho de São João,* na cidade de Araçatuba.

Esses cursos vêm se realizando cada ano numa região pastoral da Diocese. A realização do curso é de responsabilidade do ITEL, da Região Pastoral e do CESEP-Centro Ecumênico e Serviço à Evangelização e Educação Popular, com sede em São Paulo.

A proposta é a de possibilitar a um maior número de pessoas, um espaço de reflexão e estudo sobre um determinado livro da Bíblia. Número de participantes dos referidos cursos: 1988 - 246; 1989 - 327; 1990 - 476. Os cursos desenvolveram-se através de exposições, trabalhos em grupos, dramatizações, mini-plenários, celebrações e cantos. Para realização de cada curso montou-se uma equipe de coordenação e secretaria regional. Reuniões são feitas para a preparação e organização da infra-estrutura. Os participantes são hospedados nas casas das famílias das comunidades da cidade onde acontece o curso. As refeições são feitas no local do curso, as despesas com a alimentação são divididas entre as paróquias da região onde o curso está acontecendo. As várias equipes de serviços fazem suas reuniões específicas e

participam pelo menos de dois encontros gerais. Esses encontros, além de possibilitarem a uma revisão dos trabalhos, são momentos de estudos sobre o tema do curso bíblico. Nesse processo de organização um aspecto importante tem sido a preparação dos *monitores*. São pessoas que colaboram com o desenvolvimento do conteúdo acompanhando os trabalhos em grupo. O conteúdo do curso é passado para os monitores, em pelo menos dois encontros. Em Cafelândia foram 30, em Promissão 35 e Araçatuba 40 monitores. Estes são basicamente da região, podendo colaborar no ano seguinte. Essa preparação tem sido, também, uma forma de iniciar um pequeno grupo que se interesse pela formação na região. Em cada ano o tema do curso vem sendo desenvolvido no INFORMANDO.

A Avaliação feita nos cursos realizados tem sido positiva. Os participantes têm manifestado que o curso é um momento de animação e reabastecimento. Um grupo de pessoas participou nos três cursos. Para 1991 estava previsto um curso na região de Penápolis, na cidade de Piacatu, sobre os Atos dos Apóstolos. Essa experiência insere-se no projeto do CESEP, que há quatro anos organiza um curso de 15 dias para 1.500 pessoas vindas do Brasil todo, em São Paulo, agora para 500 em Goiânia. Em outros países esse tipo de curso também acontece, como no Peru para 2.500 pessoas.

4.3.2.3. **Curso de Catequese.**

O ITEL, em conjunto com a coordenação Diocesana de Catequese, organizou cursos de catequese com a duração de uma semana, no mês de janeiro, em período integral. Esses cursos atingiram catequistas da Diocese e de várias outras do Estado de São Paulo, sendo a média de participantes em torno de cinqüenta.

Em 1988,o curso foi sobre *Catequese de 1ª Eucaristia.*

De 16 a 21 janeiro de 1989, foi sobre a *Catequese do Crisma*, tendo a seguinte programação: dia 16 - Dinâmica para entrosamento do grupo e facilitação da expressão pessoal, 17 - Psicologia do Adolescente e a pessoa humana como mistério, 18 - Bíblia, 19 - Sacramentos, 20 - História da Igreja e sacramento do crisma e 21 - síntese geral e avaliação.

Em 1990, sobre a *Catequese de Perseverança,* foram abordados os seguintes aspectos: Psicologia do adolescente; o adolescente: consigo mesmo, com o mundo e com Deus; metodologia de trabalho com adolescentes e como celebrar a fé com os adolescentes. Todos esses cursos tiveram por base os textos de catequese produzidos pela Diocese.

Os cursos foram desenvolvidos através de estudos de textos, exposições por parte dos assessores, várias dinâmicas de grupo, vídeos, slides e preparação de material.

4.3.2.4 **Curso de Teologia.**

Em 1987, inspirando-se na experiência anterior, já apresentada, as regiões de Lins e Pirajuí retomaram a realização do chamado curso de Teologia para Leigos, com encontro uma vez por mês, num final de semana. O programa mínimo foi o *Breve Curso de Teologia*, do Pe. José Comblin, publicado pelas Paulinas. Essa publicação é composta de 4 tomos, assim distribuídos: I - Jesus Cristo e sua missão, II - O Espírito Santo e sua missão, III - A Igreja e sua missão no mundo e IV - A sabedoria cristã. O curso não chegou a trabalhar os quatros tomos.

Em 1988, D. Irineu Danelon, chegando à Diocese, se empenhou para que a Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras de Lins-FAL, das Irmãs Salesianas, oferecessem um Curso Superior de Teologia para Leigos. Em 1989, começou a funcionar esse curso, com a duração de três anos, com aulas regulares todas as noites. O ITEL acompanhou o desenvolvimento do curso buscando articulá-lo com a caminhada diocesana. O curso contou com alunos de vários pontos da diocese, que desejavam aprofundar seu processo de formação num nível de maior profundidade. Entre esses alunos havia alguns seminaristas, que depois foram ordenados presbíteros. Com o final da primeira turma, o curso passou a ser de responsabilidade do ITEL e funcionando nas dependências do Centro de Pastoral.

Em 1990, o ITEL apresentou ao Conselho Diocesano de Pastoral, a proposta da criação de uma outra modalidade de Curso de Teologia para Leigos, o Curso Modular de Teologia, que atendesse "às exigências de uma Igreja comprometida com a libertação e adequando o Curso às possibilidades de participação dos interessados". Um Curso que além de atender "os cristãos da Diocese poderíamos estar abrindo para outras dioceses e Igrejas". A proposta inicial foi de que o curso fosse concentrado em janeiro e julho, contendo de 6 a 8 módulos. O CDP aprovou a proposta da criação do curso. Em 1991, detalhou-se o projeto, que começou a funcionar em 1992. O Curso vem funcionando no mês de janeiro, com a duração de quatro anos. Cada módulo funciona com quatro disciplinas por ano, em três semanas. Todos os módulos possuem as seguintes seções: Teologia, Bíblia, Pastoral e Igreja e Sociedade. Em anexo apresentamos a estrutura do curso (Anexo 3).

4.3.2.5. **Diretoria e Equipe de Assessores: momentos de estudos.**

A diretoria e a equipe de assessores, são responsáveis pela programação do ITEL. O

processo de planejamento, encaminhamentos práticos e avaliação, se constituíram em momentos formativos tendo em vista a necessidade da reflexão, do conhecimento da realidade e da vida da Igreja diocesana. Mas em várias reuniões havia momentos específicos de estudos, bem como foram organizadas reuniões e semanas com a preocupação central de estudos e trocas de experiência, tendo em vista uma formação permanente. Vejamos alguns desses eventos.

Momentos para estudos: partindo do método ver-julgar-agir programou-se o seguinte: Em janeiro de 1986, procurando "ver" fez-se um estudo sobre a realidade brasileira e da região noroeste do Estado de São Paulo, durante uma semana, tendo como assessor Pe. José Oscar Beozzo. Numa segunda etapa, buscando articular realidade e bíblia, no mês de julho do mesmo ano, houve um estudo bíblico, com assessoria do Frei Constantino Bombo. Em julho de 1987, na linha do "agir", analisou-se a Prática dos Cristãos, em particular a experiência das CEBs, com Pe. Benedito Ferraro. No ano seguinte, em julho, Pe. Ferraro retornou a Lins, desta vez para um estudo, sobre Cristologia. Para essa atividade foi indicada a leitura dos seguintes textos: um artigo sobre o tema, do próprio assessor, publicado no livro do Curso de Verão, de 1988; o livro Paixão de Cristo, Paixão do Mundo, de Leonardo Boff; Jesus: sua terra, seu povo, sua proposta publicado pela ACO e A Prática de Jesus de H. Echegaray. Todo esse material foi encaminhado aos membros da diretoria e da equipe de Assessores. Em duas reuniões ordinárias, no primeiro semestre, em março e maio foram estudados os dois primeiros textos. Em julho de 1989, programou-se um estudo sobre Eclesiologia, visando analisar os modelos de Igreja subjacentes na pastoral da Diocese de Lins.

4.3.2.6. **Curso Básico.**

Este curso aconteceu em 1990 e 1991 nas paróquias da Diocese. Foi discutido e aprovado em 1988 nas reuniões da Equipe de Assessores e do Conselho Diocesano de Pastoral. O curso nasceu da preocupação de atingir os leigos com lideranças nas paróquias e para tornar conhecidas as propostas da VII[a] Assembléia Diocesana, visando atingir 2.000 pessoas. As Assembléias Diocesanas sem exceção solicitaram formação dos animadores, dos agentes, do povo e a VII não foi diferente. Os textos do curso básico foram feitos por 23 pessoas, padres, religiosas e leigos e leigas e elaborados em 1989. Os temas foram divididos entre essas pessoas que fizeram uma primeira redação e debateram-na num encontro com todos os redatores. Em seguida foi feita uma revisão e uma articulação comum na linguagem. Para cada unidade foi impresso um caderno com os encontros, com a tiragem de 2.500

exemplares.

A proposta do curso:

No volume I do curso há uma Introdução geral onde encontramos o que se segue:

Objetivos:

1. Fazer chegar a todas as paróquias/comunidades os resultados da VII[a] Assembléia Diocesana e criar condições para sua concretização.

2. Atender a necessidade de formação para os agentes que atuam na Igreja, levando-os a um compromisso de transformação da realidade da noroeste de São Paulo (v.1, p.4).

Unidades e temas:

O curso foi organizado em cinco unidades, num total de 40 encontros.

I Unidade: Como animar e coordenar um grupo, 5 encontros. Esta unidade trata da dinâmica de grupo a partir do trabalho com pequenos grupos numa perspectiva participativa e libertadora.

II Unidade: Visão da realidade sócio-econômico-político-cultural da Região Noroeste do Estado de São Paulo, 7 encontros. Esta unidade procurou apresentar a realidade sócio-econômico-político-cultural da região, identificando os principais problemas, e como realizar uma pastoral transformadora.

III Unidade: o Projeto de Deus para o povo, 14 encontros. Nesta unidade foram trabalhados o Antigo e Novo Testamentos, possibilitanto aos participantes uma visão unitária da libertação/salvação, ajudando a perceber qual a vontade de Deus na região noroeste.

IV Unidade: A Igreja que queremos, 8 encontros. Esta unidade procurou aprofundar a proposta evangelizadora da Igreja de Lins a partir dos resultados da VII[a] Assembléia Diocesana. Para isso retomou a caminhada da Igreja desde o Vaticano II, procurando apresentar a história da Igreja Particular e aprofundando o Objetivo e as prioridades diocesanas.

V Unidade: Como trabalhar com o povo, 6 encontros. A quinta unidade trata da Metodologia da pastoral popular e da organização do povo. Apresentou experiências da organização popular, sua metodologia e técnicas de trabalho.

Em anexo, apresentamos os títulos dos encontros de cada unidade (Anexo 4).

Para quem era o curso:

Todas as pessoas que desempenhassem um trabalho, algum ministério, ou tivessem alguma função na paróquia/comunidade. Ou para pessoas que pudessem ou desejasem assumir alguma tarefa.

Metodologia:

O curso foi proposto na forma de encontro, com a duração de pelo menos 1 hora e 30 minutos cada um. A estrutura básica de cada encontro é: Abertura dos trabalhos e objetivos do encontro, oração, trabalho de grupo, intervalo/recreação, explicitação do tema, preparação do próximo encontro, canto.

Monitor:

Cada paróquia indicou um grupo de pessoas para a coordenação dos trabalhos, principalmente com relação ao conteúdo. Esses monitores foram preparados por uma equipe do ITEL em um ou dois encontros em cada região.

Responsabilidades com relação ao curso:

Para que o curso pudesse funcionar foram previstas uma coordenação paroquial, para fazer acontecer o curso; uma coordenação regional para coordenar a preparação dos monitores e acompanhar as paroquias e a coordenação diocesana, com o ITEL, que teve a resposabilidade de elaborar o material, coordenar a preparação dos monitores e acompanhar as equipes regionais.

Avaliação:

Cada grupo deveria realizar uma avaliação ao final de cada unidade.

A realização, repercursão e avaliação do curso.

- A duração prevista, dependendo de cada comunidade, era de um ano, devendo realizar-se de maio de 1990 a abril de 1991. A maior parte das regiões fizeram a preparação

dos monitores no decorrer do 2° semestre de 1989, apresentando cada uma das unidades e a realização do curso, nas comunidades, em 1990/91. A região de Andradina, em 1990, preparou os monitores e realizou o curso em 1991. Para os encaminhamentos dos trabalhos, preparação dos monitores e avaliação, o ITEL realizou reuniões com representantes das coordenações regionais. Cerca de 350 monitores foram preparados. A forma de realização variou conforme a realidade de cada região. Por exemplo, a região de Araçatuba ao invés de encontros semanais optou por semanas intensivas, abordando cada unidade.

O Curso Básico foi assumido como um processo importante pelas Coordenações Diocesanas de CEBs, Catequese e de Juventude, incentivando seus membros a participarem do curso em suas paróquias. No caso da juventude, foi proposto que cada grupo de jovens fizesse o curso.

Conforme depoimento dado por uma das pessoas da coordenação pastoral da cidade de Andradina, o Curso Básico foi importante. Com relação à formação de lideranças, monitores, por exemplo, afirmou: "é sempre importante que você forme pessoas, que sejam liderança, para que elas reproduzam de certa maneira, com suas características, que sejam multiplicadores".

- Avaliação: Um bom número das paróquias realizaram o curso. De maneira geral houve aceitação e um assumir dos trabalhos. Na caminhada algumas paróquias chegaram ao final da segunda unidade, outras pararam na terceira e outras chegaram ao final. O curso foi melhor nas periferias e onde os padres assumiram de fato a sua realização. Segundo análise de alguns, o tempo para a preparação dos monitores foi pouco, os textos precisavam ter uma linguagem mais popular, mais simples, alguns encontros, na prática, necessitavam mais do que o tempo previsto, a IIª Unidade sobre a realidade desmotivou alguns grupos.

Sobre o Curso, assim se expressou o vigário de Andradina:

> o Curso Básico, onde ele aconteceu, ajudou bastante. Nós demos um salto grande aqui em Andradina com o curso básico. Conseguimos organizar em todas as comunidades, também em Nova Independência e nas comunidades rurais. Foi muito positivo. Bastante gente trabalhou.

4.2.2.7. **Retiros.**

Uma outra dimensão da formação dos leigos é a da espiritualidade. Nessa área, o ITEL tem organizado os retiros, momentos privilegiados de espiritualidade. Os retiros têm sido tradicionalmente em julho. Embora tenha havido retiros em outros momentos como no Carnaval ou no Advento. Várias regiões e paróquias realizaram seus momentos de

espiritualidade, contando também com assessoria do ITEL. Em alguns momentos houve coincidência entre o pregador do retiro dos padres e dos leigos. Os pregadores têm sido escolhidos buscando articular a espiritualidade com vida e engajamento na região noroeste. Vejamos algumas datas e pregadores. Alguns dos retiros aconteceram no ITEL, em Lins e outros em Araçatuba, na Casa São Paulo.

1982 - 9-11 de julho - Pe. Alfredinho Kunz.
1983 - 01-03 de julho - D. Pedro Casaldáliga.
1984 - 6-8 de julho - Pe. Enoque Salvador.
1985 - 19-20 de julho - Ivone Gebara.
1988 - 1-3 de julho - Frei Carlos Mesters.
1989 - 04-06 de agosto - Maria Clara Bingemer.
1990 - 24-26 de agosto - D. Moacyr Grechi.

4. 4. **Retomando.**

1. Podemos afirmar que, mesmo com dificuldades, críticas e questionamentos, de 1974 a 1990, o trabalho de formação desenvolvido pelo ITEL atingiu seus objetivos e as motivações que levaram a sua criação foram concretizadas.

2. Ao longo desses dezesseis anos percebemos, ao lado de uma continuidade de trabalho, uma preocupação constante de adaptar-se e atender novas necessidades conforme foi mudando a sociedade brasileira e a Igreja no país e na diocese.

3. O ITEL contou sempre com o apoio de vários segmentos no interior da Igreja Diocesana: parte dos padres, dos leigos que freqüentavam seus cursos, das coordenações de catequese, da juventude, das CEBs e outras. Ao mesmo tempo houve resistências com relação ao seu trabalho por parte de padres, de leigos, principalmente por causa da linha de seu trabalho.

4. Acreditamos que o trabalho do ITEL precisa ser redimensionado, ou melhor, a formação na Diocese de Lins necessita de um projeto pedagógico.

5. Os princípios explicitados no início deste capítulo perpassaram a prática desenvolvida por essa entidade. O ITEL nasceu dentro do processo de renovação por que passava a Diocese de Lins. Os seus cursos tiveram sempre uma preocupação constante de

relação Igreja/Mundo. A dimensão comunitária marcou a metodologia e as técnicas utilizadas no trabalho, como pudemos constatar nos itens anteriores. A opção pelos pobres esteve sempre explícita nos cursos e nos subsídios produzidos. O mesmo vale para os princípios de Libertação e Participação. E a Pedagogia Libertadora fez parte essencial, dando direção ao trabalho desenvolvido. Para percebermos articulação desses princípios com a prática desenvolvida, basta olhar por exemplo os Cursos de Teologia para Leigos no final dos anos 70, o Curso Bíblico a partir da metade dos anos 80 e o Curso Básico no início dos anos 90.

Capítulo III — DIOCESE DE LINS: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO LIBERTADORA.

No capítulo anterior nos detivemos em analisar a prática da formação dos leigos na Diocese de Lins e procuramos também mostrar qual a proposta pedagógica presente. Neste capítulo queremos retomar os principais elementos já apresentados, procurando explicitar melhor os pressupostos presentes nessa prática, bem como responder algumas indagações colocadas como preocupações para este trabalho.

A preocupação com a formação dos leigos passou a ter maior significado a partir do Concílio Vaticano II. Até então, o processo educativo, existente de maneira orgânica e institucionalizada na Igreja, centrava-se na formação presbiteral e na ação educativa nas escolas católicas dos diversos graus. Estas sempre foram consideradas o lugar privilegiado para a formação e o preparo dos cristãos, ou seja, da formação das elites e classes médias. Podemos dizer que recentemente outros instrumentos e meios educativos foram sendo criados para desenvolver a formação dos leigos, onde os pobres também fossem sujeitos.

Concentraremos nossa atenção no período de 1964-90, mas apresentaremos alguns dados referentes ao período anterior. Procuraremos apresentar os diferentes modelos de Igreja, as concepções de educação presentes na sociedade brasileira, a educação católica, para melhor entender a prática formativa desenvolvida na Diocese de Lins.

1. Período de 1908-1960.

A região noroeste do Estado de São Paulo começou a ser povoada no começo deste século, principalmente com a construção da estrada de ferro, e, em poucos anos, cresceu significativamente o número de habitantes. A economia se organizou em torno do cultivo do café, com grandes fazendas e milhares de colonos, tendo como figura-chave o fazendeiro. A religião católica e a Igreja, sua instituição, chegaram com a população. Os frades capuchinhos se instalaram em Penápolis a pedido do Cel. Bento da Cruz. Houve uma simbiose "natural" entre a Igreja e os grandes fazendeiros, com as elites da região[1]. A Igreja se fez presente, procurando com que o povo praticasse os valores cristãos, e se colocasse a salvo da ação dos inimigos contrários à fé cristã. Nessa linha criou-se uma diocese na região: a de Cafelândia, em 1926. Como se organizava a Igreja, no Brasil, quais suas concepções sobre sua ação, sobre a

[1] Esses pontos sobre a presença da Igreja na região noroeste estão explicitados no capítulo quarto.

educação, os leigos e outros, quando da instalação dessa nova diocese? A prática da Igreja Católica não era diferente em qualquer parte do país, em qualquer diocese. Um referência importante, chave para entender a vida eclesiástica nesse momento da história, são os modelos de cristandade e neo-cristandade[2].

Quando a Diocese de Cafelândia começou a dar seus primeiros passos, a Igreja do Brasil já tinha sua caminhada, vivendo a separação Igreja e Estado, que havia acontecido há pouco tempo. Nesse período qual a concepção de Igreja? Tivemos oportunidade de apresentar vários elementos nos capítulos anteriores; retomaremos alguns.

A Igreja durante seu peregrinar, tendo em vista seus objetivos, seus interesses, sua realidade institucional e sua relação com a sociedade, foi se organizando em diferentes modelos. Um deles pode ser chamado de *tradicional* conforme Codina[3] (1988) e Clodovis Boff e Leonardo Boff (1988). Segundo essa forma de ser, a Igreja tem uma estrutura piramidal, centralizada, hierárquica, jurídica. Segue uma orientação preestabelecida, com leis fixas, uniformes, submissa à natureza, vista como sagrada. Essa forma organizativa e de vivência traduz-se nas relações sociais:

> submissão à autoridade, à tradição, ao estabelecido, às regras de convivência, aos costumes. Assim como não se questiona a ordem cósmica, não se questiona a ordem social: ambas são tidas como sagradas e queridas por Deus, vindo a ser a expressão de sua vontade divina (Codina, 1988, p. 37).

Em conseqüência, articula-se com as classes dominantes, numa postura conservadora. O mundo divino é que dá sentido ao mundo profano. Este modelo tem suas raízes na Idade Média, um mundo agrário e feudal. Prolongou-se por muitos séculos, chegando ao vinte. A vida dos cristãos é a de seguir os mandamentos e para isso contam com a graça vinda dos sacramentos. Por decorrência, a prática pastoral é sacramentalista. O padre, o clero é quem tem o poder e o controle; o leigo executa tarefas, é visto como um "freguês". O padre cuida do sagrado e o leigo do mundo, do profano. Não podia ser diferente: esse é o modelo assumido pela diocese da região noroeste.

---

[2] Analisados, no período de 1889-1930, no item *Presença da Igreja*.

[3] No decorrer da história a Igreja foi historicamente assumindo modelos diversos. Neste trabalho, apresentando de maneira sintética alguns modelos, utilizaremos a contribuição de Victor Codina, em sua obra *Ser cristão na América Latina*, onde referindo-se a *esquemas, chaves*, apresenta três: *tradicional, moderna e solidária*. Faremos uso também de uma outra classificação, elaborada por Clodovis e Leonardo Boff, num texto *Igreja, Reino de Deus e CEBs*, publicado no Curso de Verão II, o qual indica os modelos: *piramidal (tradicional), "moderna" (renovada) e de comunhão (nova)*. Os modelos são sempre tipos ideais que ajudam a entender, analisar a realidade e orientar a ação. Existem na prática misturados. Trata-se de modelos diferentes da própria Igreja. Essas análises ajudam na construção do projeto de Igreja que se quer. Em realidade, segundo Boff, existem dois modelos: a Igreja velha ou piramidal e a Igreja nova ou circular. (Cf. 1988, p. 91).

Dentro dessa visão de Igreja, de mundo, como é vista a educação, a preparação dos leigos? Segundo Codina, a *educação tradicional*[4], sempre foi ligada à elite, à manutenção da ordem estabelecida, tendo conteúdos abstratos e doutrinais, com ênfase no indivíduo. Sua prática limita-se "a uma pedagogia sistemática e formal com que, inegavelmente, consegue bons resultados: preparo eficaz, capacidade de trabalho, espírito científico e metódico que são, todavia, postos a serviço dos setores mais privilegiados da sociedade" (1988, p. 53). Libânio (1983) denominou de *aristocrática* a concepção predominante na escola católica até os anos 60. Esta enfatiza o indivíduo, desligado da realidade social e atende a um pequeno grupo, a uma "aristocracia", a alguns "Emílios" (Rousseau). Essa educação obteve méritos, trabalhou com dedicação, com esmero,

> na formação de seus alunos, mas que, no fundo, iriam assumir a liderança de uma sociedade, em si mesma, inquestionada e comumente aceita. Tratava-se de levar à frente o facho de civilização cristã, os valores morais e religiosos da Igreja, ao mesmo tempo que se dava continuidade à ordem estabelecida (Libânio, 1983, p. 16).

Essas concepções, em particular a tradicional, orientaram a formação, ou a instrução religiosa dos leigos nos movimentos, associações, nas homilias e nas publicações.

Considerando que a educação católica se dá sempre numa sociedade determinada, se faz necessário verificar as várias concepções presentes no processo educativo e como se articulam. Saviani, ao analisar as várias correntes do pensamento educacional brasileiro, as classificou em quatro concepções de Filosofia da Educação: *Concepção "humanista"*[5] *tradicional*; *concepção "humanista" moderna; concepção analítica e concepção dialética*. Na sua maneira de ver, da chegada dos jesuítas ao Brasil até a chamada Revolução de 30, temos no campo educacional o predomínio da denominada *Concepção "humanista" tradicional*, com duas vertentes: *a religiosa e a leiga*. Essas duas vertentes entendem a educação a partir de uma determinada visão de homem, que é "encarado como constituído por uma essência imutável, cabendo à educação conformar-se à essência humana" (Saviani, 1991, p. 24). Na referida concepção, a filosofia da educação é tributária de um determinado sistema filosófico. A essencialidade da pessoa humana é assumida pelas duas vertentes. A educação centra-se em educar o intelecto. A essência humana para a vertente religiosa é fruto da criação divina e dos desígnios de Deus; para a vertente leiga, a essência humana articula-se à noção de natureza humana. As duas vertentes, na prática educacional, se traduzirão na pedagogia tradicional.

---

[4] A partir de seus esquemas, Victor Codina, conforme indicação na nota anterior, apresenta uma visão geral de educação católica, para cada um deles. Para a apresentação de concepções de educação católica até os anos 60, utilizaremos as indicadas por J. B.. Libânio: *aristocrática e modernizante*.

[5] Saviani quando apresenta sua classificação, coloca entre aspas o termo humanista, "tendo em vista sua elasticidade de sentido" (1991, p.24, nota 9)

A *Concepção "humanista" tradicional*, vertente religiosa, se estenderá, de maneira hegemônica, praticamente até por volta de 1945. Continuará ainda nos anos seguintes mas matizada com outras concepções. Para a educação católica, a tarefa da educação era a de moldar os alunos à "essência imutável e ideal". O homem, criação de Deus, deve viver na terra buscando sua perfeição para alcançar a vida sobrenatural. A escola é um dos instrumentos para a formação dos cristãos e meio para veicular suas idéias. Pio XI, entre suas encíclicas, dedicou uma delas à questão da educação. Na Encíclica *Divini Illius Magistri*, lemos:

> Tudo que fazem os fiéis para promover e defender a escola católica para seus filhos, é obra genuinamente religiosa ... são particularmente caras ao nosso coração paterno e dignas de grandes encômios aquelas associações especiais que, em várias nações, com tanto zelo, se dedicam a obra tão necessária. (In: Aguiar, 1984, p. 20).

A educação cristã, nesse momento, tem por base a filosofia tomista, elaborada por Santo Tomás e restaurada por Leão XIII, movimento denominado de neotomismo. O tomismo se fez presente no Brasil, com a Companhia de Jesus, com os jesuítas e por intermédio de outras ordens religiosas. O neotomismo teve como elemento irradiador a *Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, no Mosteiro São Bento.* O pensamento neotomista teve como porta-voz ilustre, o filósofo Jacques Maritain que, escreveu *Rumos da Educação,* publicado no Brasil, pela Editora Agir[6]. Essa filosofia e a Doutrina Social da Igreja, com a preocupação central de restauração dos costumes, de recristianizar a sociedade, marcaram a vida da Igreja, a vida dos cristãos e da escola católica.

Retomando nossa dissertação de mestrado[7], podemos salientar alguns pontos básicos sobre a pessoa humana, a partir do pensamento de Santo Tomás, no neotomismo:

> 1. o homem como ser composto de matéria e espírito;
> 2. o corpo e a alma constituindo uma unidade substancial;
> 3. o homem dotado de razão. Sua racionalidade é que nos mostra sua perfectibilidade e, conseqüentemente, sua dignidade. Esta sua capacidade o coloca no centro da criação;
> 4. o homem - essa unidade substancial - fazendo parte de um todo que é a unidade social. O homem como ser social;
> 5. o homem com duplo destino: o temporal e o eterno. Até que chegue à eternidade, o homem deve construir a sociedade, buscando realizar o bem-comum; dessa forma é capaz de hierarquizar o natural e o sobrenatural. A tarefa do homem é lutar contra todos os desajustamentos que impeçam a ordem querida por Deus;
> 6. o homem deve chegar à plena posse de Deus e para isso deve, durante sua vida,

---

[6] Várias de suas obras foram amplamente utilizadas no Brasil. Entre elas, salientamos: Introdução Geral à Filosofia, Elementos de Filosofia - a ordem da Lógica Menor, Cristianismo e Democracia, Humanismo Integral, O Homem e o Estado e A Filosofia Moral. Todos publicados pela Editora Agir.

[7] Nossa dissertação de mestrado abordou o tema: *Serviço Social no Brasil - Ensaio crítico ao Documento de Araxá.* Entre outros pontos procuramos mostrar que a base filosófica desse importante documento para o Serviço Social, bem como para a profissão, até por volta dos anos 60, foi o neotomismo. Essa dissertação foi publicada pela Editora Cortez/UNIMEP, como título Serviço Social e filosofia-das origens a Araxá.

> buscar sua perfeição, seu constante aperfeiçoamento intelectual e moral. E para que o homem caminhe nessa trilha é importante uma educação moral (Aguiar, 1984, p. 128).

Para que o homem possa realizar-se conforme os desígnios de Deus se faz necessário recristianizar a sociedade brasileira. D. Leme, na busca constante e perseverante de realizar essa tarefa e de fazer conhecido Jesus Cristo, teve como preocupação realizar um trabalho junto aos intelectuais, visando atingir as elites e, por seu intermédio, o povo. Para isso criou vários instrumentos - entre eles, o *Instituto Católico de Estudos Superiores* e batalhou para a instalação da Universidade Católica. Nesse trabalho contou entre outros com Pe. Leonel Franca e Alceu de Amoroso Lima. O episcopado em todos os pontos do país foi se fazendo presente no campo da educação.

A *Pedagogia Tradicional* também se fez presente na realidade da Diocese de Lins. D. Henrique Mourão, em seu trabalho pastoral, atuou no campo educacional criando escolas em Lins, próprias para os rapazes e para as moças. D. Mourão escreveu pelo menos duas Cartas-Circulares, em 1937 e 1940, sobre a educação católica. As Cartas tiveram a preocupação de chamar a atenção dos pais para importância, o dever mesmo, de colocarem seus filhos nas escolas católicas, onde teriam a garantia de uma educação cristã, criticando os pais que colocavam seus filhos nas escolas chamadas "neutras" e nas protestantes. Os colégios criados em Lins somaram-se aos já existentes em Cafelândia, Marília e Penápolis. Na Carta de 1937, lemos:

> Nenhum problema sobreleva em importância ao da educação da juventude. Nenhum dever mais grave tem um pai de família católica do que o de dar a seus filhos uma completa educação católica. (...) Dahi o dever gravíssimo, que cabe aos pais de famílias católicas, de colocarem seus filhos em colégios católicos. (...) A Santa Igreja, sempre solícita e desvelada pela conservação do espirito cristão nos jovens corações, cominou (sic), em todos os tempos, censuras rigorosíssimas aos pais católicos, que colocassem seus filhos em colégios não católicos (Dioc. Lins, Livro do Tombo, p. 16 e 17).

O bispo chamou também atenção dos pais com relação às pensões e às repúblicas e apontou como saída os vários pensionatos católicos. Outra preocupação da Carta de 1937 era a de prevenir a influência protestante, particularmente dos metodistas, com seus colégios em Birigüi e Lins. A Carta de 1940, ao lado de salientar a importância da educação católica, teve um tom fortemente condenatório aos pais que não colocavam seus filhos nas escolas católicas, lembrando inclusive vários cânones do Concílio Latino Americano e do Brasileiro, os quais determinavam, conforme o caso, a pena da excomunhão da Igreja. Vejamos um pequeno trecho dessa carta :

> Resolvemos (...) chamar principalmente a atenção dos pais de famílias católicas, para as rigorosas advertências e penas severas, com que a Igreja ameaça aqueles que, esquecidos

> da maior das missões e da mais terrível das suas responsabilidades confiam a educação de seus filhos a colégios não católicos, quer eles sejam protestantes, espíritas ou de qualquer maneira sectários, quer eles se chamem leigos ou neutros, isto é, àqueles colégios onde seus filhos não recebem, a par da educação literária e científica, a educação (notem bem, a educação), não simplesmente a instrução religiosa (Dioc. Lins, Livro do Tombo, p. 45).

O *Correio Diocesano* fez vários alertas aos pais, insistindo na questão do Colégio Diocesano. Na edição de 6 de fevereiro de 1938 lemos:

> Pais católicos! A vossa responsabilidade na educação dos vosso filhos é tremenda. São eles por ventura educados nos colégios leigos onde Deus é esquecido e desprezado? Um dia haveis de dar a Deus rigorosas contas! O Ginásio Diocesano de Lins é um estabelecimento moderno que satisfaz os anseios da alma e da inteligência.

Os colégios de Lins e de outras cidades, funcionaram muito tempo com internatos, com os filhos dos bem possuídos da região e com os filhos dos fazendeiros de Mato Grosso. Esses colégios marcaram várias gerações e ainda continuam formando profissionais em diferentes áreas. A escola católica certamente foi o instrumento privilegiado que, nesse momento, preparou cristãos para atuarem na sociedade, em postos-chaves da sociedade civil.

Para dar sustentação à vida interna da Igreja e atuarem em insituições assistenciais, a Igreja contou com os membros dos vários sodalícios, como as Congregações Marianas, Filhas de Maria, Vicentinos, Apostolado da Oração. Para os participantes desses organismos, a formação se deu através da instrução religiosa feita nas atividades programadas para esse fim, através das quais era passada a visão de Igreja, de pessoa humana e de sociedade como indicamos acima e em capítulos anteriores. O elemento-chave nessa formação era o padre, o vigário. O leigo, o fiel tinha uma papel passivo e de recepção da mensagem transmitida. Um pouco diferente era o povo das capelas rurais, que recebiam orientações religiosas por intermédio dos padres, quando da desobriga. Mas, fundamentalmente, a religião era transmitida pelo rezador, pelos que cuidavam da capela e pelas famílias.

Nessa época organizou-se também a Ação Católica Geral, no modelo italiano, que insistia na dimensão de recristianização da sociedade e numa atitude fortemente anti-comunista. Para percebermos claramente essa mentalidade, apresentamos elementos de um artigo publicado em *Nosso Jornal*. Em 1° de dezembro de 1946, P. B. escreveu um artigo sobre *Ação Católica, Vitalidade Divina da Igreja,* na qual deixou clara a tarefa do catolicismo de recristianizar a sociedade. Entre outros pontos, o autor afirma:

> Uma das provas da vitalidade divina da Igreja é a organização do laicato católico nos tempos modernos. (...) Dos templos onde fomos buscar o fogo sagrado temos que sair para a praça pública, para a sociedade, a família e aí replantar, repor Cristo Nosso Senhor para que tudo se revitalize.

Desde 1930 encontramos a *Concepção "humanista" tradicional, vertente religiosa*

convivendo com a *Concepção "humanista" moderna.* A primeira continuando com a pedagogia tradicional e a segunda tendo como pedagogia a da *Escola Nova* ou *Pedagogia Nova.* Os que assumiram esta concepção nesse momento da história, como Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Pascoal Leme e outros educadores foram chamados de "pioneiros". Reivindicavam: a escola pública, laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação, autonomia para função educativa e descentralização. Para superar a prática educativa tradicional propõem a utilização dos métodos ativos. A *escola nova* centra-se no aluno e enfatiza o método como obtenção do conhecimento, contrário à Pedagogia Tradicional que centra-se no professor e está ocupada com a transmissão do conhecimento. Vários dos representantes da Escola Nova passaram a fazer parte do então Ministério da Educação, criado por Vargas, criando assim condições para sua disseminação pelo país. Vários embates ocorreram entre os católicos e os escolanovistas defensores da escola pública. Um momento de debate e conflitos foi por ocasião da elaboração da Constituição de 1934, durante a qual se travou uma luta ideológica entre os dois grupos. Na Constituição foram incorporadas propostas dos católicos e dos pioneiros.

Aos poucos, por volta de 1945, inicia-se um processo de mudança na educação católica, em particular em suas escolas. Mudanças essas que levaram a uma espécie de *"escola nova católica"*, com a influência de Montessori e Lubienska. A educação católica continuou bebendo na fonte da filosofia neotomista e procurou na prática da sala de aula introduzir métodos ativos. Esse movimento teve como base a *Associação de Educação Católica do Brasil*- AEC, por intermédio das *Semanas de Estudos Pedagógicos* com a presença do Pe. Pierre Faure, divulgando a proposta das duas educadoras. No dizer de Saviani,

> o predomínio da tendência 'humanista' moderna força, de certo modo, a renovação das escolas católicas. A questão era, pois renovar a escola confessional sem abrir mão de seus objetivos religiosos. Provavelmente isso explique a preferência por Lubienska, que mantinha preocupações religiosas explícitas e ao mesmo tempo se inseria no movimento europeu da 'Escola Nova' (1991, p. 37).

A escola católica viveu essa pedagogia até por volta dos anos 60. Um outro campo onde a pedagogia se faz presente é na catequese desenvolvida pela Igreja. O movimento da Escola Nova, Escola Ativa provocou mudancas na forma de desenvolver a catequese. No dizer de Oliveira,

> a catequese recebeu também o contributo das idéias pedagógicas da *Escola Ativa*. (...) A *Escola Ativa* ignorava o verdadeiro problema religioso mas teve o mérito de colocar a criança no centro da ação educativa ... e, em certo sentido, reduzindo a função determinante do educador. (1980, p. 38).

Nos anos 50 e 60 a Concepção "Humanista" Moderna, com o escolanovismo foi dominante

na educação brasileira, tendo como inspiração filosófica principal, o pragmatismo (Cf. Saviani, 1984, p. 65). A partir do final dos anos 60 entrou em crise e se articulou com a tendência tecnicista. Nessa vertente encontramos três correntes: o "liberal-idealismo", cujos representantes eram os professores de História e Filosofia da Educação da USP, que pautaram sua reflexões e propostas na ética de Kant; o "liberal-pragmatismo", corrente majoritária, continuou depois na tendência tecnicista e o grupo de sociólogos, sob a liderança de Florestan Fernandes apontavam na direção da concepção dialética. (Cf. Saviani, 1991, p. 36).

Nesse período da história, a maioria dos educadores compreendia a sociedade como um todo orgânico e harmonioso, com desvios, disfunções que precisavam ser corrigidas e na qual os indivíduos deviam ser integrados. Para esses educadores, mesmo para a mentalidade reinante na sociedade, a educação tinha um papel importante: a redenção da sociedade (escola vista como redentora). A educação "terá a força de redimir a sociedade se investir seus esforços nas gerações novas, formando suas mentes e dirigindo suas ações a partir dos ensinamentos. Deste modo, elas estarão sendo adaptadas ao ideal de sociedade através da educação" (Luckesi, 1991, p. 40). Para a Igreja Católica, redimir a sociedade é recristianizá-la. A pedagogia nova acreditava na "redenção da sociedade através da convivência entre as pessoas, a partir do atendimento às diferenças individuais de cada um" (Luckesi, 1991, p. 41.)

Nos anos 50/60 o país viveu um momento importante, de intensa mobilização de vários segmentos da sociedade civil e das esquerdas, discussão e lutas por reformas de base, ampliação da participação popular, momentos de conflitos, mudanças em setores da Igreja Católica e outros acontecimentos importantes. Vivenciou-se um momento de grande euforia na busca do desenvolvimento, embutido no projeto de expansão do capitalismo. O desenvolvimento era visto como a grande saída para os povos do terceiro mundo, era identificado com crescimento econômico. Todos esses elementos repercutiram no campo educacional, inclusive no processo de tramitação no Congresso Nacional, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, provocando por vários anos um debate amplo sobre a educação nacional. Novamente se fez uma discussão sobre o ensino particular, basicamente católico, e o ensino público. A Lei foi promulgada em 1961. Continuaram amplos debates e propostas, envolvendo professores e alunos, visando uma reforma do ensino universitário.

Dentro desse contexto, como se colocou a Igreja Católica, em particular no campo educacional? Com relação à escola católica, Libânio identificou nesse momento uma *concepção modernizante*, desenvolvimentista, que atendia a consolidação do sistema capitalista em nosso país e na AL. Havia desejos de mudança, a qual significava

"modernização, "desenvolvimento". A preocupação maior era com o mercado.

> Para o aumento de produtividade, necessitava-se de mão-de-obra mais qualificada. A educação colocava-se a serviço de tal desenvolvimento econômico. (...) E a educação católica queria oferecer para o cidadão honesto princípios cristãos para que assumisse, se possível, a liderança, a exemplo dos países centro-europeus e Itália. (1983, p. 13 e 17).

Nesse fazer-se da história brasileira, o popular penetrou o campo educacional. Do ponto de vista escolar, quer por interesses políticos e quer pela pressão das comunidades, dos pais, houve um crescimento importante de escolas públicas, mesmo dentro dos limites da educação populista, implicando um processo de democratização do acesso à escola. Marília Pontes Spósito, em seus estudos, mostra como nesse período, nos grandes centros urbanos, houve "um processo intenso de articulação dos grupos populares radicados nos bairros tendo em vista a criação de novas unidades de ensino elementar e a instalação de cursos ginasiais, naquele momento dirigidos somente às elites" (1987, p. 24). O estrato popular finca sua presença na educação. Do ponto de vista popular foram importantes os movimentos de cultura popular como: Centros Populares de Cultura, o Movimento de Cultura Popular do Recife, a pedagogia de Paulo Freire e o MEB da Igreja Católica. Nesse processo constrói-se uma educação popular.

A escola sempre foi uma preocupação constante por parte da hierarquia, mas como instituição social recebe influências das reflexões teóricas sobre a realidade e das transformações concretas que ocorrem. Nesses anos, tendo em vista o crescimento da organização popular, da organização sindical na zona rural, a Igreja que sempre esteve articulada com as elites e a classe média, se viu obrigada a voltar-se para o estrato popular. Esse encontro com o popular se fez, inicialmente, numa perspectiva defensiva "para não perder o rebanho", aos poucos num busca de reformas no sistema capitalista, diferente da relação até então vivenciada pela instituição. No bojo desse trabalho, um pequeno segmento de cristãos se aproxima de uma concepção dialética da realidade e da educação.

Nesse trabalho popular, a experiência da Igreja foi o Movimento de Educação de Base, que já analisamos anteriormente. O MEB, que não foi uma organização homogênea, desenvolveu trabalhos de alfabetização de adultos, na área de saúde e organização sindical; pôde repensar a escola como centro cultural, sendo integrada e assumida pela comunidade; preparou animadores e monitores; incorporou a perspectiva da educação articulada à vida social; obrigou a repensar o significado da democracia; assumiu um engajamento transformador e outros pontos (Cf. Wanderley, 1984). No trabalho desenvolvido, além das pessoas da base, envolveram-se cristãos ligados à Ação Católica. Do ponto de vista

educacional e de uma pedagogia para a formação dos leigos um elemento-chave foi a descoberta da prática como elemento fundamental, da necessidade da articulação teoria/prática. Outro aspecto relevante foi que um segmento de leigos fizeram, mesmo com muitos conflitos, a experiência do enfrentamento da questão da autonomia do laicato e controle episcopal. Foi a vivência de um laicato adulto e com uma autonomia construída.

A Ação Católica e, em particular, a JUC e a JEC, formas de intervenção dos leigos no mundo sob a coordenação da hierarquia, também fizeram um caminho de aprendizagem da descoberta do próprio meio, das várias forças presentes nele, participaram da política estudantil, dos debates da reforma do ensino superior, das organizações estudantis. Os membros da ACE tiveram, na fase inicial, influência do pensamento neotomista, debatendo, tendo-o como instrumento, a questão da reforma do capitalismo, em oposição ao socialismo, através da obra *Humanismo Integral*. Assumiram depois, como elemento-chave, a Doutrina Social da Igreja; receberam também a influência de Lebret e de Mounier. No embate concreto do engajamento foram percebendo a insuficiência do pensamento cristão e descobrindo a contribuição das ciências sociais e da filosofia, chegando à dialética marxista. Esse caminhar foi um longo processo de aprendizagem, de educação e de formação, vivenciando as várias concepções em educação.

Em Lins, a Igreja diocesana organizou a JUC e a JEC e se inseriu no movimento de sindicalização rural. Na educação, no final da década de 50, fundou suas primeiras escolas de ensino superior. A Igreja, preocupada também com a preparação de professores para atuarem nas escolas de primeiro e segundo graus, numa perspectiva cristã, criou uma Faculdade de Filosofia. Diante da problemática do desenvolvimento, da sindicalização, do êxodo rural e, portanto, da necessidade de criar obras sociais que dessem respostas a esses desafios, enfim para enfrentar a questão social, criou a Faculdade de Serviço Social, buscando formar assistentes sociais cristãos e competentes. Essas escolas tiveram como base filosófica o neotomismo. No caso do Serviço Social além dessa corrente filosófica[8], outra matriz importante foi o impacto do desenvolvimentismo.

A formação dos leigos continuou sendo feita por intermédio dos movimentos e associações. Incipiente situação diferenciada foi dada por pequenos segmentos da AC. A formação teve como horizonte apenas aperfeiçoar a ordem vigente.

---

[8] No artigo *A filosofia no currículo de serviço social*, que publicamos em 1984, mostramos como a presença do neotomismo marcou a formação dos Assistentes Sociais no Brasil, particularmente nas escolas ligadas à Igreja Católica, praticamente até 1970. Em muitos lugares e por um bom tempo os professores eram padres, cuja a formação filosófica teve como fundamento o pensamento de Santo Tomás.

2. De 1964 a 1990.

O contexto econômico, social e político da realidade brasileira, a presença e as mudanças vividas pela Igreja Católica de 1964 a 1990 foram explicitadas nos capítulos anteriores. Neste tópico, tendo como pano de fundo esse contexto, desejamos retomar o processo formativo dos leigos na Diocese de Lins, os seus princípios norteadores, e aprofundá-los tendo como referência os modelos de Igreja, as diversas concepções de educação, em particular a *libertadora*.

No período em discussão quais os modelos de Igreja presentes? Como se fizeram presentes na Diocese de Lins? Retomaremos inicialmente, de maneira sintética, os modelos de Igreja, suas implicações eclesiais e com o conjunto da sociedade. Contrapondo-se ao modelo *tradicional, piramidal* chegamos a uma chave *moderna* com o Vaticano II. Codina, ao analisar esse esquema, mostra que a sociedade começou a sofrer um processo de mudança de mentalidade desde o Renascimento e que vários fatos indicam-na: o progresso das ciências, a Reforma, a Revolução Francesa, o processo de independência dos países da América Latina e da Africa, a revolução industrial e outros. Estes "... irão configurando uma nova visão da realidade: secular, urbana, democrática, liberal, pluralista (...) A pessoa é o centro dessa chave moderna" (Codina, 1988, p. 37-38). A Igreja Católica por muito tempo resistiu a essa mentalidade. Apenas no começo do século vinte que uma série de movimentos teológicos e pastorais levaram a um amadurecimento da Igreja, que vai se "cristalizar no Concílio Vaticano II. (...) (que) representa a passagem da chave tradicional para a moderna na Igreja Católica" (Codina, 1988, p. 38). A Igreja nesse modelo retoma a dimensão de comunhão, de Povo de Deus, se coloca como sacramento de salvação e peregrina na construção do Reino de Deus. O Vaticano II desencadeou uma série de reformas, levando a um clima de diálogo de co-responsabilidade. As mudanças introduzidas provocaram um rejuvenescimento da Igreja e também muitos conflitos e reações contrárias. Essa forma de viver a Igreja levou a uma prática de testemunhar o projeto de Jesus nas realidades do mundo, na família, na profissão. Provocou o surgimento ou vitalização de movimentos voltados para a classe média. A inserção na realidade social se fez no horizonte de reformas e não de transformação da sociedade. A educação se colocou na linha da democratização do ensino, mais pluralista e o educando deve ser

sujeito da própria educação (Cf. Codina, 1988, p.48-53). Esse modelo levou a uma Igreja mais circular na base, mas continuando piramidal nas demais instâncias. Segundo Boff, nesse modelo o padre decide e o leigo colabora; paróquias que são renovadas com os movimentos, como Cursilho, ECC, TLC; tem por base social, as classes médias; uma posição reformista e liberal (1988, p. 90).

Um outro modelo que foi sendo constituído a partir do anterior, pode ser identificado por vários nomes: *Igreja solidária, de comunhão, libertadora, popular*. Neste século, em particular nos últimos anos, vemos a emergência dos trabalhadores, dos pobres na história, na busca de vida mais justa e humana. Há uma consciência maior da dimensão do social, das estruturas sociais e econômicas, das classes sociais. "Diante das injustiças das estruturas dominantes, busca-se o projeto histórico do povo numa linha mais participativa e socializante. O povo constitui o novo sujeito social e histórico do momento presente". (Codina, 1988, p. 39). Essa realidade foi assumida dentro da Igreja Católica, nas Conferências de Medellín e Puebla, optando "prioritariamente pelo setor dos pobres, como forma de realizar sua tarefa evangélica" (Codina, 1988, p. 39). A Igreja na AL aprofundou e desenvolveu a eclesiologia de comunhão já presente no Vaticano II e gestou uma eclesiologia libertadora. Uma Igreja que quer ser sacramento de libertação dos mais pobres; que coloca em destaque a noção de Povo de Deus, a partir do êxodo e que apenas com a libertação dos pobres pode-se "chegar a um autêntico Povo de Deus"; que tem como orientação o Reino de Deus, na busca da justiça e da libertação, num mundo dividido e massacrado pelas injustiças; realiza uma pastoral solidária e profética com os pobres; que acontece nas CEBs, nas pastorais sociais; evangeliza os pobres e se deixa evangelizar por eles. (Cf. Codina, 1988, p. 39-52). Na análise de Boff, esse modelo pode ser representado por um círculo onde estão as diversas comunidades. As relações internas são de co-responsabilidade: o padre animador e o leigo participante. A base social são as classes populares; uma igreja que busca a transformação da sociedade, assumindo a teologia da libertação. (Cf. Boff, 1988, p. 90).

E esses modelos na Igreja Particular de Lins? Os dois modelos conviveram, durante o período analisado, na Igreja Diocesana, mas também com manifestações do modelo tradicional. Houve uma identificação com o Vaticano II, na sua vertente mais aberta, na linha da Igreja Povo de Deus. Com a busca de renovação, de modernização da paróquia foram se criando espaços de participação, numa dimensão comunitária; uma busca de uma relação Igreja/mundo através de uma intervencão deliberada na realidade noroestina com instrumentos como IPPH e outros. No final dos anos 60 e na década de 70, o modelo de uma Igreja mais

libertadora, solidária foi sendo assumido e tornando-se hegemônico, por decorrência do projeto de renovação iniciado por vontade do bispo diocesano e que foi sendo assumido pelos órgãos centrais da diocese como: SEDAP, ITEL, coordenações diocesanas, entre elas de catequese, liturgia, juventude e das CEBs. Nesse momento, são assumidos claramente os princípios, sinais, que traduzem na prática esse novo modelo: a opção pelos pobres, um processo participativo e comunitário, o desenvolvimento das CEBs, nova relação Igreja/mundo na busca da transformação social, assumindo um projeto libertador e uma pedagogia libertadora.

Tendo caracterizado no decorrer do trabalho o modelo libertador na diocese, vejamos agora alguns conflitos e impasses. Essa convivência e a implantação desses modelos não se fizeram sem tensões e conflitos. Por exemplo, vários movimentos e associações mais tradicionais foram se marginalizando ou deixando de existir. Outros mais ligados à elite ou classes médias reagiram, com mais evidência os *Cursilhos de Cristandade*[9] . Nos anos 60 e 70 tivemos um crescimento vertiginoso desse movimento no Brasil e, em Lins, ele também se fez presente. O Secretariado do movimento na diocese funcionava em Araçatuba, onde eram realizados os cursilhos. Nessa época, provocou muita divisão e debates, entre o clero e os leigos. Houve também confrontos no interior do SEDAP. Em 1972, o Conselho de Presbíteros "solicitou" ao Secretariado do movimento que suspendesse a realização de cursilhos, para uma revisão teológica e de adaptação ao Vaticano II e à realidade da região noroeste (Cf Koop, 1976,p. 4). Apesar desse esforço, as tensões continuaram principalmente em Araçatuba e Andradina. Nesta última, houve mudanças substanciais quanto à pastoral, levando a um confronto aberto com os cursilhistas. Em 1976, o *Secretariado Diocesano do Cursilhos de Cristandade* e o *Sub-Secretariado dos Cursilhos de Andradina* enviaram cartas ao bispo diocesano D. Pedro Paulo Koop. Partindo da resposta do bispo, podemos perceber os conflitos existentes com a linha pastoral da diocese e a opção pelo modelo libertador. Algumas das questões colocadas: a pastoral popular voltada para os mais pobres e para a periferia, o desrespeito à ordem vigente e atitude dos padres (Andradina) de "levantar a opinião pública para os problemas sociais, censurando aberta e frontalmente as estruturas sociais do país"; de incentivo à luta de classes; críticas aos padres e a continuidade no trabalho pastoral de "padres casados" (Cf. Koop, 1976). Na avaliação do bispo "o problema de fundo não é de cunho religioso mas de cunho social e político" (Koop, 1976, p. 1 - o grifo é do autor). Na carta- resposta o bispo inicia

---

[9] Um estudo que analisa o Movimento de Cursilhos de Cristandade por dentro, na sua fase de implantação e desenvolvimento no Brasil, foi realizada por Otto Dana, com o título *Os Deuses Dançantes*, publicado pelas Vozes.

falando das divisões e incomprensões nas primeiras comunidades cristãs, conforme as Cartas de São Paulo. Recorda que o CDP optou por uma Pastoral Popular e dos marginalizados, o que "significava concretamente uma re-alocação dos recursos na Igreja, seja em termos de pessoal, seja em termos de locais disponíveis, seja em deslocamento visível de sua presença que, do centro das cidades, devia passar para a periferia" (Koop, 1976, p. 2). E que a Diocese estava consciente dessa mudança, que também implicaria em "uma re-orientação dos temas que são abordados na Igreja..." (Koop. 1976, p. 2). Depois analisa concretamente a situação de Andradina, defendendo os padres, salientando a contribuição dada pelos cursilhistas e respondendo às questões levantadas. Colocamos algumas das afirmações:

> Havia praticamente dois caminhos para se enfrentar a problemática pastoral de Andradina: um que se apoiasse no centro e na organização de um movimento de leigos que levasse uma presença da Igreja para a periferia e para os bairros rurais, numa pastoral de visita, e outro caminho que se apoiasse nas próprias comunidades, multiplicando os centros de vida religiosa a partir do próprio povo, de onde surgiriam lentamente dos dirigentes e lideres da comunidade. (...) as paróquias de Andradina fizeram opção por uma Pastoral Popular e a partir de comunidades de base. (...) O comprometimento com os mais pobres e com os necessitados, com as necessidades do povo e com os seus sofrimentos, torna dificil a uma mesma pessoa (o vigário) manter-se bem com os dois grupos que não estão bem entre si, por conhecidas distorções da nossa realidade social.... (Koop, 1976, p. 4-5).

Com relação às estruturas sociais:

> Pergunto a Cristãos, conhecedores do Evangelho: seriam por acaso humana e cristãmente aceitáveis estruturas sociais onde o salário é insuficiente, (...) onde a mortalidade infantil em vez de diminuir cresce assustadoramente, (...) onde a renda continua se concentrando nas mãos da minoria mais rica? (Koop, 1986, p. 6).

Com relação à ordem constituída: esta

> nem sempre é justa e deixa de ser criticável. (...) Deveria ser normal para um Cristão um olhar sereno e livre perante as conjunturas históricas. (...) Há pois ordens injustas como foi a ordem que mantinha a escravidão e como é a ordem que mantém a atual concentração da renda dentro da economia brasileira e a que mantém socialmente marginalizados amplos setores da população brasileira (Koop, 1986, p. 6).

Com relação à luta de classes:

> Lutar pela libertação do oprimido não é fomentar a luta de classes e sim denunciar a opressão de classe e lutar para pôr fim à situação que leva uma classe a lutar contra a outra e vice-versa: uma para continuar mantendo a opressão e outra para sair da opressão. Parece que evangelicamente não há muita opção entre ficar do lado dos que querem manter a opressão ou dos que dela querem se libertar. Isto não se faz sem uma mudança das estruturas sociais que consagram este estado de coisas e sem uma mudança de um tipo de ordem que garante esta 'desordem' estabelecida (Koop, 1986, p. 6).

Com relação aos padres casados afirma que diante da falta de clero, para não deixar a comunidade perecer, tendo em vista os trabalhos já realizados, acha que em consciência deve permitir o trabalho "como leigo qualificado, liderança comunitária inclusive" desses cristãos.

"Os Padres que desejarem dar esse passo, e o deram de fato,não mereceram minha aprovação nem apoio para tal, mas continuam a merecer meu respeito e confiança, minha compreensão e amizade".(Koop, 1976, p.7).

Os modelos vão sendo construídos na prática, teorizados, o que também acontece na prática educativa. E sua explicitação deve ajudar-nos a entender esse processo educativo assumido pela Igreja e pelo cristão, nesta parte do planeta.

Outro aspecto que importa analisar é qual a concepção de educação presente na prática da formação do leigos na Diocese de Lins. Pelo que apresentamos no capítulo 5, a concepção que orientou a formação dentro do modelo de Igreja da libertação foi a Pedagogia Libertadora. Essa pedagogia se situa dentro de uma determinada concepção de educação e se insere no conjunto das pedagogias presentes no Brasil; antes da analisá-la em sua realização em Lins, vejamos as principais concepções de educação e correntes pedagógicas, nesse período.

Ao lado da educação como **redenção**, que continua dando sentido a educadores e a vários segmentos da sociedade, precisamos explicitar a educação como **reprodução e como transformação**. "Essas são as três tendências filosófico-políticas para compreender a Educação que se constituíram ao longo da prática educacional. Filosóficas, porque compreendem o seu sentido; e políticas porque constituem um direcionamento para a ação" (Luckesi, 1991, p. 37).

Na reflexão dos educadores, a partir de 1970, se constata uma tendência que defende o caráter de *reprodução* da educação. No dizer de Luckesi a educação é vista "como uma instância dentro da sociedade e exclusivamente ao seu serviço. Não *redime* de suas mazelas, mas a *reproduz* no seu modelo vigente, perpetuando-a, se for possível" (1991, p. 41). Saviani denomina essa tendência como crítico-reprodutivista. É crítica porque analisa a educação a partir de seus determinantes sociais, econômicos e políticos. Mas, é também reprodução, estando a serviço da sociedade e de seus mesmos condicionamentos. Essa concepção não se traduz numa pedagogia, ela se preocupa apenas em mostrar como a educação atua na sociedade. Serve-se do pensamento, dentre os autores que assumem essa concepção, de Louis Althusser, que utilizando-se dos pressupostos marxistas, analisando os aparelhos ideológicos do estado, coloca a escola como principal instrumento de veiculação de valores. Na sua visão (Cf. p. 67-68) mesmo que os professores lutem e melhorem suas atividades educativas, suas práticas, estarão sempre reproduzindo a ideologia dominante numa dada sociedade. Na prática brasileira esta maneira de ver a educação levou muitos ao desânimo, outros foram capazes de avançar, vendo a escola como um espaço contraditório. Podemos afirmar, com Luckesi que, se

tivermos como parâmetro a educação considerada como redenção ou reprodução, "a organização da sociedade é tida como 'natural' e a-histórica". (1991, p. 49).

A concepção **transformadora**, a que importa para nosso trabalho, entende a educação como mediação, como instrumento, para a concretização de um determinado projeto de sociedade. Como meio, pode estar a serviço da conservação ou da transformação. Nesta concepção pretende "demonstrar que é possível compreender a educação dentro da sociedade, com seus determinantes e condicionamentos, mas com possibilidade de trabalhar pela sua democratização" (Luckesi, 1991, p. 48). Aqui importa assumir a educação como uma instância dialética a serviço de um projeto. Não é fácil dentro da sociedade capitalista assumir a educação como transformação, mesmo tendo a consciência dos limites da sua prática educativa na construção de um projeto alternativo.

No interior dessa concepção podemos situar várias pedagogias, com vários filósofos e educadores brasileiros, que têm tido uma grande produção, inclusive através de vários cursos de pós-gradução em educação, das conferências de educação, seminários, encontros e das inúmeras revistas especializadas em educação e outros. Elas podem ser identificadas como pedagogias *progressistas, dialéticas, críticas ou transformadoras*, conforme entendem os vários pensadores. Moacir Gadotti, em 1987, publicou uma obra denominada *Pensamento Pedagógico Brasileiro*, na qual buscou fazer uma síntese desse pensamento a partir de vários autores. Os critérios de escolha foram: "os que haviam se destacado na resistência ao pensamento dominante, do modo de pensar capitalista autoritário, influenciados pelo crescente movimento de educadores" e os "que mais freqüentemente apresentaram e discutiram, nesses últimos anos em congressos (...) ou publicaram seus trabalhos..." (1987, p. 21-22). Não fez classifações, apresentou os autores, fazendo uma síntese e confrontando-se com eles fazendo observações e comentários. Entre os vários pensadores analisados podemos citar: Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, Luiz Eduardo Wanderley, Rubem Alves, Madalena Freire, Maurício Tratenberg, Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, Wagner Rossi, Bárbara Freitag, Luiz Antonio Cunha, Florestan Fernandes. Apresentou seu pensamento abordando a Pedagogia do Conflito, colocando a dialética como referencial teórico; nesse sentido escreveu *Concepção Dialética da Educação - um estudo introdutório*.

Dentre os pensadores indicados interessa-nos, em função do trabalho desenvolvindo na Diocese de Lins, o de Paulo Freire pela sua contribuição criadora da Pedagogia Libertadora, da Pedagogia do Oprimido. Explicitemos os pontos fundamentais de seu pensamento.

Pedagogia dialógica: uma pedagogia para a libertação. Paulo Freire[10] defende uma educação que respeite a vocação ontológica do homem de ser sujeito. Porém, não existem homens a não ser situados no tempo e no espaço, num contexto histórico. Por isso a educação deve levar em conta a vocação do homem de ser sujeito, nas condições em que ele vive.

Em sua primeira obra *Educação como prática da liberdade*, partindo do processo de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira em fase de transição, da participação popular nesse desenvolvimento, mostra o papel político que a educação pode desempenhar na construção de uma sociedade nova, uma educação que fosse capaz de colaborar com o povo na organização reflexiva de seu pensamento. Nesse livro desenvolve o conceito de consciência transitiva crítica "a que chegaríamos com uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política" (Freire, 1971, p.61), caracterizada pela profundidade na interpretação dos problemas, a apropriação crescente pelo homem de sua situação na realidade concreta, que possibilitasse uma discussão corajosa de sua problemática. Nos apresenta ainda as bases de seu método de alfabetização "num trabalho com que tentássemos a promoção da ingenuidade em criticidade" (Freire, 1971, p. 104), onde o educando descobre-se no processo histórico. No dizer de Gadotti com todo

> rigor não se poderia falar em 'método' Paulo Freire pois se trata muito mais de uma **teoria do conhecimento** e de uma **filosofia da educação** do que de um método de ensino. Apesar de tudo, Paulo Freire acabou sendo conhecido pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, chame-se a esse método sistema, filosofia ou teoria do conhecimento (1989, p. 32 - os destaques são do autor).

Um elemento-chave nessa obra é a *conscientização*, fundamental para o processo de libertação, possibilitando ao ser humano libertar-se da consciência dominada pela introjeção do dominador. Eis o caráter humanizador da sua educação. Sua "pedagogia libertadora" traduz-se como "tomada de consciência da situação existencial e práxis social".

Em *Pedagogia do Oprimido* - aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, analisa a dualidade que envolve a consciência do oprimido: de um lado a introjeção da consciência do dominador (seus valores, o medo da liberdade), de outro, o desejo de libertar-se. Partindo de que "ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se liber-

---

[10] Apontamos apenas alguns pontos-chaves do pensamento de Paulo Freire, pois a nosso ver não cabe aqui uma apresentação exaustiva da sua obra. O seu pensamento é sobejamento conhecido. Freire nasceu em 1921 em Recife, fez direito, mas acabou dedicando-se ao ensino. Trabalhou no SESI. Foi membro da Acão Católica. Na década de 60 experimentou seu método de alfabetização em Angicos (RN). Esteve inserido num amplo trabalho educacional no governo Goulart. Foi exilado. Escreveu várias obras, algumas delas referidas neste texto. Trata-se do educador brasileiro mais conhecido internacionalmente, apaixonado pelo povo e pela educação libertadora. Voltando do exílio, em 1979, continuou o trabalho na educação, escrevendo sobre suas idéias.

tam em comunhão" (Freire, 1974, p. 27), caracteriza duas concepções opostas de educação: a concepção "bancária" e a concepção "problematizadora". Na consciência bancária predominam relações verticais, a dialogicidade é negada, o educador sabe, o educando nada sabe; a concepção problematizadora funda-se na relação dialógica-dialética entre educador e educando, ambos aprendendo juntos. Nesta obra, Paulo Freire, aprofunda afirmações já feitas sobre o diálogo em *Educação como prática da liberdade*, explicitando os mecanismos de opressão do sistema capitalista. Afirma "O diálogo é este encontro dos homens mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu" (Freire, 1974, p. 93). Nessa sua obra, a ótica de classe aparece mais evidente. Segundo Gadotti, "Paulo Freire vincula a educação à luta e organização de classe do oprimido. Para ele, a classe oprimida é maior do que a classe operária" (1987, p. 30). Aprofunda nesta obra as etapas do processo de alfabetização, também explicita as teorias da ação dialógica mostrando a teoria antidialógica utilizada pelo opressor e teoria dialógica, com as características *colaboração, união, organização e síntese cultural*, base do diálogo libertador.

Na obra *Extensão ou Comunicação* aprofunda o diálogo na relação entre conhecimento e comunicação. O sujeito pensante necessita do outro no seu ato de pensar, "esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação" (Freire, 1975, p. 66), no processo educativo.

As relações entre o intelectual e as massas, encontra-se no seu livro *Educação e mudança*, onde salienta a necessidade constante do diálogo com as massas tendo em vista o processo de transformação.

Em *Medo e Ousadia*, num diálogo com Ira Shor, analisando o papel do educador, insiste que em nenhum momento este deve renunciar ao seu saber, pelo contrário, necessita demonstrar sua competência. Afirma ainda que para que a educação libertadora se processe não basta mudar a metodologia. "O educador libertador tem que estar atento para o fato de que a transformação não é só uma questão de métodos e técnicas" (Shor, 1986, , p. 48), é preciso que se estabeleça uma relação diferente com o conhecimento e com a sociedade.

Em 1992, publicou *Pedagogia da esperança*, com o sub-título *um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Nessa obra retomou as questões da Pedagogia do oprimido, comentou as críticas que vem recebendo e reafirmou a atualidade dessa pedagogia por ser fonte de esperança; afirma que a "*Pedagogia do oprimido* nasceu há 22 anos, movida por este sentimento com o qual a revivo hoje, mais por ele tocado e por ele envolto do que antes, nesta *Pedagogia da Esperança*" (1993, p. 120). E sobre essa sua obra diz: "Texto que re-tomo

agora, na sua 'maioridade', para re-ver, re-pensar, para re-dizer. Para dizer também pois que o retomo noutro texto que tem igualmente seu discurso que, do mesmo modo, fala por si, falando da esperança..." (Freire, 1993, p. 53).

Entendendo educação como um momento do processo de transformação do homem, mediatizado pela transformação do mundo, Freire elabora uma vasta obra que extrapola os limites da pedagogia, obra esta que mostra uma evolução constante da teoria e principalmente das propostas práticas.

Reconhecida universalmente, sua obra recebeu também críticas referentes, por exemplo, ao caráter autoritário e tendencioso do diálogo que propõe, seu idealismo, sua filiação ao escolanovismo e outras mais. Sem entrar nessas discussões, só desejamos salientar que Paulo Freire recupera positivamente o diálogo colocado pela Escola Nova, supera-o dando-lhe um caráter político. No seu pensamento o diálogo deve levar ao processo de transformação. Schmied-Kowarzik ao analisar a contribuição de Paulo Freire afirma o seu caráter dialético. Esse autor assim se expressa:

> Paulo Freire desenvolveu uma concepção dialética da educação. (...) Entrelaçando temas cristãos e marxistas ... Freire retoma a relação originária entre dialética e diálogo, e define a educação como a experiência basicamente dialética da libertação humana do homem, que pode ser realizada apenas em comum, no diálogo crítico entre educador e educando (1988, p. 69).

No momento, Paulo Freire em contato com a realidade brasileira, preocupa-se muito com a escola pública e a educação formal, a ela dando sua contribuição.

Após uma explicitação rápida do pensamento de Paulo Freire, consideramos oportuno abordar a **educação popular**, presente nesses últimos trinta anos, numa perspectiva libertadora, buscando a transformação da sociedade brasileira e latino-americana. Um arco significativo de instituições e educadores vem realizando a educação popular, articulando prática e teoria. Uma matriz importante é o pensamento de Paulo Freire com sua pedagogia do oprimido, que foi sendo assumido e reconstruído por muitos educadores, como Luiz Eduardo Wanderley, Carlos Rodrigues Brandão, Moacir Gadotti e outros.

Rapidamente procuraremos situar as características da educação popular a partir de um texto *Notas sobre educação popular*, de Luiz Eduardo Wanderley. Salienta que a educação tem papel importante em todas as sociedades. "É por meio dela, mas não só, que os homens adquirem um conhecimento e um saber mais ordenado e sistemático a respeito da natureza e do mundo social em que eles estão situados" (1990, p. 133). Situa o significado de educação popular, que é bastante controvertido, através de várias distinções. Vejamos apenas uma delas, que analisa o termo sob a ótica de três concepções. A primeira "vê a educação oferecida a toda

a população, que permite o acesso de todas as camadas sociais ao ensino escolar". Aqui a educação popular é ação do Poder Público, incluindo a educação de adultos. Na segunda é vista "como a educação dirigida a pessoas adultas das classes populares". Adultos (também jovens) não escolarizados que recebem uma educação especial organizada por movimentos da sociedade civil e também pelo Estado. Aqui estão incluídos "os trabalhos de alfabetização pura e simples, educação comunitária, formação profissional e ensino supletivo". A terceira "vincula à educação política, que passa pela educação sindical e partidária e atinge as organizações e movimentos dos setores populares, pretendendo basicamente que ela seja um serviço aos projetos de libertação das classes populares" (Wanderley, 1990, p. 134-135). Que se entende por popular? Se parte do conceito de classes sociais, entende-se o proletariado e o campesinato. Se utiliza outros indicadores como: renda, ocupação, etc, entende-se

> por setor ou estrato popular aquele conjunto da população que, no geral, recebe salários (ou outra forma de pagamento) baixos e instáveis, que impedem o acesso a um grande número de bens e serviços, ou que permitem um acesso de menor qualidade e quantidade do que aquele a que têm acesso os estratos altos e médios (1990, p. 136).

Em seguida o autor analisa duas faces da educação popular. A primeira, discute a escola como instrumento de educação popular, desde o acesso, a garantia da permanência, da garantia da qualidade de ensino, desenvolvimento de práticas democratizadoras e várias outras exigências. Como vimos, a escola, pelas suas contradições, pode, a partir da prática dos alunos, das comunidades, dos trabalhadores da educação, e dentro dos seus limites contribuir para a criticidade dos educandos. A outra face da educação popular "compreende todas as atividades educativas que se processam na vida social popular, ou seja, desde as atividades familiares e do cotidiano até as atividades no trabalho, no lazer, nas organizações, na política partidária, etc." (Wanderley, 1990, p. 143). Essa educação é política, visa a transformação e que postula as classes ou setores populares sejam sujeito desse processo.

Essa ampla gama de concepções penetra a Igreja, as suas agências educativas, o processo de formação de seus agentes. Em muitas das práticas na sociedade, a contribuição da Igreja também tem sido significativa. Com relação aos modelos de Igreja apresentados acima, a *educação moderna*, conforme Codina, pretende

> que cada pessoa 'seja mais' e educa para um cristianismo mais consciente para viver sua fé no mundo secular". A *educação solidária* "pretende ser educação popular, dirigindo-se especialmente aos setores marginalizados social e culturalmente. (...) Parte da vida e visa à prática. (1988, p. 53).

A escola também deve pautar-se pelos valores do Reino de Deus.

No bojo dessa reflexão e em face das várias concepções, temos que nos referir às

Conclusões da Conferência dos Bispos do continente americano, que aconteceu em Medellín, em 1968, no contexto de uma consciência crítica da realidade e da necessidade de alternativas para refletir sobre "a presença da Igreja na atual transformação da América Latina". No dizer de Libânio, "Medellín coloca-se claramente sob o signo da transformação" (1983, p. 21). O assumir a vida de cristão, implica em ouvir os clamores dos povos latinoamericanos e se comprometer com sua libertação. No documento sobre *Educação* após uma análise crítica com relação à educação na AL, afirmam os bispos que há necessidade de uma educação que "seja capaz de libertar nossos homens da servidão cultural, econômica e política que se opõe ao nosso desenvolvimento" (Medellín, 4, 7, p. 74). Portanto uma educação que possa transformar a realidade dos nossos países, propondo para isso uma educação libertadora "que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. A educação é efetivamente o meio-chave para libertar os povos de toda a escravidão e fazê-los subir 'de condições de vida menos humanas a condições mais humanas'" (Medellín 4, 8, p. 74)). Em Medellín se articulam educação e libertação, visando uma *Educação Libertadora*.

A *Educação Libertadora* explicitada em Medellín, foi sendo gestada, nos movimentos populares, no engajamento dos cristãos na realidade brasileira e latinoamericana na década de 50, quando da euforia da busca de superação do subdesenvolvimento. Retomando, nesse momento essa superação era vista pela maioria, como uma questão de tempo, uma questão técnica, de modernização tecnológica, possibilitando um avanço do capitalismo na América Latina. A educação deveria contribuir para esse processo. Tanto se falou, que se tornou uma crença: "povo educado, país desenvolvido". Transformação nesse momento significava modernização, desenvolvimento do capitalismo. No interior da prática de muitos cristãos e de outros segmentos da sociedade foi se dando um processo de reflexão e análise das relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, como estava colocado naquele momento histórico. Esses passam a compreender, primeiro: "que desenvolvimento e subdesenvolvimento estão ligados entre si, mantendo relação de causa-efeito. O subdesenvolvimento é necessário ao desenvolvimento. Os países subdesenvolvidos garantem a existência dos países desenvolvidos". (...) Segundo "que o desenvolvimento possui aspectos altamente espoliativos e dominadores, ainda que habilidosamente camuflados pela ideologia dominante" (Rossa, 1988, p. 8-9). Esse processo crítico foi gerando uma consciência das injustiças sociais provocadas pelo capitalismo e conseqüentemente movimentos libertários. Na Igreja Católica, como vimos, foram importantes a ação da JUC, do MEB e outras experiências. A Revolução Cubana, a teoria da dependência e estudos do capitalismo periférico foram importantes para o

crescimento do movimento popular na perspectiva da transformação das estruturas. Nesse período, tivemos também uma reflexão mais crítica sobre o processo de desenvolvimento expressa em documentos do CELAM e depois na *Populorum Progressio* de Paulo VI. Na reflexão e análise das diferentes experiências, tornou-se claro que a educação na AL estava desvinculada da realidade, das necessidades do povo, servindo à classe dominante e aos interesses capitalistas. Setores do laicato não aceitam mais uma educação que tenha como função apenas integrar os educandos na sociedade capitalista; evidencia-se a urgência de uma educação em vista da criação de um projeto político a serviço das massas marginalizadas, da transformação social, criando uma cultura da libertação. Essa educação nasceu "no mesmo terreno em que surgiram as CEBs, a Teologia da Libertação, a pastoral engajada". (Libânio, 1983, p. 17). Nasceu como instrumento, como mediação para construção de uma nova sociedade. Dentro dessa caminhada é que devemos entender a *Educação Libertadora*.

A concepção de Educação Libertadora em Medellín. Analisando o Documento sobre *Educação* produzido em Medellín podemos perceber a ligação entre "desenvolvimento integral e libertação". Para concretizar esse desenvolvimento, o documento apontou elementos da situação educacional: conteúdo abstrato e formalista, educação mais voltada para a transmissão, para a manutenção das estruturas, uniforme, passiva, voltada para o ter e para o mercado (Cf. 1970, 8,4). Diante dessa realidade apontou a educação libertadora como resposta.

Duas dimensões, que devem se articular, são colocadas como fundamentais nessa educação. Uma delas "uma educação que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento" (Medellín, 1970, 4,8), dá ênfase ao educando, centrado na pessoa, tem um caráter personalista. Essa dimensão, a mais fortemente explicitada no documento, foi assumida pelas escolas católicas e pela maioria da pastoral. A outra é a educação articulada com a dimensão social, com a transformação, com relação entre educação e sistema social e político. No documento podemos ler:

> A educação é efetivamente o meio-chave para libertar os povos de toda escravidão e fazê-los subir de 'condições de vida menos a condições mais humanas; e (...) a educação é maior garantia do desenvolvimento pessoal, e progresso social, já que, conduzida retamente, não só prepara os autores do desenvolvimento, mas também é a melhor dispensadora dos seus frutos, que são as conquistas culturais da humanidade, constituindo-se no elemento mais proveitoso da nação (Medellín, 1970, 4, 8 e 10).

Essa dimensão foi melhor desenvolvida depois na caminhada das CEBs e da Teologia da Libertação.

A Educação Libertadora assumida pelo episcopado latinoamericano, como apresentamos, nasceu na prática do movimento popular, principalmente na realidade no Brasil. Nessa

prática era forte a crítica que se fazia a respeito da educação como estava organizada. Os Bispos, como pastores, percebiam também essa realidade e a exprimem sem rodeios no Documento.

A Conferência de Medellín apontou como caminho para enfrentamento da situação vivida pelos povos da AL, o da educação libertadora e não o enfrentamento pela luta armada: "o meio-chave para libertar os povos de toda a escravidão..." (1970, 4,8).

Para realizar-se como mediação no processo de libertação, algumas características são necessárias:

1. ser **criadora**, contribuindo para "antecipar o novo tipo de sociedade que buscamos na América Latina";

2. ser **aberta ao diálogo**, "enriquecer-se com os valores que a juventude percebe e descobre e promover a compreensão dos jovens entre si e com os adultos;

3. valorização das **realidades locais e respeito ao pluralismo**, "a educação dever afirmar (...) as particularidades locais e nacionais e integrá-las na unidade pluralista do Continente e do mundo";

4. **transformadora**, capacitando "as novas gerações para a transformação permanente e orgânica que o desenvolvimento supõe" e desvinculando-se dos projetos das classes dominantes;

5. voltada para a **consciência crítica** e não para a mera transmissão, ampliando a consciência das injustiças, através da conscientização.

Após Medellín a Educação Libertadora foi se desenvolvendo e fazendo-se presente na caminhada da Igreja da AL, apesar da ditadura militar presente no país e em outros lugares da AL, sua mensagem foi sendo disseminada e assumida pelas Igrejas Particulares, pelas escolas católicas, através da AEC e explicitamente pelas CEBs. A respeito da relação Educação Libertadora e CEBs, Libânio afirma:

> a educação acontecia nas CEBs através da reflexão bíblica e, das práticas libertadoras, foi explicitando o alcance e a formação de uma educação libertadora no horizonte da libertação. Quando, porém esse trabalho educativo das CEBs aparecer com maior clareza para a consciência eclesial, depois sobretudo dos primeiros Encontros intereclesiais (1975/6), o conceito de Educação Libertadora receberá novo impulso (1983, p. 30).

As CEBs foram criando, na década de 70, uma nova forma da educação acontecer: *a nova práxis educacional da Igreja*, conforme pesquisa realizada por Bruno Pucci, sendo esse também o título de seu livro, no qual apresenta seu pensamento. Na primeira metade dos anos 80, a PUCSP realizou um seminário sobre *a educação popular nas comunidades eclesiais de base*.

No início dos anos 70, uma pastoral libertadora, que se manifestará na inserção da Igreja, dos cristãos, nos mais diferentes desafios de nossa realidade social, política e econômica, foi sendo implementada, tendo em vista que a corrente progressista da Igreja Católica passou a ter a hegemonia na CNBB. Essa pastoral foi reforçada com a *opção preferencial pelos pobres* feita por Puebla (1979).

Para o desenvolvimento dessa educação foi fundamental a contribuição de Paulo Freire que continuou aprofundando seu pensamento e o experimentando em vários lugares, durante seu exílio. Logo após Medellín, foi publicada a *Pedagogia do Oprimido*, uma de suas obras-chaves, como assinalamos acima. Outro elemento-chave foi o desenvolvimento da Teologia da Libertação[11], já presente em Medellín, e os esforços empreendidos para sua difusão popular. Esta teologia foi elaborada com base na realidade da AL, buscando-se encontrar o verdadeiro compromisso e prática de libertação dos oprimidos. Segundo Galilea, um das tarefas mais importantes e urgentes da teologia do continente: "a reflexão teológica sobre o sentido do compromisso da Igreja e seus cristãos na justiça, na defesa da dignidade humana, na libertação dos pobres e oprimidos, em ordem à evangelização" (p.14). É o que também afirma Leonardo Boff: "Não se trata apenas de refletir sobre um tema a mais daqueles muitos do calendário teológico, o tema da libertação. Trata-se de pensar a totalidade do conteúdo da fé e do Evangelho a partir de uma prática de libertação e de uma opção pelos pobres contra a pobreza" (1984, 88). A teologia da libertação se desenvolveu no Brasil, tendo aqui vários de seus maiores representantes. No seu início foi fortemente influenciada pelas ciências sociais; nos anos 70, no fazer-se da teologia da libertação, passou a considerar a importância dos movimentos populares e as CEBs considerada como um novo lugar teológico e nos anos seguintes tornam presentes a expressões igreja dos pobres, igreja popular, igreja que nasce do povo, enfatizando que o povo é portador da sua próporia libertação. O que importa dentro deste contexto é salientar que no realizar-se de uma educação libertadora, a Teologia da Libertação se constituiu num elemento chave. Também articulada nesse conjunto está o surgimento da uma *filosofia da libertação*, cujo expoente maior é Enrique Dussel. Na sua pesquisa, tendo como referência a cultura popular, encontra fontes de resistência contra a dominação e defende uma "educação contra a dominação e pela libertação".

Na década de 80, tivemos na pastoral do Brasil um grande impacto da Conferência de Puebla. Apesar de seus avanços e recuos, em nosso país se fez uma leitura que reforça a

[11] Neste momento queremos apenas registrar a contribuição da Teologia da Libertação sem explicitá-la.

caminhada que vinha sendo feita. Puebla foi muito mais popular que Medellín. Dias após o seu término, as comunidades, os agentes já estavam com o texto em mãos. Incorpora-se no discurso oficial e nas práticas de muitas Igrejas Particulares a opção pelos pobres. Puebla fala de *Educação Evangelizadora*, porém essa terminologia não teve muita recepção, dada sua conotação conservadora, contudo "afirma com vigor o conteúdo e a prática da Educação Liberdadora e para a Justiça no seu mais genuíno sentido" (Libânio, 1983, p. 93).

A prática da Pastoral da Educação, de outras pastorais, das Equipes Docentes (movimento de cristãos voltados para a escola pública), das CEBs de vários organismos, como CRL, CNL vem contribuindo para ampliar a reflexão e a prática de uma educação libertadora na Igreja e na sociedade e de certa forma contribuindo para que os bispos ampliem sua visão, como pode-se ver no documento *Educação, Igreja e sociedade*, que de 1990 a 1992 foi sendo discutido e elaborado. Faz uma reflexão sobre educação mais abrangente que a escola católica; aborda a realidade da escola pública e reconhece a presença e atuação de muitos cristãos nesse espaço, dos cursos noturnos, da formação dos educadores, da educação popular e outros.

E a educação libertadora na Diocese de Lins? Neste momento procuraremos articular a prática formativa na diocese de Lins, com seus objetivos, caminhos e desafios, que analisamos no capítulo 5, com os elementos principais da *Educação Libertadora* conforme Medellín e Paulo Freire, acima apresentados.

A partir de 1964/65 teve início um processo amplo de formação, buscando concretizar o proposto pelo Vaticano II e Medellín e, mais tarde, por Puebla. Uma formação procurando atingir os adultos. Para realizar esse trabalho foram feitos até por volta de 1969 inúmeros cursos e encontros de "renovação, de teologia conciliar", buscando uma mudança de mentalidade. O que queria era claro, mas o como, foi-se descobrindo no fazer e com a contribuição de outras experiências. Nessa primeira fase, a ênfase foi numa educação personalista, tendo influência, entre outros, do pensamento de Emanuel Mounier. Essa dimensão personalista não significou uma preocupação com a realidade. A ditadura militar, com sua repressão, também sentida na região, a busca de mudanças, de renovação e prática desenvolvida junto ao povo, foram aos poucos levando à passagem de uma educação voltada para a promoção humana, para uma educação transformadora, libertadora. Educação que contribuísse para que cristão na noroeste do Estado de São Paulo, na sua maneira de ser, incorporasse o compromisso transformador. Educação que não terá com elemento chave a escola católica, mas a própria Igreja Particular, com seus organismos que foram sendo criados

gradativamente. Para esse trabalho, os cristãos lançaram mão de uma pedagogia adequada, consoante com essa nova prática, com uma nova eclesiologia que estava sendo construída na caminhada diocesana, uma *Pedagogia Libertadora* como indicou Medellín e tendo como base as propostas pedagógicas de Paulo Freire. A passagem de uma educação moderna para uma solidária, libertadora foi conflituosa, pois não implica apenas uma mudança de mentalidade, exige uma mudança de lugar social. Exige que a ótica de ver e ler o evangelho seja a partir dos pobres,

> ouvindo seu clamor em solidariedade com as aspirações da maioria. É ver o mundo a partir de baixo, renunciar a uma posição de privilégio, de superioridade, e aceitar que ao pobre foi revelado o mistério do Reino (Mt 11,25). É mudar de interlocutor, de sensibilidade, de ótica. Para muitos pode significar uma profunda ruptura. Em todo caso, exige conversão. (Codina, 1988, p. 60).

Mesmo com os conflitos, a busca de uma educação e de uma prática libertadora prosseguiu, tornando-se uma educação popular, a serviço das classes populares. No conjunto, muitos catequistas, animadores de comunidades, membros das pastorais e outros foram assumindo "a linha da diocese". Ao referir-se à "linha da diocese", cobrada e defendida nas reuniões e encontros, sempre se entendeu tratar-se da ligação fé e realidade social, da opção pelos mais pobres. A partir da segunda metade dos anos 80 há um certo equilíbrio entre as concepções modernas e libertadora, às vezes pesando mais a primeira. Durante cerca de 20 anos a perspectiva libertadora foi hegemônica no discurso, na prática da coordenação diocesana, das comunidades, da catequese, da juventude, de uma parte do presbitério, dos bispos e outros setores.

A educação perpassa nossas vidas; como participamos de grupos diferentes, e realidades diversas, podemos falar em "educações", conforme Brandão (1981). Uma dessas "educações" e que cria o ser humano, é a que perpassa o universo religioso, as instituições, como as Igrejas. A educação "ajuda a pensar tipos de homens. Mais que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para os outros o saber que os constitui e legitima" (Brandão, 1981, p. 11). E ao "criá-los" deve respeitar sua vocação de ser sujeito, como falam Medellín e Freire. Uma educação que ajude o homem a ter uma consciência crítica da realidade, a ser um problematizador da sua circunstância, transformando-a. Segundo Luckesi "A educação é um típico 'que fazer' humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida" (1991, p. 30). Nesse sentido, o processo formativo na Diocese de Lins, do que percebemos, colocou-se como um meio para concretizar essa educação, buscando tornar os fiéis cristãos conhecedores do projeto de Jesus Cristo, da doutrina da Igreja, da caminhada e da realidade do povo noroestino e

latinoamericano, sendo evangelizados e evangelizadores, comprometidos com a transformação social e, conseqüentemente, com a construção do Reino de Deus. O seguimento de Jesus Cristo, a conversão e o testemunho constituem-se elementos básicos na formação cristã.

No final da década de 70, a Igreja diocesana expressou como objetivo geral do trabalho pastoral "Anunciar a força libertadora do Evangelho, a todas as pessoas, com opção preferencial pelos pobres e jovens, para construir uma sociedade justa e fraterna"; esse também passou a ser, a longo prazo, o objetivo do processo formativo. Para realizar esse objetivo detectamos alguns princípios na medida em que analisavámos a prática desenvolvida e os principais documentos dos diferentes organismos. Esses princípios norteadores do conjunto da pastoral diocesana, foram: renovação e planejamento, relação Igreja/mundo, dimensão comunitária, a opção pelos pobres, a libertação, a participação e uma pedagogia libertadora. Os principais elementos desses princípios já foram explicitados anteriormente; desejamos apenas acrescentar que em sua base está a busca permanente das pessoas individual e coletivamente, se tornarem sujeitos da sua educação e de seu agir. A construção desse processo formativo se fez em mutirão, colegiadamente.

Na análise que fizemos, ficou evidente que a educação na Diocese, apontada em Medellín e assumida pela Igreja do Brasil, se fez presente na formação dos leigos, através dos seus bispos de 1964—1990, dos seus orgãos de direção e de serviço e do ITEL. Essa formação se fez:

- criadora: manifestou sua criatividade na produção de instrumentos necessários, na definição de conteúdos, na adaptação à região, na produção de material, na maneira de envolvimento dos participantes.

- aberta ao diálogo: aos poucos aprendeu-se, com a prática e com Freire, que o diálogo é um elemento constitutivo dessa educação. Diálogo questionador, problematizador, comunicação, numa relação de sujeito na busca do conhecimento. Isso podemos constatar nas novenas, nos subsídios, nos procedimentos dos diferentes cursos, no processo de planejamento e no interior das diferentes coordenações.

- valorizando a realidade local: a compreensão da realidade foi sempre buscada através de pesquisas e estudos feitos e de sua socialização. Relendo os dois capítulos anteriores é possível com facilidade constatar essa dimensão. A realidade, do ponto de vista metodológico, se fez presente nos subsídios, nos cursos e encontros, nas Assembléias, nas grandes concentrações e celebrações congregando toda a diocese e outros. O importante foi o aprendizado de que sempre devemos partir da prática social.

- transformadora: esse horizonte envolveu todo o processo formativo. Aos poucos foi-se percebendo que essa dimensão deve traduzir-se e ser percebida no dia-a-dia. Essa prática, pela emergência e construção de uma consciência crítica, levou ao engajamento um bom número de cristãos, no sindicato, na política, nos assentamentos, nas escolas e outras realidades.

- comunitária: a busca constante de que o trabalho sempre fosse feito em equipe e co-responsavelmente assumido.

Essas características se fizeram na prática, na vida das pessoas, criando uma nova mentalidade, potencializando o processo de libertação. Por isso o lugar fundamental da formação era nas CEBs, nos grupo de jovens, de catequistas, de fé e política, enfim na base da Igreja diocesana. Essa formação era subsidiada com atividades nos níveis regionais e diocesano, através também de subsídios e assessores.

Quanto ao **conteúdo** dessa formação, resumimos o que já foi detalhadamente analisado no capítulo anterior: conhecimento da realidade do ponto de vista científico, a reflexão e o estudo da história do povo de Israel e de Jesus Cristo, a reflexão teológico-pastoral na ótica da Teologia da Libertação, os documentos da Igreja e da Doutrina Social da Igreja. Uma formação articulada com uma espiritualidade.

A **metodologia** utilizada, aqui entendida como método, caminho, para chegar a uma finalidade, um modo de abordar a realidade, tendo uma perspectiva de totalidade (Cf. Luckesi, 1991), utilizada foi a do Ver-Julgar-Agir, que analisaremos mais à frente neste capítulo. Com relação aos **procedimentos**[12] podemos salientar o uso de técnicas e recursos que possibilitassem a máxima participação de todos nos diferentes eventos; a realização da formação, trabalhando com diferentes níveis: o povo; os animadores, os coordenadores, as lideranças e os formadores (estes dois últimos presentes na paróquia, na região e em nível diocesano); a troca de experiências entre os grupos e comunidades e também com realidades de outras dioceses; o uso do canto, da música e das letras como instrumento de motivação, de denúncia e de expressão de compromisso na luta. Com relação aos **destinatários** da formação, podemos distinguir, de um lado, o povo com suas diversas categorias, e, do outro lado, os cristãos que possuem um ministério, um serviço específico dentro da comunidade eclesial e da sociedade. Podemos falar em níveis, também, a partir do tipo de intervenção.

---

[12] Conforme Luckesi, "são recursos imediatos de ação que utilizamos para cumprir um fim intermediário, tendo em vista um fim político abrangante" (1991, p. 153). No nosso caso, o fim intermediário é a realização de uma educação libertadora, tendo em vista a formação de cristãos comprometidos na transformação da realidade.

Utilizando-se de uma categorização feita por Duarte (1984), que analisou as CEBs de Vitória-ES, encontramos dois níveis: o pastoral e o político. O *nível pedagógico-pastoral* se refere à prática desenvolvida tendo em vista o trabalho eclesial, os encaminhamentos e decisões tomadas num coletivo, onde aos poucos os leigos vão sendo valorizados e conseguindo ser reconhecidos como adultos, discutindo e propondo formas novas para exercício do poder na Igreja. Na diocese de Lins, os instrumentos que encontramos foram a Assembléia Diocesana, o CDP, as coordenações dos movimentos, pastorais e organismos, com sua organização própria. Esses espaços tiveram um caráter pedagógico fundamental redundando numa prática mais colegiada. No *nível pedagógico-político*, a aprendizagem se faz no próprio grupo, comunidade, mas as pessoas são conscientizadas da necessidade de sua participação na política, nos movimentos populares, nos sindicatos e associações e outros espaços. A prática da inserção criará para as pessoas um novo espaço pedagógico. A comunidade eclesial deve estar atenta ao acompanhamento desses seu membros, evitando uma dicotomia de prática nos dois níveis. Em Lins, encontramos essa preocupação de levar os leigos à participação nessas instituições da sociedade civil e criar espaços internos de reflexão, não sem conflitos.

Para realizar essa educação libertadora, nos diferentes níveis, que **ferramentas** foram utilizadas? **Material escrito**: os textos da CF, do mês de maio, do mês da bíblia e missionário, do Natal, os folhetos *Todos Irmãos*, os manuais de catequese *Encontros de catequese nas comunidades*; material para o *Dia da Juventude*, as cartilhas sobre a política e os direitos humanos, sobre os acampamentos, os textos dos intereclesiais de CEBs, curso Básico, inúmeros outros subsídios produzidos pela Editora Todos Irmãos, inclusive na linha de popularização de uma nova interpretação bíblica, da teologia da libertação e de Paulo Freire, as principais obras de Mesters, Brandão, Leonardo e Clodovis Boff, Beozzo, Benedeto Ferraro, Wanderley e outros; **atividades formativas** para grupos menores: reuniões de grupos, dos vários setores, círculos bíblicos, encontros regionais e diocesanos, cursos bíblicos, curso de teologia; **atividades de massa**: romarias, o Concílio de Jovens, Ano Missionário; **organizacional**: o ITEL, a Editora Todos Irmãos, livraria, os conselhos e coordenações, as assembléias diocesanas.

Com relação à assessoria: a Diocese contou com um corpo de assessores próprios, formado na caminhada e através de cursos e encontros fora da diocese, como já apontamos em outro lugar. Contou também com assessores de fora, inclusive com os maiores expoentes da Teologia da Libertação e da área bíblica. Nessa tarefa também contou-se com o ITEL.

Na caminhada pastoral, apesar de clara sua direção, houve conflitos, impasses e

desafios. Registremos alguns. Os subsídios, os materiais produzidos: o de catequese, as novenas, os folhetos Todos Irmãos e outros foram fonte de reações e de conflitos, por conta de seu conteúdo crítico e questionador com relação à vida, à situação do povo, por falar do pobre. A organização da pastoral em comunidades enfrentou reações de vários setores. Nos encontros e reflexões, uma realidade conflitiva era o pobre: pobre de espírito, quem é o pobre, etc. Do ponto institucional houve permanentes atritos entre setores do clero e os leigos que participavam dos encontros, assembléias e cursos. As reações, de maneira geral, vinham da elite, como os fazendeiros e pecuaristas, os usineiros, os empresários, por exemplo, os da indústria de calçados e das classes médias, estas mais participantes da vida eclesial, dos movimentos mais conservadores e setores do presbitério. Esses conflitos variam de intensidade e de forma de 1964 a 1990. Na base desse conflito está o modelo de igreja e de sociedade, dos que querem manter seus privilégios e não aceitam um processo de transformação social. Neste aspecto inclui-se também o poder eclesiástico. Muitas vezes o confronto em algumas paróquias é sempre com o padre, que vê seu poder ameaçado, quando os leigos organizados questionam algum elemento do trabalho pastoral ou de decisões, muitas vezes, tomadas arbitrariamente. Na base dessa realidade, estão, entre outros elementos, a garantia jurídica desse poder e o fato de que a formação presbiteral, na sua estrutura e seus objetivos, continua intocada, apesar de inúmeras práticas com projetos alternativos.

Alguns desafios: como articular e melhorar uma formação de iniciação, de aprofundamento e de especialização, tendo em vista os formadores; aprofundar uma formação específica para os que atuam em organismos na sociedade; articular a formação desenvolvida pelo ITEL e pelas diferentes coordenações; dar continuidade de formação para os monitores do Curso Bíblico; a elaborar um projeto pedagógico; coordenar as dificuldades próprias da organização da formação e os interesses dos diferentes grupos; como trabalhar levando em conta o pluralismo.

Analisaremos, em seguida, o Método ver-julgar-agir na formação dos leigos. Analisando o processo de formação na Diocese de Lins, do ponto de vista da sua metodologia, deparamo-nos com o método ver-julgar-agir. Este foi se impondo, no desenrolar da formação do laicato, desde a Ação Católica.

Essa proposta metodológica nasceu junto com a JOC, como instrumento permanente para revisão de vida. Por volta de 1924, o então Pe. Cardijn, apresentou uma proposta de trabalho apostólico junto aos operários, dando aos mesmos a responsabilidade de recristianizar o proletariado. Dada sua origem de família operária, constatava a ruptura entre os trabalhado-

res e a Igreja optando por um trabalho permanente junto a eles, a seu ambiente. A novidade que está na raiz dessa proposta é a inserção do jovem trabalhador em seu ambiente, para modificá-lo, integrando vida e apostolado, agindo comunitariamente e a partir dos fatos. Articulada a essa visão outro elemento se sobressai: o da formação. Esta também deve se dar no seu próprio ambiente, entendendo-a por formação na ação. Duas colunas são consideradas fundamentais no método da JOC: a formação comunitária e a consideração dos fatos: "juntos parte-se do concreto para voltar ao concreto" (Perani, 1974, p. 19). A formação comunitária se fazia nos Círculos de Estudos, onde a consideração dos fatos se dava pelo método da pesquisa, não de definições abstratas, mas de pesquisa da realidade. Nesse processo foi-se descobrindo a trilogia "ver-julgar-agir". A JOC e seu método foram aprovados pelo Papa Pio XI. (Cf. Perani, 1974).

Esse método foi depois sendo incorporado pelos movimentos da ACE, e por outras organizações de leigos; também no ambiente sacerdotal e religioso, através dos assistentes eclesiásticos da ACE.

A instituição, através de seus organismos e eventos oficiais, também deu sua chancela ao referido método. O Papa Pio XI, na sua Encíclica *Quadragesimo Anno*, reconhece essa forma de ação apostólica e, em outros documentos, fala explicitamente do método. O Papa João XXIII na *Mater et Magistra*, ao falar da formação dos leigos, quanto à Doutrina Social da Igreja, no nº 236, afirmou claramente que o caminho de seu estudo é o método em questão. Também foi explicitamente assumido no Concílio Vaticano II, no Documento *Apostolicam Actuositatem*, no número 29, de maneira implícita em várias outras partes. Segundo Perani, vários documentos conciliares salientam essa unidade fé e vida, a inserção nos diferentes ambientes, que estavam na origem da JOC e do seu método de revisão de vida. A Constituição *Gaudium et Spes* não explicitou em nenhum momento essa perspectiva metodológica, mas podemos constatá-la na forma de sua elaboração e na sua redação final, segundo estudos feitos por Cláudio Perani.

Na América Latina os documentos de Medellín e Puebla (Cf. Libânio, 1983, p. 93) foram elaborados dentro dessa perspectiva metodológica. No Brasil o método vem fazendo parte da caminhada das CEBs, das pastorais, de vários movimentos e dos organismos eclesiais como a CNBB.

Apresentamos as etapas do método tal como este vem sendo utilizado ultimamente, na Igreja do Brasil e sua percepção por diversos organismos e pensadores. O objetivo, o horizonte para os cristãos militantes na caminhada pastoral e na sua inserção na sociedade é a

"transformação radical das pessoas e da sociedade, ou seja, a conversão pessoal e coletiva, para que se realize o projeto de Deus numa sociedade igualitária, dentro das perspectivas evangélicas do Reino de Deus" (ACO, 1985, p. 12). Para melhor realizar esses objetivos é fundamental um agir, fruto de um processo amplo de reflexão e do conhecimento.

O Primeiro momento: o VER

Trata-se de partir da realidade, dos fatos, dos acontecimentos, das situações que afetam a vida do povo, de uma determinada categoria, dos problemas, desafios, de ações realizadas e perceber a presença de Deus. A realidade não é apenas aquilo que vemos; os fatos precisam ser trabalhados, buscando entender as causas do tema em discussão, distinguindo as causas aparentes, as imediatas, as secundárias e a principal e vendo as conseqüências. Ir às causas exige descobrir, no entender da PU "o contexto social, econômico e político, as implicações próximas e distantes e os valores e contra-valores" (Corcione, (1981?), p. 5). Numa perspectiva dialética, trata-se de partir da prática social e histórica, concreta e significativa, vivenciada pelos membros de um determinado grupo, de uma pastoral, conforme salienta a Pastoral Operária. O Ver feito coletivamente - este é um dos princípios básicos para a prática do método - possibilita uma ampliação da análise, percebendo vários aspectos, sob diversos ângulos; o interesse coletivo é que determina o ver; motiva a ação transformadora; ajuda a apreender e perceber a realidade a partir do lugar do pobre e não da classe dominante; a explicitar a necessidade de aprofundamento de determinados temas e a descobrir as pessoas envolvidas no processo de transformação, os companheiros e companheiras de luta (Cf. Boran, 1985 e ACO, 1985). A ACO, levando em conta sua prática, a busca da transformação social, propõe que os três momentos do método sejam feitos pela "análise pelos quatro lados", que são o lado (a base) econômico, o lado político, o lado social e o lado ideológico, incluindo nesses critérios a dimensão da fé. O VER implica conhecer, analisar os acontecimentos da vida, pelos quatro lados e também VER, como Jesus vê os fatos e os acontecimentos. Para isso é importante uma vivência e um conhecimento da Palavra de Deus (Cf. ACO, 1985). A Pastoral Operária, ao tratar a questão do método, apresenta a trilogia *prática-Teoria-Prática (p-T-P - Ver, Julgar e Agir)*. A **prática** (o Ver), com letra minúscula, é a experiência, o conhecimento que possuem os membros do grupo e colocam em comum no momento de analisar um determinado fato ou assunto. (Cf. CPO, 1987).

Nem sempre é possível VER determinado acontecimento, tema, em toda a

profundidade numa reunião normal de revisão de vida, outros momentos se fazem necessários, como encontros, seminários, cursos, pesquisas, leituras, etc. A realidade é contraditória, precisa ser analisada globalmente, na sua totalidade. Os autores que pesquisamos e que abordam a questão do método, enfatizam a importância da ciência nesse momento. Referindo-se a essa contribuição, Wanderley, afirma:

> ajuda a conhecer melhor e em maior profundidade, e a cada dia desvela novos segredos da natureza, compreende novos aspectos das relações sociais e por outro lado aperfeiçoa os próprios métodos e instrumentos de conhecimento. Assim, é preciso que os setores populares adquiram esse conhecimento científico da realidade ou que ele possa estar a seu serviço. Uma maneira útil, já em uso, é a deles aprenderem as *técnicas de pesquisa* (grupos e movimentos têm elaborado levantamentos e participado de investigações, qualificando muito o seu ver). Um ponto importante está em saber *rever e avaliar* o que foi visto e feito, aproveitando-se dos erros e dos acertos, das derrotas e das vitórias (1990, p. 144 - os destaques gráficos são do autor).

O segundo momento: o JULGAR.

Este momento implica um julgamento, uma análise mais aprofundada da realidade, da prática, a partir da consciência cristã, numa ótica libertadora. Para realizar o JULGAR são imprescindíveis a contribuição das ciências humanas, da teologia, dos documentos da Igreja e, de maneira especial, da Palavra de Deus, para o confronto com a realidade analisada no VER. Segundo Wanderley, dadas as contradições existentes na realidade, os diversos interesses em jogo, se faz necessária uma análise mais aprofundada. "Trata-se de sair do senso comum, da chamada consciência ingênua, da alienação, para a *consciência crítica*. Esse processo é conhecido por *processo de conscientização*. Na teoria das classes sociais, diz-se de como conseguir obter a *consciência de classe*" (1990, p. 144, os destaques gráficos são do autor). Uma análise que permita "uma consciência da totalidade da realidade social". Essa forma de tratamento é assumida pelas outras pessoas e organismos aqui apresentados. É o caso da PO, que ao JULGAR, dá o nome de TEORIA. Para realizar essa etapa, a PO propõe três momentos: primeiro, preparando o material recolhido para ser estudado: ordenamento, a partir de determinados critérios, do material recolhido no VER, trazido da prática. O segundo momento, estudando o caso (Teoria),

> é a hora de estudarmos os dados obtidos no levantamento do caso, à luz da nossa experiência e do conhecimento universal acumulado. É hora de julgar, decompor o caso que estamos estudando em seus diversos componentes: os atores envolvidos, seus interesses, necessidades, desejos, comportamentos, os problemas e as contradições entre eles, etc (CPO, 1987, p. 64).

O terceiro momento, síntese do estudo feito (teorização do caso, da prática), momento de

"recompor os componentes do caso para ter uma visão global do caso, recolocá-lo no seu contexto e, assim, confirmar ou redefinir nossos objetivos e atitudes" (CPO, 1987, 65). A PU, segundo Corcione, realiza o JULGAR em dois momentos, num primeiro "se dá um confronto entre os fatos, as situações ou ações". Para esse confronto alguns critérios são apontados:

> a prática de Jesus Libertador; os documentos da Igreja; a memória e opções da PU (ou de qualquer outro organismo, que faça uso desses critérios); a 'utopia' de uma sociedade nova, construída por todos e para todos, o compromisso pessoal e comunitário dos universitários cristãos (ou outros cristãos) com a luta de libertação (Corcione, (1981?), p. 7).

E o segundo momento é o do

> reconhecimento do apelo que Deus vivo lança. É também o momento de apropriação do fato (situação ou ação) numa perspectiva de classe, pois este é um dos maiores desafios da Revisão de Vida: olhar, analisar e enfrentar toda a realidade a partir do ponto de vista, da situação e das necessidades dos mais pobres, oprimidos e explorados (Corcione, (1981?), p. 7-8).

Para Boran, este momento do método, é o da análise do que foi colhido no VER "à luz cristã do mundo". (...)"A Palavra de Deus relê, reinterpreta os fatos sob nova luz" e "nossa opção na hora de 'JULGAR' deve ser feita à luz de uma teologia da libertação" (1985, p. 75 e 84). Na prática desenvolvida pela ACO, muitos dos elementos acima colocados estão presentes. O JULGAR é o momento de avaliar o fato, a situação; é comparar a realidade com o projeto de uma nova sociedade, os meios para realizá-lo; verificar quais as propostas do povo, dos trabalhadores, das lideranças, comparando-as. Analisar todos esses elementos "pelos quatro lados". Este momento contribui também para despertar uma consciência de classe. O JULGAR "é comparar as propostas que nascem da luta com as propostas de Jesus Cristo" (ACO, 1995, p. 50).

O terceiro momento : o AGIR.

A análise da realidade deve levar a um compromisso, a uma mudança de comportamento, de mentalidade e uma ação coletiva e transformadora. Nesse momento, busca-se definir uma ação possível dentro da consciência e condições do grupo e da realidade, buscando também elementos que possam ajudar avançar na ação. Para Wanderley,

> é preciso conhecer a correlação de forças, as possibilidades reais, as experiências mais avançadas de outros povos e grupos, evitar o voluntarismo e o espontaneísmo, utilizar boas estratégias e táticas (planejar etapas e meios), saber atuar coletivamente, valorizar cada passo dado, somar forças, explicitar um projeto histórico (1990, p. 145).

Para a PO "É hora de voltar para nosso feijão com arroz: **Prática**. Agir na PO, no sindicato, na comunidade, no trabalho e em tantas outras realidades. Essa **Prática** está num estágio

diferente da primeira, "foi enriquecida com o nosso estudo" (CPO, 1987, p. 66). Para Corcione, AGIR (ou TRANSFORMAR e LIBERTAR) "É o momento em que a fé se corporifica na ação. Aí a fé se torna práxis, a reflexão se torna vida, a vida se torna militância" (1981?, p. 9). Boran, ao falar do AGIR, também salienta seu caráter transformador. Para realizar essa tarefa é necessário um processo de planejamento a curto, médio e longo prazos. Para a ACO o AGIR é

> uma ação concreta do militante para solucionar as necessidades básicas das pessoas e do povo trabalhador. AGIR é um compromisso de cada um, dentro da realidade do dia-a-dia, em cima dos problemas do bairro, do trabalho, da família, do partido... AGIR é compromisso de LUTA que nos leva a uma ação JUNTO com OUTRAS PESSOAS. AGIR é um engajamento que nos leva: a nos ORGANIZAR como trabalhadores, a ENFRENTAR as ESTRUTURAS de injustiça e opressão, e a ENTRAR em associações de trabalhadores, sindicatos, partidos, movimentos populares... (ACO, 1985, p. 112).

Para planejar o AGIR é preciso levar em conta a análise dos 4 lados e também o AGIR de Jesus.

O que dizem os autores, as entidades a respeito do método?

A Ação Católica Operária-ACO, que publicou a obra *Revisão de vida: conhecer para transformar - ver-julgar-agir* pelos 4 lados, o fez na linha da formação de seus militantes. Segundo a equipe que a preparou foram dois anos de pesquisa, entrevistas e seminários com os militantes que "praticam a chamada Revisão de Vida Operária - RVO - nas suas respectivas equipes de base". Dizem que o método é bem antigo e simples. Dizem que no Brasil hoje há novas experiências e que o método "evolui de acordo com o avanço: da classe operária; das ciências sociais; da caminhada da própria Igreja, que se faz mais presente nas lutas dos trabalhadores; e da nova maneira de descobrir e viver a Palavra de Deus" (1985, p. 10).

O Secretariado Nacional da Pastoral Operária produziu em 1987 um subsídio *Pastoral Operária como e para quê*. Um dos capítulos trata do método e afirma:

> A **Revisão da Vida Operária**, o uso da ferramenta **p-T-P (Ver-Julgar-Agir) é um momento privilegiado de formação** na Pastoral Operária. (...) um momento privilegiado de **teorização** precedido e sucedido pela ação (prática) da turma da Pastoral Operária (1987, p. 66 - os destaque são dos autores).

Para a Pastoral Universitária, "Optamos pelo método VER-JULGAR-AGIR, método dialético, onde ação e reflexão estão profundamente inter-relacionadas, acontecem simultaneamente e levam sempre a um compromisso maior". (Corcione, 1981?., p. 1).

Pe. Jorge Boran, por muitos anos assessor da Pastoral da Juventude, publicou um livro *O senso crítico e o método ver-julgar-agir*. O significado e importância do método e dessa obra, além de seu conteúdo, podem ser medidos pelo seu sucesso, estando em 1985 na 7° edi-

ção. O autor de maneira bastante didática e ilustrativa apresenta o desenvolvimento do método como instrumento fundamental de formação e o articula como processo de libertação e transformação social a partir de uma nova leitura teológica e bíblica.

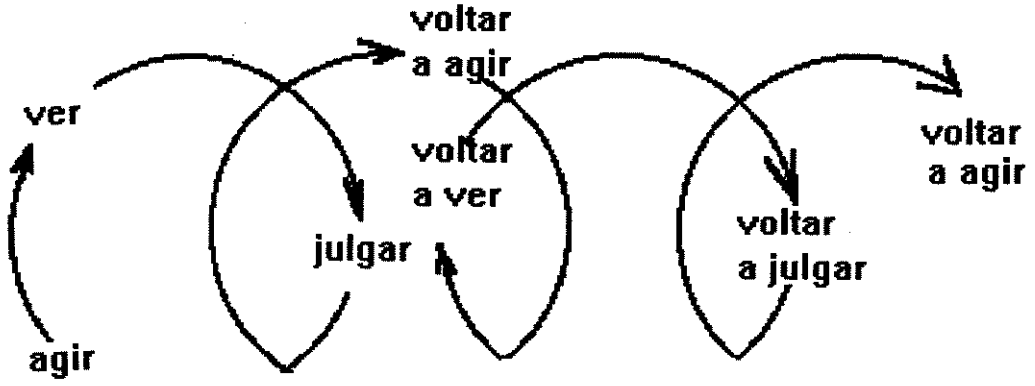
Luiz Eduardo Wanderley abordou a temática do método num artigo *Notas sobre educação popular* para o Curso de Verão, de 1991, do CESEP. Tratando da educação popular produzida pelos movimentos populares, pastorais populares e CEBs e mostrando a necessidade da teoria e da práxis ele diz: "para se conseguir essa visão teórica, o método simples, que é muito empregado na pastoral popular, é o conhecido ver-julgar-agir" (1990, p. 144). E apresenta como o mesmo funciona.

Em todo o processo de caminhada dos cristãos e desenvolvimento do método, alguns grupos vêm acrescentando outros momentos ou aspectos novos, como vimos acima. Alguns usam TRANSFORMAR, LIBERTAR no lugar do AGIR; outros acrescentam, após o AGIR, AVALIAR-CELEBRAR; outros ainda propõem a análise dos quatro lados. Vários subsídios são produzidos tendo como estrutura básica o método. Os documentos de Medellín, Puebla e os da CNBB foram escritos tendo como estrutura o método, bem como vários subsídios produzidos pelas diferentes pastorais e CEBs. Segundo Boran, a teologia da libertação adota o método em questão; afirma que a

> novidade da teologia da libertação é que ela começa com uma análise séria da realidade, e só depois ilumina essa realidade com os princípios da revelação cristã (o método VER-JULGAR-AGIR). Para isso, usa os métodos de análise e conclusões das ciências humanas: da sociologia, da economia, da política, da psicologia... A teologia não se faz dentro de um vácuo, ou dentro da sacristia, mas a partir da leitura "dos sinais dos tempos" como diz o Concílio Vaticano II. A teologia se faz a partir do real (1985, p. 85).

Retomando, o método VER-JULGAR-AGIR é um processo contínuo que pode ser representado graficamente.

Figura 7 - Representação do processo do método Ver-Julgar-Agir.



Algumas considerações. No decorrer de nosso trabalho mostramos o processo de mudanças que foi ocorrendo na Igreja e na realidade social, econômica, política e cultural, em particular no Brasil, e sua repercussão na vida, na organização e na formação dos leigos e, em conseqüência, na forma de tratamento dado ao método que estamos analisando.

Os católicos, no final do século passado e no começo deste, percebiam o mundo numa grande crise de decadência moral e dos costumes, decorrente da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo. Leão XIII marcou um posicionamento com relação à questão social e também apresentou os elementos básicos para uma nova cristandade. Os católicos foram conclamados para a tarefa de reconquistar os fiéis, de restauração dos costumes, de reforma social e de recristianização da sociedade. Trata-se de reconstruir, pois as bases fundamentais da sociedade eram inquestionáveis, haja vista todas as diretivas de obediência à autoridade e todas as afirmações referentes à harmonia entre as classes, restaurar a ordem querida por Deus. Dentro desse contexto é que nasceu a JOC e seu método de revisão de vida. A JOC e depois outros movimentos da AC pela sua prática e pela proposta do método travaram um contato permanente com a realidade social, mas nesse início, a reflexão e ação tinham um alcance limitado. A premissa maior, o critério de aferição[13] (Cf. Mannheim), era a doutrina católica, com seus princípios eternos e imutáveis e a premissa menor, a realidade. Dentro do método, o julgar tinha preponderância sobre o ver e sobre o agir. A intervenção na realidade não tinha o horizonte das causas estruturais e de sua transformação. A mudança fundamental deveria se dar no homem. Isto não quer dizer que a Igreja aos poucos não constrói suas propostas para mudar a sociedade, buscando reformá-la. Podemos perceber isso dentro da tendência do neotomismo progressista, do pensamento de Jacques Maritain, que diante de um mundo marcado pela mediocridade e pelo humanismo liberal-burguês, questionou o papel dos cristãos e propôs como saída o humanismo integral. Tratava de melhorar, humanizar o capitalismo. Mas, todas essas propostas deixam de lado, uma análise mais crítica da realidade, a própria postura de condenação intransigente ao comunismo, impediu por um muito tempo os cristãos se apropriaram de uma análise dialética da realidade. Podemos afirmar que nesse momento o método tem por base uma visão essencialista da realidade e do homem; uma essência universal e imutável que deve ser atualizada pela ação dos cristãos, conforme já apontamos anteriormente.

A Igreja, vivendo suas contradições e como instituição social sofrendo os impactos das

---

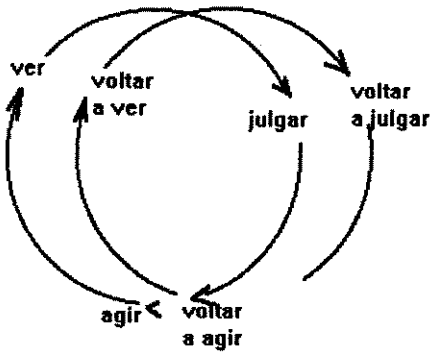
[13] Neste contexto, entendida conforme Mannheim, meio pelo qual "o curso dos acontecimentos concretos pode ser teoricamente avaliado" (1972, p. 243)

mudanças que foram ocorrendo no Brasil, foi gestando internamente mudanças a partir da própria AC e de sua ação na sociedade. A análise e o conhecimento da realidade, o projeto de uma nova sociedade articulada com a Palavra de Deus foram se constituindo como critérios para o engajamento dos cristãos. E o método VER-JULGAR-AGIR foi se modificando com esse processo, passando de uma lógica formal para uma lógica dialética. No dizer de Frei Betto, o

> método não funciona de modo linear, como se cada momento estivesse separado do outro ou em sequência estanques que provocariam, na sucessão de reuniões, uma espécie de eterno retorno ao ver-julgar-agir. O método funciona, na prática, de modo dialético. O ver já traz no seu bojo elementos para o julgar e exigências para o agir. Cada momento se interrelaciona com os demais. A avaliação do agir nas reuniões seguintes não é um recomeçar tudo de novo, mas a continuidade da ação, retomada sob a consciência crítica de suas falhas e erros e suas implicações pastorais (teológicas, bíblicas e políticas no sentido amplo) (1981, p. 31).

Portanto, o VER-JULGAR-AGIR são três tempos distintos, para facilitar a reflexão, mas não separados. Os três se interpenetram. O método é apresentado pela ACO da seguinte forma gráfica.

Figura 8 - Método Ver-Julgar-Agir - Interação dos três momentos.



Acreditamos que ao apresentar cada momento do método pudemos explicitar alguns dados que indicam o assumir da concepção dialética, buscando articular teoria/prática, na utilização dessa metodologia. Pudemos perceber que o processo de reflexão, de revisão, de vida, do processo educativo, do estudo, nasce da **prática social** dos militantes; que a teoria está em função do conhecimento científico da prática e da ação. O agir é critério do ver?

O método ver-julgar-agir se constitui em uma metodologia fundamental para uma parte significativa da Igreja. Na Diocese de Lins, como se fez presente? Podemos afirmar, pela pesquisa feita, que a preocupação, na maioria das atividades e cursos, foi partir da realidade, dos acontecimentos, dos problemas e dos desafios da região noroeste e como ser Igreja nesse contexto; a ligação entre Bíblia e a prática foi outra constante. Além dessa observação geral,

podemos situar atividades, eventos que de maneira explícita trabalharam como método.

As **Semanas de Estudos**, principalmente as primeiras, tiveram seus temas nascidos da prática pastoral e da necessidade de aprofundá-la. O Ver do tema escolhido tinha início no processo de preparação, através de um questionário ou de uma pequena pesquisa solicitada às comunidades e organismos. Pelo menos uma parte, os que tinham uma opção definida na linha da libertação, levavam a sério. Esse material e outros colocados pelos participantes se constituíam em referência para o aprofundamento. O maior tempo era dedicado ao estudo, ao aprofundamento da temática. No último dia havia um processo de planejamento, para discutir a continuidade e propostas de encaminhamentos. Estes dependiam para sua execução, por um lado, do compromisso dos participantes, e por outro, do acompanhamento do SEDAP.

As **novenas de Natal**, na sua maioria, tiveram como estrutura básica essa metodologia, partindo de fatos, acontecimentos, confrontados com a palavra de Deus e a proposta de um gesto concreto. Essa forma de realização da novena, além do caráter celebrativo, teve uma forte conotação pedagógica no nível de base, possibilitando a construção de uma maneira de ver a realidade, de articulá-la com a fé e de interferir no agir do cristão. Para esse processo, foi mais ou menos significativo dependendo da maneira como se fez a preparação dos animadores dos vários grupos.

A **catequese** procurou sempre trabalhar realidade e bíblia. No material produzido pela diocese, o método faz parte de sua estrutura como indicado claramente na introdução do volume nº 1: "é o método prático de formação na ação, que força o grupo cristão a sair do seu comodismo", (...) "faz com que surjam cristãos compromissados com a sociedade, com seus irmãos", (...) "desperta o senso crítico..." (1985, p. 15).

A **pastoral da juventude** na sua coordenação, sempre se utilizou dessa metodologia. A interrelação entre realidade, Jesus Cristo/Reino e engajamento foi um eixo permanente no processo de formação da pastoral da juventude. Várias vezes já nos referimos à utilização de pesquisas amplas para o conhecimento da realidade dos jovens na região e instrumento de planejamento, organizadas pela PJ. Essa metodologia se fez presente no Concílio de Jovens, que aconteceu na Diocese de Lins, em 1977. Pe. Boran, ao falar da eficácia do método como instrumento de formação na ação, referindo-se ao Concílio de Jovens, assim se expressou:

> (este) usou uma metodologia de 'formação na ação'. Os jovens que escolheram estudar o problema rural, por exemplo, em vez de ficar escutando palestras e fazendo trabalho de grupo, foram para a roça, cada manhã, com os 'bóias-frias' para 'puxar enxada'. Os jovens também se hospedaram nas casas dessa gente simples e comeram com eles. À noite se reuniam para rezar e refletir, à luz do Evangelho, sobre suas experiências. Em termos de conscientização, houve uma mudança radical na maneira de pensar dos jovens". (1985, p. 18).

Da atuação do ITEL destacamos: o Curso de Teologia (1978/80) e o Curso Básico. Com relação ao primeiro, apenas confirmamos o que está presente no capítulo anterior: o curso teve repercussão na vida das comunidades, dos participantes, por ligar a reflexão, a análise, a bíblia com a vida do dia-a-dia do povo, das comunidades. Nesse sentido, repetimos um pequeno depoimento do Sr. José:

> (...) Aquele curso despertou um conhecimento muito profundo da Bíblia. A gente às vezes não ligava a fé com a realidade. A gente acreditava, tinha fé, mas não sabia colocar em prática. Achava que era só rezar para Deus, que as coisas viriam lá de cima. A gente foi descobrindo que a fé precisa ir em busca da ação, na política, etc.

Com relação ao segundo, um dos encontros, da unidade *Como trabalhar com o povo*, foi sobre *Método VER - JULGAR - AGIR*. O objetivo do encontro é "conhecer o método Ver-Julgar-Agir e perceber sua importância no trabalho pastoral e de organização do povo" (ITEL, Curso Básico:5, p. 18). O texto do encontro apresenta um breve histórico do método, os elementos-chaves de cada um dos momentos. No final do texto ressalta-se que

> o método Ver-Julgar-Agir é um instrumento utilizado hoje pelas comunidades, grupos, movimentos e pastorais populares, mais eficiente para um verdadeiro processo de conscientização e uma ação transformadora da realidade. O método é a ferramenta que ajuda no trabalho. Sua aplicação possibilita bons resultados. (ITEL, Curso Básico: 5, p. 24).

Tendo em vista o caráter de formação na ação, o partir da prática e da realidade, os depoimentos, a leitura de documentos, relatórios e artigos, podemos afirmar que esse método foi relevante para a pastoral diocesana. Dos anos 60 à metade dos anos 80, a busca de conhecimento da realidade, de pesquisas, avaliação, além de provocar a urgente necessidade de estudo visando qualificar melhor a ação, ajudou a Igreja Diocesana a descentrar-se de si mesma, a abrir-se aos problemas e desafios da sociedade, vividos pelo povo. Esse descentrar-se impulsionou também uma revisão da leitura da Bíblia e a da vida interna da Igreja. Hoje a diocese vive uma situação de ambigüidade, correndo o risco de centrar-se novamente, para reafirmar o seu ser católico, face ao impacto das comunidades e das seitas.

A busca de uma prática libertadora se fez presente em várias Igrejas Particulares com a de Jales, de Vitória, de Goiás, de Campinas, de São Paulo, de Crateus, de Recife e de tantas outras. Fica o desafio de um estudo comparativo.

Concluindo, podemos dizer que no discurso e na prática, mesmo com dificuldades, a *Educação Libertadora* aconteceu. Seus princípios, orientações e instrumentos para a prática educativa foram encontrados na reflexão sobre educação feita pela Igreja, na prática e nas obras de Paulo Freire e de outros educadores que seguiram na mesma direção. Essa educação

possibilitou a muitos leigos e leigas, deixarem de ser "leigos" no seu sentido mais negativo e tornar-se cristãos adultos na Igreja e na sociedade, levando muitos, na diocese, a atuarem na sociedade. Os leigos, principalmente os que nesses anos passaram pelos Conselhos, pelas Coordenações, organismos e no ITEL foram partícipes na definição e construção da formação colocada a serviço do conjunto da diocese. Essa educação tem seu limite por se fazer dentro de uma sociedade capitalista e de uma instituição que também precisa ser mudada. Mesmo com esse limite, diríamos estrutural, uma educação libertadora tem seu lugar, se os cristãos quiserem viver a radicalidade do Evangelho. Essa educação traduz-se em várias concepções de educação e pedagogias. A concepção dialética da educação se fez presente na prática formativa de vários intelectuais responsáveis pela formação diocesana. É preciso acreditar "que o ato humano de educar existe tanto no trabalho pedagógico que ensina ... quanto no ato político que luta na rua ... para um outro tipo de mundo" (Brandão, 1981, p. 110).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração deste trabalho tivemos como horizonte refletir sobre a **PEDAGOGIA DA FORMAÇÃO DOS LEIGOS CATÓLICOS.** Chegamos ao seu final marcados, quem sabe, mais pela paixão do que pelo rigor da ciência, pelas perguntas do que pelas respostas, tendo em vista mais o agir, no desejo de fazer acontecer a utopia que sempre perseguimos. Alguns questionamentos e desafios entendidos como decisivos foram destacados. Nessas *Considerações Finais*, cabe retomá-los, de maneira breve, numa tentativa de apontar algumas proposições.

Percebemos no fazer-se da história que, a partir do século IV, o leigo foi se tornando um ser de segunda categoria, ocupando um lugar de mero figurante, no que tange a sua participação nas decisões na vida da Igreja, o que dificultou a compreensão de sua identidade, negando-lhe o assumir plenamente de sua vocação e missão. Percebemos, outrossim, que ao longo dessa mesma história, sempre houve críticas, resistências, enfrentamentos e práticas alternativas em relação ao lugar, identidade e participação dos leigos, que contribuíram para um processo de reflexão levando a um repensar da prática eclesial, gestando uma nova perspectiva eclesiológica, presente no Vaticano II. As sementes plantadas nesse conclave foram germinando na América Latina, em Medellín e Puebla, nas práticas de muitas Igrejas e na vida de muitos cristãos, porém necessitam de um processo de maturação e consolidação. Portanto, o aspecto da identidade do leigo, da sua situação dentro da Igreja, da vivência das relações no seu interior, enfim, a participação no poder, parece-nos central. Do ponto de vista da reflexão acumulada, em particular da teologia, dos documentos produzidos, podemos constatar avanços (apesar de recuos recentes) quanto à identidade, ao lugar do leigo na Igreja, sua participação e sua missão. Do ponto de vista da prática, também encontramos caminhos que podem ser refreados, mas que são irreversíveis, como as CEBs, as pastorais, a dimensão comunitária, formas de participação colegiada. Porém, do ponto de vista jurídico, embora o último Código de Direito Canônico tenha incorporado muito da contribuição e determinações do Concílio Vaticano II, a questão da participação dos leigos nas decisões não foi enfrentada, continuando a ter um caráter meramente consultivo, dependendo de cada bispo diocesano. Apesar das mudanças ocorridas, permanece o desafio da transformação da Igreja nas suas estruturas, deixando-se penetrar pelo projeto igualitário de Jesus. O desafio, portanto, é transformar esse poder em serviço e construir uma Igreja solidária e participativa. Para que haja uma efetiva participação e fidelidade à igualdade fundamental dos cristãos, advinda do batismo, respeitando os diversos carismas e serviços, transformações precisam acontecer na

estrutura da Igreja, levando a uma redifinição das funções do bispo, do padre e do leigo. Um caminho, já vivenciado em muitos lugares, é a participação conjunta dos três segmentos, em projetos eclesiais e de sua inserção na sociedade. Para enfrentar os questionamentos arrolados até aqui, faz-se necessária uma ação conjunta de todos os segmentos que desejam uma Igreja de Comunhão e Participação, para consolidar as mudanças já ocorridas, quanto a formas de exercício do poder, de vivências eclesiais e de presença efetiva na sociedade. Considerando a temática que abordamos em nossa pesquisa, importa realizar um vigoroso processo de informação, formação e organização, atingindo o maior número possível de leigos. Os cristãos leigos, em razão de seu batismo, estão chamados a participar na missão da Igreja, como homens e mulheres do mundo, como homens e mulheres da Igreja, trabalhando pela construção das comunidades humanas e participando na vida das comunidades eclesiais.

Apresentamos algumas observações com relação ao poder na Igreja por considerarmos vital para a caminhada e formação dos leigos, temática central deste trabalho. Pudemos constatar como a preocupação com relação à formação antes do Vaticano II esteve muito ligada a normas gerais aplicadas em todos os lugares, à figura do padre na paróquia, tendo um leigo meramente receptor e obediente. Mudanças ocorreram com a Ação Católica, onde o leigo tornou-se mais ativo e participante nesse processo. A Diocese ,como tal, não tinha um papel específico e criador nesse processo; com o Vaticano II, a Igreja Particular renasce e assume a formação como tarefa própria. Vários documentos foram reafirmando essa realidade. No Sínodo de 1987, os padres sinodais e os leigos observadores, enfatizaram a Igreja Particular como lugar privilegiado da formação. O Papa João Paulo II confirmou essa manifestação sinodal, afirmando que a formação dos leigos deve ser prioritária no processo pastoral de cada Diocese. Isso não significa que não consideramos importante a formação desenvolvida no interior das pastorais e dos movimentos. As pastorais, abarcando uma área específica, que extrapola a realidade de uma região, recebe dos níveis regional e nacional orientações e formação para seus membros, porém, pela sua natureza, estão inseridas (ou deveriam estar) nas Igrejas Particulares, onde atuam. Como exemplo, pudemos ver o trabalho da PJ na Diocese de Lins, profundamente ligado à realidade dos jovens da região e ao mesmo tempo afinado com a realidade e desafios do jovem no Brasil e a caminhada da pastoral nos outros níveis. As dificuldades maiores são com alguns movimentos que têm mais dificuldade de articularem-se com a pastoral diocesana. Além da problemática da inserção dos movimentos e outros organismos na vida diocesana, outro aspecto a enfrentar é a formação dos cristãos que estão inseridos na trama da sociedade, pois, de maneira geral a formação dos leigos está mais

ligada à vida interna da Igreja.

Os questionamentos que colocamos acima não podem deixar na penumbra toda caminhada que vem fazendo a Igreja no Brasil, em muitas dioceses, buscando criar uma pastoral profundamente comprometida com nossa realidade e com nosso povo, inclusive com o sangue de muitos mártires. Esse novo rosto da Igreja também repercutiu no campo da formação, realidade que fomos apresentando no decorrer do trabalho. Muitas Igrejas Particulares deram prioridade a uma formação de qualidade aos leigos, investindo em recursos humanos e financeiros, bem como criando instrumentos necessários.

Para melhor compreender a prática da Igreja, seus desafios e respostas realizamos um estudo da Diocese de Lins. Analisando sua história, sua presença na região noroeste e no desenrolar da formação dos leigos, pudemos perceber a riqueza de sua prática, a tentativa de concretizar uma nova forma de estruturar a Igreja, inclusive quanto ao exercício do poder, bem como suas dificuldades, constantes indagações e contradições. Constatamos, de 1964-1990, uma formação comunitária, envolvendo os leigos no seu processo de formação, utilizando-se do método ver-julgar-agir, motivando o engajamento social e político. Nesse construir dos seus acontecimentos pudemos constatar como essa Igreja Particular assumiu um processo que pudesse "permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo e estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história..." (Freire, 1974, p. 42).

Tendo em vista os desafios e questionamentos colocados no desenvolvimento deste trabalho e dos que foram retomados nestas CONSIDERAÇÕES FINAIS, achamos oportuno apontar, como instrumento de debate, alguns elementos para uma formação dos leigos:

A finalidade da formação como mediação é contribuir para que os leigos vivam seu cristianismo, podendo responder o que significa ser cristão hoje no Brasil, na América Latina. Para responder a essa pergunta, necessitamos nos indagar: ser cristão a partir de que lugar e de que época? Para pensar a formação queremos pensá-la a partir do nosso continente, pobre e cristão. Ser cristão é seguir a Jesus Cristo, encontrá-lo como pessoa, como Senhor, implica aceitar o seu projeto, ou seja, realizar o Reino de Deus, vivendo evangelicamente, estando inserido numa comunidade. Segundo Codina, seguir Jesus na AL hoje,

> "supõe uma mudança de *atitude*, a fé não pode continuar encobrindo uma situação de injustiça social; (...) atitude de *repúdio e denúncia* da injusta realidade latinoamericana; (...) *comprometer-se numa perspectiva de fé, para a mudança da realidade*, em todas esferas; (...) *solidarizar-se com os setores mais pobres* nesta luta; (...) *fazer parte de uma comunidade eclesial concreta* para viver e alimentar continuadamente todas essas exigências e (...) *lutar a favor do Deus da Vida*" (1988, p. 22-25).

Para que o cristianismo seja vivido dessa forma, é preciso que no processo de formação tenha como concepção de educação uma *Educação Libertadora*, conforme explicitamos em nosso trabalho e que seus **objetivos** sejam definidos com clareza. Eis alguns dos objetivos que poderão orientar o planejamento e organização da formação:

Criar condições para que os cristãos conheçam cada vez mais Jesus Cristo e seu projeto, e a realidade em que vivem.

Desenvolver uma consciência crítica para que os leigos descubram-se como sujeitos, qual sua missão e como realizar concretamente o seguimento de Jesus.

Contribuir para romper a dicotomia fé e vida, inserindo os leigos na sociedade para transformá-la.

Capacitar os leigos a refletirem sobre sua prática, questionando-a, sistematizando-a, tendo em vista a construção de uma nova sociedade.

Dar condições para atuação dos cristãos nas lutas da sociedade, visando transformá-la, gestando novas relações sociais e pessoais.

Possibilitar uma formação para que os leigos, como membros do Povo de Deus, tenham uma presença missionária e evangelizadora.

Criar condições para que os leigos sejam testemunhas e profetas, anunciadores da Ressureição e denunciadores das injustiças.

Para realizar esses objetivos, algumas **diretrizes** norteadoras da prática formativa são necessárias.

O processo de formação deve ser global e permanente, com múltiplas dimensões relacionadas entre si. A formação deve ser, ao mesmo tempo, humana, moral, intelectual e espiritual. O encontro com Jesus Cristo deveria possibilitar um intercâmbio fraterno entre os irmãos, o conhecimento das realidades atuais, o respeito aos outros, o diálogo ecumênico e a expressão.

Considerando que o cristão leigo deve ser sujeito do seu processo de desenvolvimento e da construção do seu saber em todos os níveis, os temas, os assuntos, os tipos de cursos devem nascer da prática vivenciada pelos cristãos de uma determinada realidade. É preciso levantar os temas geradores, conforme nos ensinou o mestre Paulo Freire. Nessa maneira de trabalhar, os assessores desempenham o papel de orientadores, onde a apropriação e elaboração do conhecimento se faz pelo sujeito participante do processo de formação. Num primeiro momento ajudando a definir os eixos principais, em seguida levando os participantes, num processo de aprofundamento, a ampliar os dados referentes ao tema discutido, podendo fazer intervenções, orientar leituras e estudos, quando necessário.

Os cursos, encontros, subsídios e outros instrumentos, além de estarem de acordo com a realidade dos leigos, devem articular-se com suas funções e tarefas. Aos poucos deve-se chegar a uma formação básica, comum a todos os cristãos, complementada com uma formação de acordo com o campo de atuação, de missão. Na linha da formação básica, podemos indicar algumas áreas prioritárias, como por exemplo a Bíblia, permitindo a cada um encontrar-se com Deus na pessoa de Jesus Cristo e descobrindo seu projeto; o conhecimento da realidade, da região, do país; estudo da história da Igreja, especialmente o projeto da Igreja Particular face à realidade em que vive e outros. Esses estudos devem ser comuns a todos os cristãos, ao bispo, ao padre e aos leigos. A formação específica, sem dicotomia com a formação básica, deve ser organizada para preparar os diferentes serviços da comunidade eclesial, sem perder de vista a realidade à qual faz parte. A formação também precisa dar conta do vasto campo de atuação dos leigos na sociedade, como: o mundo do trabalho urbano e rural, a área sindical, a política, a economia, a educação, a comunicação, as artes e tantos outros. Essa formação deve ajudar os cristãos a perceberem as relações entre sua fé e sua realidade. Para isso necessita de uma reflexão bíblica, teológica, sociológica, etc.

Ultimamente têm aumentado os cursos de teologia para leigos, repetindo-se, de maneira geral, o curso seminarístico. Sabemos que existem disciplinas que podem (e devem) ser comuns a todos os cristãos. Há outras que, tendo uma base comum, devem ter um enfoque, acentos diferenciados, tendo em vista as funções, os ministérios, a realidade em que se vive. Nesse sentido, é preciso aprofundar qual a especificidade, a finalidade de um curso de teologia para leigos. Os coordenadores e o corpo docente devem ter claro o papel, a identidade e missão dos leigos, para que possam contribuir para que a reflexão teológica esteja colada com a prática que eles realizam.

Todo processo de conhecimento exige uma metodologia. No caso da área educativa, formativa dos leigos, além de levar em conta o método próprio de cada área, faz-se necessárioa uma metodologia específica para essa tarefa. Tem sido utilizado o método ver-julgar-agir. A metodologia supõe também os procedimentos, as técnicas. Hoje existe um conjunto amplo de técnicas e instrumentos, vivenciados na educação popular, nas CEBs, nas pastorais e movimentos, nos inúmeros institutos e centros existentes em nosso país. As técnicas, embora tenham caráter pedagógico, devem ser assumidas como meio, não secundarizando o conteúdo a ser trabalhado. No sentido de caminho a ser percorrido, importa ressaltar que metodologicamente é importante envolver a comunidade no processo e que a formação não se reduza apenas a cursos e técnicas expositivas.

Nas Dioceses, para formação dos leigos, tendo em vista uma prática participativa e de decisões colegiadas, são fundamentais: equipes diocesanas de formação e um projeto formativo. A Equipe Diocesana de Formação é fundamental para que a atividade formativa não seja de responsabilidade apenas do coordenador diocesano de pastoral ou de um padre ou religiosa designados para tal. Os leigos devem ter representação significativa nas Equipes Diocesanas de Formação, além dos padres e religiosos. Como tarefas para essa equipe podemos salientar, entre outras: planejar e executar a formação dos leigos e articular todos os níveis e organismos de formação na diocese. No, futuro uma mesma equipe de leigos, padres e religiosos, deveria dar conta de toda a formação da diocese, inclusive a presbiteral. Para que se realizem os objetivos da formação é necessário um processo amplo de discussão, como vários órgãos de decisão da diocese, com os participantes do processo, resultando num projeto formativo orgânico, com definições claras dos objetivos, metas a curto, médio e longo prazos, os destinatários, os cursos e encontros nos vários níveis e áreas, os instrumentos, os assessores locais e externos, os custos e outros elementos. A formação pode organizar-se nos seguintes níveis: básico, de aprofundamento e de especialização. O nível básico, refere-se aos conhecimentos, aos valores e atidudes básicas que todo cristão deve adquirir. Neste sentido, são importantes as pequenas comunidades, os grupos das diferentes pastorais e movimentos, círculos bíblicos, os grupos de reflexão etc. O nível de aprofundamento, visa atingir todos os que desejarem aprofundar seus conhecimentos; neste tipo de formação encontram-se todas as atividades voltadas para os animadores, coordenadores, e os diversos tipos de liderança. O nível de de especialização, visa capacitar formadores.

Uma outra diretriz importante, e que de certa forma já abordamos, é a dimensão comunitária da formação. A comunidade é fundamental no processo de formação que estamos defendendo, ela é, ao mesmo tempo, formada e formadora. Quando de cursos, encontros e outras atividades em âmbito regional e diocesano, a comunidade deve participar da escolha das pessoas que participarão desses eventos, deve apoiá-las e criar condições para que possam socializar o saber que refletiram e aprenderam.

Na comunidade, os pequenos grupos envolvendo os diferentes serviços, os conselhos, grupos de base dos diferentes movimentos e pastorais são lugares privilegiados de formação. Os demais níveis, regional e diocesano, existem em função do nível básico deste e para potencializar a vida e ação desses grupos e pessoas.

Todos os cristãos leigos têm direito à formação que, embora diferente da formação dos sacerdotes, deve responder às necessidades e problemas específicos dos adultos relacionados às suas características pessoais e à realidade comum em que vivem. Esse processo deve orientar-se para todos os aspectos da pessoa: seu ser, suas ações, suas relações.

A formação dos leigos não pode estar desarticulada de uma espiritualidade, de uma mística e de uma vida sacramental.

Concluindo, queremos reafirmar a urgência e a necessidade de uma formação dos leigos que articule fé e o compromisso com a libertação e com a transformação pessoal e social, imbricadas. Uma educação libertadora, sempre presente e que vai procurando responder a novas indagações e desafios. Essa educação é permanente, uma vez que a construção de uma sociedade solidária deve ser a busca constante dos cristãos em qualquer época e conjuntura, pois como, aponta Brandão,

> é bem possível que até neste 'outro mundo', um reino de liberdade e igualdade (...), a educação continue sendo *movimento e ordem, sistema e contestação*. O saber que existe solto e a tentativa escolar de prendê-lo num tempo e num lugar. A necessidade de preservar na consciência dos 'imaturos' o que os 'mais velhos' consagraram e, ao mesmo tempo, o direito de sacudir e questionar tudo o que está consagrado, em nome do que vem pelo caminho (1981, p. 110).

Trilhando o caminho da busca da igualdade, da libertação, do movimento e da contestação, a formação dos leigos gerará homens e mulheres novos, construtores da nova sociedade, sendo capazes de dar razão a esperança, tornando-se "Amigos de Deus e profetas" (Sb 7, 27).

BIBLIOGRAFIA GERAL

A BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1981.

AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. *Revisão de vida*: conhecer para transformar : ver, julgar, agir pelos 4 lados. ACO: Rio de Janeiro: 1985.

AFONSO, Pedro. A formação do cristão leigo. *Cadernos do CNL-1*, São Paulo, v.1, p.16-19, 1987.

AGUIAR. Antonio Geraldo. *Serviço Social e Filosofia* : das origens a Araxá. 4.ed. São Paulo: Cortez, Piracicaba: UNIMEP, 1989.

_____. A filosofia no currículo de Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v.15, p.5-19. Ago, 1984.

_____. Os leigos no Sínodo: algumas observações. In: PINHEIRO, José Ernanne (Org.). *O Sínodo e os leigos*. São Paulo: Loyola, 1988. p.103-118.

_____. Sínodo sobre os leigos, sua caminhada no Brasil. In: PINHEIRO, José Ernanne, padre (Coord.). *Christifidelis Laici*: exortação apostólica pós-sinodal do Papa João Paulo II: comentários. Aparecida do Norte: Ed. Santuário, 1989, p.53-58.

_____. Leigos: dignidade e co-responsabilidade. *Revista Sem Fronteiras*, São Paulo, n.169, p.19-20, maio 1989.

_____. A presença dos leigos na caminhada recente da Igreja no Brasil. In: PINHEIRO, José Ernanne (Coord.). *Formação dos cristãos leigos*: experiência e reflexão. São Paulo: Paulinas, 1995.(Perspectivas pastorais, VI)

ALBERIGO, Giuseppe. O Povo de Deus na experiência de fé. *Concilium*: em favor da Igreja popular, Petrópolis, n.196: p.35-49, 1984/86.

ALBERTON, Valério, padre. *Carta Magna das Congregações Marianas* : Comemoração do 10° aniversário da Constituição Apostólica "Bis Saeculari". Rio de Janeiro: Estrela do Mar, 1958.

ALMEIDA, Antonio José. Hierarquia/Laicato: um binômio superado? In: PINHEIRO, José Ernanne, padre (Org.). *Os leigos na caminhada do Sínodo*. Aparecida do Norte: Ed. Santuário, 1987. p. 11-16.

ALMEIDA, Dalton Barros de, padre. Do poder da autoridade e da participação na Igreja e como Igreja. In: CNBB. *Leigos e participação na Igreja*: reflexão sobre a caminhada da Igreja no Brasil. São Paulo: CNBB, Paulinas, 1986. p.46-78. (Estudos da CNBB, 45).

ALTOÉ, Adailton. *Metodologia e método* : uma construção à pastoral da juventude. Belo Horizonte: ISJB - Salesianos, 1989.

ALVES, Mário Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AMADO, Wolmir. *A vocação, missão e organização dos leigos*. Goiânia: CNBB, CRL, 1980. (Mimeogr.).

ANTONIAZZI, Alberto, padre. Vocação e missão dos leigos : reflexões teológicas. In: CNBB. *Leigos e participação na Igreja*: reflexão sobre a caminhada da Igreja no Brasil. São Paulo: CNBB, Paulinas, 1986a. p.121-137. (Estudos da CNBB, 45).

_____. O que é o leigo? :teses para debate. In: PINHEIRO, José Ernanne, padre (Org). *Os leigos na Igreja e no mundo*. Aparecida do Norte: Ed. Santuário, 1986b. p.8-10.

_____. O que é o leigo : identidade e missão. In: PINHEIRO, José Ernanne, padre (Org). *Os leigos na caminhada do sínodo*. Aparecida do Norte: Ed. Santuário, 1987. p.4-11.

ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja Católica no Brasil:* um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARNS, Paulo Evaristo, cardeal. *O que é Igreja.* São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos).

ATA da primeira reunião da Equipe de Articulação de profissionais cristãos. Belo Horizonte, 1989. (Datilogr.).

AZZI, Riolando. Evangelização e presença junto ao povo: aspectos da história do Brasil. In: STUDIUM Theologicum. *Cadernos*: Religião e Catolicismo do Povo, Curitiba, n.6, p.39-72, 1977.

_____. A Igreja Católica no Brasil do período de 1950 a 1975. *Religião e Sociedade*, São Paulo, v.2 p.79-110, nov. 1977.

BENEDETTI, Luiz Roberto. *Templo, praça, coração*: a articulação do campo religioso católico. São Paulo, 1988. 530p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1988.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja na crise final do império: 1875-1888. In: CEHILA. *História da Igreja no Brasil*: ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1980. v.2 pt. 2.

_____. *Cristãos na universidade e na política.* Petrópolis: Vozes, 1984a.

_____. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a democratização. In: FAUSTO, Boris (Org). *O Brasil Republicano.* São Paulo: Difel, 1984b. p.271-341. (História Geral da Civilização Brasileira, 3).

_____. Igreja e Estado no Brasil. In: FLEURI, Reinaldo Matias. *Movimento popular, política e religião.* São Paulo: Loyola, 1985. p.41-63. (AEC do Brasil, 10).

_____. Medellín: vinte anos depois : 1968-1988. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v.48, n.192, p.771-805, dez 1988.

_____. O Concílio Vaticano II vinte anos depois: introdução. In: BEOZZO, José Oscar (Org.). *O Vaticano II e a Igreja Latino-Americana.* São Paulo: Paulinas, 1989a. p.5-16.

_____. História da Igreja Católica no Brasil. In: *CURSO de Verão :* III. São Paulo: Paulinas, 1989b. p.120-176. (Teologia Popular, III).

BINGEMER, Maria Clara Luchetti. Da Teologia do laicato à teologia do batismo : uma reflexão em vista do Sínodo de 1987. *Perspectiva*, n.19, p.29-48, 1987.

BOFF, Leonardo. *Do lugar do pobre.* Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. Leigos e Ministérios. In: *CURSO de Verão* : I. São Paulo: Paulinas, 1988. p.149-162. (Teologia Popular, I).

BOFF, Clodovis et al. *Cristãos:* como fazer política. Petrópolis: Vozes, 1987. (Fazer-Vozes/Ibase).

BOFF, Clodovis e BOFF, Leonardo. Igreja, Reino de Deus e CEBs. In: BEOZZO, José Oscar. *CURSO de verão:* II. São Paulo: Paulinas: CESEP, 1988. (Teologia Popular, II).

BORAN, Jorge. *Juventude o grande desafio.* 3.ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

_____. *O senso crítico e o método ver-julgar-agir* - para pequenos grupos de base. 7.ed. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. Pastoral da Juventude no Brasil hoje. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Catolicismo, educação e ciência.* São Paulo: Loyola, 1991. p.203-219.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros Passos: 95).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRITO, Ênio José da Costa. *O leigo cristão no mundo e na Igreja.* São Paulo: Loyola, 1980. (Fé e realidade).

BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição.* São Paulo: Loyola, 1979.

CALIMAN, Cleto. A identidade histórica da Igreja no Brasil nos últimos vinte anos. In: CNBB. *Leigos e participação no Brasil:* reflexões sobre da caminhada a Igreja no Brasil. São Paulo: CNBB, Paulinas, 1986. p.17-36. (Estudos da CNBB, 45).

_____. A formação dos leigos. In: PINHEIRO, José Ernanne, padre (Org). *Christifideles Laici* : exortação Pós-Sinodal do Papa João Paulo II : comentários. Aparecida do Norte: Ed. Santuário, 1989, p.47-52.

CANSI, Bernardo, frei, Evangelizar no meio pobre e com meios pobres. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v.44, n.174, p.373-380, jun. 1984.

CARDIJN, Joseph. *Leigos na linha de frente.* São Paulo: Paulinas, 1967.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia e desenvolvimento - Brasil:* JK e JQ. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARONE, Edgard. *A primeira república :* 1989-1930. 3.ed. Rio de Janeiro: Difel, 1976a.

_____. *A república nova :*1930-1937. 2.ed. São Paulo: Difel, 1976b.

_____. *O estado novo :*1937-1945. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHEIRA, M. P., monsenhor et al. *O Sínodo de 1974:* a evangelização no mundo de hoje : reflexões teológico-pastorais. São Paulo: Loyola, 1974.

CARVALHEIRA, Marcelo Pinto, Dom. Fundamentos eclesiológicos da organização dos Cristãos Leigos (Mimeogr.).

CELAM. *Presença ativa da Igreja no desenvolvimento e na integração da América Latina.* Petrópolis: Vozes, 1967. (Documentos CELAM, 1).

_____ *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio :* conclusões de Medellín. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____ *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina :* conclusões da Conferência de Puebla. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____ *Aportes para el sinodo 1987.* Bogotá: DELAI, CELAM, 1987.

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE. *Forjando um povo consciente*: a educação nas organizações populares. São Paulo: CEPIS, 1987.

CERIS. *A Igreja Católica no Brasil:* uma perspectiva sociológica. Rio de Janeiro, 1973. (Mimeogr.).

CHOOI, Teresa. Sobre a "Consulta Internacional", em Rocca di Papa. *L'Osservatore Romano*, Cidade do Vaticano, 11 out. 1987. p.5-6. (Edição semanal em português).

CNBB. *Plano de Pastoral de Conjunto* : 1966-1970. Rio de Janeiro: Livraria Dom Bosco Ed., 1966.

_____. *Leigos na XI Assembléia.* Brasília: CNBB, SNALE, 1970.

_____. *Igreja e política :* subsídios teológicos. São Paulo: CNBB, Paulinas, 1974. (Estudos da CNBB, 2).

_____. *Pastoral social.* São Paulo: CNBB, Paulinas, 1976. (Estudos da CNBB, 10).

_____. *Catequese renovada :* orientações e conteúdo. São Paulo: Paulinas, 1983. (Documentos da CNBB, 26).

_____ *8º plano bienal dos organismos nacionais.* São Paulo: CNBB, Paulinas, 1985. (Documentos da CNBB, 34)

_____. *Declaração Pastoral por uma nova ordem constitucional.* São Paulo: Loyola, 1986.

_____. *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil :* 1987-1990. São Paulo: CNBB, Paulinas, 1987. (Documentos da CNBB, 38).

_____. *Igreja:* Comunhão e Missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura. São Paulo: CNBB, Paulinas, 1988. (Documentos da CNBB, 40).

_____. *Exigências éticas da ordem democrática.* 2.ed. São Paulo: CNBB, Paulinas, 1989, (Documentos da CNBB, 42).

_____. *Formação de catequistas :* critérios pastorais. 5.ed. São Paulo: CNBB, Paulinas, 1990. (Estudos da CNBB, 59).

CNBB. .Sociedade *brasileira e desafios pastorais.* São Paulo: CNBB, Paulinas, 1990.

_____. *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil:* 1991-1994. São Paulo: CNBB, Paulinas, 1991. (Documentos da CNBB, 45).

_____. Pastoral da Juventude. *Juventude conquistando a terra prometida.* Brasília: CNBB-PJ, 1986. (Subsídios para o Dia Nacional da Juventude).

CNBB-SUL I. *Semana da Paz :* direitos da pessoa. São Paulo: Paulinas, 1973.

_____. Leigos em destaque : 1986-1987. *Sul 1 em Comunicação,* São Paulo, v. 10, n. 50, dez. 1986.

CODINA, Victor. *Ser cristão na América Latina.* São Paulo: Loyola, 1988. (Teologia da Libertação - Comentários, 6).

COMBLIN, José. Os "Movimentos" e a Pastoral Latino-americana. *Revista Eclesiástica Brasileira,* Petrópolis, v.43, n.170, p.227-262, jun. 1983.

_____. *Comunidades eclesiais de base e movimentos.*

_____. *Breve curso de teologia.* São Paulo: Paulinas, 1985. (V. III - A Igreja e sua missão no mundo).

COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL OPERÁRIA. *Pastoral operária : situação, método e proposta.* São Paulo: Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo, 1984.

COMISSÃO PASTORAL OPERÁRIA. *Pastoral operária :* como e para que. Duque de Caxias: CPO Nacional, 1987.

CONCÍLIO VATICANO II. *Compêndio Vaticano II :* constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

_____. Constituição dogmática Lumen Gentium: LG. In: *Compêndio Vaticano II.* Petrópolis: Vozes, 1968. p.37-117.

_____. Constituição Pastoral Gaudium et Spes: GS. In: *Compêndio Vaticano II.* Petrópolis: Vozes, 1968. p.141-256.

_____. Decreto Apostolicam Actuositatem: AA. In: *Compêndio Vaticano II.* Petrópolis: Vozes, 1968, p.527-564.

CONFERENCIA EPISCOPAL ECUATORIANA. *Vocacción y missión del laico en la Iglesia y el mundo.* Ecuador, 1986.

CONGAR, Y. *Se Sois minhas testemunhas.* São Paulo: Paulinas, 1967.

_____. Verbete leigo. In: *Dicionário de Teologia.* São Paulo: Loyola, 1970. v.3, p.17-149.

CONSELHO NACIONAL DE LEIGOS. *Informativo CNL-4.* Rio de Janeiro: CNL, abril 1984.

CONSELHO NACIONAL DE LEIGOS. *Informativo CNL-5.* Rio de Janeiro: CNL, abril 1984.

_____. *Informativo CNL.* Rio de Janeiro: CNL, 1984.

_____. *Informativo CNL-6.* Rio de Janeiro: CNL, dez. 1984.

_____. *Informativo CNL-7.* Rio de Janeiro: CNL, ago. 1985.

_____. *Informativo CNL-8.* Rio de Janeiro: CNL, set. 1985.

_____. *Informativo CNL-9.* Rio de Janeiro: CNL, set. 1985.

_____. *Informativo CNL-11.* Rio de Janeiro: CNL, 1986.

_____. *Informativo CNL-12.* São Paulo: CNL, abril 1987.

_____. *Leigo : presença, compromisso, participação: Igreja e mundo.* São Paulo: Loyola, CNL, 1987. (Cadernos CNL, 1)

_____. *Sínodo: da preparação ao acontecimento.* São Paulo: Loyola, CNL, 1989a. (Cadernos CNL, 2).

_____. *Sínodo: intervenções e reflexões.* São Paulo: Loyola, CNL, 1989b.(Cadernos CNL, 3).

_____. *Estatuto do CNL.* São Paulo, 1988. (Mimeogr.).

_____. *Carta de Princípios.* São Paulo. CNL, 1991.

COOKE, Bernard. Obstáculos ao engajamento dos leigos. *Concilium:* os fiéis também ensinam na Igreja, Petrópolis, n.200, p.69-77, 1985/4.

CORCIONE, Domingos. *Revisão de vida na pastoral universitária.* Brasília: Secretaria da Coordenação Nacional Provisória da Pastoral Universitária, (1981?).

COSTA, Luiz Cesar Amadi e Mello, Leonel I. A. *História do Brasil.* São Paulo: Ed. Scipione, 1990.

DALE, Romeu, Frei. *Ação católica brasileira.* São Paulo: Loyola, 1985.

DANA, Otto. *Os deuses dançantes*: um estudo dos Cursilhos de cristandade. Petrópolis: Vozes, 1975.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil no século XX. *Estudos CEBRAP,* São Paulo, n.12, p.5-52, abr./jun. 1975.

DELLA CAVA, Ralph. Política a curto prazo e religião a longo prazo. *Encontros com a Civilização Brasileira,* Rio de Janeiro, n.1, p.242-259, jul 1978.

DUARTE, Laura Maria Schneider. *Isto se aprende na escola :* a educação do povo nas CEBs. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

DUSSEL, Enrique. Teologia do laicato: realidade ou mistificação. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v.47, n.186, p.376-385, jun. 1987.

_____. *Filosofia da libertação*. São Paulo: Loyola: Piracicaba: UNIMEP, (1980?).

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. *Verbete Concílio*. São Paulo: Encyclopaedia Britanica do Brasil Publicações Ltda, 1976 v.6, p.2712-2714.

ESPECHE, Vicente. Sobre a "Consulta Internacional", em Rocca di Papa. *L'Osservatore Romano*. Cidade do Vaticano, 11 out. 1987. p.5. (Edição semanal em português).

FIGUEIREDO, Fernando Antonio, Dom. Os leigos nos dois primeiros séculos da vida da Igreja. In: PINHEIRO, José Ernanne, padre (Org.). *Os leigos na Igreja e no mundo*. Aparecida do Norte: Ed. Santuário, 1986. p.6-7.

FORTE, Bruno. *A missão dos leigos*. São Paulo: Paulinas, 1987.

FREI BETTO. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros passos).

_____. Aspectos pedagógicos das comunidades eclesiais de base. In: QUEIROZ, José J. *A educação popular nas comunidades de base*. São Paulo: Paulinas, 1985, p.37-56. (PUC-Estudos, 6).

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974a.

_____. *Conscientización*. Buenos Aires: Ediciones Busqueda, 1974b.

_____. *Extensão ou comunicação*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Pedagogia da esperança* : um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder :* introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1980.

_____. *Concepção dialética da educação :* um estudo introdutório. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

_____. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Convite à leitura de Paulo Freire*. São Paulo: Scipione, 1989.

GALILEA, Segundo. *Teologia da libertação:* ensaio de síntese. 4.ed. São Paulo: Paulinas, 1978.

GORGULHO, Gilberto, frei. O papel das CEBs na ação pastoral da Igreja. In: QUEIROZ, José J. *A educação popular nas comunidades de base.* São Paulo: Paulinas, 1985. p.9-36. (PUC-Estudos, 6).

GROOTAERS, Jan. El Laico en el seno de una iglesia comunion. *Pro Mundi Vita,* Bruxelas , n.106, p.1-43, 1986/3. (Boletín, 106).

GUSSO, Enzo Campos, padre. *Pastoral universitária :* uma proposta concreta. São Paulo: Loyola, 1977,p. 53-71.

GUTIÉRREZ, Gustavo. O Concílio Vaticano II na América Latina. In: BEOZZO, José Oscar (Org). *O Vaticano II e a Igreja Latino-Americana.* São Paulo: Paulinas, 1985. p.17-49.

JOÃO XXIII, Papa. *Mater et Magistra.* 2.ed. Rio de Janeiro: Livr. José Olympio, 1963. p.58-129.

JOÃO PAULO II, Papa. *Mensagem ao Episcopado do Brasil.* São Paulo: Loyola, 1986.

_____. *Exortação apostólica Christifideles Laici.* São Paulo: Paulinas, 1989.

JONES, Patrícia. A formação e os leigos. *L'Osservatore Romano.* Cidade do Vaticano, 11 out. 1987, p.6. (Edição semanal em português).

JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA. Os jovens trabalhadores conquistando trabalho e justiça. In: Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, 3, 1985, São Paulo: Paulinas, 1985.

KONINGS, Johan. Pastoral, pluralidade e movimentos. In: PASTORAL Universitária Pluralista. *Boletim Nacional,* Brasília, n.10, p.5-6, maio 1989. (Mimeogr.).

KOSHIBA, Luiz , PEREIRA, D. M. Frayze. *História do Brasil.* 5.ed. São Paulo: Atual, 1987.

LEÃO XIII, Papa. *Encíclica Rerum Novarum sobre a condição dos operários.* São Paulo: Paulinas, 1965. (Voz do Papa).

LEONARDI, Giuseppe, padre. *A formação dos leigos na Igreja.* (Mimeogr.).

LEORATO, Massimiliano, padre. *CEBs gente que se faz gente na Igreja.* São Paulo: Paulinas, 1988.

LEPARGNEUR, Hubert, frei. *Os leigos na Igreja Particular.* Vozes, 1976.

LIBÂNEO, José Carlos. *Tendências pedagógicas na prática escolar.* ANDE, São Paulo, v.6, 1983. p.11-19.

LIBÂNIO, J. B. *Educação católica : atuais tendências.* 2.ed. São Paulo: Loyola, 1983. (AEC do Brasil).

LIBÂNIO, J. B. Et al. Igreja particular. São Paulo: Loyola, 1974.

LINEAMENTA. *Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo vinte anos depois do Concílio Vaticano II*, sínodo dos bispos. 2.ed., São Paulo: Paulinas, 1985.

LUCKESI, Carlos Cipriano. O papel da didática na formação do educador. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *A didática em questão.* 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1984.

_____. *Filosofia da Educação.* São Paulo: Cortez, 1991.

LORA, Cecílio de. Missão e espitualidade dos leigos hoje e na América Latina. In: PINHEIRO, José Ernanne, padre (Org.). *Os leigos na Igreja e no mundo.* Aparecida do Norte: Santuário, 1986. p.24-28.

LYNCH, John E. O exercício do poder na Igreja : Estudo histórico-crítico. *Concilium*: O poder na Igreja, Petrópolis, n.217, p.21-30, 1988/3.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil:* 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MATOS, H. Cristiano de. *"Centesimus Annus" a terceira Encíclica social de João Paulo II :* uma chave de leitura. Belo Horizonte: Promoção da Família ed, 1991. (Folheto).

MOVIMENTO de profissionais cristãos. *Boletim,* Rio de Janeiro, 1983. (Mimeogr.).

NEGRÃO, Lísias. A religiosidade do povo : visão complexa do problema. In: QUEIROZ, José J. (Org.). *A religiosidade do povo.* São Paulo: Paulinas, 1984. p.7-41.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Comunidade, igreja e poder :* em busca de um conceito sociológico de "igreja". (Trabalho apresentado no 10 Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1983). (Mimeogr.)

_____ *Religião e dominação de classe:* gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Ralfy Mendes de Oliveira. *O movimento catequético no Brasil.* São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1980.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. *A questão da formação*: algumas reflexões a partir da experiência da FASE. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, s.d. (Mimeogr.)

PASTORAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL. *10 anos PJE :* Luta e gana. Porto Alegre: PJE, 1992.

PASTORAL OPERÁRIA. Formação em discussão. Duque de Caxias: 1989.

PAULO VI, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi.* São Paulo: Paulinas, 1976. (Voz do Papa).

PERANI, Cláudio. *A revisão de vida instrumento de evangelização.* São Paulo: Loyola, 1974.

PERANI, Cláudio. Novos rumos da Pastoral Popular. In. PAIVA, Vanilda (Org). *Catolicismo, educação e ciência.* São Paulo: Loyola, 1991. p.265-279.

PIERUCCI, A. F. de Oliveira, SOUZA, B. Muniz de , CAMARGO, C. P. Ferreira de. Igreja Católica: 1945 – 1970. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano.* São Paulo: Difel, 1984. p.343-380. (História Geral da Civilização Brasileira, 3).

PINHEIRO, José Ernanne, padre. Evolução do apostolado leigo no Brasil a partir do Vaticano II. In: CNBB. *Leigos e participação na Igreja:* reflexão sobre a caminhada da Igreja no Brasil. São Paulo: CNBB, Paulinas, 1986. p.79-120. (Estudos da CNBB, 45).

PINHEIRO, José Ernanne(Org). *O sínodo e os leigos.* São Paulo: Loyola, 1988.

PIO XI, Papa. *Encíclica Quadragesimo Anno sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica.* São Paulo: Paulinas, 1965.

PIRONIO, Eduardo Fransicco, Cardeal. Doze proposições sobre a formação dos leigos. In: CELAM. *Manual de formação dos leigos.* Petrópolis: Vozes 1995.

PONTIFICIUM Consilium pro Laicis. *Hacia el Sinodo de los Obispos 1987:* Encuentro de las OIC y de los Movimentos Laicales. Ciudad del Vaticano: Tipografia Poliglota Vaticana, 1985.

_____. *La formación de los laicos.* Ciudad del Vaticano: Tipografia Poliglota Vaticana, 1987a.

_____. *Una nueva evangelización para a construcción de una nueva sociedad :* consulta mundial con vistas al Sínodo de los Obispos 1987. Ciudad del Vaticano: Tipografia Poliglota Vaticana, 1987b.

PONTUAL, Pedro. **Educação popular** na formação de lideranças. São Paulo: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, 1985. (Mimeogr.)

PUCCI, Bruno. *A nova práxis educacional da Igreja :* 1968-1979. São Paulo: Paulinas, Piracicaba: UNIMEP, 1984.

QUEIROGA, Gervásio Fernandes, padre. *CNBB :* comunhão e corresponsabilidade. São Paulo: Paulinas, 1977.

QUEIROZ, José J. (Org.). *A educação nas comunidades de base.* São Paulo: Paulinas, 1985.

RELATÓRIO de algumas Assembléias Regionais com leigos ou de leigos. In: PINHEIRO, José Ernanne, padre (Org.). *Os leigos na caminhada do Sínodo.* Aparecida do Norte: Ed. Santuário, 1987. p.17-32.

RENARD, A.C., cardeal. *O espírito do Concílio e a "Abertura da Igreja ao mundo".* Caxias do Sul-RS: Paulinas, 1968. (O Concílio e a vida, 3).

RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja.* São Paulo: Paulinas, 1982.

ROCHA, Fr. Mateus. *JEC :* o Evangelho no colégio. São Paulo: Duas Cidades, 1958.

ROSÁRIO, Maria Regina do, irmã. *O Cardeal Leme.* Rio de Janeiro: Olympio, 1962.

ROSSA, Leandro. Educação Libertadora - aspecto histórico. Revista de Educação AEC, v.67, p.7-16, Jan. Mar. 1988.

SANTA ANA, Júlio de , SOUZA, Marcelo de Barros. Ecumenismo. In: *CURSO de Verão.* IV. São Paulo: Paulinas, 1990. p.95-130. (Teologia Popular, IV).

SAVIANI, Dermeval. A filosofia na formação do educador. In: ___. *Educação:* do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1980. p.17-30.

_____. Contribuição a uma definição do curso de pedagogia. In: ___. *Educação:* do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1980. p.55-62.

_____. *Escola e Democracia.* 3.ed. São Paulo: Cortez: Ed. Autores Associados, 1984. (Polêmicas do nosso tempo, 5).

_____. Tendências e correntes da educação brasileira. In: MENDES, Durmeval Trigueira. *Filosofia da educação brasileira.* 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

SCHILEBEECKX, E. A Definição tipológica do leigo cristão conforme o Vaticano II. In: BARAUNA, G. *A Igreja do Vaticano II.* Petrópolis: Vozes, 1965. p.981-1000.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. *Pedagogia dialética* : de Aristóteles a Paulo Freire. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SIGRIST, José Luiz. *A JUC no Brasil:* evolução e Impasse de uma Ideologia. São Paulo: Cortez, UNIMEP, 1982.

SHOR, Ira , FREIRE, Paulo. *Medo e Ousadia* : o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil:* de Getúlio a Castelo: 1930-1964. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Sebastião Armando G. Os leigos na Igreja: em vista de uma eclesiologia na comunhão e participação. In: PINHEIRO, José Ernanne, padre (Org). *Os leigos na Igreja e no mundo.* Aparecida do Norte: Ed. Santuário, 1986. p.14-17.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez. *A JUC:* os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. América Latina: da dominação à criação de uma sociedade mais livre e mais justa. In: *CURSO de Verão:* III. São Paulo: Paulinas, 1989. p.179-194. (Teologia Popular, III).

SOUZA, Marcelo de Barros. Critérios e pressupostos para uma Pastoral da Terra : contribuição teológica para o debate. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Luta pela terra: caminho de fé. São Paulo: CPT, Loyola, 1990. p.13-32. (Cadernos de estudos-CPT, 3)

SOUZA, P. Paulo J. de. *Programa de vida:* a vida do Congregado e da Congregação Mariana. Rio de Janeiro: Estrela do Mar, 1966.

SPÓSITO, Marília Pontes. Escola e Lutas Populares. *Revista de Educação AEC,* Brasília, v.66, p.24-29, out.dez. 1987.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *A gênese das CEBs no Brasil:* elementos explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988.

_____. *A Fé na vida:* um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das comunidades eclesiais no Brasil. São Paulo: Loyola, 1987.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. As CEBs como recriação evangelizadora. In. PAIVA, Vanilda (Org). *Catolicismo, educação e ciência.* São Paulo: Loyola, 1991. p.227-235.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

WALGRAVE, Jan. Consultar os fiéis em questões de doutrina: o ensaio de J. H. Newman. *Concilium*: Os fiéis também ensinam na Igreja, Petrópolis, n.200, p.27-35, 1985/4.

WANDERLEY, Luís Eduardo. Igreja e sociedade no Brasil: 1950- 64/1964-75. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n.3, p.93-108, out 1978.

_____. Comunidades eclesiais de base e Educação Popular. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, v. 17, 1981.

_____. Educação para liberdade. In: QUEIROZ, José J. *A educação popular nas comunidades de base.* São Paulo: Paulinas, 1985, p.57-77. (PUC-Estudos, 6).

BIBLIOGRAFIA **referente a região noroeste do Estado de Paulo e à Diocese de Lins.**

BEOZZO, José Oscar. Noroeste paulista: aspectos demográficos. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 63, n.9, p.771-786, set. 1969.

_____. Continuidade e ruptura : Lins cinqüenta e sete anos depois. *Momento* : Revista Linense de Cultura, Lins, v.1, n.0, p.3-6, abr. 1977.

_____. Perspectivas de Lins e da região: evolução demográfica recente. *Novos Escritores*, Lins, v.4, n.5, p.5-8, 25, 1981.

_____. Memória indígena na história de Lins. *Novos Escritores*, Lins, v.4, n.6, p.8-11, 1982.

BEOZZO, José Oscar e KAMEYAMA, Nobuco. *Síntese do dia de estudo sobre organização do povo.* Lins: Diocese de Lins, ago. 1980. (Mimeogr.).

BINI, Walter, Dom. *Carta aos diocesanos sobre o momento político.* Lins: 1986.

CARTA aberta à população : manifesto dos leigos do Conselho Diocesano de Pastoral da Diocese de Lins. Lins: 1989.

DANELON, Irineu, Dom. *Carta aberta do Bispo de Lins sobre o momento político.* Lins: 1989.

_____. *Carta aberta do Bispo de Lins sobre o momento político.* Lins: 1990.

DECLARAÇÃO de Mar del Plata. O Desenvolvimento autêntico exige mudanças de estruturas. *Bandeirante*, Lins, 26 nov. 1966, p.1 e 4.

DIOCESE DE CAFELÂNDIA. *Correio Diocesano.* Jornal da Diocese de Cafelândia. Marília-SP. (Coleção do nº 1 ao 46, de 27 ago. 1937 a 29 ago. 1938).

_____. *Nosso Jornal.* Jornal da Diocese de Cafelândia, Cafelândia, (Coleção do nº 1 ao 50, de 05 maio 1946 a 27 abr. 1947).

DIOCESE DE LINS. *O Bandeirante.* Jornal Diocesano, Lins, 1953 a 1972. Lins-SP.

_____. *Livro de tombo da Diocese de Lins, 1926-1990.*

_____. Secretariado diocesano de ação pastoral. *Primeiro plano de pastoral de conjunto da Diocese de Lins :* 1968,1969. Lins: Secretariado diocesano de ação pastoral, 1968.

_____. Pastoral da Juventude. *Relatórios de atividades de 1969 a 1990.* Lins: 1969-1990. (Mimeogr.).

_____. Pastoral da Juventude. *Relatório da 1ª Reunião da Coordenação dos Movimentos - 02/03/1969.* Lins: 1969a.

_____. Pastoral da Juventude. *Relatório da 5ª Reunião da Coordenação dos Movimentos - 03/08/1969.* Lins: 1969b.

_____. Pastoral da Juventude. *Relatório da 1ª Reunião dos Assessores dos Movimentos de Juventude - 24/04/1969.* Lins: 1969.

_____. Pastoral da Juventude. *Circular 03/1975 da Coordenação da Mini-Região de Araçatuba.* Lins: 30/05/1975.

_____. Pastoral da Juventude. *Relatório de Encontro Diocesano dos grupos de jovens - 18-19/07/1981.* Lins: 1981.

_____. *Consquistando espaços.* Lins: Jornal da Pastoral da Juventude.

_____. Pastoral Universitária. *Relatório da 1ª Caminhada Universitária sobre "Educação-Vida Profissional".* Lins: 1972.

_____. Pastoral Universitária. *Relatório da 2ª Caminhada Universitária sobre "Direitos Humanos".* Lins: 1973.

_____. Pastoral Universitária. *Relatório da 3ª Caminhada Universitária sobre "Vida Política".* Lins: 1974.

_____. Pastoral Universitária. *Relatório da 4ª Caminhada Universitária sobre "A Mulher Hoje".* Lins: 1975.

_____. *Cinqüentenário da Diocese de Lins.* Lins: Ed. Todos Irmãos, 1976.

_____. Assembléia diocesana : 1978. *Informando Ed. Especial.* v.4, n.1, mar. 1978.

_____. *3º Plano de Pastoral :* 1980-1981. Lins, 1980. (Mimeogr.).

_____. Região Pastoral de Andradina. In: *Encontro Regional de CEBs, 6,* 1980, Valparaíso. (Mimeogr.).

DIOCESE DE LINS. Coordenação Diocesana de Catequese. *Catequese hoje:* propostas. Lins: 1976. (Mimeogr.).

_____. Coordenação Diocesana de Catequese. *Relatório da Catequese na Diocese de Lins* : 1964 - 1977. Lins: 1978. (Datilagr.).

_____. Coordenação Diocesana de Catequese. *Propostas da Coordenação Diocesana de Catequese para Assembléia Diocesana.* Lins: 1980. (Datilagr.).

_____. Coordenação Diocesana de Catequese. *Relatório do 3° Encontro Diocesano de Catequese - 03/05/1980.* Lins: 1980. (Mimeogr.).

_____. Coordenação Diocesana de Catequese. *Relatório da reunião da Coordenação Diocesana de Catequese - 13 a 15 de fevereiro de 1981.* Lins: 1981. (Mimeogr.).

_____. Coordenação de Catequese, Diocese de Lins. *Encontros de catequese nas comunidades :* preparação para a 1ª eucaristia - 1° ano. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1985. (Desperta, v. 1).

_____. Coordenação de Catequese, Diocese de Lins. *Encontros de catequese nas comunidades :* preparação para a 1ª eucaristia - 2° ano. São Paulo: Paulinas, 1985. (Desperta, v. 2).

_____. Coordenação de Catequese, Diocese de Lins. *Encontros de catequese nas comunidades :* preparação para o crisma. São Paulo: Paulinas, 1987. (Desperta, v. 4).

_____. Coordenação de Catequese, Diocese de Lins. *Encontros de catequese nas comunidades-perseverança.* São Paulo: Paulinas, 1989. (Desperta v. 3).

_____. **INFORMANDO**: Boletim Informativo da Diocese de Lins, Lins: Diocese de Lins, 1975-1981, 1987-1989.

_____. *Relatório da 6ª Assembléia Diocesana :* 1985. Lins: 1985.

_____. *Alguns aspectos da história da Diocese de Lins:* texto base da 6ª Assembléia Diocesana de Lins. Lins: 1985.

_____. *Relatório da 7ª Assembléia Diocesana :* 1989. Lins: 1989.

_____. Conselho Diocesano de Pastoral. *Livros de Atas do Conselho Diocesano de Pastoral :* 1975-1990. s.n.t.

_____. *O povo vê uma grande Luz!* Novena de Natal,1982. Lins: Ed. Todos Irmãos, 1982.

_____. *Chamados a participar e servir.* Novena de Natal, 1983. Lins: Ed. Todos Irmãos, 1983.

_____. *Natal é vida que nasce.* Novena de Natal, 1984. Lins: Ed. Todos Irmãos, 1984.

_____. *Natal é festa do pão repartido.* Novena de Natal, 1985. Lins: Ed. Todos Irmãos, 1985.

_____. *Jesus Cristo e a Paz.* Novena de Natal, 1986. Lins: 1986.

_____. *Maria Mãe de Deus, Maria Mãe do Povo.* Novena de Natal, 1987. Lins: 1987.

DIOCESE DE LINS. Novena de Natal, 1988. Lins: 1988.

_____. *Renasce a esperança.* Novena de Natal, 1989. Lins: 1989.

_____. *Maria mulher educadora.* Novena de Natal, 1990. Lins: 1990.

_____. *Atos dos Apóstolos.* Mês da Bíblia/Mês Missionário. Lins: Ed. Todos Irmãos, 1984.

_____. *Atos dos Apóstolos.* Mês da Bíblia/Mês Missionário. Lins: Ed. Todos Irmãos, 1985.

_____. *Se eu vos libertar sereis verdadeiramente livres* - Paz. Mês da Bíblia/Mês Missionário. Lins: 1986.

_____. *Alojamento e assentamentos na Diocese de Lins.* Lins: SEDAP, (1990?). (Mimeogr.).

_____. Comissão de Justiça e Paz. *A lei existe pra defender a gente.* Lins: Comissão de Justiça e Paz, s/d. (Subsídio popular).

_____. *Eleições... a voz do povo.* Lins, s/d. (Subsídio popular).

_____. Paróquia Imaculada Conceição. *Educação Política.* Guararapes: 1982. (Subsídio popular).

_____. Região Pastoral Guararapes-Castilho. *Constituinte com o povo caminho para um mundo novo.* Lins: 1988. (Subsídio popular).

_____. Instituto Administrativo Bom Pastor-IAJES. *Agora é a hora.* Andradina: IAJES, 1989. (Subsídio popular).

_____. Conselho Diocesano de Pastoral. Folhetos de Educação Política. Andradina: IAJES, 1990.

_____. Conselho Diocesano de Pastoral. Relatório reunião de 20 maio 1983. Lins: 1983. (mimeograf.)

_____. *Relatório sobre as paróquias de Andradina.* Andradina: 1982.

_____. *Relatório da coordenação diocesana de CEBs* - atividades e reuniões. Lins: 1980-1990.

GELAIN, Henrique, Dom. Carta pastoral sobre o Coração Imaculado de Maria e de saudação aos seus diocesanos. Cafelândia, São Paulo: Ave Maria, 1948.

HIGUTO, Aparecida Mitiko. *A prática do serviço social nos movimentos populares da região.* Lins: 1983. (Trabalho de conclusão de curso, apresentado à Faculdade de Serviço Social de Lins, para a obtenção do título de Assistente Social).

HORTA BARBOSA, L. B. *O problema indígena no Brasil.* 2.ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

INSTITUTO TEOLÓGICO DE LINS. *Carta circular sobre o Curso de Teologia para leigos.* Lins: 1977 . (Mimeogr.).

_____. *Relatórios do Curso de Teologia para leigos :* 1978-1979. Lins. (Mimeogr.).

_____. *Livro de tombo :* 1974-1975, 1987.

INSTITUTO TEOLÓGICO DE LINS. *Livro de atas das reuniões da equipe de assessores :* 1987-90.

_____. *Relatórios de atividades :*1987-1990. Lins. (Datilagr.).

_____. *Estatuto do Instituto Teológico de Lins.* Lins: 1987. (Mimeogr.).

_____. Curso Básico Formação para Agentes de Pastoral. I Unidade - *Como animar e coordenar um grupo.* Lins: ITEL, 1990, v.I.

_____. Curso Básico Formação para Agentes de Pastoral. II Unidade - *Visão da Realidade Sócio-econômica-política-cultural da realidade da região noroeste do Estado de São Paulo.* Lins: ITEL, 1990, v. II.

_____. Curso Básico Formação para Agentes de Pastoral. III Unidade - *O projeto de Deus para o povo.* Lins: ITEL, 1990, v. III.

_____. Curso Básico Formação para Agentes de Pastoral. IV Unidade - *A Igreja que queremos.* Lins: ITEL, 1990, v. IV.

_____. Curso Básico Formação para Agentes de Pastoral. V Unidade - *Como trabalhar com o povo.* Lins: ITEL, 1990, v. V.

KAMEYAMA, Nobuco. Histórico da ocupação & colonização do oeste paulista. *Revista de Cultura Vozes,* Petrópolis, v. 63, n.8, p.683-700, ago. 1969.

KOOP, Pedro Paulo, Dom. *Carta pastoral saudando seus diocesanos e despedindo-se da cidade de Bauru.* s.n.t, 1964.

_____. *Carta pastoral do Bispo da Diocese de Lins, ao seu presbitério.* Lins: 1967.

_____. Comunidade de base e novo ministério sacerdotal. *Revista de Cultura Vozes,* Petrópolis, v.62, n.10, p.867-877, out. 1968.

_____. Lins: comunidades em renovação. *Revista de Cultura Vozes,* Petrópolis, v. 63, n.9, p.788-812, set. 1969.

_____. *Carta do Bispo de Lins ao Secretariado Diocesano de Lins do Cursilhos de Cristandade sediado em Araçatuba.* Lins: 1976. (Datilogr.).

KOOP, Pedro Paulo, Dom, Conselho Diocesano de Pastoral. Carta pastoral: é tempo de votar. *Informando:* Boletim Informativo da Diocese de Lins, Lins: set. 1976.

MAGALHÃES, Paulo de. *O povo de Lins :* sua história e suas lendas. São Paulo: Gráfica Saraiva, 1954.

MARTINS, Orentino. Cathechese dos índios. In: *Apontamentos biográficos do Cel. Manoel Bento da Cruz.* Araçatuba: Tipografia Noroestina, 1968. p.214-216.

MATTOS, Isabel Cristina Soares. Educação popular e o projeto de educação e organização popular da Faculdade de Serviço Social de Lins. Lins, nov. 1984. (Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Serviço Social de Lins, para a obtenção do título de Assistente Social).

MAZZEI, Victor Ribeiro, padre. Semana da Ação Católica, *Correio Diocesano*, Marília, 13 mar. 1938, p.4. MOURÃO, Henrique, Dom. *Carta circular sobre a educação dos jovens.* Cafelândia, Diocese de Cafelândia - Livro do Tombo, p. 15-18, 6 jan. 1937.

MOURÃO, Henrique, Dom. Carta Circular aos Pais e Mães de Famílias Católicas sobre a educação moral e religiosa dos filhos. Cafelândia, Diocese de Cafelândia - Livro do Tombo, p. 45 a 47, 10 out. 1940.

P. B. Ação Católica vitalidade divina da Igreja. *Nosso Jornal*, Cafelândia, 1° dez. 1946, p.1.

PRINCÍPIOS e orientação: primeira Pastoral Coletiva da Província Eclesiástica de Botucatu. Bandeirante, 12. ago. 1961.

SILVA, Edna Bigatão. A participação das prostitutas nos movimentos e atuação da Igreja. Lins: 1986. (Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Serviço Social de Lins, para a obtenção do título de Assistente Social).

SILVA, Elizabeth Terezinha. *Igreja e serviço social na organização popular.* Lins: nov. 1983. (Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Serviço Social de Lins, para a obtenção do título de Assistente Social).

ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 - Quadro das Assembléias Diocesanas - Diocese de Lins - 1975-1989.

ASSEMBLÉIAS	DATA	LOCAL	NÚMERO DE REPRESENTANTES	OBJETIVO	PRIORIDADES	BISPO
I	07 a 09 de 02.75	ITEL	61	Criação do Conselho Diocesano de Pastoral	- Pastoral Popular	4º Bispo D. Pedro Paulo Koop
II	21.04.75	ITEL	61	Aprovação dos Estatutos do Conselho	- Pastoral Popular - Novos Movimentos - PastoralFamiliar	D. Pedro Paulo Koop
III	04 e 05 de 03.78	Colégio N.Srª. Aparecida de Araçatuba	165	Avaliação e planejamento da Ação Pastoral (Apartir dessa Assembléia se planeja a Ação Pastoral).	- Família - Direitos Humanos e Mundo do Trabalho - CEBs	D. Pedro Paulo Koop
IV	07 a 09 de 03.80	Colégio N.Srª. Aparecida de Araçatuba	182	Anunciar a todos os homens com opção preferencial pelos pobres e jovens, a força libertadora do Evangelho, para que se comprometam na construção de uma sociedade que transforme a atual situação de pobreza injusta e desumana, promovendo Comunhão e Participação na libertação do homem, correspondente a dignidade de filho de Deus, numa comunhão fraterna nos sofrimentos e angústias do povo	- CEBs - Organização do Povo	D. Pedro Paulo Koop
V	31.07 a 1º.08.82	Casa São Paulo de Araçatuba	421	Anunciar a força libertadora do Evangelho a todas as pessoas com opção preferencial pelos pobres e jovens para construir uma sociedade justa e fraterna.	- CEBs - Organização do Povo	5º Bispo D. Luiz Colussi
VI	28 a 29 de 09.85	Casa São Paulo de Araçatuba	435	Anunciar a força libertadora do Evangelho a todas as pessoas com opção preferencial pelos pobres e jovens para construir uma sociedade justa e fraterna.	- CEBs - Organização do Povo	6º Bispo D. Walter Bini
VII	26 a 27 de 08.89	Casa São Paulo de Araçatuba	480	Anunciar a força libertadora do Evangelho a todas as pessoas com opção preferencial pelos pobres e jovens para construir uma sociedade justa e fraterna.	- CEBs - Organização do Povo - Juventude	7º Bispo D. Irineu Danelon

* Nas três primeiras Assembléias aparece o objetivo da própria Assembléia. A partir da IVª Assembléia o que aparece é o Objetivo Pastoral aprovado na Assembléia.

Anexo II - Planilha do Segundo Encontro dos Movimentos de Juventude da Diocese de Lins - 17 a 20 de Julho de 1969.

Local: Faculdade de Serviço Social - Lins
Data: 17 - 18 - 19 - 20 de julho de 1969

Horário	17 - 5ª feira			18 - 6ª feira		
	Atividades	Técnica	Tempo	Atividades	Técnica	Tempo
Manhã Das 8h às 12 horas				1. Origens-Histórico Revisão dos Movimentos. "Crescendo..."	Painel integrado (grupos por Região) Ficha 1	8h as 9h
				2. Troca de experiências	2º grupo de Painel	9h as 10h
				3. Lanche	———	10h as 10.30h
				4. Integração e globalização (completar o que falta e das perspectivas...)	Assembléia (Victor J.Oscar Adriana)	10.30h as 12h
Tarde Das 14h às 18 horas				(1) Reflexão bíblica sôbre o crescimento dos Movimentos	Exposição e diálogo c/o grupo. 1º Cap.	14h as 15h
				2. Lanche	———	15-30
				3. Aprofundamento da reflexão	Grupos de estudos	15.30h as 16.30h
				4. Tempo livre	———	16.30-17.30
				5. Missa	———	17.30-18.30
Noite Das 20h às 22horas	1. Missa	Assemb.	(20)	1. Integração e globalização	Assembléia J.Oscar	20h as 21h
	2. Apresentação dos participantes	Durante a Missa	às	2. Cobrança de tarefas e revisão do dia	Assembléia Varin e Adriana	21h as 21.30
	3. Apresentação do programa					
	4. Distribuição das tarefas		22 h	3. Recreação	———	21.30 as 23.30
				1º dia: "Crescendo" HISTÓRICO e REVISÃO		
				F A T O S		

19 - sábado			20 - domingo		
Atividades	Técnica	Tempo	Atividades	Técnica	Tempo
1. Meditação- paráb. do semeador. Lc 8, 4-15; Mt 13, 1-23; Mc 4, 1-20	Exposição (Victor)	8h as 8.30h	1. Meditação (escolher o trecho)	Exposição (Persival)	8h - 8.30
2. Reflexão da meditação nos grupos	Grupos de reflexão	8.30 as 9h	2. Meditação em grupos	Grupos de reflexão	8.30-9h
3. Vida em grupo e vida nos Movimentos. (levantar algumas pontes). Ver realização como vivem - constatação	2 grupos de verbalização e observação. Ficha 2	9h as 10h	3. Síntese das diretrizes do planejamento	Assemb. (Victor)	9h - 10h
4. Lanche	———	10h 10.30	4. Lanche	———	10h - 10.30
5. Integração e globalização (perspectivas)	Assembléia (J.Oscar)	10.30 12h	5. Documento - redação, leitura, aprovação	Assemb. (Victor)	10.30 - 12h
1. Fundamentação sôbre Planejamento	aula dialogada (Victor)	14h - 15h	1. Adaptação das conclusões aos Regionais	Grupos por Região	14h - 15h
2. Lanche	———	15h - 15.30	2. Lanche	———	15h - 15.30
3. Fases de planejamento: objetivos, diretrizes gerais, etapas, meios, etc. (nível diocesano) Levantar pontes para esse estudo.	Grupos de estudos heterogêneos	15.30 às 18.30	3. Avaliação do Encontro - Revisão (fichas de avaliação)	Assemb. (Ficha 3)	15.30 17h
			4. Missa	———	17.30 18.30
1. Missa	Assemb.	20h-21h			
2. Cobrança de tarefas e revisão do dia	Assemb. Varin e Adriana	21h-21.30			
3. Recreação	———	21.30 as 23.30			
2º dia: "Como caminhar.." APROFUNDAMENTO C O N T E Ú D O			3º dia: Ação CONCLUSÕES A Ç Ã O		

Anexo III - Estrutura do Curso Modular de Teologia do Instituto Teológico de Lins D. Pedro Paulo Koop

Seções	Teologia	Bíblia	Pastoral	Igreja e Sociedade
1992	Introdução ao Pensamento Teológico	Introdução ao Antigo Testamento e Êxodo	História da Igreja no Brasil	Estrutura e Conjuntura econômico-política Latino Americana e Evangelização e Culturas Oprimidas
1993	Cristologia	Livros Proféticos e Gênesis	Ética	Doutrina Social da Igreja
1994	Eclesiologia	Introdução ao Novo Testamento e Evangelhos	Ministérios	Prática Pedagógica Libertadora
1995	Sacramentos e Liturgia	Atos dos Apóstolos, Cartas e Apocalipse	História da Igreja Particular	Movimento Popular Projetos de Sociedade

Anexo IV - Estrutura do Curso Básico Instituto Teológico de Lins

D. Pedro Paulo Koop - Diocese de Lins

Curso Básico - ITEL.
Objetivos Gerais:

"- Fazer chegar a todas as paróquias/comunidades os resultados da VII[a] Assembléia Diocesana e criar condições para sua concretização.

- Atender a necessidade de formação para os agentes que atuam na Igreja, levando-os a um compromisso de transformação da realidade da noroeste de São Paulo" (p. 4).

Estrutura: Unidades, objetivos e temas.

I UNIDADE

COMO ANIMAR E COORDENAR UM GRUPO

- possibilitar a cada participante do curso conhecer-se melhor no de sua liderança como animador no trabalho pastoral;
- propor elementos práticos que ajudem as pessoas a se aprimoraem no papel de coordenadores de grupos;
- apresentar recursos para animação de pequenos grupos;
- capacitar os animadores e coordenadores de grupos para uma avaliação permanente dos trabalhos desenvolvidos nos grupos.

Encontros

1° Encontro -	Introdução geral do curso e dos participantes.
2° Encontro -	A importância de um grupo e as atitudes do participante de um grupo.
3° Encontro -	Análise dos tipos de coordenação.
4° Encontro -	Como fazer crescer e comocoordenar um grupo pequeno.
5° Encontro -	Como avaliar o que foi feito.

II U N I D A D E

VISÃO DA REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA-POLÍTICA-CULTURAL

DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Objetivos:

- aprender a ver e analisar a realidade da Região;
- identificar os principais problemas do povo da Região;
- possibilitar a compreensão de que a **Ação Pastoral** exige conhecimento e transformação da realidade.

Encontros

6° Encontro:	A Origem do Povo na Região Noroeste do Estado de São Paulo
7° Encontro:	A Vida do Povo na Região Noroeste do Estado de São Paulo - Um Povo em Movimento
8° Encontro:	Como é a Situação Econômica na Região Noroeste do Estado de São Paulo - Primeira Parte
9° Encontro:	Como é a Situação Econômica na Região Noroeste do Estado de São Paulo - Segunda Parte
10° Encontro:	Como é a Situação Sócio-Política na Região Noroeste do Estado de São Paulo
11° Encontro:	A Região Noroeste está dentro do Brasil
12° Encontro:	0 Brasil está dentro do Sistema Capitalista

III U N I D A D E

0 PROJETO DE DEUS PARA 0 POVO

Objetivos:

- possibilitar uma visão unitária do Plano de Libertação/Salvação oferecido pelo Criador;
- entrar em contato com os momentos que mais marcaram a História de Libertação/Salvação do Povo de Israel;
- descobrir qual é a vontade de Deus na realidade da noroeste, que vimos na II Unidade, buscando verificar o que deve ser mudado;
- articular o Projeto de Deus, o Objetivo Geral da Diocese e a nossa prática pastoral.

13° Encontro:	Como Nasceu a Bíblia
14° Encontro:	História e Geografia Bíblica
15° Encontro:	Bíblia: da tradição oral à tradição escrita
16° Encontro:	Leitura Cristã da Bíblia
17° Encontro:	Êxodo: A Libertação
18° Encontro:	O Decálogo
19° Encontro:	Profetismo
20° Encontro:	Alguns Profetas
21° Encontro:	Gênesis
22° Encontro:	Gênesis: "Um Projeto de Esperança"
23° Encontro:	Jesus e o Reino de Deus
24° Encontro:	Jesus Cristo: Paixão, Morte e Ressureição
25° Encontro:	A Pedagogia Libertadora de Jesus
26° Encontro:	Reino - Comunidade

IV Unidade

A IGREJA QUE QUEREMOS

Objetivos:

- conhecer a história da Igreja na Região;
- perceber como a Igreja Diocesana assimilou e colocou em prática as propostas do Vaticano II, Medellín e Puebla;
- reconhecer na caminhada da Igreja Diocesana os avanços em direção a uma Igreja comprometida com os pobres e preocupada com a transformação das estruturas da sociedade;
- articular o objetivo e a prioridades pastorais em vigor na Diocese com o Projeto de Deus;
- encontrar caminhos para concretização do objetivo e das prioridades nos grupos, comunidades, paróquias e movimentos da Diocese.

Encontros

27° Encontro:	História da Igreja de Lins até 1964
28° Encontro:	A Igreja de Lins a partir do Vaticano II, Medellín e Puebla
29° Encontro:	Assembléias Diocesanas
30° Encontro:	Objetivo Geral da Ação Pastoral
31° Encontro:	Prioridade "CEBs
32° Encontro:	Prioridade "Organização do Povo
33° Encontro:	Prioridade "Juventude
34° Encontro:	Estrutura da Diocese

V UNIDADE

COMO TRABALHAR COM 0 POVO

Objetivos:

- motivar os cristãos para uma ação e presença efetiva junto ao povo;
- conhecer experiências de trabalho com o povo na Região;
- apresentar passos e condições para o trabalho de Pastoral Popular e de Organização do Povo;
- perceber a necessidade de uma metodologia muito própria para o trabalho popular;
- estudar e buscar pistas para aplicação do método Ver-Julgar-Agir bem como de algumas técnicas para a Pastoral Popular;
- sensibilizar, despertar e capacitar animadores que assumam de fato a prioridade diocesana "Organização do Povo".

Encontos:

35° Encontro:	Experiências de Pastoral Popular e Organização do Povo
36° Encontro:	Como Iniciar e Levar Adiante uma Pastoral Popular
37° Encontro:	Método Ver-Julgar-Agir
38° Encontro:	Condições Para a Pastoral Popular
39° Encontro:	Técnicas Para a Pastoral Popular
40° Encontro:	Celebração Final

RESUMO

A tese: "A PEDAGOGIA DA FORMAÇÃO DOS LEIGOS CATÓLICOS" tem como objetivo analisar o processo de formação dos leigos católicos de 1964-1990. Este processo ocorreu praticamente até os anos 60, nos movimentos, associações e outras organizações, através de orientações e atividades em nível nacional, que chegavam até o nível local. Com a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), uma nova eclesiologia se consolida, na qual a Igreja Particular reveste-se de vital importância e aos poucos a formação começa a realizar-se em seu interior. Assumindo-se como sujeito, a Igreja Particular provocou mudanças profundas no desenrolar da formação do laicato. Uma preocupação em nosso trabalho é mostrar essa passagem.

Para poder entender as mudanças que ocorrem na vida da Igreja, o melhor caminho é analisar concretamente uma Igreja Particular. Com essa perspectiva realizamos um estudo sobre a Diocese de Lins, no Estado de São Paulo. Nesse estudo pudemos perceber que o processo educativo dos cristãos leigos foi mudando a partir do referido Concílio e que a Pedagogia Libertadora foi um elemento chave nesse processo.

Para melhor realizar nosso trabalho, optamos por desdobrá-lo em duas partes.

Na *primeira* - *O Leigo, sua presença e formação* - procuramos retomar os momentos mais significativos da história brasileira e da Igreja no Brasil, para entender suas relações. A análise da história da Igreja nos forneceu elementos para compreender sua caminhada, suas respostas e os seus impasses em relação à sua missão, à realidade brasileira e a seus vários segmentos. Explicitamos o assumir de uma Igreja comprometida com a libertação, que fez a opção pelos pobres; o nascimento das CEBs e das pastorais. Situamos dentro desse processo, de maneira particular, os leigos e sua formação.

A pesquisa sobre a formação dos leigos na Diocese de Lins tem como ponto de referência a análise acima explicitada.

O Leigo, sua presença e formação na Igreja Particular de Lins se constitui na *segunda parte* de nosso trabalho. Apresentamos dados relativos à região noroeste do Estado de São Paulo, onde se localiza a Diocese de Lins, bem como e à sua organização, a partir do final dos anos 20. Dentro desse contexto, analisamos o processo de formação dos leigos, em especial de 1964 a 1990, demonstrando que ela se fez dentro dos princípios e pressupostos da denominada "Educação Libertadora". Concluindo essa parte, apresentamos os pressupostos dessa educação, a partir da Conferência do Episcopado Latino-Americano, de Medellín

(1968) e do pensamento de Paulo Freire.

Para a realização do presente trabalho, utilizamo-nos de uma bibliografia específica sobre a história do Brasil e da Igreja e, com relação ao estudo da Diocese de Lins, além da observação, entrevistas e participação, realizamos um estudo tomando por base os relatórios, textos, subsídios, publicações e inúmeros documentos produzidos pelos diferentes órgãos e instituições da referida Diocese.

Com base nos pontos levantados na primeira e segunda partes, apontamos nas *Considerações Finais* alguns desafios e caminhos para a formação dos leigos, que os tornem sujeitos de seu desenvolvimento, tendo em vista a transformação da sociedade, da Igreja e a construção do Reino de Deus.

ABSTRACT

The thesis "THE PEDAGOGY OF THE FORMATION OF THE CATHOLIC LAY" has as a goal to analyse the process of formation of the catholic lay from 1964 to 1990. This process took place till the 60's, within the movements, associations and other organizations, by means of orientations and activities from the national to local levels. With the realization of the Second Vatican Council (1962-1965), a new ecclesiology is established, where the Local Church is covered with a vital importance and little by little this formation begins to be performed within it.

Assuming itself as a subject, the Local Church provoked deep changes into the development of the formation of the lay. One of our concern is to show this passage.

In order to understand the changes that occur in the life of Church, the best way is to deeply analyse a Local Church. With this perspective in mind, we performed a study about the Diocese of Lins, São Paulo State.

In this study we could see that the educative process of the Christians lay changed from the above council on.

For a better accomplishment of our work we decided to expand it in two parts.

In the first - "The lay, his presence and formation" - we tried to resume the most significant moments of brazilian history and the Church in Brazil, in order to understand their relations. The analyse of the history of the Church gave us elements to comprehend its advance, its answers and its deadlocks related to its mission, to the brazilian reality and its several segments.

We clarify the assumption of Church engaged with the liberation, that choose the poor; the origin of the CEBs and the pastorals. We placed the lays and their formations within this process.

The research about the formation of lays in the Diocese of Lins has a point of reference the above analyse. "The lay, his presence and formation in the Local Church of Lins", is the second part of our work. We present data related to the northwest of Säo Paulo State, where the Diocese of Lins located; its organization, since the twenties. Within this context we analysed the lay formation process, especially from 1964 to 1990, showing that it was done inside the principals and presupposition of the so called "Redeemer Education"

Closing this part, we present the presuppositions of this education, from the Conference of the Latin-American Episcopale (1968) and the reflections of Paulo Freire.

We used, for the fulfillment of this work, a specific bibliografy about the history of Brazil and the Church and, in relation to the studies about the Diocese of Lins, beyond observation, interviews and participation, we performed a study of the reports, texts, publications and several documents produced by the different branches and institutions of the said Diocese.

Based on the points drawn up in the first and second parts, we indicate in the Final Considerations some challenges and ways to the formation of the lays, that make them subjects of their development, in view of the transformation of the society, the Church and the construction of the Kingdom of God.